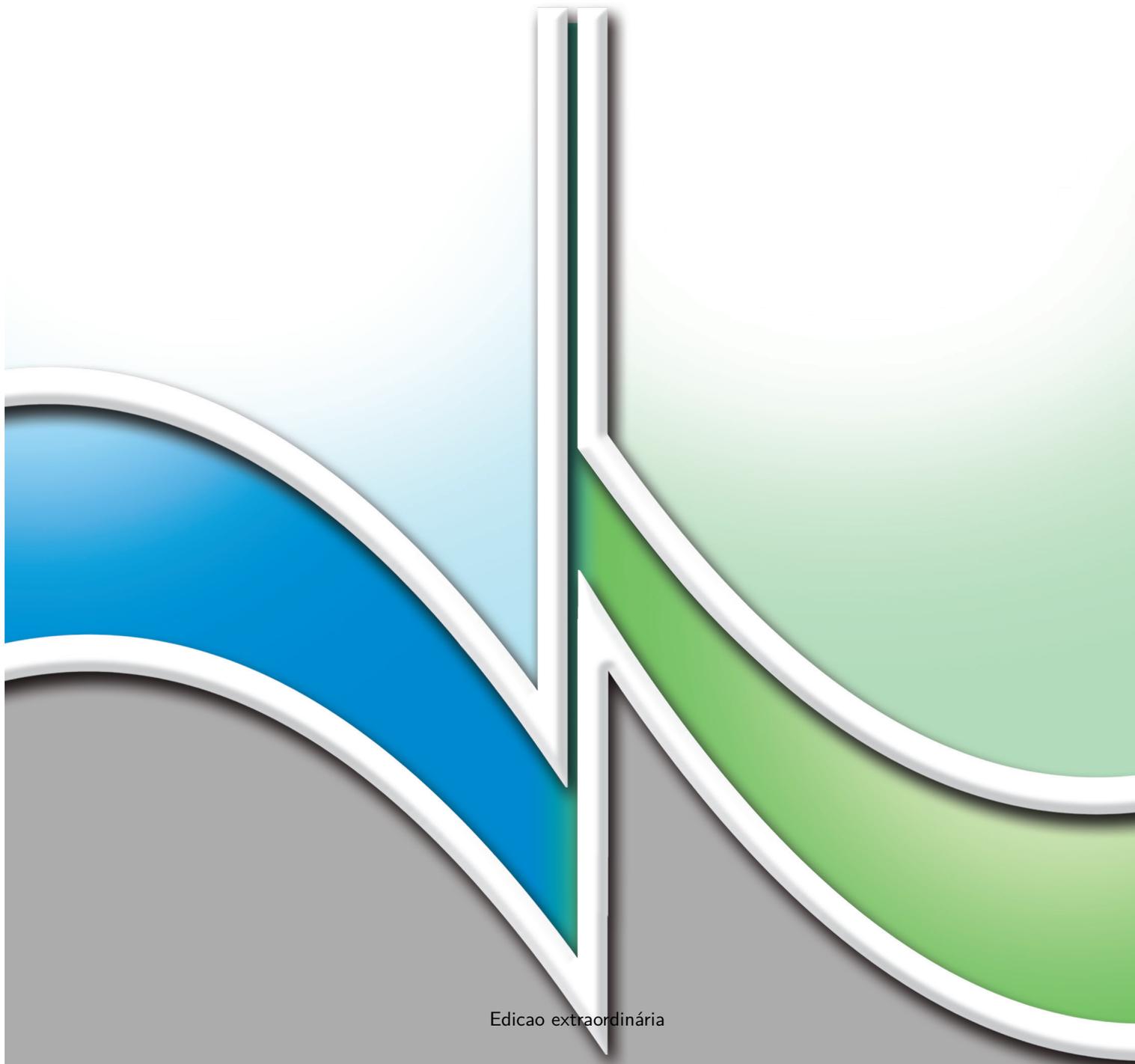




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV Nº 1, TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2020



Edicao extraordinária

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 1ª SESSÃO, SOLENE, EM 3 DE FEVEREIRO DE 2020

1.1 – ABERTURA	6
1.1.1 – Finalidade da sessão	
Destinada à inauguração da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura	6
1.1.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Música do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília	6
1.1.3 – Leitura de Mensagem do Presidente da República (Deputada Soraya Santos, 1ª Secretária)	7
1.1.4 – Fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Ministro Dias Toffoli)	10
1.1.5 – Entrega do Relatório de Atividades do Senado Federal e do Congresso Nacional aos membros da Mesa	12
1.1.6 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Rodrigo Maia)	12
1.1.7 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Davi Alcolumbre)	14
1.2 – ENCERRAMENTO	16

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 1ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Mensagem do Poder Executivo	18
2.1.2 – Mensagem do Poder Judiciário	169



PARTE III

3 – COMISSÕES MISTAS	399
4 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS	421
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO	496
6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	500
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA	504
8 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS	505

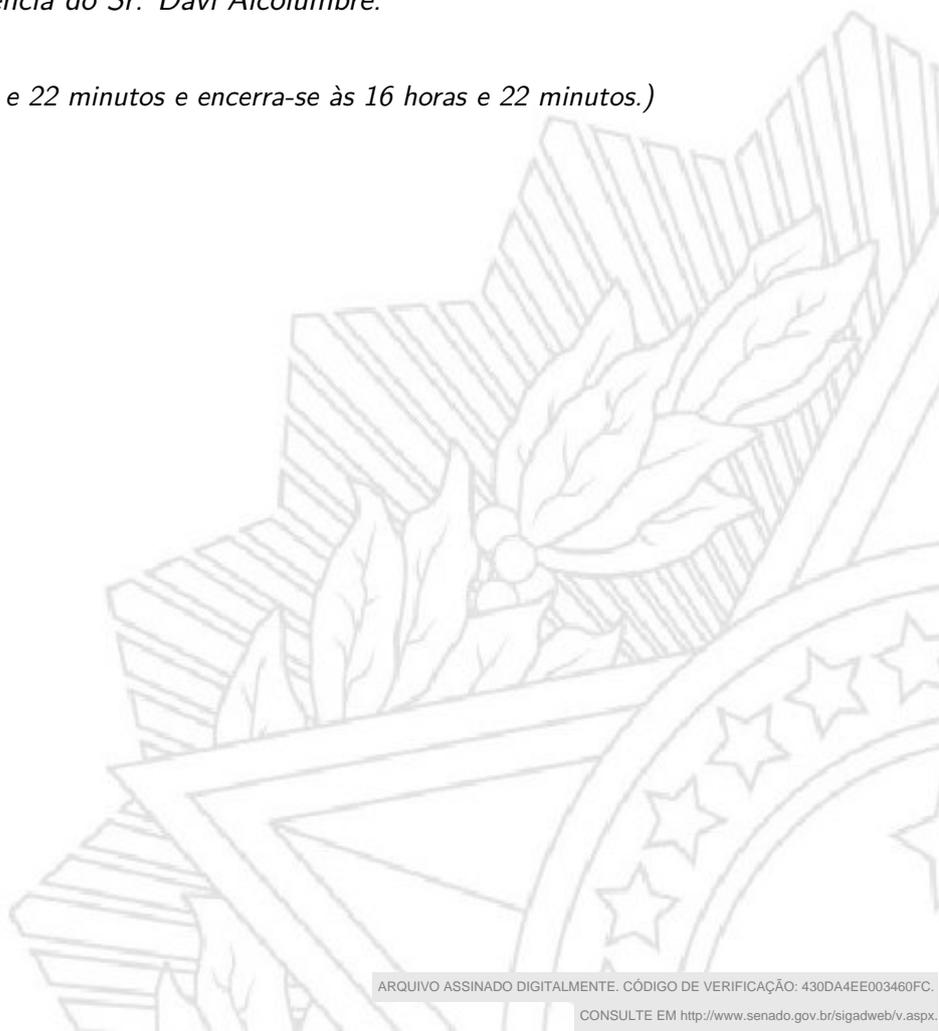


Ata da 1ª Sessão, Solene, do Congresso Nacional,
em 3 de fevereiro de 2020

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Davi Alcolumbre.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 22 minutos e encerra-se às 16 horas e 22 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Boa tarde a todas e a todos.

Esta sessão solene é destinada a inaugurar a 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Declaro aberta a sessão solene e inaugurados os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Compõem a Mesa, com esta Presidência, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia; o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli; o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni; o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Antônio Augusto Aras; a Exma. Sra. 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, Deputada Soraya Santos.

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional, a ser executado pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Gostaria de fazer este importante registro. Autoridades nos prestigiam nesta sessão solene: o Presidente da Mesa do Congresso Nacional no período de 1991 a 1993, Senador Mauro Benevides (*palmas*); a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Tereza Cristina (*palmas*); o Ministro de Estado da Cidadania, Sr. Osmar Terra (*palmas*); o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Jorge Oliveira. (*Palmas.*)

Agradeço a presença dos Srs. Embaixadores do Estado da Palestina, da Ucrânia, da República Libanesa, da República Federal da Alemanha, da República de Cuba, da República de Belarus, do Reino do Marrocos, do Japão, da Finlândia, da Delegação da União Europeia, da República da Croácia, da República Italiana.

Representa o Ministro de Estado da Defesa o Vice-Chefe de Logística e Mobilização, Vice-Almirante Sérgio Marinho. Representa o Ministro da Ciência e Tecnologia o Secretário-Executivo, Deputado Julio Semeghini. Representa o Comandante da Marinha o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante de Esquadra Celso Luiz Nazareth. Representa o Comandante do Exército o Secretário de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, General Valério Stumpf Trindade. Representa o Comandante da Aeronáutica o Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Major-Brigadeiro do Ar João Tadeu Fiorentini. Agradeço-lhes a presença.

Agradeço ainda a presença do Vice-Governador do Distrito Federal, Sr. Paco Britto; da Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, que foi Deputada; do Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, Sr. Rinaldo Reis Lima; do Desembargador Luiz Fernando, do Sr. André Luis, do Sr. Marcos Vinícius e da Desembargadora Candice Jobim, Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça.

Cumprimento, em nome da minha esposa, Liana, todas as mulheres presentes nesta solenidade.

Agradeço profundamente ao Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília pela presença.

Convido o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Deputado Onyx Lorenzoni, a entregar a mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

(Procede-se à entrega da mensagem do Poder Executivo.) (Palmas.) (Vide item 2.1.1 do Sumário)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - A Sra. 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, Deputada Federal Soraya Santos, procederá à leitura da mensagem do Exmo. Sr. Presidente da República.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Ao cumprimentar o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, cumprimento todos os Senadores.

Ao cumprimentar o meu Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, cumprimento todos os nossos pares da Câmara dos Deputados.

Ministro Dias Toffoli, ao cumprimentá-lo, cumprimento um Poder muito especial para este País, o Poder Judiciário.

Ao cumprimentar o Ministro Onyx Lorenzoni, cumprimento todos os que compõem o terceiro Poder, o Poder Executivo, que aqui se faz representar.

Ao cumprimentar o nosso Procurador Augusto Aras, cumprimento todos os operadores do direito, tão necessários à aplicação das leis que são elaboradas nesta Casa.

Faço agora a leitura das palavras do Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Senhoras e Senhores Congressistas,

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo; segundo, agradecer ao povo brasileiro pelo mandato a mim confiado, o qual estou honrando com muita lealdade e verdade.

Nesta Mensagem, depois de um ano de Governo, temos orgulho de apresentar um novo Brasil. A capacidade produtiva e de iniciativa do povo brasileiro estava sendo limitada, constituindo-se em um sério perigo para o País, e isso deveria ser enfrentado com coragem, esforço e dinamismo.

A partir da vitória nas eleições de 2018, começamos a pavimentar o nosso caminho da prosperidade e o País começou a trilhar o caminho da liberdade e a ganhar projeção mundial. Necessitávamos reduzir o Estado gigantesco, lento, burocrático e oneroso para os cidadãos pagadores de impostos, combater a corrupção, a violência, reerguer a economia e valorizar a família, a base da nossa sociedade.

Iniciamos diminuindo o tamanho da máquina pública, reduzindo o número de Ministérios de 29 para 22.

Passamos a atuar em defesa dos interesses do País, apresentando uma mensagem firme e verdadeira ao mundo, construída a partir dos pilares que sustentam a ordem econômica e social, sempre levando em consideração os anseios e ideais do nosso povo.

No passado, o Brasil foi distanciado das grandes potências mundiais e dos centros tecnológicos. Tivemos independência e disposição para levar adiante uma proposta de mais liberdade para o País.

Realizamos missões amplamente frutíferas, mantivemos diálogos produtivos com diversos países e avançamos em questões fundamentais para a reinserção do Brasil no mundo, visando à prosperidade do País e do povo brasileiro. O viés ideológico deixou de existir em nossas relações com o exterior. O mundo voltou a confiar no Brasil.

Em um ano de governo, nós avançamos em importantes acordos que vão intensificar e simplificar as trocas comerciais e investimentos com o mundo. Enquanto Presidente da Nação, o nosso desejo é o de realizar boas parcerias para o Brasil, por meio das quais teremos melhores condições para agregar valor, de forma sustentável, aos nossos recursos naturais.



Em 2020, temos a oportunidade de continuar o processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa acessão contribuirá para a melhoria da eficiência dos gastos do Estado e da prestação de serviços públicos de qualidade, simplificação tributária, desenvolvimento da infraestrutura e fortalecimento da produtividade, melhoria do ambiente de negócios, aumento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoio ao ingresso dos trabalhadores na economia formal, fornecimento de educação pública de qualidade em todos os níveis, redução da pobreza, fortalecimento das ações voltadas ao combate à corrupção, redução de desigualdades e promoção da sustentabilidade ambiental. Daremos ainda mais ênfase aos esforços para aumentar os nossos fluxos globais de comércio e investimentos, promovendo a renovação das relações e em busca de parcerias estratégicas com todos os países que tenham interesse em trabalhar pela paz, liberdade e prosperidade.

Nosso Governo está promovendo uma série de realizações, que já estão trazendo benefícios, tanto para a sociedade quanto para os investidores e o setor empresarial no Brasil.

Nossa taxa básica de juros (Selic) está em níveis mínimos históricos, a inflação sob controle, a Bolsa bateu sucessivos recordes e o risco-Brasil diminuiu significativamente. Com respeito ao nosso povo, faremos muito mais pelo País.

Os números mostram, ainda, que caminhamos para um ambiente fértil de emprego e prosperidade. Melhoramos o ambiente de negócios proporcionando mais oportunidades para que os empreendedores prosperem; com isso, já começamos a melhorar a geração de emprego e renda.

Para proporcionar infraestrutura integrada e confiável para a mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional e à retomada do crescimento econômico brasileiro, o Governo atuou em quase 300 projetos considerados prioridade nacional nos setores de transportes, energia elétrica, petróleo e gás natural, parques nacionais, defesa, segurança pública, educação, saúde, telecomunicações, desenvolvimento regional, licenciamento ambiental e desestatizações de empresas públicas. Esse conjunto abrange um potencial de mais de R\$ 900 bilhões em investimentos a serem realizados durante os períodos dos contratos nos próximos 30 anos.

Pela primeira vez em duas décadas, pequenos, médios e grandes produtores rurais voltaram a trabalhar juntos. Unificamos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento todas as políticas voltadas para as demandas do agro e do setor rural. Tivemos produções recordes, fechamos diversos acordos e abrimos novos mercados para os produtos brasileiros. Para 2020, propomos fomentar e incentivar o potencial econômico do meio ambiente, além de promover oportunidades de negócios sustentáveis.

O Brasil avançou não apenas no âmbito econômico. Tornou-se um país mais fraterno, que cuida dos brasileiros e de qualquer pessoa presente no território nacional. Devemos destacar o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Pátria Voluntária, que tem por essência fomentar a prática do voluntariado como um ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo.

Em 2019, milhares de pessoas viram-se obrigadas a deixar a Venezuela e a adentrar em nosso País, em um êxodo de grandes proporções na América Latina. Mesmo em um contexto de



restrição orçamentária, trabalhamos para oferecer condições dignas e esperança para iniciar uma nova vida.

Em 2020, temos como objetivo continuar melhorando nossas políticas públicas para todos. É imperioso garantir educação de qualidade e formação suficiente para a população brasileira exercer a cidadania e alcançar o pleno potencial de liberdade. É urgente melhorar o acesso e a qualidade à saúde e a eficiência na gestão de serviços e recursos.

Aumentar a segurança da população brasileira é um grande desafio e uma meta do nosso Governo. A violência e a impunidade assolavam o povo brasileiro. Em 2019, o Brasil reduziu de forma expressiva a violência. Permanecemos desconstruindo a inversão de valores que há muito imperou em nosso País para devolver, de vez, a paz aos brasileiros.

A aprovação da Nova Previdência foi um sinal mais do que claro de que o Brasil está no caminho certo e de que existe um entrosamento entre os Poderes em prol do Brasil.

Outros projetos em tramitação em nosso Parlamento, ao longo deste ano de 2020, precisam da devida apreciação e votação, de modo que o Estado atenda às legítimas aspirações da sociedade brasileira, registrando marcos históricos de conquistas, dentre os quais podemos citar o projeto da reforma tributária, do Contribuinte Legal, do Programa Verde-Amarelo, da independência do Banco Central, da privatização da Eletrobras, do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, do Novo Marco Legal do Saneamento e do Plano Mais Brasil, composto pelas PECs Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos.

Sabemos que a missão é árdua, mas com dedicação, responsabilidade, espírito público e com a união atingiremos nosso objetivo, que é construir um Brasil grande e mais justo para todos. E essa construção passa necessariamente pelo nosso Parlamento.

O Brasil já mudou. E agradecemos imensamente ao Congresso Nacional por construir conosco este novo momento. Um momento de muitos resultados positivos e de esperança para nossa Nação.

Em 2020, continuaremos trabalhando em prol do nosso Brasil e da nossa democracia. Esperamos e confiamos que a voz da população brasileira seja ecoada no Congresso e que seus anseios prevaleçam, acima de tudo.

Ao entregar esta Mensagem às senhoras e aos senhores parlamentares, e, assim, à sociedade, deixamos a certeza de que, juntos, estamos criando as condições para colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Temos o dever de garantir um futuro melhor para nossos filhos e nossos netos, honrando as futuras gerações.

Muito obrigado!

Jair Messias Bolsonaro

Presidente da República (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Convido o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, para proceder à entrega da mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

(Procede-se à entrega da mensagem do Poder Judiciário.) (Palmas.) (Vide item 2.1.2 do Sumário)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli.

O SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI - Boa tarde a todos.

Querido Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Davi Alcolumbre, na pessoa de quem cumprimento as Sras. e os Srs. Parlamentares; querido Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, na pessoa de quem cumprimento os membros do Poder Executivo; Sra. 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, Deputada Federal Soraya Santos, uma lutadora pelos direitos das mulheres em nosso País; Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, na pessoa de quem cumprimento os membros do Ministério Público; Sras. e Srs. Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (as senhoras e os senhores viram que entreguei ao Parlamento brasileiro hoje dois relatórios, um do Supremo Tribunal Federal e outro do Conselho Nacional de Justiça); senhoras e senhores servidores e colaboradores desta Casa, a Câmara dos Deputados, e do Senado da República (tive a oportunidade de aqui trabalhar e aprender de 1995 até o ano de 2000, e essa foi, sem dúvida, minha melhor experiência profissional, meu local de aprendizado, aqui tenho muitos amigos, servidores e colaboradores desta Casa); senhoras e senhores profissionais da imprensa, senhoras e senhores, são sempre significativos esses momentos de tradição. Marcar o início da sessão legislativa deste ano de 2020, a 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura, é algo a ser comemorado. A democracia no Brasil mostra força nesses momentos e mostra a sua tradição histórica de mais de 200 anos de funcionamento do Parlamento.

É uma honra para mim, portanto, estar aqui em nome do Poder Judiciário da Nação e é uma satisfação particular, pelo fato de aqui ter trabalhado, estar nesta solenidade, de natureza tipicamente republicana e democrática, marcando o início da sessão legislativa.

Estou aqui para transmitir a mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional e para trazer os relatórios de atividades do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça relativos ao ano de 2019.

Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores membros do Poder Executivo, do Poder Judiciário, funções essenciais à Justiça, representantes da sociedade civil, imprensa, senhoras e senhores, destaco desde logo a relevância do Poder Legislativo, coração do regime democrático. Não é por outro motivo que tanto o Poder Executivo, Presidente Davi, Presidente Rodrigo, Deputada Soraya, quanto o Poder Judiciário vêm a este Parlamento entregar publicamente o relatório de suas atividades e as suas perspectivas, exatamente pelo respeito ao voto de cada um dos Srs. Parlamentares e das Sras. Parlamentares, que representam a multiplicidade, a pluralidade de uma sociedade complexa como a brasileira, atuam diante de nós, do povo brasileiro, de cada cidadão brasileiro. Momentos como este, portanto, são de maior reverência, porque aqui está o Poder Judiciário e o Poder Executivo entregando ao Poder Legislativo, aquele que representa a pluralidade do povo brasileiro, os seus relatórios de atividades.

É exatamente o Poder Legislativo o espaço no qual, por excelência, se realiza o princípio democrático. É aqui que a vontade popular se realiza, onde a vontade popular se converte em palavra de ordem, a ser cumprida por todas as outras instituições e por todos os outros Poderes, porque quem decide o futuro, no dia a dia da Nação brasileira, é cada uma das senhoras e cada um dos senhores, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores.



Sempre tenho dito e repetido que o Legislativo cuida do futuro, o Executivo cuida do presente e o Judiciário resolve os conflitos que resultaram no passado, já vivido. Não podemos deixar de ter em mente essa divisão de competências tão clássica, que mostra o verdadeiro papel de cada um dos Poderes. E por que não lembrar que são só três Poderes? Assim como no mundo ocidental democrático, no Brasil somos três Poderes. Reverenciando aquele que representa hoje, aqui, o desejo do futuro, Executivo e Judiciário entregam os seus relatórios de atividades ao povo brasileiro.

O Poder Executivo é o ambiente de materialização da vontade que repercute a partir dos desejos e das políticas públicas aqui aprovadas. Cabe ao Judiciário, por outro lado, não ter desejos. Por isso, ele não é eleito; por isso, ele tem outro tipo de formação. O Judiciário deve cumprir, ao lado dos que exercem funções essenciais à Justiça — Ministério Público, advocacia privada, advocacia pública e Defensoria Pública —, o desejo do povo brasileiro materializado nas leis, nas normas, nas emendas constitucionais e na Constituição da República, respeitando a condução das competências que são realizadas pelos governantes, do Poder Executivo, no dia a dia do seu exercício. Cabe ao Judiciário pacificar conflitos que surgem no seio da sociedade e, pelos outros meios de solução de controvérsia, eventualmente não tenham sido solucionados.

Em discurso que proferi nesta manhã, na abertura do Ano Judiciário, em que tive a honra de contar com a presença do Sr. Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, representando o Presidente da República, Jair Bolsonaro, de S.Exas. o Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia, e de todos os entes das funções essenciais à Justiça, tive a oportunidade de dizer do orgulho que todos nós brasileiros temos que ter do nosso Poder Judiciário. Isso está expressado nesses relatórios de atividades, seja do Supremo, seja do Conselho Nacional de Justiça.

O nosso Judiciário é um dos mais produtivos do mundo. O relatório *Justiça em números* revelou que, em 2018, o número de processos em tramitação em todo o País diminuiu em 1 milhão. Foram 32 milhões de decisões terminativas de processo. São raros os países do mundo, mesmo entre os de população maior que a brasileira, que têm tantos processos em tramitação. Com 32 milhões de sentenças terminativas proferidas, a média é de 1.877 sentenças por magistrado no Brasil. O resultado alcançado pelo Judiciário nos últimos anos se deve, não há dúvida nenhuma, em grande medida, às políticas públicas formuladas e implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça, que foi pensado e desenhado por estas Casas da Nação brasileira, o Senado da República e a Câmara dos Deputados, exatamente permitindo que haja uma política nacional para o Judiciário brasileiro.

Isso tudo é resultado também da harmonia e da colaboração entre os Poderes, em especial do Congresso Nacional e do Poder Executivo, os quais têm viabilizado a concretização dos projetos e das medidas necessárias à modernização da Justiça brasileira.

É muito importante nós termos em mente aqui, Presidente Davi, Presidente Rodrigo, Ministro Onyx Lorenzoni — V.Exa. que neste ato representa o Poder Executivo brasileiro —, que somos um país de otimismo. Veja, Deputada Soraya Santos, 36 anos atrás o nosso problema era: vamos ter eleições diretas para Presidente da República ou não?

Há 31 anos, o Congresso Constituinte promulgava a Constituição nesta mesma mesa. E, neste momento, eu relembro a imagem de Ulysses Guimarães erguendo a Constituição, e este Plenário ovacionando, momento só repetido recentemente com a aprovação da reforma da Previdência, que também representou um momento de simbolismos dos mais fortes deste Congresso Nacional. (*Palmas.*)



Nós tínhamos o problema de eleições diretas, os problemas da redemocratização, um problema de um Judiciário a que nem todos tinham acesso. E tínhamos outros problemas. Não tínhamos uma moeda estável. Nós tínhamos que enfrentar a inflação. Nós tínhamos o problema da dívida externa e parecia que nunca seria possível pagá-la. Nós tínhamos o problema da assistência social e do combate à miséria. Nós tínhamos o problema de dar uma saúde e uma educação universal. Nós tínhamos o problema da proteção das minorias. Nós tínhamos um problema da defesa dos direitos e das garantias fundamentais.

Este Congresso Nacional, com o apoio também do Executivo e do Judiciário, traz à tona para 2020 uma pauta em que esses problemas já não são os mesmos de 36 anos atrás, não são os mesmos problemas de 30 anos atrás, não são os problemas da necessidade do ajuste fiscal numa federação complexa.

Presidente Davi, Presidente Rodrigo, Ministro Onyx Lorenzoni, nós somos um país que tem um dever. E nós, como os representantes e agentes públicos, não podemos renunciar a esse dever de sermos otimistas.

Feliz a nação cujos problemas que vai enfrentar em 2020 não são os problemas de 1985, não são os problemas de 1988, não são os problemas de 1997 e de 1998, não são os problemas de 2002 e de 2003, não é o problema de se ter a dúvida se todos os espectros da política brasileira virão a governar o Brasil, porque hoje a Constituição de 1988, a instituição e a democracia do Brasil estão consolidadas na medida em que todos os espectros ideológicos já assumiram a cadeira de Presidente da República, seja de centro, seja de centro-esquerda, seja de centro-direita, seja de esquerda, seja de centro novamente, seja de direita.

A nossa democracia mostra vitaliciedade. A nossa democracia mostra um País responsável, um País que soube, através dos seus Poderes, deste Congresso Nacional principalmente, mudar os problemas do País. Os nossos problemas não são os mesmos do passado.

É com muita honra e alegria que faço esse pronunciamento em nome do Poder Judiciário da Nação brasileira para dizer a V.Exas., integrantes do Congresso Nacional, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que nós temos um País que avança, nós temos um País que tem uma responsabilidade enorme com os seus cidadãos, mas que tem, nos Poderes da República e nas suas instituições, pessoas que honram os cargos que ocupam e que resolvem os problemas do dia a dia da Nação brasileira.

Feliz 2020! Que Deus abençoe o nosso País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Tenho a satisfação de entregar aos integrantes da Mesa o Relatório de Atividades do Senado Federal e do Congresso Nacional do primeiro ano desta Legislatura.

Peço à Secretaria que o distribua aos membros da Mesa.

(*Procede-se à entrega do Relatório de Atividades do Senado Federal e do Congresso Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ. Para discursar.) - Boa tarde a todos. Cumprimento ao Presidente do Congresso Nacional, meu amigo, o Senador Davi Alcolumbre. Cumprimentando o Presidente do Senado, cumprimento todos os Senadores e Senadoras. Cumprimento ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, que vem exercendo um papel importante desde que assumiu



a Presidência do Supremo, um papel importante de construção de diálogo e de harmonia entre os Poderes; cumprimento o Procurador-Geral da República, o Dr. Augusto Aras; cumprimento a minha amiga e Deputada Soraya Santos; cumprimentando a Deputada Soraya, cumprimento todas as Deputadas e todas as Parlamentares presentes; cumprimento o meu amigo Onyx Lorenzoni, Ministro de Estado, que contou no ano passado e continuará contando com a Câmara de Deputados no ano de 2020; cumprimento a Ministra Tereza Cristina; cumprimentando a Ministra Tereza Cristina, cumprimento todos os Ministros de Estado presentes; cumprimento o representante das Forças Armadas; cumprimento os embaixadores, na pessoa do Embaixador do Líbano, Joseph, e do embaixador da Palestina, Ibrahim, cumprimentando através deles todos os embaixadores presentes no plenário da Câmara; cumprimento os membros do Poder Judiciário na pessoa da Dra. Candice Galvão Jobim; cumprimento as senhoras e os senhores.

Hoje retomamos os trabalhos do Congresso Nacional para a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Acredito que esta é uma legislatura especial, que teve um começo vitorioso. E não se trata de uma vitória trivial, do sucesso de Governo sobre oposição ou de um partido sobre outro. Trata-se de uma vitória do Poder Legislativo.

O Congresso está passando a ocupar um lugar que é seu por direito, como epicentro do debate e da negociação em torno das questões vitais para o desenvolvimento do nosso Brasil. Votamos proposições de grande importância no ano passado, sobre os temas mais diferentes. Para ficar em poucos exemplos, aprovamos a reforma da Previdência, o novo marco legal do saneamento, a notificação compulsória de casos de suspeita de violência contra a mulher e a regulamentação do dano moral decorrente da prática de violência contra a mulher; garantimos medias de apoio à população atingida pelo desastre de Brumadinho, asseguramos tratamento tributário adequado para o setor de informática e automação, central na modernização do País; aprovamos o REVALIDA; endurecemos as penas para a imposição de maus-tratos aos animais; aprovamos o pacote anticrime, modernizando o processo penal brasileiro, e muitas outras matérias.

Também alteramos de forma decisiva o desenho institucional do Poder Legislativo, ao transformar o perfil do Orçamento. O Orçamento Impositivo é uma das tradições mais claras da importância do debate que ocorre em nossas Casas Legislativas. Pela primeira vez temos um instrumento que garante que as decisões do Congresso norteiam de fato o emprego dos recursos públicos, e garante isso não aos Parlamentares, mas aos seus eleitores, à população brasileira. Trata-se de levar a sério o processo de alocação de dinheiro público da forma mais democrática e transparente possível. Este ano já se sentiremos — não só o Congresso, mas toda a sociedade — os efeitos dessa mudança. A ela se somarão, a partir do trabalho conjunto do Poder Executivo, da Câmara e do Senado, outras importantes medidas estruturais, como a reforma tributária e a reforma administrativa.

Por fim, não poderia deixar de frisar que as garantias fundamentais votadas pela Assembleia Nacional Constituinte ao longo desses mais de 30 anos têm encontrado no Supremo Tribunal Federal uma salvaguarda inflexível, firme e vigilante. Há pela frente, contudo, o enorme desafio coletivo de levar ao nosso povo as promessas de solidariedade e bem-estar social, que tornarão o nosso País menos injusto e mais fraterno.

Existem muitas estratégias possíveis para alcançar essa finalidade. O momento que o País atravessa, entretanto, é de grave crise fiscal. Ele nos remete a um único caminho: o da responsabilidade fiscal, que permitirá, em curto prazo, que gastamos menos com a estrutura do Estado e mais com



políticas sociais para a nossa população. Temos que construir meios para aumentar a produtividade do setor público, bem como para investir melhor os recursos destinados às políticas públicas.

Termino aqui com um convite ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo para que continuem a dar as mãos ao Parlamento nesta tarefa árdua, porém urgente e necessária, de assegurar as condições políticas, institucionais e econômicas para a modernização do Brasil, para a geração de empregos, para a promoção da justiça social, para a garantia de paz e prosperidade para o nosso povo.

Muito obrigado, e um 2020 repleto de sucesso para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. DEM - AP) - Senhoras e senhores, eu gostaria de agradecer profundamente o carinho do Parlamento brasileiro, especialmente, em nome do Presidente Rodrigo Maia, um amigo, um Líder, que tem conduzido com maestria esta Casa, a Câmara dos Deputados, com um espírito de conciliação, de entendimento e de diálogo constantes, que utilizou a tribuna nesta sessão de abertura do ano legislativo e que tem sido fonte de inspiração para todos nós.

Em seu nome, Presidente Rodrigo, em nome da Deputada Soraya, quero cumprimentar os 513 Deputados e Deputadas, que nos ajudam no dia a dia na construção deste grande País chamado Brasil. E, da mesma forma, não seria diferente, agradeço o carinho de todos os Senadores e Senadoras, que, ao longo do ano de 2019, no exercício desta grande missão de presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional ajudaram-me com os seus aconselhamentos, com as suas orientações, sempre, sempre no intuito de pacificarmos o Senado, ajudarmos a pacificar o Brasil, que de fato é o que a sociedade brasileira espera de todos nós.

Portanto, eu início as minhas palavras de profundo agradecimento a todos os Líderes, a todos os Senadores, a todas os Senadores, a todos os Deputados e a todas as Deputadas, que construíram juntos as decisões políticas acertadas para um momento na história nacional em que cada um tem a capacidade de deixar o seu nome gravado na história da nossa República.

Eu gostaria de agradecer a todas as autoridades que prestigiam esta solenidade de instalação da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Congresso Nacional. A presença de V.Exas., o Presidente do STF Ministro Dias Toffoli, o Procurador-Geral da República Augusto Aras, o Ministro Onyx Lorenzoni, e de demais autoridades demonstra o compromisso de todos nós com o pleno no funcionamento das nossas instituições em um regime verdadeiramente democrático.

Exatamente há 1 ano, eu presidia uma solenidade como esta. O Congresso é o mesmo, que emergiu da vontade popular expressa pelo voto de cada eleitor brasileiro, mas não é exagero afirmar que o Brasil de hoje não é o mesmo Brasil que existia há 1 ano. Este Parlamento, um Parlamento amplamente renovado, teve a oportunidade, em 2019, de mostrar a que veio. Chegamos a 2020 com a convicção de que a vontade popular encontrou eco no esforço diário dos membros do Congresso Nacional.

Trabalhamos, trabalhamos muito, tanto que no Senado Federal, por exemplo, 325 matérias foram deliberadas ao longo do ano, o maior número de deliberações no primeiro ano de uma legislatura em mais de duas décadas. Na Câmara dos Deputados não foi diferente, com mais de 124 matérias analisadas. Senadores e Deputados souberam atender ao chamado da população e fizeram valer os seus mandatos, com firmeza, com trabalho e com muito, muito empenho.

Se pudermos sintetizar o propósito do Parlamento que ora presido com muita honra, elegeremos a palavra produtividade. Sim, a palavra é produtividade, porque foi um trabalho extremamente produtivo de todos nós, porque permitiu resultados importantíssimos e históricos. O mercado de



trabalho avança em uma trajetória de recuperação. Nossa economia se prepara para crescer de forma consistente. A inflação segue controlada, e o juros estão baixos.

Senhoras e senhores, a falta de trabalho não é apenas o mais perverso indicador econômico de um país. O desemprego é, sobretudo, a maior afronta à cidadania e o gatilho da desesperança para uma sociedade.

Criar um ambiente propício à retomada de postos de trabalho foi e continuará sendo o objetivo maior do esforço e do empenho deste Congresso Nacional com as mudanças que votamos e mudanças que votaremos em favor da recuperação do País.

Temos novos desafios para 2020, mas vejo o nosso Estado cada dia mais preparado para se desenvolver em matéria econômica, política e social. A reforma da Previdência, aprovada no ano passado, é exemplo importante desse esforço conjunto, uma medida inadiável, porém, sempre colocando a justiça social como nosso foco principal.

O protagonismo do Congresso Nacional foi e sempre será indiscutivelmente decisivo nessa empreitada. Esse mesmo empenho em mostrar resultados, senhoras e senhores, será necessário este ano. Iniciamos o ano com uma agenda repleta de pautas improrrogáveis, a reforma tributária é uma delas. Há muitos anos a população brasileira aguarda por uma reforma desburocratizante.

É preciso oferecer amparo ao empreendedorismo e simplificar a vida dos brasileiros, simplificar a vida de todos. Por isso, a reforma tributária, esperada há quase 30 anos, é tão necessária para o crescimento brasileiro, uma reforma, logicamente, que não castigue ainda mais o bolso dos nossos cidadãos, mas que, ao contrário, promova um renovado ambiente de negócios com mais empregos e com mais crescimento econômico.

Ainda neste mesmo caminho, 2020 será o ano em que todos nós nos debruçaremos sobre outros temas importantes ao desenvolvimento do nosso País. Cito como exemplo a PEC emergencial, que completa outras propostas no sentido de conter o crescimento das despesas obrigatórias para todos os níveis de Governo, de forma a viabilizar o ajuste fiscal.

Já a PEC do pacto federativo, da qual sou um fervoroso defensor, até porque sou municipalista por convicção, oferece mais autonomia a Estados e Municípios brasileiros, por meio da distribuição de recursos, ao mesmo tempo em que amplia a responsabilidade de todos os entes na gestão do Erário.

Senhoras e senhores, eu posso afirmar que estamos no caminho certo, estamos no caminho da redução de gastos, do equilíbrio das contas públicas e da sustentabilidade orçamentária. Estamos no caminho do retorno dos investimentos públicos e do estímulo aos investimentos privados, que culminam na geração de novos empregos.

E posso afirmar que cada um de nós teve atuação determinante para que tudo isso fosse possível. Repito: posso afirmar que cada um de nós teve atuação determinante para que tudo isso fosse possível. O Congresso Nacional demonstrou no último ano eficiência, demonstrou boa vontade, compromisso público e inteligência para aprovação das medidas importantíssimas.

Este mesmo Congresso Nacional está de portas abertas para o diálogo constante, e tenho a certeza de que iremos construir de forma conjunta e harmônica os melhores caminhos para o nosso País. Este é o nosso sentimento e o de toda a sociedade.

Tivemos a maturidade de articular ideias, promover debates, definir diretrizes que estão em consonância com o que a população brasileira espera de seus representantes. Mas, e principalmente, fomos ágeis em aprovar medidas de extrema relevância para o País.



Este Congresso, senhoras e senhores, mostrou-se conciliador e respeitoso, mas sobretudo altivo, forte, defensor intransigente da democracia — fortalecimento das instituições é o fortalecimento da democracia —, guardião da Constituição, um Parlamento a serviço das legítimas aspirações de seu povo, freio e contrapeso de quaisquer excessos, um Poder a serviço da República e das sagradas garantias democráticas.

O Poder Legislativo firma-se, assim, como o grande fiador das mudanças de que o Brasil precisa. E reitera, aqui e agora, o seu compromisso de zelar pelas liberdades democráticas, bem como o desafio de aprimorar e votar projetos e propostas indispensáveis para que o País retome o trilho da prosperidade. Seguiremos firmes, com coragem e com muita, com muita dedicação.

O País espera muito de nós. E este Congresso Nacional sabe o tamanho de sua responsabilidade. Nosso compromisso é fortalecer a confiança dos brasileiros junto a este Poder. As instituições a que servimos são maiores do que nós. E este Congresso Nacional sabe a sua grandeza.

Declaro, portanto, aberta a 2ª sessão legislativa da 56ª Legislatura do Congresso Nacional brasileiro.

Mãos à obra!

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 22 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 1ª SESSÃO

EXPEDIENTE

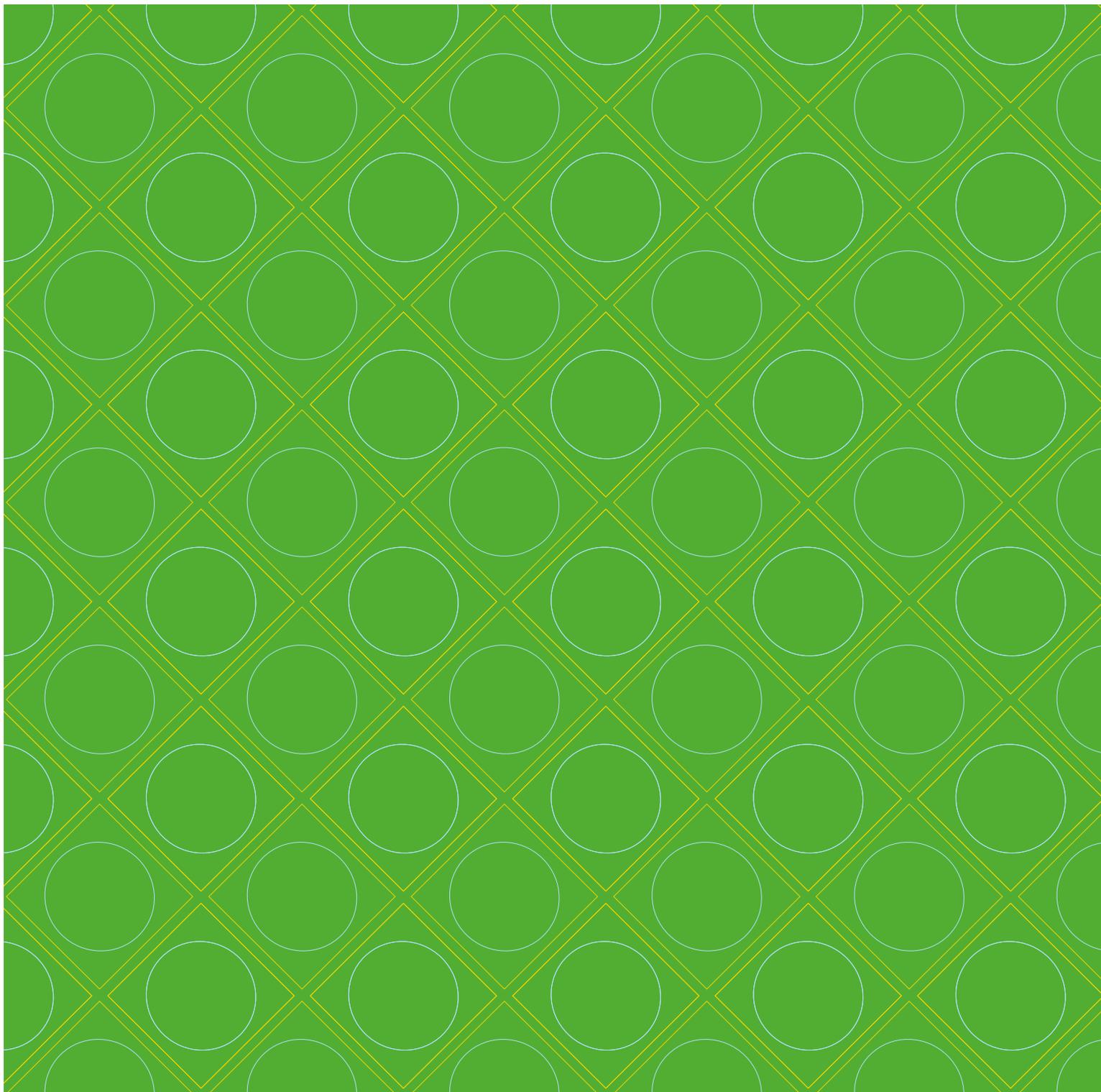
Mensagem do Poder Executivo





MENSAGEM
AO
CONGRESSO
NACIONAL
2020





Copyright © 2020 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/>).

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2019 - : Jair Messias Bolsonaro)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2020 : 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília : Presidência da República, 2020. – (Documentos da Presidência da República).

Modo de acesso: World Wide Web.

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/>>

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2020. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Combate à corrupção – Brasil. 4. Desenvolvimento econômico – Brasil. 5. Economia – Brasil. 6. Infraestrutura – Brasil. 7. Cidadania – Brasil. 8. Segurança – Brasil. I. Bolsonaro, Jair Messias, 1955-. II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



Escaneie o **QR Code** e acesse a versão completa da Mensagem ao Congresso Nacional 2020.





República Federativa do Brasil

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Vice-Presidente da República

Antônio Hamilton Martins Mourão

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

Onyx Lorenzoni

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Sérgio Moro

Ministro de Estado da Defesa

Fernando Azevedo e Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ernesto Araújo

Ministro de Estado da Economia

Paulo Guedes

Ministro de Estado da Infraestrutura

Tarcísio Freitas

Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina

Ministro de Estado da Educação

Abraham Weintraub

Ministro de Estado da Cidadania

Osmar Terra

Ministro de Estado da Saúde

Luiz Henrique Mandetta



Ministro de Estado de Minas e Energia

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Marcos Pontes

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ricardo Salles

Ministro de Estado do Turismo

Marcelo Álvaro Antônio

Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

Gustavo Canuto

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Wagner Rosário

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Alves

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Luiz Eduardo Ramos Baptista

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Advogado-Geral da União

André Luiz de Almeida Mendonça

Presidente do Banco Central do Brasil

Roberto Campos Neto



SUMÁRIO

CAPÍTULO I ESTADO MELHOR 13

1. APERFEIÇOAMENTO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 15
2. OLHAR MAIS MODERNO SOBRE O ESTADO 20
3. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO 25

CAPÍTULO II POLÍTICAS MELHORES..... 29

1. CONVERGÊNCIA ÀS MELHORES PRÁTICAS DA OCDE.....31
2. DESAFIOS À RETOMADA DO CRESCIMENTO33
3. NOVO OLHAR SOBRE A INOVAÇÃO..... 36
4. SALTO PARA A SOCIEDADE DIGITAL 38
5. ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA.....40
6. REDUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS 43



CAPÍTULO III RESULTADOS MELHORES 49

1. ECONOMIA	50
2. INFRAESTRUTURA.....	65
3. SOCIAL, AMBIENTAL E CIDADANIA.....	96
4. DEFESA E SOBERANIA.....	123
5. INSTITUCIONAL.....	135

**ANEXO: RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS
ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS145**

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Congressistas,

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo; segundo, agradecer ao povo brasileiro pelo mandato a mim confiado, o qual estou honrando com muita lealdade e verdade.

Nesta Mensagem, depois de um ano de Governo, temos orgulho de apresentar um novo Brasil.

A capacidade produtiva e de iniciativa do povo brasileiro estava sendo limitada, constituindo-se em um sério perigo para o País, e isso deveria ser enfrentado com coragem, esforço e dinamismo.

A partir da vitória nas eleições de 2018, começamos a pavimentar nosso caminho da prosperidade e o País começou a trilhar o caminho da liberdade e a ganhar projeção mundial.

Necessitávamos reduzir o Estado gigantesco, lento, burocrático e oneroso para os cidadãos pagadores de impostos, combater a corrupção, a violência, reerguer a economia e valorizar a família, a base da nossa sociedade.

Iniciamos diminuindo o tamanho da máquina pública, reduzindo o número de ministérios de 29 para 22.

Passamos a atuar em defesa dos interesses do País, apresentando uma mensagem firme e verdadeira ao mundo, construída a partir dos pilares que sustentam a ordem econômica e social, sempre levando em consideração os anseios e ideais do nosso povo.

No passado, o Brasil foi distanciado das grandes potências mundiais e dos centros tecnológicos. Tivemos independência e disposição para levar adiante uma proposta de mais liberdade para o País.

Realizamos missões amplamente frutíferas, mantivemos diálogos produtivos com diversos países e avançamos em questões fundamentais para a reinserção do Brasil no mundo, visando a prosperidade do País e do povo brasileiro. O viés ideológico deixou de existir em nossas relações com o exterior. O mundo voltou a confiar no Brasil.

Em um ano de governo, nós avançamos em importantes acordos que vão intensificar e simplificar as trocas comerciais e investimentos com o mundo. Enquanto Presidente da Nação, o nosso desejo é o de realizar boas parcerias para o Brasil, por meio das quais teremos melhores condições para agregar valor, de forma sustentável, aos nossos recursos naturais.



Em 2020, temos a oportunidade de continuar o processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Essa acessão contribuirá para a melhoria da eficiência dos gastos do Estado e da prestação de serviços públicos de qualidade, simplificação tributária, desenvolvimento da infraestrutura e fortalecimento da produtividade, melhoria do ambiente de negócios, aumento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoio ao ingresso dos trabalhadores na economia formal, fornecimento de educação pública de qualidade em todos os níveis, redução da pobreza, fortalecimento das ações voltadas ao combate à corrupção, redução de desigualdades e promoção da sustentabilidade ambiental.

Daremos ainda mais ênfase aos esforços para aumentar os nossos fluxos globais de comércio e investimentos, promovendo a renovação das relações e em busca de parcerias estratégicas com todos os países que tenham interesse em trabalhar pela paz, liberdade e prosperidade.

Nosso Governo está promovendo uma série de realizações, que já estão trazendo benefícios, tanto para a sociedade quanto para os investidores e o setor empresarial no Brasil.

Nossa taxa básica de juros (Selic) está em níveis mínimos históricos, a inflação sob controle, a Bolsa bateu sucessivos recordes e o risco-Brasil diminuiu significativamente. Com respeito ao nosso povo, faremos muito mais pelo País.

Os números mostram, ainda, que caminhamos para um ambiente fértil de emprego e prosperidade. Melhoramos o ambiente de negócios proporcionando mais oportunidades para que os empreendedores prosperem; com isso, já começamos a melhorar a geração de emprego e renda.

Para proporcionar infraestrutura integrada e confiável para a mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional e à retomada do crescimento económico brasileiro, o Governo atuou em quase 300 projetos considerados prioridade nacional nos setores de transportes, energia elétrica, petróleo e gás natural, parques nacionais, defesa, segurança pública, educação, saúde, telecomunicações, desenvolvimento regional, licenciamento ambiental e desestatizações de empresas públicas. Esse conjunto abrange um potencial de mais de R\$ 900 bilhões em investimentos a serem realizados durante os períodos dos contratos nos próximos 30 anos.

Pela primeira vez em duas décadas, pequenos, médios e grandes produtores rurais voltaram a trabalhar juntos. Unificamos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento todas as políticas voltadas para as demandas do agro e do setor rural. Tivemos produções recordes, fechamos diversos acordos e abrimos novos mercados para os produtos brasileiros. Para 2020, propomos fomentar e incentivar o potencial económico do meio ambiente, além de promover oportunidades de negócios sustentáveis.



O Brasil avançou não apenas no âmbito econômico. Tornou-se um país mais fraterno, que cuida dos brasileiros e de qualquer pessoa presente no território nacional. Devemos destacar o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Pátria Voluntária, que tem por essência fomentar a prática do voluntariado como ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo.

Em 2019, milhares de pessoas viram-se obrigadas a deixar a Venezuela e adentrar em nosso País, em um êxodo de grandes proporções na América Latina. Mesmo em um contexto de restrição orçamentária, trabalhamos para oferecer condições dignas e esperança para iniciar uma nova vida.

Em 2020, temos como objetivo continuar melhorando nossas políticas públicas para todos. É imperioso garantir educação de qualidade e formação suficiente para a população brasileira exercer a cidadania e alcançar o pleno potencial de liberdade. É urgente melhorar o acesso e a qualidade à saúde e a eficiência na gestão de serviços e recursos.

Aumentar a segurança da população brasileira é um grande desafio e uma meta do nosso Governo. A violência e a impunidade assolavam o povo brasileiro. Em 2019, o Brasil reduziu de forma expressiva a violência. Permanecemos desconstruindo a inversão de valores que há muito imperou em nosso País para devolver, de vez, a paz aos brasileiros.

A aprovação da Nova Previdência foi um sinal mais do que claro de que o Brasil está no caminho certo e de que existe um entrosamento entre os Poderes em prol do Brasil.

Outros projetos em tramitação em nosso Parlamento, ao longo deste ano de 2020, precisam da devida apreciação e votação, de modo que o Estado atenda às legítimas aspirações da sociedade brasileira, registrando marcos históricos de conquistas, dentre os quais podemos citar o projeto da reforma tributária, do Contribuinte Legal, do Programa Verde-Amarelo, da independência do Banco Central, da privatização da Eletrobras, do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, do Novo Marco Legal do Saneamento e do Plano Mais Brasil, composto pelas PECs Emergencial, do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos.

Sabemos que a missão é árdua, mas com dedicação, responsabilidade, espírito público e com a união atingiremos nosso objetivo, que é construir UM BRASIL GRANDE E MAIS JUSTO para todos. E essa construção passa necessariamente pelo nosso Parlamento.

O Brasil já mudou. E agradecemos imensamente ao Congresso Nacional por construir conosco este novo momento. Um momento de muitos resultados positivos e de esperança para nossa Nação.



Em 2020, continuaremos trabalhando em prol do nosso Brasil e da nossa democracia. Esperamos e confiamos que a voz da população brasileira seja ecoada no Congresso e que seus anseios prevaleçam, acima de tudo.

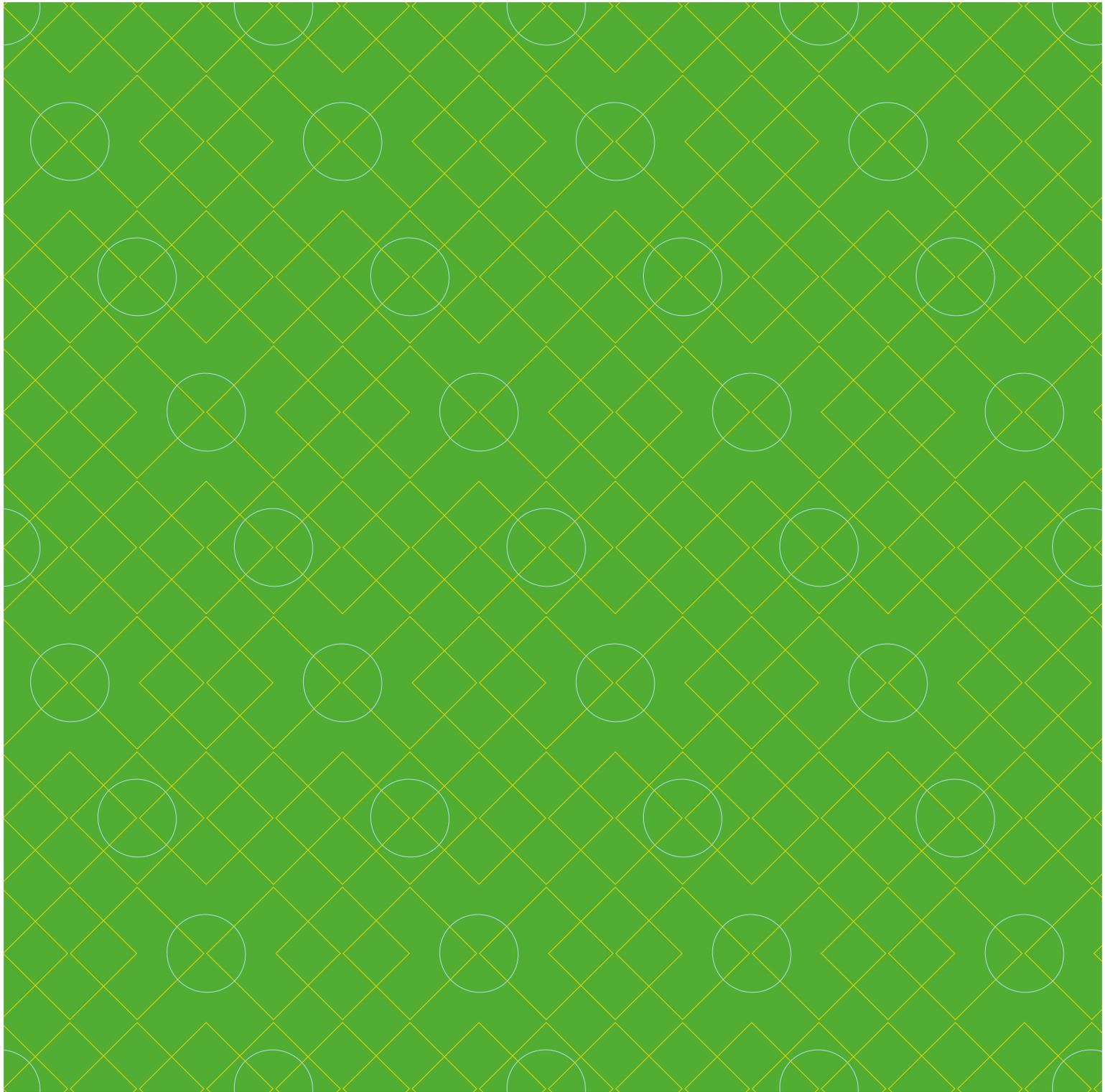
Ao entregar esta Mensagem às senhoras e aos senhores parlamentares, e, assim, à sociedade, deixamos a certeza de que, juntos, estamos criando as condições para colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Temos o dever de garantir um futuro melhor para nossos filhos e nossos netos, honrando as futuras gerações.

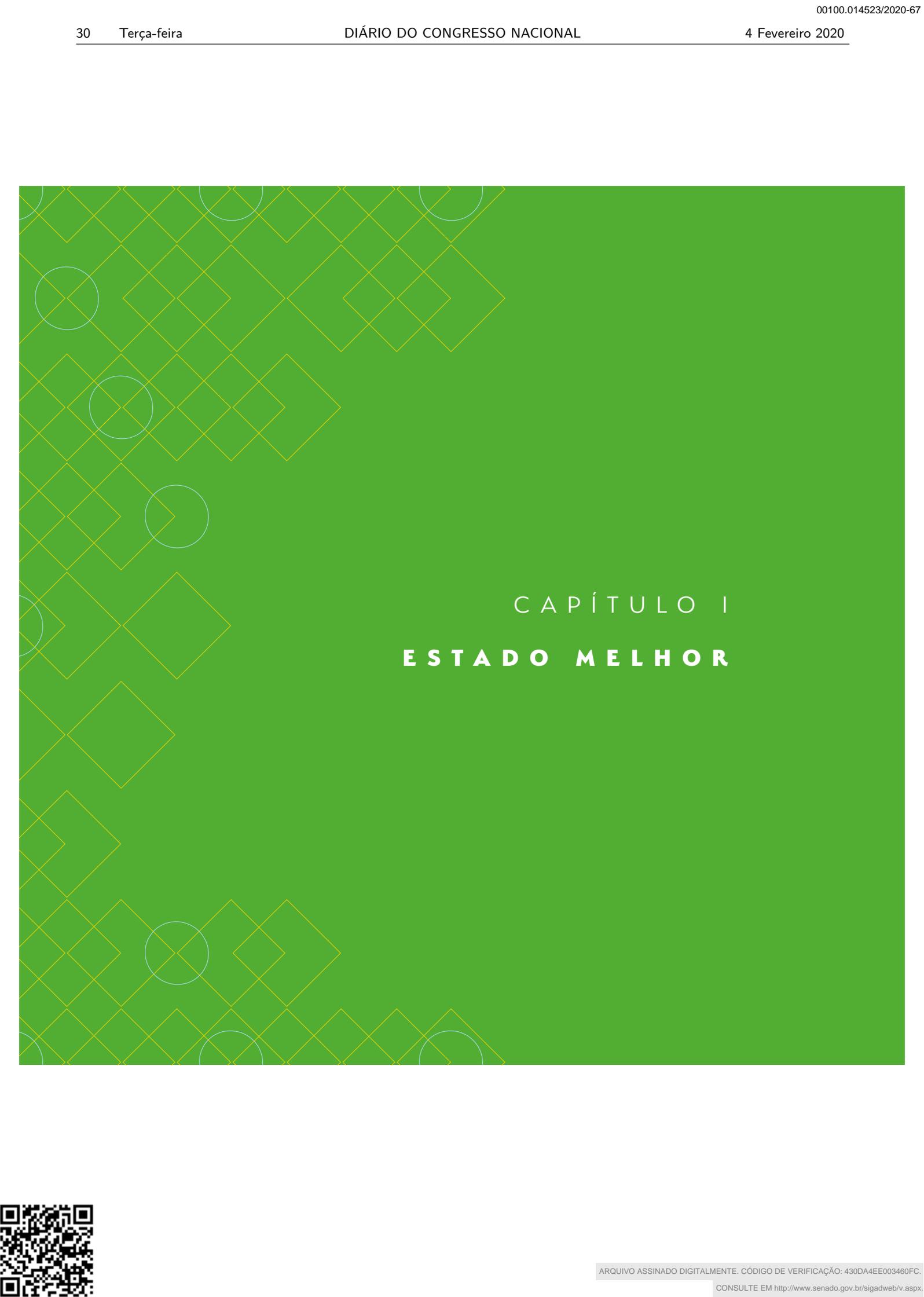
Muito obrigado!

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

APRESENTAÇÃO







CAPÍTULO I
ESTADO MELHOR



O aprimoramento do funcionamento do Estado passa por um diálogo franco, direto e institucional do Executivo com os demais poderes da República. Em 2019, primeiro ano da atual gestão, a construção de relações pautadas por metas e projetos estratégicos com o Legislativo permitiu a aprovação de medidas eficazes, pertinentes, sobretudo, as demandas das áreas econômica e social, sinalizadas pela população nas eleições gerais de 2018.

Diante dos desafios, o Governo se mostrou propositivo e apresentou reformas ousadas, contando para isso com a articulação do grupo instituído pelo Presidente para coordenar as ações da Presidência e dos ministérios: o Centro de Governo. Os esforços junto ao Congresso Nacional resultaram na aprovação de projetos importantes para destravar a economia, permitir a retomada do ciclo de investimentos no País e avançar em questões sociais, como a Nova Previdência, a Lei da Liberdade Econômica, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara, o Pacote Anticrime e o Programa Médicos pelo Brasil.

Para 2020, espera-se viabilizar outros projetos essenciais para o Brasil, como o Novo Marco Regulatório do Saneamento, a revisão do Pacto Federativo, a modernização do marco legal das parcerias público-privadas (PPPs) e a capitalização da Eletrobras.

O Governo Federal, em seu dever de governança e zeloso pelos valores democráticos de independência e soberania dos poderes, tem oferecido cada vez mais protagonismo ao Legislativo, que dispõe de inédita autonomia na alocação de recursos. Essa dinâmica de respeito institucional seguirá sendo honrada em 2020, a fim de aprimorar a relação entre o Executivo e o Legislativo e potencializar os resultados.



1. APERFEIÇOAMENTO DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre os desafios, os mais caros a este Governo são: i) reduzir a criminalidade; ii) fomentar o desenvolvimento econômico; iii) eliminar barreiras à concorrência e à produtividade; iv) criar um ambiente favorável à inovação; v) melhorar e ampliar a infraestrutura; vi) oferecer um sistema de ensino libertador e que prepare de fato o futuro da nação; vii) superar as desigualdades regionais e; viii) defender os pilares institucionais do Estado democrático de direito.

Para alcançar resultados capazes de melhorar efetivamente a qualidade de vida dos brasileiros, é imperativo aperfeiçoar as políticas públicas e otimizar o funcionamento do Estado. Assim, envolve-se toda a estrutura da administração pública e exige-se soluções assertivas – a um só tempo, eficazes e econômicas.

Elemento central dessa sistemática, a governança pública compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para direcionar, monitorar e avaliar a gestão das políticas e dos serviços de interesse da sociedade. Esses mecanismos, de modo conexo, melhoram a responsividade, a integridade, a confiabilidade, a qualidade regulatória, a prestação de contas e a transparência da ação governamental.

A política de governança foi oficializada na administração pública federal pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, vindo a ser incrementada em 2019, pelo Decreto nº 9.901, de 8 de julho. Entre os avanços mais recentes, destacam-se a criação e a implementação do Comitê Interministerial de Governança (CIG) e dos Comitês Internos de Governança (CiG). Ademais, foram criadas estruturas afins para os investimentos plurianuais, materializados na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 (que institui o Plano Plurianual 2020-2023), na Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentária de 2020), e no Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a Junta de Execução Orçamentária, órgão que assessorava diretamente o Presidente da República na condução da política fiscal.

Para dar continuidade à trajetória de fortalecimento da governança, o Poder Executivo conta com o apoio do Congresso Nacional para o estabelecimento de políticas sustentáveis e eficazes na administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Além disso, dentro das possibilidades que dependem diretamente do Governo, pode-se citar: i) a publicação de uma nova versão do Guia da Política de Governança Pública; ii) o desenvolvimento de um banco de boas práticas de governança; e iii) o estímulo à efetiva implementação de estruturas de governança multinível, orientadas a resultados e aplicadas nos diferentes níveis e esferas governamentais.

Com o objetivo de aumentar a qualidade das tomadas de decisões relativas à definição de suas metas, a eficiência na alocação dos recursos e a capacidade de adaptação do Governo às mudanças no ambiente e



na sociedade, o Estado vem intensificando as práticas de planejamento. Uma das iniciativas em curso é a configuração de um sistema de planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado. Esse sistema é composto pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes), pelos planos nacionais, regionais e setoriais e pelo plano plurianual – ainda que esse possa vir a ser substituído pelo orçamento plurianual, conforme a proposta do Pacto Federativo em tramitação no Congresso Nacional.

Construída com a participação de agentes governamentais e da sociedade, a Endes está estruturada em cinco eixos de ação: econômico, infraestrutura, social, ambiental e institucional. É a partir destas linhas que se definem as diretrizes e as bases do desenvolvimento econômico e social nacional equilibrado, os desafios a serem enfrentados pelo País, os cenários macroeconômicos e as orientações de longo prazo, os índices-chave que deverão ser alcançados, as macrotendências globais e seus impactos nas políticas públicas e, por fim, os riscos e as orientações para o desenvolvimento de medidas mitigadoras.

A gestão estratégica governamental de 2019 conduziu a revisão e a consolidação da Endes orientada para o desenvolvimento nacional equilibrado no período de 2020 a 2031, tendo sido aprovada pelo CIG em 16 de janeiro de 2020. A estratégia compreende a definição dos principais desafios e a composição dos índices-chave nacional, contemplando uma agenda voltada para melhorias da gestão estratégica, que visa assegurar aos órgãos e às entidades condições para elaborarem e revisarem seus próprios planos estratégicos de forma consistente e alinhada a uma visão de longo prazo.

Contudo, é certo que, independentemente da qualidade do planejamento e da avaliação, se não houver uma boa implementação, os resultados das políticas públicas não se realizam. Em 2020, a execução das ações transversais prioritárias do Governo será acelerada com a publicação do referencial metodológico para o desenvolvimento de unidades de governança – pequenos grupos de servidores seniores, estabelecidos a fim de facilitar a coordenação e a integração entre setores e níveis do Governo para produzir resultados rápidos, significativos e duradouros em benefício da nação.

Para assegurar o sucesso da implementação e subsidiar a avaliação de políticas públicas, o monitoramento é um processo que observa continuamente o que está sendo feito e compara essas observações com os objetivos e as metas definidos nos planos estratégicos. Com isso, fica mais fácil de medir se os resultados e os impactos desejados foram realmente alcançados.

Resultado dos esforços para fortalecer o monitoramento estratégico das ações governamentais, o Sistema Governança foi institucionalizado em 2019 como um canal de informação interna, destinado ao monitoramento de programas e projetos estratégicos do Governo Federal. Graças à organização e concentração desses dados, a atual gestão pôde produzir os balanços de 100, 200 e 300 dias de governo – o que terá continuidade em 2020.



Desenvolvido pela Casa Civil da Presidência da República, o Sistema Governa deu suporte à gestão de eventos importantes no Palácio do Planalto. Um exemplo foi a celebração das conquistas da Operação Acolhida, que, de forma ágil e efetiva, permitiu que milhares de venezuelanos vivessem e trabalhassem no Brasil com autonomia e dignidade. Para 2020, o Sistema Governa será integrado ao Agenda +Brasil, portal que centralizará as informações do Governo Federal a serem utilizadas pela Presidência da República em seus processos de decisão e de comunicação. A intenção é ampliar ainda mais a capacidade de comunicação estratégica e a transparência das ações governamentais.

Outro compromisso assumido pelo Governo é institucionalizar o processo de avaliação de políticas públicas. Complementar ao planejamento e ao monitoramento, a avaliação promove a tomada de decisão com base em evidências, o que aumenta a efetividade na alocação de recursos e a transparência das ações governamentais. Aplicada tanto no momento de formulação e desenho como após a implementação das políticas, a avaliação permite que o Governo use os recursos para criar, expandir e aperfeiçoar programas realmente capazes de gerar resultados relevantes para a sociedade. Em 2019, foi instituído o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), instância de natureza consultiva que avaliará um rol de políticas públicas financiadas por gastos diretos ou subsidiados da União, que serão selecionadas com base em critérios objetivos de relevância e materialidade. Para 2020, a intenção do Governo é desenvolver um sistema integrado de avaliação de políticas públicas, com liderança compartilhada entre os órgãos que compõem o Centro de Governo brasileiro, em arranjos que envolverão a participação ativa de entidades da sociedade civil.

Aperfeiçoar o ciclo de políticas públicas significa também melhorar a qualidade regulatória. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as políticas regulatórias incluem instituições, regras e processos constituídos para desenhar, implementar e avaliar a qualidade da regulação. A depender da qualidade das leis e dos regulamentos, as políticas públicas podem promover o crescimento econômico, aumentar o bem-estar social e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Se essas políticas forem falhas, por outro lado, podem ser criados novos custos administrativos e geradas barreiras desnecessárias à inovação, ao comércio, à concorrência, ao investimento e à eficiência econômica, o que dificulta o empreendedorismo e a criação de empregos.

O caráter estratégico de ações voltadas para o fortalecimento do sistema regulatório brasileiro foi definido com a edição da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 – que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. O dispositivo prevê a elaboração de um plano de ação voltado para aprimorar a qualidade da regulação no Brasil, estimulando a redução do estoque de normas regulatórias, disseminando as diretrizes de melhoria regulatória preconizadas pela OCDE e viabilizando a implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) para a administração pública, ferramenta reconhecida internacionalmente por proporcionar robustez técnica e analítica ao processo decisório dos reguladores.



Assim, alinhar as práticas regulatórias do Governo às melhores práticas internacionais é indispensável para que o País supere os desafios criados por um mundo cada vez mais dinâmico e interconectado, em que as mudanças e os fluxos de troca são rápidos e intensos. Após a criação do Plano de Ação para Melhoria da Qualidade Regulatória, o objetivo para 2020 é normatizar, disseminar e institucionalizar uma série de práticas, como i) a AIR e a supervisão regulatória; ii) o engajamento e a comunicação com as partes interessadas; iii) a criação de estruturas de governança; iv) a celebração de acordos de cooperação internacionais; e v) a avaliação das próprias leis em relação aos seus efeitos mais amplos, que vão muito além do custo.

O sucesso dessas ações depende de duas condições. A primeira delas é o desenvolvimento de um Centro de Governo (CdG) forte, coerente e integrado. E o Governo, após instituir e dar poder ao seu CdG, está tomando providências para tornar a iniciativa o mais perene e eficiente possível. Em parceria com a OCDE, será realizada uma revisão por pares (*peer-review*), uma espécie de auditoria, sobre a estrutura e o funcionamento do CdG brasileiro. O estudo avaliará o CdG em relação à: i) capacidade de coordenação (funções e mecanismos de coordenação, gestão de partes interessadas e governança); ii) excelência no planejamento estratégico e priorização de objetivos (alinhamento entre os planos e as prioridades dos cidadãos e do próprio Governo); iii) capacidade de governança orçamentária (direcionamento do orçamento em conformidade com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo e com a estrutura fiscal atual do País); iv) estrutura de monitoramento e avaliação (de políticas e programas, responsabilização pelo uso inadequado de recursos públicos, aprendizagem com erros do passado e tomada de decisão baseada em evidências); e v) possibilidade de comunicação estratégica (alavancagem de políticas inclusivas e informadas, alteração de comportamentos individuais, aceitação de reformas e facilitação do diálogo entre as entidades do Governo e as partes interessadas).

Além de analisar comparativamente o desempenho brasileiro em relação aos padrões da OCDE e às experiências de outros países-membros da organização, a revisão por pares sobre o CdG brasileiro é uma grande oportunidade para unir e engajar ainda mais os diferentes atores que o constituem. Com a aprendizagem decorrente do processo e do produto da revisão, espera-se que o CdG assuma um papel cada vez mais estratégico, liderando o conjunto do Governo de forma eficaz, para garantir a coerência das ações e a gestão eficiente dos recursos públicos em todos os níveis e esferas da administração pública.

A segunda condição para aumentar o sucesso das políticas públicas é a existência de pessoas preparadas, motivadas e engajadas para lidar com mudanças cada vez mais rápidas e desafios cada vez maiores. Esse conjunto de ações para aperfeiçoar mecanismos de governança, planejamento, implementação, monitoramento, regulação e o funcionamento do CdG exigem mudanças no modelo mental do serviço público civil. Com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o CdG tem assumido um papel ativo na disseminação de conhecimento sobre esses temas, seja publicando normas, orientações e guias, seja sensibilizando lideranças e capacitando servidores.

Apresentado o cenário, identificadas as prioridades e listadas as ações necessárias, o Governo Federal pretende alcançar, em 2020, um alto nível de maturidade regulatória a partir da busca pelo alinhamento



com as recomendações preconizadas pela OCDE. Isso não ocorre por acaso: fala-se aqui da organização que reúne em torno das melhores práticas de governança as nações mais desenvolvidas, prósperas e livres do mundo. Suas recomendações partem do princípio de que uma boa regulação é clara e compreensível aos regulados e usuários, consistente com outros regulamentos e políticas, e elaborada de modo transparente, com procedimentos adequados para a manifestação efetiva e tempestiva de atores e grupos interessados.

Com esse arcabouço consolidado, fica mais fácil enxergar o caminho para assegurar a resolutividade de problemas e alcançar metas claramente definidas nos programas governamentais, que passarão a ser implementados a partir de evidências e com escala proporcional aos problemas identificados. Tudo isso com amparo em uma base legal sólida e com a produção de benefícios que justifiquem os investimentos. A boa regulação leva em consideração, ainda, a minimização de custos administrativos e eventuais distorções de mercado resultantes de sua implantação.

É nesse sentido que vem o eixo central de atuação do Governo Federal, cujo sucesso depende imensamente de uma atuação harmônica em conjunto com o Congresso. Discute-se a revisão da concentração de recursos e poderes no governo central, em detrimento de Estados e Municípios. Para que o Brasil possa sair da rota da tensão federativa e passe a trilhar o caminho da cooperação dentro do modelo “Mais Brasil, Menos Brasília”, foram constantes as tratativas entre os órgãos federais e entes subnacionais em 2019, com ampliação das formas de interação e o compromisso de resposta.

A participação e o auxílio na organização da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), é um dos exemplos de parceria do Governo Federal com os entes subnacionais e suas representações.

Especialmente voltadas à integração, ao atendimento e ao apoio na resolução de necessidades regionais, iniciou-se uma Agenda Prioritária para a região Nordeste, com rodadas de apresentação do Pacto +Brasil nos Estados de AL, BA, CE, PE, PB, RN e SE. Em 2020, serão visitados o Maranhão e o Piauí. Houve inclusive a criação do painel de dados e indicadores sobre os Municípios do Nordeste: Ressonância Federativa. Deve-se destacar ainda: i) a intensa Agenda Roraima, com inúmeras iniciativas de auxílio àquele Estado; ii) a publicação do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, referente à Plataforma +Brasil; e iii) a implantação da Central de Atendimento aos Entes Federativos.

Para 2020, além de agendas nas unidades da Federação, para dar continuidade à integração regional e à priorização de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento local, está em curso a revisão do Portal Federativo. A ideia é transformá-lo em um portal de serviços com estímulo à participação das partes interessadas da Rede Federativa +Brasil. Deverão integrar o conteúdo do portal, dentre outros, os seguintes elementos: atualização dos dados dos governos, das prefeituras e dos gestores estaduais e municipais; participação nas pesquisas; e respectivas mobilizações em eventos e ações internacionais.



Por fim, cumpre dizer que o Governo Federal busca conjugar questões ambientais e econômicas, ciente de que sem desenvolvimento econômico e sem qualidade de vida para as pessoas reais, de nada vale uma natureza pujante; do mesmo modo, sem respeito à natureza, sem uma utilização correta e responsável dos recursos naturais, não há desenvolvimento sustentável e que seja capaz de prover qualidade de vida.

Portanto, são seriamente consideradas as dimensões ambiental e social da Agenda 2030, que é o conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos da Organização das Nações Unidas e de seus membros em torno de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E, nesses trabalhos, dá-se especial atenção à perspectiva econômica, posto que os ODS são meios de atração de investimentos de qualidade para a economia nacional e fortalecem a posição brasileira de que o meio ambiente e o desenvolvimento econômico devem caminhar juntos, fomentando o crescimento sustentável.

A intensa articulação com os diversos agentes responsáveis pela implementação da Agenda 2030 abrange ações que vão desde a aproximação com Estados e Municípios até a captação de investimentos externos para o financiamento de projetos de infraestrutura.

Em 2020, o Governo continuará o trabalho de atualização das metas dos ODS para que seja possível captar como os resultados das políticas públicas prioritárias no âmbito nacional se correlacionam com aquelas metas. Para isso, busca-se a consolidação nacional de indicadores, inclusive com proposta de metodologia replicável nos diversos níveis nacionais, contando com parcerias de organismos internacionais para a construção metodológica e o compartilhamento de conhecimentos.

A integração das diversas plataformas já existentes e oferecimento à sociedade brasileira das informações sobre ações realizadas em prol do crescimento sustentável serão fortalecidos em 2020. As variadas possibilidades culturais, geográficas e institucionais, juntamente com a criatividade na busca de soluções e a capacidade de inovação, são marcas do Brasil e devem ser valorizadas.

2. OLHAR MAIS MODERNO SOBRE O ESTADO

A premissa de que a qualidade do serviço prestado à sociedade está diretamente ligada à melhoria do funcionamento da máquina pública e da gestão dos servidores no âmbito da administração pública federal ganhou destaque no cenário nacional em 2019. Houve avanços em um conjunto de iniciativas voltadas para aprimorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. São destaques nesse cenário: i) as novas regras para concurso público; ii) a implantação do registro eletrônico de frequência; iii) as perícias médicas por



videoconferência; iv) o lançamento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP); v) a carteira funcional digital; e vi) a simplificação dos processos de cessão ou de requisição de servidores.

Em 2020, a busca pela excelência dos serviços e a melhoria da gestão pública de pessoas continuará a guiar os esforços do País. É preciso modernizar ainda mais o Estado, por meio da criação de mecanismos de gestão dinâmicos e alinhados às transformações por qual passa a sociedade, conferindo maior racionalidade e eficiência à sua atuação, com o intuito de estabelecer uma política de gestão de pessoas ágil, adaptável e conectada com as melhores práticas internacionais. É urgente aproximar o setor público da realidade brasileira, de forma a superar a percepção dissociada que o cidadão possui, de que o Estado se serve dos recursos da população antes de cumprir seu dever de servir à população.

Por fim, é preciso possibilitar um Estado financeiramente sustentável em longo prazo, considerando que a despesa com pessoal é um dos maiores encargos do setor público. Nesse último eixo fica evidente a necessidade de buscar condições orçamentárias e financeiras para a prestação de serviços públicos de qualidade não somente no presente, mas também no futuro. O gasto com pessoal representa a segunda maior despesa da União, atrás apenas da Previdência.

Em um contexto fiscal extremamente desafiador, medidas de contenção de crescimento do gasto de pessoal já vêm sendo adotadas e serão mantidas, como a redução no volume de novas contratações e a não concessão de reajustes salariais acima da inflação. Os efeitos de tais medidas já puderam ser observados em 2019, com o crescimento nominal da folha em um índice de 0,72%, abaixo da inflação. É um resultado inédito e extremamente relevante, pois, nos últimos dez anos, a folha cresceu, em média, 8,29% ao ano.

A agenda de 2020, em continuidade ao esforço reformista, deverá se pautar na proposição de novos instrumentos legais para viabilizar mudanças ainda mais estruturais, como a formação de um arcabouço legal para o Novo Serviço Público. Entre as propostas previstas estão modernizar o regime jurídico dos servidores públicos e unificar a sistemática e o ciclo de avaliação de desempenho, com ajustes no Estatuto do Servidor capazes de aproximar o serviço público da sociedade.

Já em 2019, diversas ações permitiram aumentar a eficiência da administração pública federal, reduzir gastos públicos e simplificar a gestão, dentre as quais se destacam:

- disponibilização a órgãos e entidades de serviços de apoio à efetivação de uma gestão estratégica;
- simplificação de processos e busca pela integração de sistemas informacionais;
- montagem do novo Governo com uma estrutura organizacional mais enxuta que, entre janeiro e novembro, proporcionou uma economia orçamentária na ordem de R\$ 214,8 milhões;



- instituição da **Plataforma +Brasil**, em substituição ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), que permitiu iniciar a consolidação das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social feitas pela União para Estados, Municípios e organizações da sociedade civil. A plataforma também permite rastrear recursos investidos e fomentar boas práticas de governança e gestão na execução de políticas públicas, com foco na geração de resultados para a sociedade e na promoção da participação dos cidadãos nos processos de aferição;
- criação da plataforma **reuse.gov**, para que a União possa receber doações sem encargos de bens e serviços realizadas por pessoas físicas e jurídicas, as quais já alcançaram R\$ 40,4 milhões em apenas cinco meses (de agosto a dezembro de 2019); e
- construção do Painel de Gestão, com informações consolidadas de orçamento, patrimônio, força de trabalho, contratos, cargos e funções, viabilizando para todos os órgãos da administração pública federal a tomada de decisão baseada em evidências.

O conjunto dessas e outras ações conduzidas no ano de 2019 assegurará ao longo do tempo uma economia estimada em R\$ 1,8 bilhão ao ano. Apesar dessa expectativa positiva, permanece a necessidade de avançar na modernização das estruturas do aparelho do Estado, priorizando demandas sociais que exigem maior dinamismo da atuação estatal com uma gestão orientada a resultados.

Nesse contexto desafiador, o Plano Plurianual 2020-2023 – concebido de forma mais enxuta, com um número reduzido de objetivos e metas mais realistas, por meio de um portfólio de projetos prioritários condizente com a realidade fiscal – terá sua implementação de forma continuada ao aperfeiçoamento dos processos de planejamento governamental. Para 2020, os objetivos são claros e as medidas são concretas, no sentido de promover uma verdadeira transformação institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal, de modo a torná-los mais capaz de realizar as entregas para a sociedade. Algumas das medidas:

- digitalização, simplificação e integração dos serviços dos sistemas estruturadores do Governo Federal (serviços que constituem mecanismos de suporte às atividades de órgãos e entidades, sob a coordenação e supervisão de um órgão central);
- aperfeiçoamento dos arranjos institucionais e das estruturas organizacionais por meio da ampliação do número de entidades em novos modelos jurídicos, inclusive com medidas de reorganização de funções e gratificações;
- elevação da eficiência e da transparência na gestão das transferências da União, simplificando normas, revisando o disciplinamento das transferências às organizações da sociedade civil e aprimorando a utilização de termos de execução descentralizada;



- centralização de contratações e da gestão de bens e serviços de uso comum por meio de novas modalidades de compras a serem incorporadas pela Central de Compras do Poder Executivo Federal, como veículos de representação elétricos, *facilities*, limpeza predial, venda da folha, Almoxarifado Virtual Nacional, TáxiGov Nacional e compra direta de passagens aéreas; e
- implementação da pactuação de resultados nas carreiras transversais, definindo metas e promovendo avaliação de desempenho que alie o alcance de metas institucionais ao desempenho pessoal.

A necessária transformação do Estado em curso no País encontra eco, também, na prioridade a mudanças institucionais e administrativas e na implementação de serviços digitais. O objetivo é tornar mais eficiente a relação entre Governo e população. Algumas dessas ações estão reunidas no Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), que tem como prioridade modernizar a gestão de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a fim de otimizar a implementação de políticas públicas, garantir transparência aos gastos públicos e entregar serviços completos e ágeis à sociedade.

O TransformaGov será implementado, no âmbito de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio de cinco etapas: i) diagnóstico; ii) ideação, compreendendo as possíveis soluções de alinhamento estratégico a serem consolidadas em um Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT); iii) elaboração de análises de viabilidade e priorização das propostas de transformação institucional; iv) implementação mediante a execução das ações; e v) acompanhamento por intermédio de uma sistemática de governança e gestão estratégica.

Essa busca da transformação institucional exige modernização da legislação pertinente a licitações e contratos, além da incorporação das melhores práticas administrativas e da consolidação de entendimentos jurisprudenciais relevantes. É preciso, também, aperfeiçoar a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, prevendo mecanismos de liderança, estratégia e controle. Por fim, requer, ainda, o estabelecimento de regras para a ocupação de cargos e funções comissionadas, dispondo ainda sobre definição de perfis das vagas, divulgação de currículos dos seus ocupantes e processo seletivo opcional.

O movimento de transformação digital do Governo Federal propõe o uso da tecnologia para a prestação de serviços públicos *on-line*, para que se possa atender com cada vez mais celeridade e excelência a todos os brasileiros, de todos os lugares do País. E isso tudo está sendo conquistado com: i) a integração e unificação dos diversos canais digitais disponíveis; ii) a implementação de uma identidade digital unificada para o cidadão; iii) a interoperabilidade entre os mais diversos sistemas e bases de dados do Governo Federal; e iv) o uso estratégico das tecnologias da informação e comunicação (TICs), com foco na geração de valor para a sociedade.



Em âmbito mundial, o desempenho em governo digital é mensurado pelo Índice de Governo Digital, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2018, o Brasil figurava na 44ª posição entre 193 países. A gestão atual espera melhorar consideravelmente a posição do Brasil nesse *ranking*, uma vez que, somente em 2019, foram digitalizados mais de 500 serviços públicos, que vão facilitar a vida dos cidadãos brasileiros e gerar uma economia anual estimada em R\$ 345 milhões.

O Governo Federal oferece aproximadamente 3,3 mil diferentes serviços à população, incluindo toda a administração direta, autarquias e fundações. Ao início de 2020, 53% dos serviços já podem ser acessados via *on-line* e agrupados no Portal Único do Governo Federal (Gov.br).

A emissão do Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia, por exemplo, demandava o trabalho de 700 funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), espalhados por todo o País. Hoje, com o serviço digital do Governo Federal, são empenhados apenas 95 servidores. Em relação aos serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto em janeiro de 2019 apenas 8% dos usuários cadastravam seus requerimentos por meio dos canais digitais do órgão, no fim desse mesmo ano o percentual chegou a 92%. Já a Carteira de Trabalho Digital começou a ser fornecida no mesmo dia, sendo que antes demorava em torno de 17 dias.

Até o fim de 2022, pretende-se transformar digitalmente 100% dos serviços da União, todos disponíveis no portal Gov.br, o que poderá representar uma economia anual de R\$ 7 bilhões. Com isso, o Brasil estará entre os 15 países mais desenvolvidos do mundo em serviços públicos digitais, subcomponente medido a cada dois anos pela ONU como parte do Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico.

Objetiva-se também, para 2020, expandir a emissão do Documento Nacional de Identificação como Identidade Digital única e integrada com todos os códigos e documentos que o cidadão possui, focando em gerar valor à economia no Brasil e intensificar o movimento de transformação digital no Governo.

Outras medidas de desburocratização foram desenvolvidas em 2019, cabendo destacar a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019), com potencial de geração de aproximadamente 3,7 milhões de empregos nos próximos dez anos. A legislação trouxe modificações no direito privado voltadas à segurança jurídica e à preservação dos contratos e estabeleceu instrumentos para políticas públicas que serão desenvolvidas nos próximos anos, por meio, por exemplo, do regramento geral para dispensa de licenciamentos em casos de baixo risco, digitalização de documentos, aprovação tácita e efeito vinculante em decisões administrativas de atos públicos de liberação e incorporação de regulações internacionais voltadas a fomentar a competitividade brasileira.

O compromisso, até 2022, é de que se tenha um Governo integrado e inteligente, que implemente políticas efetivas baseadas em dados e evidências; antecipando e solucionando de forma proativa as necessidades do cidadão e promovendo um ambiente de negócios competitivo e atrativo a investimentos.



3. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Como fator que cria um melhor ambiente de atuação governamental, a agenda do Governo e da nova gestão no combate à corrupção contemplam ações como a regulamentação dos critérios de ocupação de cargos comissionados e a governança no compartilhamento de dados. Além disso, a legitimação perante organismos internacionais na agenda anticorrupção tem sido notória e favorece a cooperação internacional, com destaque para a instituição, no ano de 2019, do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC).

Algumas proposições legislativas poderão conduzir para o estabelecimento de um cenário mais positivo na atuação da Controladoria-Geral da União (CGU), considerando a evolução nas discussões relativas às normas gerais de licitação e o disciplinamento da atividade de “lobby”, por exemplo.

O Estado deve ter ação ininterrupta no sentido da defesa do patrimônio público e incremento da transparência da gestão. Esses propósitos se traduzem em ações de fortalecimento da participação social em defesa do interesse público, aumento da eficiência do Estado e da qualidade de entregas à sociedade e aperfeiçoamento do combate à corrupção e da recuperação de ativos.

Nesse contexto, a atuação no âmbito da CGU é proporcionar:

- aprimoramento da governança, gestão de riscos e controles internos da administração pública, com processos mais eficientes;
- aumento do nível de integridade pública e redução da corrupção;
- aumento da transparência e da participação social; e
- inibição passiva da criminalidade (potencial punição), a partir da diminuição da sensação de impunidade, além da racionalidade da relação “imposto *versus* benefício”, ou seja, a percepção de um equilíbrio entre o que se paga de imposto e o que se recebe de serviços prestados.

Em 2019, as atuações se deram em três frentes:

- a transparência e a participação social em defesa do interesse público com a aprovação de 70% dos planos de integridade dos órgãos e das entidades do Governo Federal, a avaliação e o monitoramento



de programas de integridade no âmbito dos acordos de leniência, o incremento de novas informações sobre gastos do Governo Federal no [Portal da Transparência](#), o monitoramento do cumprimento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal e a disseminação de valores relacionados à participação social para alunos, famílias e comunidade escolar. Ressalta-se que a utilização do e-Ouv, sistema integrante da Plataforma [Fala.br](#), para registro de manifestações de ouvidoria, passou a ser obrigatório, levando o número de manifestações registradas a mais que dobrar em relação ao exercício anterior, superando a marca de 370 mil. Além disso, foram realizadas ações de avaliação das ouvidorias do Sistema de Ouvidorias, bem como ações de formação continuada no tema;

- a eficiência do Estado e a qualidade de entregas à sociedade, por meio de avaliações com impactos relevantes para a administração pública federal, com destaque àquelas realizadas em consonância com o Comitê Interministerial de Governança (CIG) no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). Adicionalmente aos trabalhos de auditoria, foram realizadas consultorias, com agregação de valor às políticas públicas federais. A implementação pelos gestores públicos das recomendações e orientações emitidas pela CGU proporcionou benefícios financeiros na ordem de R\$ 12 bilhões, além da implementação de 618 melhorias estratégicas e operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e
- o combate à corrupção e a recuperação de ativos, com a criação da Secretaria de Combate à Corrupção (SCC), que realizou ações tais como: celebração de mais cinco acordos de leniência com previsão de devolução de recursos na ordem de R\$ 7,5 bilhões aos cofres públicos e às entidades federais; e realização de 52 operações especiais em conjunto com órgãos de defesa do patrimônio, que identificaram um prejuízo potencial estimado em R\$ 126 milhões. Ainda são destaques a criação do Programa de Fortalecimento de Corregedorias (Procor) e da Rede de Corregedorias, que têm como objetivos promover o aprimoramento na condução de procedimentos correccionais no âmbito nacional. Por fim, cabe mencionar a publicação da atualização da regulamentação para os procedimentos de apuração e responsabilização de pessoas jurídicas e o aprimoramento do Painel de Corregedorias.

Vale ressaltar que os dados disponíveis no Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) do [Portal da Transparência](#), até 31 de dezembro de 2019, registraram mais de 433 demissões, 81 cassações de aposentadoria e 38 destituições de ocupantes de cargos em comissão. Registra-se, também, a publicação do Manual Prático de Nomeação e Designação de Cargos e Funções, com orientações a serem observadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal quanto à ocupação de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). O objetivo da publicação é auxiliar, de forma prática, os servidores do Poder Executivo Federal a avaliarem os critérios de nomeação e designação estabelecidos pelo Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, de forma a evitar discrepâncias entre as avaliações realizadas por diferentes órgãos e entidades.



ATUAÇÃO DA CGU NOS CASOS DE CORRUPÇÃO E APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS



Fonte: Controladoria-Geral da União (CGU).

Sem medidas que coíbam os atos de corrupção, sem o fomento à transparência e à participação social e sem o aperfeiçoamento da eficiência do Estado, os recursos públicos serão dissipados sem atingirem o seu verdadeiro objetivo: o bem-estar social. Com isso, as atuações estratégicas seguirão de forma contínua nas seguintes frentes em 2020:

- transparência e participação social, em defesa do interesse público, mediante implantação de expedientes como o modelo multidimensional de maturidade para ouvidorias públicas, os conselhos virtuais de usuários de serviços públicos e instrumentos de análise de risco informatizada (para a garantia do tratamento adequado de denúncias de irregularidades, por meio do sistema de Ferramenta de Análise de Risco em Ouvidoria). Também proceder-se-á com a integração dos sistemas e-Ouv (de Ouvidoria) e e-Sic (de acesso à informação) na plataforma nacional Fala.br. E mais: i) implantação e monitoramento das obrigações referentes à proteção ao denunciante no âmbito administrativo; ii) aprovação de todos os planos de integridade dos órgãos e das entidades do Governo Federal; iii) inserção de novas funcionalidades e ferramentas no Portal Brasileiro de Dados Abertos;



iv) reestruturação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) para melhor coordenar as ações de dados abertos entre os atores participantes; e v) incremento de novas informações sobre gastos do Governo no Portal da *Transparência*. Neste último caso, referencia-se a remuneração dos servidores aposentados e pagamentos aos pensionistas e Notas Fiscais Eletrônicas (NFes), além de outras modalidades de cartões de pagamento, como as utilizadas nos programas de Alimentação Escolar (PNAE) e Dinheiro Direto na Escola (PDDE), na área de Pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq) e nos projetos culturais financiados pela Lei Rouanet. Por fim, cabe mencionar que o Brasil será sede da *International Conference for Information Commissioners*;

- eficiência do Estado e qualidade de entregas à sociedade com a publicação de estudos e avaliações sobre temas de interesse do Governo e da sociedade, conforme diretrizes do Centro de Governo. Assim, procede-se com atuação no sentido de garantir que os processos de desestatização e desinvestimento sejam realizados de forma íntegra e eficiente (oferecendo subsídios e orientações aos órgãos responsáveis, fomentando o mapeamento e o tratamento dos riscos do processo e realizando avaliações da suficiência da estrutura e da regularidade das liquidações e alienações das empresas estatais ou de seus ativos); e com realização de avaliações com o objetivo de identificar caminhos para o incremento do desempenho econômico-financeiro e melhoria dos programas de integridade das empresas estatais e de contribuir para o incremento da eficiência do Estado como proprietário de empresas estatais; e
- combate à corrupção e recuperação de ativos por meio do início da execução do Plano de Ações Anticorrupção, elaborado pelo grupo de trabalho constituído no âmbito do CICC, cujo objetivo é estruturar medidas concretas para aprimorar os mecanismos de combate à corrupção no contexto do Poder Executivo Federal; realização de concurso de boas práticas da Rede de Corregedorias e ampliação de cursos e treinamentos oferecidos pela Corregedoria-Geral da União (CRG), com o apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) por meio de acordo de cooperação.

Dentro desse contexto, a previsão é de que no ano de 2020 sejam instituídos: i) o novo Estatuto de responsabilização de agentes públicos e o lançamento do Sistema e-PAD; ii) o regulamento para a agenda de compromissos públicos; e iii) a intensificação do uso da inteligência artificial para triagem de denúncias.





CAPÍTULO II
POLÍTICAS MELHORES



Ao mesmo tempo em que trabalha na melhoria da governança, o Governo enfrenta os desafios de consolidar a recuperação econômica e restaurar a confiança dos cidadãos em suas instituições. São tarefas as mais complexas, posto que seu contexto é de desigualdades socioeconômicas e regionais já históricas.

Dados apresentados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Relatório Econômico sobre o Brasil, publicado em fevereiro de 2018, mostram que a convergência do País às melhores práticas internacionais contribuirá para a maior eficiência na destinação dos gastos e qualidade na prestação de serviços públicos. É urgente proceder com a simplificação tributária, desenvolver a infraestrutura e fortalecer a produtividade. Progresso do ambiente de negócios, aumento do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoio ao ingresso dos trabalhadores na economia formal, fornecimento de educação pública de qualidade em todos os níveis, redução da pobreza, fortalecimento das ações voltadas ao combate à corrupção e promoção de uma sustentabilidade ambiental amigável aos negócios (por meio do investimento em conservação, biodiversidade, redução de emissões e gestão de recursos hídricos) são temas prementes e caros a este Governo.





1. CONVERGÊNCIA ÀS MELHORES PRÁTICAS DA OCDE

A OCDE reúne as nações mais ricas do mundo em torno das melhores práticas de governança. O Brasil caminha a passos firmes para integrar esse seletivo grupo. A Organização conta com ampla base de dados com indicadores sobre o cenário brasileiro em diversas áreas, como agricultura, desenvolvimento, economia, educação, energia, meio ambiente, finanças, governança, saúde, inovação e tecnologia, emprego e sociedade.

A acessão do Brasil à OCDE é o resultado esperado de um longo processo de aproximação, imensamente acelerado no ano de 2019. Dentre os países que recentemente formalizaram a solicitação de acessão à OCDE, o Brasil é o que apresenta a candidatura mais sólida à luz dos critérios oficiais. Ademais, o Brasil é a nação não membro com o mais alto nível de participação nas instâncias (grupos de trabalho, conselhos e comitês) e um avançado estágio de aderência aos padrões da Organização.

A partir da convergência aos padrões exigidos, o Brasil poderá trabalhar junto aos países-membros em uma vasta agenda de temas relacionados a políticas públicas. O grande ativo desse processo é que esses esforços são catalisadores das reformas estruturais em curso e em preparação pelo Governo Federal. Ou seja, os requisitos para entrar para a OCDE coincidem com as iniciativas do Governo. O alinhamento aos instrumentos legais e às práticas da OCDE auxiliarão o País a impulsionar o crescimento econômico sustentável, a reduzir desigualdades socioeconômicas e regionais, a fortalecer o combate à corrupção e a aumentar a transparência e a eficiência da ação governamental.

A superação dessas restrições envolve modificações de legislações e práticas internas, bem como mudanças institucionais.

Dentro dessa perspectiva, o Governo adotou, em 2019, medidas para intensificar a convergência aos padrões da OCDE. Em 18 de julho de 2019, durante a cerimônia do balanço dos primeiros 200 dias do atual Governo, foi assinado o Decreto nº 9.920, instituindo o Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acessão da República Federativa do Brasil à OCDE (“Conselho Brasil-OCDE”), responsável pelas estratégias voltadas à convergência do Brasil às melhores práticas da Organização.

O colegiado conta com representação em alto nível dos principais órgãos responsáveis pela condução da política econômica e das relações exteriores do País: i) Casa Civil da Presidência da República (coordenação); ii) Ministério das Relações Exteriores; iii) Ministério da Economia; e iv) Secretaria-Geral da Presidência da República. Devido à alta complexidade dos temas tratados no âmbito do Conselho Brasil-OCDE, o



Decreto também criou um Comitê Gestor, composto por representantes dos ministérios mencionados, com a função de subsidiar o colegiado no exercício de suas atribuições.

Em paralelo, o Governo avançou na agenda de aprimoramento institucional, com a intensificação do processo de adesão aos Códigos de Liberalização de Movimentos de Capitais e de Operações Correntes Intangíveis e promoção de alinhamento ao arcabouço legal da OCDE sobre preços de transferência.

Em 7 de novembro de 2019, foi editado o Decreto nº 10.109, que promulga o acordo de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a OCDE, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015. O acordo prevê i) a cooperação nos diálogos políticos da Organização em questões globais emergentes; ii) o apoio ao estabelecimento de políticas e à implementação de reformas de políticas econômicas, sociais e ambientais; iii) o aprimoramento de políticas e serviços públicos; e iv) a promoção de melhor compreensão dos desafios relacionados às mudanças estruturais e ao crescimento de longo prazo nos países em diferentes níveis de desenvolvimento.

Vale destacar, ainda, que os representantes do Governo brasileiro seguem em constante diálogo com altas autoridades diplomáticas, representantes da OCDE, parlamentares do Congresso Nacional e outros atores considerados estratégicos nesse processo de convergência.

Em 2020, os esforços de adesão das políticas públicas brasileiras às melhores práticas propagadas pela OCDE terão sequência em várias frentes. Com o foco na retomada da confiança e do desenvolvimento sustentável e inclusivo, o Governo vai promover estudos e avaliações em áreas que considera prioritárias, como educação, saúde e governança pública.

No âmbito do Conselho Brasil-OCDE, serão implementadas as diretrizes para os trabalhos desempenhados pelos ministérios voltados para o processo de convergência às melhores práticas internacionais.

Para o exercício financeiro de 2020, há previsão de aporte de recursos destinados à realização de missões técnicas da OCDE ao Brasil (Comitês Técnicos), emissão de documentação e tradução, ações de comunicação e estudos técnicos e demais despesas necessárias à preparação do País para integrar o grupo.

Em 2020 o Governo Federal buscará avanços em atualizações normativas que convirjam às melhores práticas da OCDE, com destaque para:

- a proposta de instituir um novo marco legal para o mercado de câmbio de capitais estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior, modernizando e desburocratizando o sistema; a questão está prevista





em um projeto de lei que dispõe, sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil;

- a modernização e o progresso nas normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil e disposição quanto à sua autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira; e
- a regulamentação da aquisição, da posse e do cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira.

2. DESAFIOS À RETOMADA DO CRESCIMENTO

O Brasil tem sofrido com a baixa produtividade ao longo das últimas décadas, com decorrente perda de competitividade das empresas domésticas, baixo crescimento econômico e estagnação do nível de renda da população estacionado. O País apresentou um crescimento anual médio de 1,2% do PIB ao longo dos últimos dez anos, período considerado entre 2009 e 2018. A título de comparação, a taxa média mundial foi de 1,25% para a economia mundial, 2,58% para as economias de renda média (das quais o Brasil faz parte) e 1,04% para a América Latina.

O fraco desempenho da produtividade agregada da economia brasileira é uma questão complexa e que envolve múltiplas causas. Dentre as variáveis sistêmicas, há fatores que influenciam os demais determinantes, com destaque para: i) a infraestrutura física e de telecomunicações do País; ii) os aspectos concorrenciais e de regulação; iii) o grau de abertura comercial; iv) a qualidade do ambiente de negócios; e v) a estrutura do sistema tributário, entre outros.

A partir desse diagnóstico, o Governo tem atuado de forma coordenada no enfrentamento do problema de estagnação da produtividade, assumindo a missão de viabilizar a reversão desse cenário com o fomento da competitividade e do emprego, por meio da livre iniciativa, do mercado concorrencial, do capital humano e da modernização das empresas brasileiras.



Diante disso, foram definidos objetivos claros e abrangentes para o enfrentamento do problema, dentre eles:

- remover obstáculos que impeçam o aumento da produtividade e competitividade das empresas;
- elevar a qualificação do capital humano e a taxa de emprego;
- aumentar a concorrência e a eficiência dos mercados;
- elevar a infraestrutura brasileira a patamares internacionais de preço e qualidade;
- promover a modernização das empresas via inovação, digitalização e capacitação gerencial; e
- estimular o desenvolvimento de micro e pequena empresas (MPEs) de forma inovadora e sustentável.

Como orientação para avaliar a efetividade dessas ações, o Governo utiliza indicadores internacionais que permitem a comparação com outras economias, como o *Doing Business Index*, do Banco Mundial e o *Global Competitiveness Index*, produzido pelo Fórum Económico Internacional. Atualmente, o Brasil está na 124ª posição dentre os 190 países analisados no *Doing Business Index*. Já em relação ao segundo *ranking*, o País ocupa o 71º lugar. Em ambos os casos, a determinação presidencial – consoante ao desejo de toda a nação – é de que o Brasil suba consideravelmente nessas listas.

São objetivos ambiciosos. Contudo, por meio da adoção de políticas públicas transversais estruturadas, é possível melhorar esses indicadores e tornar o Brasil mais produtivo e mais competitivo internacionalmente.

Para tanto, o Governo prioriza uma atuação transversal para “atacar” o problema de maneira agregada. A efetividade das ações depende fortemente de uma articulação permanente e bem estruturada que possibilite diálogo, alinhamento e sinergia com diversos atores públicos e privados nas mais diversas áreas da economia.

Com o foco em promover essa recuperação sistêmica da produtividade da economia e na colaboração com os diversos atores públicos e privados, o Governo alcançou importantes conquistas em 2019:

- a simplificação dos procedimentos para ex-tarifário e processo produtivo básico, com vistas a zerar o *backlog* de todos os processos setoriais;
- a pactuação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para a oferta de *vouchers* de qualificação profissional;



- a aprovação de acordo de cooperação técnica com Senai e Sebrae para promover melhorias na produtividade de mais de 200 mil empresas, no âmbito do Programa Brasil Mais Moderno;
- a conclusão do Mapa do Emprego e a abertura dos dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE) para novas soluções tecnológicas na área de gestão de Recursos Humanos (HRTechs);
- o encaminhamento de projetos de lei que permitem aumento dos investimentos em infraestrutura, como saneamento básico, telecomunicações, logística e energia;
- a elaboração de marco legal para *start-ups*, em conjunto com atores do ecossistema de *start-ups*, no intuito de melhorar o ambiente de empreendedorismo inovador; e
- a facilitação da recuperação judicial, extrajudicial e de decretação de falência para micro e pequenas empresas (MPEs), bem como a redução das obrigações acessórias para MPEs.

Como o desafio é contínuo, será ainda necessário vencer uma série de etapas em 2020, como:

- avanço na regulamentação do Rota 2030, que tem como foco incentivar os projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em toda a cadeia produtiva do setor automotivo;
- aprovação da regulamentação dos contratos de impacto social;
- modernização do marco legal da aprendizagem profissional, com aprimoramento no sistema de formação profissional inicial que possibilite a inserção do jovem no mercado de trabalho;
- aprovação de atos normativos que tenham a finalidade de buscar solução aos principais entraves à exploração econômica da terra e tratem da atualização do marco legal da desapropriação;
- lançamento do edital do projeto-piloto para viabilização e expansão da rede para universalização da banda larga e adoção do 5G;
- *roadmap* – uma visão geral gráfica dos objetivos e das entregas do projeto apresentados em uma linha do tempo, incluindo normas técnicas e revisão de marcos regulatórios adequados e viáveis para a implementação da Indústria 4.0; e
- criação de redes para elaboração de planos empresariais de digitalização e avanço nos trabalhos de aprovação do Novo Marco Legal do Empreendedorismo, bem como o estabelecimento da jornada do empreendedor, inclusive com a instituição do observatório das MPEs.



3. NOVO OLHAR SOBRE A INOVAÇÃO

O conceito de “sociedade do conhecimento” vem sendo amplamente utilizado para descrever o modelo predominante de organização do mundo atual, em que a geração e a aplicação sistemática de conhecimento e tecnologia tornam-se elementos essenciais da dinâmica econômica e, por consequência, condições fundamentais para que um país possa competir em um contexto marcado pela globalização e pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias.

É um cenário de oportunidades, mas também de riscos para o Brasil. Ao mesmo tempo em que o País tem a possibilidade de se inserir em cadeias globais de produção e de prestação de serviços, há grande chance de que setores da economia sofram com uma concorrência internacional para a qual não estão preparados. É, portanto, exatamente esse avanço na produtividade que urge ser incorporado à economia como um todo, permitindo ao Brasil escapar da chamada “armadilha da renda média” e alcançar os países desenvolvidos. E isso não apenas em termos econômicos, mas também de redução da desigualdade, melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos e, como objetivo mais importante, ampliação do bem-estar da população.

Nesse cenário, vale destacar o potencial que a inovação e o desenvolvimento das tecnologias têm para atacar problemas históricos, como doenças tropicais, deficiência em infraestruturas como saneamento e transporte público, redução do custo da moradia e enfrentamento a desafios climáticos (como secas e enchentes). Em tempo, embora haja muito o que desenvolver, cabe destacar que há áreas em que o Brasil já se vale da inovação com expressivos resultados. É o caso do agronegócio, da exploração de petróleo e da aviação.

Porém, fato é que o Brasil precisa revisar e realinhar as estratégias de sua política de inovação. O diagnóstico realizado por diversos agentes envolvidos no tema — empresas, pesquisadores e Governo, entre outros — assinala diversos pontos sensíveis, conforme a seguir:

- níveis de inovação relativamente baixos: ainda que se perceba um aumento relativo na tendência à inovação nos últimos anos, as empresas brasileiras inovam pouco, se comparadas aos padrões internacionais de países avançados, o que se reflete nas participações limitadas nos registros de patentes internacionais. A maior quantidade de inovações realizadas está ligada à importação e à adaptação de tecnologia vinda de outros países. Nesse sentido, um dos desafios (que, aliás, já tem sido enfrentado com inédita determinação pela atual gestão) é o Estado inverter sua lógica de atrapalhar o crescimento e passar a gerar condições para o desenvolvimento, desburocratizando, facilitando e colaborando, além de fazer o que for possível para gerar bases sólidas de conhecimento, construindo alternativas para soluções tecnológicas e a proteção desse conhecimento gerado;



- dificuldades de coordenação entre instituições: a coordenação público-privada e universidade-empresa em projetos conjuntos de inovação é outro ponto fraco. Em muitos casos, há pouca administração entre as entidades privadas para concretizar projetos de inovação em base associativa. Além disso, é muito comum no Brasil instituições de ensino desenvolverem independentemente da demanda do mercado, sem nenhuma preocupação com o que se passa no mundo real;
- limitações de financiamento: a principal fonte de investimento em pesquisa e desenvolvimento continua sendo o setor público, em oposição aos países avançados em geral. Há relativamente pouco capital de risco e créditos disponíveis para financiar inovação, o que reduz significativamente as possibilidades e os incentivos para inovar no âmbito privado;
- baixa capacidade de formação de recursos humanos: existe pouco planejamento na formação de recursos humanos que correspondam às necessidades de um sistema produtivo inovador. Além disso, há o agravante de que os ciclos necessários para a formação de profissionais são longos e, portanto, é preciso fazer análises prospectivas e adiantar-se às demandas; e
- baixa capacidade de transformar insumos de inovação em produtos: historicamente, o Brasil tem se cercado de recursos e capacidades fundamentais para a geração de inovação, especialmente na produção de conhecimento científico e tecnológico (pesquisa e desenvolvimento). Apesar de tal esforço, os recursos aplicados não têm se refletido em produtos de inovação, o que demonstra uma elevada dificuldade de atingir mercados globais de forma sistemática.

O tema de inovação tem sido tratado com diversos mecanismos nos últimos anos. Tais esforços, porém, não têm alcançado os resultados esperados. O atual marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) não é suficiente para desenvolver de vez a inovação, colocando-a em um patamar de qualidade e tecnologia necessário aos produtos nacionais. Com a percepção desse cenário, desde os primeiros dias, o Governo Federal tem trabalhado na elaboração de uma nova Política Nacional de Inovação (PNI) de longo prazo. Trata-se de um conjunto de diretrizes e ações inerentes ao ecossistema inovativo nacional que terão caráter compulsório para o Governo e orientador para todos os entes subnacionais. A finalidade, em última linha, é buscar a universalização da inovação no Brasil.

A Política Nacional de Inovação (PNI) está em processo de consolidação no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e conta com a contribuição de órgãos e entidades do Executivo Federal, por meio de oficinas e consultas públicas. Quando viabilizado o seu lançamento, a PNI se tornará uma política de Estado, a ser coordenada pelo Centro de Governo, com metas quantitativas claras e mecanismos de acompanhamento da sua implementação, adequados a uma forma de governança moderna, eficiente e focada em resultados.



Muito além da dimensão normativa, a PNI pretende incentivar a busca pela transformação abrangente na forma de atuação dos agentes integrantes do ecossistema de inovação, de maneira a intensificar o alcance de estágios mais avançados de maturidade nesse ambiente de implementação da política no Brasil. Com isso, a cultura de inovação se amplificará, criando condições favoráveis para as reformas extensas de que o País necessita.

Para chegar a tal estágio, é crucial a sinergia entre as áreas governamentais, legislativas, produtivas e acadêmicas, que devem estar coesas e trabalhar em prol da integração das ações, visando produzir os efeitos desejados.

A partir do desenvolvimento da PNI, o planejamento das iniciativas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no País terá maior capacidade de produzir os efeitos desejados no desenvolvimento econômico e social, fomentando o conhecimento, a fim de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Adicionalmente, é esperado que haja um salto do País nos índices de inovação internacionais — notadamente o *Global Innovation Index* — o que, por sua vez, aumentará a atratividade de investimentos. Assim, cria-se um “círculo virtuoso” que fomentará o ecossistema de inovação.

4. SALTO PARA A SOCIEDADE DIGITAL

As rápidas transformações na economia e na sociedade proporcionadas pelo ambiente digital impõem novos desafios à atuação governamental, no sentido de possibilitar a implantação de uma agenda para a sociedade digital do futuro. As ações estratégicas definidas têm foco no papel do Executivo como habilitador e facilitador dessa transformação digital no setor produtivo, na capacitação da sociedade para essa nova realidade e na atuação do Estado como prestador de serviços e formulador de políticas públicas.

O aspecto mais importante é o País encarar a transformação digital como oportunidade para dar um salto qualitativo. As tecnologias digitais proporcionam ferramentas para uma profunda transformação na atuação do próprio Governo, na competitividade e produtividade das empresas, assim como na capacitação e inclusão na sociedade, para que todos possam se desenvolver e prosperar.

Está em curso a assim chamada quarta revolução industrial, resultando na Indústria 4.0, expressões usadas para descrever as profundas mudanças ocasionadas pela crescente adoção de tecnologias digitais pela sociedade. Tal fenômeno pode ter impactos comparáveis ou superiores àqueles experimentados em ciclos tecnológicos anteriores. A Indústria 4.0 agrega ao processo de automação, que marcou a terceira revolução industrial, elementos da conectividade, da coleta e do processamento de dados em tempo real e em larga escala. As redes de telefonia móvel de quinta geração (5G), a Internet das Coisas e a inteligência artificial são tecnologias que compõem essa nova realidade, com inúmeros impactos para a sociedade nas mais diversas áreas, como emprego, trabalho, saúde, segurança pública e proteção de dados.



A transformação digital da economia apresenta grande potencial de inovação, eficiência e melhoria nos serviços, impulsionando o crescimento mais inclusivo e sustentável. Ao mesmo tempo, acarreta rupturas em relação a modelos consagrados de organização dos mercados e de interação entre indivíduos e grupos dentro da sociedade, com prováveis impactos em termos de empregos, educação, capacitação, privacidade, segurança e políticas tributárias e comerciais, dentre outros temas.

Essas novas dinâmicas tecnológicas e econômicas reforçam a ideia de que a transformação digital merece tratamento prioritário no contexto brasileiro, em alinhamento com sinalizações já constantes de estratégias digitais de diversos países que buscam coordenar as iniciativas governamentais ligadas ao tema em torno de uma visão única, de modo a apoiar a digitalização dos processos produtivos e a capacitação para o ambiente digital, promovendo a geração de valor e o crescimento econômico.

As inovações digitais implicam na criação e atualização de marcos regulatórios. Além disso, demandam uma estrutura de apoio à governança de uma estratégia digital que coordene os mecanismos institucionais existentes e assegure prioridade na execução, no monitoramento e na avaliação de resultados das iniciativas.

A Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital) oferece amplo diagnóstico dos desafios a serem enfrentados, visão de futuro, conjunto de ações estratégicas que se aproximam dessa visão e indicadores para monitorar o progresso na conquista dos objetivos.

Como forma de observar a contribuição da transformação digital para a competitividade global do Brasil, são adotados indicadores e métricas de comparabilidade internacional, notadamente aqueles elaborados pelas agências especializadas das Nações Unidas, separados por áreas. No caso da infraestrutura, têm-se o ITU *ICT Development Index* (IDI); na cibersegurança, o ITU *Global Cybersecurity Index* (GCI); em comércio eletrônico, UNCTAD *B2C E-commerce Index*; e no governo eletrônico, UN *E-Government Development Index* (EGDI).

Os temas da economia digital vêm ocupando espaço crescente nos principais foros internacionais de debate e negociação econômica. O Brasil tem procurado manter presença constante e participação ativa nesse processo, de forma a garantir que seja dada a devida prioridade aos aspectos de maior relevância para os interesses nacionais nessa seara.

Nesse sentido, merece destaque a atuação do Brasil na força-tarefa da Economia Digital do G20, bem como no Comitê de Políticas sobre Economia Digital da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



No ano de 2019, foram alcançados avanços na realização das ações estratégicas definidas na E-Digital. Para 2020, está previsto priorizar a implementação de um conjunto de ações estratégicas de transformação digital, incluindo aquelas voltadas: i) à ampliação das redes de telecomunicações e de acesso à Internet; ii) a novos avanços em segurança cibernética; iii) à educação e à capacitação profissional em tecnologias digitais; iv) à aceleração das *start-ups* digitais; e v) à disseminação dos instrumentos de governo digital em todos os níveis da Federação.

5. ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA

De acordo com o último Atlas da Violência, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil alcançou a marca de 65.602 homicídios no ano de 2017, com base em informações do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS). A taxa de homicídios no Brasil é de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes – 30 vezes maior que a taxa média da Europa, por exemplo.

Ainda segundo o Atlas da Violência, os homicídios não estão distribuídos de forma homogênea: 120 cidades concentram quase 50% dos homicídios no Brasil. Também ficou demonstrado que as principais vítimas são jovens do sexo masculino entre 15 e 29 anos de idade. Aliás, nessa faixa etária, a taxa salta para 69,9 casos por 100 mil, o que significa que os homicídios são responsáveis por aproximadamente metade das causas de óbito de brasileiros jovens.

Os custos sociais e econômicos da violência são significativos, afetam gerações e deterioram o desenvolvimento da sociedade brasileira. Ademais, de acordo com registro na Endes, os custos econômicos anuais decorrentes da criminalidade foram na ordem de R\$ 285 bilhões em 2015. Segundo indicadores da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 2018, os custos das empresas com a falta de segurança são estimados na ordem de R\$ 365 bilhões por ano.

Na nova gestão do Governo Federal, esses indicadores começaram a mudar de forma muito veloz e eficaz. A taxa de homicídios no Brasil teve queda de 22% nas mortes violentas no primeiro semestre de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018. São vários os fatores envolvidos nessa equação. Para começar, uma mudança de postura de disposição, com um claro discurso oficial de intolerância contra o crime e de defesa da vida e das pessoas de bem. O fim definitivo da benevolência estatal para com criminosos foi inclusive referenciado em tom de lamento por integrantes de facções, conforme noticiado pela imprensa.



Junto disso, como propulsores decisivos da mudança do cenário da violência, atuações conjuntas e articuladas em uma série de iniciativas multidisciplinares, interministeriais e interfederativas. Ou seja, fala-se em esforços integrados de diferentes áreas (como o poder público e iniciativa privada), diferentes ministérios (não apenas o de Justiça e Segurança Pública) e diferentes entes (União, Estados e Municípios). O objetivo central é combater de maneira efetiva a criminalidade violenta no País, além de implementar ações e programas com vistas a desestruturar grupos criminosos. Essa mudança de perspectiva contribuiu para que fossem poupadas mais de seis mil vidas no primeiro semestre de 2019.

Paralelamente, em 24 de dezembro de 2019, ocorreu a sanção da Lei Anticrime (Lei nº 13.964), que aperfeiçoa a legislação penal e processual penal, mediante o aumento do período máximo de cumprimento de pena de 30 para 40 anos, entre outras medidas. Nesse mesmo sentido, o texto também determina um tempo maior de permanência de detentos em presídios federais de 360 dias para três anos, renováveis por mais três. E mais: a lei proíbe o direito à saída temporária para o condenado que cometer crime hediondo que tenha resultado em morte e torna mais rigorosa a concessão de liberdade condicional. Além disso, amplia o período de condenação para quem vender arma ilegalmente, de quatro a oito anos para seis a 12 anos, além de multa. A Lei prevê, ainda, aumento da pena por roubo quando for usada arma branca, como faca. Trata-se de desestímulos à prática criminosa, em uma reversão da tendência histórica de afrouxar as leis e incentivar o crime.

Outro avanço em 2019 foi o fato de o Ministério da Justiça e Segurança Pública obter a adesão de todos os Estados da Federação ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), que consiste em ferramenta de coleta, análise, integração e interpretação de dados e informações de segurança pública, gerando estatística balizadora para o planejamento operacional das polícias e melhorando a gestão das políticas públicas.

Em agosto de 2019, após o planejamento desde os primeiros dias de Governo, foi lançado o “Em frente, Brasil” – projeto liderado pelo Governo Federal para atuar na resposta ao desafio da criminalidade violenta. A proposta alia ação interministerial e com ações interfederativas. A iniciativa prevê medidas de segurança pública e ações sociais e econômicas. A intenção é promover a transformação das realidades no curto e no longo prazos por meio da cooperação e da integração. Em um primeiro momento, o projeto foi instituído em caráter experimental (piloto).

No âmbito da União, além do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fazem parte do projeto-piloto a Casa Civil, a Secretaria de Governo, a Secretaria-Geral da Presidência da República e os ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos; Economia; Saúde; Desenvolvimento Regional; Cidadania; e Educação.



O foco são os crimes violentos, como homicídios, feminicídios, estupros, latrocínios e roubos. A partir dos diagnósticos locais, as cidades são atendidas por meio da atuação transversal e multidisciplinar nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego, cultura, esporte e programas sociais.

Em um primeiro ciclo de aplicação da metodologia, foram escolhidas cinco cidades com relevantes indicadores de homicídios, uma em cada região: no Norte, Ananindeua (PA); no Nordeste, Paulista (PE); no Sudeste, Cariacica (ES); no Sul, São José dos Pinhais (PR); e, no Centro-Oeste, Goiânia (GO). A partir da parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, foram realizados diagnósticos socioterritoriais de segurança, para identificar fatores de vulnerabilidade local que concorrem para a incidência de crimes violentos. Essa pesquisa obteve dados e informações para a elaboração dos planos locais de segurança, que em sua versão definitiva listarão iniciativas e projetos de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios para a transformação do cenário e melhoria da qualidade de vida da população. Segundo os primeiros indicadores, houve queda de 44,2% no número de homicídios nessas cidades entre o início do projeto e o fim de 2019, em uma comparação com o mesmo período do ano anterior.

A redução dos homicídios tem efeitos positivos de melhoria da percepção de segurança dos brasileiros, com repercussões positivas na atratividade de investimentos privados em atividades como turismo e serviços e em investimentos sociais. Em outra frente de trabalho no combate à criminalidade, foi editado o Decreto nº 10.103, de 6 de novembro de 2019, que determina estudos de iniciativas que visam ao aprimoramento do enfrentamento à criminalidade nas localidades com deficiências no serviço de iluminação pública. Serão priorizados os Municípios com maiores índices de incidência de crimes violentos. A medida decorre de pesquisas que demonstram que a boa iluminação pública tem efeitos positivos na redução da criminalidade violenta. O projeto segue diretrizes das melhores práticas de governança da OCDE, como estrutura de governança envolvendo diversas partes interessadas (governos estaduais e municipais) e desenho da política pública baseada em evidências.

As avaliações realizadas a partir do projeto-piloto do “Em frente, Brasil” vão gerar evidências para a formação do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta. Essa política vai indicar as abordagens mais eficientes para a redução de homicídios e outros crimes violentos no País.

A partir de 2020, os planos locais de segurança serão aplicados nos cinco Municípios do projeto-piloto, visando mitigar ou anular os fatores de vulnerabilidade socioeconômica identificados no diagnóstico local. O objetivo é que os dez ministérios envolvidos possam atuar de forma coordenada entre si e com Estados e Municípios, articulando intervenções eficazes conforme as necessidades próprias, específicas de cada território. Saem as políticas genéricas e entram políticas e ações desenhadas especialmente para cada localidade, resultando em uma eficiência incomparável no combate ao crime.



No ano de 2020 será disciplinada e formatada a expansão desse projeto, com o foco em Municípios que, dentre outros quesitos, concentram o maior número de homicídios.

O retorno à vida em sociedade de pessoas, nacionais ou estrangeiras, que já não mais oferecem perigo e se encontravam encarceradas, é um benefício concedido por meio de um ato de clemência do Presidente da República. Em 2019, o Decreto Presidencial de Indulto Natalino se fundamentou, como tradição, no caráter humanitário, e contemplou inovações ao conceder indulto também aos agentes que compõem o sistema nacional de segurança pública que, no exercício da função ou em decorrência dela, tenham cometido crime culposo, sem intenção, e aos militares das Forças Armadas, que em operações de Garantia da Lei e da Ordem, tenham cometido crimes previstos no artigo 45 do Código Penal Militar.

6. REDUÇÃO DE DESIGUALDADES REGIONAIS

As séries históricas de variado espectro de indicadores socioeconômicos, bem como os diagnósticos para os recém-elaborados Planos de Desenvolvimento Regional do Nordeste (PDRNE) e do Norte (PDRNO), mostram o descolamento persistente dos indicadores da maior parte dos territórios situados nessas regiões do País em relação ao desenvolvimento verificado no Centro-Sul.

Utilizando como indicador da qualidade de vida o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observa-se disparidade de até 25% entre unidades da Federação, com a concentração absoluta dos territórios mais vulneráveis no Norte e Nordeste. Enquanto as localidades desse recorte territorial apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no espectro 0,683-0,752, os territórios no Centro-Sul partem da base 0,743 e chegam a 0,850.

Os números sinalizam a ocorrência de situações concretas de limitação material e intelectual na vida de milhões de cidadãos brasileiros, muitos deles à margem do mapa das políticas públicas, pouco visíveis nos fóruns de discussões estratégicas. A atual gestão tem lhes dado inédita visibilidade, buscando mostrar com clareza os aspectos multidimensionais da pobreza. Veja-se, por exemplo, a comparação entre uma criança nascida no Norte-Nordeste em relação a outra nascida no Centro-Sul: enquanto a primeira tem até 16% de chances de chegar aos 15 anos sem capacidade de ler e escrever, o risco desse desenlace para a segunda criança será de, no máximo, 6%, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).



A mesma criança do primeiro espectro viverá, em média, 73 anos, enquanto a segunda terá potencialmente a chance de chegar aos 78 anos. Entre outras razões, isso ocorre porque a primeira tem 35% de chances de morar em domicílio sem água tratada e, ao alcançar a vida adulta, 40% de chances de não conseguir fazer uma mamografia, enquanto, para a segunda criança, os riscos são, respectivamente, de 10% e 26%.

Como vetor resultante dessa equação, a primeira criança vai pertencer aos 36% da população brasileira que participam de apenas 19% da riqueza nacional, enquanto a segunda integrará os outros 64% da população, que se beneficiam de 81% da riqueza.

Em contraste com tais limitações, os territórios do Norte-Nordeste abrigam riquezas de significância mundial em ativos naturais, culturais e históricos, abarcando potenciais energéticos, minerais, bioeconômicos, turísticos e do amplo espectro da economia criativa e de serviços. A baixa qualidade de vida, nesse cenário, não é um imperativo natural. É, ao contrário, um resultado de equívocos acumulados ao longo da história.

Conforme detalhado no PDRNE, desde a primeira metade do século XX se compreendia a necessidade de se enfrentar a falta de dinamismo econômico em grandes subespaços do Norte-Nordeste, para os quais diretrizes e ações deveriam ser criadas. Na prática, contudo, a estratégia territorial de desenvolvimento deu clara prioridade à industrialização nas três maiores aglomerações do Nordeste — as regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza. Dois terços dos incentivos a investimentos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por exemplo, destinaram-se a esses polos metropolitanos. Outras ações trataram principalmente da implantação de infraestruturas de energia e transportes e de apoio ao setor agropecuário, com base na difusão *top-down* dos vetores de modernização. A crise financeira da década de 1980 viria, na sequência, a comprometer a disponibilidade de recursos, mesmo para esse modelo concentrado de atuação.

Após a estabilização monetária dos anos 1990, um novo movimento de desenvolvimento territorial foi deflagrado para a região Nordeste, vinculado a portfólios de investimentos em eixos (trancos, anéis etc.) de infraestrutura e logística. Investimentos com longos períodos de maturação entre a concepção e a obra de engenharia foram adotados com graus de sucesso variados. Problemas de inflexão de prioridades e baixa capacidade de gestão mostraram-se obstáculos importantes, mas deixaram legados relevantes em infraestrutura e logística para a faixa costeira, as áreas produtoras de grão dos cerrados e sua ligação aos portos e as áreas irrigadas do São Francisco. Vastas porções do território, contudo, permaneceram à margem das estratégias.

Nesse mesmo período, iniciativas de desenvolvimento local foram tentadas, com características limitadoras: em áreas consideradas pouco dinâmicas pelos planejadores, as iniciativas locais configuravam alternativas dificilmente escaláveis no objeto, estreitamente dependentes de agentes, condições e histórias locais; nas



áreas já integradas à economia nacional, a priorização recaía sobre polos de produção de *commodities* para o mercado externo, deixando em segundo plano a maior parte da região onde se realizam iniciativas de pequeno porte. Tais iniciativas de desenvolvimento local apresentavam, segundo o PDRNE, “escasso poder de propulsão para ativar impulsos mais significativos ao desenvolvimento nacional, seja pelo reduzido volume de recursos envolvidos nas iniciativas, seja pelo baixo — ou mesmo inexistente — grau de coordenação entre as inúmeras ações efetuadas por uma miríade de instituições”. Na melhor das hipóteses, essas iniciativas podiam se mostrar oportunas para o campo das políticas sociais ao promoverem, mediante a criação de postos de trabalho ou geração complementar de renda, alternativas de inclusão produtiva para os beneficiários dos programas de assistência social e distribuição de renda.

O entendimento presente do problema das desigualdades no Brasil, sob o aspecto territorial, assenta-se em quatro conclusões: i) concentração do foco das intervenções em faixas costeiras e agroexportadoras; ii) ausência de políticas públicas ativas para a redução das desigualdades territoriais; iii) baixa coordenação institucional das ações multissetoriais públicas e privadas; e iv) baixa capacidade de execução das intervenções iniciadas.

A consolidação da recente dinâmica propícia à desconcentração requer que se transcenda a concepção do planejamento regional como mera complementação social dos portfólios de grandes investimentos ou de assistência social. Conforme se lê no PDRNE, em tramitação no Congresso Nacional, nas últimas décadas houve, sem que isso gerasse grandes aumentos do PIB, muitas iniciativas locais associando produções e consumo em torno de produtos que se destacam pela qualidade (laticínios, mel, frutas da caatinga) e do abastecimento de mercados urbanos próximos (Programa Nacional de Alimentação Escolar, feiras de produtores etc.). Para que essas alternativas se consolidem, são essenciais o acesso a uma boa rede de Internet, a ampliação de oportunidades de formação humana e condições de realização econômica, por meio de articulação com investidores, mercados e circuitos econômicos de múltiplos alcances.

A estratégia adotada pelo Governo Federal, a partir de 2019, para a promoção do desenvolvimento regional — leia-se: para o resgate das crianças mais vulneráveis e sua transformação em cidadãos empreendedores e prósperos no interior do País — assenta-se nas seguintes frentes de atuação:

- programas setoriais focados nas necessidades e oportunidades das regiões Norte e Nordeste, nas áreas de educação, saúde, agricultura, segurança pública, agropecuária, energia, mobilidade, conectividade digital e outras inscritas no Plano Plurianual 2020-2023 e em seus desdobramentos orçamentários;
- reforço à gestão fiscal e às capacidades governativas de Estados e Municípios, por meio do Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais que tem por essência consolidar capacidades dos entes federados a partir das seguintes linhas de atuação: i) assistência técnica;



ii) capacitação; iii) extensão universitária; iv) inovação na gestão; v) fortalecimento da governança; vi) pesquisa e disseminação do conhecimento; vii) aperfeiçoamento de instrumentos de arrecadação e de gestão de serviços; viii) desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação de políticas e programas; e ix) apoio à elaboração de projetos integrados para o desenvolvimento urbano e regional; e

- melhoria de resultados em educação e segurança hídrica e no aproveitamento das oportunidades econômicas das microrregiões formadas por redes de Municípios de pequeno e médio porte do interior, nos termos da estratégia transversal do centro de governo.

Dessa forma, pretende-se alcançar a redução de desigualdades nos territórios mais vulneráveis do interior, medida que será alcançada por meio da melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, com foco nas crianças.

Trata-se de desafio de larga envergadura, cujo sucesso exige a atenção governamental para quatro requisitos: i) decisão baseada em evidências sobre os territórios do interior, especialmente sobre as riquezas humanas, naturais e históricas existentes; ii) atuação por indicadores-chave de resultados e suas cadeias de causalidade e precedências; iii) coordenação multissetorial de iniciativas públicas e privadas, orientada à melhoria do ambiente de negócios e da efetividade das políticas públicas; e iv) melhoria da capacidade de governança e gestão das instâncias executivas dos três níveis de governo.

Em 2020, serão aplicados os princípios acima para nove microrregiões selecionadas do Nordeste, abrangendo cerca de 220 localidades, visando a organizar a ação multinível e multissetorial para os três pilares estratégicos do IDH: educação, longevidade e renda.

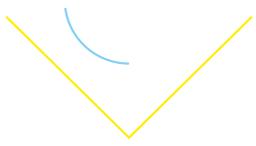
Na educação, o objetivo específico será ampliar o acesso, a permanência e a qualidade da educação infantil e fundamental I. Objetivo esse que será mensurado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – anos iniciais do ensino fundamental – e pelo índice de matrículas de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza em estabelecimentos de educação infantil. As ações serão focadas em infraestrutura escolar, capacitação de gestores e professores, metodologias pedagógicas e apoio à família dos alunos.

No tema da longevidade, o objetivo específico será aumentar a segurança hídrica para as populações locais e a disponibilidade de água para produção, assegurando mais renda, alimentos e água potável. O indicador-chave nacional utilizado será a porcentagem de domicílios com condição satisfatória de bem-estar, conforme detalhado na Endes.

4 6

Já na dimensão de renda, o objetivo específico é elevar o PIB microrregional pela oferta de informações qualificadas sobre as vocações econômicas e as oportunidades produtivas nas microrregiões, bem como



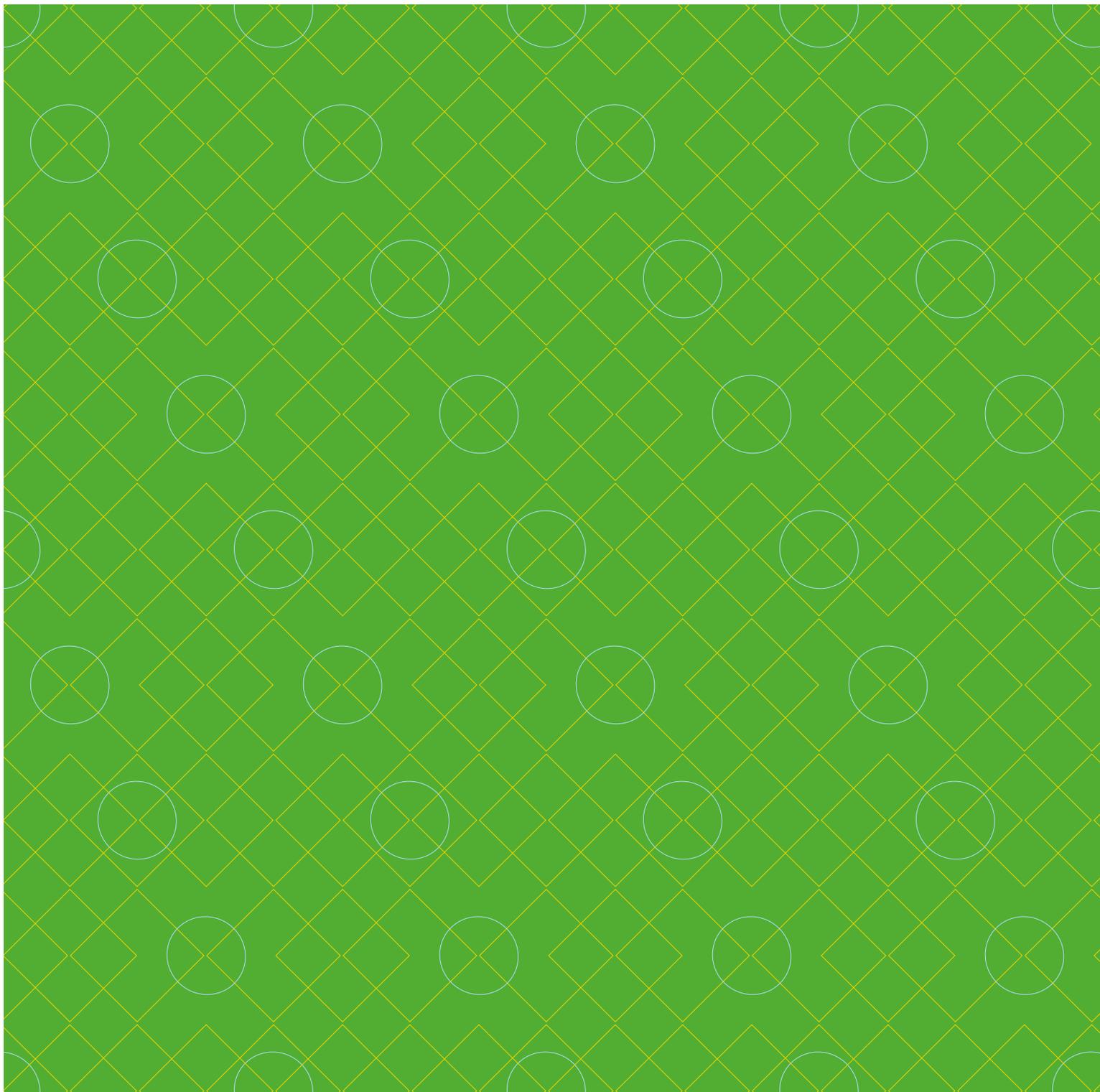


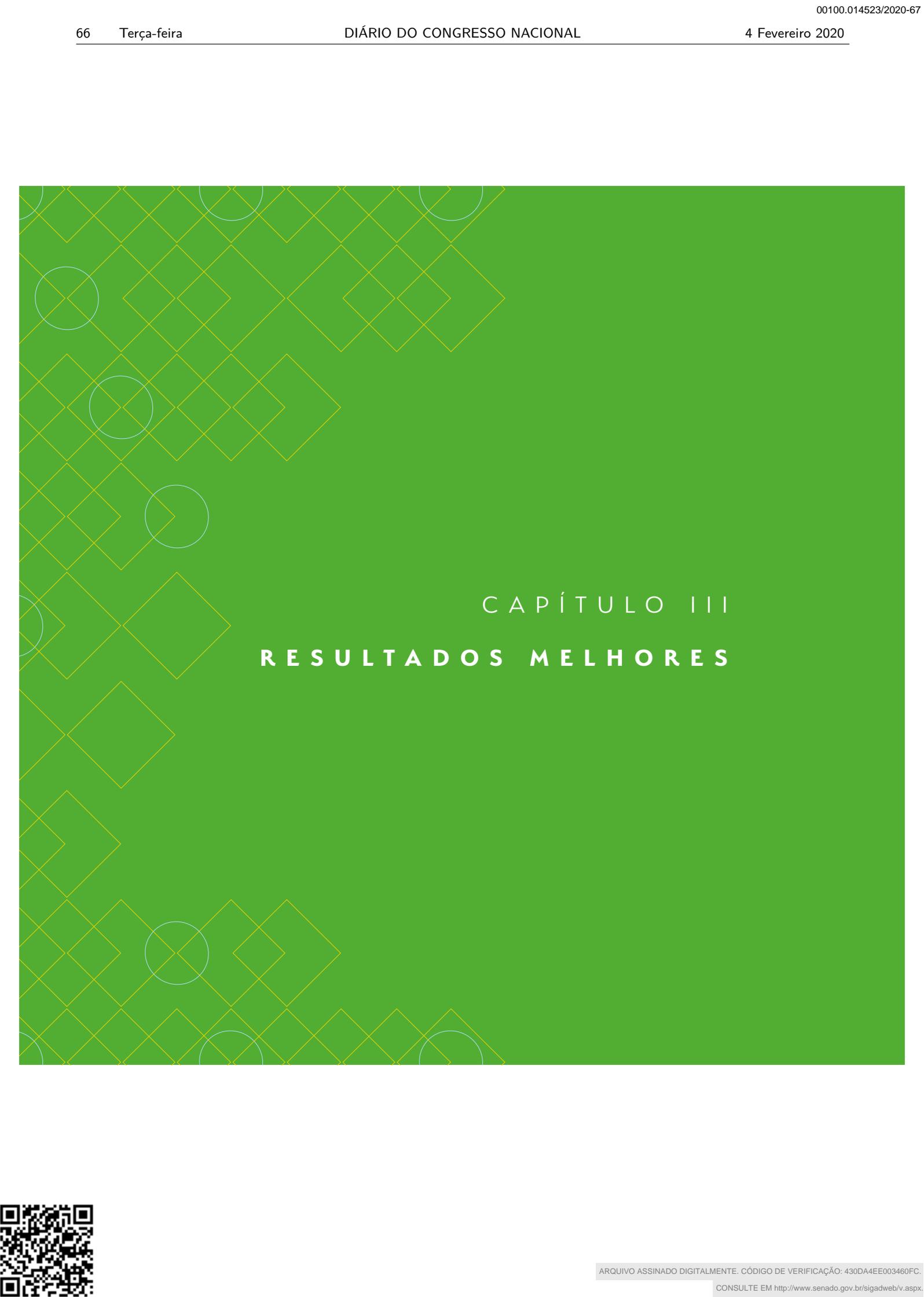
apoio normativo e institucional para a deflagração de iniciativas geradoras de renda e emprego. Para cada território microrregional, será formulada uma visão de futuro em conexão com os contextos nacional — Endes — e regional — PDRNE. Também serão identificadas as condições a serem providas pelo Governo para o aproveitamento das potencialidades existentes, no esteio dos esforços de desburocratização, remoção de barreiras à iniciativa privada e inovação nas fontes de financiamento.

Muitas informações sobre as microrregiões já estão disponíveis, mas se encontram dispersas e nem sempre existem os dados necessários aos cálculos de viabilidade econômica para que as possibilidades se convertam em investimentos efetivos. O uso de portais eletrônicos como ferramentas de disseminação das informações permitirá a livre iniciativa de empreendedores, desde microempreendedores individuais e membros de *start-ups* até investidores alavancados. A organização das cadeias produtivas em torno de vocações publicamente reconhecidas, por sua vez, orientará a formação técnica dos jovens locais para o atendimento das necessidades específicas do mercado de trabalho, criando um círculo virtuoso entre produção, educação e renda. A ideia não é contar somente com investimentos públicos diretos, mas criar condições para que as forças empreendedoras da sociedade gerem valor sustentável nessas regiões.

Como o papel do Governo é coordenar a ação de múltiplos atores públicos e privados, bem como oferecer os recursos institucionais necessários às famílias e aos empreendedores, a estratégia será ancorada em ações de melhoria da governança pública, de modo a elevar a eficiência e a eficácia das ações governamentais, mensuradas pelos Indicadores de Governança Mundial (Eficácia do Governo). Será adotada metodologia específica de desenho de metas, cadeias de entrega e rotinas de governança para o triênio 2020-2022, que abrirá campo de revisão das políticas públicas federais relativamente: i) à capacidade de penetração nos territórios; ii) à oferta de mecanismos de financiamento, mentoria e coordenação; iii) à criação de novos arranjos de consorciamento territorial; e iv) a alterações regulatórias para alavancar investimentos e negócios.







CAPÍTULO III
RESULTADOS MELHORES



1. ECONOMIA

A crise gerada por equivocadas políticas econômicas que, sobretudo na última década, acarretaram inadequado desempenho e resultado econômico com o qual o atual Governo se deparou no final de 2018, já está sendo superada. Desde o início de 2019, tem-se buscado reduzir as fragilidades estruturais advindas de anos anteriores, assim como se tem adotado medidas para retomar o crescimento sustentado da economia brasileira, por meio de um conjunto amplo e coordenado de reformas e medidas focadas em: i) garantir a estabilidade econômica; ii) melhorar a alocação e o uso dos recursos públicos; iii) estimular a inovação; iv) incentivar o aumento da produtividade dos fatores e dos investimentos; e v) promover maior integração nacional na economia regional e global, com a preservação do equilíbrio das contas públicas, de modo a permitir o crescimento econômico e a expansão de renda e emprego.

Os principais desafios desse eixo econômico envolvem: i) a retomada do equilíbrio fiscal e o aumento da eficiência e da produtividade econômica por meio da eliminação de distorções de cunho institucional e legal, relacionadas ao tamanho do Estado e à burocracia; ii) a carência de racionalização, isonomia, modernização, aperfeiçoamento e simplificação legal e regulatória; iii) a insegurança jurídica e o excesso de litígios; e iv) a falta de competitividade. O somatório desses fatores provoca má alocação dos recursos na economia, compromete o ambiente de negócios e afeta negativamente o funcionamento dos mercados.

Nesse sentido, muitos ajustes já foram feitos na economia, que começou a apresentar resultados melhores, ainda em 2019, especialmente após a aprovação da Nova Previdência e de outras medidas de estímulo à oferta do setor privado: i) avanço na sustentabilidade fiscal, como mostra a evolução das expectativas para o resultado primário de 2019, representada no gráfico Resultado Primário 2019, bem como no equilíbrio do sistema previdenciário, com maior justiça, equidade, universalização de cobertura previdenciária e preservação dos direitos adquiridos; ii) recuperação consistente no setor privado, baseada no aumento de 13,2% do crédito livre em 12 meses, até novembro de 2019 (enquanto o crédito direcionado recuou 1,7%, nessa mesma base de comparação); iii) criação de aproximadamente 644 mil novos postos formais de trabalho em 2019 (melhor resultado desde 2013), sendo 99,2 mil somente em novembro de 2019 (melhor resultado desde 2010 e oitavo mês consecutivo de saldo positivo), como demonstrado pelo gráfico Criação Líquida de Postos Formais de Trabalho; e iv) recuperação das expectativas e do ambiente de negócios, com a retomada da confiança e dos investimentos produtivos, por meio da redução substancial dos juros de equilíbrio, do risco no País e da inflação.

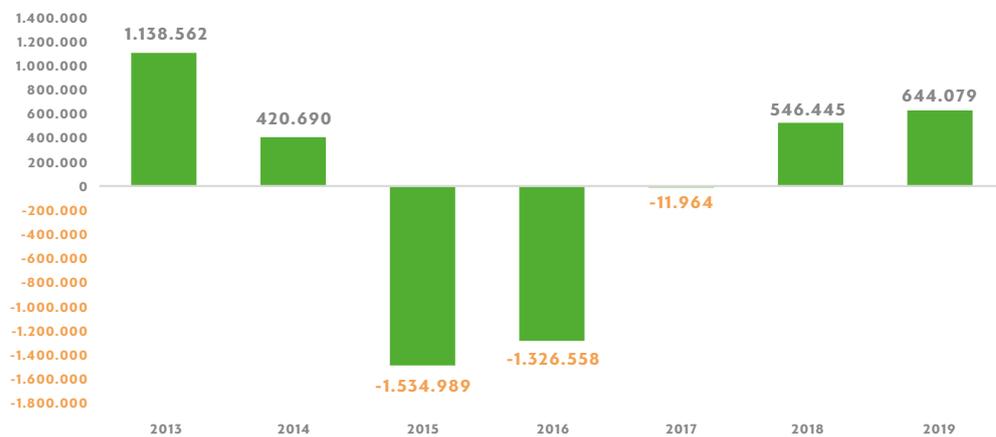


RESULTADO PRIMÁRIO 2019 – EXPECTATIVAS DE MERCADO (% DO PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – Focus.

CRIAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS FORMAIS DE TRABALHO ACUMULADOS EM 12 MESES (EM POSTOS DE TRABALHO)



Fonte: Ministério da Economia – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (dados ajustados).



AVANÇOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira tem avançado e sua continuidade é essencial para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia. Em particular, avanços concretos nessa agenda são fundamentais para a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva.

A retomada mais robusta da economia depende também da agenda microeconômica, que inclui iniciativas que visam ao aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios. Esses esforços são fundamentais para o crescimento da atividade econômica, para a redução do custo do crédito e para o desenvolvimento da economia brasileira.

É necessário avançar em mudanças que permitam o desenvolvimento dos mercados brasileiros, que precisa se libertar da necessidade de financiar o Governo e voltar-se para o financiamento ao empreendedorismo. Há avanços a serem feitos também no mercado de trabalho, no mercado de bens e serviços, no sistema legal e em relação à abertura comercial. Com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios e atrair maior capital produtivo, o País trabalha para otimizar as legislações financeira, de seguros e previdência e torná-las referências até mesmo para aquelas nações consideradas vanguardas no assunto.

Considerando o crescimento econômico acumulado desde o início dos anos 1980, o Brasil ficou para trás em comparação a vários outros pares internacionais. A produtividade da economia brasileira também não mostrou avanços importantes. A evolução das reformas proporcionará uma grande contribuição para o crescimento da produtividade da economia.

Importante ressaltar que a redução das taxas de juros bancárias deve ocorrer de forma estrutural, com a atuação do Governo voltada para remover barreiras à concorrência e mitigar falhas de mercado. Para isso, é fundamental ter um bom diagnóstico dos determinantes do elevado custo do crédito no Brasil. Desconsiderando-se o custo de captação, segundo estimativas apresentadas no último Relatório de Economia Bancária, a inadimplência é o fator que responde pela maior parcela do *spread* bancário, correspondendo a 37% do total. As despesas administrativas, segunda maior parcela, respondem por 27%, e as obrigações tributárias, por 21%. Por fim, a margem financeira das instituições corresponde a aproximadamente 15% do *spread*.

Não menos relevante, ao longo de 2019, os estímulos monetários adicionais implementados nas principais economias, em contexto de desaceleração econômica e de inflação abaixo da meta, têm sido capazes de produzir ambiente relativamente favorável para economias emergentes. Entretanto, o cenário segue incerto, e os riscos associados a uma desaceleração mais intensa da economia global permanecem.



Diante desses riscos, cabe destacar a capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver eventual revés no mercado internacional. O País apresenta um balanço de pagamentos robusto, elevado estoque de reservas, expectativas de inflação ancoradas em torno das metas e perspectiva de continuidade das reformas estruturais e da recuperação econômica.

No ambiente doméstico, a inflação acumulada encontra-se em 4,31%, no período de 12 meses encerrado em dezembro de 2019. Os juros para prazos longos mostraram forte redução ao decorrer de 2019, algo que não vinha ocorrendo nos últimos anos, em um sinal de redução da percepção dos riscos no mercado doméstico, bem como de credibilidade da condução da política monetária. A consolidação da inflação em torno da meta e a ancoragem das expectativas de inflação têm permitido a redução consistente da taxa de juros. A taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), que alcançou 14,25% ao ano em outubro de 2016, foi reduzida para 4,5% ao ano em dezembro de 2019, seu menor valor histórico. O presente processo de flexibilização monetária tem levado também à queda da taxa de juros real ex-ante, que se encontra atualmente abaixo de 1% ao ano, nível que tende a estimular a economia.

Em relação à atividade econômica, é importante destacar que a economia brasileira sofreu diversos choques que afetaram o crescimento no decorrer de 2019, como a situação da Argentina, a desaceleração esperada tanto no comércio como na atividade global e o desastre em Brumadinho (MG). Todavia, os dados mais recentes reforçam a continuidade do processo de recuperação da economia brasileira. O cenário que se projeta supõe que essa retomada ocorrerá em ritmo gradual.

As expectativas positivas em relação à retomada do processo de crescimento econômico se refletem nos mercados de capitais e de crédito. O mercado de capitais no Brasil tem mostrado uma evolução muito favorável, com o volume de emissões de debêntures crescendo em ritmo acelerado. A redução sustentável da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais, resultado do conjunto de reformas estruturais em andamento, tem levado muitas pessoas a diversificarem seus investimentos, direcionando seus recursos para o mercado de capitais, o que ajuda a fomentar o empreendedorismo. No mercado de crédito, as operações com recursos livres vêm crescendo a uma taxa interanual superior a 13% ao ano. Ao mesmo tempo, as taxas de juros bancárias vêm diminuindo.

As taxas médias das novas concessões de crédito com recursos livres têm caído sistematicamente, comprovando os sólidos avanços do ambiente de negócios brasileiro. Movimentos de redução nas taxas de juros vêm ocorrendo nas mais diversas modalidades de crédito. Essa redução tem sido um avanço importante para tornar o crédito mais barato para empresas e famílias. Porém, isso ainda não é suficiente e o Governo está empenhado na busca por soluções que levem a reduções adicionais do custo do crédito.

Motor da economia brasileira nos últimos anos, o setor do agronegócio respondeu, em 2018, por 21,1% do PIB de acordo com cálculos realizados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada



(Cepea) da Universidade de São Paulo. Mesmo em cenário de crise, a agropecuária fechou o ano de 2019 alavancando mais uma vez a atividade econômica brasileira.

O Brasil ocupa o primeiro lugar nas exportações mundiais de açúcar, café, suco de laranja, carne bovina, carne de frango e soja (grão) e a segunda posição nas exportações de milho e algodão.

Dentre os diversos ajustes e medidas tomadas em prol de melhorias estruturais e conjunturais na economia brasileira e consequente crescimento sustentado, cujos efeitos continuarão ou serão sentidos no decorrer do ano de 2020, são destacados os pontos a seguir:

- aprovação da reforma da Previdência: a reforma fixa uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para o homem e de 62 anos para a mulher. Outra mudança importante é o cálculo do benefício, que vai se basear na média de todos os salários do trabalhador e não nos 80% maiores, como hoje. Além disso, com 20 anos de contribuição, os trabalhadores homens terão apenas 60% da média. Esse percentual sobe dois pontos para cada ano de trabalho a mais. Para as mulheres, o tempo de contribuição mínimo é de 15 anos. Os trabalhadores do setor privado que já estão no mercado terão cinco opções de transição e os servidores, duas. Outra mudança significativa da reforma da Previdência é a redução da pensão por morte em 40% quando o único dependente é o cônjuge. A acumulação de pensão com aposentadoria também foi restringida. O Senado Federal eliminou a possibilidade de a pensão ser menor que um salário mínimo e manteve as regras atuais para pagamento do abono salarial. Ainda devem ser aprovadas regras específicas para regulamentar o direito à aposentadoria nos casos de trabalhadores em condições de periculosidade. A economia estimada é de cerca de R\$ 800 bilhões em cerca de dez anos;
- mudanças nas regras de acesso dos trabalhadores aos recursos do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e, especialmente, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No caso do FGTS, houve a liberação imediata de saque de até R\$ 500 por conta, valor ampliado para R\$ 998 pelo Poder Legislativo. Estima-se em R\$ 43 bilhões o impacto do saque imediato em 2019 e 2020. Foi também instituída a sistemática do Saque Aniversário, por meio da qual os trabalhadores optantes podem sacar percentual da soma dos saldos das suas contas anualmente no mês de seu aniversário, em adição às formas de movimentação já disponíveis. Outra inovação importante foi a obrigação de distribuição de 100% dos resultados do FGTS para todas as contas vinculadas. Por fim, foi oferecida a possibilidade de antecipação do saque anual futuro por meio de crédito, a exemplo do que se faz com a restituição do IR, cujo risco é muito baixo para o empregador, o que leva à redução da taxa de juros para os trabalhadores;
- reforma da legislação do cadastro positivo, com vistas a promover a inclusão financeira e a redução do *spread* bancário e do custo do crédito ao tomador, tanto por melhorar o conjunto de informações



disponíveis sobre os tomadores de crédito como por aumentar a concorrência no setor financeiro de oferta de crédito, ao eliminar a vantagem informacional dos grandes bancos. Com a aprovação da Lei Complementar nº 166, 8 de abril de 2019, a abrangência do cadastro aumentará, difundindo seus benefícios para quase a totalidade dos tomadores de crédito pessoa física, inclusive de parte da população que hoje não tem acesso ao mercado de crédito formal, mas que paga em dia suas contas, como resultado da inclusão de informações por prestadores de serviços continuados como telefonia e luz;

- mecanismos de garantias ao crédito rural com a edição da Medida Provisória do Agro (Medida Provisória nº 897, de 1º de outubro de 2019), com o propósito de simplificar processos, reduzir custos e aumentar a transparência e segurança nas operações voltadas ao agronegócio, por meio da modernização da respectiva estrutura de títulos. A MP criou o Fundo de Aval Fraternal (FAF), o Regime de Afetação do Imóvel Rural e a Cédula Imobiliária Rural (CIR), que melhoram o ambiente de negócios por meio do fortalecimento das garantias a serem utilizadas em operações de crédito contratadas por proprietários e produtores rurais. Foi responsável também pela democratização do acesso aos recursos para equalização de taxas de juros por qualquer instituição financeira que opere com crédito rural, o que permitirá maior concorrência e, conseqüentemente, a redução de gastos pelo Governo e a concessão do benefício a um maior número de produtores rurais;
- a Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) possibilitou, em 2019, a redução no tempo de abertura, alteração e extinção de empresas que exercem atividades de baixo risco, conforme previsão da Lei de Liberdade Econômica. O tempo médio para a abertura de uma empresa é de quatro dias e 12 horas, sendo que 68% das aberturas de empresas são realizadas em até três dias. Além disso, passou a permitir que a abertura, alteração ou baixa de filiais sejam realizadas na junta comercial da matriz, evitando deslocamentos excessivos para o empreendedor e promovendo redução de custos;
- facilitação e conformidade das operações de importação, exportação e trânsito aduaneiro, assim como promoção de segurança da cadeia logística internacional, por meio da modernização do Programa Portal Único de Comércio Exterior (PCE) e do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), com vistas à intensificação do processo de inserção econômica internacional;
- internalização de diversos acordos comerciais, que possuem objetivos de facilitar o comércio e o investimento, conceder preferências tarifárias, possibilitar a troca de informações em matéria tributária, simplificar regimes aduaneiros, entre outros benefícios. Em 2019, o comércio bilateral de automóveis entre Brasil e México passou a ocorrer livremente, sem cobrança de tarifas ou limitação quantitativa. Por sua vez, Brasil e Argentina celebraram acordo que prevê o futuro livre comércio de veículos e autopeças entre os países, sem condicionalidades. Também, em 2019, foi firmado o maior acordo entre regiões da história, o Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, os quais, juntos,



representam cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Adicionalmente, o Mercosul, com protagonismo brasileiro, também concluiu negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco composto por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein;

- criação do contrato de trabalho Verde e Amarelo e reestruturação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), por meio da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que reúne medidas que visam à simplificação normativa e à promoção de segurança jurídica para favorecer o ambiente de negócios. O contrato de trabalho Verde e Amarelo tem como objetivo criar oportunidades para jovens entre 18 e 29 anos em busca do primeiro emprego;
- revisão de todas as 36 normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, cujo processo é conduzido em ambiente tripartite, com a participação de trabalhadores e empregadores. Em 2019, foram revisadas e publicadas as seguintes NRs: 1, 2 (revogada), 3, 12, 20, 24 e 28; além disso, procedeu-se às revisões do anexo de calor da NR15 e de um item da NR16, ambas com impactos relevantes. Também foram concluídas a elaboração de um normativo que trata do programa de gerenciamento de riscos, que deve entrar na NR1, e a revisão das NRs 7, 9 e 18, que devem ser publicadas em fevereiro deste ano;
- inicialização de diversos processos de desestatização e desinvestimentos no sentido de reordenar a participação do Estado na economia e gerar uma maior eficiência na alocação de recursos por meio da venda de ativos onerosos que não fazem parte da atividade principal das companhias públicas, superando a expectativa inicial de R\$ 76 bilhões para R\$ 105,4 bilhões realizados em 2019. A União reduziu sua participação ou se desfez totalmente de 71 ativos estatais, sendo 14 subsidiárias, 38 empresas coligadas e 19 participações minoritárias. Em paralelo, foram realizados planos para a redução do quadro de pessoal das estatais federais, totalizando 14 mil desligamentos voluntários, o que possibilitará uma economia bilionária com a folha de pagamentos dessas empresas já neste ano. Essa nova política proporciona ao Estado maior eficiência e estabilidade orçamentária, à medida em que essas empresas são conduzidas ao processo de desestatização;
- aprovação da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. Na essência, o texto trata do combate a fraudes na esfera administrativa, trabalhista e previdenciária. Já a Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, dispõe sobre honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com um conjunto de medidas para a redução da judicialização de direito público;



- tramitação de medidas de combate a devedores contumazes e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa no âmbito da administração tributária federal e, também, o desenvolvimento do processo eletrônico dos autos de infração e de notificações de débito de FGTS. Em outras frentes de ação, estão previstos o desenvolvimento de ferramentas de autodiagnóstico no cumprimento da legislação trabalhista, a criação da auditoria remota e do canal de denúncias e o aprimoramento da fiscalização do FGTS por meio digital e da Carteira de Trabalho e Previdência Social digital (CTPS digital), permitindo que o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) seja o documento suficiente para formalizar uma contratação. Em 2020, o seguro-desemprego poderá ser requisitado pela CTPS Digital; e
- implantação da concorrência no mercado nacional de loterias com a venda da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), em 22 de outubro de 2019, ao Consórcio Estrela (IGT / SGI) – *International Game Technology*, da Itália, e *Scientific Games International*, dos Estados Unidos da América (EUA).

O futuro das finanças da União e dos Estados e Municípios é foco prioritário, e a participação do Congresso Nacional é fundamental. O Plano de Promoção de Equilíbrio Fiscal (PEF) propõe oferta de aval do Tesouro Nacional em operações de crédito àqueles entes subnacionais que estão com situação financeira frágil e se comprometerem a implementar medidas estruturantes que melhorem a poupança corrente. Já o Plano Mais Brasil, que abrange as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) nºs 186, 187 e 188, de 2019, foi elaborado pelo Poder Executivo Federal e está em tramitação inicial no Senado Federal. Estão sendo chamadas de PEC Emergencial, PEC dos Fundos e PEC do Pacto Federativo, respectivamente.

Além de endereçar questões fiscais de mais curto prazo com a PEC dos Fundos e a PEC Emergencial, a PEC do Pacto Federativo propõe descentralização de recursos e fortalecimento regional, marco institucional da nova ordem fiscal e de segurança jurídica, que possibilita mais autonomia e maior responsabilidade aos gestores públicos, aproximando o recurso do cidadão. O aumento das transferências aos entes tem como contrapartida o fim do impasse sobre a Lei Kandir e exige mais austeridade de Estados e Municípios, uma vez que acaba com a possibilidade de resgate desses pela União.

O leilão da cessão onerosa, em novembro de 2019, além de acelerar a exploração de petróleo no pré-sal também contribuiu para a melhoria das contas públicas nacionais, posto que os recursos serão repartidos entre os cofres de Estados e Municípios.

Enquanto tais reformas foram propostas ou implementadas, outras estão sendo analisadas e delineadas para apresentação em 2020. Ademais, há iniciativas no sentido de:

- efetivar e/ou promover novas concessões e desinvestimentos/desestatizações;



- simplificar normas e procedimentos para incrementar e desenvolver diversos setores, como o financeiro, de previdência complementar, seguros, crédito, garantias, capitalização e mercado de capitais, com o intuito de melhorar o ambiente de negócios brasileiro, urbano e rural, possibilitando a criação de novos e melhores postos de trabalho;
- favorecer a estabilização da renda e incentivar a permanência do produtor rural no campo, em prol de maior segurança alimentar dos brasileiros, para o que estão previstas medidas referentes à mitigação de risco da produção e da renda do setor agropecuário, relacionado a flutuações significativas de preços, sem que se eleve o custo fiscal (um exemplo são as ações que intensificam a utilização do seguro rural contra risco climático, ampliando-se o número de famílias atendidas, conforme configurado no orçamento federal de 2020);
- melhorar o processo de importação de modo a agregar as atividades mediante fluxo único de informações, integrando os controles administrativos, aduaneiros, fiscais e logísticos. Busca-se também permitir o conhecimento das obrigações pecuniárias e o pagamento centralizado de impostos, taxas e tarifas públicas correlacionadas aos processos de importação e de exportação, de forma simples, automática e organizada no sítio do Portal Único de Comércio Exterior;
- promover a integração com outros órgãos anuentes e estabelecer acordos de reconhecimento mútuo com outros países, com o intuito de se obter maior agilidade e redução no custo das transações que envolvam empresas OEA, resultando no aumento da competitividade das empresas nacionais;
- simplificar a legislação dos processos de desestatização e desinvestimento das estatais e ativos imobiliários da União; a regularização fundiária, acompanhada da racionalização do uso dos imóveis para uma melhor destinação de cada um deles, permitirá eliminar a ocupação irregular e o abandono por meio da alienação dos bens, reduzindo despesas com manutenção, conservação e judicialização;
- efetivar medidas de recuperação dos instrumentos de governança de estratégias de política comercial; de regulação e facilitação do comércio exterior; de modernização das estruturas de financiamento e garantia às exportações; e de atração de investimentos, bem como elevar a complexidade e o valor agregado das exportações;
- intensificar a agenda de negociações comerciais, dinamizar mecanismos de diálogos comerciais bilaterais e regionais e buscar maior poder de voz nos fóruns multilaterais e organismos internacionais; com esse propósito, a participação do Brasil no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) foi acordada;



- promover a negociação, via Mercosul, de acordos comerciais de última geração com Canadá, Coreia do Sul e Cingapura, além de novas negociações com parceiros comerciais relevantes, a serem implementadas;
- proceder o encaminhamento do fim da unicidade sindical e buscar a regulamentação infraconstitucional do sistema de Previdência Social e adequações de normas dela decorrentes; e
- aprimorar os cadastros do cidadão para reduzir fraudes e erros, aumentando a focalização das políticas sociais, além de incrementar a prestação de serviços previdenciários ao cidadão por meio da digitalização e promover a educação financeira e previdenciária.

O Governo Federal também tem buscado identificar medidas estruturais que contribuam com o aumento da produtividade do sistema financeiro e reduzam o custo do crédito no Brasil. Essas medidas estão reunidas na *Agenda BC#*, que reformula o projeto iniciado pela Agenda BC+, com o acréscimo de novas dimensões e o fortalecimento de pontos anteriores.

A *Agenda BC#* está alinhada à busca de soluções para os problemas prioritários listados nas diretrizes de governo. A ênfase é na geração de oportunidades e estímulos à inserção no mercado de trabalho e no compromisso absoluto com a solvência e o equilíbrio fiscal, buscando reinserir o Brasil no grupo de países com grau de investimento.

As ações da *Agenda BC#* pretendem aumentar a eficiência dos mercados para atender às necessidades da população, promovendo a redução do custo de crédito e o uso de tecnologias e regras mais modernas e flexíveis. O desafio do Governo é manter o atual ambiente de inflação baixa e estável, com um Sistema Financeiro Nacional (SFN) sólido e eficiente.

É uma agenda dinâmica e constantemente aperfeiçoada, que segue duas premissas: i) amplo processo de democratização financeira que está associado a um maior crescimento do PIB; e ii) redução da necessidade de financiar o Governo, o que abre espaço para financiar o investimento privado.

As quatro dimensões da *Agenda BC#* que visam garantir à população o acesso ao mercado financeiro moderno e inclusivo, preparado para atender às suas necessidades, são as seguintes: i) inclusão, facilitando o acesso ao mercado financeiro a todos os tipos de públicos — dos pequenos aos grandes, dos investidores aos tomadores e dos nacionais aos estrangeiros —, com simplificação e desburocratização de procedimentos; ii) competitividade, melhorando a precificação por meio de instrumentos de acesso competitivo aos mercados; iii) transparência, aumentando a clareza no processo de formação de preços e nas informações



do mercado e do Banco Central do Brasil (BCB); e iv) educação financeira, conscientizando os cidadãos para que todos participem do mercado e cultivem o hábito de poupar.

Para 2020, cabe destacar os seguintes resultados a serem alcançados:

- na dimensão Inclusão, a alteração do marco legal do mercado de câmbio brasileiro busca alinhar a legislação cambial às melhores práticas internacionais e às necessidades de uma economia globalizada. A expectativa é que haja a promoção da consolidação e revogação de mais de 40 normativos editados desde o ano de 1920. Trata-se de um primeiro passo em direção à conversibilidade do real. Outra ação nessa dimensão é o aperfeiçoamento dos mecanismos de oferta de *hedge* cambial pelo mercado financeiro para investimentos em infraestrutura, uma ação da Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK);
- na dimensão Competitividade, ênfase para: i) o *open banking*, iniciativa para aumentar a eficiência no SFN mediante a promoção de ambiente de negócio mais inclusivo e competitivo, preservando a segurança e a proteção dos consumidores; ii) a construção do ecossistema de pagamentos instantâneos no Brasil, que permitirá pagamentos com transferências monetárias em tempo real, com disponibilidade 24 horas por dia, sete dias por semana e em todos os dias no ano; iii) o arcabouço do *sandbox* regulatório, para acelerar a entrada de novas tecnologias e de novos modelos de negócio no setor; e iv) a implantação da central de recebíveis de cartão de crédito;
- na dimensão Transparência, o Governo continuará trabalhando para desenvolver métodos objetivos e quantificáveis de aferir a eficácia da comunicação e publicará relatório comparativo da comunicação da política monetária no Brasil com bancos centrais de referência; e
- na dimensão Educação Financeira, o Governo prosseguirá com ações para o público de baixa renda e para os superendividados, com a intenção de promover uma gestão mais consciente dos recursos.

Além desse conjunto de ações importantes, outras medidas terão continuidade. Cabe assinalar a tramitação de norma legal que dispõe sobre a autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira do BCB. Tal mecanismo possibilitará a redução do custo de condução da política monetária voltada à estabilidade de preços, por meio do aumento de sua credibilidade, ao mesmo tempo em que estaria mais bem equipado para promover as mudanças necessárias no SFN. Outra iniciativa relevante a ser colocada em prática em 2020 é a Assistência Financeira de Liquidez (AFL), uma linha de crédito disponível de forma constante, com base em títulos privados depositados como garantia para o BCB, que contribuirá com a redução dos recolhimentos compulsórios dos bancos.



UNIFICAÇÃO DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS

Em 2019, o Governo decidiu unificar todas as políticas voltadas para a agropecuária no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), iniciativa inovadora que, após duas décadas, possibilitou a reunião de pequenos, médios e grandes produtores rurais, que passaram a trabalhar juntos, sem distinção. Partiu-se do princípio real de que todos são igualmente importantes para manter a segurança alimentar do Brasil e de seus mais de 160 parceiros comerciais.

Assim, conseguiu-se lançar, pela primeira vez, um único Plano Safra, idealizado para contemplar, no período 2019/2020, mediante instrumentos adequados de crédito agrícola em um valor de R\$ 222,7 bilhões, os diferentes setores produtivos, com a devida prioridade para a subvenção aos pequenos produtores. Para 2020, o Governo dobrou para R\$ 1 bilhão o valor destinado ao seguro rural, focando mais uma vez no auxílio a aproximadamente 175 mil produtores rurais.

O atual Plano Safra, que irá vigorar até meados de 2020, está tendo um bom desempenho. As contratações de crédito rural na safra 2019/2020, no período de julho a dezembro de 2019, aumentaram 7%, na comparação com o mesmo período da temporada passada, e chegaram a R\$ 108,5 bilhões. É o equivalente a 49% do total de recursos oferecidos para a safra — R\$ 222,7 bilhões. Trata-se do maior volume já aplicado nos quatro primeiros meses do Plano Safra. Importante complemento a esse plano foi a edição da Medida Provisória nº 897, de 1º de outubro de 2019, que criou o Fundo de Aval Fraternal (FAF), responsável por aprimorar o crédito rural, ampliando o acesso ao financiamento.

O Programa Garantia Safra autorizou, no ano de 2018 (safra 2016/2017 e 2017/2018), o pagamento de R\$ 335,3 milhões em benefícios para 519 Municípios, totalizando mais de 394 mil agricultores. Já no ano de 2019 (safra 2017/2018 e 2018/2019), de janeiro a novembro, a União autorizou o pagamento de R\$ 499,7 milhões para 587,8 mil agricultores familiares, em 614 Municípios — um aumento de recursos de 32% sobre os valores pagos em 2018.

Os pequenos agricultores podem, por exemplo, usar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no montante de até R\$ 500 milhões, para construir ou reformar suas casas. Já os pescadores, beneficiários em 2019 de uma série de medidas modernas de gestão que reorganizam a atividade, como o Sistema da Pesca da Tainha (Sistainha), a regularização da piscicultura em águas da União e a revisão paulatina dos cadastros do setor que também organizam a atividade, tiveram apoio financeiro para comercializar seus produtos.

Com essa série de medidas, fica evidente que, com seu novo desenho, a administração pública federal organizou-se logo de início para viabilizar o cumprimento de um dos objetivos focais traçados para o setor agropecuário no Plano de Governo: “Uma só porta para atender às demandas do agro e do setor rural”.



Destaque no mundo, a agricultura tropical brasileira consolidou-se pela inovação e sustentabilidade e desenvolve iniciativas bem-sucedidas para a agricultura de baixa emissão de carbono, como o Plano ABC. O projeto tem por finalidade organizar e planejar ações selecionadas com o objetivo de responder aos compromissos de redução de emissão de gases de efeito estufa no setor agropecuário.

As lavouras brasileiras ocupam apenas 7,8% do território nacional, que tem mais de 60% de sua cobertura vegetal preservada. Para cumprir o rígido Código Florestal Brasileiro, os produtores rurais têm de manter reservas legais, que ocupam de 20% a 80% da propriedade, a depender do bioma, e tais reservas que estiverem inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), até dezembro de 2020, terão direito à adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Em 2019, registrou-se uma lista de 26 aberturas de mercado em Acordos Sanitários e Fitossanitários (SPS, em inglês), válidas para produtos diversos, exportados para 16 países. Com isso, cumpre-se mais uma vez o Plano de Governo, que previa a consolidação e a abertura de novos mercados, bem como a diversificação da pauta de exportação. Esses resultados vão continuar sendo alcançados em 2020.

Fundamental para garantir a sanidade dos alimentos no mercado externo e interno, o sistema de defesa agropecuária é, além da política agrícola, uma atribuição central que envolve também Estados, Municípios, fazendas, agroindústrias e laboratórios. No Brasil, avanços significativos têm sido obtidos no sistema sanitário, modernizado por meio da simplificação e digitalização de serviços.

Certificados para exportação que, em janeiro de 2019, demoravam dez dias são hoje expedidos em até um dia. Já o registro de bebidas, vinhos e derivados da uva, que demorava até dois meses, foi automatizado e pode ser expedido em apenas uma hora.

O Governo também está discutindo com a sociedade e implantando por etapas o processo de autocontrole. As medidas a serem aplicadas nos estabelecimentos regulados pela legislação da defesa agropecuária do País vêm sendo apresentadas e debatidas com o setor produtivo sem que o Governo abra mão do rigor da fiscalização de seu Sistema de Inspeção Federal (SIF).

Nos próximos cinco anos, serão investidos US\$ 195 milhões, obtidos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em operação autorizada pelo Senado Federal em 30 de outubro de 2019, no Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária (ProDefesa).

Hoje o Brasil é território livre de aftosa com vacinação e tem risco insignificante para a encefalopatia espongiforme transmissível (doença da vaca louca), importante status sanitário reconhecido pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE).



Além de destinar recursos para garantir a produção e o abastecimento do Brasil e de seus parceiros comerciais, o Governo considera como um de seus principais desafios para 2020 aproximar ainda mais os pequenos e grandes produtores rurais. Não se pode perder de vista que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar é responsável por mais de dez milhões de empregos no campo e responde por 23% da produção nacional.

O alcance social das medidas no meio rural depende primordialmente de governança fundiária e de assistência técnica inovadora. Aliada à qualidade sanitária, esse é o tripé para a produção sustentável do Brasil. Caminhando nessa direção, dois programas foram lançados em 2019 e terão prioridade no ano de 2020: o AgroNordeste, com parcerias já firmadas que somam cerca de R\$ 208 milhões, e um amplo conjunto de ações governamentais para a regularização fundiária, por meio da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro 2019.

O AgroNordeste é um impulsionador do desenvolvimento econômico e social sustentável em 230 Municípios dos nove Estados do Nordeste, além de Minas Gerais. A área foi dividida em 12 territórios, com uma população beneficiada de 1,7 milhão de pessoas. O Programa apoia pequenos e médios produtores, proporcionando a eles assistência técnica para que desenvolvam cadeias produtivas, com maior valor agregado, que alcancem mercados consumidores.

O Governo promoveu articulação com a Procuradoria-Geral e o Supremo Tribunal Federal (STF), de modo a assegurar a destinação de vultosos recursos (originários do combate à corrupção) para regularização fundiária na Amazônia.

Problema histórico no Brasil, e ainda mais grave na Amazônia, a regularização fundiária é passo fundamental na busca por soluções viáveis para os assentados da região — como atividades de bioeconomia compatíveis com as necessidades de preservação daquele bioma.

Em 2020, o Governo Federal continuará o foco da atuação na titulação de terras, alinhado ao princípio da liberdade econômica. Hoje, cerca de um milhão de agricultores não consegue ter acesso ao crédito por problemas fundiários e por falta de assistência técnica. É esse público que será beneficiário direto das ações de regularização fundiária do Governo.

Nos últimos 40 anos, enquanto a área ocupada pela agricultura aumentou 33%, a produção cresceu em torno de 386%. Esse efeito “poupa-terra” decorreu de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Esse progresso alicerçou a implementação de uma das maiores políticas de desenvolvimento sustentável — o Plano ABC, cujos resultados incluem o aumento da renda do produtor rural, da produtividade, da



resiliência e da conservação dos recursos naturais. Com sistemas produtivos mais sustentáveis, é possível alcançar redução mais expressiva de emissões de gases de efeito estufa.

A vertente do Plano ABC focada no Cerrado teve seus resultados apresentados no fim de 2019. Mais de 18 mil produtores foram beneficiados em 164 Municípios. Soluções semelhantes as do ABC Cerrado podem ser adaptadas a projetos estratégicos para a agropecuária brasileira, inclusive com financiamentos externos, como o acordo de cooperação técnica e financeira para incentivar o desenvolvimento sustentável firmado entre Brasil e Alemanha.

Cabe ao Estado brasileiro, por fim, apoiar, regular e assegurar que a Agricultura 4.0 — um conjunto de tecnologias digitais de ponta integradas e conectadas por meio de *softwares*, sistemas e equipamentos capazes de otimizar a produção agrícola, em todas as suas etapas — seja mais democrática e alcance os pequenos produtores. Como resposta a esse desafio, criou-se em 2019 o Observatório da Agropecuária — sala de situação que reúne tecnologia de ponta para monitorar e traçar políticas para o agronegócio no País —, como forma de apoio aos trabalhos da Câmara Agro 4.0, instituída para discutir estratégias de implantação de conectividade e tecnologias digitais focadas em Internet das Coisas nas áreas do campo.

POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

O investimento para a implementação de infraestrutura turística nos Municípios brasileiros, com a finalidade de contribuir para a estruturação de serviços e equipamentos turísticos que proporcionem o crescimento da economia, tem sido priorizado pelo Governo, com vistas a compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades entre as regiões, por meio da implantação de projetos estruturantes no setor do turismo.

O Governo prioriza investimentos em infraestrutura em regiões onde o turismo é uma vocação e se apresenta como atividade capaz de potencializar o crescimento econômico. Com isso, busca contribuir para a criação de oportunidades de emprego, uma vez que o turismo é uma atividade econômica que demanda pouco investimento para criação de postos de trabalho e emprega grande volume de mão de obra, em função da natureza dos serviços envolvidos na sua cadeia produtiva.

A ampliação e a adequação da infraestrutura turística nos Municípios são consideradas estratégicas para a expansão da atividade e da melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos aos turistas nos mais diversos destinos do País.



O objetivo dessa política de infraestrutura é tornar o Brasil uma das principais economias turísticas do mundo e transformar o turismo em protagonista da economia brasileira. A partir dessa premissa, o Governo conduz sua atuação com foco na contribuição para o crescimento sustentável e inclusivo, indutor da redução das desigualdades regionais, por meio da geração de emprego e renda para o País.

Em 2019, a política de infraestrutura turística passou por reformulação, representada pelo lançamento do “Investe Turismo”. Na essência, o Programa definiu 30 rotas estratégicas a serem beneficiadas pela convergência de investimentos para desenvolver o setor, mediante a seleção, em 2019, de cinco projetos-pilotos para testar um novo formato de articulação na implementação em um contexto de atuação multissetorial, que efetua o levantamento de informações para um diagnóstico das carências locais que inibem o potencial turístico desses destinos e indica a formação do conjunto de atividades turísticas e os resultados econômicos que ela pode gerar. Os projetos-pilotos foram realizados em Angra dos Reis (RJ); Serra da Capivara (PI); Rota das Emoções (Maranhão, Piauí e Ceará); Aparados da Serra e Serra Geral (Rio Grande do Sul e Santa Catarina); e Jalapão (TO).

O impacto da atuação governamental já pode ser observado na melhoria da infraestrutura local, com a consequente consolidação de roteiros turísticos. O Brasil tem registrado ganhos de produtividade e competitividade que, além de proporcionar maior qualidade aos produtos e serviços turísticos, ampliam as taxas de ocupação e participação do setor no mercado de trabalho.

Em 2020, o Governo Federal pretende ampliar as ações conduzidas em 2019 com a expansão desse projeto para outras dez rotas selecionadas em conformidade com a cartilha do “Investe Turismo”. Há, também, previsão da ampliação dos investimentos em infraestrutura nos mais de 150 Municípios que compõem as rotas e os avanços na regularização de resorts integrados a centros de entretenimento e atrações turísticas e na implementação da ficha digital de hospedagem.

2. INFRAESTRUTURA

A relação direta entre infraestrutura e crescimento econômico encontra lastro tanto na teoria econômica como na evidência empírica, via contribuição fundamental para o contínuo aumento da produtividade. No período de 2001 a 2018, o investimento em infraestrutura no Brasil ficou no patamar anual médio de 2% do PIB, o que reflete em um baixo estoque de capital de infraestrutura em um patamar de 36% do PIB no término do período considerado, quando no final da década de 70 alcançou 58%. Essa trajetória com tendência decrescente desde os anos 1980 legou uma infraestrutura precária que afeta diretamente a competitividade do País e o nível de bem-estar da população.



Para transformar esse cenário de baixo nível de investimentos em infraestrutura, no ano de 2019 o Governo Federal iniciou o desenvolvimento de estratégia de atuação, que prosseguirá em 2020, para enfrentar a questão do estoque de obras públicas paralisadas, aprimorar e definir metodologia e parâmetros para análise socioeconômica de projetos, além de desenhar novo processo de planejamento integrado de longo prazo para investimentos em infraestrutura. Tal iniciativa se soma à busca por melhorias no ambiente de negócios para propiciar expansão dos investimentos privados nesse segmento.

Vista em uma perspectiva macro, a ampliação dos investimentos em infraestrutura tem como efeito melhorar o desempenho logístico do País, garantir o suprimento energético e promover a melhoria na qualidade dos serviços públicos, de forma a melhorar o padrão de vida dos brasileiros e se aproximar das economias desenvolvidas.

O desafio é superar o *gap* de infraestrutura que afeta diretamente a competitividade do Brasil, que ocupa a 80ª posição entre 137 países no *ranking* de competitividade global do Fórum Econômico Mundial. A matriz de transportes, por exemplo, apesar da dimensão continental do território, é desequilibrada e concentrada no modal rodoviário, que corresponde a 65% do total. Nos demais modais a participação é 15% de ferrovias, 11% de hidrovias costeiras, 5% de hidrovias e 4% de dutovias. A ampliação de investimentos nos demais modais é uma necessidade para a redução dos custos logísticos.

A participação mais ativa do setor privado nos investimentos em infraestrutura é essencial, considerando não apenas a insuficiência de recursos públicos – nos últimos três anos, o Brasil investiu 1,7% do PIB nesse segmento – mas também a necessidade de geração de empregos, atração de capital estrangeiro, bem como a necessidade de melhoria na governança. São essas as premissas para a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que busca fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada para viabilizar investimentos na infraestrutura brasileira. Tudo sempre dentro de um ambiente que incentive a eficiência e a competitividade, ao mesmo tempo em que garanta uma nova governança para o setor de infraestrutura, priorizando investimentos estratégicos a serem executados por meio de concessões e parcerias com o setor privado.

PARCERIAS E FOMENTO À DESESTATIZAÇÃO

O fomento a parcerias dos entes subnacionais, com o objetivo de viabilizar a realização dos investimentos em infraestrutura urbana necessários ao desenvolvimento dos Municípios, é uma prioridade federal. O Governo trabalha para apoiar a estruturação de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) de Estados e Municípios, mediante a utilização do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP). O Fundo é coordenado no âmbito do PPI e tem a finalidade



de prover assessoramento técnico e financeiro aos Municípios para estruturação de projetos de concessões e parcerias. O incentivo a parcerias com o setor privado tem o potencial de promover o incremento da eficiência e a melhoria de qualidade dos serviços prestados à sociedade por Estados e Municípios.

O Governo Federal — por meio do FEP e com cooperações de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) — está apoiando a estruturação de 24 projetos de concessão e PPPs. A estimativa é de que sejam beneficiados 50 Municípios em todas as regiões do País, nos setores de resíduos sólidos urbanos, esgotamento sanitário e iluminação pública. A previsão é de que os contratos com as futuras concessionárias sejam firmados entre 2020 e 2021.

Para 2020 já estão previstos mais três novos chamamentos públicos para desenvolvimento de projetos de concessão dos serviços de iluminação pública, de resíduos sólidos urbanos e de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Adicionalmente, para a política pública de apoio às concessões para os entes federados se tornar efetiva, o Governo Federal está apoiando o desenvolvimento de mecanismos de regulação suficientes, disseminados e homogêneos no País, a começar pela elaboração de modelo regulatório para o setor de manejo de resíduos sólidos urbanos, com o apoio da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), da AFD e da *Expertise France*.

Na área de saneamento, destaca-se a estruturação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de projetos que visam à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos Estados do Amapá e do Acre. Adicionalmente, o BNDES está realizando estudos para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento nos Estados do Rio de Janeiro, do Ceará e de Alagoas, com vistas à estruturação de blocos de Municípios para a concessão conjunta. O Governo Federal classificou a iniciativa de apoiar a concessão dos serviços de saneamento básico como prioridade nacional e estabeleceu a coordenação em instância interministerial.

Em 2019, as políticas de fomento social, que abarcam realização de obras destinadas à oferta de creches da rede pública de ensino infantil e vagas nos sistemas prisionais estaduais e socioeducativos, passaram a integrar a carteira de projetos qualificados no âmbito do PPI. Os estudos de alternativas de parcerias para construção, modernização e operação de creches da rede pública de ensino infantil foram qualificados no PPI a partir de proposta do Ministério da Educação (MEC), em função do cenário de ineficiência e o passivo de obras paralisadas do Programa Proinfância. Considerou-se na decisão, também, a necessidade de viabilizar novos arranjos ou parcerias que proporcionem maior eficácia e eficiência na execução e operação das creches.



Com a crise fiscal dos últimos anos, os Estados tiveram dificuldades para promover a expansão da oferta de vagas em suas unidades prisionais em taxa capaz de reduzir o déficit no sistema prisional, estimado em 386 mil vagas. Dessa forma, para buscar alternativas, foi qualificada, no âmbito do PPI, a política de fomento aos sistemas prisionais estaduais, com o intuito de desenvolver soluções que permitam maior envolvimento da iniciativa privada. O objetivo é aperfeiçoar o modelo de contratação e gestão dos sistemas prisionais, com potencial de melhoria dos serviços públicos em apoio aos Estados, e garantir uma ação alinhada às diretrizes de ressocialização de presos pelo trabalho e pelo estudo.

Já a política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo foi qualificada no PPI para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação de unidades socioeducativas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com isso, pretende-se enfrentar o atual déficit de vagas, superior a cinco mil. Também se espera a redução do número de adolescentes infratores por meio de investimento em ressocialização.

Outra frente em desenvolvimento é a de promoção da agenda de qualificação para a formação continuada de agentes públicos, em todas as esferas de governo. Em 2019, foram realizados cursos de capacitação, em diferentes Municípios, que abordavam temas como elaboração de planos de estruturação e consórcios, de PPPs e concessões.

No ano de 2020, a programação é que essas políticas de fomento social qualificadas no PPI tenham seus estudos de alternativas concluídos e que sejam formatados os modelos de PPPs referenciais para dar início aos projetos-pilotos. No tema da qualificação profissional, a previsão é a continuidade da realização de cursos presenciais, mas com a oferta da versão atualizada do curso *on-line* sobre PPPs.

No âmbito da desestatização, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, estabeleceu que o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) passasse a assumir as competências do Conselho Nacional de Desestatização (CND), concernentes aos processos de inclusão de projetos e obras no Programa Nacional de Desestatização (PND). Entre as diretrizes estabelecidas pelo PND está a reordenação do papel do Estado brasileiro, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público como condição *sine qua non* para a retomada do crescimento econômico no Brasil. Com essa missão, há clara diretriz governamental no sentido de diminuir a participação do Estado na economia.

Para construir o caminho nessa direção, é necessário reavaliar e realinhar os pressupostos que, tempos atrás, deram origem à constituição e formação do conjunto de empresas estatais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 173, estabeleceu que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só seria permitida em duas situações excepcionais: quando fosse necessária aos imperativos da segurança nacional ou quando houvesse relevante interesse coletivo. Dessa forma, como prática de boa governança, cabe ao



Estado aferir se as razões para criação e continuidade da existência das empresas estatais subsistem, com avaliações caso a caso. O fluxo a ser adotado nos processos de desestatização é representado a seguir.

FLUXO NOS PROCESSOS DE DESESTATIZAÇÃO



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPi).

Desde a sua criação, o CPPI recomendou a inclusão no PND de 12 empresas estatais: Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Casa da Moeda, Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (Ceasaminas), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). Outras quatro foram incluídas no PPI, com o objetivo de estudar parcerias com a iniciativa privada para ingressarem no PND:



Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Ademais, cumpre mencionar que desde a criação do PND, na década de 1990, já foram desestatizadas 106 empresas federais, número que, por si só, revela a importância do programa para o País.

Uma das características fundamentais do PPI é a atração de investidores nacionais e internacionais por meio de um canal que possa, em harmonia com as pastas ministeriais, ser um primeiro ponto de contato, com o objetivo de tornar mais transparente, fácil e eficiente o conhecimento das oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil. A confiança, tanto interna quanto externa, é adquirida pela atualização das práticas de governança.

Até 2019, foram propostos e aprovados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI) 287 projetos considerados prioridade nacional nos setores de transportes, energia elétrica, petróleo e gás natural, parques nacionais, defesa, segurança pública, educação, saúde, telecomunicações, desenvolvimento regional, licenciamento ambiental e desestatizações de empresas públicas. Esse conjunto abrange um potencial de R\$ 967,4 bilhões em investimentos a serem realizados durante os períodos dos contratos nos próximos 30 anos.

Do total de projetos qualificados como prioritários, 172 já foram leiloados ou tiveram contratos assinados com o poder público com expectativa de investimentos de mais de R\$ 699,7 bilhões. Além disso, já foram arrecadadas outorgas para o setor público no montante de R\$ 137,1 bilhões. Os bons resultados do PPI são uma sinalização da melhoria da confiança dos investidores no Brasil, da retomada do crescimento econômico, da atração de investimentos privados para os projetos de infraestrutura, do aumento da produtividade e da geração de emprego e renda.

O ano de 2019 propiciou resultados excelentes do PPI, com a realização de 36 leilões que desencadearão investimentos na ordem de R\$ 446,2 bilhões nas mais diversas áreas da infraestrutura e a partir dos quais foram arrecadados R\$ 90,7 bilhões em bônus e outorgas para o setor público. Esses leilões representaram até então os maiores resultados do programa, tanto em termos financeiros como de números de empreendimentos leiloados.



LEILÕES REALIZADOS – 2019

 <p>PORTOS 13 LEILÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11 Terminais de grânéis líquidos: <ul style="list-style-type: none"> - 3 em Cabedelo/PB (Leilão: 22/03) - 1 em Vitória/ES (Leilão: 22/03) - 5 em Belém/PA (Leilão 05/04) - 1 em Vila do Conde/PA (Leilão 05/04) - 1 em Santos/SP (Leilão 13/08) • 1 Terminal de celulose em Paranaguá/PR (Leilão 13/08) • 1 Terminal de grânéis sólidos (Leilão 13/08) <p>Investimentos: R\$ 1,05 bi Outorga: R\$ 816 mi</p>	 <p>FERROVIA 1 LEILÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferrovia Norte-Sul (FNS) (Leilão 18/03) <p>Investimentos: R\$ 2,72 bi Outorga: R\$ 2,72 bi</p>	 <p>MINERAÇÃO 1 LEILÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palmeirópolis (Leilão 21/10) <p>Investimentos: R\$ 255 milhões Outorga: R\$ 15 milhões</p>
 <p>ENERGIA 3 LEILÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geração: <ul style="list-style-type: none"> - Geração de Energia Nova A-4 (Leilão 28/06) - Geração de Energia Nova A-6 (Leilão 18/10) • Transmissão: <ul style="list-style-type: none"> - Leilão de 12 lotes de linhas de transmissão <p>Investimentos: R\$ 17,28 bilhões Outorga: menor tarifa</p>	 <p>RODOVIA 1 LEILÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • BR-364/365/GO/MG (Leilão 10/09) <p>Investimentos: R\$ 2,06 bi Outorga: menor tarifa (-33% deságio)</p>	 <p>ÓLEO E GÁS 4 LEILÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferta Permanente (Leilão 10/09) • 16ª rodada de concessões (Leilão 10/10) <p>Bônus: R\$ 22 milhões Bônus: R\$ 8,9 bilhões</p>
	 <p>AEROPORTOS 12 LEILÕES</p> <p>12 aeroportos leiloados em 3 Blocos (Leilão 15/03)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nordeste: <ul style="list-style-type: none"> - Recife/PE; João Pessoa e Campina Grande/PB; Maceió/AL; Aracaju/SE; e Juazeiro do Norte/CE • Centro-Oeste: <ul style="list-style-type: none"> - Todos no MT: Várzea Grande (Cuiabá) Alta Floresta, Barra do Garças, Rondonópolis e Sinop • Sudeste: <ul style="list-style-type: none"> - Vitória/ES e Macaé/RJ <p>Investimentos: R\$ 3,52 bi Outorga: R\$ 2,377 bi</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cessão Onerosa (Leilão 06/11) • 6ª Rodada de Partilha (Leilão 07/11) <p>Bônus: R\$ 69,96 bilhões Bônus: R\$ 5,05 bilhões Investimentos totais: R\$ 105,8 bilhões</p>
		 <p>LOTEX 1 LEILÃO</p> <p>Valor ofertado: R\$ 817,9 milhões</p>

Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPi).

Os resultados do programa também evidenciam a retomada do interesse dos investidores estrangeiros no Brasil. A participação de empresas de outros 19 países nos leilões realizados pelo PPI demonstra que as parcerias são atrativas. Dos 172 projetos já leiloados, 74 tiveram como vencedoras empresas estrangeiras ou em consórcio com empresas brasileiras.



Para 2020, estão em andamento 79 projetos prioritários nos diferentes setores, como aeroportos, terminais portuários, rodovias, ferrovias, direitos minerários, desestatizações, incluindo o leilão das radiofrequências para a quinta geração da telefonia móvel (5G). O Brasil está com a maior carteira de projetos em concessões de infraestrutura do mundo, com empreendimentos focados na sustentabilidade ambiental.

LEILÕES DO PPI PREVISTOS PARA 2020

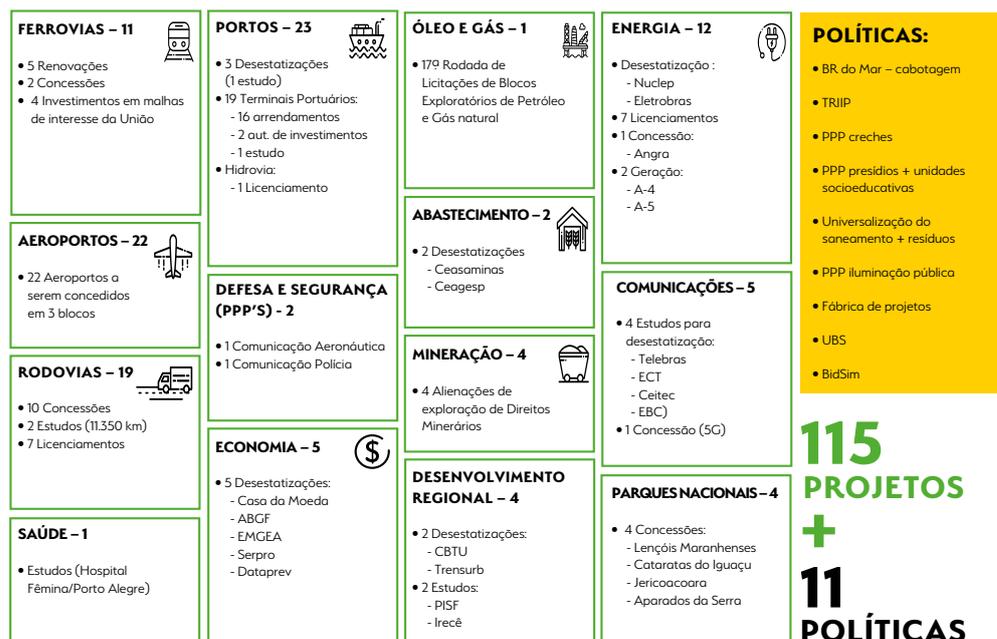
1º SEMESTRE/2020		2º SEMESTRE/2020	
RODOVIA (1) <ul style="list-style-type: none"> BR-101 (SC) (21/02) 	DIREITOS MINERÁRIOS (2) <ul style="list-style-type: none"> Fosfato - Miriri (PB) Cobre - Bom Jardim de Goiás (GO) 	RODOVIAS (6) <ul style="list-style-type: none"> BR-153/080/414 (GO/TO) BR-381/262 (MG/ES) BR-163/230 (MT/PA) BR-116/465/101 (RJ/SP) - Presidente Dutra BR-040/495 (MG/RJ) - Concer BR-116/493/RJ/MG (CRT) 	AEROPORTOS - 6ª RODADA <p>22 aeroportos em 3 blocos</p> <ul style="list-style-type: none"> Bloco Norte 1 Bloco Sul Bloco Central
PORTOS (5) <ul style="list-style-type: none"> 1 Terminal de Passageiros de Mucuripe (CE) (27/03) 4 Terminais Portuários no Porto de Itaquí/MA 	ENERGIA/GERAÇÃO (3) <ul style="list-style-type: none"> Angra 3 (RJ) Energia Existente A-4 e A-5 (30/04) 	FERROVIAS (4) <ul style="list-style-type: none"> Ferrogão (MT/PA) FIOL (BA) Renovação EFVM Renovação EFC 	PARGUES (4) <ul style="list-style-type: none"> Lençóis Maranhenses (MA) Jericoacoara (CE) Iguaçu (PR) Aparados da Serra (RS)
PPP - DEFESA (1) <ul style="list-style-type: none"> Gestão da Rede de Comunicações Integrada do COMAER - Comando da Aeronáutica (03/03) 	FERROVIAS (1) <ul style="list-style-type: none"> Renovação Malha Paulista (fev) 	TERMINAIS PORTUÁRIOS (4) <ul style="list-style-type: none"> 1 no Porto de Aratu/BA 1 no Porto de Paranaguá/PR 2 no Porto de Santos/SP 	DESESTATIZAÇÕES (6) <ul style="list-style-type: none"> Emgea ABGF Casa da Moeda Ceagesp Ceasaminas Eletrobras
	SUBNACIONAIS (4) <ul style="list-style-type: none"> Concessões de Resíduos Sólidos (SP, MG, GO e PI) 	SUBNACIONAIS (11) <ul style="list-style-type: none"> 9 Concessões de IP (PA, ES, RS, SE, MS, 2 em SP e 2 na BA) 1 Saneamento (CE) 1 Resíduos Sólidos (CE) 	ÓLEO E GÁS (1) <ul style="list-style-type: none"> 17ª rodada de concessão
		DIREITOS MINERÁRIOS (2) <ul style="list-style-type: none"> Carvão - Candiota (RS) Caulim - Rio Capim/PA 	DEFESA (1) <ul style="list-style-type: none"> PPP Comunicação das Polícias
			LEILÃO 5G (1)

Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

De acordo com a atual política de exploração e produção de petróleo e gás natural, será mantido o calendário plurianual de rodadas de licitações. Assim, está programada a realização de certames até o final de 2021, nos modelos de concessão — a 17ª e 18ª rodada — e de partilha da produção do pré-sal, com as 7ª e 8ª rodadas. Destaca-se, ainda, a Oferta Permanente, que incluirá aproximadamente 900 blocos de bacias sedimentares, terrestres e marítimas, a serem disponibilizadas após audiência pública.



CARTEIRA DE PROJETOS DO PPI – 2020



Fonte: Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI).

Buscando melhorar o ambiente regulatório do setor, o Governo Federal apresentará ao Congresso Nacional contribuições para o aprimoramento do Regime de Partilha, previsto na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Além disso, o Conselho do PPI recomendou ao Presidente da República a criação do Programa de Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (BidSIM), com o objetivo de propor metodologia para fixação dos parâmetros técnicos e econômicos para as rodadas de licitação de blocos. O lançamento desse programa ocorrerá no primeiro trimestre de 2020.

É com essa proposta de interação transparente e orientada para a otimização da extração desses recursos da União, de forma eficiente e competitiva, que se buscará colocar o Brasil entre os cinco maiores produtores de petróleo e gás no mundo até 2030. A possibilidade de crescimento do setor constitui-se excepcional oportunidade de criação e desenvolvimento de negócios para empreendedores dispostos a investir no País.



NOVO MERCADO DE GÁS E MELHORIAS NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

No Brasil, como em grande parte do mundo, a indústria de gás natural se desenvolveu pela ação de uma grande companhia estatal. A Petrobras teve papel fundamental no desenvolvimento do mercado de gás nacional. Contudo, seu poder de mercado decorrente de sua forte presença em todos os elos da cadeia de valor inibe a entrada de novos agentes, o que pode comprometer o futuro desenvolvimento do setor. Dessa forma, o estabelecimento de limites e condições à atuação da Petrobras no mercado de gás efetivará a flexibilização desse monopólio da União, como disposto na Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995.

Passados quase 25 anos da flexibilização da oferta de gás natural, a Petrobras permanece monopolista, apesar dos avanços no segmento do *upstream* — a parte da cadeia produtiva que antecede o refino.

As propostas para a revisão do marco legal foram consolidadas e se encontram em análise no Congresso Nacional. As medidas infralegais orientando o desenho do novo mercado de gás natural, contudo, já foram estabelecidas e é atribuída à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Combustível (ANP) a regulação de diversos aspectos, entre eles a formação do sistema de transporte de gás natural e a oferta de serviços de transporte no regime de contratação de capacidade por entrada e saída.

Há grandes expectativas dos agentes da indústria pelo novo mercado de gás, que tem potencial de atrair investimentos, aumentar a produção de gás natural do pré-sal, contribuir para o desenvolvimento da indústria do País, melhorar a segurança energética nacional e aumentar a receita de participações governamentais, inclusive de tributos estaduais, promovendo geração de emprego e renda e aumento do PIB.

Em abril de 2019, foi instituído o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural no Brasil, com as competências de propor medidas de estímulo à concorrência no mercado de gás natural, encaminhar ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) recomendações de diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural e propor ações a entes federativos para a promoção de boas práticas regulatórias.

Por iniciativa do Comitê, houve o estabelecimento, pelo CNPE, de diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural. Em 23 de julho de 2019, foi lançado o programa denominado Novo Mercado de Gás, que tem como desafio promover um mercado de gás que favoreça a competição, os investimentos nacionais e estrangeiros e a redução dos preços da energia. As seguintes mudanças são esperadas ao longo dos próximos anos: i) melhorar



o aproveitamento do gás do pré-sal, da bacia de Sergipe e Alagoas e outras descobertas; ii) ampliar investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento, transporte e distribuição de gás natural; iii) aumentar a competição na geração termelétrica a gás; e iv) retomar a competitividade da indústria em seus diversos segmentos, como celulose, fertilizantes, petroquímica, siderurgia, vidro, cerâmica e outros.

O Termo de Compromisso de Cessação (TCC) firmado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o início da chamada pública para contratação de serviços de transporte no gasoduto Bolívia-Brasil, que adota o modelo por “entrada e saída”, foram alguns dos importantes resultados do ano de 2019.

Para 2020, é esperada a concretização de grandes marcos na abertura de gás natural. Há a expectativa de aprovação da nova lei do gás e o aperfeiçoamento da agenda regulatória, contemplando os critérios de independência dos transportadores, da interconexão entre gasodutos de transporte e revisão das tarifas de transporte. Além disso, será dado apoio aos Estados que desejarem adequar suas regulamentações dos serviços locais de gás canalizado ao modelo do Novo Mercado de Gás. Haverá ainda a manutenção do acompanhamento da abertura do mercado de gás, em especial a execução das ações previstas no TCC, por meio do Comitê de Monitoramento do Gás Natural (CMGN).

O setor de combustíveis é uma das principais fontes de arrecadação tributária dos Estados brasileiros, com alta complexidade e carga tributária elevada correspondente a 44% na gasolina C e 22,8% no óleo diesel B no preço final dos combustíveis, de acordo com o relatório de acompanhamento do mercado do Ministério de Minas e Energia (MME).

Pretende-se melhorar as condições de competição e o ambiente de negócios no setor de combustíveis, disponibilizando aos órgãos competentes as ferramentas adequadas para coibir práticas ilícitas danosas ao bom funcionamento desse mercado. A iniciativa “Abastece Brasil” é o foro estabelecido pelo Governo para discussão da agenda de trabalho para o setor de combustíveis.

Em 2019, entre os principais resultados alcançados, destacam-se a promoção da concorrência no refino e no abastecimento de combustíveis e a definição do fim da prática de preços diferenciados do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), a partir de março de 2020.

A simplificação tributária para os combustíveis é uma oportunidade identificada há algum tempo, sendo objeto de discussão com os órgãos competentes na busca por uma solução definitiva.

A agenda prioritária para 2020 tem em sua pauta a garantia do abastecimento de combustíveis diante do novo cenário do *downstream* — atividades de transporte e distribuição de produtos da indústria do petróleo, desde a refinaria até as empresas de distribuição — decorrente da venda de ativos de refino pela



Petrobras até 2021 e a atração de investimentos em refino de petróleo e infraestrutura para movimentação de combustíveis; e o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis.

Em 8 de janeiro de 2020, a Plataforma da ANP começou a operar para a formação do lastro do Crédito de Descarbonização (CBIO), passo inicial para a escrituração do crédito de descarbonização da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). A política coloca o Brasil como o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis e, com o B15 (adição de 15% de biodiesel ao diesel), será proporcionado um ganho ambiental correspondente à redução de emissões de mais de 26 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Isso possibilitará a construção do primeiro sistema brasileiro de captura de carbono — um mecanismo capaz de monetizar o serviço ambiental de retirada de CO₂ da atmosfera e não apenas de mitigação das emissões da matriz de combustíveis.

MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

As profundas transformações pelas quais a indústria mundial de energia elétrica está passando podem ser explicadas pela inserção de fontes renováveis, pelas novas soluções tecnológicas e pela possibilidade de os consumidores escolherem seu fornecedor de eletricidade, o acesso ao chamado mercado livre de energia.

O consumidor, nessa condição, amplia seu poder de decisão graças às tecnologias emergentes, como geração distribuída e armazenamento de energia, que oferecerão opções para consumir energia de fontes renováveis e têm por característica a utilização de recursos naturais em sua geração. Além disso, novos modelos de negócios vêm surgindo na esteira dessas tecnologias e da digitalização, como as usinas virtuais e agregadoras de carga, que podem levar à oferta de novos serviços aos consumidores.

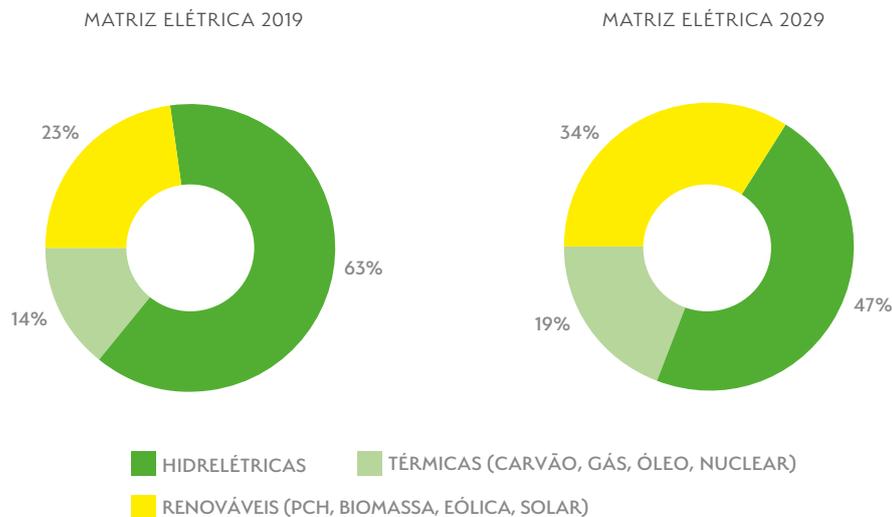
Não é novidade que a característica mais marcante dos mercados de serviços de eletricidade é a contínua e permanente necessidade de se manter um perfeito equilíbrio entre a oferta e a demanda por energia elétrica, a fim de que não haja “apagões”. No entanto, tanto a oferta quanto o consumo ocorrem em períodos temporais diversos entre si. A demanda é normalmente flutuante e a oferta em países como o Brasil, em que a geração de energia ocorre predominantemente com base em energias renováveis, é fortemente impactada por fatores climáticos não controláveis.

No passado, mais de 80% da oferta de energia no Brasil era fornecida por usinas hidrelétricas com grandes reservatórios e por usinas térmicas, que, conjuntamente, têm a capacidade de regularizar a oferta de energia. Entretanto, a abundante diversidade natural do Brasil, somada à evolução tecnológica, permitiram que o País diversificasse sua matriz, com usinas a biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, eólicas e



solares, por exemplo. Com o crescimento dessa diversificação de fontes energéticas, a operação do sistema elétrico, buscando equilibrar oferta e demanda a cada instante, se torna mais desafiadora.

EVOLUÇÃO DA MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) – 2029 (preliminar).

Os grandes consumidores, com demanda mensal superior a 0,5 megawatts, que podem escolher seu fornecedor de energia, representam aproximadamente 1/3 do mercado total de consumidores de energia elétrica do País. Nesse sentido, a abertura do mercado para que todos os consumidores possam escolher seu supridor de energia, sem distorções ou subsídios, deve ocorrer de forma gradativa e ordenada. O desafio, que leva a necessidade de modernização do setor elétrico, é criar um desenho do mercado que garanta a segurança e a confiabilidade do sistema elétrico, conduzindo benefícios à toda a sociedade.

Em 2019, o Governo criou o grupo de trabalho de Modernização do Setor Elétrico com o objetivo de realizar um diagnóstico abrangente e propor ações de aprimoramento ao setor elétrico brasileiro, visando cumprir a missão de levar energia elétrica para os consumidores de forma competitiva, zelando pela sustentabilidade da expansão, com a promoção da abertura de mercado e com eficiência na alocação dos custos e dos riscos.



Os balizadores para viabilizar legalmente a Modernização do Setor Elétrico já tramitam no Congresso Nacional, sendo importante sua aprovação pelos parlamentares para que o consumidor tenha garantia de fornecimento de energia elétrica ao menor valor possível, uma vez que a energia elétrica compromete parcela substancial da renda das famílias, em especial das mais pobres, e é insumo vital para o crescimento e desenvolvimento econômico, e condicionante para o aumento da competitividade.

O País se depara com o desafio de fazer frente a investimentos na ordem de R\$ 460 bilhões em geração e transmissão de energia até 2029, em um cenário de crescimento econômico moderado. Nesse sentido, se o Executivo, com a implementação de seu Plano de Ação, e o Legislativo, por meio das diretrizes legais, viabilizarem a modernização do setor, será possível introduzir modificações significativas, muitas delas em discussão desde a década de 1990, que promoverão o investimento necessário para contribuir na formação de um setor elétrico mais robusto e confiável para o Brasil.

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto que tem controle acionário do Governo Federal e opera nos setores de geração e transmissão de energia elétrica. A empresa detém 30,7% da capacidade de geração do Brasil (47 GW instalados) e 70,3 mil km de linhas de transmissão, que representam 51,7% do total no sistema elétrico nacional.

Assim, o principal desafio é garantir recursos financeiros para que a Eletrobras continue a ser uma empresa com capacidade de investimento e que detenha condições de concorrência com os seus pares no setor elétrico brasileiro de maneira eficiente. Com vistas a substanciar uma política de capitalização da Eletrobras, está em tramitação uma normativa que prevê a desestatização da empresa na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição da União – esta, por sinal, terá sua participação acionária reduzida e deixará de ser acionista majoritária.

A proposta legislativa autoriza a União a outorgar, por 30 anos, novas concessões de geração de energia para as usinas hidrelétricas das empresas da Eletrobras alcançadas pelo regime de cotas criado pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e altera para o regime de produção independente de energia.

O normativo em discussão prevê, ainda, a mudança do regime de comercialização de energia por parte da Eletrobras, atualmente no regime de cotas, para o de livre comercialização da energia no mercado. As empresas controladas pela Eletrobras deixarão de comercializar compulsoriamente a energia elétrica gerada a um preço fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para negociá-la livremente no mercado regulado ou no mercado livre. Em contrapartida, as empresas passam a assumir riscos da operação, como o risco hidrológico, cabendo a elas adotarem a melhor estratégia de comercialização.



A modificação do estatuto social da Eletrobras será uma exigência para transformá-la em uma corporação, a exemplo de outras empresas mundiais do setor elétrico e de grandes empresas brasileiras. A importância desse modelo de corporação é evitar que a Eletrobras seja negociada a um agente já estabelecido no setor elétrico, concentrando mercado e inibindo a competição. Além disso, a reestruturação societária deverá ser conduzida para manter sob controle da União, direto ou indireto, as empresas Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) e Itaipu Binacional, uma vez que pela sua natureza essas empresas não podem ser controladas pela iniciativa privada.

A manutenção de determinados direitos e obrigações de caráter de serviço público desempenhados pela Eletrobras será assegurada. Encaixam-se nesse quesito a gestão dos programas — Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); e Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) — e o pagamento das suas contribuições associativas por um prazo de quatro anos ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Também há previsão de continuidade do financiamento de pesquisas relativas a novas fontes de recursos.

MINERAÇÃO

A legislação que rege a atividade de mineração no Brasil sofreu alterações recentes que trouxeram avanços ao desenvolvimento do setor. Entretanto, um conjunto de normas ainda impõe uma série de limitações e vedações ao melhor desempenho do segmento. Algumas legislações refletem entendimentos das primeiras décadas do século passado, outras decorrem de monopólios previstos na Constituição Federal e há, ainda, casos de regramentos que, apesar de contemporâneos, necessitam de atualização para acompanhar as demandas e necessidades da sociedade.

O tratamento jurídico diferenciado para a ocupação e utilização da faixa geográfica interna e paralela à fronteira terrestre do País, denominada faixa de fronteira, é uma condição especial historicamente associada à reserva do direito exclusivo de ocupar e usar essa extensa área por brasileiros e empresas brasileiras de capital nacional, fixando restrições legais específicas à presença estrangeira.

É oportuno o exame das condições ainda aplicáveis à mineração em faixa de fronteira, de modo a avaliar eventual revisão das restrições impostas ao capital, à gestão e à mão de obra estrangeira e o estabelecimento de uma política de exploração mineral que dinamize a atividade econômica naquela parte do território nacional. Em 2019, houve uma agenda conjunta governamental que resultou na apresentação de proposta de alteração da Lei da Faixa de Fronteira, com eliminação de restrições a empresas com capital estrangeiro interessadas em realizar atividades de mineração.



A Constituição Federal de 1988 estabelece que seja monopólio da União a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos, cuja produção, comercialização e utilização podem ser autorizadas sob regime de permissão. Uma consequência ao monopólio estatal para todas as fases do aproveitamento de minerais nucleares é a paralisação da produção nacional de urânio desde 2014, após o esgotamento da única mina em operação no País, em Caetité (BA).

Em 2019, o Governo Federal inaugurou a 8ª cascata de ultracentrífugas. Com a sua entrada em operação, haverá um aumento de 20% na produção de urânio enriquecido no Brasil. O enriquecimento de isótopo de urânio é uma tecnologia de ponta, 100% nacional e representa o domínio de tecnologia que é fundamental para a fabricação do elemento-combustível que abastece atualmente os reatores das usinas Angra 1 e 2, a futura operação de combustível para Angra 3 e os reatores de pesquisa brasileiros em desenvolvimento.

A flexibilização do monopólio da União na pesquisa e lavra de minérios nucleares é vista como uma medida importante para dinamizar o setor e promover o desenvolvimento econômico do País. A intenção é chegar a um programa que dê agilidade à pesquisa e à lavra desses minérios e concilie a atratividade do negócio para o setor privado com a necessidade do estabelecimento de critérios e condicionantes para preservar o interesse da União. A atual política nuclear, centrada no monopólio estatal, causa uma situação insustentável, na qual o Brasil figura entre os 12 países que detêm tecnologia para enriquecer urânio, mas ainda importa grande parte de seu consumo, apesar de os recursos totais conhecidos de urânio classificarem o Brasil na 7ª colocação no mundo.

É importante reconhecer, também, que o investimento no setor mineral é diferenciado dos demais setores, por ser intensivo em capital, de longo prazo de maturação e de médio a alto risco (principalmente nas fases iniciais). Por esses motivos, tem sido objeto principalmente do interesse de empresas estrangeiras, listadas em Bolsas de Valores e com expertise.

A mudança desejada é a alteração em alguns marcos normativos — o que trará maior ganho econômico para a sociedade e para o setor, pois novas áreas objeto de aproveitamento das substâncias minerais estarão disponíveis para investimentos nacionais e estrangeiros, sem restrições — bem como áreas de pesquisa e lavra de minérios nucleares, com adequação do arcabouço legal para superar inseguranças jurídicas.

Em 2019, o Governo deu início a um conjunto de ações estratégicas com o objetivo de liberar áreas para a pesquisa e lavra mineral, com o intuito de atrair investimentos, principalmente externos.

Para a flexibilização do exercício do monopólio da União na pesquisa e lavra de minérios nucleares foram criados dois grupos de trabalho no Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, um para



analisar a conveniência e oportunidade da flexibilização do monopólio da União na pesquisa e na lavra de minério nuclear e outro para elaborar um plano de ação para o setor nuclear brasileiro.

Para os minerais nucleares, no ano de 2020, o Governo continuará envidando esforços para dinamizar a pesquisa e a lavra de minérios nucleares que considere o aporte de investimento privado por meio de parcerias. No âmbito do plano de ação para o setor nuclear brasileiro, será considerada a elaboração de propostas de instrumentos legais que estimulem parcerias com a iniciativa privada, a apresentação de proposta de independência financeira da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) de recursos provenientes do Tesouro Nacional e a compatibilização do regime de outorga entre a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, o regime de licenciamento se dá por meio da concessão, modalidade complexa e morosa, que historicamente tem tramitação processual de aproximadamente 12 anos, entre o requerimento de pesquisa e a obtenção do direito de lavra, o que impacta no pleno desenvolvimento da cadeia produtiva.

A atual situação de concessão de lavra para determinadas substâncias de emprego imediato na construção civil ou na agricultura sobrecarrega a área de governo responsável pela análise de pedidos de autorização de pesquisa e requerimento de lavra, e, por outro lado, onera em demasia os interessados no aproveitamento dessas substâncias, obrigando-os a dispendar tempo e recursos que poderiam ser empregados nos investimentos de produção, além de retardarem o início de operação das empresas.

Não há, do ponto de vista legal, restrições à adoção de medidas que possam viabilizar a ampliação do rol de substâncias minerais passíveis de autorização no Regime de Licenciamento. A Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, que dispôs sobre o regime de licenciamento e estabeleceu um conjunto limitado de substâncias e usos, poderia ser aproveitada sob esse regime. Outras substâncias, como rocha ornamental e carbonatos de cálcio e de magnésio, que podem ser extraídos por meio de uma lavra simplificada, também podem se utilizar do licenciamento previsto na referida lei, que é mais célere e compatível com a dinâmica do mercado desses bens minerais.

Os remineralizadores de solos, principalmente por se tratar de material que pode ser extraído de rejeitos de mineração, agregando o valor ambiental, igualmente usam o regime de licenciamento.

Nesse sentido, ao longo de 2019 a alteração da Lei nº 6.567, de 1978, foi debatida em diversos foros de discussão, com avanços a serem conduzidos no ano de 2020, a partir da publicação da Lei nº 13.975, de 7 de janeiro de 2020, que representa uma melhoria regulatória para a atividade mineral ao incluir rochas ornamentais e carbonatos de cálcio e magnésio para serem aproveitados economicamente sob o regime de licenciamento, com oportunidade para que os remineralizadores possam alterar o seu atual modelo de concessão.



Para o ano de 2020, também estão previstas: i) a consolidação de alteração na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, naquilo que se refere à mineração em Faixa de Fronteira; ii) a introdução de dispositivo sobre a aplicação de recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) pelas entidades mencionadas nos incisos de I a III do § 2º do artigo 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990; e iii) a adequação do arcabouço legal para viabilizar modelos de parcerias com a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) no contexto atual do monopólio, além de flexibilização para atrair investimento privado no setor.

PRIORIDADE À SEGURANÇA DE BARRAGENS

Grande parte das minas em operação baseia-se em processos e tecnologias que requerem cuidados do ponto de vista socioambiental e segurança do trabalho e operacional. Muitas delas utilizam o sistema de barragens para deposição dos rejeitos gerados no processo de beneficiamento dos minérios, e o controle de segurança de barragens é atividade crítica, que requer regulação e fiscalização eficientes.

Acidentes com rompimentos de barragens sempre provocam danos sociais e ambientais de alto impacto e de difícil recuperação. Normas regulamentadoras e sistema de monitoramento e fiscalização por parte das empresas e dos órgãos públicos responsáveis pela regulação da atividade de mineração são elementos essenciais para uma eficiente aferição da integridade dessas estruturas.

Normas e procedimentos de segurança de barragens estão sempre em evolução, em consonância com o desenvolvimento tecnológico. Os acidentes podem ter seus efeitos minimizados e até evitados se houver o cumprimento da legislação por parte dos atores envolvidos.

No início de 2019, o País foi surpreendido com a ocorrência do desastre de rompimento da barragem de rejeitos de mineração “Br”, em Brumadinho (MG). O Governo Federal mobilizou esforços na execução de ações emergenciais de resgate às vítimas, contenção da mancha de inundação de rejeitos e manutenção da prestação dos serviços básicos à população atingida pelos primeiros efeitos do desastre.

De modo imediato, foram instituídos o Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres e o Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas a Desastre em decorrência da ruptura da barragem do Córrego Feijão. Como consequência, foi determinado aos órgãos fiscalizadores federais exigir dos agentes fiscalizados a atualização imediata dos respectivos Planos de Segurança de Barragem, de que trata a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; foi instituído ainda o subcomitê de elaboração e atualização legislativa, com o objetivo de elaborar anteprojeto de lei para a modernização e revisão da Política Nacional de Segurança de Barragens.



Após o período de execução das ações emergenciais, o Governo Federal promoveu a execução de um conjunto de ações para aprimorar a segurança de barragens de rejeitos de mineração, por meio da revisão de normas de segurança, bem como o reforço dos recursos necessários para a execução das ações de fiscalização. Dentre as novas regras de segurança, destacam-se: i) proibição de construção de novas barragens pelo método de alteamento “a montante” em todo o território nacional; ii) exigência de monitoramento por instrumentação em tempo real e integral para barragens com Dano Potencial Associado (DPA) alto; e iii) fixação de prazos para descaracterização das barragens com alteamento a montante, que deverá ocorrer até 2027.

Houve a alteração da Norma Regulamentadora que dispõe sobre as regras de segurança laboral das atividades de mineração, vedando a concepção, a construção, a manutenção e o funcionamento de instalações destinadas a atividades administrativas, de vivência, de saúde e de recreação da empresa ou permissionário de lavra garimpeira nas áreas a jusante de barragem sujeitas à inundação em caso de rompimento.

O Congresso Nacional também demonstrou sensibilidade, em 2019, em apresentar projetos de lei que aprimorassem a legislação sobre a segurança de barragens, o licenciamento e os crimes ambientais, bem como proposições para a revisão e atualização do marco regulatório da mineração. Cabe destacar as propostas produzidas pela Comissão Externa de Brumadinho da Câmara dos Deputados e pela Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho, que contribuirão para o aprimoramento da segurança de barragens de rejeitos de mineração.

Ao longo de 2020, o Governo Federal coordenará a execução das seguintes ações complementares voltadas para o aprimoramento da segurança de barragens de mineração: interlocução com Agências Internacionais de Cooperação Técnica-Humanitária; participação de missões técnicas no exterior e organização de seminário internacional em conjunto com as agências de cooperação do Japão (JICA), Estados Unidos (Usaid), Turquia (AFAD) e da União Europeia (MPCUE); e cumprimento do acordo judicial relativo à Ação Civil Pública nº 1005310-84.2019.4.01.3800. Em andamento na Justiça Federal em Minas Gerais, o acordo prevê a execução do cronograma de fiscalização das barragens pela ANM.

INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA HÍDRICA

A segurança hídrica também foi uma das pautas que mereceu atenção federal em 2019. Dentre as ações, destacam-se investimentos em infraestruturas capazes de ampliar a capacidade de adução e reserva de água bruta, como construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, que ampliam



a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas, reduzindo os riscos associados a eventos críticos de secas e cheias.

Em abril de 2019, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que orienta o planejamento das intervenções estruturantes necessárias aos Estados brasileiros para ampliar a segurança hídrica do País, e contempla a formação do Índice de Segurança Hídrica (ISH).

O PNSH proporcionou o levantamento das principais propostas de obras estruturantes, de natureza estratégica e relevância regional, consolidando a recomendação de 95 intervenções que totalizam investimento na ordem de R\$ 26,9 bilhões até 2035. Dentre os principais empreendimentos em execução recomendados, destacam-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e o Ramal do Agreste Pernambucano.

O PISF é a maior obra de infraestrutura hídrica do País e, em agosto de 2019, foi incluído no âmbito das Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) como obra estratégica para estudos que visem à conclusão e o estabelecimento de contrato de parceria com o setor privado para operação e manutenção. Ainda quanto à gestão do PISF, foi instaurada a Câmara de Conciliação e Arbitragem, na qual se avançou com as negociações com os Estados beneficiários para assinatura dos contratos de prestação de serviços de adução de água bruta.

O investimento no PISF alcançou, em 2019, o valor de R\$ 10,8 bilhões, com execução física de 97,4%. O PISF garantirá a oferta de água bruta para promover a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste do PISF encontra-se em fase de pré-operação com perspectiva de entrar em operação no ano de 2020. Mesmo nesse estágio, a água aduzida já beneficia mais de 1,4 milhão de habitantes na região de Campina Grande e Municípios do agreste pernambucano. O Eixo Norte, que está com as estruturas testadas e com água no primeiro trecho, com mais de 80 km, se inicia, na captação no rio São Francisco e passa por canais de adução, cinco aquedutos, quatro reservatórios e três estações de bombeamento. Outros 159 km estão concluídos e aptos a passarem por testes de equipamentos. A partir de agosto de 2019, após intervenções de ajustes de estruturas e equipamentos, foi retomada a operação das três estações de bombeamento do Eixo Norte, para continuidade dos testes e enchimento dos reservatórios contidos nesse trecho.

Outra atividade relevante refere-se aos estudos para modelagem de instrumentos de parceria para operação e manutenção, associado ao potencial de geração de energia fotovoltaico, que poderá otimizar os custos operacionais.

Foram destinados, em 2019, mais de R\$ 2 bilhões para promoção da segurança hídrica da população brasileira mais afetada pela escassez de água. Destacam-se os investimentos no Eixo Norte do PISF, na



operação e manutenção do PISF, e nas obras estruturantes: Ramal do Agreste Pernambucano, Adutora do Agreste de Pernambuco, Cinturão das Águas do Ceará, Canal do Sertão Alagoano e Vertente Litorânea Paraibana, essenciais para a promoção do desenvolvimento regional.

Citam-se ainda as ações de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que têm por objetivo preservar, conservar e recuperar os rios brasileiros, com o lançamento em julho de 2019 do Projeto Juntos pelo Araguaia, em parceria com os Estados de Goiás e Mato Grosso. O programa também prioriza as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba e Taquari (no Pantanal), bem como fomenta a criação dos programas estaduais de revitalização de bacias hidrográficas.

Outro destaque em 2019 foi a entrega de 170 sistemas de dessalinização no âmbito do Programa Água Doce, que atingiu as marcas de 774 sistemas em operação e 2,4 mil operadores capacitados. Em 2020, outras 29 obras têm previsão de começar, com custo médio de R\$ 360 mil e possibilidade de atendimento a cerca de 400 pessoas/dia.

ÊNFASE RENOVADA EM LOGÍSTICA E TRANSPORTE

Os principais desafios da logística e do transporte brasileiro são: i) a defasagem da infraestrutura e logística de transporte; ii) a ausência de conexão entre os diferentes modais; iii) a grande concentração de transporte no setor rodoviário; e iv) a falta de segurança nas vias. Nos últimos 20 anos, o Brasil investiu em média, por ano, 2,18% do PIB em infraestrutura, valor muito baixo se comparado com as demais economias emergentes, que investem em média entre 4 e 5% do PIB. Como efeito dessa realidade, tem-se o aumento do custo de transporte e a dificuldade do escoamento da produção do agronegócio.

O caminho para aumentar a qualidade da infraestrutura de transportes nacional é a ampliação do Programa de Concessões e parcerias com a iniciativa privada. O aumento da eficiência da infraestrutura de transporte é necessário para melhorar a situação do Brasil no Índice de infraestrutura — em que se posiciona em 84º no *ranking* mundial e 9º (última posição) na América Latina —, reduzir os custos logísticos do setor produtivo, melhorar a qualidade de vida da população e propiciar novos patamares de desenvolvimento econômico e social do País.

Com relação aos investimentos públicos, dentre as principais ações de infraestrutura desenvolvidas em 2019, destacam-se: i) pavimentação de segmentos da BR-163/PA com a eliminação de frequentes atoleiros e avanços significativos na pavimentação da BR-230/PA; ii) inauguração do novo terminal de passageiros



do aeroporto internacional de Macapá/AP e do novo aeroporto de Vitória da Conquista/BA; iii) reforma da pista principal do aeroporto Santos Dumont/RJ; e iv) alinhamento e reforço do berço 4 do porto de Itajaí/SC, permitindo a atracação de navios com 336 metros de comprimento após a conclusão da obra da Nova Baía de Evolução.

Em 2020, a priorização de ações integradas ou pontuais nos grandes gargalos de infraestrutura de transportes terá continuidade. Para isso, pretende-se aumentar a participação da iniciativa privada, tanto no processo de financiamento quanto na construção e operação de importantes projetos de infraestrutura de transportes.

Outra meta é consolidar o planejamento integrado do setor, que leva em consideração a oferta e a demanda nos corredores logísticos, com a ampliação de plataformas logísticas intermodais/multimodais. A ideia é proporcionar maior balanceamento da matriz de transportes, otimizar investimentos públicos e estimular investimentos privados.

No campo dos investimentos públicos, serão adotados critérios de qualificação de projetos e obras para otimização dos gastos. A estratégia para 2020 é aplicar os recursos priorizando a manutenção da infraestrutura, a conclusão de obras com elevado grau de execução e a retomada de obras estratégicas nos corredores de exportação e nos eixos de integração nacional com ações de melhoria da mobilidade. As seguintes entregas estão previstas:

- no setor rodoviário serão concluídos os seguintes empreendimentos: BR-060/GO – contorno de Jataí/GO; BR-070/GO/MT – contorno de Aragarças/GO - Barra do Garças/MT; BR-364/RO – construção de Ponte sobre o rio Madeira em Abunã/RO; BR-242/TO – construção do trecho Peixe/TO-Taguatinga/TO; BR-381/MG – adequação do trecho entroncamento BR-116/259/451/MG Governador Valadares/MG – entroncamento MG-020; BR-101/PE – adequação do trecho divisa PB/PE – divisa PE/AL; BR-392/RS – adequação do trecho Rio Grande/RS – Pelotas/RS; BR-153/SP – adequação da travessia de São José do Rio Preto/SP;
- no setor ferroviário: será dada continuidade à construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), principalmente no trecho 2, entre Caetité e Barreiras, ambos do Estado da Bahia. Além disso, pretende-se licitar a concessão à iniciativa privada do trecho 1 da ferrovia;
- no setor aquaviário: serão priorizadas as ações de manutenção das condições de navegabilidade nas hidrovias federais; e
- no setor aeroviário serão entregues: a reforma e ampliação do Terminal de Passageiros (TPS) dos aeroportos de Navegantes/SC, Campo Grande/MS e Uberlândia/MG; a revitalização do balizamento



noturno e reconstrução do pátio do aeroporto de Congonhas/SP; a ampliação de pátio e duplicação do acesso ao aeroporto de Foz do Iguaçu/PR; e o novo TPS do aeroporto de Cascavel/PR.

VALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

A superação dos desafios do Brasil na direção da prosperidade, sustentabilidade e soberania tem estreita relação com o fortalecimento e expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fortalece essa percepção a convergência de ideias sobre as grandes transformações em curso em escala global, implicando o sistema produtivo, mercados e, em especial, a sociedade. Essas transformações são resultantes do acelerado desenvolvimento das tecnologias e do papel crescente das comunicações. Tal movimento exige do País a composição de uma sociedade conectada, aberta às inovações e, em especial, culta e educada cientificamente.

O Governo Federal tem agenda e compromisso com o desafio de inserir o Brasil na sociedade do conhecimento, em que a produção e a popularização da ciência e o fortalecimento da Ciência na Escola deverão andar em paralelo, expandidas, mas sobretudo equalizadas na sua atenção. O Decreto nº 10.151, de 2 de dezembro de 2019, demonstra esse esforço. O texto institui o Programa Ciência na Escola, com a criação da Olimpíada Nacional de Ciências, a instalação do curso de especialização a distância denominado Ciência é Dez, além da instituição de seu comitê gestor, que trabalhará sobre as estratégias do Programa. Em 2019, foram selecionados 136 projetos na chamada para pesquisadores e 19 projetos de redes na chamada para instituições que envolveram as universidades federais e institutos federais. Três são de abrangência regional — duas da região Nordeste e uma da região Norte — e outras 16 de abrangência estadual.

A produção científica do Brasil tem mostrado, em números e em qualidade, a aptidão dos pesquisadores e das universidades do País para produzir conhecimento. Nessa direção, tem-se como destaque o Projeto Sirius, laboratório de luz síncrotron de quarta geração, a entrar em operação a partir de 2020. Trata-se da maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no País e que projeta o Brasil como líder mundial de produção desse tipo de luz. Sua utilização ajudará na resolução de questões importantes para as comunidades acadêmica e industrial brasileiras, em particular para a nanotecnologia, materiais avançados e biotecnologia.

Vale mencionar também o desenvolvimento de um supercomputador voltado para a área de Inteligência Artificial (IA) — *SciMining*, nome derivado do termo *data mining*. Ele emprega ferramentas estatísticas



sofisticadas e processamento de informação de alto desempenho com o objetivo de descobrir relacionamentos ou estruturas ocultas. Em 2019, foi entregue ao Centro de Pesquisas da Petrobras o primeiro modelo, ainda como protótipo, para ser empregado em pesquisas avançadas na área de petrofísica. Para 2020, há a previsão de entrega de um outro equipamento desta magnitude para a aplicação na área de astrofísica.

O esforço federal também repercute na projeção de criação de pelo menos oito laboratórios de inteligência artificial, voltados à Internet das coisas, incluindo segurança cibernética, a se realizar em conjunto com o Exército Brasileiro. Esses laboratórios são convergentes com o Plano Nacional de Internet das Coisas e orientados pelas diretrizes estabelecidas nas câmaras de assessoramento temático: Cidades 4.0, Indústria 4.0, Agro 4.0 e Saúde 4.0.

O Governo também ampliará os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, com atenção especial ao potencial das *start-ups*, que detêm capacidade de gerar um novo patamar de competitividade, empregos de qualidade e maior renda. Para isso, estão sendo desenvolvidas as atividades que darão suporte à formação de uma proposta de projeto de Lei Complementar que visa instituir o Marco Legal de *Start-ups* e Empreendedorismo Inovador.

O Plano de Ação da Câmara Brasileira da Indústria 4.0 do Brasil, período 2019-2022, foi criado com objetivo de apoiar a adoção da manufatura avançada pelas empresas brasileiras, visando, entre outros pontos, à inserção do País nas cadeias globais de valor e à introdução do uso de tecnologias de manufatura avançada nas pequenas e médias empresas, inclusive com formas de financiamento e fomento para inserir as empresas no ambiente da Indústria 4.0. Em paralelo, foi realizada, entre 8 de novembro de 2019 e 20 de janeiro de 2020, a consulta pública sobre a proposta de Política Nacional de Inovação (PNI) para os próximos dez anos, de modo a combinar amplitude de setores e foco na exata dimensão que exige um sistema produtivo inovador e competitivo internacionalmente. Sua publicação deve ser feita no primeiro semestre, assim como a criação das Câmaras de Agricultura e da Saúde, somando-se ao da Indústria 4.0, integrantes do PNI.

Empresas inovadoras, incluindo as *start-ups* de tecnologia da informação e comunicação (TICs), também contam com apoio do Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos. Em fase de ampliação, a iniciativa inclui a nova rede de inovação para parques tecnológicos, iBRICS, criada na 7ª Reunião Ministerial sobre CT&I do BRICS — bloco de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, realizada no Brasil em 21 de setembro de 2019. A rede deverá operar em quatro temas: Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Capital Humano; Cadeias Produtivas e Desenvolvimento de Fornecedores; Regulação, Normatização Técnica e Infraestrutura.

Iniciativas que favorecem o fortalecimento do ecossistema de inovação nacional voltado ao mercado de alta tecnologia estão abarcadas pela política de CT&I, por intermédio do Programa Nacional de Aceleração de



Empresas Nascentes de Base Tecnológica em TICs. Essas iniciativas contam com a projeção em atividades internacionais mediante a *Start-up* Brasil e Conecta *Start-up* Brasil.

O potencial natural brasileiro em sua imensa biodiversidade oportunizou o lançamento em 2019 do Projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia. Embora de abrangência nacional, a ação terá como alvo preferencial a pesquisa associada a novos modelos de negócios voltados para a sustentabilidade econômica do bioma amazônico.

O desafio da política de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é recuperar e expandir a capacidade científica nacional — formação, infraestrutura de pesquisa e fomento — à altura dos objetivos de colocar a base produtiva em condições de acompanhar a produtividade e o ritmo de inovação dos países mais avançados.

O objetivo do Governo Federal é implementar um plano de largo alcance, cuja meta é atingir investimentos anuais em P&D correspondentes a 3% em relação ao PIB nos próximos dez anos. A implementação deverá contar com aperfeiçoamento do padrão de financiamento, ainda fortemente dependente de recursos fiscais, e garantir estabilidade e segurança para o fomento da CT&I.

A atração do setor privado é crucial no esforço de ampliar não apenas o montante de recursos, mas de diversificação de fontes, para além dos atuais instrumentos que apontam nessa direção, tais como a Lei do Bem — Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Lei de Informática e os Fundos Setoriais (FNDCT). Em 2019 houve a criação de Fundos Patrimoniais (*Endowments*), exemplo de novo instrumento de participação da iniciativa privada no desenvolvimento da CT&I. A ambição é superar as dificuldades usando a potência do conhecimento para equacionar o atraso em relação aos países mais desenvolvidos e colocar o Brasil no horizonte da contemporaneidade.

Nesse contexto de superação das dificuldades em P&D do Brasil, o ano de 2019 representou um grande salto com a ratificação pelo Senado Federal do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que assegura a proteção de tecnologias utilizadas em veículos lançadores e satélites não bélicos. O Acordo vai permitir que o Brasil possa finalmente explorar comercialmente o Centro Espacial de Alcântara (CEA). As previsões apontam que, com sua plena utilização comercial, o Brasil tem potencial de alcançar pelo menos 1% do mercado de lançamentos espaciais mundiais e, considerando a indústria como um todo, criar um mercado de aproximadamente US\$ 3,5 bilhões por ano. O Brasil se recoloca na área espacial por meio do CEA e, no rastro, ganha impulso para acelerar o desenvolvimento de veículos lançadores, a produção de satélites e de aplicações espaciais.

A transformação digital na sociedade impôs ao Governo Federal o compromisso de desenvolvimento de um conjunto coerente de iniciativas voltadas à construção de um Brasil de acesso amplo aos serviços de



comunicações, contando inclusive com políticas estruturadas para as áreas sem competição adequada. Nesse contexto, a Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019, proporcionou a adaptação na alteração do regime de outorga de serviços de telecomunicações de concessão para autorização para estimular a ampliação dos investimentos das empresas de infraestrutura, principalmente as de banda larga, visando à cobertura integral do País. É esperado que seja ofertado para o consumidor uma melhoria dos serviços de comunicações e, principalmente, o aumento da cobertura nas regiões que hoje não são atendidas.

Essa adaptação do regime de outorga conduzirá a uma necessária revisão do plano geral de metas de universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Essa revisão ocorrerá de forma alinhada ao Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações (PERT), aprovado em 13 de junho de 2019 pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O Plano nasceu com o objetivo de ampliar o acesso à banda larga no Brasil, por meio da coordenação de esforços e investimentos entre os setores público e privado e, também, servir de referência, por exemplo, para a aplicação do valor econômico das eventuais adaptações das concessões do STFC.

Cabe destaque também o esforço para dotar de infraestrutura de comunicação e Internet todo o território nacional. O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), associado ao Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), atingiu, em dezembro de 2019, 10.838 pontos de atendimento. O Gesac viabiliza a oferta gratuita de conexão à Internet em banda larga, via satélite, promovendo a inclusão digital em áreas de baixa densidade demográfica, como o meio rural, especialmente em escolas rurais. Ao tempo que reforça essa ação, os projetos Norte e Nordeste Conectados pretendem massificar o acesso de populações desassistidas a serviços de Internet de alto desempenho nessas regiões.

Ainda em 2020, tem-se a intenção de instituir o Sistema de Satélites Geoestacionários de Defesa e Comunicações Estratégicas (SSGDC), — que permitirá atender às demandas de políticas públicas de defesa nacional, telecomunicações e espaciais —, e o Programa Banda Larga Móvel para Segurança e Defesa, dando maior eficiência e eficácia às atribuições críticas de Estado, por meio de um sistema unificado de comunicação móvel terrestre segura de alta capacidade e disponibilidade.

O Projeto de Cidades Inteligentes, sucessor do programa Cidades Digitais, implementou em 2019 rede de infraestrutura óptica em 38 Municípios, totalizando 159 cidades atendidas. Isso prepara os Municípios para a oferta de serviços e soluções públicas alinhadas ao Plano Nacional de Internet das Coisas. Com a ação, em conjunto com a atuação da Câmara Cidades 4.0, o Governo Federal busca potencializar o uso das tecnologias da informação, integrando-as ao cotidiano das populações urbanas.

Todas essas iniciativas são voltadas ao contínuo e efetivo processo de inclusão digital das populações, com medidas de impacto imediato na educação (escolas conectadas), na área de saúde, na infraestrutura de acesso conectado e na segurança pública. São serviços públicos que colocam as regiões mais carentes



e distantes dos grandes centros no mesmo patamar de bem-estar. Trata-se de um esforço de grandes proporções, a ser potencializado pela Internet de quinta geração (5G), cujo edital está previsto para 2020. Paralelamente, com a aprovação da Lei 13.879, de 3 de outubro de 2019, modernizou-se o marco regulatório do setor de telecomunicações e abriram-se novas perspectivas de investimento.

No campo da radiodifusão está em curso a modernização do setor, por meio da substituição do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, que deve possibilitar, entre outros aspectos, a outorga de entidade para prestação de serviço em menos de um mês. Atualmente, esse período é de três anos. No âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), desenvolve-se o *peer review* da Estratégia Brasileira de Transformação Digital (E-Digital), a ser publicado em 2020, uma importante contribuição ao processo de acesso do País àquela organização. Com efeito, a política de P&D e a política de comunicações fundem-se em uma estratégia comum de pavimentar o caminho da prosperidade.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO

O Governo Federal tem o desafio de integrar as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo, por meio da interlocução com os 5.570 Municípios brasileiros e atuando de forma articulada com as grandes estratégias de Desenvolvimento Regional e Urbano. A intenção é promover o desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além de administrar os Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional.

Sobre os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), que visam assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco), o Governo Federal promoveu atualização normativa para desburocratizar a gestão desses Fundos. Foi transferida aos Conselhos Deliberativos da Sudam e da Sudeco a competência de estabelecer, em regulamento, as normas operacionais relativas à administração dos recursos; no caso da Sudene já foi consolidada a proposta de atualização no regulamento do FDNE e deverá ser editado Decreto em 2020.

A revisão do modelo de concessão do crédito, a fim de dar maior mobilidade ao processo de aplicação dos recursos desses Fundos, teve por premissa a ampliação da atratividade dessas fontes de recursos para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.



Quanto aos financiamentos dos Fundos de Desenvolvimento Regional, que contaram, em 2019, com recursos na ordem de R\$ 1,2 bilhão para aplicação em projetos na área de atuação das Superintendências (Sudam, Sudene e Sudeco), tiveram uma execução na ordem de 99,1%, correspondendo a totalidade no FDA para a contratação de um novo projeto na região da Amazônia Legal; no FDNE, o índice foi de 98,8%; e no FDCO foi alcançado o índice de 98,5%.

O Brasil conta com um dos maiores programas habitacionais do mundo. Destaca-se também a política federal de segurança hídrica, que objetiva ofertar água à população e à atividade econômica em todo o território nacional, além da gestão das políticas de saneamento ambiental.

Em relação às obras de mobilidade urbana e de melhorias em vias públicas, além dos repasses e financiamentos concedidos às prefeituras para a execução dos empreendimentos, o Governo Federal cumpre o papel de garantir que as cidades elaborem seus planos diretores de mobilidade urbana, além de atuar na proteção e defesa civil e em investimentos destinados a obras de prevenção de desastres naturais.

No ano de 2019, tiveram destaques as seguintes ações: i) instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); ii) seleção de 19 projetos a serem executados em 2020, em cadeias produtivas estratégicas do Programa Rota de Integração Nacional; iii) formação de quatro Polos de Agricultura Irrigada: da bacia do rio Santa Maria/RS, do Vale do Araguaia/GO, do planalto central de Goiás/GO e do oeste da Bahia/BA; e iv) seleção de 12 projetos do Programa Pró-Cidades, com investimento de cerca de R\$ 169,8 milhões oriundos do FGTS.

Em 2020, há a previsão de implementar a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (CBCI), bem como de haver entregas parciais de produtos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), iniciativas que têm a finalidade de melhorar a qualidade de vida nas cidades por meio da implementação de políticas públicas mais eficientes; e instituir novos polos de Agricultura Irrigada da região de Unai/MG, no Estado de São Paulo, na região de Sorriso/MT e na região de Mossoró/RN.

A população brasileira ainda enfrenta graves problemas devido ao expressivo déficit habitacional persistente ao longo dos anos, bem como pela demanda futura de moradias. Para enfrentar esse desafio, o Governo Federal tem implementado ações que envolvem a melhoria dos resultados de infraestrutura e a redução das desigualdades regionais, alinhadas aos seguintes objetivos estratégicos: melhorar o ambiente das cidades e regiões; ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda; e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários. Neste sentido, o PPA 2020-2023 prevê que, ao final do período, 1,38 milhão de famílias sejam atendidas com soluções habitacionais.

9 2

Em 2019, foram contratadas 406.563 unidades habitacionais (UH) em todas as faixas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sendo que 99,6% desses contratos referem-se às faixas de atendimentos



complementadas com recursos do FGTS. Foram entregues, ainda, 393.330 UH, das quais 65.872 foram destinadas exclusivamente a famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil (faixa 1). Além das novas contratações, foram retomadas obras paralisadas de diversos empreendimentos contratados em exercícios anteriores, o que vai proporcionar entregas às famílias de baixa renda de 3.859 UH, em operações distribuídas em 18 Municípios, a saber: no Estado de Goiás, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Paranaiguara e Portelândia; de Minas Gerais, Ipatinga e Raposos; da Paraíba, João Pessoa; do Piauí, Parnaíba; do Paraná, Londrina; do Rio Grande do Sul, Benjamin Constant do Sul, Cerro Grande, Floriano Peixoto, Nova Xingu, Novo Barreiro, Porto Mauá, Rio dos Índios e Rio Grande; e de São Paulo, Bauru.

O Governo Federal atuou também no atendimento da inadequação habitacional, assim considerados os domicílios com carência de infraestrutura e problemas de natureza fundiária, entre outros. Em 2019, foram selecionadas 19 propostas de urbanização de assentamentos precários, com o objetivo de tratar territórios urbanos com dimensões e tipologias variadas, habitados por famílias de baixa renda, de forma a mitigar a irregularidade fundiária ou urbanística, a deficiência de infraestrutura, os riscos de alagamentos e deslizamentos, além de reduzir a vulnerabilidade social dos moradores e a insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde.

Da carteira de obras de urbanização de assentamentos precários contratada em exercícios anteriores, em 2019, foram concluídas 2.678 operações, que beneficiaram mais de 560 mil famílias. Também foi retomada a execução de 76 operações que se encontravam paralisadas em 2018, quando concluídas, beneficiarão 126 mil famílias.

Para o ano de 2020 está previsto o desenvolvimento do Programa *Voucher Casa Brasileira*, que será um vale-compra para construção e reforma de imóveis para as famílias de baixa renda. O objetivo do Programa é reduzir a inadequação e o déficit habitacional por meio da melhoria das condições de moradia e produção habitacional e terá as seguintes modalidades: construção, melhoria habitacional e aquisição de imóveis novos e usados. O *voucher* será destinado a pagamento de assistência técnica, materiais de construção e mão de obra.

SANEAMENTO, UM DIREITO FUNDAMENTAL

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2018), 83,6% da população brasileira é atendida por rede de distribuição de água e 53,2% por rede coletora de esgoto. No que diz respeito ao manejo de resíduos sólidos urbanos, 75,6% da massa de resíduos coletada no País é encaminhada a aterros sanitários. Já em relação ao índice dos serviços de drenagem urbana, 3,3% dos domicílios, cujos Municípios são participantes da coleta de dados, estão localizados em áreas sujeitas a risco de inundação.



É importante destacar que os déficits nos serviços de saneamento básico tendem a ser proporcionalmente mais elevados nos estratos populacionais de menor renda e nas áreas rurais. Como questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida.

A carteira de investimentos em saneamento básico representa um montante na ordem de R\$ 42,3 bilhões em ações e projetos em andamento, em mais de 500 Municípios. Em 2019, foram investidos mais de R\$ 2,6 bilhões na execução de obras, projetos de engenharia e planos de saneamento básico, além da destinação de recursos para estudos e projetos de desenvolvimento institucional, beneficiando 333 Municípios. Os destaques foram as áreas de esgotamento sanitário, que recebeu R\$ 1,3 bilhão, e de abastecimento de água, beneficiado com R\$ 639 milhões. Quando concluídas, essas iniciativas proporcionarão acesso adequado aos serviços de saneamento para mais de 11 milhões de famílias.

No plano das ações concluídas em 2019, ressalta-se a finalização de 146 empreendimentos de saneamento, no valor de R\$ 5,9 bilhões, em mais de 100 Municípios, com benefício para 1,6 milhão de famílias. Outras ações importantes no ano foram: retomada de 172 empreendimentos com investimento federal de mais de R\$ 4 bilhões para beneficiar 126 Municípios; e seleção contínua de propostas para investimentos com recursos do FGTS para 118 empreendimentos, dos quais 102 são do setor público e 16 do setor privado.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) é o instrumento de planejamento nacional que estabelece as estratégias para ampliação e universalização dos serviços de saneamento básico no País. Estima-se que até o fim do ano de 2033 serão necessários investimentos de R\$ 598 bilhões, o que representa 0,6% do PIB. Diante dessa perspectiva, o Governo Federal consolidou uma proposta de projeto de lei para a atualização do marco legal de saneamento básico. O objetivo é garantir um ambiente de negócios mais atrativo e seguro juridicamente para viabilizar a atração de investimentos tanto do setor público quanto da iniciativa privada.

Na temática do planejamento estratégico está prevista a conclusão de 384 empreendimentos de saneamento básico até 2023, que irão beneficiar 1,7 milhão de domicílios urbanos em diferentes Municípios. Além disso, até o fim de 2020, estima-se a conclusão de mais de cem empreendimentos de saneamento básico.

INVESTIMENTO PRIVADO EM MOBILIDADE

Nos últimos anos, houve aumento expressivo no número de automóveis em circulação e as cidades cresceram e expandiram-se sob a lógica do transporte individual motorizado, construindo-se cada vez mais vias, estacionamentos e viadutos. Esse fenômeno, associado à carência de infraestruturas e bons



serviços de transporte urbano, tem produzido graves problemas, como o aumento dos congestionamentos, perda de produtividade da população em função do tempo despendido nos deslocamentos, altas taxas de poluição do ar, acidentes de trânsito e uma grande ocupação dos espaços públicos urbanos pelos carros.

Para dar resposta a isso, o Governo Federal vem implementando as ações da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), que tem por finalidade a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nos Municípios.

Para atender ao passivo de infraestrutura e à crescente demanda por serviços de mobilidade urbana, é importante ampliar os investimentos para além do esforço estatal. Logo, é necessário aprimorar a legislação atual de forma a contribuir para um ambiente de negócios mais favorável, facilitar a participação do investimento privado — seja nacional, seja estrangeiro — e incentivar formas alternativas de financiamento de obras e de remuneração aos serviços por meio de receitas extras tarifárias.

Por exemplo, em 2019, o Corredor de Ônibus de Manaus/AM, com obras de arte ao longo dos viadutos, foi entregue. Houve, ainda, investimento de R\$ 1,3 bilhão para pavimentação urbana em 3.056 Municípios de todas as unidades federativas do País.

Para o ano de 2020, uma das melhorias em BRT será na Transbrasil no Município do Rio de Janeiro/RJ, contando com corredor exclusivo de ônibus articulados de alta capacidade em faixa exclusiva segregada, embarque em nível e pagamento antecipado da tarifa.

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Por sua grande extensão territorial e populacional, o Brasil é vulnerável a vários tipos de desastres, cujos impactos afetam grande parcela da população e geram significativos prejuízos socioeconômicos. A maioria dos desastres está intimamente relacionada às instabilidades atmosféricas das quais resultam inundações, vendavais, chuvas de granizos, enxurradas, alagamentos.

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Programa Gestão de Riscos e de Desastres envolve ações para mapear as áreas de risco de desastres e dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta e resposta a desastres naturais, além de recuperação de cenários atingidos por desastres. Tendo em vista os avanços obtidos nos últimos anos nas etapas de mapeamento e monitoramento de ameaças naturais, têm-se priorizado ações de disseminação de alertas e recomendações à população.



O objetivo dessas ações de disseminação é fornecer meios efetivos e eficientes para que, em um momento prévio a um desastre, consiga-se informar a população em situação de risco, com ações de preparação, proteção e subsídios para que o cidadão se torne ator principal de sua segurança.

A disseminação de alertas e recomendações à população já está disponível a sete milhões de usuários dos serviços de telefonia móvel, mediante o envio de mensagens via SMS, o que representa um grau de maturidade do serviço. Ampliando as ações, foi implementado e disponibilizado para todo o País o projeto de envio de alertas pela TV por assinatura, alcançando 16 mil usuários desse serviço. Cabe ressaltar que a decisão do envio de mensagens é dada, de maneira prioritária, pelo ente municipal, podendo ser apoiado ou mesmo realizado, em caso de incapacidade, pelo ente estadual. O Governo Federal tem por objetivo ampliar o sistema de alerta incluindo a TV digital (sinal aberto), ampliando o público atendido por esse produto.

A prioridade é ampliar e modernizar a atuação do sistema federal de Proteção e Defesa Civil, em 2020, com envolvimento dos diversos órgãos federais, a fim de fortalecer as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

3. SOCIAL, AMBIENTAL E CIDADANIA

A transformação da realidade social brasileira — que enseja a melhoria da qualidade de vida da população como um todo, mas requer especial atenção aos mais vulneráveis — passa pela implementação de ações de inclusão voltadas para a conquista de autonomia e pelo exercício de atividades produtivas dignas, contribuindo para a redução sustentável da desigualdade social e da violência.

A promoção e a defesa dos direitos humanos, anseio de toda a sociedade, demanda a proteção do Estado não apenas em prol de segmentos específicos, mas também requer uma disposição fraterna que acredita no indivíduo e promove seu desenvolvimento pessoal e social, reverenciando as normas da Constituição e as demais leis brasileiras que consagram o respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa como alicerces na formação da sociedade brasileira.

O compromisso do Governo com a integração de bens e serviços sociais diversificados e inovadores, em áreas como educação, saúde, meio ambiente, esporte e cultura, ampliará ainda mais as perspectivas de autonomia e inserção social e econômica dos indivíduos, de forma a permitir o aprofundamento das normas de confiança e o estreitamento de laços na sociedade a serviço de um bem comum.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O ano de 2019 ficou marcado pela implementação do pagamento da 13ª parcela do Bolsa Família. Assim, as famílias beneficiárias do Programa receberam pagamento extra do benefício em dezembro de 2019, conforme compromisso assumido durante a campanha eleitoral, o que fez aumentar o poder de compra de cerca de 13,1 milhões de famílias mais pobres que recebem o benefício.

Aperfeiçoamentos foram implantados na gestão do Bolsa Família, visando o combate a fraudes, com a realização do cruzamento de informações das diversas bases de dados oficiais com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), o que possibilitou amplo processo de atualização cadastral. Casos em que comprovadamente houve prestação de informação falsa pelas famílias, o Ministério da Cidadania procedeu à abertura de processos administrativos para a cobrança de ressarcimento à União. Um dos principais resultados da melhoria da gestão do Cadastro Único, refletida no Bolsa Família por meio dos processos de Revisão e Averiguação Cadastral, anunciada no fim de 2019, foi o cancelamento de 1,3 milhão de benefícios irregulares, o que gerou uma economia estimada de R\$ 1,4 bilhão para o País.

O Bolsa Família atua em três eixos: complemento de renda; acesso a direitos — como educação, saúde e assistência social; e articulação com outras ações para garantir o desenvolvimento das famílias beneficiárias. Ele garante renda às famílias mais vulneráveis, auxiliando quem mais precisa, sendo indiscutível sua importância como componente da rede de proteção social.

O Governo Federal tem investido em ações de desenvolvimento humano e de geração de emprego e renda para que as famílias não precisem mais do benefício, com destaque para as ações voltadas aos jovens que nem trabalham e nem estudam, com mais de 18 anos e que pertencem às famílias mais pobres do País.

É preciso que esses jovens aprendam uma profissão, tenham uma renda e saiam da situação de pobreza por seus próprios meios, pois o melhor programa social é aquele que provê a população mais necessitada de condições para ingressar de forma consistente no mundo do trabalho, seja pela capacitação para um emprego formal, seja pelo apoio ao empreendedorismo.

Na perspectiva de médio e longo prazos, as políticas voltadas para a primeira infância são prioritárias para o desenvolvimento social. Estudos científicos, especialmente aqueles desenvolvidos nas áreas de neurociência e psicologia comportamental, têm demonstrado que os recursos alocados em políticas orientadas a crianças geram expressivo retorno social.

O Criança Feliz atende gestantes e crianças de até 3 anos de idade inscritas no Cadastro Único e de até 6 anos para as crianças de famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Trata-se do maior programa de visitação domiciliar para o desenvolvimento infantil do mundo, tendo atendido



cerca de 869 mil crianças e gestantes de todo o País, totalizando mais de 26 milhões de visitas. Em 2019, o Criança Feliz venceu um dos mais renomados prêmios internacionais na área da educação, o *Wise Awards*, da Cúpula Mundial de Inovação para a Educação. O prêmio, que resultou da competição entre 480 projetos de vários países, reconheceu o trabalho desenvolvido como uma das principais e mais inovadoras iniciativas do mundo na área.

Existem no Brasil cerca de 20 milhões de crianças nessa faixa etária, e atender a esse expressivo contingente, sobretudo nas famílias mais pobres, requer atenção especial de diversos setores de atuação do Estado.

Para 2020, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo do Criança Feliz, haverá a ampliação do número de Municípios contemplados. Para isso, foi lançada, em novembro de 2019, a campanha “Quanto mais cuidado, mais futuro”, com a meta, para 2020, de incrementar consideravelmente o número atual de 2,7 mil Municípios, uma vez que não há exigência de contrapartida financeira para o Município aderir ao Criança Feliz.

A integração de serviços é a essência do Projeto Estação Cidadania. Trata-se de um conjunto de ações intersetoriais viabilizadas em um mesmo local e de forma integrada, com o objetivo de promover a cidadania em territórios com populações em condições de vulnerabilidade social nas cidades brasileiras. A ação traduz no próprio nome uma das diretrizes básicas da atuação de políticas públicas sociais, que afirma a centralidade dos Municípios, envolve a construção e/ou adaptação de espaços para ofertar à população local, no contexto da proteção social, ações integradas de cultura, esporte e desenvolvimento social.

A gestão das Estações Cidadania é compartilhada entre as prefeituras e a comunidade, com a formação de um grupo gestor, que fica encarregado de acompanhar a gestão e elaborar um estatuto do grupo e um regimento interno do espaço, além de fornecer informações acerca do funcionamento no sistema e-Praças.

No ano de 2019, foram inaugurados 53 Estações Cidadania, localizadas todas as cinco regiões do País. Tais equipamentos possibilitarão que a comunidade de baixa renda das cidades atendidas possa ter acesso a diferentes serviços e ações que promovem a cidadania e a formação do indivíduo.

PLANO NACIONAL DO ESPORTE

O esporte é fundamental na promoção de políticas públicas de inclusão social e na construção da cidadania plena. Saúde, educação e segurança pública caminham de mãos dadas com a prática esportiva. Pesquisas realizadas tanto pelo Governo Federal quanto pelo setor privado indicam que, no Brasil, há um grande



contingente de sedentários, o que implica em consequências na qualidade de vida e potencial pressão adicional nos serviços de saúde pública. O Plano Nacional do Desporto (PND), em discussão no âmbito do Executivo, é estratégico para responder a esse desafio, pois define as linhas gerais e, ao mesmo tempo, traça os pontos mais importantes da atuação do poder público na concretização do direito de todos os brasileiros à prática esportiva.

No campo do esporte de alto rendimento, o objetivo federal é reforçar os investimentos e aprimorar as diversas modalidades do Bolsa Atleta, que atualmente contempla esportistas a partir de 14 anos, prioritariamente nas modalidades olímpicas e paralímpicas. No ano de 2019, o Bolsa Atleta contou com o lançamento do edital da categoria Pódio, voltada para os atletas que se situam nas melhores posições nos *rankings* mundiais das respectivas modalidades para o ciclo olímpico de Tóquio 2020. Houve também a abertura de outro edital, que contemplou mais de seis mil atletas nas várias categorias do Programa.

No plano legislativo, foi encaminhado ao Congresso Nacional, em 2019, um projeto de lei com propostas para modernizar o Bolsa Atleta. A proposta visa garantir a distribuição de recursos de forma mais equitativa e abrangente e inclui reestruturação das categorias, reajustes de cerca de 10% nos valores do benefício e a possibilidade de escalonamento dos valores considerando o resultado esportivo dos atletas.

Como referência da projeção e repercussão do Programa, na última edição dos Jogos Pan-Americanos, em Lima, no Peru, mais de 80% dos atletas nacionais que obtiveram medalhas tiveram a atuação respaldada pelo Bolsa Atleta, o que contribuiu para que o Brasil ficasse com a 2ª colocação geral na competição, contabilizando 169 medalhas.

Nos Jogos Parapan-Americanos, o destaque foi ainda maior, já que, dos 308 pódios, 287 foram ocupados por bolsistas. O desempenho do Brasil nos Jogos Mundiais Militares na China também merece ser enfatizado, pois os atletas conquistaram 88 medalhas, o que garantiu a terceira posição do quadro de medalhas da 7ª edição do megaevento desportivo, que contou com a participação de 109 países e foi disputado em Wuham, também com grande participação de bolsistas. Esses resultados ajudam a trilhar e alinhar ações mais focadas na preparação do Brasil para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio 2020, além de delinear o próximo ciclo visando aos Jogos de 2024, em Paris, na França.

Ainda no campo do alto rendimento, mas com repercussão bem mais ampla, o ano de 2020 traz uma oportunidade especial para o País, com o marco do centenário das participações brasileiras em Jogos Olímpicos. A intenção federal é aproveitar a data para ações de valorização do esporte nacional, para dar visibilidade ainda maior aos programas e políticas públicas federais e para disseminação da prática esportiva, destacando a contribuição do esporte para o desenvolvimento da cidadania.



POLÍTICA DE REDUÇÃO DA DEMANDA POR DROGAS

O acolhimento e o tratamento de dependentes químicos, por meio das Comunidades Terapêuticas, é outra linha importante de políticas públicas sociais que compreendem cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos, com estratégia focada na integração dos usuários com as próprias famílias e a reinserção social com emprego e qualificação profissional. Denota-se que o uso de drogas na infância e adolescência leva a danos cerebrais irreparáveis e conseqüente baixa do rendimento cognitivo e/ou êxodo escolar.

As políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere à prevenção, ao tratamento, ao acolhimento e à recuperação, culminam com a reinserção social. Para alcançá-la, a meta é ampliar de forma substancial o número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas. Registre-se que ao fim de 2019 o número de vagas ofertadas foi de mais de 10,8 mil, com expectativa de se alcançar, em 2020, cerca de 20 mil vagas. O ano de 2019 ficou marcado, em especial, pela publicação da nova Política Nacional sobre Drogas e alterações na Lei de Drogas. Contudo, o tema segue com desafios multifacetados e complexos, na medida em que afeta diversos aspectos de vida do cidadão: saúde, segurança pública e direitos humanos.

PÁTRIA VOLUNTÁRIA

É importante destacar, ainda, o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Pátria Voluntária, que tem por essência fomentar a prática do voluntariado como ato de humanidade, cidadania e amor ao próximo.

Outra vertente do Programa é estimular o crescimento do terceiro setor, contribuindo para a transformação do Brasil em um país mais justo e solidário. O Pátria Voluntária foi instituído com a finalidade de promover o voluntariado, atividade de caráter não remunerado, de forma articulada entre Governo, organizações da sociedade civil e setor privado e incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade.

EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, a evolução da qualidade do ensino no Brasil tem sido absolutamente insatisfatória. Os números do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para português e matemática mostram baixos níveis de aprendizagem e de proficiência para as diversas etapas avaliadas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que mede aprendizagem e fluxo escolar, mostra, com

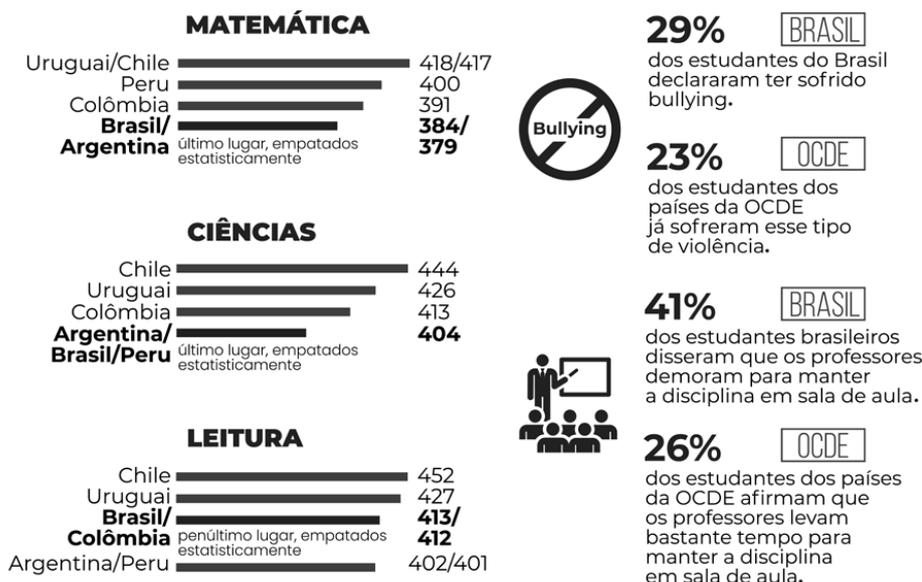


exceção dos anos iniciais do ensino fundamental, resultados abaixo das metas estabelecidas. Além disso, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA-2016) demonstrou que mais de 50% das crianças chegam ao fim do 3º ano do ensino fundamental sem saber ler ou escrever.

O baixo desempenho de aprendizagem dos alunos brasileiros fica mais evidente se comparado com outros países. Os resultados mais recentes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), referentes ao ano de 2018, apontam o Brasil em último lugar na América do Sul em Matemática e em Ciências, empatado com Argentina e Peru; quando o assunto é leitura, o Brasil é o segundo pior do ranking sul-americano, com 413 pontos, ao lado da Colômbia (412).

As medidas tomadas em 2019, ainda com orçamento restringido pela gestão passada, já começam a frutificar – embora os resultados educacionais sejam mais bem verificáveis em maior intervalo de tempo. Em 2020, trabalhando com orçamento próprio, objetiva-se avanços perenes no ensino.

PISA – RANKING NA AMÉRICA DO SUL E FATORES ASSOCIADOS



Fonte: Ministério da Educação (MEC).

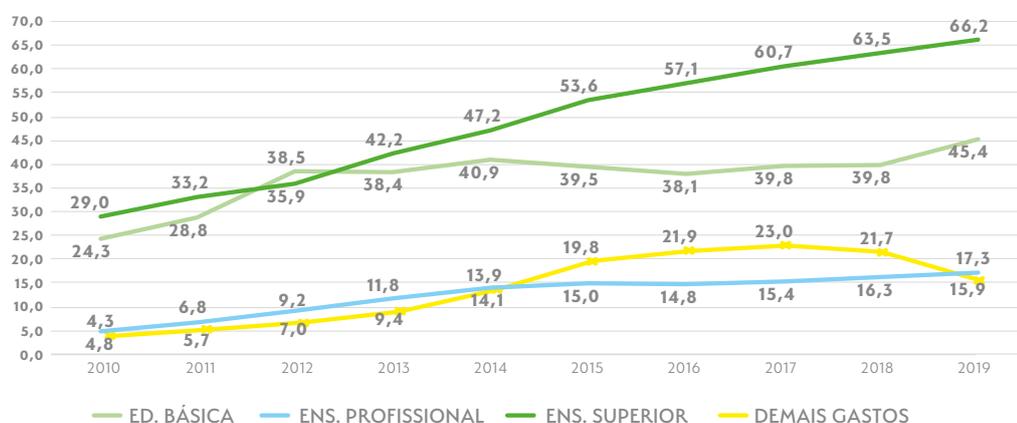


Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2017 demonstram que 97,8% das crianças entre 6 e 14 anos frequentavam a escola e 93,7% das crianças de 4 a 5 anos encontravam-se matriculadas na pré-escola, atestando que a universalização do acesso para essas etapas de ensino ocorreu. O mesmo não pode ser afirmado quando se trata da cobertura de creches e do ensino médio. Quanto ao acesso de crianças de 0 a 3 anos, pouco mais de um terço frequentam creches. E, quanto ao ensino médio, além de ainda não ter atingido a universalização, constata-se que um quarto dos jovens não concluiu o ensino fundamental na idade esperada, o que atrasa seu ingresso no ensino médio e traz impactos nos indicadores de escolaridade do País.

Acompanhado de outros dados educacionais, esse diagnóstico retrata a urgência da priorização da qualidade na educação básica e demonstra que os brasileiros não estão recebendo formação suficiente para exercer a sua cidadania e alcançar o pleno potencial de liberdade e de produtividade. Trata-se de um problema complexo e com múltiplas causas, que exige atuação em diferentes frentes: desde a primeira infância até a educação escolar formal e além.

Um outro aspecto que é preciso considerar diz respeito ao gasto público com educação. Ao longo dos últimos períodos, houve priorização da alocação de recursos pelo Governo Federal no ensino superior, em detrimento do ensino básico, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

ORÇAMENTO DO MEC POR NÍVEL DE ENSINO (EM R\$ CORRENTES, BILHÃO)



102

Fonte: Ministério da Educação (MEC).



A transformação da realidade educacional do Brasil passa pela inversão dessa equação e pela mudança do foco para a qualidade, com prioridade na educação básica, aprimoramento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), além do fortalecimento do papel do MEC como indutor da política de educação nacional.

A proposta para o Novo Fundeb pretende criar um mecanismo eficaz de financiamento da educação básica, voltado não apenas à equalização das oportunidades educacionais, mas também à melhoria dos índices de desenvolvimento da educação, por meio do incentivo à gestão por resultados. O modelo proposto busca: i) o aprimoramento do efeito redistributivo do aporte federal de recursos, para alcançar os Municípios mais necessitados; ii) o aumento da complementação da União, para garantir um maior investimento por aluno; e, iii) a inserção de indicadores de qualidade educacional na dinâmica operacional do Novo Fundeb, para assegurar a eficácia da política pública na melhoria efetiva dos sistemas de ensino em todo o País.

Nesse contexto, expressando a prioridade definida pelo Governo Federal, foi firmado em julho de 2019 um compromisso com a sociedade brasileira: “até 2030, o Brasil será referência em educação básica na América Latina”. Nessa oportunidade, foi então divulgado o Compromisso Nacional pela Educação Básica, um planejamento estratégico construído com a colaboração de representantes do MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Tendo como orientador o Plano Nacional de Educação 2014-2024, o Compromisso é composto por 22 projetos, com foco no acesso, na permanência e na aprendizagem dos alunos nas diversas etapas da educação básica, bem como na valorização e qualificação dos docentes, gestores e demais profissionais da educação.

No âmbito do Compromisso, visando à melhoria da gestão do acesso à educação infantil, estão em reformulação as ações de apoio à rede escolar pública de educação infantil. A expectativa é aportar recursos para construção e finalização de creches, aquisição de equipamentos e mobiliário, além de custeio destinado ao funcionamento das unidades de educação infantil. Essa reformulação prevê parcerias de investimentos público-privados, oferta de vagas em creches privadas por meio de *voucher*, implementação dos Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil e aplicação e divulgação dos resultados da avaliação-piloto da educação infantil.

A instituição de uma Política Nacional de Alfabetização foi uma das primeiras ações do atual Governo, que tem lugar central nas estratégias para o alcance da qualidade da educação, por entender que uma melhoria acentuada e estruturante na qualidade da alfabetização é o caminho para zerar o analfabetismo absoluto e funcional e, com isso, possibilitar maior chance de sucesso escolar e ingresso qualificado na vida profissional. Trata-se de um extensivo Programa de Orientação à Alfabetização, baseado em evidências



científicas, que aborda aspectos referentes à formação dos professores e de gestores, disponibilização de material de apoio, contratação de avaliações de fluência (habilidades de leitura) e implementação de avaliações de impacto, entre outras ações.

O Programa “Conta pra Mim”, integrante da Política Nacional de Alfabetização, pretende estimular o desenvolvimento intelectual da primeira infância e reúne uma série de materiais para orientar as famílias sobre como contribuir na construção do projeto de vida e do sucesso escolar das crianças. É um programa inovador, uma iniciativa governamental de valorização da leitura em família.

A excelência em gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares da reserva foi iniciada em 2019 com o lançamento do programa de fomento das Escolas Cívico-Militares. Para 2020, foi destinada a dotação de R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o País até 2023.

Um novo modelo de ensino médio será estimulado, com destinação de parte da carga horária à oferta de diferentes itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e, também, na formação técnica e profissional. É um meio de inserir o aluno na Educação Profissional e Tecnológica, aproximando-o do mercado de trabalho. O ensino médio integral também está sendo fortalecido. O aluno terá um currículo que contempla até 1,8 mil horas de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória a todos, e poderá escolher o itinerário no qual tiver maior interesse: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, formação técnica e profissional. Um total de 17 mil escolas deve adotar o modelo. Está previsto para 2020 um programa-piloto em 3,5 mil dessas instituições.

Cabe ainda registrar a atualização do aspecto normativo e orientador da Educação Bilíngue de Surdos, com o objetivo de propor mudanças normativas na educação que correspondam à atual realidade social, orientando os sistemas de ensino e estimulando iniciativas inovadoras que visem o progresso e a valorização das singularidades e diversidades da sociedade.

Para além dos projetos reunidos no Compromisso Nacional pela Educação Básica, cabe registrar um conjunto de ações e programas, mantidas por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que visam contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica. Merece destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que em 2019 repassou R\$ 3,97 bilhões para atendimento de mais de 40 milhões de alunos da educação básica, em cerca de 150 mil escolas, e foi responsável por possibilitar que mais de 50 milhões de refeições diárias fossem servidas, totalizando mais de dez bilhões de refeições por ano.



Os números do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) também são relevantes nesse conjunto de ações, que viabilizou a aquisição e a entrega, em 2019, de 28,3 mil exemplares de livros em Braille-Tinta, mais de 30 milhões de exemplares de livros literários e aproximadamente 165 milhões de livros para composição dos acervos didáticos, atendendo estudantes de cerca de 147 mil escolas.

Outras iniciativas fundamentais para garantir o acesso e reduzir a evasão escolar são os dois programas voltados ao transporte escolar, que possibilitaram a entrega de mais de 1,3 mil ônibus escolares acessíveis e o repasse de mais de R\$ 697 milhões para Estados e Municípios custearem o transporte dos alunos da educação básica residentes em área rural.

Para impulsionar a educação profissional e tecnológica, foi desenvolvido o Programa Novos Caminhos, que possibilita a abertura de novas oportunidades para os jovens entrarem no mercado de trabalho e novos cursos com foco nas demandas do mercado e nas profissões do futuro. O Programa tem como objetivo valorizar e estimular o ensino técnico no País. Vale registrar que apenas 8% de estudantes brasileiros cursam essa modalidade, enquanto na Europa esse índice é de 50%. Para isso estão previstas uma série de ações divididas em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; e Inovação e Empreendedorismo.

As iniciativas vão desde a melhorias na regulação da oferta de cursos técnicos e de formação de professores até a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a ampliação da oferta de cursos profissionais e técnicos. O Programa prevê a criação de parcerias entre sistemas público e privado. Além disso, serão criados mais cinco polos de inovação nos institutos federais para disseminar a cultura do empreendedorismo e alavancar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que atendam às reais demandas do setor produtivo, aproximando a educação do mercado de trabalho.

FUTURE-SE

Com o propósito de libertar as universidades das amarras atuais e modernizar a educação superior do Brasil, foi lançado o Programa Future-se. Inédito e inovador, o Programa se baseia em boas práticas internacionais e propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior, conferindo maior autonomia financeira a universidades e institutos federais. A adesão ao Future-se será voluntária, e as universidades e os institutos federais continuarão a contar com um orçamento anual destinado pelo Governo Federal. O diferencial é que o Programa possibilita cerca de R\$ 1 bilhão de receitas, que atualmente já são geradas por essas instituições e podem ser utilizadas por elas próprias, com a simplificação e desburocratização desse processo, além de possibilitar ampliação significativa das fontes de financiamento.



A proposta foi submetida à consulta pública e as contribuições recebidas serão consolidadas pelo Governo Federal, que enviará proposta de projeto de lei ao Congresso Nacional para prosseguimento do trâmite. O Future-se é dividido em três eixos complementares: i) gestão, governança e empreendedorismo (sustentabilidade financeira; transparência, auditoria externa e *compliance*; eficiência de gastos; gestão imobiliária); ii) pesquisa e inovação (centros de pesquisa e parques tecnológicos; *start-ups*; aproximação de instituições e empresas); e iii) internacionalização (intercâmbio de estudantes e professores; revalidação de títulos e diplomas estrangeiros; ampliação do acesso e promoção de disciplinas em plataformas *on-line*; parcerias com instituições privadas).

Não obstante o cenário fiscal brasileiro, vale ressaltar todo o empenho para a liberação de 100% dos recursos orçamentários destinados à educação superior em 2019 (R\$ 5,7 bilhões). Além disso, foram disponibilizados para repasse às universidades recursos extras na ordem de R\$ 125 milhões para serem aplicados, prioritariamente, em energia renovável e na conclusão de obras. Da mesma forma, além da liberação de 100% dos orçamentos dos institutos federais (R\$ 2,5 bilhões), serão repassados R\$ 135 milhões para serem aplicados, prioritariamente, na conclusão de obras, e mais R\$ 60 milhões em energia fotovoltaica, totalizando R\$ 195 milhões na Rede Federal de Institutos.

Em 2019, foram concedidas mais de 95 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, em um investimento de cerca de R\$ 2,1 bilhões – valor que beneficiou discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,7 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*. Para 2020, está prevista a implementação de um modelo de redistribuição de bolsas de mestrado e doutorado no País, visando reduzir o desequilíbrio existente, de forma a alinhar o fomento à avaliação realizada pela CAPES, além de ações estratégicas que envolvem parcerias e programas direcionados ao desenvolvimento regional e local, com maior interação entre o meio acadêmico e o setor produtivo.

No âmbito da regulação do ensino superior privado, ressaltam-se os esforços de mapeamento das fragilidades regulatórias e na modernização e no aperfeiçoamento dos processos que envolvem essa atividade.

A Revolução Digital, com a utilização dos recursos tecnológicos, proporciona maior transparência e melhora a gestão das informações educacionais, o que representa uma mudança de paradigma na forma de monitorar e avaliar as políticas educacionais no País.

Essa premissa baseou o lançamento da ID Estudantil, oferecida gratuitamente aos estudantes da educação básica, profissional e graduação em nível superior. A ID Estudantil, além de simplificar o exercício do direito, liberta o estudante de diversas burocracias que podem dificultar sua aproximação com o ambiente cultural e esportivo, representando um relevante avanço tecnológico, com mais eficiência, menos burocracia e redução de fraudes.



O **Diploma Digital** – com o uso do certificado digital ICP-Brasil –, instituído em 2019, permitirá a desburocratização, redução de tempo e custos, maior transparência, agilidade e lisura, além de combater a falsificação e irregularidades de registro e emissão de diplomas. Com efeito, será possível a entrega de um serviço mais barato, melhor e mais eficiente ao cidadão, em plena consonância com os anseios de uma sociedade moderna. A implementação será gradativa e, até dezembro de 2021, todos os diplomas expedidos pelas instituições de educação superior deverão estar no formato digital.

No âmbito da educação básica, merece destaque a destinação de recursos para 100% das escolas urbanas que atenderam aos requisitos do Programa Inovação Educação Conectada, para contratação de serviços de Internet em alta velocidade. A previsão é de que serão 27,7 milhões de estudantes conectados em 2020, um aumento de 113% em relação a 2019. O Programa também leva Internet a escolas rurais, o que possibilitou cerca de oito mil escolas rurais conectadas à Internet no fim de 2019, um aumento de 23% na meta inicial, que era de conectar 6,5 mil instituições. Além da universalização do acesso à Internet em alta velocidade, o Programa também busca fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Ante os desafios postos à educação, avaliações, exames e indicadores estão sendo aprimorados e já fornecem importantes subsídios para a reorientação das políticas públicas. Em 2019, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve o maior percentual de participantes desde 2009. De olho no futuro, e materializando essa revolução digital na educação, o Enem terá aplicação digital a partir de 2020 (Enem Digital), na forma de um projeto-piloto, com sua implantação progressiva e previsão de consolidação para aplicação geral no ano de 2026. Há a previsão de aplicação em 2020, como projeto-piloto, para 50 mil alunos em 15 capitais.

Para além do aprimoramento da aplicação, com a possibilidade de realização do exame em várias datas e em mais locais, e da economia com a impressão em papel, do ponto de vista técnico o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões, com vídeos, infográficos e até a lógica dos *games*.

Estabelecidas as prioridades no âmbito da política educacional brasileira para os próximos períodos e definidos os desenhos dos principais programas ao longo de 2019, o ano de 2020 será o momento de implementação das ações e início da concretização do que foi planejado. São grandes os desafios postos à educação brasileira e o apoio do Congresso Nacional é de suma importância para mudar o cenário educacional e, com isso, contribuir para reduzir as desigualdades sociais do País.



SAÚDE

A saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme previsão constitucional. Sua relevância é inquestionável, visto que dela derivam importantes oportunidades: o cidadão saudável tem condições de trabalhar, estudar e envelhecer com qualidade de vida. Por outro lado, a falta de saúde gera significativos problemas sociais e econômicos, além de custos crescentes para a família e para o Estado.

Diante desse cenário, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados pelo poder público configura-se um desafio a ser enfrentado com políticas públicas eficazes, com foco na Atenção Primária e eficiência na gestão de serviços e recursos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) busca responder a esse desafio na medida em que se caracteriza como gratuito e universal. O Brasil tem, por exemplo, um dos maiores programas de vacinação, além de resultados consideráveis no tratamento da Aids e dos diversos tipos de câncer. Possui ainda o maior sistema público de transplantes do mundo.

O acesso aos serviços e à qualidade da atenção à saúde continuam insuficientes, com filas e vazios assistenciais, o que afeta — direta ou indiretamente — toda a população. Por outro lado, apesar dos recursos garantidos, esses ainda são insuficientes para atender às crescentes demandas e às complexidades decorrentes da dimensão continental do País. Além disso, o envelhecimento da população pressiona o orçamento com a demanda por tratamentos mais onerosos e o atual patamar cambial impacta a área da saúde devido ao volume de importações necessárias, especialmente para a aquisição de insumos e equipamentos.

O cuidado da saúde tem importância fundamental no desenvolvimento do País. O que se busca é, antes de tudo, a promoção de hábitos saudáveis e a qualidade de vida. Além disso, quando for necessária a recuperação da saúde, busca-se a oportunidade de tratamento equitativo, integral e oportuno para todos os brasileiros. Para isso, é importante que se reforce a atuação do poder público na atenção primária à saúde, na atenção especializada, na vigilância em saúde, no desenvolvimento de novas tecnologias, bem como no aperfeiçoamento contínuo da gestão.

Essa atuação transversal, oportuna e coordenada tem o potencial de afetar positivamente os indicadores de saúde, com destaque para dois importantes índices-chave nacional: a taxa de mortalidade na infância (em menores de 5 anos) e a esperança de vida ao nascer.

A melhoria da qualidade da saúde da população passa pelo envolvimento e empenho de diversos atores. Primeiramente, destaca-se a relevância do papel do Governo Federal na definição de estratégias de atuação e no financiamento de ações e serviços. Além disso, é de suma importância o engajamento dos demais entes da Federação, visto que a maior parte dos serviços é executada diretamente pelos Estados e,



principalmente, pelos Municípios. Não menos importantes são os prestadores contratados para execução dos diversos serviços e obras cuja execução não ocorre diretamente por meio das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Em 2019, diversas ações foram realizadas com o propósito de melhorar a situação de saúde da população brasileira. Entre elas, destacam-se o Programa Saúde na Hora, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), o Programa Médicos pelo Brasil e o Movimento Vacina Brasil.

Instituído em maio de 2019, o Programa Saúde na Hora objetiva aumentar o horário de atendimento nas Unidades de Saúde da Família (USF), possibilitando o acesso da população a ações de saúde em horários mais flexíveis. Ele oferece três formatos de carga horária para funcionamento das unidades: USF 60h, USF 60h com saúde bucal ou USF 75 horas semanais. Com o Programa, as unidades ampliam seu horário de atendimento, podendo ficar abertas em parte do período noturno, durante o horário de almoço e, opcionalmente, aos fins de semana, caso haja necessidade por parte da população local. O Programa já conta com a adesão de 250 Municípios, 1,4 mil Unidades de Saúde da Família, 5,5 mil equipes de Saúde da Família e quase duas mil equipes de Saúde Bucal, cobrindo aproximadamente 19 milhões de pessoas.

A ESF, prioritária para expansão e consolidação da Atenção Primária à Saúde no Brasil, promove a qualidade de vida da população e intervém nos fatores que colocam a saúde em risco. É constituída por equipes multiprofissionais compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas, agentes comunitários de saúde, dentre outros profissionais, a depender das necessidades de cada localidade.

Essas equipes devem atender entre duas e quatro mil pessoas e cadastrar os indivíduos e as famílias. Com isso, acompanham sua situação de saúde ao longo do tempo. Os times também realizam consultas e ações de promoção e prevenção e conseguem solucionar até 85% dos problemas de saúde mais comuns da população atendida. Os casos mais complexos são encaminhados para especialistas. Essa relação mais próxima com os pacientes aumenta a adesão e a chance de sucesso dos tratamentos.

O Programa Previne Brasil estabelece novo modelo de financiamento da Atenção Primária, com foco na ampliação do número de pessoas cadastradas e atendidas pelas equipes de saúde que atuam nesse segmento, no incentivo à melhoria do desempenho dessas equipes e no estímulo ao desenvolvimento de ações estratégicas ofertadas pelo Governo Federal. Em 2020, estão previstos mais de R\$ 1,5 bilhão adicionais de custeio para a Atenção Primária.

Em 2020, as iniciativas prioritárias na área da saúde incluem: no âmbito da Atenção Primária, a ampliação do Programa Saúde na Hora e a informatização das Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipe de Atenção Primária (eAP). Também estão previstos o aumento na cobertura e nos atendimentos, por meio dos programas de provimento de médicos, bem como o incremento na oferta de vagas em residência



médica de Medicina de Família e Comunidade; na Atenção Especializada, a concessão de órteses e próteses será ampliada, assim como será aprimorado o tratamento de pessoas com coagulopatias e haverá ampliação do número de transplantes e doadores, entre outras ações.

O fortalecimento da Rede de Atenção para o controle do câncer é fomentado pela implantação do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS (PER-SUS), que tem como principal objetivo ampliar e criar novos serviços de radioterapia em hospitais habilitados no SUS, visando atender às demandas regionais de assistência oncológica em consonância com os Estados e Municípios. No Plano é previsto o desenvolvimento de 100 soluções de radioterapia, contemplando equipamentos e infraestrutura, bem como a utilização do poder de compra governamental como instrumento para internalizar tecnologia e criar alternativas comerciais que possibilitem o fortalecimento e o desenvolvimento industrial, com o intuito de reduzir a dependência tecnológica do País. Com isso foi firmada parceria com empresa privada que contempla a elaboração dos projetos executivos, o apoio à fiscalização das obras e o fornecimento e instalação dos aceleradores lineares. Como parte do acordo de compensação tecnológica, foi construída uma fábrica de aceleradores lineares no Brasil, possibilitando a implantação de um Centro de Treinamento que é referência para toda a América Latina.

No sentido de ampliar os esforços para a qualificação da atenção à saúde, foi instituído o Programa Médicos pelo Brasil, que incrementa a prestação de serviços médicos em locais de difícil provimento e fomenta a formação de médicos especialistas em medicina de família e comunidade, no âmbito da Atenção Primária. Esse modelo possibilita uma atuação sustentável e continuada do Governo Federal no aprimoramento do acesso e na qualidade da atenção prestada.

O Movimento Vacina Brasil, por sua vez, busca expandir a cobertura vacinal em todo o País, de acordo com os indicadores preconizados para cada vacina, por meio da ampliação no número de aquisições e na distribuição de imunobiológicos.

As aquisições de vacinas para febre amarela passaram de 40 milhões em 2018 para 42,5 milhões de doses em 2019; para tríplice viral, o avanço foi de 49,8 milhões para 58 milhões; e para influenza foi de 60 milhões para 65 milhões. Um dos destaques em 2019 foi a aquisição de mais de 4 milhões de doses da vacina meningocócica ACWY.

Nas distribuições de vacinas, os valores observados em 2019 em relação ao ano de 2018 foram os seguintes: manutenção da distribuição de pneumocócica 10, de 8,6 milhões; redução da pólio oral de 31,9 milhões para 16 milhões em decorrência da diminuição em 35% da demanda estadual; aumento da tríplice viral, de 30,6 milhões para 37,1 milhões de doses; redução de pólio inativa de 10,4 milhões para 9,1 milhões de doses em decorrência da diminuição em 12% da demanda estadual; e redução da febre amarela de 32 milhões para 16,4 milhões de doses em decorrência da diminuição em 50% da demanda estadual.



O Governo Federal permanecerá centrando esforços na ampliação das coberturas vacinais e na continuidade do combate ao surto de sarampo.

INICIATIVA “MAIS LUZ PARA A AMAZÔNIA”

O Programa intitulado “Mais Luz para a Amazônia” tem como objetivo promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira nas regiões remotas dos Estados da Amazônia Legal, compreendendo AC, AP, AM, PA, RO, RR e MT, bem como parte do Estado do Maranhão e exceto o Estado de Tocantins, que já é considerado universalizado.

No Brasil existem 46 distribuidoras e 39 permissionárias de energia elétrica que já estão com suas áreas de concessão universalizadas. Restam ainda 11 distribuidoras que não alcançaram a meta de universalização do acesso à energia elétrica em suas áreas de concessão, com demanda de aproximadamente 500 mil famílias, principalmente na região Norte e em parte da região Nordeste (Bahia e Piauí).

Até dezembro de 2019, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) já havia atendido mais de 3,5 milhões de famílias, a grande maioria com extensão de rede convencional. O Programa ainda não conseguiu, contudo, alcançar a população residente em regiões remotas da Amazônia. Em função dos investimentos necessários e do significativo impacto tarifário para o atendimento de toda a demanda remanescente, foi estabelecido o ano de 2022 como data limite de universalização para os atendimentos realizados por meio de rede convencional em todo o País.

Além disso, foi concedido prazo até o fim de 2020 para que as concessionárias da região Norte concluam os planejamentos para o atendimento das comunidades localizadas nas regiões remotas, utilizando sistemas de geração descentralizada. Essa demanda é da ordem de 72 mil famílias, residentes em sua maioria nos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

Diferentemente dos atendimentos com extensão de rede convencional, cujos procedimentos e metas já estão estabelecidos, o atendimento das regiões remotas requer tratamento diferenciado, com a aplicação de tecnologias de geração de energia limpa e sustentável, e fortemente integrada aos processos produtivos característicos de cada comunidade, para que os investimentos nos sistemas de geração atinjam o objetivo precípuo do uso da energia elétrica como vetor de desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, a implantação de um novo programa para atendimento específico das demandas das comunidades situadas em regiões remotas dos sistemas isolados se faz necessária, tendo com pilar central a substituição da geração de energia elétrica a diesel, que atende grande parte das regiões remotas da Amazônia Legal,



por energia renovável, utilizando sistemas fotovoltaicos. A substituição da energia produzida pela queima de combustíveis fósseis possibilitará a redução de emissão dos gases de efeito estufa, além de contribuir para incentivar a utilização de fontes renováveis e a preservação da floresta Amazônica.

No que se refere aos beneficiários do Mais Luz para a Amazônia, observa-se que são, em sua maioria, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas e de baixo poder aquisitivo, que têm dificuldade de acesso a políticas públicas essenciais como, por exemplo, saúde, educação e saneamento básico, razão pela qual possuem um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Nos últimos anos, as relações de consumo têm se intensificado devido à facilidade nas transações, ao aumento no poder de compra e, sobretudo, em função da tecnologia, cada dia mais presente na vida do cidadão. Atualmente, as ações consumeristas representam mais de 10% do acervo processual do País, o que corresponde a cerca de dez milhões de processos em andamento, impactando diretamente na garantia de direitos de parcela significativa da população brasileira.

Diante desse contexto, o Governo tem trabalhado fortemente no sentido de acompanhar essas mudanças e garantir os direitos do consumidor. A plataforma digital Consumidor.gov.br é um exemplo disso. Trata-se de um serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo, por meio da Internet, que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas, fornecendo ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas em defesa dos consumidores. A plataforma viabiliza o recebimento e tratamento das reclamações de consumidores que eventualmente não foram resolvidas por meio dos canais tradicionais de atendimento, evitando que se transformem em litígios administrativos ou judiciais. No ano de 2019, foram recebidas e tratadas mais de 780 mil reclamações, com resolutividade média superior a 80%.

A mesma lógica da comunicação direta entre consumidores e empresas promovida pela plataforma Consumidor.gov.br permitiu a construção de uma parceria estratégica entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. A partir da integração das plataformas Consumidor.gov.br e Processo Judicial Eletrônico (PJe), o cidadão, ao procurar os juizados especiais, poderá tentar resolver seu conflito consumerista digitalmente, diminuindo assim a judicialização. Em 2020, essa integração irá se expandir para diversos tribunais do País.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), em 2019 totalizou 25 milhões de atendimentos em mais de 600 Programas de Proteção e Defesa do Consumidor (Procons) integrados e presentes em todas as regiões do Brasil. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, um novo sistema foi implantado em Maceió e Campo Grande. Batizado de Pró-Consumidor, tem como principal inovação



a centralização de dados de reclamações dos consumidores em todo o Brasil, o que facilita a gestão das demandas pelos Procons e pelas empresas. Em 2020, o Sindec será aprimorado e serão realizadas novas parcerias para que esteja presente em todas as regiões do Brasil.

A regulamentação do *recall* também foi atualizada em 2019, com o intuito principal de aumentar o número de consumidores que tomam conhecimento das campanhas. Para 2020, o Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall deve ser aprimorado, com a introdução de novas funcionalidades para a realização do monitoramento dos acidentes de consumo, e contará com inteligência artificial para apontar eventuais descumprimentos das disposições do Código de Defesa do Consumidor. O objetivo é aumentar, assim, a eficiência do Estado no seu papel de garantidor dos direitos dos consumidores, em especial no que tange à proteção da vida, da saúde e da segurança dos cidadãos brasileiros.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), criado com a finalidade de promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, teve evolução significativa no ano de 2019, com valor total de projetos na ordem de R\$ 632 milhões (frente a R\$ 2,1 milhões em 2018), mediante o estabelecimento de critérios mais objetivos para a seleção das políticas públicas fomentadas com a aprovação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) de 126 projetos relevantes. Destacam-se: i) a construção de mais de 5,2 mil cisternas em escolas rurais da região do semiárido brasileiro; ii) a instalação de sistemas de prevenção de incêndios em alguns dos principais museus brasileiros; iii) o tratamento adequado de lixo em dezenas de Municípios; e iv) o aparelhamento de laboratório para garantir a qualidade do leite para consumidores brasileiros.

Em 2020 serão implementadas diversas medidas que visam diminuir a distância entre o FDD e os cidadãos. Nesse sentido, serão criados canais de comunicação direta para o encaminhamento de denúncias e sugestões, implementados mecanismos mais rigorosos para o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos e oferecidos cursos gratuitos, em todas as regiões do Brasil, para que os interessados recebam a orientação necessária a fim de que possam transformar boas ideias em excelentes projetos.

MIGRAÇÃO E REFÚGIO

A partir de 2017, houve uma mudança de paradigma na forma como o Estado brasileiro compreende as migrações, com a valorização de uma ótica humanista, desburocratizada e flexível na integração dos imigrantes ao País. Por conseguinte, foram realizadas alterações com a simplificação dos procedimentos para obtenção de vistos, pedido de residência e facilitação ao recebimento de trabalhadores de outros



países com capacidades estratégicas para o Brasil. Cabe ressaltar, ainda, uma abertura significativa para a imigração humanitária, o que se consolidou em 2019 por meio de uma nova visão mais integradora, facilitando também aos imigrantes com residência permanente e contínua no País mecanismos para promover a naturalização.

A imigração laboral, que trata da vinda de imigrantes com interesse em trabalhar no País, além da entrada de mão de obra altamente qualificada, envolve também aspectos econômicos, científicos e sociais. Nesse contexto, a chegada, a mobilidade e a instalação desses imigrantes na sociedade brasileira exigem monitoramento estatístico, amparado por análises sociodemográficas e socioeconômicas, a fim de apoiar a formulação, execução e correção de políticas públicas.

De janeiro a dezembro de 2019, a partir do número de autorizações de residência concedidas para fins laborais e investimentos, percebeu-se um aumento de 2,2% em relação ao mesmo período de 2018. Do total de 31,3 mil autorizações concedidas, destacam-se quatro atividades: i) investimento de origem externa, com o aumento de 13,58% em relação a 2018, totalizando 1,5 mil autorizações; ii) assistência técnica e transferência de tecnologia com um total de 12 mil autorizações; iii) prática de atividades religiosas com um total de duas mil autorizações concedidas; e iv) trabalhadores com vínculo empregatício no Brasil, somando 3,7 mil autorizações.

Ao mesmo tempo em que busca destravar os nós econômicos para ampliar o espectro de empregos nacionais, o Governo também se preocupa em posicionar o País como destino atraente para profissionais altamente especializados. Nessa vertente, a estimativa é que em 2020 seja possível avançar na política de atratividade de profissionais com esse perfil por meio do mapeamento do déficit de competências profissionais do País e da definição de áreas estratégicas e dos setores econômicos com necessidade de mão de obra com esse nível de expertise. A ideia, a partir disso, é criar condições simplificadas de concessão de vistos e autorizações de residência para profissionais imigrantes que, comprovadamente, o Brasil necessite para fomentar o mercado de trabalho, auxiliando no desenvolvimento de áreas estratégicas. Outra iniciativa é a modernização e o aprimoramento do sistema de gestão de imigração, incluindo o monitoramento sistematizado das autorizações de residência concedidas aos imigrantes, inclusive com a evolução e o desenvolvimento de aplicativo móvel.

A série histórica registra que o tempo médio da primeira avaliação dos autos em procedimentos de naturalização no Brasil ultrapassava os 500 dias, contados a partir da data de protocolo. Essa demora, além da insatisfação pela deficiência na prestação do serviço, originava inúmeras demandas judiciais, notadamente pelo descumprimento do prazo legal de 180 dias para a decisão. Em função disso, os requerentes levavam mais de dois anos para obter a cidadania brasileira.



Em julho de 2019, teve início um mutirão para análise de processos de naturalização pendentes. Em todo o ano de 2018 foram analisados 1.983 processos. O ano de 2019 contabilizou mais de dez mil processos decididos. Nesse sentido, a média histórica de análises aumentou de 171 processos por mês para mais de 1,5 mil processos mensais, no segundo semestre de 2019.

De maneira geral, as dificuldades iniciais estavam conectadas ao modelo centralizado de decisão. Havia também dificuldades no acesso aos sistemas de imigração da Polícia Federal, falta de uniformização de procedimentos, dificuldade na comunicação com os requerentes, além da ausência de sistemas específicos para solicitação e gerenciamento de prazos.

Na nova gestão, há uma série de soluções implantadas e em fase de implantação no sentido de tornar mais eficiente a prestação do serviço de naturalização. Elas envolvem a descentralização, o compartilhamento dos sistemas e bancos de dados de imigração, o redimensionamento da mão de obra, o gerenciamento de prazos com utilização de sistemas informacionais automatizados, a utilização prioritária de notificações via sistema e a disponibilização do sistema “Naturalizar-se”, na plataforma Gov.br do [Brasil Cidadão](http://Brasil.Cidadão).

Para 2020, estão previstas, em linha com as diretrizes de desburocratização do Governo Federal a diminuição da necessidade do balcão e a redução da tramitação física de documentos.

MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana é uma resposta concreta, pragmática e objetiva aos principais problemas ambientais existentes nas cidades, onde vivem 85% dos brasileiros. A degradação da qualidade ambiental urbana impacta diretamente a saúde e o bem-estar da população, bem como o turismo e diversos indicadores econômicos e sociais.

Nesse contexto, o meio ambiente urbano ganha prioridade na atuação governamental, com objetivos claros, ações concretas, prazos e metas, haja vista que cerca de 30 milhões de toneladas de resíduos são descartados em lixões ou aterros inadequados todos os anos (com impacto financeiro estimado na ordem de R\$ 3 bilhões por ano para a saúde pública). Além disso, há 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e 103 milhões sem acesso à coleta e tratamento de esgoto, problemas relacionados a qualidade do ar, lixo nos rios e mares, alagamentos, deslizamentos de terra e áreas contaminadas.

O principal compromisso da Agenda Nacional é com a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades, por meio da melhoria da qualidade ambiental, em uma conciliação entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social, bases do desenvolvimento sustentável. Para isso, a



Agenda foi estruturada em seis eixos temáticos: i) combate ao lixo no mar; ii) gestão de resíduos sólidos; iii) qualidade do ar; iv) áreas verdes urbanas; v) saneamento e qualidade das águas; e vi) áreas contaminadas.

Os seis eixos foram mapeados e estruturados em 2019, com priorização na execução dos seguintes, que serão continuados em 2020:

- combate ao lixo no mar: lançamento do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, em 22 de março de 2019, sendo a primeira estratégia nacional para reduzir a presença e os impactos causados pelo lixo nos ambientes costeiros e marinhos, alcançando o resultado de coleta e destino adequado de mais de 450 toneladas, por meio de frentes de limpeza de praias, rios e mangues, em mais de 200 Municípios nos 17 Estados costeiros brasileiros. Para o ano de 2020, haverá a continuidade da execução do Plano, com a meta de coleta e destinação de mil toneladas de resíduos, de forma a reduzir os impactos causados pelo lixo no mar na segurança da navegação, no turismo, na saúde, na pesca e no meio ambiente;
- gestão de resíduos sólidos: lançamento do Programa Lixão Zero, em 30 de abril de 2019, composto de 12 ações estruturantes para o encerramento de lixões e gestão ambientalmente adequada de resíduos, com o estabelecimento das condições operacionais de usinas de recuperação de energia e a geração de energia a partir do lixo; lançamento do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos (SINIR), em 26 de junho de 2019; assinatura de Acordo Setorial de Baterias Automotivas de Chumbo, em 14 de agosto de 2019, com metas progressivas para a coleta e reciclagem de 16 milhões de baterias automotivas por ano, com possibilidade de reinserção na cadeia produtiva de cerca de 75% da demanda nacional; e assinatura de Acordo Setorial de Eletroeletrônicos, em 31 de outubro de 2019, para aumentar os pontos de coleta de resíduos eletroeletrônicos no País de 70 para mais de cinco mil até 2024. Também está entre as metas para 2020 incentivar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos no País, com a assinatura de acordos setoriais e normativos que regulem a logística reversa de embalagens, como forma de impulsionar a indústria da reciclagem, bem como estimular a cooperação com consórcios públicos intermunicipais para estruturar e viabilizar concessões da gestão de resíduos sólidos;
- qualidade do ar: lançamento do Projeto Rede Nacional de Qualidade do Ar, em 5 de junho de 2019, contemplando a disseminação do Guia Técnico de Monitoramento da Qualidade do Ar, com o objetivo de orientar a instalação e a operação de estações de monitoramento da qualidade do ar e a divulgação de informações para a população. Em 2020, está programada a instalação de estações de monitoramento da qualidade do ar em Estados que não disponham dessas estruturas, o lançamento do Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade do Ar, que consolidará as informações sobre a qualidade do ar no País e a implantação de projetos que reduzam as emissões de poluentes atmosféricos nos grandes centros urbanos, em parceria com os Municípios; e



- áreas verdes urbanas: o lançamento de um aplicativo para identificação e monitoramento de áreas verdes urbanas está previsto para 2020, e contempla uma série de recursos. Entre eles, um guia de boas práticas para ruas verdes, com a finalidade de auxiliar gestores municipais. Em outra ação, está prevista a implantação de projetos de criação, recuperação e ampliação de áreas verdes urbanas, de forma a reduzir os impactos causados pela falta de vegetação nas cidades, que ficam evidentes em enchentes, alagamentos, deslizamentos de terra, ilhas de calor, falta de sombra e de locais de lazer.

As concessões de uso público das Unidades de Conservação (UCs) se configuram como uma excelente alternativa para proteção do meio ambiente e desenvolvimento do Brasil. A iniciativa tem como objetivos a proteção do meio ambiente, na medida em que a visitação a essas áreas naturais promove o aumento da consciência ecológica; a melhoria da gestão dos recursos públicos, para que os recursos governamentais, antes destinados à gestão e manutenção das unidades de conservação, possam ser redirecionados para outras ações estratégicas do Governo; e, em especial, o desenvolvimento socioeconômico dos entornos dessas áreas.

Essa ação pretende também promover o aumento do fluxo turístico nacional e internacional, que estimulará o empreendedorismo e as atividades econômicas associadas ao ecoturismo, gerando emprego e renda para as populações das regiões dos parques e para o País.

Em 2019, as seguintes unidades de conservação foram qualificadas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para concessão: i) Parque Nacional de Jericoacoara (CE); ii) Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA); iii) Parque Nacional do Iguaçu (PR); e iv) Parques Nacionais de Aparados da Serra (RS-SC) e Parque Nacional da Serra Geral (RS/SC). Também foi desenvolvido programa de qualificação dos serviços turísticos e das cadeias produtivas associadas, para atender ao aumento do fluxo de turistas resultante de investimentos em estruturação e diversificação de atrativos turísticos.

Em 2020, o leilão dessas quatro concessões está previsto, além das concessões das Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula (RS).

O Governo Federal trabalha, ainda, para preparar as comunidades locais para as novas oportunidades de negócios que surgirão a partir das concessões, bem como para promover a melhoria dos negócios existentes. Em 2020, serão realizadas cinco qualificações no PPI, em cada uma das oito UCs, localizadas nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

O Plano Nacional de Recifes Artificiais pretende promover a educação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico por meio do fomento à atividade ecoturística de mergulho contemplativo no Brasil. A intenção é contribuir para a conservação dos ecossistemas marinhos, aumentar os estoques pesqueiros, gerar emprego e renda para a população das regiões e ampliar as cadeias econômicas vinculadas à essa atividade.



Em 2019, foram revisados os normativos sobre afundamentos de recifes artificiais e previamente mapeados 133 potenciais pontos de afundamento, em 22 localidades de oito Estados. Esses pontos serão analisados para receberem pré-aprovação da Marinha do Brasil, que também ofereceu diversos equipamentos descomissionados, como aviões de caça, baterias antiaéreas e outros, para afundamento. Já em 2019, foram afundadas as embarcações Riobaldo e Natureza na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, em Tamandaré (PE). Para 2020, está previsto o início do desenvolvimento da segunda fase, que contemplará os demais seis Estados (AL, BA, PB, RJ, SP e SC) e o Distrito Federal.

O Brasil fechou 2019 em linha para atingir o compromisso voluntário para 2020, estabelecido na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) instituída com a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, de reduzir as emissões entre 36,1% e 38,9% em relação às emissões projetadas para aquele ano.

Com o objetivo de aprimorar as tecnologias para produção de carvão vegetal com madeira de origem de reflorestamento, o Projeto Siderurgia Sustentável é um dos exemplos de iniciativas com o viés de redução de emissões. Tem atuação centrada em Minas Gerais e, dentre os resultados alcançados em 2019, destaca-se o mecanismo de pagamento por desempenho, em que ganhos de eficiência no processo produtivo de geração de gases de efeito estufa são convertidos em apoio financeiro às empresas produtoras.

Em 2020, pretende-se ampliar a execução do mecanismo de pagamento por resultados no setor de carvão vegetal, permitindo a realização de investimentos no setor, como a construção de novos fornos e aumento de contratações por empregos formais.

Em outra frente, para 2020, está prevista a análise de dados de áreas suscetíveis à desertificação, com foco no bioma Caatinga, como meio para a elaboração da Estratégia de Prevenção e Combate à Desertificação e Degradação da Terra. Outros resultados relevantes deverão ser trazidos pelo início da implantação do Projeto Revertendo o Processo de Desertificação nas Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade, que tem como objetivo interromper e reverter o processo de desertificação e enfrentar as causas cada vez mais fortes da degradação do solo e da perda de biodiversidade nos ecossistemas da Caatinga em áreas suscetíveis à desertificação já mapeadas, que cobrem 1,34 milhão de km² (16% do Brasil) e abrigam 34,8 milhões de pessoas (17%) em 1.490 Municípios (27%).

Em 2020 pretende-se modernizar o monitoramento do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), que servirá de base para revisão e elaboração de um novo Plano, focado nas diretrizes estabelecidas pela Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris. Considerando que o Brasil é um país em desenvolvimento que passou por rápida transição urbana, foram apontados como itens fundamentais para essas políticas de adaptação: áreas de risco, habitação e infraestrutura básica, especialmente nas áreas de saúde, saneamento e transporte.



Sobre a proteção da camada de ozônio, tomando como referência a linha de base (média do consumo 2009-2010), o Brasil se comprometeu a eliminar 39,3% do consumo dos HCFCs até 2020 como meta no âmbito do Protocolo de Montreal. O setor produtivo está se preparando para o cumprimento dessa meta por meio da substituição dessas substâncias por alternativas que não agridam a camada de ozônio nem contribuam para o aquecimento global.

O Brasil tem grandes e diversos desafios para assegurar o uso sustentável da biodiversidade, dos recursos naturais e dos biomas nacionais. Desafios que levam em consideração a preservação e a recuperação da biodiversidade, a redução do desmatamento ilegal, o combate à extração ilegal ou excessiva de fauna e flora silvestres e o combate à introdução e à disseminação de espécies exóticas invasoras, incluindo atividades e instrumentos econômicos que propiciem a inclusão social e produtiva das comunidades locais e fomentando a bioeconomia nacional.

Em 2019, Paraty e Ilha Grande foram incluídas como sítio misto de Patrimônio Cultural e Natural Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o que trará oportunidades de geração de renda e desenvolvimento por meio do turismo ecológico. O Governo Federal assinou contrato com o BNDES para a constituição do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, que tem como objetivo receber os pagamentos pelos *royalties* do uso do patrimônio genético no Brasil, tema essencial para viabilizar a agenda da bioeconomia. O 6º Relatório Nacional da Biodiversidade foi apresentado ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) indicando que o Brasil, até o momento, foi um dos países que mais avançaram no cumprimento das 20 metas estabelecidas para a biodiversidade entre aos anos de 2011-2020.

AMBIENTALISMO DE RESULTADOS

Para 2020, a agenda de biodiversidade tem como objetivo fomentar e incentivar o potencial econômico do meio ambiente para promover oportunidades de negócios sustentáveis, com resultados tangíveis para a população, com destaque para: o incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas de medicamentos fitoterápicos, a partir de plantas brasileiras, o que gera renda para os produtores, desenvolvimento tecnológico e saúde pública; a implementação dos planos de ação para combate ao desmatamento ilegal e conservação de vegetação nativa, mediante a Estratégia Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento (REDD+), com o projeto-piloto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA-Floresta+); e o fortalecimento do instrumento Áreas de Conservação e Recuperação de Espécies Marinhas (Acres).

As Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção serão atualizadas em 2020. Além disso, os sistemas e as bases de dados sobre essas espécies passarão por aperfeiçoamento, onde será elaborada



uma base de dados de espécies exóticas invasoras no Brasil. Ferramentas analíticas desenvolvidas pelo Consórcio Internacional sobre Combate aos Crimes contra a Vida Silvestre (ICCWC, na sigla em inglês) serão implementadas.

Considerando a alta relevância da questão ambiental no processo de estruturação e entrega de projetos de infraestrutura, o Governo Federal criou, em 2019, uma instância organizacional de apoio ao licenciamento ambiental e à desapropriação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A finalidade é coordenar a interlocução e dar suporte técnico e institucional às entidades interessadas, avaliando de forma crítica os processos com vistas à elaboração de propostas de aprimoramento procedimental e regulatório.

De forma mais específica, os projetos que, em 2019, passaram a contar com apoio e acompanhamento dos seus respectivos processos de licenciamento ambiental ou de desapropriação foram:

- em transportes: BR-080/MT, BR-135/BA/MG, BR-135/MA, BR-242/MT, BR-319/AM/RO, BR-158/MT, BR-163/MT; Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do rio Tocantins (Pedral do Lourenço); ferrovias FICO, Ferrogrão e FIOL; e os aeroportos de Florianópolis de Porto Alegre, além da 6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias - Blocos Sul, Norte I e Central; e
- em energia: linhas de transmissão na interligação Manaus/AM – Boa Vista/RR; usinas hidrelétricas Bem Querer, Castanheira, Formoso, Tabajara e Telémaco Borba/PR; e óleo & gás oferta permanente, 16ª e 17ª Rodadas do Regime de Concessão, 6ª Rodada sobre o Regime de Partilha de Produção e Poço Transparente.

Como perspectivas para 2020, espera-se que haja um aperfeiçoamento do fluxo procedimental ao licenciamento ambiental dos empreendimentos qualificados no PPI, seja por atuação direta nos seus processos, seja por meio do aprimoramento regulatório.

OLHAR UNIVERSAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

A promoção de uma nova abordagem dos direitos humanos no Brasil teve início em 2019. A criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) trouxe um olhar pautado na universalidade, na objetividade e na não seletividade de direitos.

Tendo como base os preceitos da Declaração Universal de Direitos Humanos, o planejamento de políticas públicas para os próximos anos passou a se pautar em uma iniciativa aglutinadora, que se concretizou no “Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos”,



programa que reconhece a dignidade da pessoa humana em sua integralidade e dimensões relacionais. Inclui a promoção e defesa de direitos, valoriza a liberdade individual e tem foco no amparo subsidiário à família.

Sob o prisma internacional, o Brasil passou a ter uma nova orientação junto à ONU, marcada pelo posicionamento favorável ao pleno exercício do direito à vida desde a concepção. O País rejeitou ainda a promoção de conteúdos ideológicos velados como defesa de direitos humanos.

Entre as principais contribuições para 2020, está a implantação do Projeto Escola do Bem Comum, que tem como objetivo proporcionar uma cultura de respeito aos direitos humanos, ao bem comum e à fraternidade no ambiente escolar. O Projeto traz a proposta de uma metodologia curricular e extracurricular para combater o *bullying*, promover o respeito aos professores, aos alunos e às famílias, buscando minimizar casos de automutilação, além da prevenção ao suicídio de estudantes.

A proteção dos direitos da criança e do adolescente também será ampliada em 2020, com a continuidade do Programa Criança Protegida (PCP), instituído em 2019, que tem por objetivo qualificar os agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e, assim, aprimorar o atendimento, a assistência e a proteção da criança e do adolescente com direitos violados. Para 2020, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) também terá avanços.

Essenciais no sistema de proteção aos direitos das crianças e adolescentes, os Conselhos Tutelares foram equipados em 109 Municípios de 12 Estados. Paralelamente, foram capacitados 4,5 mil conselheiros tutelares da Amazônia Legal. Em 2020, serão capacitados mais de nove mil conselheiros em todo o País e 300 Conselhos serão equipados.

Em 2020, há a previsão da realização da 4ª Conferência Nacional da Juventude, evento com participação governamental e da sociedade civil, que proporcionará a discussão de temas relevantes para encaminhamentos na formulação do Plano Nacional para a Juventude, conforme previsão da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude).

O Governo Federal visa consolidar a Política de Assistência a Vítimas de Crimes, assegurando que tenham seus direitos individuais e coletivos respeitados e efetivados pelo poder público.

Para a pessoa idosa, destaca-se o Programa “Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável”, que busca a inserção digital e social das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O Programa já foi implantado em 36 Municípios e, em 2020, serão alcançados 200 Municípios em todo o País. Outros 20 Conselhos Estaduais e Municipais da Pessoa Idosa serão equipados. Também haverá diligências para estímulo à criação de fundos estaduais e municipais para a pessoa idosa e captação de doações a partir de dedução de Imposto de Renda.



Para dar mais oportunidades a um envelhecimento com qualidade, o Governo Federal empreenderá esforços para o fomento direto a atividades turísticas voltadas para a melhor idade. A conscientização do dever de respeito à pessoa idosa no âmbito do sistema educacional será promovida pela inclusão nos currículos básicos de conteúdos voltados ao respeito à pessoa idosa, para dar efetividade ao que dispõe o artigo 22 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

Como medida de promoção dos direitos da mulher, foi aperfeiçoada a implementação do Programa Mulher Segura e Protegida, que conta com a parceria e atuação conjunta dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cidadania, além de Estados e Municípios. O Programa prevê a construção e a manutenção das Casas da Mulher Brasileira, bem como de unidades móveis para atendimento às mulheres em situação de violência fora dos centros urbanos. Ainda no ano de 2019 foi lançado o projeto-piloto “Salve uma Mulher”, iniciativa que tem como objetivo aumentar o envolvimento da sociedade civil e das instituições públicas e privadas nas ações de conscientização e prevenção à violência contra a mulher. Em 2020, está prevista a construção de outras Casas da Mulher Brasileira e a implantação de novas unidades móveis de atendimento.

O Governo começou a delinear os avanços que pretende implementar na política de atendimento às pessoas com deficiência. Em 2019, teve início um esforço federal para regulamentar diversos artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). O foco em 2020 será a regulamentação do artigo 2º dessa lei, que define o instrumento de avaliação da deficiência. Tal medida se configura como extremamente importante, já que o tratamento dispensado ao deficiente por parte dos diversos órgãos públicos é desigual, o que penaliza ainda mais aqueles que, sem poder escolher, vivenciam impedimentos em sua capacidade de desempenhar atividades básicas ou mesmo de serem integrados pela sociedade. A regulamentação permitirá a unificação de tipos e categorias de deficiência para que os beneficiários tenham acesso facilitado a serviços públicos.

Para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, o Governo Federal concentra esforços para assegurar a dignidade da pessoa humana e os procedimentos com vistas a garantir o direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas, com prevalência sobre o respeito e o fomento às práticas tradicionais indígenas.

No âmbito da proteção especial à família, nos termos do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, foi promovido e terá continuidade em 2020 o Projeto “Famílias Fortes”, que pretende auxiliar na construção de estratégias familiares efetivas para prevenir o consumo de álcool e drogas por crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

O Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos (SINDH), por sua vez, foi instituído para agregar os diversos sistemas, portais e canais de atendimento de direitos humanos, bem como ampliar o controle



sobre os retornos dados às denúncias registradas. Sob o aspecto operacional, houve unificação das centrais Disque-100 e Ligue-180, e, por conseguinte, redução significativa no tempo de atendimento. Para a melhoria contínua no sistema, há a expectativa de que se implementem 14 pontos de controle de qualidade do atendimento e da democratização de acesso à central, com a possibilidade do atendimento bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras). O exercício de 2019 terminou com cerca de 4,1 milhões de atendimentos e 265 mil denúncias sobre violações de direitos humanos e da família.

Por fim, cabe destacar o aprimoramento da organização interna dos trabalhos na Comissão de Anistia. Com foco em resultados concretos e análise fundada na legalidade foram analisados mais de 2,7 mil processos ao longo do ano.

Retomando a transversalidade do tema “Direitos humanos na implementação de políticas públicas setoriais”, destaca-se a instituição, em 2019, do projeto-piloto para o Programa Abraça o Marajó. A iniciativa busca elevar o IDH dos 16 Municípios do Arquipélago de Marajó (PA) por meio da ampliação do acesso e do alcance de programas governamentais e da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e defesa dos direitos.

4. DEFESA E SOBERANIA

Os desafios que se apresentaram de forma natural e por consequências de ações humanas serviram para deixar clara a abrangência dos conceitos de Defesa e Soberania no território nacional em 2019. As Forças Armadas estiveram presentes em ações essenciais para que o País mostrasse sua capacidade de reação, de construção de pontes de diálogo e de intervenções sociais.

A política externa brasileira trouxe novos anseios e ideais para proporcionar benefícios reais ao cidadão brasileiro. Para isso, lançou uma nova identidade internacional, fundamentada em pilares essenciais, com ênfase na democracia, na liberdade, em patriotismo e na prosperidade.

DEFESA NACIONAL

O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a história do País atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas. Não obstante, é essencial que a Nação dedique contínua atenção à defesa da Pátria, para garantir a soberania, os interesses nacionais e a segurança do Estado e da sociedade, haja vista a condição sistemática de instabilidade interna e externa e de novas ameaças, como: i) a crescente ameaça



terrorista transnacional; ii) o aumento de delitos transfronteiriços e ambientais; iii) a maior incidência de ataques cibernéticos; iv) o maior risco para as infraestruturas críticas; v) a crescente atuação do crime organizado em redes transnacionais; e vi) a intensificação dos fluxos migratórios.

Diante desse contexto, a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País.

A defesa nacional é indissociável do desenvolvimento, na medida em que um eventual emprego da expressão militar depende das capacidades de que dispõe o País (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), ao mesmo tempo em que contribui para o incremento das potencialidades nacionais, em especial das industriais, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro. O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do País, na medida em que gera divisas, por meio das exportações, empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Ao mesmo tempo, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer a condição de desenvolvimento científico e tecnológico nacional no Estado da arte.

A paz, a segurança e a estabilidade do Brasil necessitam de ações integradas e coordenadas nas esferas do desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais de uma nação; da diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis.

A restrição orçamentária, em face do cenário fiscal do País, também precisa de constante atenção, pois a falta de regularidade na alocação de recursos na área de Defesa impacta decisivamente no ritmo de desenvolvimento de projetos prioritários do setor e na manutenção do estado de prontidão das Forças Armadas. O Ministério da Defesa trabalha na busca de soluções viáveis para suplantar esse obstáculo de forma definitiva. Para mitigar os riscos e as ameaças é necessário, dentre outros aspectos, o desenvolvimento de capacidades nacionais de defesa, observando o disposto na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa, com destaque para: i) as capacidades de coordenação e controle, de gestão da informação e de mobilização; ii) o fortalecimento e a difusão de tecnologias de uso dual e militar, sobretudo dos setores nuclear, aeroespacial e cibernético; iii) o robustecimento da Base Industrial da Defesa; iv) o fortalecimento da coordenação e da atuação interagências e da troca de informações; v) a adequação dos meios e dos métodos de vigilância sobre o território nacional, incluindo a Zona Econômica Exclusiva, a plataforma continental, o espaço exterior sobrejacente e o espaço cibernético, entre outras áreas de interesse; vi) o intercâmbio e as parcerias com outros países detentores de tecnologias de interesse e de destaque no cenário internacional; e vii) a consolidação da presença brasileira na Antártica, de modo a garantir a participação no processo de decisão sobre o destino da região.



Esses pressupostos se alinham à visão de futuro do Ministério de Defesa, de ser efetivo participante do esforço nacional de defesa, dispondo de Forças Armadas modernas, compatíveis, adequadamente preparadas e permanentemente prontas para serem empregadas e ao objetivo do Programa Defesa Nacional, de preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças e para a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.

Em 2019, o Governo deu continuidade à modernização das Forças Armadas notadamente por meio dos seus projetos estratégicos de reaparelhamento estrutural e de fortalecimento dos sistemas de vigilância dos espaços terrestres aéreos e das águas jurisdicionais brasileiras.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) iniciou, em 2019, a fase de provas de mar do primeiro submarino convencional, denominado Riachuelo (S40), e iniciou a fase de execução do detalhamento do Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR), os quais contribuirão decisivamente para a proteção dos 5,7 mil km² de área marítima e para garantir a soberania brasileira no mar. Para 2020 está previsto o lançamento do segundo submarino convencional, o Humaitá, e a incorporação do submarino Riachuelo à Marinha do Brasil, com a entrega ao setor operativo. Também há a previsão da entrega da Área Norte da Base Naval da Ilha da Madeira.

Destacam-se as entregas, em 2019, no âmbito das Forças Terrestres, de 60 viaturas blindadas no âmbito do Programa Guarani e, no âmbito do Programa Astros, de sete viaturas lançadoras múltiplas universais. Além disso, foram modernizados nove helicópteros e instalado o simulador virtual tático no Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes.

Paralelamente estão sendo tomadas as providências para a conclusão do projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), programa estratégico destinado ao fortalecimento da presença e da capacidade de monitoramento do Estado na faixa de fronteira terrestre de Mato Grosso do Sul. Em 2019 também foram implantados sensores de recepção eletromagnético “Sentinela” — de produção nacional — e radares e equipamentos de visão noturna para organizações militares com sede naquele Estado. Além disso foram modernizados equipamentos do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), principal canal de comunicação de dados militares operacionais, composto por um segmento espacial e um terrestre e trata de uma infraestrutura completa para enlances digitais, por meio de satélites de comunicações e de enlances terrestres.

O Sisfron prevê para o ano de 2020: i) a aquisição de optrônicos, radares, material de comunicações e meios de transporte terrestres e fluviais; ii) a instalação de centros de comando e controle; iii) a contratação de suporte logístico integrado; e iv) a realização de obras de engenharia; tudo isso possibilitando o aumento da área de cobertura do programa, particularmente ao longo da faixa de fronteira dos Estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Amazonas.



No âmbito do Sistema Astros 2020, terá prosseguimento o desenvolvimento do míssil tático de cruzeiro e do foguete guiado SS 40 G. Serão adquiridas mais duas unidades de controle de fogo e uma oficina veicular eletrônica e haverá a modernização de mais duas unidades de controle de fogo. Para o Programa Guarani, há a previsão de adquirir mais 60 viaturas blindadas de transporte de pessoal médias sobre rodas 6 x 6 e de implementos de engenharia para serem integrados às viaturas. Há também a previsão do início do recebimento do primeiro lote de viaturas blindadas multitarefa leves sobre rodas, possibilitando o aumento da capacidade de dissuasão contra ameaças externas e de atuação nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

O Programa Defesa Antiaérea prevê para 2020 a aquisição de radares de busca SABER M-60 e de centros de operações de artilharia antiaérea eletrônicos, que permitirão maior consciência situacional do espaço aéreo, alerta antecipado e acionamento do sistema de armas antiaéreas com rapidez e eficiência.

A Força Aérea Brasileira recebeu, em 2019, duas aeronaves de transporte aéreo logístico, referentes ao Projeto KC-390, as quais se encontram em fase final de certificação, necessária à plena utilização do recurso. Em agosto de 2019, foi realizado o primeiro voo do avião de combate Gripen (Projeto F-X2), em Linköping na Suécia, que deu início à sua fase de certificação aeronáutica. Vale destacar, ainda, o recebimento da segunda aeronave SC-105, de Busca e Salvamento, do Projeto CLX-2, que será utilizada em missões de ajuda humanitária e busca de aeronaves acidentadas.

Para 2020, está previsto ainda que o Projeto KC-390 entregue três aeronaves, quando será encerrada a certificação militar das últimas funcionalidades. Assim terá início a substituição das aeronaves C-130 HÉRCULES. O desenvolvimento e a aquisição dessas aeronaves colocam em evidência as capacidades do produto nacional e proporcionam diversos impactos positivos para o País, tais como: i) formação e capacitação de recursos humanos dedicados a produtos de tecnologia de ponta; ii) geração de novas competências em engenharia; iii) geração de empregos; iv) aumento de exportações; e v) consolidação da liderança regional do Brasil no setor aeroespacial. No Projeto do Gripen-NG, destaca-se a chegada da primeira aeronave brasileira para a realização dos ensaios no Brasil. Com isso, terá início o período da participação brasileira com maior efetividade.

No caso do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), planeja-se para 2020 a seleção e a contratação da empresa para fornecimento do Sistema CARPONIS-1 (constelação de microssatélites), a elaboração dos planos de transferência de tecnologia às empresas nacionais e as etapas de desenvolvimento dos produtos.

Para o Programa Defesa Cibernética, está planejada aquisição de equipamentos de *Big Data*, de licenças de *softwares* e a implantação do laboratório de proteção cibernética do Sistema de Comando e Controle, visando à melhoria da proteção das redes corporativas.



Além disso, pretende-se dar prosseguimento ao desenvolvimento do Rádio Definido por *Software* de Defesa (RDS-Defesa), projeto que pretende: i) promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas do Brasil e que tem por objetivo o desenvolvimento de uma família de equipamentos de rádio multibanda capaz de executar diversas formas de onda; ii) continuar a modernização de helicópteros, com o recebimento de módulos do sistema de armamento axial e de imageamento de simulador de voo, conferindo melhor desempenho à aviação do Exército; iii) implantar o protótipo do Centro de Coordenação de Operações Móvel, como parte do programa relacionado à proteção das infraestruturas críticas do país (Proteger); e iv) obter Sistemas Aéreos Remotamente Pilotados (SARP).

Em 2019, foram autorizadas pelo Presidente da República, em conformidade com o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, GLOs e executadas ações subsidiárias de cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, todas realizadas pelas Forças Armadas, merecendo destaque as relacionadas a seguir:

- a operação Verde Brasil, que teve como principal objetivo o levantamento e o combate aos focos de incêndio na região Amazônica. Foram empregados 10.837 militares, que ajudaram no combate de 1.835 focos de incêndios, na apreensão de mais de 23 mil m³ de madeira e na aplicação de R\$ 142 milhões em multa. Para conferir maior eficiência à operação foi criado o aplicativo Olhos de Águia – Queimadas, com a função de registrar, por meio de fotos e coordenadas geográficas, novos focos de calor na região. O aplicativo foi oferecido para agentes parceiros, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e auxiliou em suas atividades de campo;
- mais de 300 Operações Ágata, que integram o Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, ação de grande escala para fortalecer a segurança dos quase 17 mil km de fronteiras, contemplando ações destinadas a coibir delitos transfronteiriços, como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpos ilegais. Em 2019, foram executadas 90 mil inspeções, vistorias e revista de pessoas e veículos, bem como oito mil patrulhas terrestres, navais e aéreas nas fronteiras amazônica, oeste e sul do País; e
- a operação Amazônia Azul, Mar Limpo é Vida, que atuou em mais de 3 mil km da costa brasileira, com o emprego de 34 navios, 22 aeronaves e um total de mais de dez mil homens e mulheres do Governo Federal. As medidas foram adotadas em coordenação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Polícia Federal, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Petrobras e entidades dos Municípios afetados. O foco foi na preservação do meio ambiente e no zelo pela saúde da população e dos turistas.



Com relação à Amazônia Legal, cabe registrar que no período compreendido entre os meses de outubro a abril, a detecção do desmatamento e outros ilícitos na região é dificultada pela persistente cobertura de nuvens. Portanto, para ampliar a capacidade de detectar o desmatamento e a proteção da Amazônia, em complemento ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que utiliza imagens óticas, a partir de 2019, o monitoramento passou a utilizar imagens orbitais de Radar de Abertura Sintética (SAR, sigla em inglês) para enxergar a região Amazônica, principalmente no período que anualmente ela apresenta a maior cobertura de nuvens.

Diferentemente dos satélites óticos, que são dependentes da iluminação do território pelo sol e de inexistência de nuvens/fumaça/chuva, o imageamento por radar é adequado para áreas com intensa cobertura de nuvens, como é o caso da Amazônia.

Quanto ao monitoramento da Amazônia Legal, em 2020, usando as duas antenas adquiridas – a antena principal na área do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (6º GMF), no Campo de Instrução de Formosa (CIF), em Goiás e a secundária em área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Manaus (AM) –, já a partir do primeiro trimestre, será possível receber imagens diretamente de satélites, o que irá facilitar operações de monitoramento territorial e ambiental, e permitir o rastreamento de satélites com sensores do tipo radar SAR, nas águas jurisdicionais brasileiras, ampliando inclusive o monitoramento de poluição hídrica.

Cabe mencionar que essas atividades serão impulsionadas pela ampliação do parque tecnológico, que contará com duas antenas multissatelitais de observação da Terra, e pela aquisição e implantação de equipamentos para rastreio e gravação de dados. Também merece destaque a realização de três reuniões do Conselho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, congregando nove ministérios que dão direcionamento estratégico ao trabalho do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Essas reuniões foram retomadas após nove anos.

No que concerne à consolidação da presença brasileira na Antártica, em 2019 foram finalizadas as obras civis e a instalação dos equipamentos na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Tal evento possibilitou o início das operações da nova estrutura de telecomunicações e a transmissão de imagens de pesquisas, inclusive de observações atmosféricas, que contribuirão para reduzir as consequências de eventos meteorológicos severos no Brasil. A EACF foi reinaugurada em 15 de janeiro de 2020, base científica do Brasil na Antártica, cujo projeto é todo nacional, contando com uma estrutura maior e mais moderna que a anterior. Essa era utilizada pelos pesquisadores desde 1984 até o incêndio, em 2012.

No âmbito da Política Nacional de Fomento às Exportações da Base Industrial de Defesa, ressalta-se o aumento de 32% das exportações de produtos de defesa em relação ao volume exportado em 2018, atingindo, em 2019, o valor de R\$ 1,2 bilhão. Colaborou para a concretização desse resultado a realização do *Brazil*



Investment Forum e a participação nacional nos Diálogos de Indústria de Defesa (DID) — Turquia, EUA, República Tcheca, Reino Unido, entre outros —, nos quais foram firmados Memorandos de Entendimento na área financeira e técnica. Cabe destacar, ainda, a atuação nos países do Oriente Médio, inaugurando oportunidades de investimentos para a Indústria de Defesa e do Brasil.

Os resultados da atuação na área de fomento às exportações de defesa tornam-se visíveis ao se verificar o aumento proporcional alcançado em 2019 — em relação ao resultado histórico — da quantidade de empresas classificadas como Empresas de Defesa (16%) e de Empresas Estratégicas de Defesa (13%), assim como a ampliação das empresas habilitadas ao Regime Especial de Tributação para as Indústrias de Defesa (21%).

No âmbito do fomento às exportações de defesa, estão em vista a criação do Banco de Defesa Nacional (BDN) e o estabelecimento de fundos privados que vão propiciar uma maior inovação e sustentabilidade da Base Industrial de Defesa (BID). Complementarmente, trabalha-se, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na criação de uma *fintech* Defesa, ou seja, um agente financeiro digital com serviços financeiros mais baratos e customizados para as características das empresas do setor.

ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS DA DEFESA

No campo das atribuições subsidiárias da Defesa, foram aplicados em 2019, no âmbito do Programa Calha Norte, mais de R\$ 110 milhões em obras de urbanização, pavimentações de vias urbanas, iluminação e passarelas de acesso às comunidades ribeirinhas, além da construção de creches, escolas, centros de convivências e mercados populares para atendimento dos municípios da área de abrangência do Programa. Para o ano de 2020, está prevista a inclusão de mais 49 Municípios dos Estados de Tocantins e Maranhão no escopo do Programa. A expectativa é conseguir um investimento de mais de R\$ 180 milhões em obras nos Municípios que integram a área de atuação do Calha Norte.

O *Projeto Rondon*, que contribui com o desenvolvimento local sustentável e a construção e promoção da cidadania, levou ações para 39 Municípios do Piauí e do Acre. Nessas operações, contou com a participação de 80 instituições de ensino superior de todo o País e 816 rondonistas (estudantes e professores universitários), beneficiando cerca de 72 mil pessoas. No âmbito do Projeto, em 2020 estão planejadas ações nos Estados de Paraná, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rondônia. A previsão é alcançar cerca de mil rondonistas, de 112 Institutos de Ensino Superior (IES) de todas as regiões do Brasil, envolvendo 36 Municípios. Lideranças comunitárias, agentes multiplicadores, difusores e replicadores, professores, agentes de saúde, servidores públicos e comunidade em geral serão capacitados, nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e justiça, cultura, trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção e comunicação.



Ainda em relação ao **Projeto Rondon**, há a previsão de que ele seja declarado como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira. Com isso, o poder público deverá adotar medidas de preservação da história do projeto e promover a integração dos rondonistas e a consecução da programação de ações.

Merecem destaque: i) a Operação Acolhida — Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima, de assistência humanitária em apoio aos refugiados venezuelanos — que já interiorizou mais de 25 mil imigrantes desde abril de 2018 até o final de 2019, com capacidade de acolher sete mil pessoas nos abrigos em atividade; ii) a Operação Semiárido, que entregou mais de 300 poços artesianos na região Nordeste; iii) a Operação Enem, que forneceu instalações seguras para guarda das provas e contribuiu com a logística e transporte; iv) a Operação Carro-Pipa, que levou água a cerca de 1,9 milhão de pessoas, anualmente, em aproximadamente 601 Municípios do nordeste e do norte de Minas Gerais; e v) a realização de trabalhos de manutenção, pavimentação e duplicação da malha rodoviária nacional, como os que vêm sendo realizados nas BR-101 (37,3 km), BR-116 (50,8 km), BR-163 (65 km), BR-226 (71,4 km), BR-307 (101,8 km) e MA-034 (40,2 km).

O Projeto Soldado Cidadão, que busca qualificar profissionalmente os jovens que prestam o serviço militar inicial, complementando a formação cívico-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, beneficiou mais de nove mil jovens com cursos profissionalizantes.

O Programa Forças no Esporte (Profesp), por sua vez, tem como finalidade promover a integração na sociedade de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio do acesso à prática de atividades físicas e esportivas saudáveis e de ações socialmente inclusivas. Em 2019, o Profesp beneficiou aproximadamente 28 mil jovens, por intermédio de 201 organizações militares e, para 2020, almeja-se ampliar o atendimento, tanto no que se refere ao número de organizações militares, que serão 240, quanto na quantidade de beneficiados, que chegará a 40 mil, contemplando também o fornecimento de alimentação, uniformes e materiais esportivos aos participantes.

POLÍTICA EXTERNA

Em 2019, a política externa brasileira buscou resgatar os anseios e ideais do povo brasileiro, de modo a proporcionar benefícios concretos para o cidadão e lançar os fundamentos de uma nova identidade internacional do Brasil, fundada na democracia, na liberdade, no patriotismo e na prosperidade. Conforme antecipado na Mensagem Presidencial 2019, reintroduziu-se o brasão da República na capa do passaporte brasileiro. Foi oficializada a isenção de visto de entrada no País para nacionais de EUA, Japão, Canadá e Austrália, países que são grandes emissores reais e potenciais de viajantes ao Brasil, e Catar.



A nova atuação internacional do Brasil busca fortalecer a integração do País às cadeias transnacionais de valor, de modo a incrementar a produtividade e a competitividade da economia. Nesse primeiro ano de governo, foram finalizadas, no âmbito do Mercosul, negociações comerciais com grandes parceiros como a União Europeia e a Associação Europeia para o Livre Comércio (EFTA), que abrirá mercados importantes para o agronegócio brasileiro, aumentará exportações, reforçará a credibilidade externa na segurança jurídica do Brasil, atrairá investimentos e ampliará a oferta de bens e serviços, a preços melhores, para o consumidor brasileiro. Iniciou-se, em paralelo, um processo de enxugamento da estrutura administrativa do Mercosul.

As visitas presidenciais aos EUA e a Israel comprovaram a revitalização das relações com parceiros fundamentais do Brasil. Com ambos os países, foram firmados acordos que trarão ganhos expressivos ao País no âmbito econômico-comercial e nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Em decorrência dessa reaproximação, o Brasil obteve respaldo dos EUA para dar início ao processo de acesso à OCDE. No início de 2020, em 15 de janeiro, o governo americano formalizou o apoio ao ingresso prioritário do Brasil na entidade com uma carta apresentada em reunião na sede do conselho da organização, em Paris, na França.

Houve a conformação de um novo bloco regional, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), de estrutura simplificada e centrada na interlocução fluida entre líderes sul-americanos. Ainda no entorno geográfico do Brasil, houve trabalho ativo pela redemocratização da Venezuela, em coordenação com os demais parceiros do Grupo de Lima, com esforços para ver, em futuro próximo, um governo venezuelano democraticamente eleito e a volta do Estado de Direito àquele país. O Brasil tem se posicionado pela institucionalidade e pela democracia ante outras crises regionais, como no caso da Bolívia, que continuará contando com pleno apoio do País na fase de transição política ora em curso.

Na esfera ambiental, a posição internacional do Brasil nos fóruns multilaterais foi reforçada. Durante os focos de incêndio na Amazônia, o Governo Federal criou a primeira Operação de Garantia da Lei e da Ordem de caráter ambiental na história do País, para debelar incêndios e desconstruir campanha internacional voltada a atingir a soberania brasileira na Amazônia e outros interesses nacionais, como a competitividade do agronegócio. Em 2019, o País se manteve engajado no cumprimento dos compromissos internacionais na área.

À parte a recomposição com os referidos parceiros, a agenda com Japão, China e países árabes tornou-se mais densa, como comprova o périplo presidencial àqueles destinos, em outubro. O Brasil, em 2019, exerceu a presidência de turno do BRICS e sediou, em novembro, Cúpula que permitiu ao Governo apresentar o novo País a seus pares. Como campos prioritários da presidência brasileira, foram eleitas ciência, tecnologia, inovação e economia digital, com ênfase em transferências de tecnologia. A cooperação entre os membros do BRICS abrange diversas áreas setoriais, de comércio a agricultura, de energia a



segurança, de infraestrutura a meio ambiente. Como resultado dos encontros presidenciais Brasil-China de outubro e novembro, foram assinados 17 atos bilaterais que ampliarão o escopo do relacionamento com o principal mercado externo para os produtos nacionais. Eventos como a visita de Estado à Índia e a reunião a se realizar em junho, após anos de inatividade, da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, são evidências de um Brasil que age com autonomia e confiança.

Em 2020, terá sequência a inserção econômica internacional do Brasil, com ênfase na assinatura dos acordos concluídos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bem como para iniciar seu processo de ratificação. As negociações com Canadá, Coreia do Sul, Singapura e Líbano terão avanços e novas frentes de negociação e ampliação dos acordos já em vigor com Israel e Índia.

Quanto à reforma do Mercosul, tenciona-se prosseguir, sob as presidências paraguaia e uruguaia do Mercosul (no primeiro e segundo semestres de 2020), com o processo de revisão geral da Tarifa Externa Comum (TEC). Quaisquer tentativas de mudar o foco do Mercosul dos pilares fundamentais do Tratado de Assunção — inserção competitiva na economia mundial, livre comércio e defesa da democracia — será rejeitada pelo Brasil.

Com os EUA, haverá continuidade, em 2020, aos esforços de facilitação de comércio e convergência de boas práticas na Comissão de Relações Econômicas e Comerciais. A entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) propiciará parcerias não só com os norte-americanos, mas, também, com países e empresas atuantes no mercado de lançamentos espaciais, de que advirão benefícios para o avanço do Programa Espacial Brasileiro, à parte os ganhos econômicos auferidos dos lançamentos comerciais. Prioridade paralela é fortalecer a cooperação em defesa, com base na designação do Brasil, pelos EUA, como aliado preferencial extra-OTAN. O Itamaraty, em coordenação com o Ministério da Defesa, procurará explorar mercados para os produtos de defesa nacionais. Projetos como o cargueiro KC-390 Millennium comprovam a capacidade brasileira de inserção competitiva em um mercado de alto valor agregado. Destaca-se, ainda, a assinatura, em 12 de novembro de 2019, da declaração conjunta entre Brasil e Estados Unidos, para ingresso brasileiro no Programa *Global Entry*, do governo dos EUA, administrado pela *U.S. Customs and Border Protection* (CBP), que oferece trâmite imigratório simplificado para viajantes de baixo risco pré-aprovados. O *Global Entry* possibilita redução nos custos transacionais e facilitação de comércio entre o Brasil e os EUA, e atende ao interesse dos empresários brasileiros.

Após alçar a relação com Israel a um novo patamar, o Brasil dará início aos trabalhos de instalação do escritório comercial do País em Jerusalém, administrado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). As visitas de alto nível a parceiros árabes no Oriente Médio terão continuidade, de modo a fortalecer a cooperação econômica com os países da região e atrair investimentos.



para os setores de defesa e de agronegócio e a abertura de novas frentes em áreas como ciência, tecnologia e inovação apresentam igualmente potencial significativo de cooperação.

Em 2020, o Brasil persistirá na promoção da democracia e da liberdade em seu entorno geográfico. Busca-se a construção de uma América do Sul livre, democrática, pacífica e próspera. O trabalho pela implementação de medidas não militares do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em relação à Venezuela, bem como pela constituição do primeiro Plano de Trabalho do Prosul, terá continuidade. A contribuição solicitada a qualquer país-irmão envolto em crises será dada.

Outra frente prioritária em 2020 é manter o foco do País no processo de acesso à OCDE: o Brasil continuará trabalhando com os membros da Organização para que o horizonte temporal do início do processo seja definido. O Brasil já é e continuará a ser, até tornar-se membro pleno, o país com maior adesão aos instrumentos normativos da Organização. O Conselho Brasil-OCDE, criado em 2019, continuará a aperfeiçoar o exercício de coordenação da participação brasileira nos foros e instâncias da entidade.

A atuação econômica multilateral não se restringirá a acordos comerciais e à OCDE: na Organização Mundial do Comércio (OMC), após o acordo com a China para conter a queda de quase 60% das exportações brasileiras de açúcar àquele mercado, poderão ser concluídas, em 2020, ações contra países específicos que mantêm barreiras a produtos do agronegócio brasileiro. O Brasil está engajado na preparação da participação nacional na XII Reunião Ministerial da OMC, prevista para junho, em Nur-Sultan, no Cazaquistão, em que buscará avanços concretos, especialmente em acesso a mercados em agricultura. Também serão intensificados esforços para assegurar que a operacionalidade do Órgão de Apelação da OMC seja restabelecida, de modo a que contenciosos comerciais com envolvimento do Brasil tenham o devido encaminhamento. Igualmente no campo comercial, o País participará de todas as etapas de investigações antidumping, de salvaguardas e de medidas compensatórias que afetem exportações brasileiras.

A realização de missões de atração de investimentos estrangeiros, especialmente para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), também terá continuidade em 2020. O Itamaraty continuará a prestar importantes serviços na divulgação, na organização de seminários e mesas redondas, no contato com potenciais investidores e no acompanhamento de demandas de empresas estrangeiras que já se tornaram parceiras de projetos do PPI. No campo da inovação, serão retomadas as reuniões da comissão mista Brasil-EUA de ciência e tecnologia, já no início de 2020, para estreitar interesses em áreas cruciais como a Indústria 4.0, inteligência artificial e Internet das coisas. No âmbito do BRICS, a rede iBRICS conectará parques tecnológicos e incubadoras e o Instituto de Redes Futuras (BIFN) aprofundará a cooperação em tecnologias da informação e comunicações.



No domínio dos direitos humanos e da cidadania, após lograr a eleição do Brasil, com votação expressiva, ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, para o mandato 2020-2022, haverá sequência nas iniciativas prioritárias no CDH, como a implementação das resoluções sobre a situação dos direitos humanos na Venezuela e na Nicarágua. Igualmente no âmbito do Conselho, as políticas de enfrentamento da violência contra mulheres serão apresentadas e o País vai organizar eventos paralelos como a Parceria para as Famílias. Também haverá esforços, juntamente com os EUA, para pôr em funcionamento a Aliança Internacional em prol da Liberdade de Religião, estabelecida em 2019.

Na esfera cultural, a intenção é atuar no planejamento estratégico das ações culturais e educacionais externas do Governo brasileiro e na ampliação de parcerias com agentes públicos e privados no Brasil e no exterior.

Com vistas a implementar esse conjunto de políticas, o Itamaraty tem se empenhado em utilizar as melhores práticas de gestão de políticas públicas reconhecidas pela OCDE e preconizadas pelo Governo Federal. A incorporação de novas diretrizes gerenciais do Governo, iniciada em 2019, seguirá adiante com o apoio de novas ferramentas de gestão e a contratação de consultoria de apoio à gestão estratégica.

Em temas multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, o Brasil seguirá comprometido em conciliar produção e preservação ambiental. No campo da redução das emissões de carbono, em observância à Contribuição Nacionalmente Determinada (*iNDC*, na sigla em inglês) do Brasil no âmbito do Acordo de Paris, manterá a trajetória de cumprimento dessas metas voluntariamente acordadas e reivindicará que os países desenvolvidos cumpram com sua obrigação internacional de assegurar aos países em desenvolvimento meios apropriados de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, incluindo os recursos do Fundo Verde para o Clima. Em temas relativos à biodiversidade, a criação, em 2020, do Marco Global de Biodiversidade Pós-2020 concentrará os esforços da diplomacia ambiental brasileira. A garantia da elaboração de um marco que contemple a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa dos benefícios de sua utilização também será uma busca.

O novo Brasil é seguro de sua capacidade de influenciar a configuração política e econômica mundial. O País torna-se um ator internacional cada vez mais relevante por conduzir uma atuação externa em sintonia com seu povo, sua identidade nacional e seus interesses soberanos. Seja em temas econômicos e comerciais, seja na redefinição de parcerias estratégicas do País, bem como na promoção de valores e de um espaço sul-americano livre e próspero, com a intenção de auferir bons resultados em diversos campos da política externa nacional.



5. INSTITUCIONAL

Os órgãos federais que zelam pela defesa do patrimônio público nacional atuam simultaneamente em diversas frentes com objetivos diversos e complementares. Por um lado, a tarefa é zelar pela qualidade técnica de programas, ações, projetos e licitações propostas por ministérios, autarquias e fundações públicas, para garantir que os textos tenham respaldo jurídico e constitucional.

Por outro, buscar, sempre que possível, a conciliação de conflitos judicializados que envolvam a administração pública e fazer a defesa judicial de atos praticados pelo Legislativo, Executivo e Judiciário. Só em 2019 foram 17,7 milhões de ações judiciais, que garantiram economia de R\$ 219,3 bilhões aos cofres públicos.

Outra linha desse trabalho é a defesa da probidade administrativa e o combate à corrupção. Destaque para 11 acordos de leniência já assinados com empresas investigadas por atos lesivos ao patrimônio público, com compromisso de pagamento de R\$ 13,67 bilhões.

ATIVIDADES CONSULTIVAS E CONTENCIOSAS DA UNIÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) presta consultoria e assessoramento jurídico a todos os ministérios, as autarquias e as fundações públicas, para dar segurança jurídica aos atos administrativos praticados pelos gestores nos mais diversificados temas e nas múltiplas políticas públicas formuladas mediante orientação jurídica, direta e prévia. Da mesma forma os procedimentos licitatórios e os contratos celebrados pela administração pública direta e indireta são objeto de exame prévio de viabilidade jurídica, bem como as minutas de projetos de lei, de medidas provisórias, de decretos e demais atos normativos. Essa prática minimiza ou até elimina espaços de fragilidade propícios a eventuais questionamentos judiciais. Em 2019, foram elaboradas 3.415 manifestações jurídicas apresentadas ao STF e oito pareceres vinculantes aprovados pelo Presidente da República.

A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal é outra vertente da atuação consultiva. A Câmara busca por solução de conflitos judicializados nos casos remetidos pelos Ministros dos Tribunais Superiores e demais membros do Judiciário, ou por proposta dos órgãos de contencioso



da instituição. Em 2019, a Câmara de Conciliação tratou 273 processos, abrangendo órgãos públicos federais, em que foram elaborados dez termos de conciliação para solução de conflitos entre os mais diversos órgãos e entes da Federação.

Ainda na seara consultiva, a AGU promove a defesa extrajudicial dos interesses da União (aqui inseridos os três Poderes da República), por exemplo, perante ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

A Consultoria-Geral da União trabalha para reduzir o tempo de atendimento a demandas consultivas, cuja meta estabelecida para todas as unidades é de 35 dias, e encerrou o mês de dezembro de 2019 com essa meta atingida.

Entre os principais desafios a serem enfrentados pela atuação consultiva da União está a melhoria da qualidade do assessoramento jurídico aos ministérios e às autarquias. Nesse sentido, em 2020, será mantida a disponibilização de equipes especializadas juntamente aos órgãos assessorados em todo o País, com destaque para a criação dos Núcleos Proativos para assistência às políticas públicas estratégicas, em todas as suas fases, incluindo a representação extrajudicial dos órgãos da União e de agentes públicos. Além disso, está previsto o lançamento de seis Escritórios Consultivos de Alto Desempenho (especializados tematicamente e com atuação nacional).

A preparação para o adequado tratamento interno a ser conferido aos conflitos envolvendo particulares e União, conforme previsto na Lei de Mediação, terá progressos em 2020 – avanços que também serão buscados para o reforço na implementação do programa de prevenção de assédios sexuais em universidades e institutos federais para o aprimoramento do modelo de distribuição de demandas e para o atendimento aos órgãos assessorados pelas consultorias jurídicas da União nos Estados.

No âmbito da atuação contenciosa, a AGU detém competência exclusiva para a defesa judicial dos atos praticados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A representação é realizada perante qualquer instância ou tribunal, a exemplo das atividades desempenhadas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Insera-se, ainda, no escopo do contencioso institucional, a defesa de atos praticados por titulares e membros dos Poderes da República, bem como dos titulares dos ministérios e órgãos da Presidência



da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e de cargos efetivos, inclusive para a promoção de ação penal privada ou de representação perante o Ministério Público, quando vítimas de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares.

Em 2019, no âmbito da atuação contenciosa, foram 17,7 milhões de ações judiciais, garantindo a economia de R\$ 219,3 bilhões aos cofres públicos. Em paralelo, mais de 157 mil acordos judiciais foram firmados, número 43% maior em relação a 2018.

Em 2019, o Governo Federal alcançou sucesso judicial nas pautas relevantes do STF, com destaque para: i) constitucionalidade da mudança das regras de distribuição e de participação dos entes da Federação referentes à exploração de petróleo e gás natural; ii) correção dos depósitos do FGTS pela taxa referencial; e iii) negociação do acordo judicial com todos os Estados para encerramento da demanda referente à Lei Kandir.

O maior desafio da atuação contenciosa é a crescente judicialização dos atos político-governamentais, a exemplo das reformas constitucionais e da racionalização do aparato estatal, o que continuará demandando cuidadoso acompanhamento jurídico.

Para 2020, serão executadas as seguintes ações relevantes na área do contencioso: i) instituição do Modelo de Gestão Judicial, que prevê a classificação das demandas judiciais direcionando-as para tratamentos diferenciados — sumário, singular ou especial; ii) consolidação das Comissões Temáticas, que são instâncias especializadas nos principais assuntos objeto de questões judiciais, proporcionando a uniformização de orientações e entendimentos jurídicos entre as diversas unidades da PGU; iii) uso de inteligência artificial para potencializar a atuação e assegurar melhorias procedimentais na AGU; e iv) implantação do Programa Resposta Imediata em Ações Previdenciárias (Priap), que busca racionalizar e aumentar a eficiência da atuação da Procuradoria-Geral Federal (PGF) nas demandas previdenciárias.

Em 2020, ainda há a expectativa de que o STF paute constitucionalidade da política do preço mínimo do frete (Lei dos Caminhoneiros).



PROBIDADE ADMINISTRATIVA E COMBATE À CORRUPÇÃO

No campo da defesa da probidade administrativa e do combate à corrupção, tem sido cada vez mais significativa a recuperação de recursos decorrente de acordos firmados com empresas investigadas pela prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e de ilícitos administrativos previstos na Lei de Licitações. Em atuação conjunta com a CGU, já foram assinados 11 acordos de leniência, com compromisso de pagamento de R\$ 13,7 bilhões. Desse montante, R\$ 1,5 bilhão foi pago no ano de 2019.

A criação da equipe de trabalho remoto para a atividade de ajuizamentos de ações de improbidade, teve como atribuição a exclusividade de análise de Procedimentos de Instrução Prévia (PIP), além das cautelares de arresto de acórdãos do TCU ainda não transitados em julgado. A especialização desse segmento já gerou a atuação nas seguintes operações da Polícia Federal: Púnico, Pseuda, Recidiva, Custo Previdenciário e Barbour.

COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A arrecadação e a gestão dos créditos administrados pela AGU — com competência para a cobrança de créditos da União, inclusive os apurados pelo TCU e os relativos às demandas que tenham por objeto questões afetas à probidade administrativa e à respectiva recomposição do erário — têm sido intensificadas por meio da utilização do módulo próprio do Sistema Sapiens (Sapiens Dívida), que dispõe funcionalidades para a inscrição em dívida ativa e, por conseguinte, cobrados de modo extrajudicial (conciliação prévia e protesto) e judicial (execução fiscal).

No que diz respeito à gestão do crédito público, evidencia-se a possibilidade de identificar com exatidão a fase em que o crédito público foi arrecadado na linha cronológica de cobrança (inscrição, protesto, parcelamento, ajuizamento) e, desse modo, viabiliza-se o aprimoramento dos processos de trabalho.

Houve, ainda, a criação de equipe de trabalho para tratar das ações regressivas previdenciárias, com o objetivo de conferir maior eficiência à política de ajuizamento. Em 2019, os membros da Equipe de Trabalho – Regressivas ajuizaram 225 ações regressivas. Essas ações representam R\$ 21,6 milhões em valores ajuizados. Nesse ano, foram efetivamente arrecadados R\$ 17,1 milhões.

Para o tratamento das ações que envolvem grandes devedores, foi aperfeiçoado o normativo que criou o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais, cujos pisos



de atuação relacionados às dívidas consolidadas de cada devedor variam por região, entre R\$ 5 milhões e R\$ 30 milhões.

Destaca-se também o recente acordo firmado com o Ministério Público Federal e a Ferrovia Centro-Atlântica S.A., que vai garantir o ressarcimento de mais de R\$ 1,2 bilhão, a serem pagos em 60 parcelas mensais a partir de 31 de janeiro de 2020.

No ano de 2019, houve a regulamentação dos descontos previstos na Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para liquidação das dívidas originárias de operações de crédito rural cedidas à União e que estejam sendo executadas pelos órgãos da Procuradoria-Geral da União (PGU), com a expectativa, para 2020, que haja aumento de arrecadação e extinção de centenas de processos que têm curso há décadas.

No que respeita aos sistemas, é de se destacar: i) as ferramentas desenvolvidas pelo Laboratório de Recuperação de Ativos da Advocacia-Geral da União (LABRA), notadamente o sisLABRA (Sistema de Auxílio à Identificação e Localização de Pessoas e Patrimônio do Laboratório de Recuperação de Ativos da Advocacia-Geral da União); ii) o Programa Retomada (que permite o cruzamento de dados dos precatórios a serem pagos pela União, suas autarquias e fundações com a base de devedores construída a partir do Sapiens, possibilitando a penhora de tais créditos); e iii) o Programa de Gestão Estratégica dos Devedores da União, que permitirá a atuação especial dos Grupos Regionais de Atuação Proativa sobre os grandes devedores da União. Destaca-se também a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica Preliminar com 25 Procuradorias-Gerais dos Estados, que terão a possibilidade de usar o Sistema Sapiens.

Ações da Área de Cobrança e Recuperação de Créditos:

- iniciação dos projetos de automatização das inscrições em dívida ativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, bem como o protesto eletrônico das Certidões de Dívida Ativa (CDA) dessas entidades. A celeridade no cadastro, recebimento e inscrição em dívida ativa traz consigo um real aumento do potencial arrecadatório, visto que, quanto mais novo o crédito, maior a chance de recuperá-lo;
- atuação na regulamentação da Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, denominada como Contribuinte Legal, que estabelece requisitos e condições para as partes realizarem transações resolutivas de litígio. A aplicação da Medida proporcionará a redução da litigiosidade e o acréscimo substancial da arrecadação dos créditos de autarquias e fundações públicas federais;
- contribuição para a regulamentação interna do artigo 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que trata da dispensa da constituição ou promoção da cobrança com fundamento nas hipóteses elencadas



no artigo 19 da mesma lei. Busca-se, assim, desburocratizar e centrar esforços em processos que tenham chances concretas de recuperação de valores;

- promoção do ajuizamento seletivo. Nessa sistemática, a busca de bens passará a ser anterior e condição imprescindível para o ajuizamento, porquanto somente deverão ser ajuizadas execuções fiscais quando os devedores possuírem bens suficientes para a recuperação significativa do crédito (*rating* de devedores) e se destinarem ao fortalecimento da cobrança da dívida ativa e ao combate ao devedor contumaz;
- implantação do Núcleo de Conciliação Prévia (NCON), com o objetivo de estimular a conciliação extrajudicial por meio da notificação dos devedores para comparecimento às unidades da PGF para regularização amigável dos débitos; e
- planejamento para ampliar, no âmbito da PGU, a participação junto aos acordos de leniência e fomentar a cooperação com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Um dos principais focos de atuação do Governo Federal ao longo do ano de 2019 foi o de assessoramento ao processo decisório federal, com foco na proteção do Estado e na salvaguarda dos interesses nacionais. A mesma diretriz será utilizada como orientação para o futuro nas ações a serem executadas em 2020.

A produção de conhecimentos e informações sobre assuntos de relevância nacional é uma das prioridades da área de segurança institucional, um trabalho conjunto entre os 42 órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), bem como com 130 serviços de inteligência e agências de segurança de 91 países e com a ONU. Destaca-se, ainda, o trabalho realizado por forças policiais e órgãos de inteligência na Operação Copa América 2019, e as atividades de organização e segurança dos encontros dos BRICS no País.

No âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), realizaram-se ações e atividades de forma a viabilizar o financiamento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), empreendimento de caráter altamente estratégico para a produção de radioisótopos e radiofármacos no País. Nesse sentido, foi elaborada proposta de Estratégia Nacional de Expansão da Medicina Nuclear, com a finalidade de promover a ampliação do acesso da população brasileira aos serviços de medicina



nuclear para diagnóstico e tratamento de doenças, em todo o território nacional. Ainda no tema nuclear, enfatiza-se a condução da realização do Exercício Geral do Plano de Emergência da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), onde estão localizadas as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 e as futuras instalações de Angra 3. No exercício, simulou-se um hipotético acidente que causou sérios riscos de liberação de radiação para o exterior de Angra 2. Na simulação, os objetivos eram avaliar a eficácia do plano, identificar possíveis pontos vulneráveis e aperfeiçoar procedimentos, fortalecendo assim a estrutura de resposta do Estado brasileiro, nos níveis nacional, estadual e municipal, com impacto direto na população local.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 9.865, de 27 de junho de 2019, dispôs sobre os colegiados do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, criando a Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro com a finalidade de formular propostas sobre: i) proteção e segurança do Programa Nuclear Brasileiro; ii) medidas preventivas e de planejamento de respostas: a) à emergência nuclear que coloque em risco a saúde da população, o meio ambiente e os trabalhadores das instalações nucleares; e b) a eventos de segurança física nuclear que coloquem em risco a segurança das instalações nucleares e do transporte de material nuclear; e iii) ações para a garantia da integridade, da invulnerabilidade e da proteção dos materiais, das instalações, do conhecimento e da tecnologia nucleares detidos por órgãos, entidades, empresas, instituições de pesquisa e demais organizações públicas ou privadas que executem atividades para o Programa Nuclear Brasileiro.

O Conselho de Defesa Nacional (CDN), responsável por estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático, opinou no sentido de garantir a segurança energética no Estado de Roraima, reconhecendo a Linha de Transmissão 500 quilovolts Lechuga – Equador – Boa Vista (Interligação Manaus-Boa Vista) como medida de cunho estratégico e de interesse da Política de Defesa Nacional. Ao longo de 2019, buscou-se ampliar a integração e articulação entre os diferentes atores responsáveis pelas áreas de segurança pública, inteligência e controle aduaneiro. Merece destaque o ineditismo na execução do planejamento da Operação Ágata, das Forças Armadas, que ocorreu em conjunto com os integrantes do comitê executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF).

Para 2020, uma das prioridades institucionais do Governo Federal é a reunião e a integração de bases de dados nacionais e internacionais de inteligência, incluindo o geoprocessamento de informações estratégicas. Cita-se, ainda, o aprimoramento de produtos de inteligência de pronto emprego e a formação de subsistemas de inteligência em órgãos da administração pública federal e em unidades da Federação.



Esta última ação tem o objetivo de obter e analisar informações e produzir conhecimentos de inteligência necessários ao processo decisório dos governos e à proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro. Pretende-se, ainda, ampliar as ações de capacitação de membros do Sisbin e órgãos conveniados, a fim de cumprir sua competência de formar quadros cada vez mais qualificados para a Atividade de Inteligência.

Outros focos de atuação para 2020 são a proposta de nova governança para o setor espacial brasileiro e a liquidação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, extinta pela promulgação da Lei nº 13.814, de 17 de abril de 2019, ora em fase de inventariança.

Objetiva-se, ainda, a retomada da pesquisa e da mineração de urânio, atraindo investimentos e fortalecendo a economia. Cabe ressaltar que o Brasil tem potencial para tornar-se um importante ator no cenário internacional no sentido de suprir a demanda crescente de combustível para os reatores nucleares para a produção de energia elétrica.

Outra prioridade é a publicação da Estratégia Nacional de Expansão da Medicina Nuclear, com a finalidade de promover a ampliação do acesso da população brasileira aos serviços de medicina nuclear para diagnóstico e tratamento de doenças, em todo o território nacional.

Vale citar também a definição de modelo de financiamento e gestão para a construção e operação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e os esforços para ampliar a flexibilização do monopólio da União na produção de radiofármacos.

Pretende-se avançar, ainda, no desenvolvimento de mecanismos de defesa dos interesses nacionais em assuntos relevantes, sem perder de vista a importância do investimento estrangeiro para o desenvolvimento nacional. A busca pela continuidade do aperfeiçoamento da base normativa do CDN, canalizando sua atuação por meio de plataforma eletrônica de dados e de uma rotina desburocratizada, com vistas a possibilitar maior eficiência no monitoramento de Estado sobre temas relevantes à Nação.

Considerando-se o marco normativo da Política Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas (PNSIC), editada por meio do Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018, e da Estratégia Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas (Ensic), concluída em 2019, serão elaboradas orientações indispensáveis aos setores público e privado sobre a elaboração do Plano Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas (PLNSIC), estruturado em ações estratégicas que se encontrarão sob a responsabilidade de um ou mais órgãos e entidades federais. Ciente do grande valor desse tema, a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo estará engajada em ratificar o PLNSIC até o final de 2020.



COMUNICAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO

No último ano, projetos especiais de comunicação ajudaram a sociedade e o mundo a conhecer e acompanhar os programas e as realizações do Governo e os avanços do Brasil. Entre esses projetos, destacam-se a divulgação dos balanços de 100, 200 e 300 dias de Governo, com a apresentação das principais entregas realizadas. O modelo de prestação de contas a cada 100 dias mostrou-se oportuno para o exercício da transparência e continuará no ano de 2020. Para os próximos meses, também está previsto o lançamento da Agenda +Brasil, disposta em formato de um portal desenvolvido para apresentar ao cidadão a evolução dos projetos prioritários do Governo. Mais desenvolvimento, crescimento e transparência para o País.

Foram divulgadas as atividades em prol da reforma da Previdência, da eficiência e desburocratização do Estado e da luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, bem como o projeto-piloto “Em frente, Brasil”, que promove o enfrentamento aos crimes violentos por meio de políticas públicas específicas, com iniciativas conjuntas entre a União, Estados e Municípios.

Ainda mereceu destaque a Operação Verde Brasil, com ações específicas voltadas para o combate das queimadas na região amazônica e para o monitoramento, a limpeza dos resíduos e a apuração de responsabilidades relativas ao vazamento de óleo no litoral brasileiro. São ações importantes para melhor informar o cidadão das providências em curso, prestar contas e incentivar a cooperação social.

Outras campanhas de comunicação de natureza institucional e de utilidade pública merecem destaque: Brasil no Exterior, Semana do Brasil, Pátria Voluntária, Enfrentamento à Violência contra Mulher, lançamento do ID Estudantil, Programa Médicos pelo Brasil, Programa Educação Conectada, Programa Escola Cívico-Militares, Medida Provisória da Pensão Vitalícia às Vítimas de Microcefalia e o Plano AgroNordeste.

Em 2019, houve o lançamento do Portal Único do Governo Federal (Gov.br), essencial à estratégia de comunicação e da transformação digital do Governo. E, na trilha de ampliar o diálogo com o cidadão, criou também o “SecomVC”, uma nova presença nas redes sociais.

Em 2019, houve esforço coletivo da gestão na racionalização de custos da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com destaque para a redução no número de empregados e de cargos comissionados, medidas que contribuíram para a economia na ordem de R\$ 130 milhões do orçamento da EBC. A instituição tem como objetivo buscar a sustentabilidade econômico-financeira até o ano de 2022. Outro objetivo a ser alcançado é o sinal de TV digital e Rádio FM nas 26 capitais, no Distrito Federal e em suas regiões metropolitanas até 2023.



Para 2020, os principais temas de articulação do Governo brasileiro para avançar na mudança desejada para o País serão alvo da comunicação, para melhor esclarecer os cidadãos e prestar contas do que tem sido feito com os recursos públicos. Temas como agenda econômica, reforma tributária e administrativa, privatizações e concessões, política internacional, agronegócio, entre outros, exigirão uma comunicação mais efetiva, estruturada e que informe de forma clara e objetiva a mudança de rumo do País e a defesa dos interesses da nação.

Do ponto de vista da gestão, estão em avanço novas regras para o investimento em patrocínio, de maneira a ampliar o incentivo às seleções públicas dos projetos e ao compartilhamento das melhores práticas entre os integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), permitindo visualizar a distribuição dos investimentos e o respectivo alinhamento estratégico dos patrocínios às demais ações de comunicação executadas.



A N E X O



ANEXO

**ANEXO: RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS
ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS**

(ART. 130-A, § 2º, INCISO V,
DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL DE 1988)

146





CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ANEXO

Nossa missão:

Fortalecer, fiscalizar e aprimorar o Ministério Público, zelando pela unidade e pela autonomia funcional e administrativa, para uma atuação sustentável e socialmente efetiva.

(Composição: Biênio 2017/2019)

PRESIDENTE

Raquel Elias Ferreira Dodge

CORREGEDOR NACIONAL

Orlando Rochadel Moreira

CONSELHEIROS

Gustavo do Vale Rocha
Fábio Bastos Stica
Valter Shuenquener de Araújo
Luciano Nunes Maia Freire
Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Sebastião Vieira Caixeta
Sílvio Roberto O. de Amorim Junior
Dermeval Farias Gomes Filho
Lauro Machado Nogueira
Leonardo Accyoli da Silva
Erick Venâncio Lima do Nascimento
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

SECRETÁRIO-GERAL

Adriana Zawada Melo
Cristina Nascimento de Melo

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Roberto Fuina Versiani

(Composição: Biênio 2019/2021)

PRESIDENTE

Antônio Augusto Brandão de Aras

CORREGEDOR NACIONAL

Rinaldo Reis Lima

CONSELHEIROS

Valter Shuenquener de Araújo
Luciano Nunes Maia Freire
Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Sebastião Vieira Caixeta
Sílvio Roberto O. de Amorim Junior
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Otávio Luiz Rodrigues Júnior
Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Fernanda Marinela de Sousa Santos
Sandra Krieger Gonçalves

SECRETÁRIO-GERAL

Cristina Nascimento de Melo
Maurício Andreiuolo Rodrigues (atual)

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

(Vago)

147



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) conclui mais um ano de sua jovem existência com significativos avanços, especialmente nos últimos 90 dias. Consolidando sua arquitetura constitucional, pensada para ser mais que um órgão de controle externo, firma-se como catalisador da unidade e da coordenação dos esforços dos mais de 13 mil homens e mulheres que compõem o quadro do Ministério Público brasileiro.

A atual composição do CNMP tem se dedicado a reafirmar a unidade institucional, buscando vetores de atuação alinhados à agenda brasileira, sobretudo de desenvolvimento econômico sustentável, incremento da segurança jurídica e aprimoramento da segurança pública.

Nesse breve tempo sob a nova presidência, o Conselho Nacional do Ministério Público tem dialogado e firmado parcerias com instituições nacionais e internacionais e destacadamente com as unidades do próprio Ministério Público, como o Comitê de Obras Paralisadas, composto, além do CNMP, pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União, pela Advocacia-Geral da União e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a viabilizar a desobstrução dos gargalos nas obras de infraestrutura em nosso País.

Nos anos vindouros, o compromisso do CNMP permanecerá sendo a responsável atuação do Ministério Público brasileiro, marcadamente na promoção da transparência, da desburocratização da racionalidade do controle — que deve, prioritariamente, ser preventivo e orientativo, em detrimento do controle paralisante —, do compartilhamento das boas práticas e do desenvolvimento da inovação.

No que toca à segurança pública, o Conselho Nacional do Ministério Público envidará esforços para apoiar, desenvolver e aprimorar mecanismos e instituições dedicadas ao combate da macro e da microcriminalidade.



O CNMP, órgão de unidade do Ministério Público brasileiro, no cumprimento de sua missão constitucional, buscará eficiência alinhada à atuação resolutiva e dialógica em atividades de impacto econômico e de tutela da segurança da coletividade.

Esse é o norte que tem guiado este elevado órgão, que conta com um corpo de profissionais dispostos a contribuir para que o País seja elevado ao padrão de desenvolvimento social, econômico e de respeito aos valores e às garantias sócias merecido pela população brasileira.

Segue link para acesso ao Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2019:

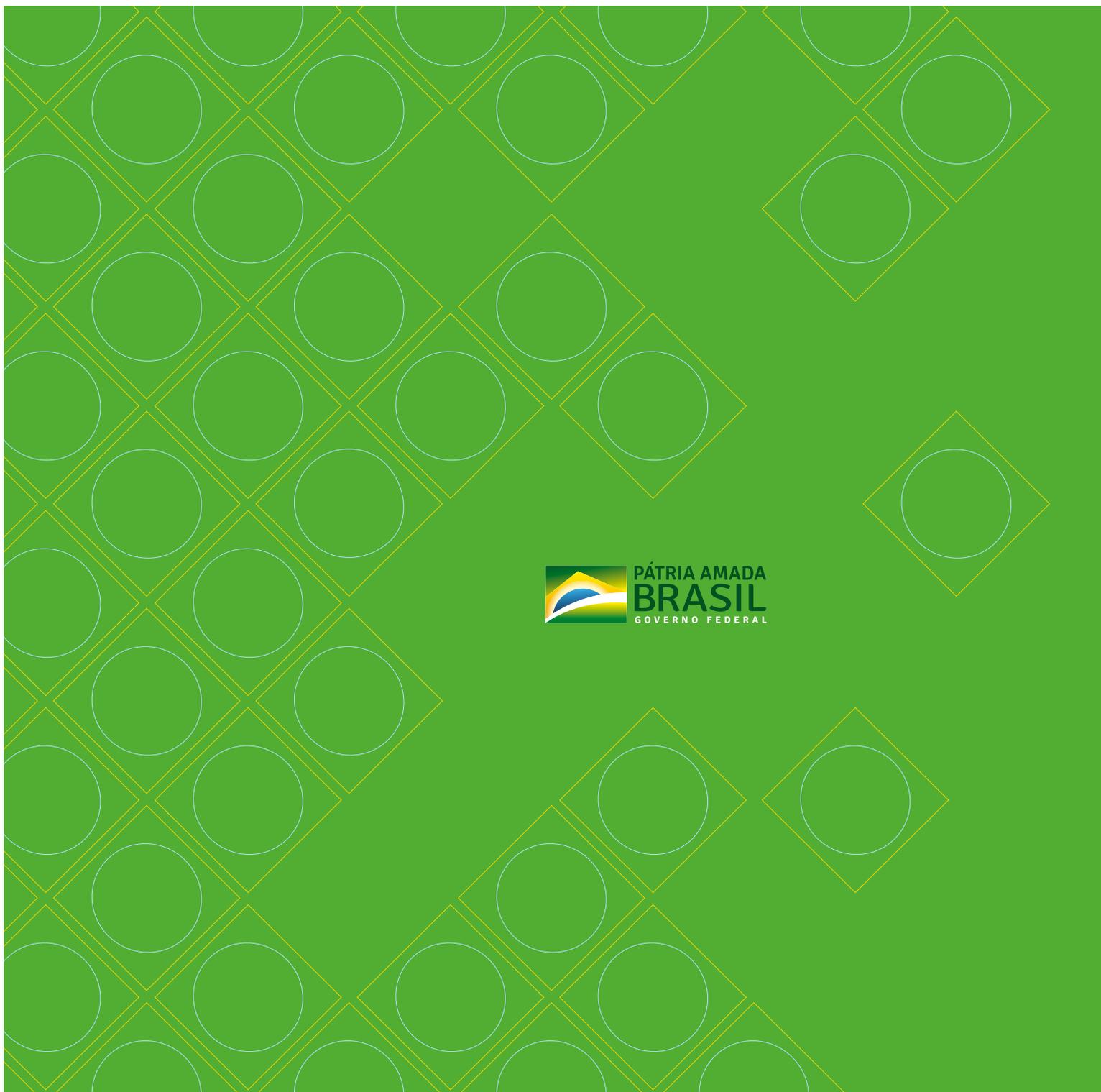
<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/institucional/Relatorios_de_Atividades/Relatorio_Anual-CNMP_2019.pdf>

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO

149

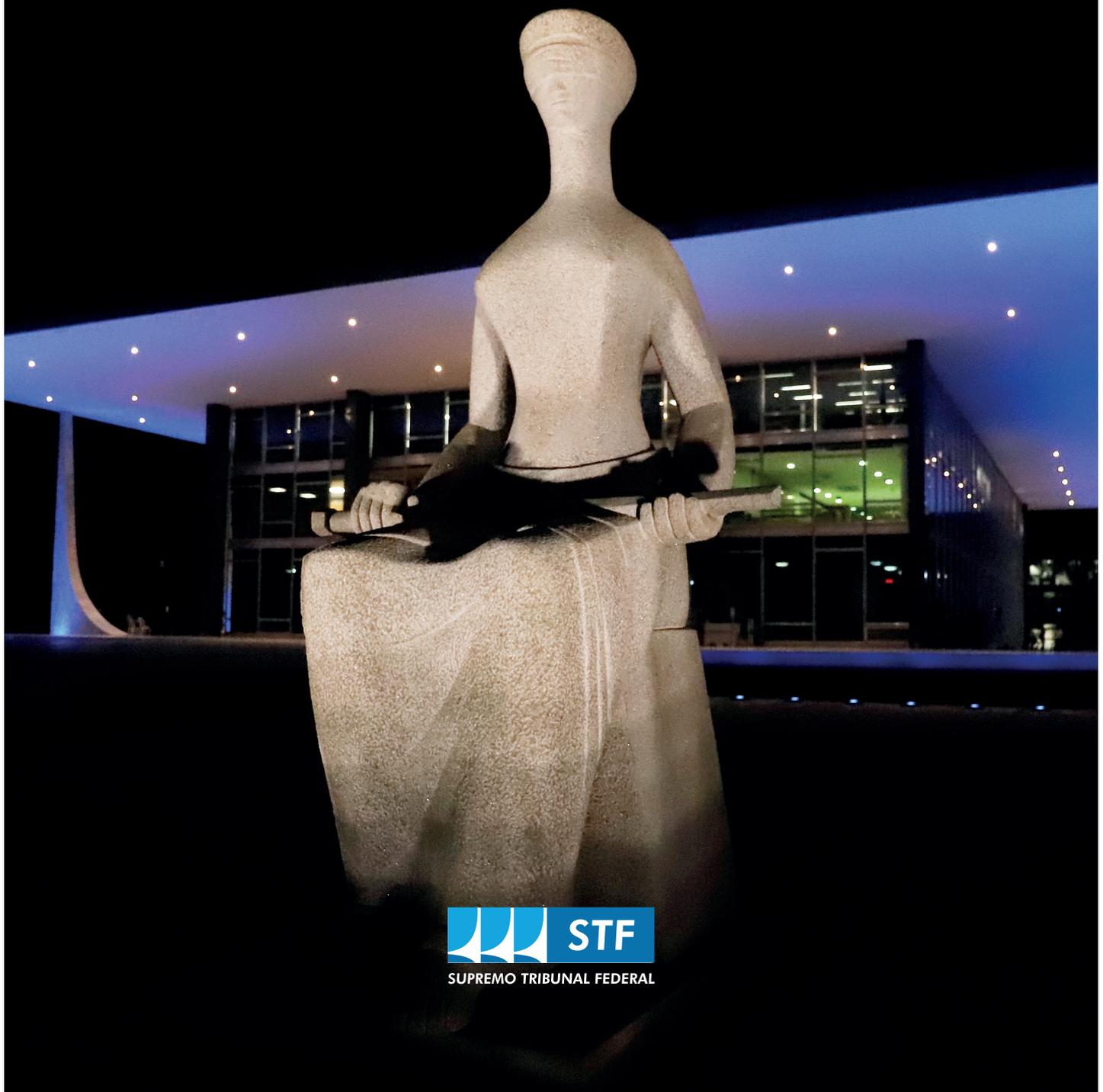
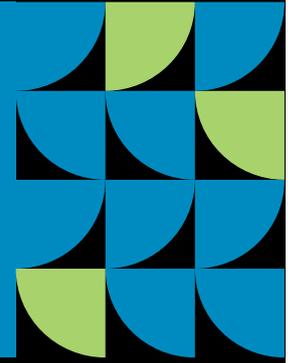




Mensagem do Poder Judiciário



Relatório de atividades 2019

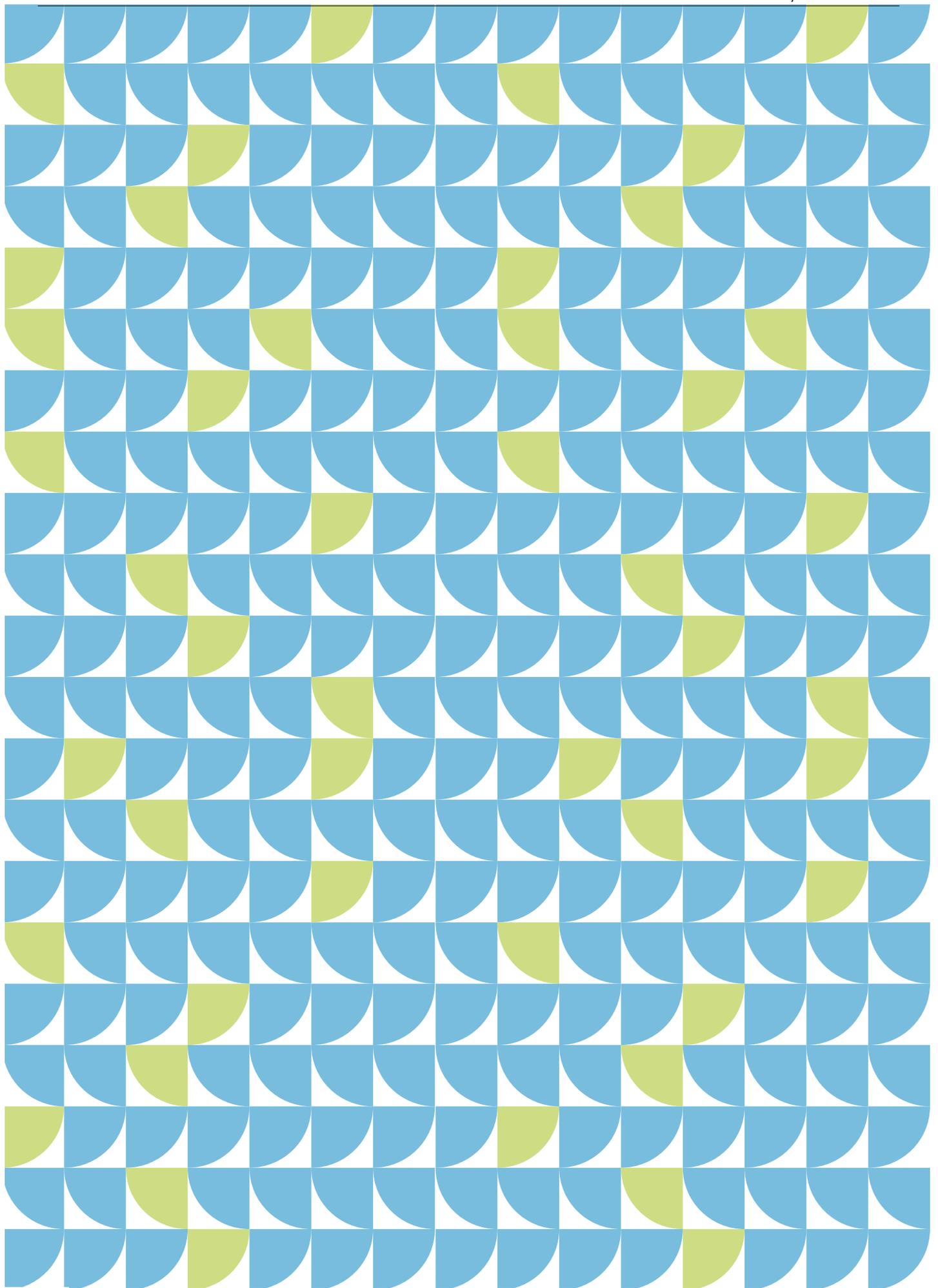


Relatório de atividades 2019

Supremo Tribunal Federal

Brasília, 2020





Composição do Plenário do STF



Ministro
Luiz Fux
Vice-Presidente
(3/3/2011)



Ministro
Dias Toffoli
Presidente
(23/10/2009)



Ministro
Celso de Mello
Decano
(17/8/1989)



Ministro
Marco Aurélio
(13/6/1990)



Ministro
Gilmar Mendes
(20/6/2002)



Ministro
**Ricardo
Lewandowski**
(16/3/2006)



Ministra
Cármen Lúcia
(21/6/2006)



Ministra
Rosa Weber
(19/12/2011)



Ministro
**Roberto
Barroso**
(26/6/2013)

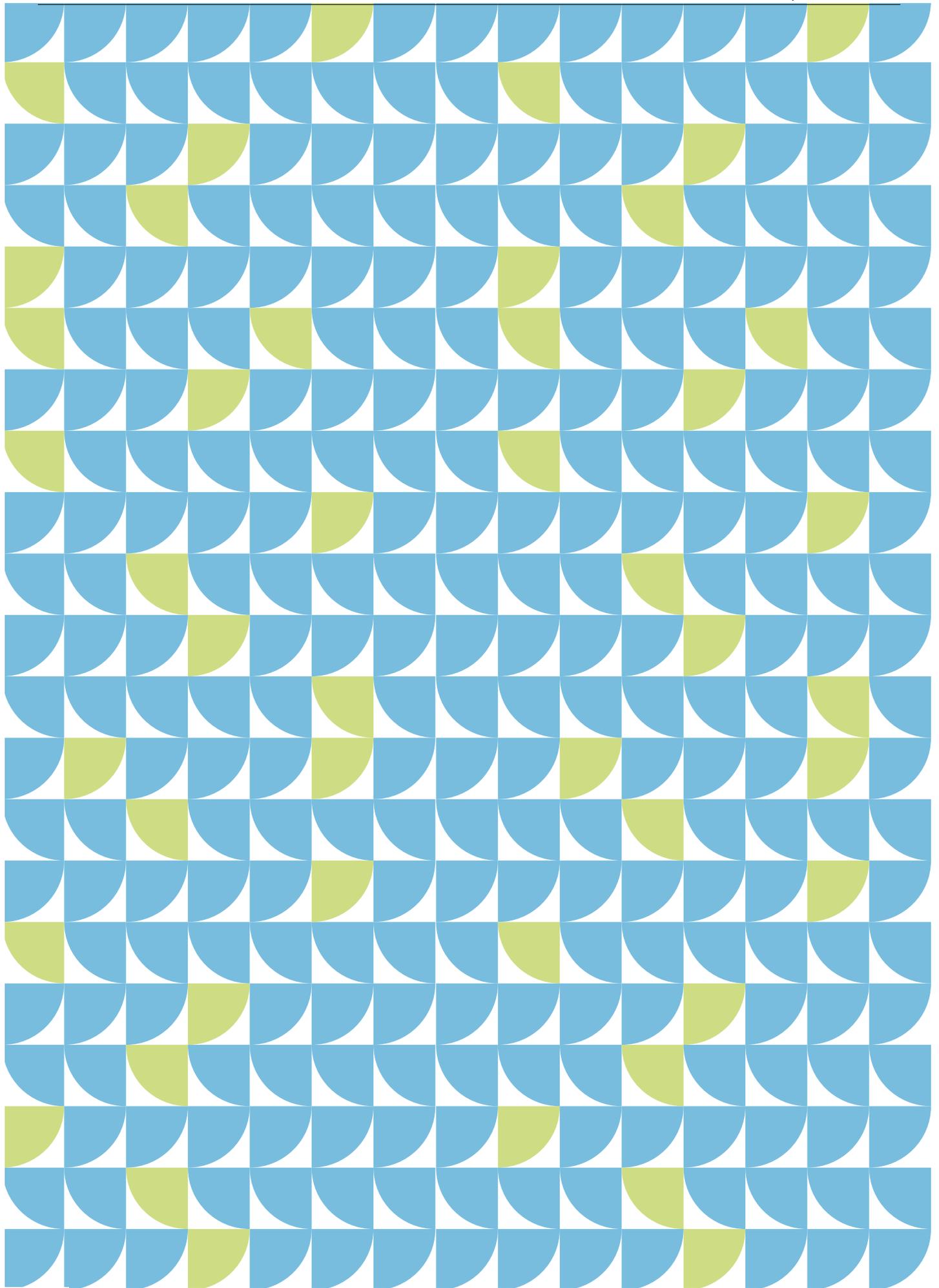


Ministro
Edson Fachin
(16/6/2015)



Ministro
**Alexandre
de Moraes**
(22/3/2017)





Composição das Turmas do STF

Primeira Turma



Ministro [Luiz Fux](#) – Presidente (desde 5/2/2019)

Ministro [Marco Aurélio](#)

Ministra [Rosa Weber](#)

Ministro [Roberto Barroso](#)

Ministro [Alexandre de Moraes](#)

Segunda Turma



Ministra [Cármem Lúcia](#) – Presidente (desde 25/6/2019)

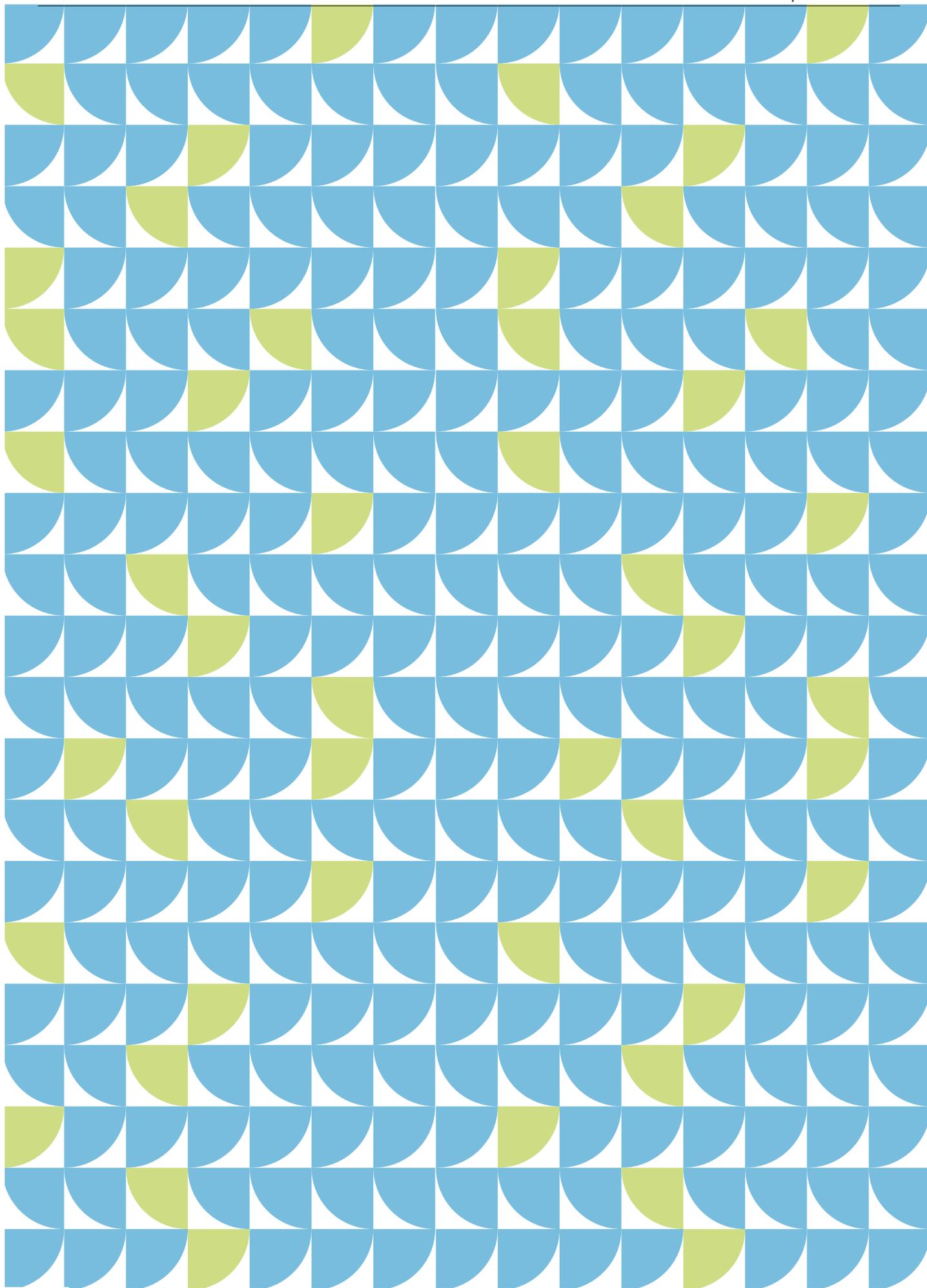
Ministro [Celso de Mello](#)

Ministro [Gilmar Mendes](#)

Ministro [Ricardo Lewandowski](#)

Ministro [Edson Fachin](#)





Gestão 2018-2020

Gabinete da Presidência

Chefe de Gabinete da Presidência

Sergio Braune Solon de Pontes

Juízes Auxiliares

Marcio Antonio Boscaro

Alessandra Gomes Faria Baldini

Assessor-Chefe de Comunicação

Adão Paulo Martins de Oliveira

Assessora-Chefe de Cerimonial

Célia Regina de Oliveira Gonçalves

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar

Flávio Ribeiro Santana

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais

Joel Souza Pinto Sampaio

Secretaria-Geral da Presidência

Secretária-Geral da Presidência

Daiane Nogueira de Lira

Chefe de Gabinete

Jimena de Mello Nóbrega

Assessor-Chefe Processual

André Luiz Nogueira dos Santos

Assessora-Chefe do Plenário

Carmen Lillian Oliveira de Souza

Assessor-Chefe do Núcleo de Repercussão Geral

Carlos Alberto Gonçalves

Assessora-Chefe do Núcleo de Análise de Recursos

Lucilene Rodrigues Santos

Assessor-Chefe da Central do Cidadão

Adauto Cidreira Neto

Secretário de Comunicação Social

Marcio Abujamra Aith

Secretária Judiciária

Patrícia Pereira de Moura Martins

Secretária de Documentação

Naiara Cabeleira de Araújo Pichler

Secretário de Gestão Estratégica

Evandro Costa Gama

Secretaria do Tribunal

Diretor-Geral

Eduardo Silva Toledo

Chefe de Gabinete

Mércia de Souza Barreto

Assessor-Chefe Jurídico

Luciano Quadrado de Moraes

Assessor-Chefe de Administração

Frederico Lobo de Oliveira

Assessora-Chefe do Núcleo de Gestão Integrada das Contratações

Fernanda do Valle Azambuja

Secretário de Administração e Finanças

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Secretária de Gestão de Pessoas

Alda Mitie Kamada

Secretário de Serviços Integrados de Saúde

Marco Polo Dias Freitas

Secretário de Tecnologia da Informação

Edmundo Veras dos Santos Filho

Secretário de Segurança

Paulo Gustavo Maiurino

Secretária de Gestão do STF-Med

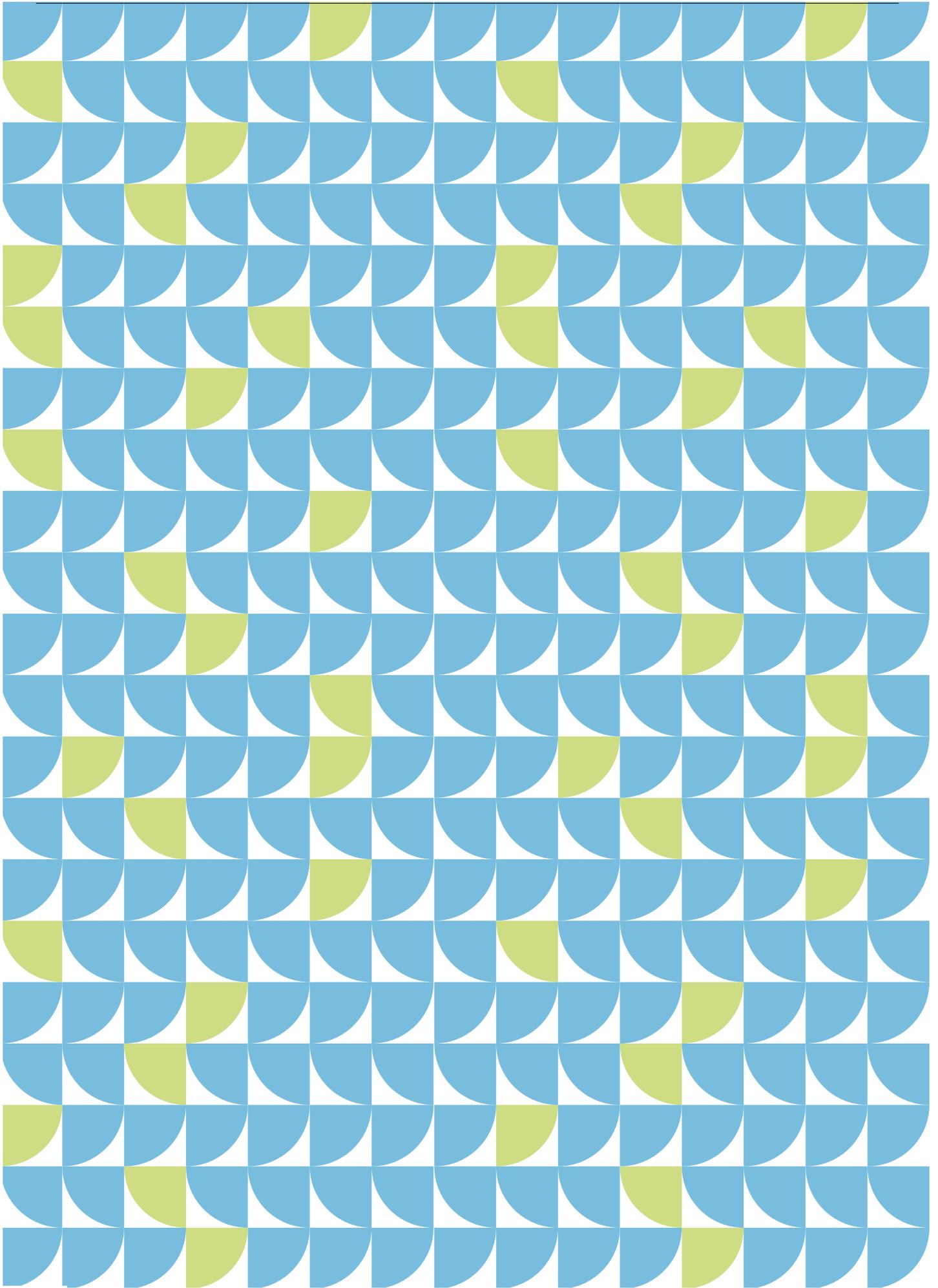
Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

Auditoria Interna

Auditor-Chefe

Armando Akio Santos Doi

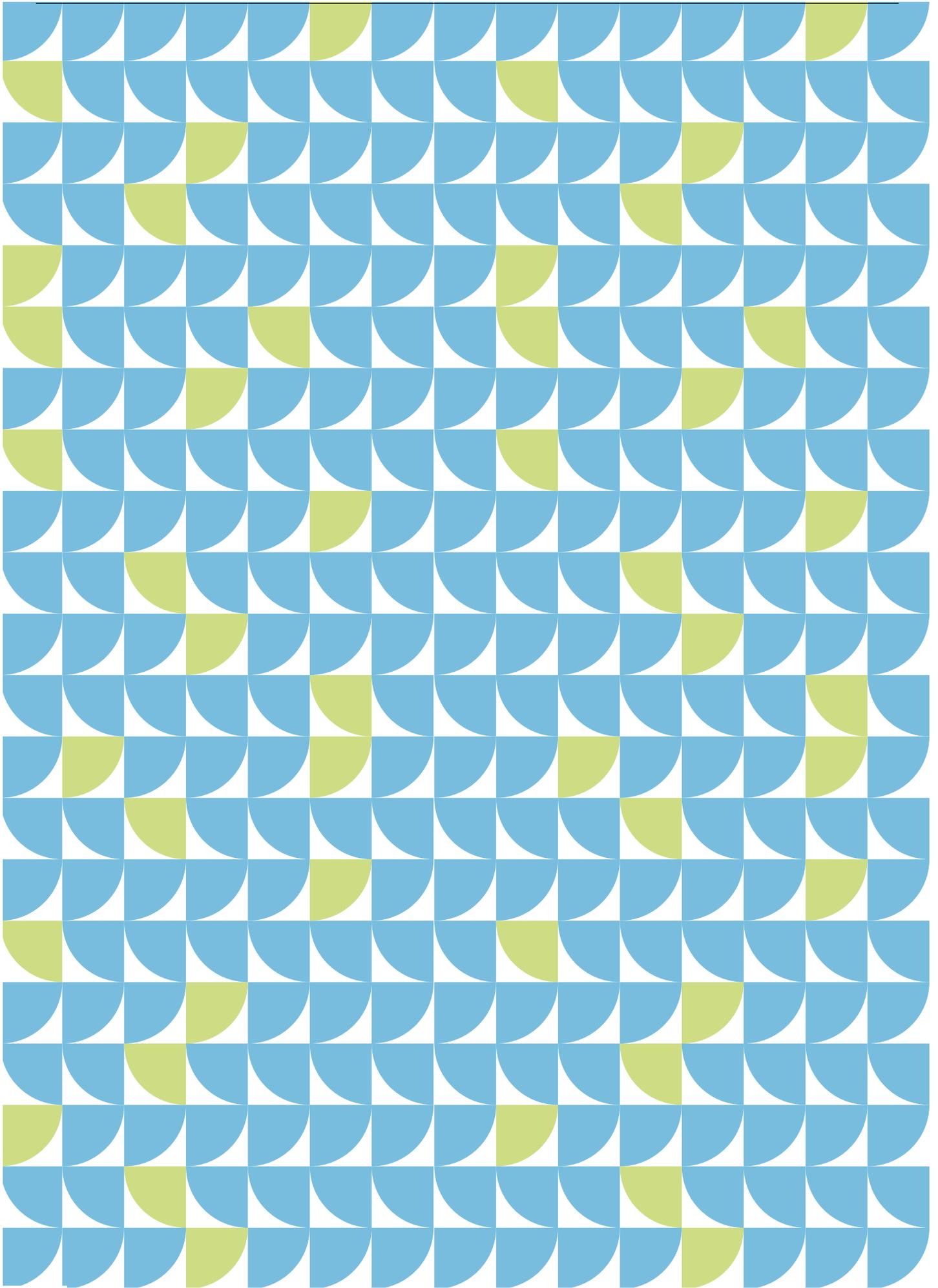




Sumário

- 11** Palavra do Presidente
- 14** Organograma do Supremo Tribunal Federal (STF)
- 16** Planejamento Estratégico – STF Rumo a 2020
- 17** Portfólio de projetos estratégicos
- 19** 1. Resultados da prestação jurisdicional
- 45** 2. Repercussão geral e julgamentos de especial relevância
- 69** 3. Processos internos – transparência e articulação institucional
- 103** 4. Estrutura, infraestrutura e pessoas
- 133** Anexo: Resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico do STF







Palavra do Presidente

Em setembro de 2018, assumi a Presidência do Supremo Tribunal Federal para o biênio 2018/2020, juntamente com o Vice-Presidente, Ministro **Luiz Fux**, adotando como pilares de gestão o tripé **eficiência, transparência e responsabilidade**, ideias-chave para uma prestação jurisdicional de excelência. Os resultados do Tribunal em 2019 espelham essa visão estratégica.

A Suprema Corte do país exerceu com maestria sua missão de guarda da Constituição Federal. Teve a coragem de enfrentar uma extensa lista de temas polêmicos, complexos e de grande impacto político, social, econômico e cultural. Decidiu as repercussões gerais com o maior número de processos sobrestados nos Tribunais. Desse modo, pacificou conflitos, estabilizou as relações institucionais e estabeleceu diretrizes de ação para as instituições e para a sociedade, promovendo segurança jurídica e garantindo direitos fundamentais.

Dentre os casos notórios julgados, destaco os referentes aos seguintes temas: competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes eleitorais e comuns conexos; criminalização da homofobia; ilegitimidade do trabalho insalubre de grávidas e lactantes; legitimidade do transporte por aplicativos; restrição ao fornecimento pelo Estado de medicamento sem registro; imunidades de parlamentares estaduais; validade do indulto natalino de 2017; dispensa de licitação para a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista; restabelecimento da competência da Funai para a demarcação de terras indígenas; direito dos corréus delatados de apresentar alegações finais após o delator; revisão anual de vencimentos de servidores públicos; constitucionalidade da execução da sentença condenatória após o trânsito em julgado e validade do compartilhamento de dados bancários e fiscais com órgãos de persecução penal.

Seguimos primando pela previsibilidade, com a divulgação semestral das pautas de julgamento do Plenário, permitindo que instituições públicas e privadas, advogados, ministério público, defensoria pública, imprensa, especialistas e sociedade civil se mobilizassem em torno dos temas pautados e instaurassem o debate democrático que deve preceder a análise de questões de grande relevância.

Avançamos, a passos largos, no sentido da eficiência. Estamos decidindo mais, em menos tempo e, conseqüentemente, baixando mais processos, sem prejuízo da qualidade da prestação jurisdicional. Fizemos isso a despeito da diminuição real de 20% no orçamento da Corte (em relação a 2009), evidenciando o uso mais eficiente dos recursos públicos.

A alta produtividade resultou da combinação de quatro fatores, que tornaram o processo decisório da Corte mais célere e eficiente: modernização administrativa e aprimoramento da gestão do acervo; submissão de matérias repetitivas à repercussão geral; ampliação do Plenário Virtual e visitas institucionais aos Tribunais para o aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade, evitando o envio de recursos inaptos ao STF.



Os números comprovam a efetividade dessas ações. O acervo atual é o menor dos últimos 20 anos: são 31.279 processos em tramitação, uma redução de 19,12% em relação a 2018. Em 2019, foram proferidas 115.603 decisões. Dentre elas, 17.695 foram colegiadas (Turmas e Plenário), número 21,74% maior do que o ano anterior, revelando o reforço da colegialidade.

Desde a ampliação do Plenário Virtual, há seis meses, já foram julgados, em sessões virtuais, 225 processos no mérito. Fizemos isso com a devida transparência, disponibilizando o resultado dos votos dos Ministros em tempo real no portal do STF. É a tecnologia colocada a serviço de uma prestação jurisdicional célere, efetiva e transparente.

Com o fortalecimento, no âmbito da Presidência, da gestão da repercussão geral e do juízo de admissibilidade, tem-se evitado a distribuição de processos manifestamente incabíveis. Em 2019, mais de 67% dos recursos recebidos no Tribunal foram registrados à Presidência, o que contribuiu para que os Ministros se concentrassem na análise de questões constitucionais de maior relevância e complexidade, reforçando a vocação constitucional do STF.

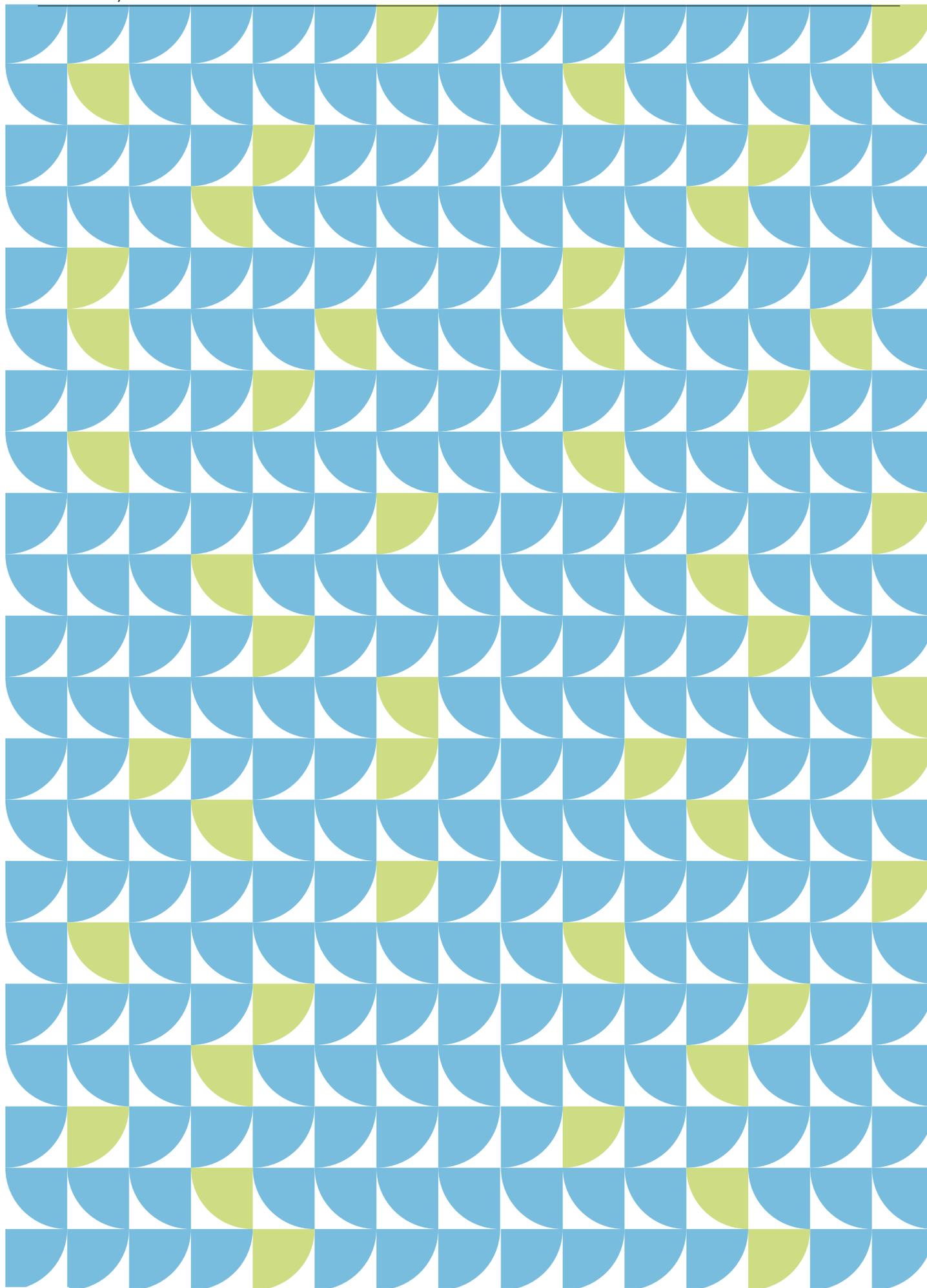
Encerramos 2019 comprometidos com o contínuo aprimoramento da **eficiência**, da **transparência** e da **responsabilidade** do Tribunal e firmes no propósito de fornecer uma prestação jurisdicional de excelência, visando à efetividade dos direitos fundamentais, à intangibilidade do Estado Democrático de Direito, à segurança jurídica e à paz social. Tudo com o devido diálogo com os demais Poderes da República, com as instituições essenciais à Justiça e com a sociedade.



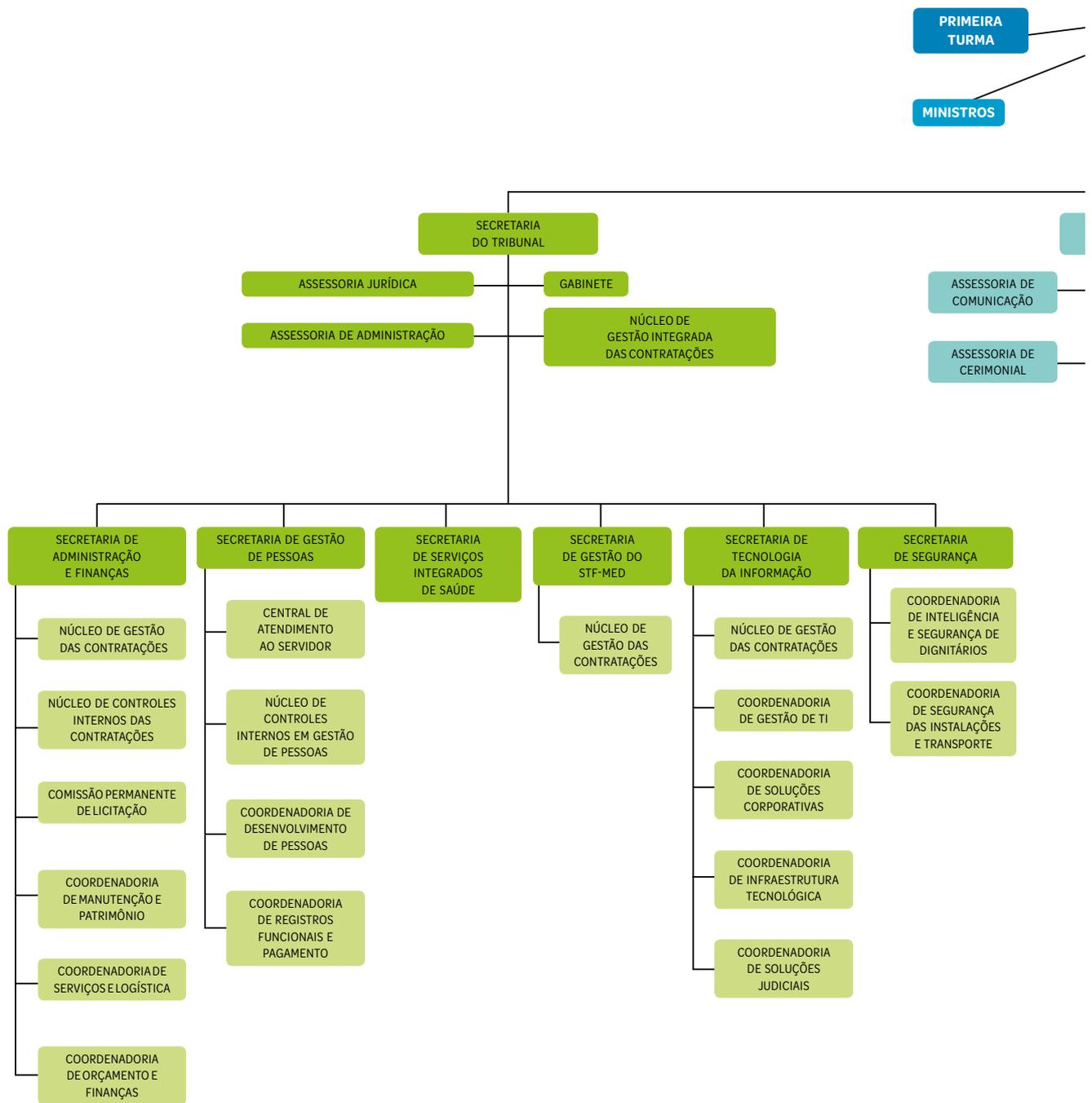
Ministro Dias Toffoli

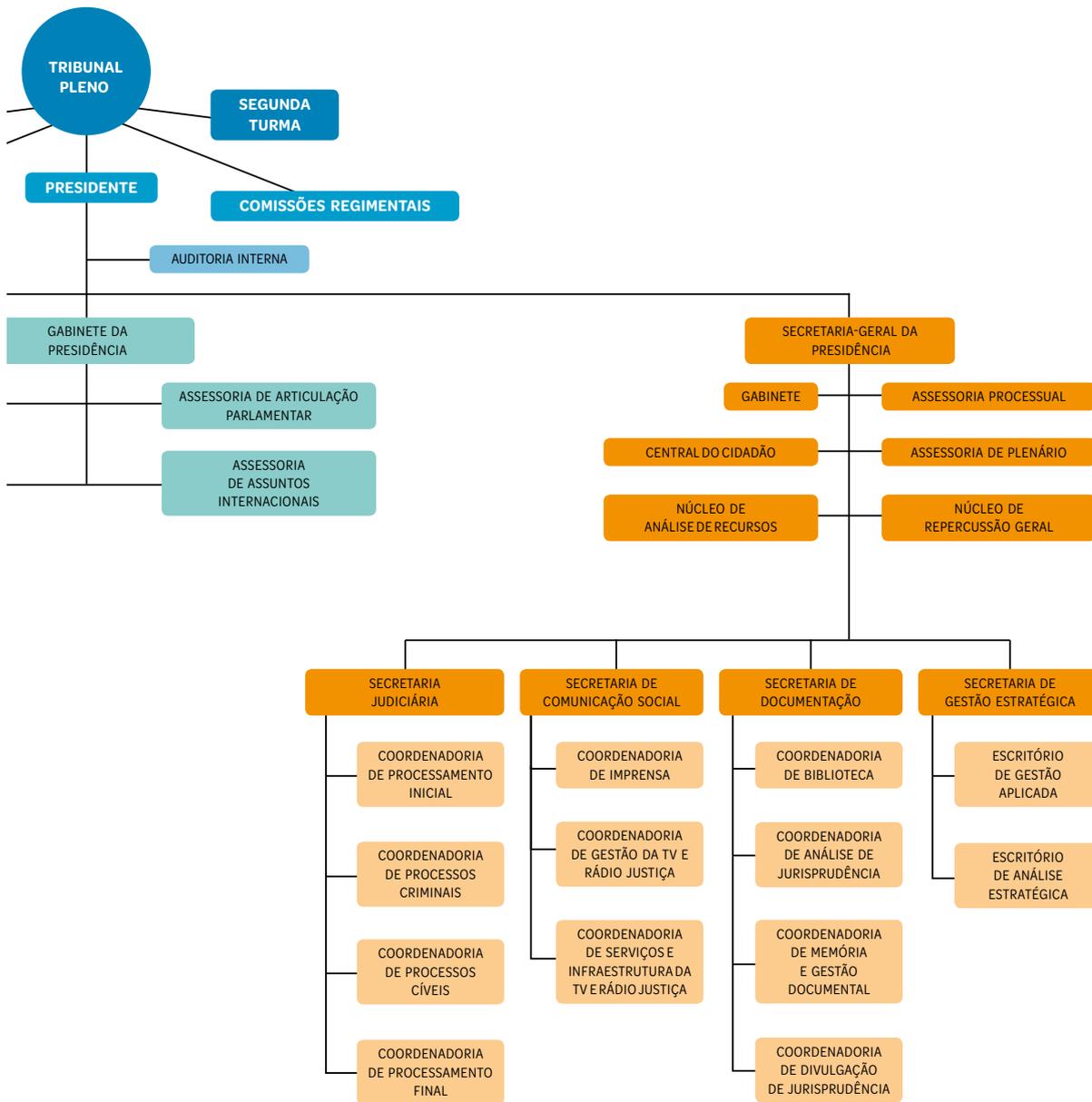
Presidente do Supremo Tribunal Federal



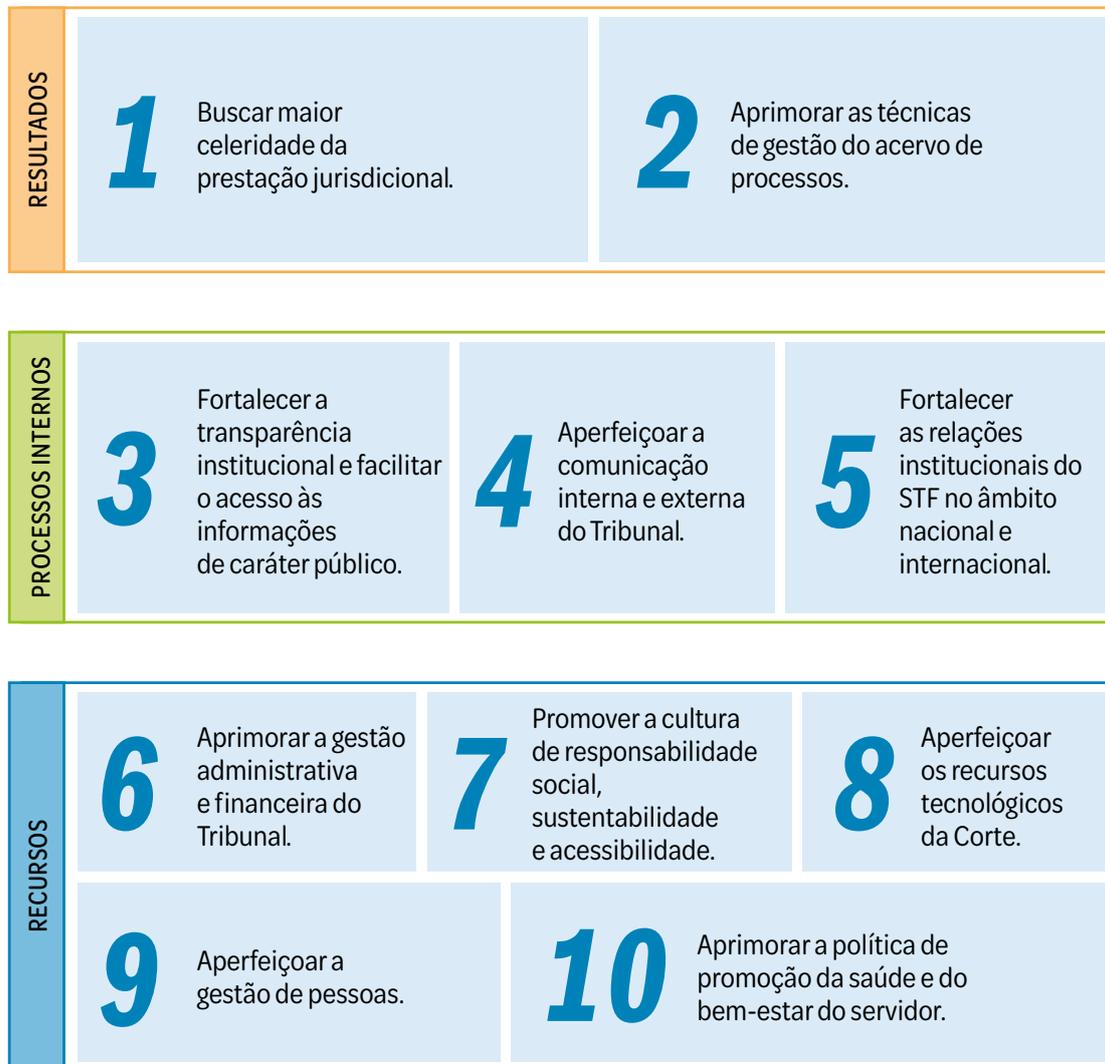


Organograma do Supremo Tribunal Federal (STF)





Planejamento Estratégico – STF Rumo a 2020

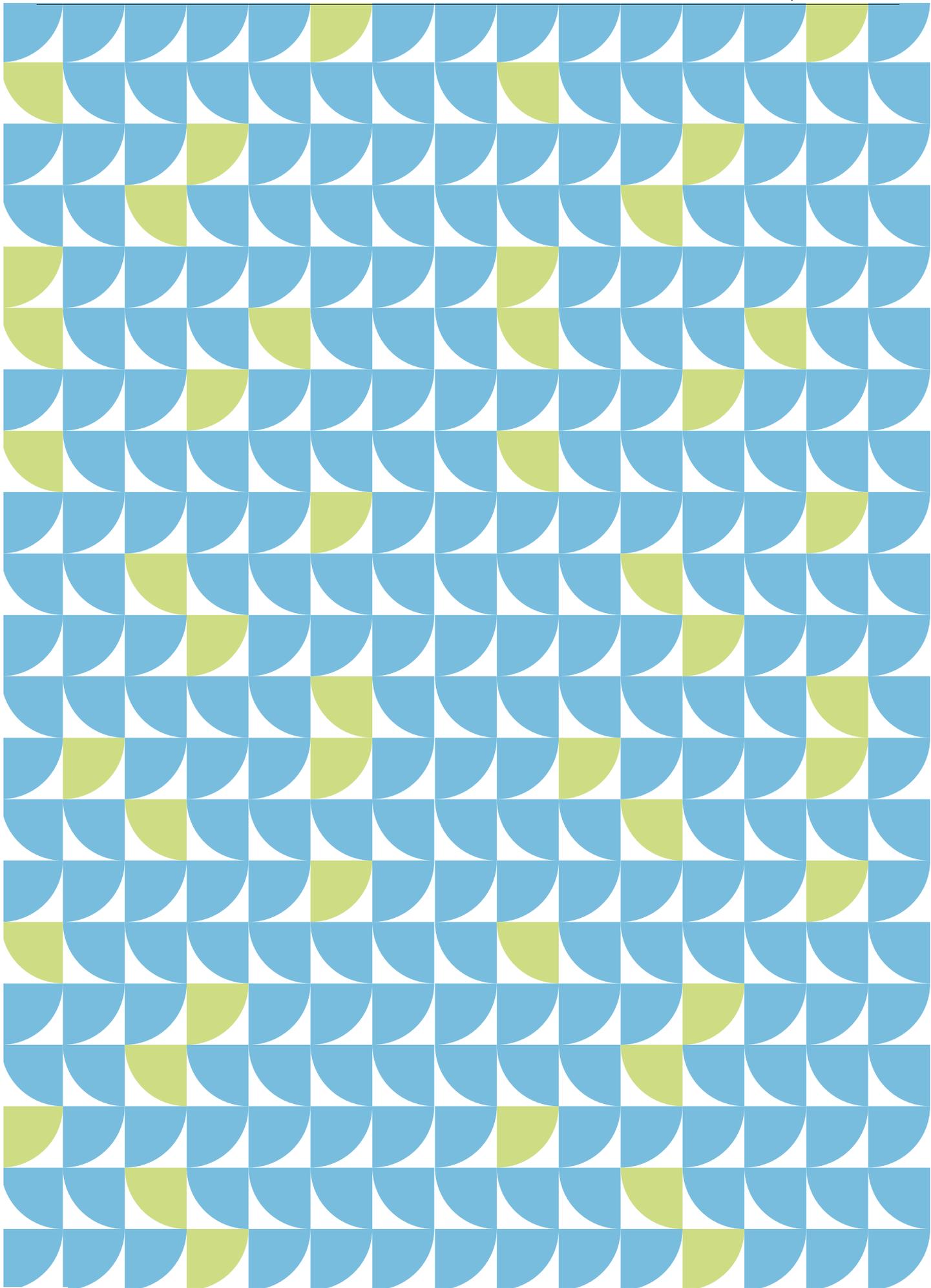


Portfólio de Projetos Estratégicos

	Projeto	Objetivo
1	Juízo de admissibilidade	Reestruturar o processo de trabalho e automatizar o fluxo da análise de admissibilidade recursal (Recurso Extraordinário – RE e Recurso Extraordinário com Agravo – ARE) no âmbito da Secretaria Judiciária (SEJ) e da Presidência.
2	Carta de Serviços	Disponibilizar informações claras e precisas, relativas aos principais serviços oferecidos pelo STF, em documento estruturado no <i>site</i> , com linguagem de fácil compreensão.
3	Gabinetes	Renovar e integrar as soluções tecnológicas utilizadas no fluxo de análise processual, de modo a implementar mecanismos de gestão do acervo e de automatização das etapas de elaboração e revisão de minutas de decisões monocráticas.
4	Dimensionamento da força de trabalho	Desenvolver e implementar metodologia de dimensionamento da força de trabalho adequada às necessidades do Tribunal.
5	Ferramentas de indexação e pesquisa de jurisprudência	Implementar ferramentas de pesquisa e indexação de jurisprudência que permitam buscas mais ágeis e intuitivas e automatizem tarefas de indexação.
6	Automatização de certidões da Secretaria Judiciária	Automatizar o processo de emissão de certidões solicitadas por meio do portal do STF.
7	Transparência de dados	Disponibilizar 100% das informações relativas à produção judicial do STF de forma íntegra, intuitiva e em formato de dados abertos.
8	Módulo de jurisdição extraordinária	Modernizar o processo de peticionamento, de recebimento de recursos especiais e extraordinários, bem como de agravos interpostos contra a decisão de inadmissibilidade desses recursos.
9	Automatização do Plenário	Implementar soluções tecnológicas de automatização dos fluxos de trabalho da Assessoria de Plenário para melhorar a eficiência, celeridade, segurança e transparência na tramitação dos processos liberados para julgamento no Plenário, tanto físico quanto virtual.
10	Implementação de solução integrada de gestão de pessoas	Automatizar e simplificar a execução das rotinas e dos processos da área de gestão de pessoas, por meio da implementação de soluções de TI.
11	Reformulação da programação da TV Justiça	Tornar a TV Justiça um canal direto entre o cidadão e o conhecimento jurídico, por meio de uma programação que possibilite ao público geral compreender melhor seus direitos e deveres, de modo a fortalecer a democracia e a cidadania.
12	Redimensionamento do museu do STF	Aperfeiçoar o museu do STF, criando um novo espaço no Edifício-Sede para transmitir à população, por meio da história, o papel institucional da Corte.

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.





1. Resultados

da prestação jurisdicional



31.279 (▼ 19%)**Processos em tramitação**

14.946 (48%) originários

16.333 (52%) recursais

93.197 (▼ 8%)**Processos recebidos**

21.301 (23%) originários

71.896 (77%) recursais

45.315 (▲ 7%)**Processos registrados à Presidência**

Média de 3.776 processos por mês

42.280 (▼ 23%)**Processos distribuídos aos Ministros**

Média de 3.523 processos por mês

115.603 (▼ 9%)**Decisões****17.695 (▲ 22%)****Colegiadas****97.908 (▼ 13%)****Monocráticas****19.920 (▲ 5%)****Recursos interpostos****96.896 (▼ 9%)****Processos baixados**

Número 3,9% superior ao de processos recebidos

▲ aumento em relação a 2018

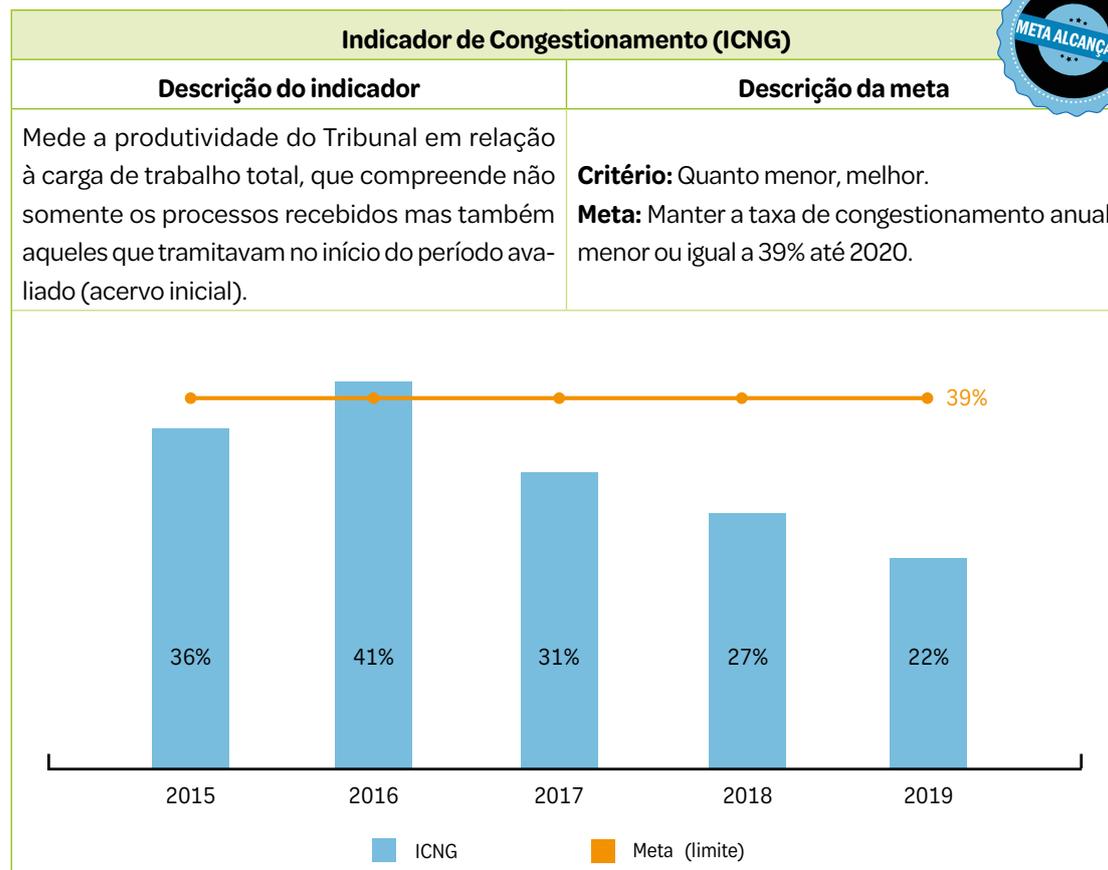
▼ redução em relação a 2018



1.1 Objetivos estratégicos: PE – STF Rumo a 2020

- *Buscar maior celeridade da prestação jurisdicional.*
- *Aprimorar as técnicas de gestão do acervo de processos.*

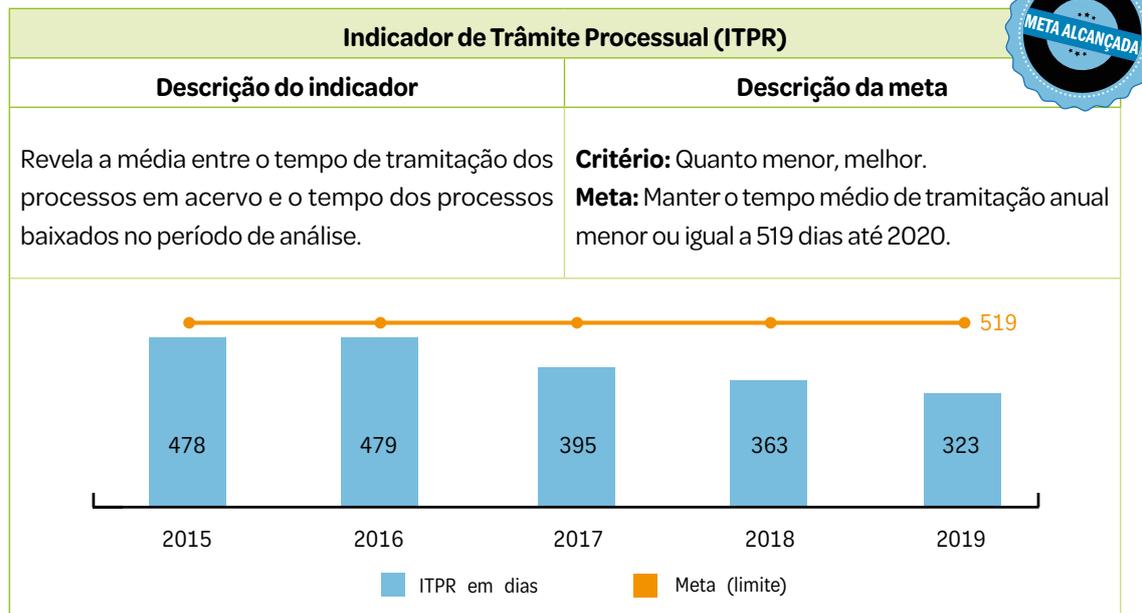
1.1.1 Indicador de Congestionamento (ICNG)



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

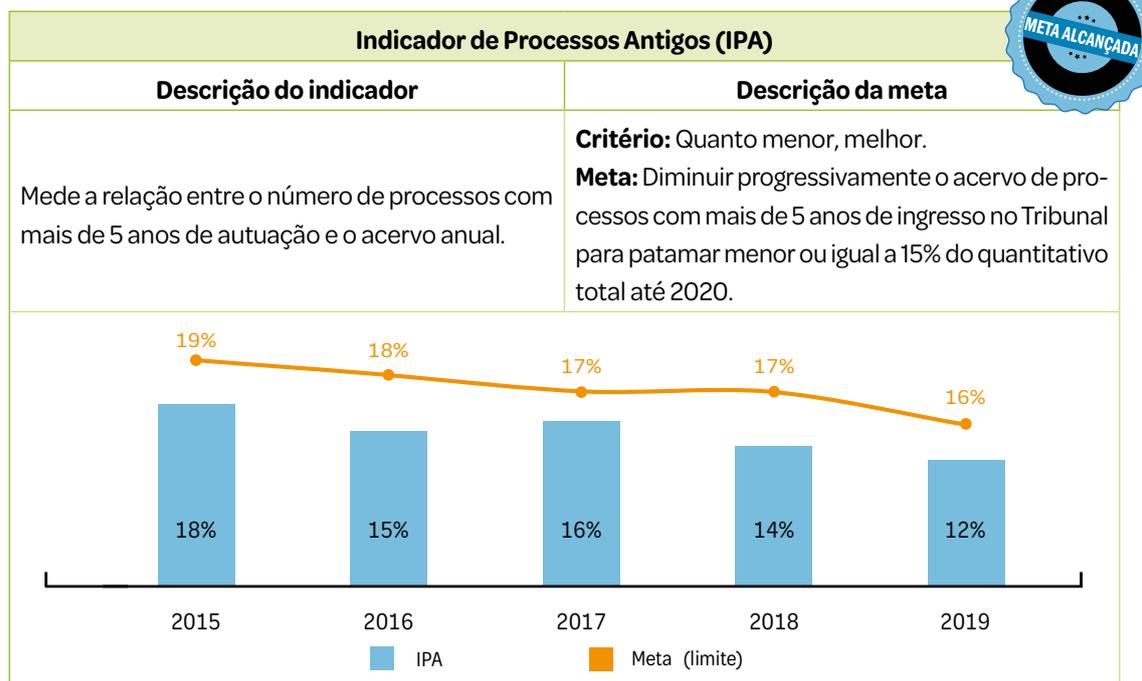


1.1.2 Indicador de Trâmite Processual (ITPR)



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

1.1.3 Indicador de Processos Antigos (IPA)

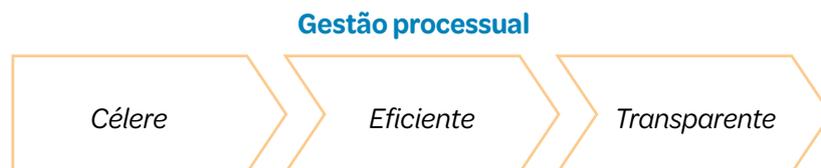


Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.



1.2 Análise de dados estatísticos processuais

Os resultados de 2019 demonstram que o STF avançou rumo a uma prestação jurisdicional de excelência. Os Gabinetes dos Ministros e a Presidência, com apoio da Secretaria Judiciária (SEJ) e demais unidades do Tribunal, implementaram projetos de modernização administrativa e tecnológica com foco na gestão por projetos estratégicos e processos de trabalho, que contribuíram para o aprimoramento das ferramentas de tramitação e julgamento processual.



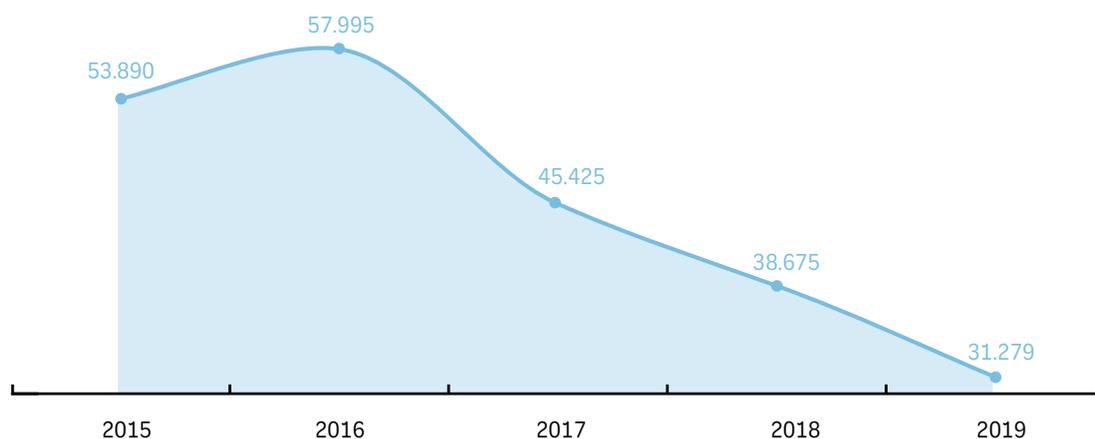
1.2.1 Acervo processual

O **acervo geral** do STF corresponde ao quantitativo de processos em tramitação em 31/12/2019, computados os processos registrados à Presidência e os distribuídos aos Ministros.¹

Em 2019, o Tribunal registrou o menor acervo processual dos últimos 20 anos, com 31.279 processos em tramitação.

Desde 2016, a Corte acumula uma redução aproximada de 50% no acervo geral.

Gráfico 1 – Evolução do acervo ano a ano



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

¹ São desconsiderados os processos baixados às origens ou arquivados no Tribunal.



Acervo geral**31.279**

processos em tramitação

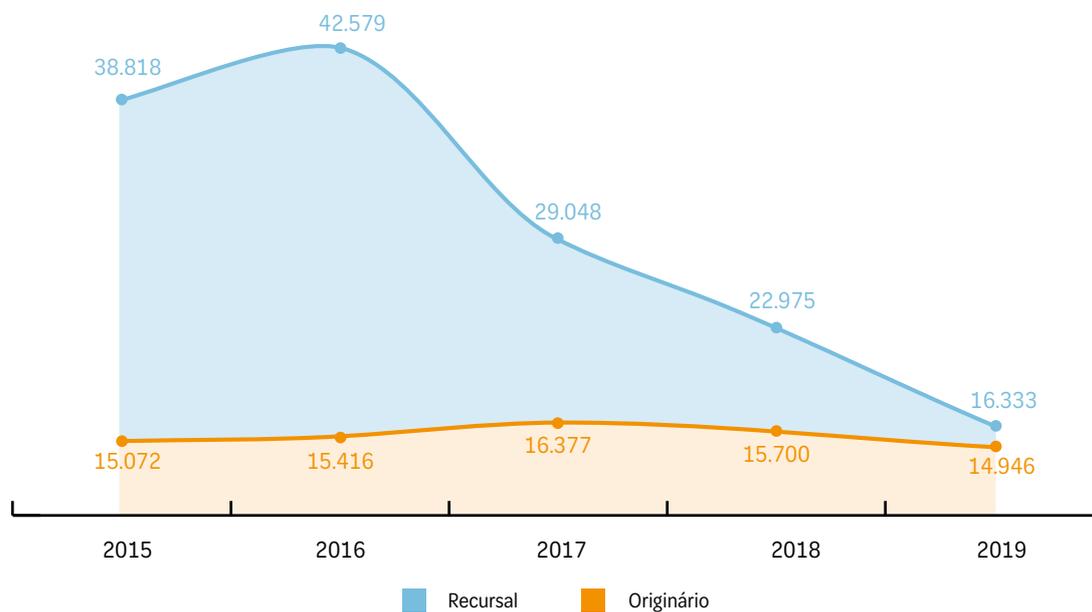
16.333 recursais

52%

14.946 originários

48%

Os gráficos abaixo explicitam a evolução de processos recursais e originários nos últimos 5 anos.

Gráfico 2 – Acervo processual recursal e originário

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

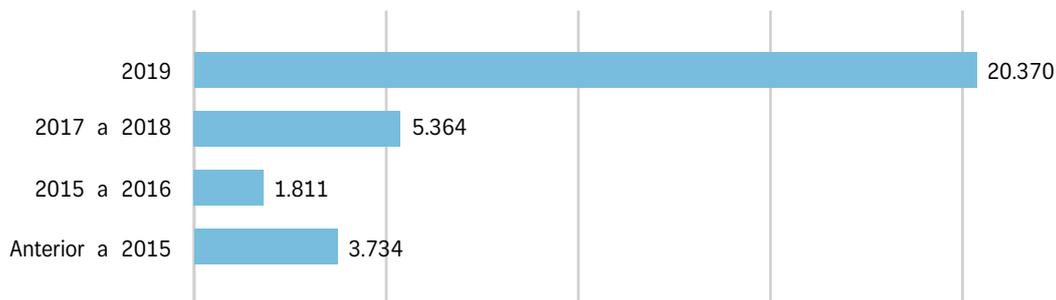
*A partir de 2016, expressiva redução de 62% do acervo de processos **recursais**.*

*Desde 2015, estabilidade do acervo de processos **originários**.*

Quanto ao acervo em 2019, por **ano de autuação**, mais de 65% dos processos têm menos de 1 ano de autuação.



Gráfico 3 – Processos no acervo por ano de autuação



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Quase 90% do acervo é composto por feitos autuados nos últimos 5 anos.

Esses resultados demonstram o compromisso do STF com a redução do acervo de processos antigos e o alcance da meta do IPA.

Com relação ao acervo por **ramo do Direito**, a categoria “Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público” corresponde a mais de 36% do total, seguida por “Direito Processual Penal” (17%) e “Direito Tributário” (12%).

Tabela 1 – Acervo por ramo do Direito

Ramo do Direito	Quantidade de processos	% do total
Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público	11.273	36%
Direito Processual Penal	5.167	17%
Direito Tributário	3.617	12%
Direito Penal	3.265	10%
Direito Processual Civil e do Trabalho	2.947	9%
Direito do Trabalho	1.752	6%
Direito Civil	1.215	4%
Direito Previdenciário	845	3%
Demais ramos*	1.198	4%
Total	31.279	100%

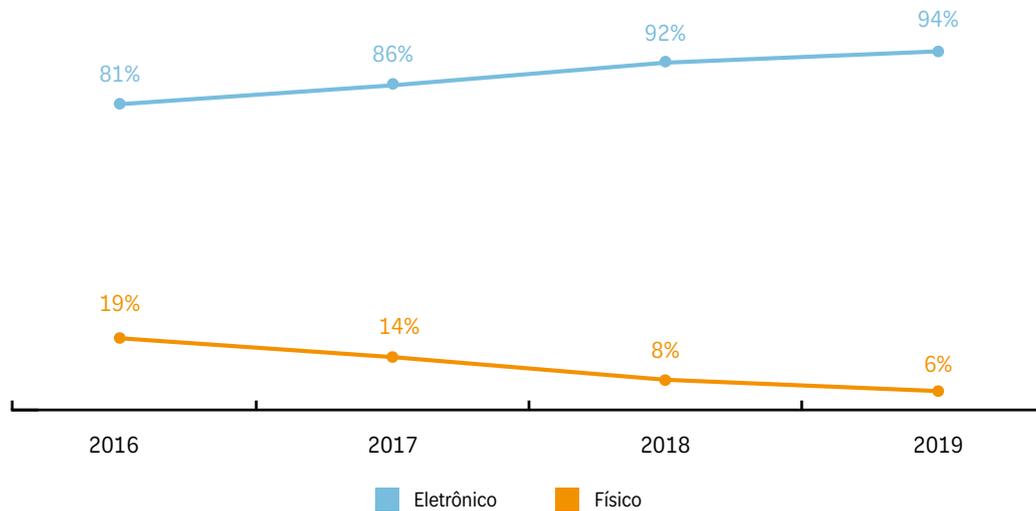
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Nota: *Categoria que abrange os temas Direito do Consumidor, Direito Eleitoral, Direito Internacional, Direito da Saúde, Direito da Criança e do Adolescente e temáticas residuais.



Por fim, a tramitação por **meio eletrônico** corresponde a **94%** do acervo final em 2019, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Evolução da composição do acervo: processo físico x processo eletrônico



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Desde 2013, a tramitação eletrônica tem superado a física.

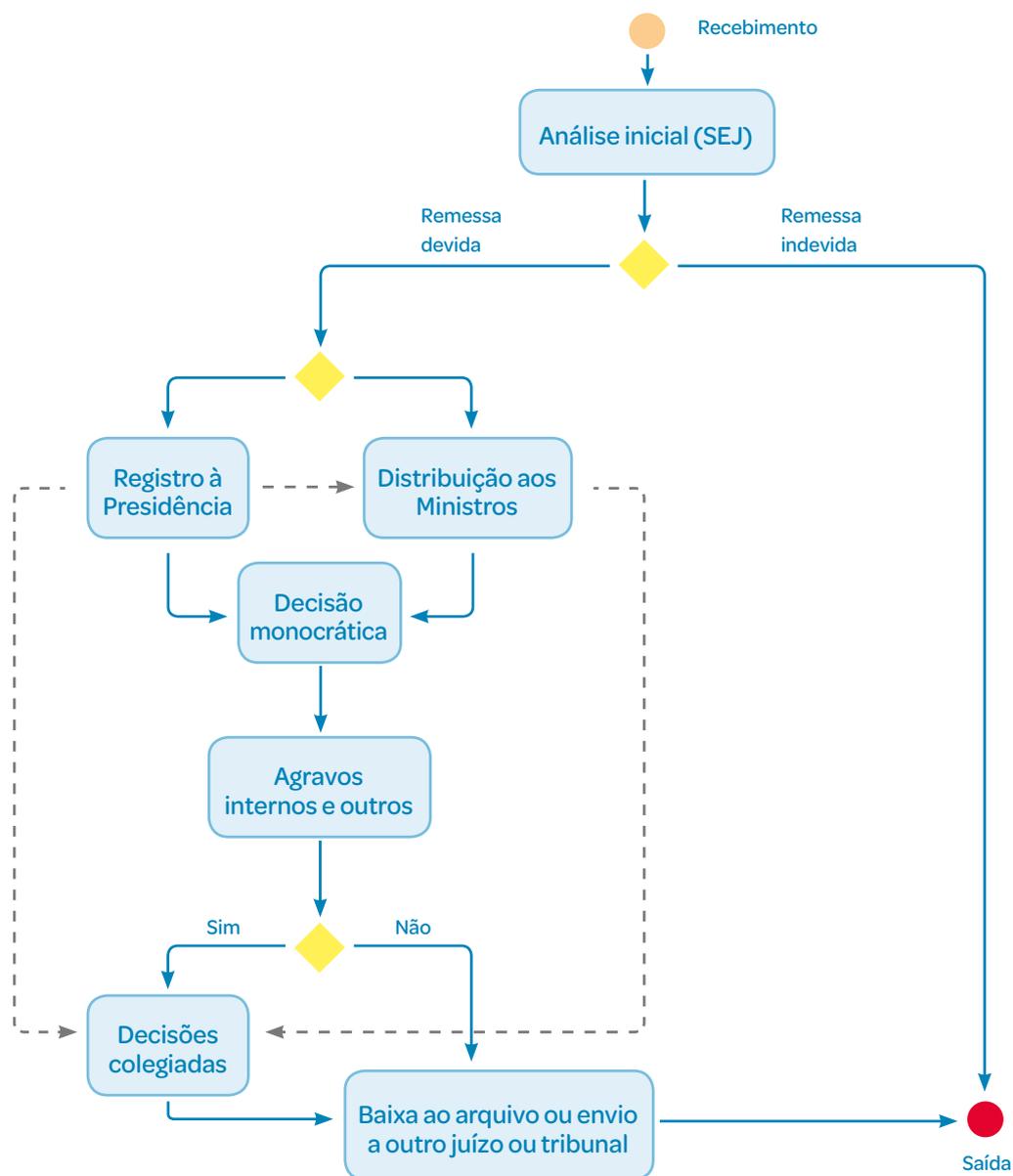
O esforço para a digitalização do acervo viabilizou a implantação de novas tecnologias e sistemas de automação nos fluxos de trabalho do STF, em cumprimento a diretrizes estratégicas.

1.2.2 Recebimento

De um modo geral, o fluxo de tramitação processual no STF ocorre nas macroetapas a seguir apresentadas.



Fluxograma 1 - Tramitação processual



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência.

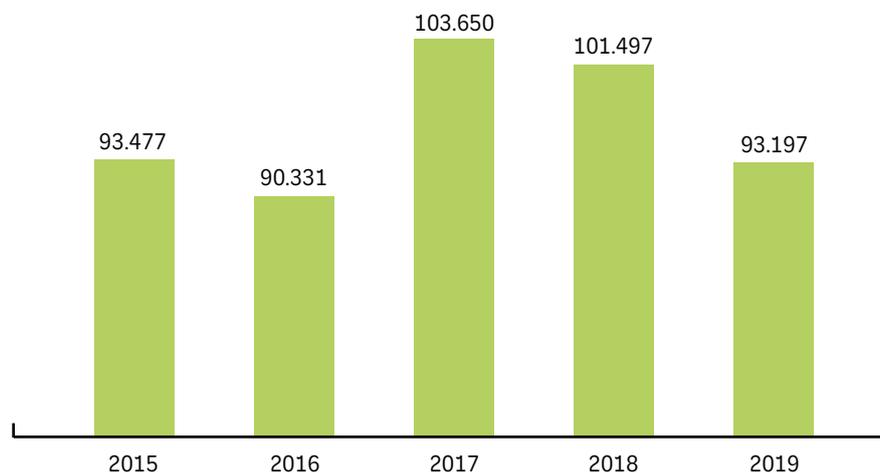
O processamento começa com o recebimento, a autuação e a análise inicial do processo pela SEJ. Consideram-se recebidos os processos ajuizados diretamente no STF, denominados “originários”, e os provenientes de outros juízos ou tribunais, chamados “recursais”.



1.2.2.1 Recebimento geral

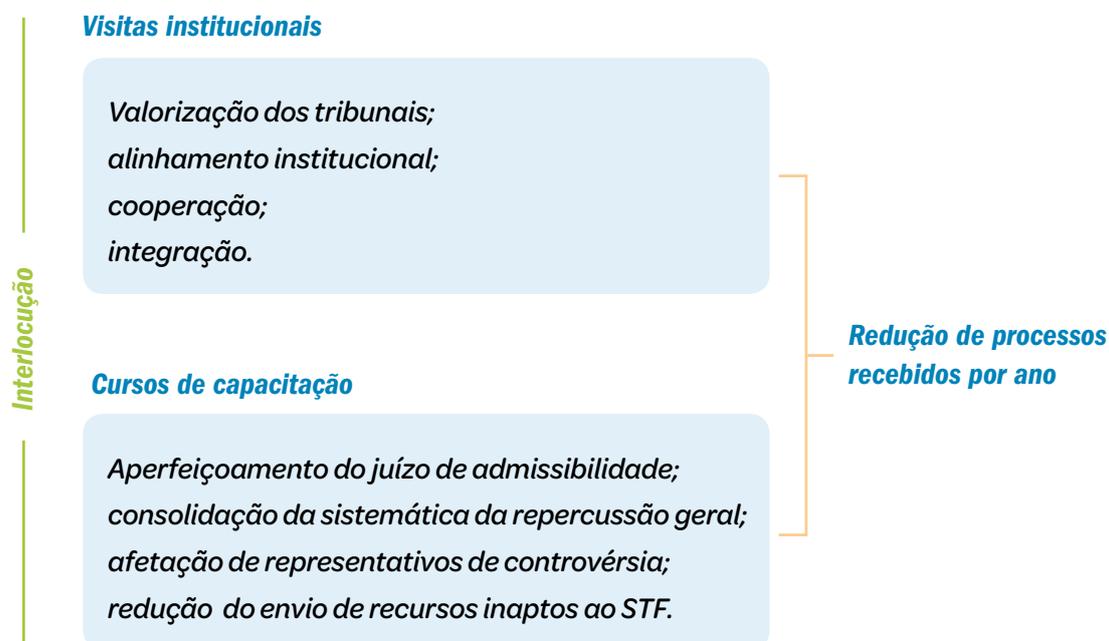
Em 2019, o STF recebeu **93.197** processos, uma redução de **8%** em relação ao ano anterior.

Gráfico 5 – Processos recebidos por ano



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

O avanço na **interlocução** com os tribunais de origem contribuiu para essa significativa diminuição no recebimento de processos.



“Nessas visitas [aos tribunais de origem], procuramos conhecer a realidade da Justiça local, para ver o que precisa ser melhorado e aperfeiçoado.”

Ministro Dias Toffoli, em visita ao Tribunal de Justiça de Roraima



Uma vez recebidos, os **processos** são atuados e analisados pela SEJ, com posterior registro à Presidência^{2 e 3} ou distribuição aos Ministros.

52%

**dos processos
foram registrados à
Presidência**

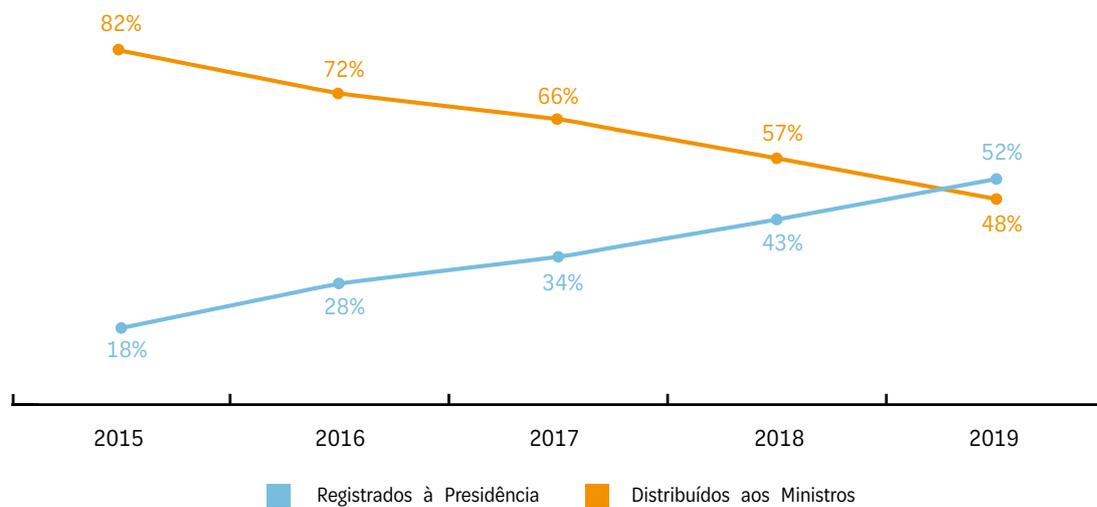
A ampliação da atuação da Presidência pode ser observada nos gráficos 6 e 7 a seguir.

2 Por atribuição regimental (arts. 13, V, c e d; 327, caput; e 328, parágrafo único, do Regimento Interno do STF – RISTF), a Presidência aprecia recursos que não preenchem requisitos formais e materiais de admissibilidade, bem como aqueles que tratam de matéria com repercussão geral já apreciada pelo STF.

3 Outros processos são registrados ao Presidente, por competência exclusiva (arts. 13, V, d, e XV; 70, § 4º; 278; 297; 351; e 354-A do RISTF), tais como habeas corpus em que seja manifesta a incompetência do Tribunal para a apreciação do pedido e feitos das classes Arguição de Suspeição (AS), Intervenção Federal (IF), Proposta de Súmula Vinculante (PSV), Suspensão de Liminar (SL), Suspensão de Segurança (SS) e Suspensão de Tutela Antecipada (STA) – esta classe, desde dezembro de 2017, denominada Suspensão de Tutela Provisória (STP).

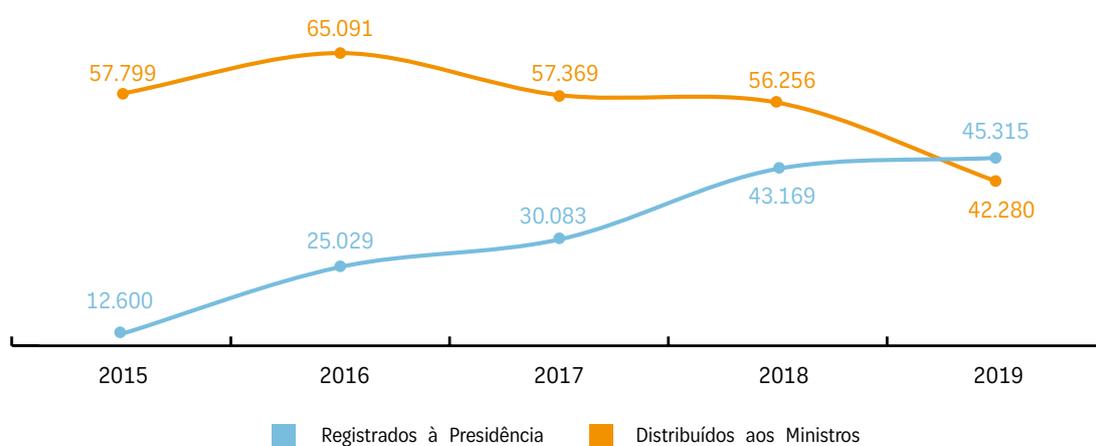


Gráfico 6 – Comparativo entre o percentual de processos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Gráfico 7 – Comparativo entre a quantidade de processos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros⁴



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

⁴ A soma dos processos distribuídos e registrados à Presidência não coincide com total de processos recebidos. Essa diferença corresponde às seguintes situações: (a) processos recebidos mas ainda não distribuídos ou registrados; (b) retificações de atuações (processos repetidos – duplicados, triplicados etc. –, cujas cópias são baixadas à origem); e (c) inconformidades para tramitação (por exemplo: processos indevidamente remetidos ao STF, processos sem peças suficientes para a atuação ou remetidos mais de uma vez ao Tribunal).



1.2.2.2 Recebimento de recursos

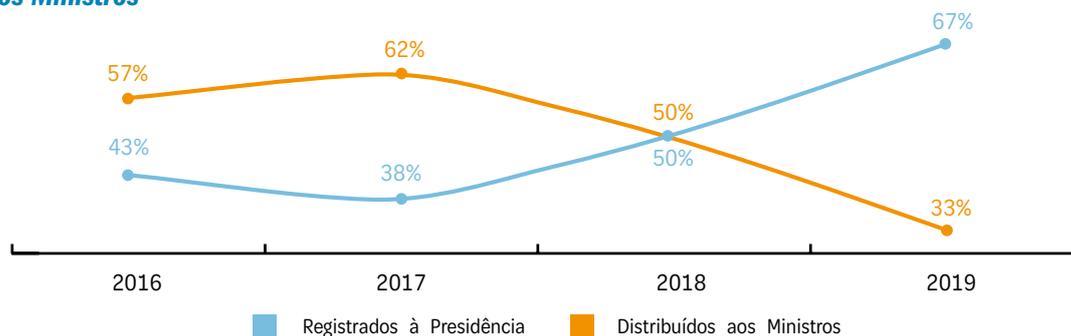
Ao se analisarem apenas as **classes recursais** (ARE/RE/AI), constata-se que, em 2019, o STF recebeu 71.896⁵ recursos, **8.851 a menos** em relação ao ano anterior (80.747) – uma diminuição de **11%**.

A expressiva redução no recebimento de recursos é atribuída, em grande parte, ao avanço das ações de interlocução do STF com os tribunais de origem. A efetividade desse trabalho impactou o recebimento geral de processos.

Ressalta-se que o RISTF atribui ao Presidente a competência para decidir os recursos manifestamente inadmissíveis. Essa atividade vem-se sofisticando ao longo dos anos e alcançou nível de refinamento que permite o julgamento da maior parte dos recursos.



Gráfico 8 – Comparativo entre o percentual de recursos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros

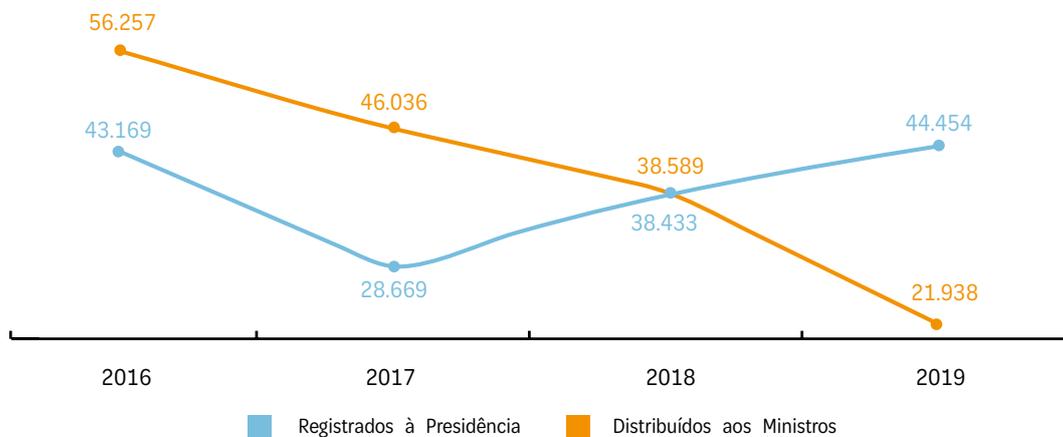


Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

⁵ Ver nota de rodapé 4.



Gráfico 9 – Comparativo entre a quantidade de recursos registrados à Presidência e distribuídos aos Ministros



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

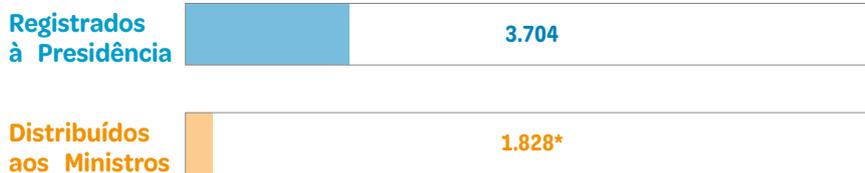
Esse significativo avanço da atuação da Presidência na esfera recursal é resultado da implementação do projeto estratégico **Juízo de Admissibilidade**, que ampliou a atuação do Núcleo de Análise de Recursos (NARE) e do Núcleo de Repercussão Geral (NURG), no âmbito da Presidência, e de setores especializados na SEJ. Essas unidades são responsáveis pela apreciação de recursos manifestamente inadmissíveis ou inaptos, bem como pela aplicação da sistemática da repercussão geral.

Gabinetes dos Ministros podem concentrar-se no julgamento do mérito de recursos aptos.

Acesse a notícia



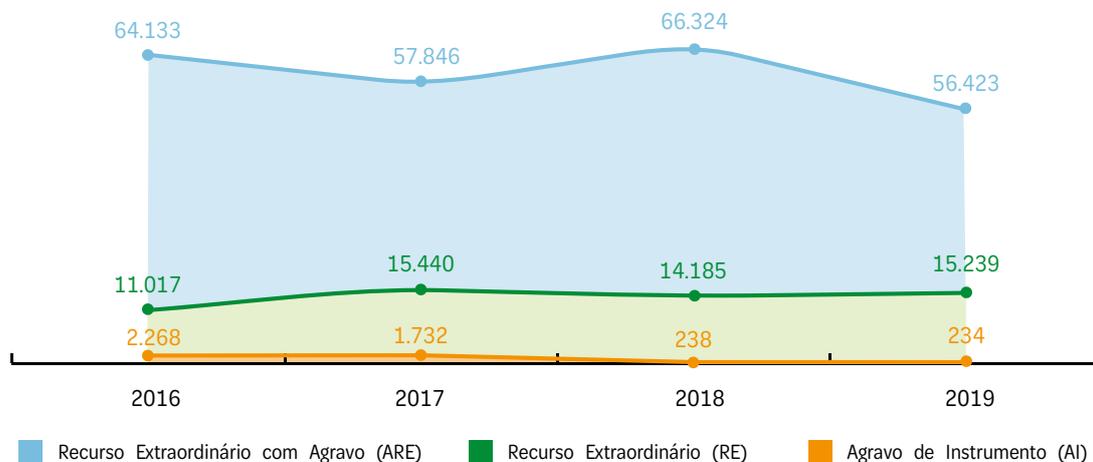
Média mensal de recursos



Nota: *A média de processos distribuídos aos Ministros contabiliza todos os Gabinetes.

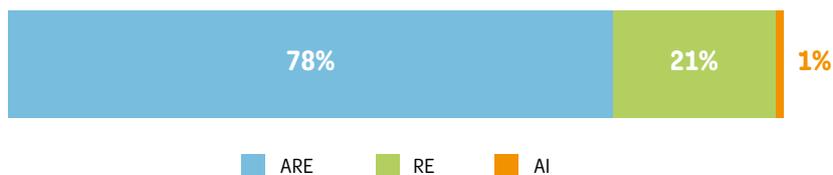


Gráfico 10 – Recebimento de processos recursais por classe



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Recursos em 2019



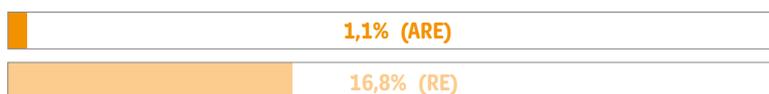
Redução de 18% no recebimento de ARE (em relação a 2018).

Conforme relatório sobre a **taxa de provimento** de recursos publicado no portal do STF, as decisões dos tribunais de origem são confirmadas pelo Supremo em 96% dos processos.

Taxa geral de provimento



Taxa de provimento por classe



Recursos registrados à Presidência

Óbices processuais que impedem a sua regular tramitação (59%).

Aplicação de temas da repercussão geral (41%).

Principais óbices

Ausência de ofensa constitucional direta;

incidência da Súmula 279/STF – Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário;

agravo contra decisão que tem, como base, a sistemática da repercussão geral (RG).

Principais temas da repercussão geral

660 – Violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa quando o julgamento da causa depender de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Extensão do entendimento ao princípio do devido processo legal e aos limites da coisa julgada.

339 – Obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais.

800 – Presunção relativa de inexistência de repercussão geral dos recursos extraordinários interpostos nas causas processadas nos Juizados Especiais Cíveis da Lei 9.099/1995. Obs.: Título aperfeiçoado pelo relator quando da publicação da tese, em 10/4/2018 (conforme Processo STF/SEI 010927/2017).

Redação original: Viabilidade de recurso extraordinário contra acórdão proferido por Juizado Especial Cível da Lei 9.099/1995 em matéria de responsabilidade pelo adimplemento de obrigação assumida em contrato de direito privado.

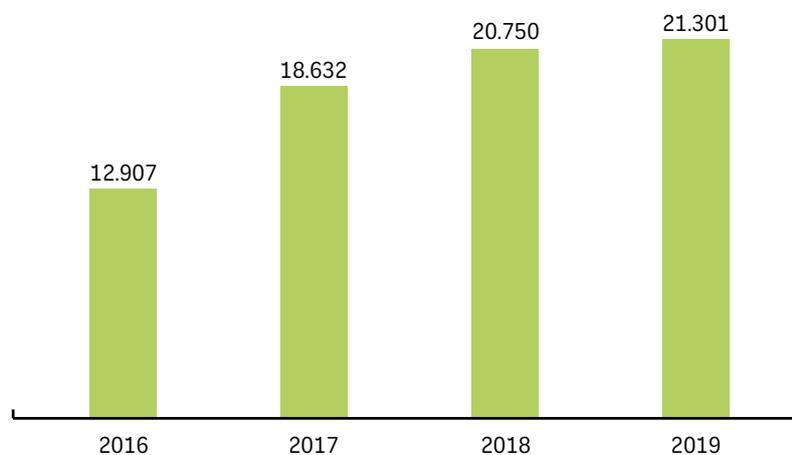
1.2.2.3 Recebimento de originários

Em 2019, o STF recebeu 21.301 processos originários. É possível notar, no gráfico a seguir, aumento de 3% em relação ao ano anterior.

96%

dos processos
originários foram
distribuídos aos
Ministros



Gráfico 11 – Processos originários por ano

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Originários em 2019**Tabela 2 – Recebimento de processos originários por classe⁶**

	Classe originária	2016	2017	2018	2019
Controle concentrado	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	6	6	8	7
	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	195	237	178	241
	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1	9	5	4
	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	60	68	54	82
	Total		262	320	245

⁶ Art. 56, IX, do RISTF: “os expedientes que não tenham classificação específica nem sejam acessórios ou incidentes serão incluídos na classe Petição, se contiverem requerimento, ou na classe Comunicação, em qualquer outro caso.”



	Classe originária	2016	2017	2018	2019
Classes criminais	Ação Penal (AP)	27	25	12	6
	Execução Penal (EP)	1	0	0	1
	Extradição (Ext)	48	33	34	38
	<i>Habeas Corpus</i> (HC)	6.554	11.327	13.815	11.784
	Inquérito (Inq)	136	233	43	15
	Prisão Preventiva para Extradição (PPE)	34	28	27	27
	Recurso Crime (RC)	1	0	1	1
	Recurso em <i>Habeas Corpus</i> (RHC)	621	952	1.061	1.446
	Revisão Criminal (RvC)	6	14	10	11
	Total	7.428	12.612	15.003	13.329
Demais originárias	Ação Cautelar (AC)	168	42	15	9
	Ação Cível Originária (ACO)	171	123	119	125
	Ação Originária (AO)	81	202	88	69
	Ação Originária Especial (AOE)	2	1	0	0
	Ação Rescisória (AR)	105	45	87	47
	Arguição de Impedimento (Almp)	10	13	2	3
	Arguição de Suspeição (AS)	1	7	4	2
	Comunicação (Cm)	2	0	1	0
	Conflito de Competência (CC)	23	41	55	74
	Exceção de Incompetência (EI)	1	2	0	3
	<i>Habeas Data</i> (HD)	3	0	1	2
	Intervenção Federal (IF)	1	1	3	1
	Mandado de Injunção (MI)	92	176	236	189
	Mandado de Segurança (MS)	466	729	633	505
	Petição (Pet)	449	718	438	418
	Proposta de Súmula Vinculante (PSV)	5	5	8	3
	Reclamação (Rcl)	3.291	3.326	3.467	5.789
	Recurso em Mandado de Injunção (RMI)	0	0	1	2
	Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	133	148	121	157
	Recurso ordinário em <i>Habeas Data</i> (RHD)	0	0	0	1
Suspensão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)	0	0	3	1	



	Classe originária	2016	2017	2018	2019
Demais originárias	Suspensão de Liminar (SL)	123	54	51	90
	Suspensão de Segurança (SS)	60	51	54	75
	Suspensão de Tutela Provisória (STP)	30	16	106	61
	Tutela Provisória Antecedente (TPA)	0	0	9	12
	Total	5.217	5.700	5.502	7.638

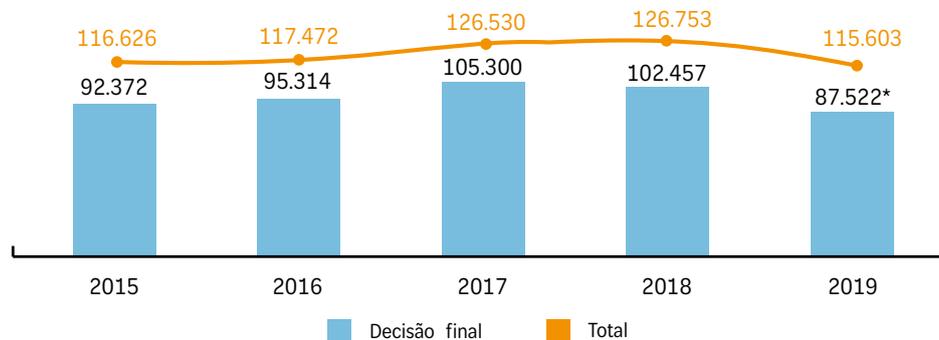
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Cerca de 90% dos processos pertencem às classes *Habeas Corpus*, Reclamação e Recurso em *Habeas Corpus*.

1.2.3 Julgamento

O julgamento do processo é identificado pela decisão final, a qual extingue o processo ainda que o mérito da causa não seja apreciado.⁷

Gráfico 12 – Quantidade de decisões finais e totais de decisões



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Nota: *Parte das decisões interlocutórias pode ser considerada como decisão final nos casos em que houve devolução.

⁷ É o que ocorre, por exemplo, nas decisões de não conhecimento, de prejudicialidade, de homologação de desistência e de negativa de seguimento. Se houver decisão final no processo e decurso do prazo processual sem interposição de recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo. No mais, destaca-se que é possível a acumulação de mais de uma decisão em cada feito.



Além da decisão final, há outras espécies em menor quantidade, conforme apresentado na tabela seguinte com os respectivos quantitativos.

Tabela 3 – Quantitativo de decisões por espécie (monocráticas e colegiadas)

Decisões	2015	2016	2017	2018	2019
Decisão final	92.372	95.314	105.300	102.457	87.522
Decisão em recurso interno	17.942	14.495	12.986	15.655	17.628
Decisão interlocutória*	3.018	4.900	4.565	5.305	6.086
Decisão liminar	2.507	2.415	3.191	2.966	3.900
Decisão – sobrestamento	1.121	264	398	304	398
Decisão – repercussão geral	116	84	90	66	69
Total	116.626	117.472	126.530	126.753	115.603

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Nota: *Parte das decisões interlocutórias pode ser considerada como decisão final nos casos em que houve devolução.

Ademais, as decisões podem ser classificadas em monocráticas ou colegiadas.

Decisões

Monocráticas 85%

Ministros 56%

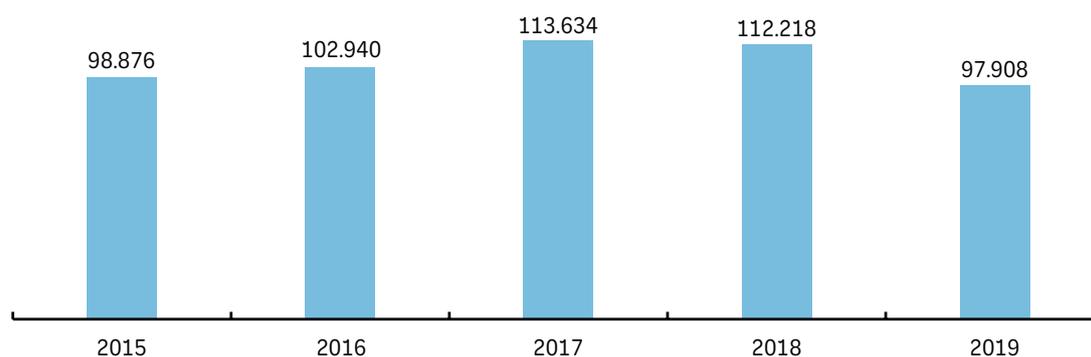
Presidência 44%

Colegiadas 15%

Plenário 22%

Turmas 78%

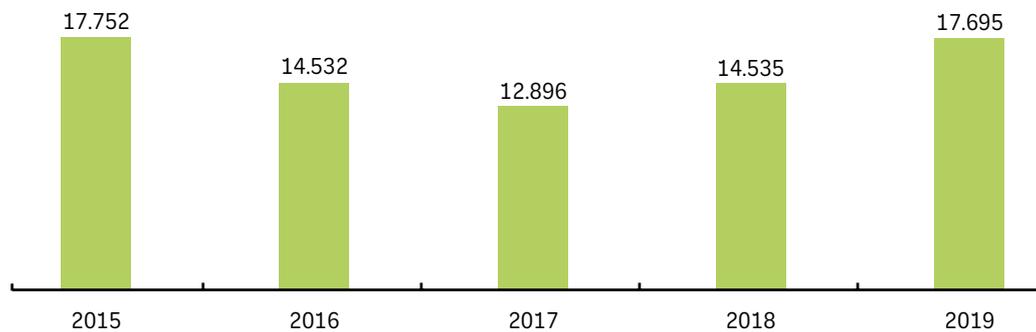
Gráfico 13 – Quantitativo de decisões monocráticas



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.



Gráfico 14 – Quantitativo de decisões colegiadas



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Tabela 4 – Quantitativo de decisões colegiadas por órgão julgador*

Órgão julgador	2015	2016	2017	2018	2019
Primeira Turma	7.115	6.315	6.456	7.096	7.515
Segunda Turma	7.820	4.787	4.320	4.153	6.221
Plenário	2.735	3.375	2.070	3.242	3.916
Plenário Virtual da RG	82	55	50	44	43
Total	17.752	14.532	12.896	14.535	17.695

Nota: *Inclui processos julgados em lista.

Com relação aos julgamentos colegiados, o STF ampliou o rol de processos a serem apreciados em ambiente **eletrônico** (Resolução 642/2019), de modo a incluir:

- medidas cautelares em ações de controle concentrado;
- referendo de medidas cautelares e de tutelas provisórias; e
- processos cuja matéria discutida tenha jurisprudência dominante na Corte.

Resolução 642/2019

Dispõe sobre o julgamento de processos em lista.

Sessões

presenciais | virtuais



O resultado dessa alteração regimental foi o **aumento de 22%** das decisões colegiadas (ver gráfico 14), o que revela o **reforço da colegialidade**.

Tabela 5 – Quantitativo de decisões em sessões virtuais por órgão, em 2019

Sessões virtuais	1ª Turma	2ª Turma	Tribunal Pleno
2019	4.772	6.112	3.587

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Os números constantes da tabela 5 demonstram a **importância da adoção no STF da gestão estratégica focada na implementação de sua transformação digital** como instrumento indispensável à entrega de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva para a sociedade.

Tabela 6 – Quantitativo de decisões do Plenário

Decisões do Plenário	2015	2016	2017	2018	2019
Controle concentrado (ADI, ADC, ADO e ADPF)	130	120	98	305	424
Criminais	32	61	35	57	51
Demais classes originárias	452	285	275	310	447
Classes recursais	2.121	2.909	1.663	2.570	3.037
Total*	2.735	3.375	2.070	3.242	3.959

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Nota: *O valor total refere-se à soma das decisões do Plenário presencial e do Plenário Virtual da RG.

Aumento de 22% das decisões do Plenário em relação a 2018.

Foram realizadas 125 sessões no Plenário (32 ordinárias, 49 extraordinárias, 42 virtuais e 2 solenes). Em 2019, foram publicados 17.556 acórdãos, 22% mais que em 2018.



Em 2019, a Presidência passou a divulgar a **pauta dos julgamentos agendados para o semestre seguinte**, em primazia da previsibilidade. Com isso, a sociedade como um todo pôde mobilizar-se em torno dos temas pautados, instaurando-se o debate democrático que deve preceder à análise de questões de grande relevância.

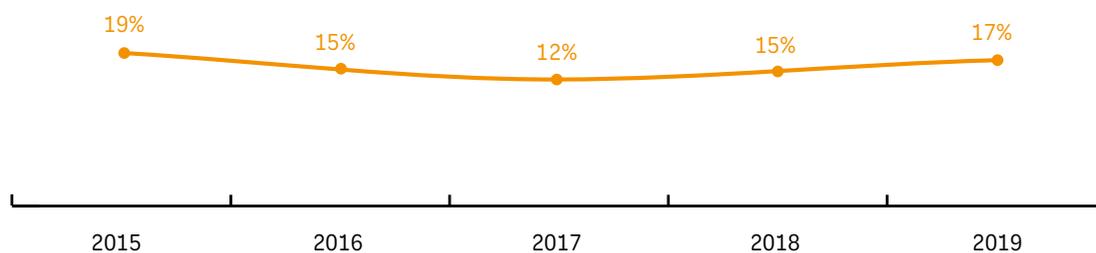
Acesse a pauta



1.2.4 Taxa de recorribilidade

Após a decisão **monocrática**, pode haver a interposição de agravo regimental ou a oposição de embargos de declaração, infringentes ou de divergência. Nesses casos, o processo será concluso ao relator para que o recurso interno seja julgado.⁸

Gráfico 15 – Taxa de recorribilidade



Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

⁸ Se a decisão embargada for de uma Turma, os embargos de divergência serão distribuídos a Ministro de outra; se a decisão objeto dos embargos for do Plenário, serão excluídos da distribuição o relator e o revisor. O julgamento não corresponde à efetiva finalização do processo, que se consuma apenas com a baixa ou o arquivamento deste. Nesse sentido, a taxa de recorribilidade – definida pela razão entre os processos com recurso e o total de processos – é um indicador de interesse.



Taxa de recorribilidade

17%
geral

21%
originária

16%
recursal

1.2.5 Produtividade

A taxa de produtividade é a divisão da quantidade de processos baixados pela quantidade de processos recebidos. A baixa do processo é o marco final da tramitação e representa o momento no qual se encerram todas as atividades (jurisdicionais e cartorárias) no âmbito do STF.

Tabela 7 – Recebimento e baixa de processos

Fase	2015	2016	2017	2018	2019
Recebimento	93.476	90.331	103.650	101.497	93.197
Baixa	95.816	85.961	115.402	106.452	96.896
Taxa de produtividade*	102,5%	95,2%	113,3%	104,9%	103,9%
Acervo final	53.890	57.995	45.425	38.675	31.279

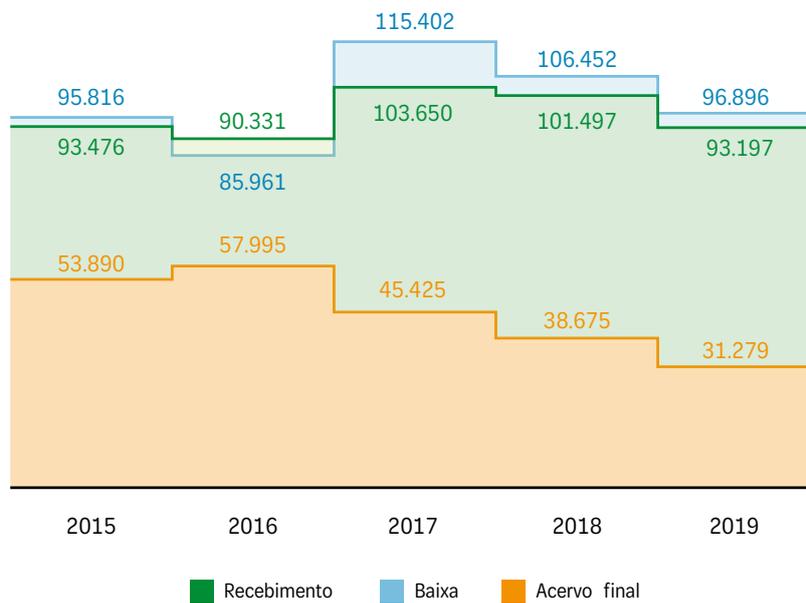
Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.

Produtividade

Recebidos **93.197** Baixados **96.896** Taxa **▲ 3,9%**

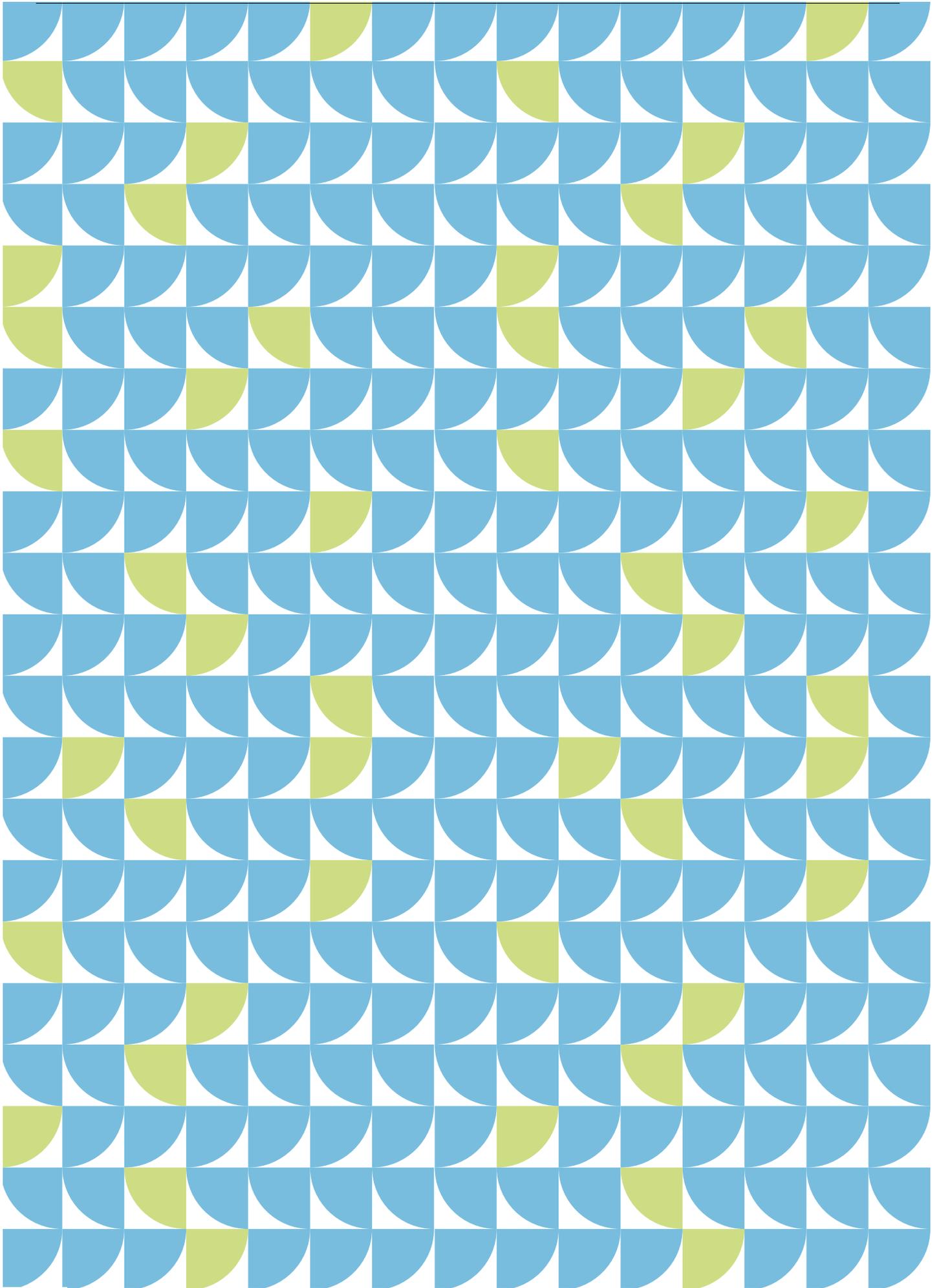
O acervo final de 2019, observado em 31/12/2019, foi cerca de 19% menor do que o acervo final de 2018. Esse resultado demonstra o esforço do STF em tornar o processo de julgamento mais célere.



Gráfico 16 – Quantidade de processos baixados e recebidos

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos) e Relatório de Atividades 2018. Dados extraídos em 2/1/2020.





2. Repercussão geral

***e julgamentos de especial
relevância***



51 (▲ 19%)

Novos temas apreciados no Plenário Virtual

41 (▲ 28%)com repercussão geral
reconhecida**10 (▼ 9%)**

com repercussão geral negada

31 (▲ 11%)

Temas julgados

24 (▲ 4%)

com mérito julgado

7 (▲ 75%)

com reafirmação de jurisprudência

▲ aumento em relação a 2018

▼ redução em relação a 2018



2.1 Repercussão geral

As questões constitucionais trazidas nos recursos extraordinários devem ter repercussão geral (RG) para serem analisadas pelo STF. O instituto, incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional (EC) 45/2004, está regulamentado pelo Código de Processo Civil e pelo RISTF.

Objetivos

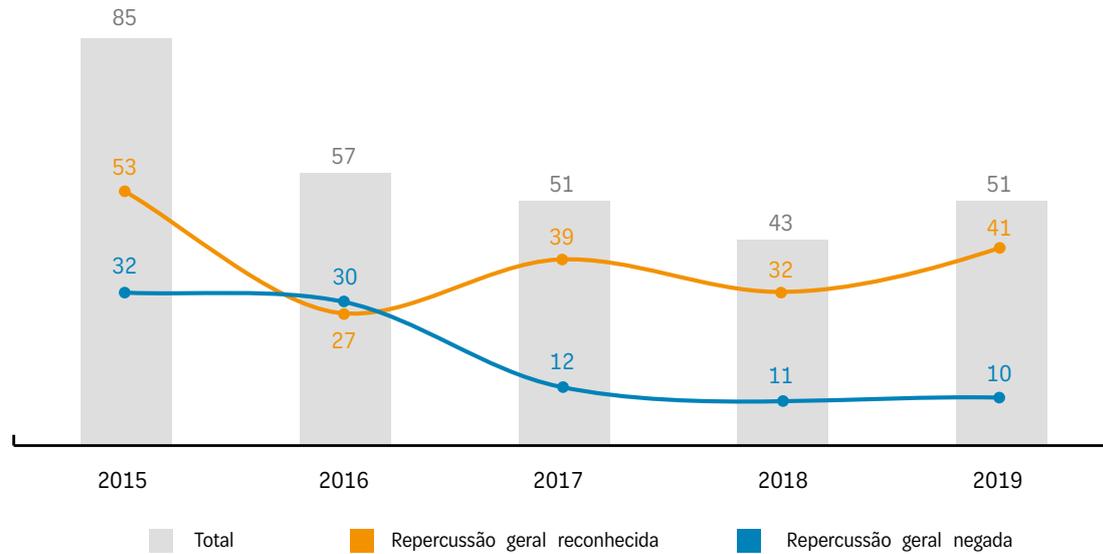
- *Assegurar a racionalidade da Justiça;*
- *garantir a segurança jurídica dos jurisdicionados.*

Finalidades

- *Reforçar a competência do STF para apreciar as questões constitucionais que:*
 - *tenham relevância social, política, econômica ou jurídica;*
 - *transcendam os interesses subjetivos da causa;*
- *uniformizar a interpretação constitucional, de modo a desonerar o STF de decidir múltiplos casos sobre a mesma matéria.*

Desde a Emenda Regimental (ER) 21/2007, o STF analisou mais de 1.000 temas de repercussão geral, conforme se observa a seguir.



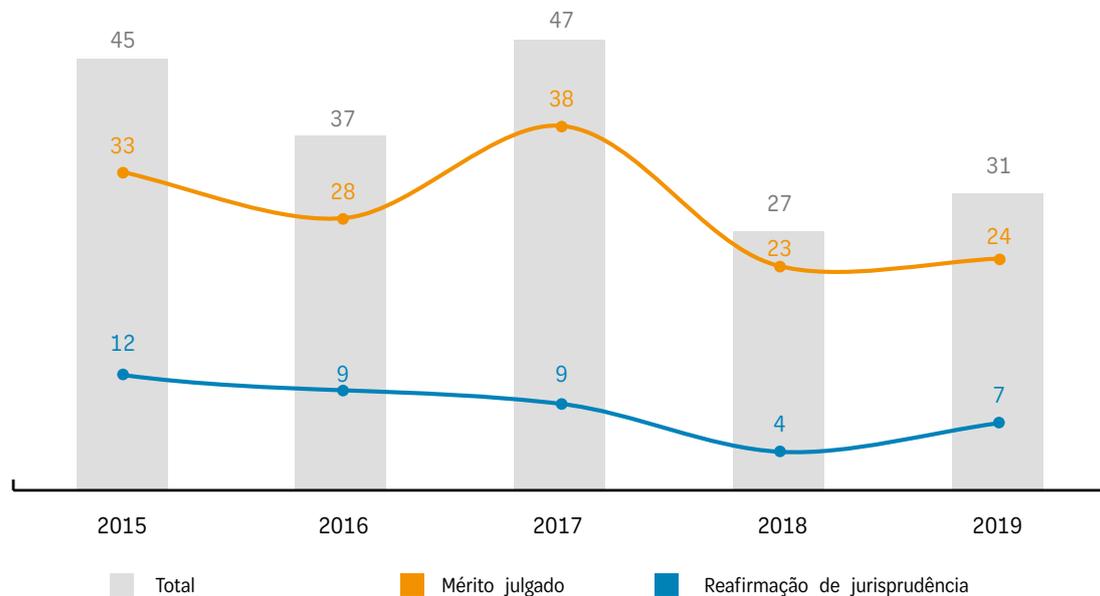
Gráfico 17 – Temas apreciados no Plenário Virtual por ano

Fonte: Portal do STF (Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/pesquisarProcesso.asp>. Acesso em: 3/1/2020).

2019**51 temas de RG incluídos no Plenário Virtual**

41 temas com RG reconhecida

10 temas com RG negada

Gráfico 18 – Temas julgados por ano

Fonte: Portal do STF (Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/pesquisarProcesso.asp>. Acesso em: 3/1/2020).



Ressalta-se que o **NURG** assessora a Presidência na análise dos recursos para aplicação da sistemática da repercussão geral. Compete ainda ao núcleo:

submeter ao Presidente os recursos repetitivos com proposta de inclusão no Plenário Virtual para análise da repercussão geral da matéria;

auxiliar o Presidente com relação aos recursos indicados pelos tribunais de origem como representativos de controvérsia e aos feitos julgados no STJ no rito dos recursos especiais repetitivos;

elaborar o boletim informativo Repercussão Geral em Pauta.

A Presidência concentrou mais de 90% dos despachos de aplicação da sistemática da repercussão geral no âmbito do STF. Esse resultado decorre do fato de a maior parte dos recursos recebidos em 2019 ter sido registrada àquela unidade.

Aplicação de
temas da RG

91%
Presidência

Como mencionado no item 1.2.2.1, em parceria com o STJ e o CNJ, a Presidência do STF realizou, nas instâncias de origem, **cursos de capacitação** sobre o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e o rito da repercussão geral, com o objetivo de:

consolidar a sistemática da repercussão;

aperfeiçoar o juízo de admissibilidade;

orientar sobre o procedimento de afetação de representativos de controvérsia.

2.1.1 Teses firmadas e liberação de processos em todo o País

O julgamento de mérito de temas de repercussão geral tem como consequência a imediata liberação para julgamento dos processos correlatos que tenham sido sobrestados nos tribunais de origem e também no próprio STF.

+ 42 mil

processos liberados para julgamento nas instâncias de origem em 2019.



Quadro 1 – Temas de repercussão geral julgados em 2019 e processos sobrestados nos tribunais

Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
19	O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 565.089
		Data do julgamento	25/9/2019
		Processos sobrestados	14.335
864	A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias.	Relator atual	Min. Alexandre de Moraes
		Processo	RE 905.357
		Data do julgamento	29/11/2019
		Processos sobrestados	13.336
415	Não há reserva de lei complementar para o repasse do PIS e Cofins ao usuário de serviços públicos concedidos, tais como telefonia e energia elétrica, cobrado nas respectivas faturas.	Relator atual	Min. Gilmar Mendes
		Processo	RE 1.053.574
		Data do julgamento	25/10/2019
		Processos sobrestados	3.493
500	1. O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. 2. A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. 3. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. 4. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão necessariamente ser propostas em face da União.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 657.718
		Data do julgamento	22/5/2019
		Processos sobrestados	2.373



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
967	1. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e 2. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988, art. 22, XI).	Relator atual	Min. Roberto Barroso
		Processo	RE 1.054.110
		Data do julgamento	8/5/2019
		Processos sobrestados	1.617
298	É constitucional a sistemática estabelecida no art. 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990.	Relator atual	Min. Gilmar Mendes
		Processo	RE 545.796
		Data do julgamento	25/10/2019
		Processos sobrestados	1.122
370	A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, inc. III, da Constituição Federal aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 601.182
		Data do julgamento	8/5/2019
		Processos sobrestados	1.077
576	O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-Lei 201/1967) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias.	Relator atual	Min. Alexandre de Moraes
		Processo	RE 976.566
		Data do julgamento	13/9/2019
		Processos sobrestados	968
117	É constitucional a limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 591.340
		Data do julgamento	27/6/2019
		Processos sobrestados	727



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
400	A exigência da realização de plebiscito, conforme se determina no § 4º do art. 18 da Constituição da República, não foi afastada pelo art. 96, inserido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República pela Emenda Constitucional 57/2008, sendo ilegítimo o Município ocupante para cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos territórios indevidamente incorporados.	Relatora atual	Min. Cármen Lúcia
		Processo	RE 1.171.699
		Data do julgamento	29/11/2019
		Processos sobrestados	663
839	No exercício do seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.	Relator atual	Min. Dias Toffoli
		Processo	RE 817.338
		Data do julgamento	16/10/2019
		Processos sobrestados	501
137	É compatível com a Constituição da República de 1988 a ampliação para 30 (trinta) dias do prazo de oposição de embargos à execução pela Fazenda Pública.	Relator atual	Min. Edson Fachin
		Processo	RE 590.871
		Data do julgamento	11/11/2019
		Processos sobrestados	222
112	É harmônica com a normatividade constitucional a previsão no artigo 86 do ADCT na dicção da EC 32/2002 de um regime de transição para tratar dos precatórios reputados de pequeno valor, já expedidos antes de sua promulgação.	Relator atual	Min. Edson Fachin
		Processo	RE 587.982
		Data do julgamento	27/3/2019
		Processos sobrestados	168
1.057	Os guardas civis não possuem direito constitucional à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso II, da Constituição Federal.	Relator atual	Ministro Presidente
		Processo	ARE 1.215.727
		Data do julgamento	30/8/2019
		Processos sobrestados	126



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
1.062	Os Estados-membros e o Distrito Federal podem legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais, limitando-se, porém, aos percentuais estabelecidos pela União para os mesmos fins.	Relator atual	Ministro Presidente
		Processo	ARE 1.216.078
		Data do julgamento	30/8/2019
		Processos sobrestados	115
777	O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.	Relator atual	Min. Luiz Fux
		Processo	RE 842.846
		Data do julgamento	27/2/2019
		Processos sobrestados	106
940	A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 1.027.633
		Data do julgamento	14/8/2019
		Processos sobrestados	93
322	Há direito ao creditamento de IPI na entrada de insumos, matéria-prima e material de embalagem adquiridos junto à Zona Franca de Manaus sob o regime de isenção, considerada a previsão de incentivos regionais constante do art. 43, § 2º, III, da Constituição Federal, combinada com o comando do art. 40 do ADCT.	Relatora atual	Min. Rosa Weber
		Processo	RE 592.891
		Data do julgamento	25/4/2019
		Processos sobrestados	88
545	1. A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende (i) do estatuto de sua criação ou autorização e (ii) das atividades por ela prestadas. As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo Poder Público, podem-se submeter ao regime jurídico de direito privado. 2. A estabilidade especial do art. 19 do ADCT não se estende aos empregados das fundações públicas de direito privado, aplicando-se tão somente aos servidores das pessoas jurídicas de direito público.	Relator atual	Min. Dias Toffoli
		Processo	RE 716.378
		Data do julgamento	7/8/2019
		Processos sobrestados	82



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
382	A postergação do direito do contribuinte do ICMS de usufruir de novas hipóteses de creditamento, por não representar aumento do tributo, não se sujeita à anterioridade nonagesimal prevista no art. 150, III, c, da Constituição.	Relatora atual	Min. Rosa Weber
		Processo	RE 603.917
		Data do julgamento	25/10/2019
		Processos sobrestados	69
510	A expressão “Procuradores” contida na parte final do inciso XI do art. 37 da Constituição da República compreende os Procuradores Municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.	Relator atual	Min. Luiz Fux
		Processo	RE 663.696
		Data do julgamento	28/2/2019
		Processos sobrestados	51
918	É inconstitucional lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais na forma estabelecida por lei nacional.	Relator atual	Min. Edson Fachin
		Processo	RE 940.769
		Data do julgamento	24/4/2019
		Processos sobrestados	22
850	O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.	Relator atual	Min. Alexandre de Moraes
		Processo	RE 643.978
		Data do julgamento	9/10/2019
		Processos sobrestados	11
757	É inconstitucional o artigo 64 da Lei 5.194/1966, considerada a previsão de cancelamento automático, ante a inadimplência da anuidade por dois anos consecutivos, do registro em conselho profissional, sem prévia manifestação do profissional ou da pessoa jurídica, por violar o devido processo legal.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 808.424
		Data do julgamento	19/12/2019
		Processos sobrestados	10



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
1.070	É comum aos Poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições.	Relator atual	Min. Alexandre de Moraes
		Processo	RE 1.151.237
		Data do julgamento	9/10/2019
		Processos sobrestados	9
672	Lei municipal a versar a percepção, mensal e vitalícia, de “subsídio” por ex-vereador e a consequente pensão em caso de morte não é harmônica com a Constituição Federal de 1988.	Relator atual	Min. Marco Aurélio
		Processo	RE 638.307
		Data do julgamento	19/12/2019
		Processos sobrestados	5
1.027	A extensão, pelo Poder Judiciário, das verbas e vantagens concedidas pelo Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (Cruesp) aos empregados das instituições de ensino autônomas vinculadas às universidades estaduais paulistas contraria o disposto na Súmula Vinculante 37.	Relator atual	Min. Gilmar Mendes
		Processo	ARE 1.057.577
		Data do julgamento	2/2/2019
		Processos sobrestados	2
1.059	Viola o teor da Súmula Vinculante 37 a concessão, por decisão judicial, de diferenças salariais em razão da incorporação de valores aos vencimentos dos servidores públicos municipais de que tratam as Leis Complementares 1.000/2009 e 1.121/2011 do Município de Mogi-Guaçu.	Relator atual	Ministro Presidente
		Processo	ARE 1.219.067
		Data do julgamento	30/8/2019
		Processo sobrestado	1
1.044	O Ministério Público de Contas não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.	Relator atual	Min. Alexandre de Moraes
		Processo	RE 1.178.617
		Data do julgamento	26/4/2019
		Processos sobrestados	Não informado



Tema	Tese de repercussão geral	Informações	
1.061	A concessão, por decisão judicial, de diferenças salariais relativas a 13,23% a servidores públicos federais, sem o devido amparo legal, viola o teor da Súmula Vinculante 37.	Relator atual	Ministro Presidente
		Processo	ARE 1.208.032
		Data do julgamento	30/8/2019
		Processos sobrestados	Não informado
1.065	É constitucional a contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne.	Relator atual	Ministro Presidente
		Processo	ARE 1.224.327
		Data do julgamento	27/9/2019
		Processos sobrestados	Não informado

Fonte: Portal de Informações Gerenciais do STF (Universo Processos), dados extraídos em 2/1/2020, e Conselho Nacional de Justiça (Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QuAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=STF. Acesso em 3/1/2020).

2.2 Julgamentos de especial relevância

Neste tópico, é apresentada uma síntese dos julgamentos proferidos pelo Plenário ou pelas Turmas do STF que foram considerados de especial relevância. A ordem de apresentação respeita a data de julgamento.

Quadro 2 - Julgamentos de especial relevância

Dezembro

Assunto	Não recolhimento de ICMS declarado e tipicidade criminal.
Referência	RHC 163.334/SC
Decisão	O contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei 8.137/1990.
Assunto	Incabível suspensão automática de partido por ausência de prestação de contas.
Referência	ADI 6.032
Decisão	Afastada a interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou a anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro.



Novembro

Assunto	Compartilhamento de relatórios de inteligência financeira e dados financeiros sem autorização judicial.
Referência	RE 1.055.941/SP (Tema 990 RG)
Decisão	É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

Assunto	A revisão anual de remuneração de servidores depende de previsão na LDO e na LOA.
Referência	RE 905.357 (Tema 864 RG)
Decisão	A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual (LOA) e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assunto	Cumprimento da pena após o trânsito em julgado.
Referência	ADC 43/DF, ADC 44/DF e ADC 54/DF
Decisão	É constitucional o art. 283 do Código de Processo Penal, no que condiciona o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado do título condenatório, tendo em vista o que disposto no art. 5º, LVII, da CF. De acordo com o referido preceito constitucional, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Outubro

Assunto	Resolução do Senado Federal: operação de crédito e cessão de dívida ativa a bancos.
Referência	ADI 3.786/DF e ADI 3.845/DF
Decisão	É inconstitucional a Resolução 33/2006 do Senado Federal. Inexiste correspondência entre o conceito de operação de crédito da Lei de Responsabilidade Fiscal e a “cessão” disciplinada pela resolução. A alteração na forma de cobrança da dívida ativa, tanto tributária quanto não tributária, demanda tratamento estritamente legal, afastada a competência do Senado para disciplinar a matéria por meio de resolução.



Outubro

Assunto	Exploração de recursos naturais não renováveis e repasse de <i>royalties</i> a Municípios.
Referência	ADI 4.846/ES
Decisão	É constitucional a imposição legal de repasse de parcela das receitas transferidas aos Estados-membros para os Municípios integrantes da territorialidade do ente político maior, preservada a vigência do art. 9º da Lei 7.990/1989, que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva”.

Assunto	Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública e FGTS.
Referência	RE 643.978/SE (Tema 850 RG)
Decisão	O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Assunto	Anulação de anistia e prazo decadencial.
Referência	RE 817.338/DF (Tema 839 RG)
Decisão	No exercício do seu poder de autotutela, poderá a administração pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica, com fundamento na Portaria 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.

Assunto	Delatado e direito de falar por último.
Referência	HC 166.373/PR
Decisão	Corréus delatados têm o direito de apresentar alegações finais depois dos réus que firmarem acordo de colaboração. Prevaleceu o entendimento de que, como os interesses são conflitantes, a concessão de prazos sucessivos, a fim de possibilitar que o delatado se manifeste por último, assegura o direito fundamental da ampla defesa e do contraditório.



Setembro

Assunto	Crime de estupro e “beijo lascivo”.
Referência	HC 134.591/SP
Decisão	Denegada a ordem em <i>habeas corpus</i> no qual se pretendia a desclassificação do delito previsto no art. 217-A do Código Penal (CP) – “estupro de vulnerável” – para a conduta versada no art. 65 da Lei das Contravenções Penais (LCP). Considerou que, para determinadas idades, a conotação sexual é uma questão de abuso de poder e confiança.

Assunto	Servidor público: reajuste de vencimentos e dever estatal de indenização.
Referência	RE 565.089/SP (Tema 19 RG)
Decisão	O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do art. 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Deve o Poder Executivo, no entanto, se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.

Assunto	Combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i> e dispersão por aeronave.
Referência	ADI 5.592/DF
Decisão	Tanto a aprovação das autoridades sanitárias e ambientais competentes quanto a comprovação científica da eficácia da medida são condições prévias e inafastáveis à incorporação de mecanismo de controle vetorial por meio de dispersão por aeronaves.

Assunto	Limite de despesas com pessoal e exclusão dos gastos com pensionistas.
Referência	ADI 6.129/GO
Decisão	Afastada, para aferição da observância, ou não, do teto legalmente fixado, a exclusão do conceito de limite de despesas com pessoal dos valores alusivos ao pagamento de pensionistas, assim como os referentes ao imposto, retido na fonte, incidente sobre os rendimentos pagos aos agentes públicos.

Assunto	Responsabilidade civil objetiva e acidente de trabalho.
Referência	RE 828.040/DF (Tema 932 RG)
Decisão	O empregado que desenvolve atividade de risco tem direito a ser indenizado pelo seu empregador por danos morais e materiais decorrente de acidente de trabalho.



Agosto

Assunto	Recolhimento compulsório de crianças e direito de ir e vir.
Referência	ADI 3.446/DF
Decisão	São constitucionais os arts. 16, I; 105; 122, II e III; 136, I; 138; e 230 da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais asseguram o direito de crianças e adolescentes de ir, vir e estar em logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

Assunto	Inaplicabilidade a empregados de fundações públicas de direito privado da estabilidade do art. 19 do ADCT.
Referência	RE 716.378/SP (Tema 545 RG)
Decisão	A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende (i) do estatuto de sua criação ou autorização e (ii) das atividades por ela prestadas. As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado. A estabilidade especial do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não se estende aos empregados das fundações públicas de direito privado, aplicando-se tão somente aos servidores das pessoas jurídicas de direito público.

Assunto	Medida provisória: rejeição e reedição.
Referência	ADI 6.062 MC-Ref/DF, ADI 6.172 MC-Ref/DF, ADI 6.173 MC-Ref/DF e ADI 6.174 MC-Ref/DF
Decisão	Referendadas medidas cautelares em ações diretas de inconstitucionalidade para restabelecer a competência da Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça, para a demarcação de terras indígenas.

Junho

Assunto	Competência jurisdicional e validade de provas produzidas.
Referência	Rcl 25.537/DF e AC 4.297/DF
Decisão	Julgado, por maioria, parcialmente procedente pedido formulado em reclamação para reconhecer a usurpação da competência do STF e confirmar a liminar deferida no que toca à tramitação, no âmbito da Suprema Corte, do Inq 4.335, da Pet 6.353 e da AC 4.285. Além disso, o Tribunal declarou a licitude das provas cuja produção dispensam prévia autorização judicial e, em relação aos detentores de prerrogativa de foro, a ilicitude das interceptações telefônicas e da quebra de sigilo de dados telefônicos.



Junho

Assunto	Extinção de conselhos por decreto.
Referência	ADI 6.121 MC/DF
Decisão	Afastada a possibilidade de ter-se a extinção, por ato unilateralmente editado pelo chefe do Executivo, de colegiado cuja existência encontre menção em lei em sentido formal, ainda que ausente expressa referência sobre a competência ou a composição.

Assunto	Homofobia e omissão legislativa.
Referência	ADO 26/DF
Decisão	<p>O Plenário, por maioria, julgou procedente o pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, com eficácia geral e efeito vinculante, para: a) reconhecer o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se referem os incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBT; b) declarar, em consequência, a existência de omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União; c) cientificar o Congresso Nacional, para os fins e efeitos a que se refere o art. 103, § 2º, da Constituição c/c o art. 12-H, <i>caput</i>, da Lei 9.868/1999; d) dar interpretação conforme à Constituição, em face dos mandados constitucionais de incriminação inscritos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Carta Política, para enquadrar a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei 7.716/1989, até que sobrevenha legislação autônoma, editada pelo Congresso Nacional, seja por considerar-se, nos termos deste voto, que as práticas homotransfóbicas qualificam-se como espécies do gênero racismo, na dimensão de racismo social consagrada pelo STF no julgamento plenário do HC 82.424/RS (caso Ellwanger), na medida em que tais condutas importam em atos de segregação que inferiorizam membros integrantes do grupo LGBT, em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero, seja, ainda, porque tais comportamentos de homotransfobia ajustam-se ao conceito de atos de discriminação e de ofensa a direitos e liberdades fundamentais daqueles que compõem o grupo vulnerável em questão; e e) declarar que os efeitos da interpretação conforme a que se refere a alínea <i>d</i> somente se aplicarão a partir da data em que se concluir o presente julgamento.</p> <p>Ademais, o Plenário, por maioria, julgou procedente o mandado de injunção para (i) reconhecer a mora inconstitucional do Congresso Nacional; e (ii) aplicar, com efeitos prospectivos, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito, a Lei 7.716/1989, a fim de estender a tipificação prevista para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional à discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.</p>



Maio

Assunto	Alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista.
Referência	ADI 5.624 MC-Ref/DF
Decisão	Referendada parcialmente medida cautelar anteriormente concedida em ação direta de inconstitucionalidade, para conferir ao art. 29, <i>caput</i> , XVIII, da Lei 13.303/2016 interpretação conforme à Constituição Federal, nos seguintes termos: i) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação; e ii) a exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica à alienação do controle de suas subsidiárias e controladas.

Assunto	Exigência de apresentação de atestado médico para o afastamento de gestante e de lactante de atividade insalubre.
Referência	ADI 5.938/DF
Decisão	É inconstitucional a expressão “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”, contida nos incisos II e III do art. 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inseridos pelo art. 1º da Lei 13.467/2017. A proteção à maternidade e a integral proteção à criança, inclusive ao nascituro e ao recém-nascido lactente, são direitos irrenunciáveis.

Assunto	Direito à saúde: demanda judicial e responsabilidade solidária dos entes federados.
Referência	RE 855.178 ED/SE (Tema 793 RG)
Decisão	Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde. Diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.



Maio

Assunto	Direito à saúde e medicamento sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
Referência	RE 657.718/MG
Decisão	O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. A ausência de registro na Anvisa impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da Anvisa em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras); (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão necessariamente ser propostas em face da União.

Assunto	ADPF e Plano Real.
Referência	ADPF 77/DF
Decisão	É constitucional o art. 38 da Lei 8.880/1994, não importando a aplicação imediata desse dispositivo violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Assunto	Processo penal e contagem de prazo em reclamação.
Referência	Rcl 23.045 ED-AgR
Decisão	A contagem de prazos no contexto de reclamações cujo ato impugnado tiver sido produzido em processo ou procedimento de natureza penal submete-se ao art. 798 do Código de Processo Penal.

Assunto	Concessão de indulto natalino pelo Presidente da República.
Referência	ADI 5.874/DF
Decisão	É válido o Decreto 9.246/2017, que dispõe sobre a concessão de indulto natalino e a comutação de penas.



Abril

Assunto	Lei municipal e proibição de transporte remunerado individual de pessoas.
Referência	RE 1.054.110/SP (Tema 967 RG)
Decisão	A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.

Assunto	Direito dos deputados estaduais às imunidades formal e material e à inviolabilidade.
Referência	ADI 5.823 MC/RN
Decisão	Os deputados estaduais têm direito às imunidades formal e material e à inviolabilidade conferidas pelo constituinte aos congressistas, no que estendidas, expressamente, pelo § 1º do art. 27 da CF.

Assunto	Suspensão de direitos políticos e substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
Referência	RE 601.182/MG (Tema 370 RG)
Decisão	A suspensão de direitos políticos prevista no art. 15, III, da Constituição Federal (CF) aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Assunto	Creditamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Zona Franca de Manaus (ZFM).
Referência	RE 592.891/SP e RE 596.614/SP (Tema 322 RG)
Decisão	Há direito ao creditamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na entrada de insumos, matéria-prima e material de embalagem adquiridos junto à Zona Franca de Manaus (ZFM) sob o regime da isenção, considerada a previsão de incentivos regionais constante do art. 43, § 2º, III, da Constituição Federal, combinada com o comando do art. 40 do ADCT.

Assunto	ISS: regime de tributação fixa e sociedades profissionais de advogados.
Referência	RE 940.769/RS (Tema 918 RG)
Decisão	É inconstitucional lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais na forma estabelecida por lei nacional.



Março

Assunto	Multa de trânsito e exercício do direito de propriedade.
Referência	ADI 2.998/DF
Decisão	O Plenário do STF deu interpretação conforme a Constituição ao art. 161, parágrafo único, do CTB, para afastar a possibilidade de estabelecimento de sanção por parte do Conselho Nacional de Trânsito e, por decisão majoritária, declarou a nulidade da expressão “ou das Resoluções do Contran”, constante do art. 161, <i>caput</i> , do CTB, bem como reputou prejudicado o pleito referente ao art. 288, § 2º, do CTB. O Tribunal entendeu que as exigências contidas nos arts. 124, VIII; 128; e 131, § 2º, não limitam o direito de propriedade, tampouco constituem-se coação política para arrecadar o que é devido, mas de dados inerentes às sucessivas renovações dos certificados de registro do automóvel junto ao órgão competente, para a liberação do trânsito de veículos.

Assunto	Lei estadual e sacrifício de animais em rituais de religiões de matriz africana.
Referência	RE 494.601/RS
Decisão	É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Assunto	Prestação de serviço de logística pela ECT e dispensa de licitação.
Referência	MS 34.939/DF
Decisão	Os serviços de logística devem ser entendidos como afins ao serviço postal, o que justifica a aplicação de regime diferenciado previsto no art. 24, VIII, da Lei 8.666/1993. A ECT preenche todos os requisitos legais necessários à possibilidade de sua contratação direta, haja vista integrar a administração e ter sido criada em data anterior à da Lei 8.666/1993 para prestação de serviços postais, entre os quais se incluem os serviços de logística integrada.

Assunto	Competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes eleitorais e comuns que lhes forem conexos.
Referência	Inq 4.435 AgR-quarto/DF
Decisão	Compete à Justiça Eleitoral julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos.



Fevereiro

Assunto	Meninas vítimas de estupro e exigência de perito legista mulher.
Referência	ADI 6.039 MC/RJ
Decisão	As crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência deverão ser, obrigatoriamente, examinadas por legista mulher, desde que não importe retardamento ou prejuízo da diligência. Atribuíram-se excepcionais efeitos <i>ex tunc</i> à decisão, a fim de resguardar as perícias que porventura tenham sido feitas por profissionais do sexo masculino.

Assunto	Procurador municipal e teto remuneratório.
Referência	RE 663.696/MG (Tema 510 RG)
Decisão	A expressão “Procuradores” contida na parte final do inciso XI do art. 37 da Constituição da República compreende os procuradores municipais, uma vez que esses se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF.

Assunto	Sujeição das operadoras de planos de saúde ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
Referência	RE 651.703 ED-primeiros a terceiros/PR (Tema 581 RG)
Decisão	As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita ao ISSQN, previsto no art. 156, III, da Constituição Federal/1988.

Assunto	Responsabilidade do Estado por atos dos tabeliães e registradores oficiais.
Referência	RE 842.846/RJ (Tema 777 RG)
Decisão	O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

Assunto	Sindicato: legitimidade <i>ad causam</i> e registro no Ministério do Trabalho.
Referência	RE 740.434 AgR/MA
Decisão	A legitimidade dos sindicatos para representação de determinada categoria depende do devido registro no Ministério do Trabalho em obediência ao princípio constitucional da unicidade sindical (CF, art. 8º, II).



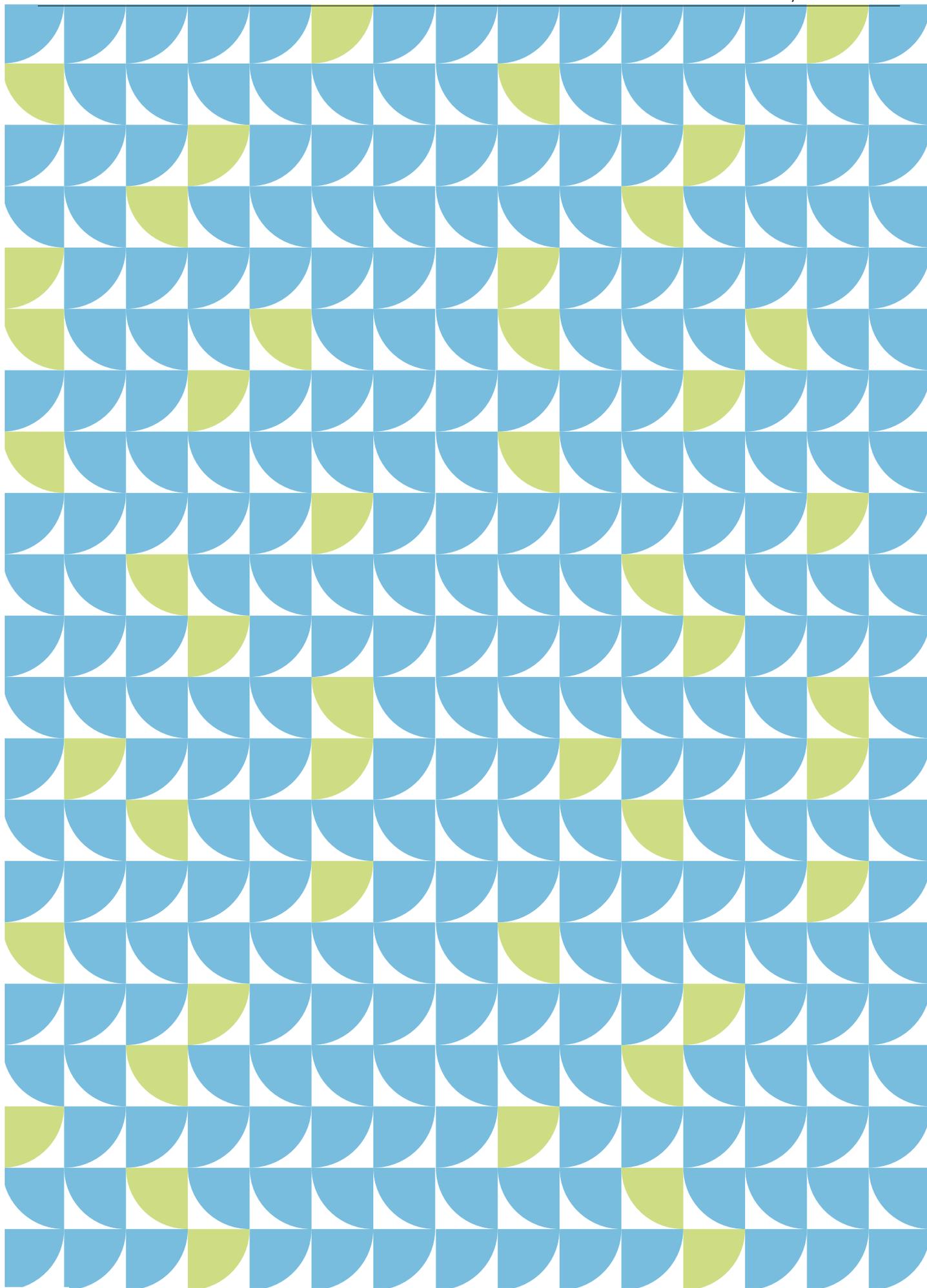
Fevereiro

Assunto	Prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo.
Referência	ADI 5.814 MC-AgR-AgR/RR e ARE 830.727 AgR/SC
Decisão	Não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo, mesmo que seja para interposição de recurso extraordinário em processo de fiscalização normativa abstrata.

Assunto	Fixação de piso salarial em múltiplos do salário mínimo.
Referência	RE 1.077.813 AgR/PR
Decisão	Não há vedação para a fixação de piso salarial em múltiplos do salário mínimo, desde que inexistam reajustes automáticos.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência.





3. *Processos internos*

***transparência e articulação
institucional***

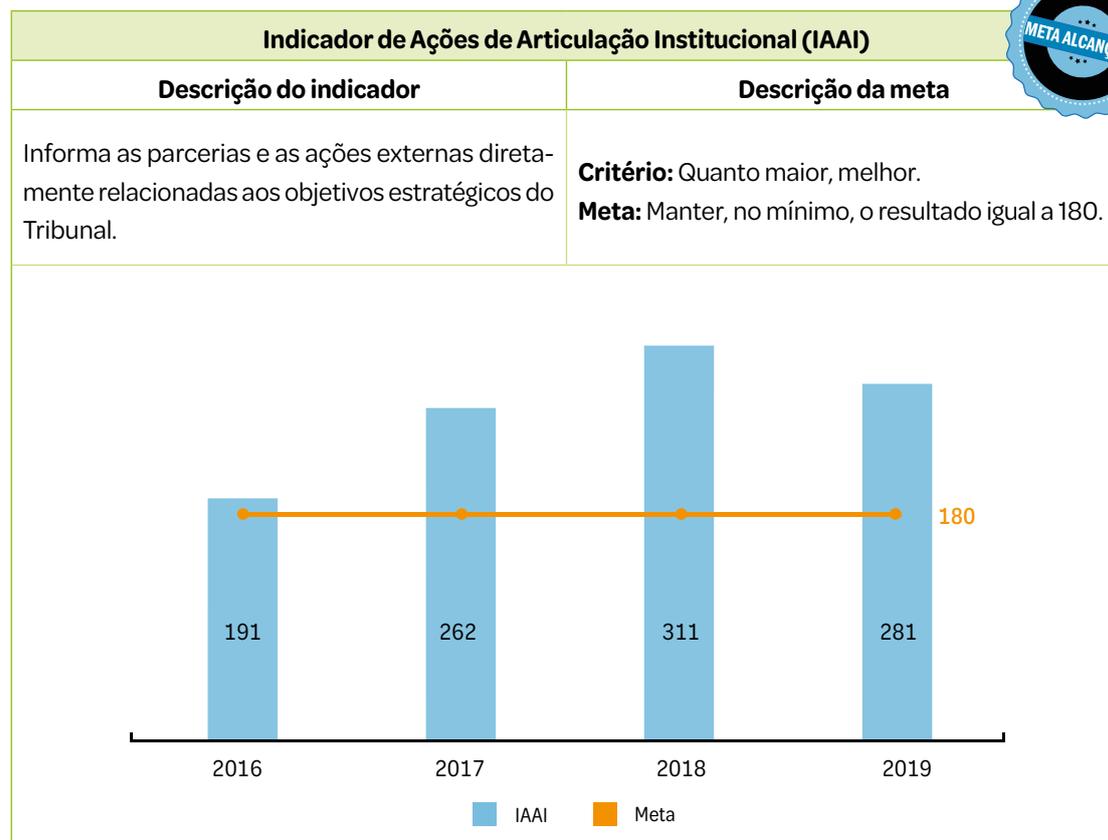


67.880**Solicitações recebidas pela
Central do Cidadão***média mensal de 5.657 demandas***18.912****Pedidos de revisão de processos criminais
e benefícios penais, na forma de cartas
escritas pelos próprios presos***Parceria com a Defensoria Pública da União***1.900****Notícias divulgadas no Portal do STF****8.471.645****Acessos****201.532****Novos seguidores no Twitter****61,8 milhões****de visualizações****320.000****Inscritos no canal do YouTube****41,8 milhões****de visualizações****964****Programas e documentários***produzidos pela TV Justiça***2.380****Programas***produzidos pela Rádio Justiça***21.951****Matérias***veiculadas na Rádio Justiça***12****Edições do Mercojur****37.146****Visitantes do programa "Portas Abertas"****242****Visitantes estrangeiros**

3.1 Objetivos estratégicos: PE – STF Rumo a 2020⁹

- Fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público.
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa do Tribunal.
- Fortalecer as relações institucionais do STF no âmbito nacional e internacional.

3.1.1 Indicador de Ações de Articulação Institucional (IAAI)

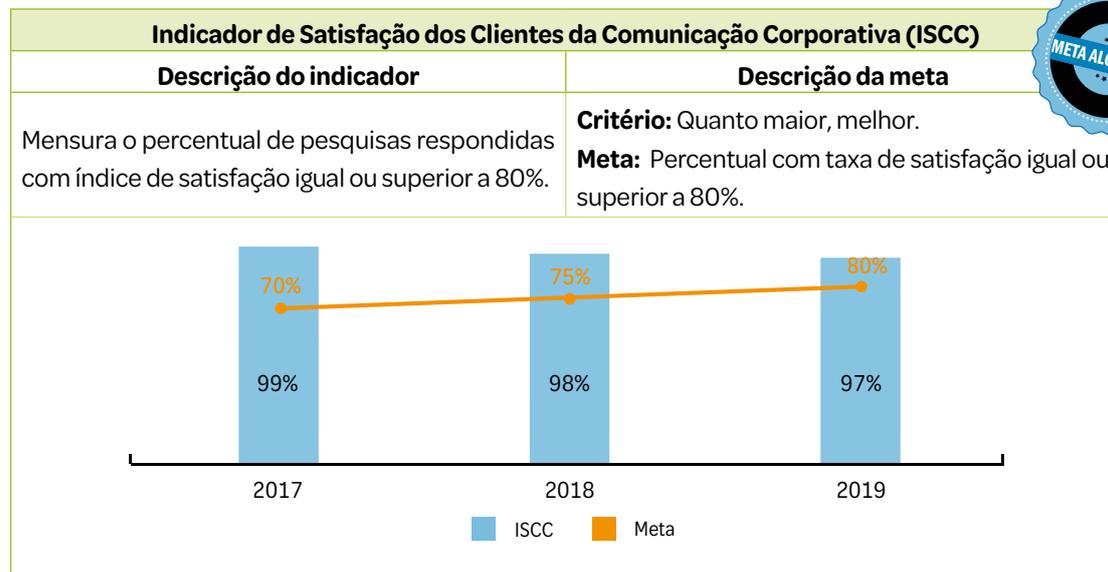


Fonte: Controles internos da Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Atualizado em 8/1/2020.

⁹ Os dados referentes ao ano 2019 apresentados nos indicadores deste capítulo contemplam o período de 1º/1 a 31/12/2019.



3.1.2 Indicador de Satisfação dos Clientes da Comunicação Corporativa (ISCC)



Fonte: Controles internos da Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Atualizado em 8/1/2020.

3.2 Sessões solenes

2 de fevereiro – Abertura do Ano Judiciário



Solenidade de Abertura do Ano Judiciário, com a participação de diversas autoridades dos Poderes da União. A cerimônia marcou o retorno das atividades jurisdicionais.

3 de abril – Manifesto em Apoio ao Supremo Tribunal Federal



O Plenário do STF realizou sessão solene destinada à entrega, pela sociedade civil, do *Manifesto em Apoio ao Supremo Tribunal Federal*. Entre as autoridades presentes, estavam o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Procuradora-Geral da República e o Presidente da Câmara dos Deputados. O documento foi assinado por representantes de mais de 160 entidades.



21 de agosto – Homenagem aos 30 anos da posse do Ministro Celso de Mello

Os Ministros do STF homenagearam, no início da sessão extraordinária do dia 21 de agosto de 2019, o decano Celso de Mello pelos seus 30 anos como integrante da Corte.



23 de outubro – Homenagem aos 10 anos da posse do Ministro Dias Toffoli

O Plenário do STF, no início da sessão de julgamentos do dia 23 de outubro de 2019, prestou homenagem ao Presidente da Corte, Ministro Dias Toffoli, pelos 10 anos de sua posse no Tribunal.



21 de novembro – Homenagem ao centenário do Ministro Djaci Falcão

Comemoração do centenário de nascimento do Ministro Djaci Falcão (1919-2012), que atuou na Corte por 22 anos, entre 1967 e 1989, e presidiu o Tribunal no biênio 1975-1977. Perante autoridades e a família do homenageado, o Ministro Luiz Fux enalteceu a trajetória do magistrado paraibano. Na ocasião, o Ministro Dias Toffoli inaugurou a exposição em memória ao jurista.



3.3 Audiências públicas

As audiências públicas foram regulamentadas no STF pela Emenda Regimental 29/2009, que atribuiu competência ao Presidente ou ao relator, nos termos dos arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF, para convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante.

Em virtude da transparência e da publicidade, as audiências são transmitidas pela TV Justiça e pela Rádio Justiça, nos termos do art. 154, parágrafo único, V, do RISTF.

Em 2019, houve 4 audiências públicas no STF:

Enquadramento criminal de não recolhimento de ICMS

Data: 11/3

Relator: Ministro Roberto Barroso

Referência: RHC 163.334/SC



Conflitos federativos sobre questões fiscais dos Estados e da União

Data: 25/6

Relator: Ministro Luiz Fux

Referência: ACO 3.233/MG



Liberdades públicas de expressão artística, cultural, de comunicação e direito à informação

Data: 4/11

Relatora: Ministra Cármen Lúcia

Referência: ADPF 614/DF



Candidatura avulsa

Data: 9/12

Relator: Ministro Roberto Barroso

Referência: RE 1.238.853/RJ



3.4 Central do Cidadão

A Central do Cidadão é a estrutura de apoio do STF para comunicação direta com o cidadão e com o jurisdicionado. Com foco na excelência do atendimento, **desempenha a tarefa de articular com as unidades internas competentes resposta às solicitações e manifestações recebidas da sociedade**, orientando e transmitindo informações, bem como redirecionando pedidos a outros órgãos públicos.

Na revisão da estrutura orgânica do Tribunal, ocorrida em junho de 2019, a **Central do Cidadão deixou de integrar a SEJ e passou a ser uma assessoria vinculada diretamente à Secretaria-Geral da Presidência (SG)**, incorporando também o serviço de informações processuais, antes coordenado pela SEJ.

A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 – LAI) entrou em vigor em 16 de maio de 2012, para regulamentar o art. 5º, XIV e XXXIII, da Constituição da República.

No âmbito do STF, a LAI foi regulamentada pela Resolução 528/2014, **que atribuiu à Central do Cidadão a competência para receber e responder os pedidos baseados na lei**, direcionando para as unidades competentes as informações não divulgadas e respondendo ao requerente no prazo legal.

Em 2019 foram analisadas e concluídas:



Em 2019 também foram realizados:



Fonte: Central do Cidadão do STF. Em 8/1/2020.

Um grande esforço da Central do Cidadão é o tratamento dado às cartas enviadas por presos hipossuficientes em busca de revisão de processos criminais, benefícios penais, informações processuais ou providências correlatas. O STF e a Defensoria Pública da União (DPU) firmaram o Acordo de Cooperação 6/2018, por meio do qual foi possível encaminhar à DPU mais de 18.912 correspondências enviadas ao STF, para as devidas providências processuais e extrajudiciais.

Essa demanda está relacionada a outras instâncias, e não ao STF. A DPU oferece tratamento técnico às cartas e, quando detecta não ter competência para atuar diretamente, as encaminha às defensorias estaduais competentes, o que permite maior celeridade ao processo.



Assinatura do acordo entre STF e DPU.

3.5 Comunicação institucional

A Coordenadoria de Imprensa (CIMP) do STF tem como objetivos institucionais: **informar a sociedade e dar visibilidade e transparência aos principais atos da Suprema Corte**. Para isso, a unidade gerencia a comunicação interna e externa do Tribunal e atende diretamente a jornalistas e veículos de comunicação por meio do serviço de assessoria de imprensa. Ao lado da Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça (COTR), utiliza diferentes ferramentas de comunicação institucional para dar visibilidade às ações do Tribunal, como o portal do STF, o *Twitter* e o canal do STF no *YouTube*, além da TV Justiça e da Rádio Justiça.



PORTAL STF – WWW.STF.JUS.BR

1.900 notícias divulgadas

8.471.645 acessos

TWITTER DO STF – TWITTER.COM/STF_OFICIAL
E @STF_INTL

1.882.526 seguidores

61,8 milhões de visualizações (@STF_intl)

201.532 novos seguidores em 2019

PORTAL INTERNACIONAL

150 notícias de destaque

71 clippings em idioma original

282.417 visualizações, referentes a 164.613 usuários

12 edições do *Mercojur* – boletim eletrônico de jurisprudência comparada dos Supremos Tribunais e Cortes Constitucionais dos Estados-partes do Mercosul e associados, com versões em português, inglês e espanhol

STF NO YOUTUBE – YOUTUBE.COM/STF

320 mil inscritos

41,8 milhões de visualizações

66.385 novos seguidores em 2019

STF lança página com informações sobre a Presidência da Corte



O portal do STF agora conta com uma página destinada a reunir informações da atuação da Presidência, como decisões, acervo, agenda, publicações, reportagens, vídeos e fotografias. A página permite pesquisar matérias da atual gestão e das duas anteriores. Textos, vídeos e imagens das Presidências anteriores a 2016 serão inseridos gradativamente.

Acesse a página da Presidência



3.5.1 TV Justiça e Rádio Justiça

A TV Justiça e a Rádio Justiça são emissoras públicas de caráter institucional administradas pelo STF e têm o propósito de ser um espaço de comunicação e aproximação entre os cidadãos e o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia.

A transmissão ao vivo de audiências públicas e sessões plenárias do Tribunal é um dos destaques nas emissoras. Para garantir a acessibilidade, a TV Justiça exibe programação com tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) desde 4 de outubro de 2017.

Os principais destaques da TV e Rádio Justiça em 2019 foram:

Março

TV Justiça torna-se a primeira emissora brasileira a transmitir a programação ao vivo, de forma ininterrupta, pelo Twitter.

Abril

*TV Justiça adere à campanha do CNJ “Fake news não”.
45.785 impressões¹⁰ no Twitter
12.174 impressões¹¹ no YouTube*

*TV Justiça inicia a participação na campanha do CNJ “Aqui tem Justiça”.
604.650 impressões no Twitter
13.713 impressões no YouTube*

Maio

Rádio Justiça comemora 15 anos de existência.

Agosto

Grade de programação da TV Justiça é reformulada.

TV Justiça comemora 17 anos de existência.

Setembro

Rádio Justiça estreia o programa “A hora do maestro”.

Primeiro podcast da Rádio Justiça é lançado: “Aconteceu no STF”.

Documentário O Silêncio dos Homens é exibido.

Dezembro

Palestra “Nova TV Justiça” é proferida durante o III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário.

¹⁰ Métrica utilizada pelo Twitter que indica o número de vezes que o tweet foi visualizado.

¹¹ Métrica utilizada pelo YouTube que indica o número de vezes que a miniatura do vídeo de um canal foi mostrada aos espectadores (inscritos ou não no canal em referência). Dessa forma, quanto maior a impressão no YouTube maior será o potencial de alcance de divulgação do vídeo.



TV JUSTIÇA

6.433Matérias
veiculadas**964**Programas
produzidos**22**Documentários
produzidos**7.262**Tweets
publicados**6.305**Vídeos no
YouTube**5.718**Notícias
no site

RÁDIO JUSTIÇA

21.951Matérias
veiculadas**2.380**Programas
produzidos**2.520**Tweets
publicados**5.130**Notícias
no site

3.6 Programa “Portas Abertas”

O STF abre suas portas à sociedade por meio da iniciativa “Portas Abertas”, nas modalidades: visitas acessíveis aos surdos; visitas às sessões de julgamento no Plenário; e visitas às sessões de julgamento nas Turmas.

Monitores acolhem os visitantes e informam sobre a história e o funcionamento da Suprema Corte, com tradução em inglês, espanhol, francês, italiano e em Libras – língua de sinais.



Programa "Portas Abertas"

37.146

visitantes

242

estrangeiros

5.318

graduandos em Direito receberam certificado de comparecimento

▲ **6%**de visitantes em
relação a 2018**82.283**acessos à página *web* do programa de visitação

Alunos do Centro de Ensino Ebenézer, de Ceilândia (DF), visitam exposi o no Espaço Menezes Direito, no túnel de liga o entre o Edifício-Sede e o Anexo I do STF.

A visita o pública ao STF está disponível nos dias úteis, preferencialmente mediante agendamento prévio. Informa oes adicionais podem ser encontradas no portal do STF, na internet.

Agende sua visita



3.7 Destaques no Supremo¹²

Módulo de Jurisdição Extraordinária – parceria com o STJ e o CNJ

O projeto tem como objetivo dar integração plena entre os diversos sistemas processuais eletrônicos existentes e os sistemas do STF e do STJ. Desse modo, busca uniformizar os juízos de admissibilidade, reduzir o tempo de tramitação processual, permitir o maior aproveitamento dos recursos humanos e materiais de todos os tribunais brasileiros e aprimorar o monitoramento nacional de causas de grande impacto que dependam da atuação do STF ou do STJ.

Modernização do sistema de julgamento virtual do STF

Votação *on-line* de todos os tipos de processos e incidentes processuais, bem como seu acompanhamento em tempo real quanto à conclusão dos votos dos Ministros no *site*.

Painel Multissetorial de Checagem de Informações e Combate a Notícias Falsas

Com a participação de mais de 26 entidades signatárias, entre elas STF, STJ, CNJ e CJF, o painel tem como um dos objetivos a checagem de informações que sejam consideradas falsas, tendo em vista que a Justiça brasileira lida diariamente com temas sensíveis, o que requer a confiabilidade do teor de suas decisões.



Ampliação do Plenário Virtual

Ministros do STF aprovaram emenda ao RISTF para ampliar rol de processos que podem ser julgados em ambiente virtual, a fim de promover maior celeridade processual.

“Aqui tem Justiça”

A campanha, de âmbito nacional, busca divulgar informações relativas a projetos e decisões do Poder Judiciário de todo o País por meio das redes sociais.



Integração do Judiciário

A Presidência do STF visitou os tribunais estaduais, regionais federais, trabalhistas, eleitorais, militares e seções judiciárias da Justiça Federal com o propósito de ampliar a cooperação e a integração entre os órgãos do Judiciário. Os Estados visitados foram Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Amapá, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Roraima, Ceará, Mato Grosso, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe e Pernambuco.

¹² Os destaques foram ordenados por temas, tais como inovação tecnológica, inclusão, eventos.



“Programa Teixeira de Freitas”

O programa destina-se a propiciar o conhecimento da realidade jurídica brasileira, aliada à experiência prática, a estudantes estrangeiros de graduação e de pós-graduação participantes do “Programa de Intercâmbio Acadêmico-Jurídico”, realizado pelos países-membros do Mercosul e países associados e convidados. O STF recepcionou, em 2019, 8 estudantes de Direito: 3 do Chile, 2 da Argentina, 1 do Paraguai, 1 da República Democrática do Congo e 1 do Senegal. Além dos estudantes, o Tribunal recebeu 1 professora doutora da Colômbia e 3 professores doutores da Argentina.

Acessibilidade

O STF vem trabalhando no sentido de aumentar a acessibilidade a partir de audiodescrição simultânea das sessões plenárias e da disponibilização do serviço de intérpretes de Libras para cursos e eventos internos no Tribunal.

Contratação de associação de pessoas com deficiência

Um grupo de 234 pessoas com deficiência, a maioria delas com *deficit* auditivo, trabalha com digitalização, tratamento de imagens, indexação e gestão arquivística e documental do acervo do STF. A medida faz parte do programa de inclusão social desenvolvido na Suprema Corte em convênio firmado com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe).



Presidente do STF participa de sessão especial de exibição do documentário *A Juíza*

O STF realizou sessão especial, no dia 8 de maio, para exibir o documentário *A Juíza*. No evento, o Presidente do STF reforçou a necessidade de o debate sobre a igualdade de gênero ser incluído na agenda do Judiciário nacional e de o Brasil progredir em relação ao tema.



Novo ciclo do Planejamento Estratégico 2021-2025

O STF recebeu o palestrante Leandro Karnal, que abordou o tema “Planejamento e estratégia: o futuro começa agora”, como parte do início do novo Planejamento Estratégico 2021-2025, em fase de elaboração na Corte.



Transformação digital no STF

O STF participou do Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecossistema de Justiça – Expojud, que debateu o tema da justiça no futuro. Durante o evento, o Diretor-Geral defendeu a necessidade de investimento na transformação digital para melhorar a prestação jurisdicional.

Palestra “O código da inteligência: a excelência emocional e profissional”

No dia 25 de maio, o médico psiquiatra Augusto Cury debateu com o público interno aspectos da gestão de emoções. A iniciativa demonstra a preocupação do STF com a saúde emocional de seus integrantes.



Inauguração da nova Livraria do Supremo

A nova instalação da Livraria do Supremo entrou no roteiro das visitas guiadas. A livraria tem como objetivo oferecer ao público as publicações editoriais e coletâneas do STF.



Comemoração do 128º aniversário da Biblioteca Ministro Vítor Nunes Leal

O evento contou com a apresentação do coral do STF e com a reedição do projeto “Leitura em Família”, o qual, por meio de empréstimo de obras infantojuvenis, dissemina a cultura da leitura aos mais jovens.



Coral indígena

Apresentação do Coral e Orquestra do Conservatório de Música do Juruá no STF. O projeto “Musicalizando Pessoas com Amor e Carinho”, do Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), em parceria com o Exército Brasileiro e o Poder Judiciário, vem transformando, há mais de dois anos, a vida de cerca de 400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio da descoberta e profissionalização de talentos.



Transporte terrestre de servidores e terceirizados realizado por meio de aplicativo

O deslocamento terrestre de servidores e colaboradores a serviço será realizado pela empresa cooperativa de táxi Coobras. A novidade foi instituída pela Instrução Normativa 238/2019. Segundo o Diretor-Geral, a solução proporciona mais agilidade, segurança e economia ao processo.

3.8 Diálogos nacionais e internacionais

O STF fortaleceu as relações entre os Poderes e a sociedade. No último ano, a Presidência realizou cerca de 1.200 audiências, participou de 400 eventos e visitou 60 tribunais em todas as regiões do País, com destaque para:

1º/1

Participação do Presidente do STF na solenidade de posse do Presidente da República.



22/1

Participação do STF no fórum jurídico promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, em defesa de meios de controle para o combate à corrupção.



31/1

Criação, pelo CNJ e CNMP, do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão para monitorar a atuação da Justiça em desastres de grande impacto.

1º/2

Abertura do ano judiciário, com discurso do Presidente do STF em defesa do equilíbrio institucional entre os Poderes e da importância da Justiça para a sociedade.

4/2

Participação do Presidente do STF na abertura do ano legislativo.

5/2

Posse do Ministro Luiz Fux na Presidência da Primeira Turma do STF.



15/2

Estreia da visitação com tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras).



20/2

Reunião com Ministro da Economia para tratar de temas como responsabilidade fiscal dos Estados, reforma da previdência e conjuntura econômica.

Audiência com os indígenas da etnia Xikrin para tratar dos impactos ambientais decorrentes do projeto de mineração nas terras onde vivem.



8/3

Homenagem ao público feminino no Dia Internacional da Mulher, com a exposição “Memórias femininas da construção de Brasília”.

14/3

Abertura de inquérito para apurar ameaças e *fake news* que atingem a Corte como alvo.



21/3

Cerimônia de entrega à Ministra Cármen Lúcia da insígnia de Oficial da Ordem da Legião de Honra da França – honraria criada pelo Imperador Napoleão Bonaparte em 1802 e a mais alta distinção concedida pelo país.



Presença do Presidente do STF no seminário em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de *Down*, promovido pelo Senado Federal.

3/4

Sessão solene destinada à entrega do *Manifesto em Apoio ao Supremo Tribunal Federal*, com a participação do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, da Procuradora-Geral da República e do Presidente da Câmara dos Deputados, entre outras autoridades.



22/4

Evento sediado no STF para a promoção do diálogo entre as Cortes Constitucionais sobre a harmonia do homem com a natureza.

9/5

Visita de 12 governadores para discutir a judicialização da saúde e tratar de ações, em trâmite na Corte, sobre a responsabilidade solidária entre entes federados.

14/5

Participação do STF no evento "*Brazil and the World Economy*" juntamente com os chefes das casas legislativas do Brasil.

Visita monitorada ao STF de oficiais das Forças Armadas, com palestra sobre as atribuições da Corte a alunos da Escola Superior de Guerra.

16/5

Assinaturas de termos de cooperação e convênios com o GDF para a gestão da Praça dos Três Poderes.



29/5

Cerimônia de lançamento do *Anuário da Justiça Brasil 2019*, com o tema “O Judiciário sob ataque – a crise das instituições brasileiras bate à porta dos tribunais”, produzido pela Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) em parceria com a revista *Consultor Jurídico*.



14/6

Apresentação ao Presidente do STF de experiências nas áreas de inteligência artificial, segurança cibernética e sistema prisional israelense. Reunião com o Presidente e o Vice-Presidente da Corte Suprema de Israel, com interlocução sobre a experiência brasileira com a TV Justiça.

16/6

Palestra do jornalista e historiador Laurentino Gomes sobre a construção da identidade brasileira.

25/6

Posse da Ministra Cármen Lúcia na Presidência da Segunda Turma do STF.



1º/7

Divulgação do relatório semestral com destaque para as ações de transparência e modernização administrativa para entrega de serviços jurisdicionais de alta qualidade.



3/7

Reunião do Presidente do STF com representantes da bancada feminina da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para defender a maior participação das mulheres na política.



87

25º Encontro Anual de Presidentes e Magistrados de Tribunais, Cortes e Salas Constitucionais da América Latina, em Cartagena das Índias, na Colômbia, para debater o papel dos Tribunais Constitucionais diante dos novos paradigmas globais.

18/9

Reunião realizada entre o Diretor-Geral, o Chefe de Gabinete da Presidência, o Secretário de Comunicação do STF e os diretores-gerais e secretários de Comunicação dos Tribunais Superiores, além dos conselheiros de Justiça, para tratar sobre definições quanto à trans-missão de programas na Rádio e TV Justiça em 2020.

13/9



Encontro com a Alta Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales para tratar de temas de colaboração bilateral.

4/9

Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o STF e o Governo do Distrito Federal para atendimento psicológico de egressos do sistema prisional. Desde 2008, o STF contrata reeducandos atendidos pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) para atuar em diversas áreas do Tribunal.

26/8



Recepção do Presidente do STF pelo Presidente da Corte Suprema da Argentina para estreitar a cooperação jurídica entre os dois países.

23/8



Visita monitorada às instalações do STF de participantes do "Programa Tobias Barreto", projeto que visa proporcionar intercâmbio entre as jurisdições de países de língua portuguesa.

8/6



3/10

Sessão plenária com a presença do novo Procurador-Geral da República. Em sua saudação, o Presidente do STF ressaltou o papel do Ministério Público na defesa do Estado Democrático de Direito.



14/10

Recepção do Presidente do STF pelo Supremo Tribunal de Justiça e Tribunal Constitucional Federal na cidade de Karlsruhe, na Alemanha.

15/10

Mesa-redonda no Tribunal Constitucional da Alemanha sobre experiências e desafios comuns às Cortes Constitucionais.

24/10

Cerimônia de abertura do *Seminário das Altas Cortes do BRICS* (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que teve como tema “Tecnologia da informação e inteligência artificial: boas práticas, oportunidades e desafios para o Judiciário”.



5/11

Reunião da delegação do STF com os Secretariados do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e do Grupo de Trabalho sobre Suborno Internacional (WGB) da OCDE, para diálogo sobre julgamento a respeito de compartilhamento de dados da UIF com autoridades de investigação competentes.

28/11

Visita do Juiz da Alta Corte da Inglaterra e País de Gales e da Juíza da Corte de Apelação da Inglaterra e País de Gales para tratar de temas de colaboração bilateral e discutir o futuro do Judiciário na era digital.



2/12

Seminário “Diálogos Interinstitucionais” entre STF e Advocacia Federal.

Palestra “Responsabilidade penal pela negação do Holocausto”, proferida pelo professor doutor Marint Heger, da Univesidade Humboldt de Berlim.

3/12

16ª edição do prêmio Inovare de 2019. Foram premiadas e homenageadas iniciativas em 9 Estados e no DF, com temas que abrangem ressocialização prisional, proteção à mulher e ao meio ambiente, erro judiciário, *fake news*, acesso à magistratura e orientação profissional a jovens em casas de acolhimento, entre outros.



5/12

Recepção da delegação do STF e CNJ pela Corte Suprema da China no “*World Forum on Rule of Law in Internet*”, na cidade chinesa de Wuzhen, e pela Corte virtual de Hangzhou, que processa e julga *on-line* causas relacionadas à internet.

11/12

Participação da delegação do STF na reunião do *Working Group on Bribery* da OCDE, em Paris.

17/12

Divulgação da pauta de julgamento do Plenário para 2020, com o objetivo de dar transparência e previsibilidade aos trabalhos da Corte.



3.9 Memória institucional

3.9.1 Exposições no STF

Processos de reconhecimento da união estável homoafetiva – certificação Memória do Mundo Unesco (7/2/2019 a 1º/3/2019)



Exposição no Espaço Cultural Ministro Menezes Direito sobre os processos ADI 4.277/DF e ADPF 132/RJ, que receberam certificado Unesco no programa “Memória do Mundo” como relevantes patrimônios documentais nacionais. Esses julgamentos asseguraram o reconhecimento da união estável homoafetiva e a garantia dos direitos fundamentais aos homossexuais.

Mulheres supremas (8/3/2019 a 5/4/2019)

Exposição comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, no Espaço Cultural Ministro Menezes Direito, com homenagem institucional às servidoras, às Ministras e às colaboradoras da Corte.



Memórias femininas na construção de Brasília (8/3/2019 a 11/4/2019)

Exposição comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, no Hall dos Bustos, que retratou a participação das mulheres na construção de Brasília.



A exposição reproduziu, em espaços cenográficos, a ambientação do universo feminino da época, com peças originais da década de 1960 (utensílios, mobiliário, vestuário e até mesmo automóvel).



Gervásio Baptista (11/4/2019 a 28/6/2019)

Mostra de fotografias, no 2º andar do Edifício-Sede, em homenagem ao fotógrafo da Corte conhecido como o “Fotógrafo dos Presidentes”, falecido em 5 de abril de 2019.



Brasiliense, um panorama (22/4/2019 a 30/7/2019)



A exposição comemorativa dos 59 anos de Brasília exibiu obras produzidas na cidade desde 1960. Fruto do acordo de cooperação firmado entre o STF e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, a mostra expôs obras de arte do acervo do Museu da República sob a curadoria de Charles Cosac.

Obras de Roberto Burle Marx, Alfredo Ceschiatti, Athos Bulcão, Darlan Rosa e outros artistas fizeram parte da exposição.

Água: uso consciente (4/6/2019 a 28/6/2019)

A mostra em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente reuniu trabalhos doados por vários autores para a Associação de Amigos do Museu das Águas de Porto Alegre (Amusa), além de dados relevantes e um breve histórico da atuação do STF a respeito do tema.



Movimento em repouso – Thomas Kellner (22/8/2019 a 8/11/2019)



A exposição foi composta por fotografias do alemão Thomas Kellner, cuja técnica parte da figura estática para, ao estender a película aplicada à folha de contato, conferir movimento à obra e ao título da exposição. Esta segunda mostra decorrente do acordo de cooperação técnica entre o STF e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal ocorreu sob a curadoria de Charles Cosac.

Pinturas nordestinas (7/10/2019 a 19/12/2019)

A mostra, composta por 27 quadros criados por jovens socieducandos da Escola da Unidade de Inter-nação do Recanto das Emas (Unire), fundamentou-se na cultura popular nordestina brasileira, com a releitura de obras de arte de artistas renomados como Romero Britto (temática julina) e xilogravuras de J. Borges. As telas mesclavam pintura, colagem e xilogravura como parte de um projeto de ressocialização por meio da arte.



Os 10 anos do “Viva Bem” (21/10/2019 a 12/1/2020)



A exposição retomou, por meio de 64 fotografias, a trajetória dos 10 anos do “Viva Bem”, programa de qualidade de vida do STF. A mostra, realizada em parceria com a SGP e a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), ressaltou o cuidado dispensado pelo STF às pessoas que fizeram a história do Tribunal.

A República e o Supremo (6/11/2019 a 19/12/2019)

A exposição em homenagem aos 130 anos da Proclamação da República reuniu documentos, quadros e objetos históricos que remontam ao período de transição do Império para a República, com destaque para a participação da Suprema Corte nesse processo de mudança na organização político-jurídica brasileira.



Centenário de nascimento do Ministro Djaci Falcão



A exposição reuniu fotografias originais, indumentárias, documentos e objetos pessoais cedidos pela família do Ministro Djaci Falcão. Exibiu, ainda, registros do Ministro desde a infância na Paraíba e os julgamentos mais relevantes no Supremo Tribunal Federal até momentos após a sua aposentadoria na Corte.

3.9.2 Revitalização do museu do STF

Ministros conhecem pré-projeto para redimensionamento do museu do STF

Paulo Mendes da Rocha, renomado arquiteto brasileiro, apresentou aos Ministros do STF o estudo de arquitetura e expografia para expansão do museu da Corte. A iniciativa busca ampliar o acesso da sociedade ao acervo arquitetônico, artístico e histórico do Tribunal e dar visibilidade a outras ações e exposições que contribuam para a promoção da cidadania, da justiça e da compreensão da Constituição Federal.



STF aprova projeto de expansão do museu da Corte



Os Ministros do STF, em sessão administrativa, aprovaram a expansão do museu da Corte. Atualmente, as instalações têm cerca de 159 m² e contam com sala expositiva e espaço de guarda e conservação do acervo. Com o redimensionamento, o museu terá área de aproximadamente 1,5 mil m², a partir da readequação dos espaços já existentes.

“A metragem atual é nitidamente incompatível com a importância da história e do acervo do STF. A carência de espaço físico dificulta a orgulhosa exibição da memória institucional.”

Ministro Dias Toffoli



3.9.3 Boletins especializados

Quadro 3 – Boletins especializados

Periódico	Descrição	Resultados em 2019
<p>Repercussão Geral em Pauta</p> 	<p>Síntese dos casos examinados pelo Supremo Tribunal na sistemática da repercussão geral, bem como outras informações relevantes sobre o referido instituto.</p>	<p>39 edições (números 68 a 106).</p>
<p>Informativos STF – semanal</p> 	<p>Resumo das decisões proferidas pelo Tribunal com divulgação dos julgamentos realizados pelo Plenário e pelas Turmas.</p>	<p>36 edições (números 928 a 963), totalizando 252 matérias noticiadas, 331.805 acessos no site do STF e 497.828 usuários cadastrados no sistema <i>push</i>.</p>
<p>Informativos STF – por temas</p> 	<p>Síntese dos julgamentos divulgados pelo <i>Informativo STF</i> (semanal) e concluídos no mês, organizada por ramos do direito e por assunto. Disponível nas versões PDF e HTML.</p>	<p>9 edições (números 86 a 94), totalizando 159 matérias noticiadas e 176.101 acessos no site do STF.</p>
<p>Teses e Fundamentos Boletim de Acórdãos Publicados</p> 	<p>Periódico elaborado a partir de acórdãos publicados no mês de referência, com julgamentos noticiados no <i>Informativo STF</i>. O Boletim apresenta os principais fundamentos e as conclusões dos julgados, os quais são enunciados em teses seguidas de breve resumo da fundamentação.</p>	<p>8 edições (números 14 a 21), totalizando 104 matérias noticiadas e 56.726 acessos.</p>
<p>Boletim de Jurisprudência Internacional</p> 	<p>Periódico elaborado para auxiliar na pesquisa de temas e no conhecimento de casos no âmbito do direito constitucional comparado. Contém o resumo de julgamentos do STF e de diversos Tribunais e Cortes internacionais.</p>	<p>Publicação dos volumes: <i>Tipicidade do porte de drogas para uso pessoal</i>; e <i>Revista íntima</i>. 21.629 acessos ao serviço de Boletim de Jurisprudência Internacional.</p>

3.9.4 Lançamentos de publicações institucionais

O STF foi palco para o lançamento de diversas obras jurídicas, com temáticas que guardaram relação com as atividades e a memória do Tribunal.

O lançamento das publicações é regulamentado pelas Resoluções 411/2009 e 438/2010. No período deste relatório, foram lançadas as seguintes obras:

Janeiro

Relatório de Atividades 2018

Resumo das principais atividades realizadas pelo STF durante o ano de 2018.



Fevereiro

Constituição da República Federativa do Brasil, versão em inglês

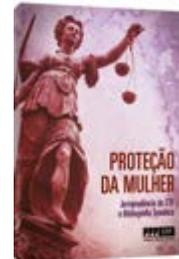
Atualização da Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional 99/2017.



Março

Proteção da Mulher – jurisprudência do STF e bibliografia temática

Lançada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a obra aborda temas discutidos pela Corte, como a participação política das mulheres, as pesquisas com células-tronco embrionárias, o aborto de feto anencéfalo e a equiparação do prazo da licença-adtante ao da licença-gestante.



Plaqueta de posse do Ministro Dias Toffoli na Presidência do STF

Ata da sessão solene de posse do Ministro Dias Toffoli na Presidência do STF, realizada em 13 de setembro de 2018.



Abril**Revista Trimestral de Jurisprudência n. 231**

Veículo oficial de divulgação da jurisprudência do STF composto por coletânea de acórdãos e decisões monocráticas. O volume 231 tem, entre seus destaques: o Referendo na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.638, que trata da competência concorrente do CNJ para investigar juízes (Resolução 135 do CNJ); a Ação Penal 633, acerca da absolvição de deputado federal, por ausência de dolo, da acusação de falsidade ideológica e desobediência; e o Recurso Extraordinário 599.176, em que se discute a responsabilidade da União por débito tributário da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

**Controle de Constitucionalidade (Coletânea Temática de Jurisprudência)**

Compõe-se de trechos de decisões monocráticas e de acórdãos, além de Informativos STF, os quais são elaborados com base nos julgamentos já concluídos pelo Tribunal, mas com acórdãos ainda não publicados.

**Maio****Revista Trimestral de Jurisprudência n. 232**

O volume 232 tem, entre seus destaques: a Ação Direta de Inconstitucionalidade 954, em que se afirma a inconstitucionalidade formal e material de lei sobre o pagamento de custas a juízes de paz; a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.947, na qual se aborda a inconstitucionalidade das normas que autorizavam o TSE a definir o tamanho das bancadas dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados; a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.976, em que se julga a improcedência da ADI contra dispositivos da Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) relativos à responsabilidade civil; e o Mandado de Segurança 27.958, no qual se discute a aplicabilidade do princípio constitucional da inamovibilidade a juízes substitutos.

**Junho****Edição 2018 do livro Informativo STF – teses e fundamentos**

Compilação dos resumos noticiados nos Informativos STF e revisados após a publicação dos acórdãos, com o acréscimo de fundamentos expostos nos votos escritos dos Ministros.



Julho**Manual de Publicações Editoriais do Supremo Tribunal Federal**

Voltado à produção editorial de obras que levam a marca da instituição STF, o manual apresenta os aspectos necessários à caracterização de oficialidade pela qual se devem pautar todas as publicações dessa natureza.

**Revista Trimestral de Jurisprudência n. 233**

O volume 233 tem, entre seus destaques: o Recurso Extraordinário 541.090, no qual se discutem a cobrança de Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de empresas controladas ou coligadas situadas no exterior; a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 640.139, em que se analisa a identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar maus antecedentes; e o Recurso Extraordinário 570.908, no qual se discutem a exoneração de servidor comissionado e o recebimento de férias não gozadas acrescidas de um terço.

**Agosto****Constituição da República Federativa do Brasil, versões em português e em inglês**

Atualização da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional 101/2019. Publicação em português do formato de audiolivro (MP3).

**Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF)**

Atualização do RISTF com a inclusão da Emenda Regimental 52/2019.



Setembro**Revista Trimestral de Jurisprudência n. 234**

O volume 234 tem, entre seus destaques: a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.343, em que é discutida a competência legislativa e administrativa da União para a disciplina e a prestação dos serviços públicos de telecomunicações e energia elétrica; e a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.543, na qual se decidiu que a exigência legal do voto impresso no processo de votação, contendo número de identificação associado à assinatura digital do eleitor, vulnera o segredo do voto, garantia constitucional expressa.

**Guia de Gestão de Processos de Trabalho**

Obra elaborada para munir gestores e servidores do STF com ferramentas necessárias à implementação da gestão de processos de forma integrada, estruturada, abrangente, dinâmica, transparente e inclusiva.

**Outubro****Informativo STF 2014-2018 – teses e fundamentos**

Compilação dos resumos noticiados nos Informativos STF, em um período de cinco anos (2014-2018), e revisados após a publicação dos acórdãos, com o acréscimo de fundamentos expostos nos votos escritos dos Ministros. A coletânea é apresentada em 18 volumes separados por ramo do Direito.

**Novembro****Revista Trimestral de Jurisprudência n. 235**

O volume 235 tem, entre seus destaques: a Ação Direta de Inconstitucionalidade 903, ajuizada contra lei estadual mineira que obrigou empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal a promoverem adaptações em seus veículos para facilitar o acesso de portadores de deficiência e de pessoas com dificuldades de locomoção; o Recurso Extraordinário com Agravo 652.777, no qual o Tribunal reconheceu a legitimidade da divulgação dos vencimentos de servidores públicos (Tema 483 RG); e o Recurso Extraordinário 609.381, no qual o Plenário decidiu que o teto de retribuição estabelecido na Emenda Constitucional 41/2003 tem eficácia imediata e que o corte de valores que ultrapassem o teto constitucional não ofende a garantia da irredutibilidade de vencimentos (Tema 480 RG).



Novembro**Revista Trimestral de Jurisprudência n. 236**

O volume 236 tem, entre seus destaques: a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.943, na qual se decidiu que a Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública; o Recurso Extraordinário 795.567, em que o Plenário decidiu que o confisco do bem, previsto no art. 91, II, do Código Penal, não se aplica no caso de transação penal; e o Recurso Extraordinário 567.985, no qual o Tribunal julgou inconstitucional o critério para a concessão de benefício assistencial a idoso e a deficiente previsto no § 3º do art. 20 da Lei 8.742/1993 (Tema 27 RG).

**Candidaturas Avulsas (Bibliografia Temática)**

Levantamento de bibliografia, jurisprudência e legislação sobre assuntos relevantes em discussão no Tribunal.

**Dezembro****Constituição da República Federativa do Brasil, versão em português**

Atualização da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional 105/2019.

**Plaqueta da sessão em homenagem ao Centenário de Nascimento do Ministro Djaci Falcão**

Ata da sessão em homenagem ao centenário de nascimento do Ministro Djaci Falcão, realizada em 21 de novembro de 2019.



Dezembro

Revista Trimestral de Jurisprudência n. 237

O volume 237 tem, entre seus destaques: o Recurso Extraordinário 606.358, no qual o Plenário decidiu que as vantagens pessoais de servidor público recebidas antes da Emenda Constitucional 41/2003 submetem-se ao teto constitucional (Tema 257 RG); a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.081, na qual o Plenário decidiu que a regra de perda do mandato por infidelidade partidária não se aplica ao sistema eleitoral majoritário; e o Recurso Extraordinário com Agravo 648.629, no qual o Tribunal entendeu que a prerrogativa de intimação pessoal dos procuradores federais não se aplica no rito dos Juizados Especiais Federais (Tema 549 RG).

**Guia de Gestão de Riscos e Guia de Gestão de Projetos**

Obras elaboradas para munir gestores e servidores do STF com ferramentas necessárias à implementação da gestão de riscos e de projetos de forma integrada, estruturada, abrangente, dinâmica, transparente e inclusiva.

**Controle de Dados de Usuários por Provedores de Internet no Exterior (Bibliografia Temática)**

Levantamento de bibliografia, jurisprudência e legislação sobre assuntos relevantes em discussão no Tribunal.



3.10 Comunicação corporativa

A comunicação corporativa é responsável por manter informado o público interno do STF. Destacam-se, entre suas atividades, a realização de campanhas solicitadas pelas unidades do Tribunal – como as destinadas à conscientização socioambiental – e a edição diária do boletim eletrônico *Supremo em Dia*. Essas ações impactaram positivamente o resultado do Indicador de Satisfação dos Clientes da Comunicação Corporativa (ISCC).



8 de fevereiro

Reunião de alinhamento estratégico.



22 de março

Apresentação da nova estrutura orgânica do STF.



24 de maio

Apresentação do “Projeto Victor”.



4 de junho

Semana do Meio Ambiente no tribunal.
Plantio de mudas de ipê.



8 e 9 de julho

Projeto “Leitura nas Férias”.



26 de julho

Simulação de incêndio no STF.



9 de agosto

Início do “Café com Ideias”.



30 de agosto

Redimensionamento da força de trabalho.



14 de outubro

Festa do dia das crianças na Biblioteca.



21 a 25 de outubro

Semana do Bem-Estar.



22 de novembro

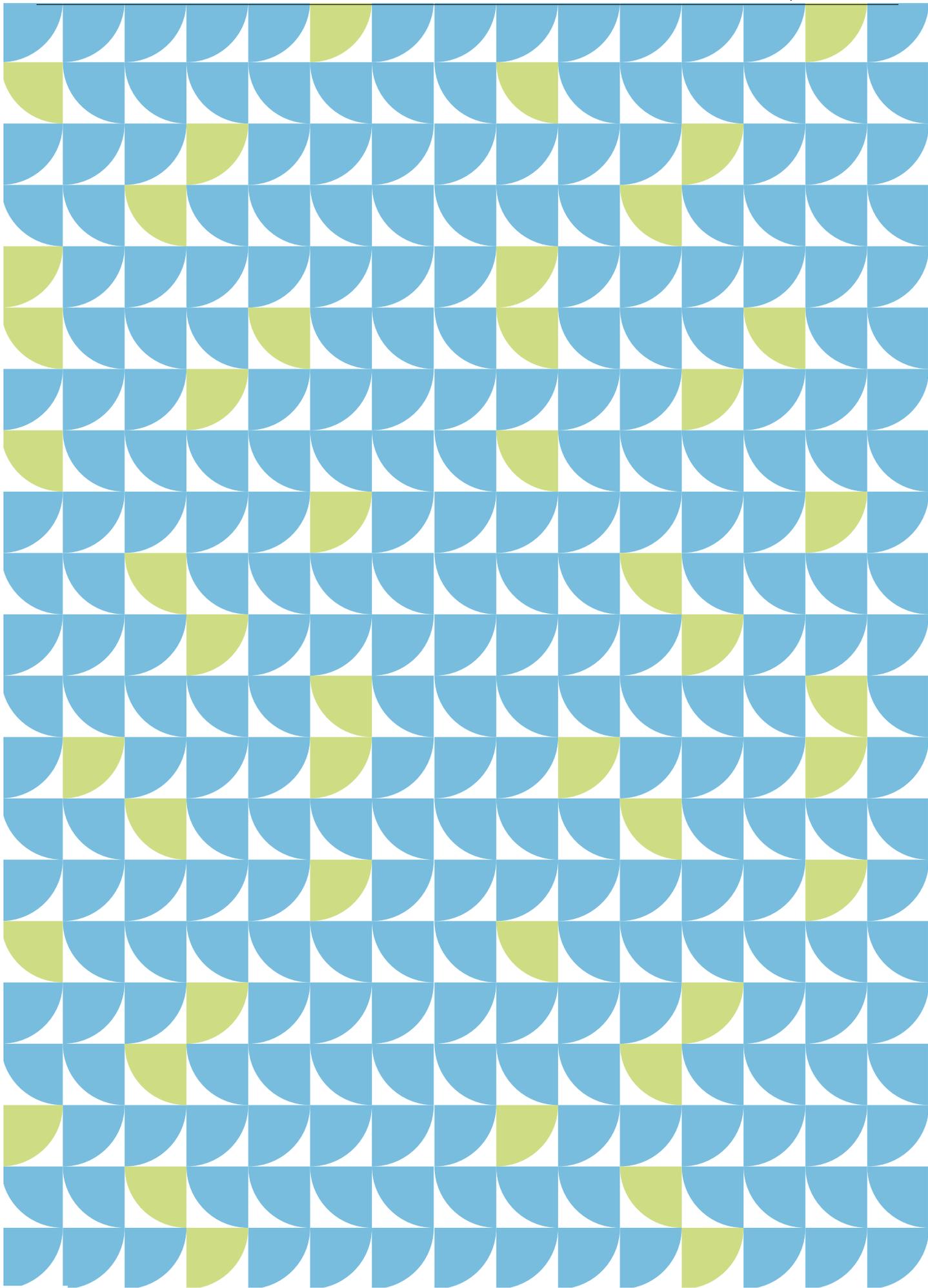
Exibição do documentário *Silêncio dos Homens*, pelo programa “Viva Bem”.



16 de dezembro

Reunião de Avaliação da Estratégia.





4. *Estrutura*

infraestrutura e pessoas

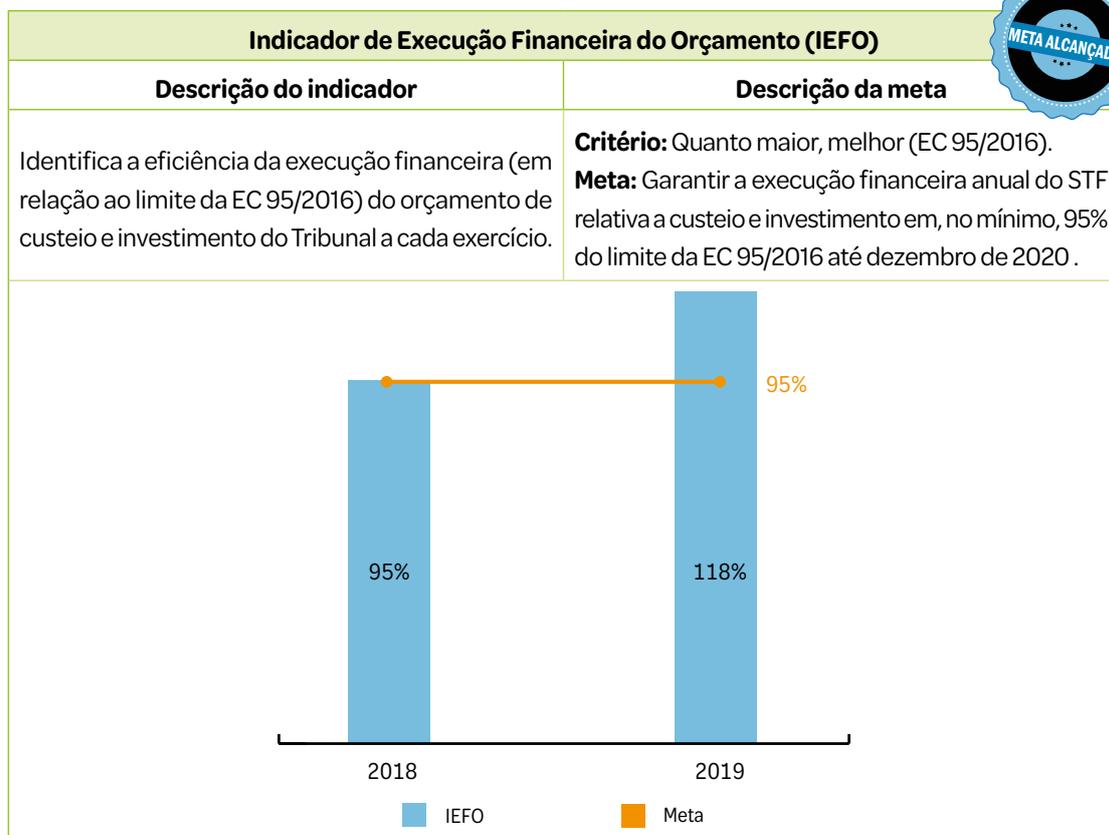


3**Novos comitês***Comitê de Gestão Estratégica**Comitê de Uniformização de Dados**Comitê de Inovação***3****Reuniões gerais de avaliação da estratégia***Revisão da organização dos processos de trabalho nas unidades administrativas, instituída pela Resolução 644/2019***111****Procedimentos licitatórios por pregão eletrônico****93,3%****da dotação executada***Valor disponível para o STF pela Lei**Orçamentária Anual – Lei 13.808/2019 (98,2%, considerados os Restos a Pagar)***172 (▲ 59%)****Servidores em trabalho remoto***Resolução 621/2018***203 (▼ 10%)****Ações de capacitação e desenvolvimento****10****Campanhas de promoção da educação em saúde e do bem-estar****21.064****Atendimentos em saúde****10****Eventos do projeto “Café com Ideias”***Participação de 222 servidores nos encontros com a Alta Administração*

4.1 Objetivos estratégicos: PE – STF Rumo a 2020¹³

- *Aprimorar a gestão administrativa e financeira do Tribunal.*
- *Promover a cultura da responsabilidade socioambiental e da acessibilidade.*
- *Aperfeiçoar os recursos tecnológicos da Corte.*
- *Aperfeiçoar a gestão de pessoas.*
- *Aprimorar a política de promoção da saúde e do bem-estar do servidor.*

4.1.1 Indicador de Execução Financeira do Orçamento (IEFO)



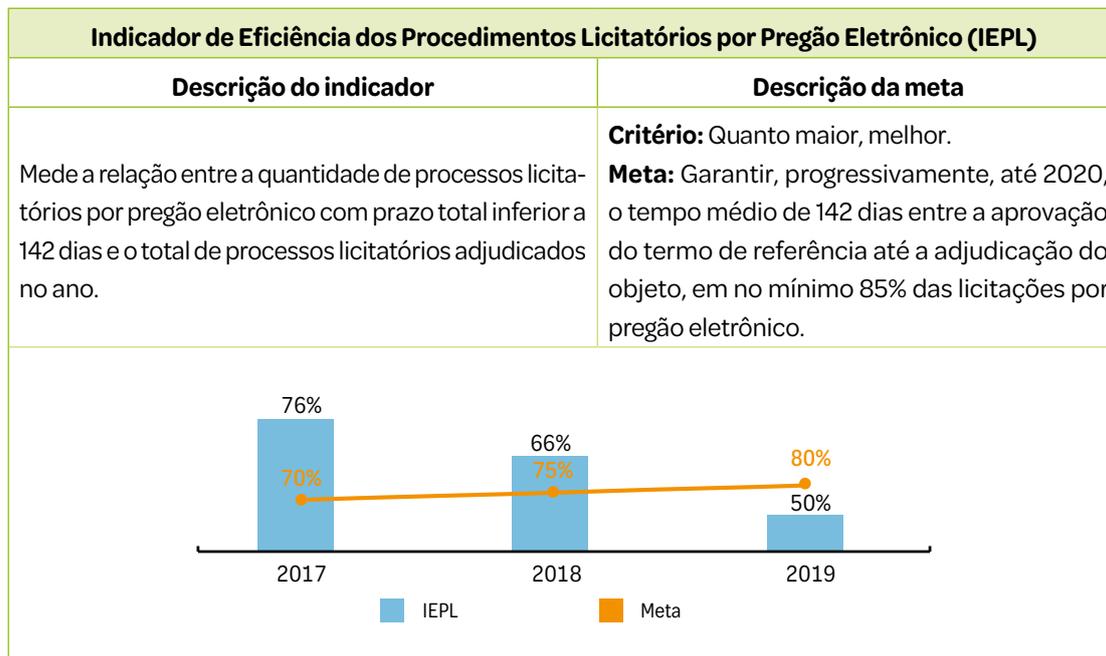
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

Observação: Ver nota explicativa 2 da tabela do Anexo (evolução 2016 a 2019).

¹³ Os dados referentes ao ano de 2019 apresentados nos indicadores deste capítulo contemplam o período de 1º/1 a 31/12/2019.

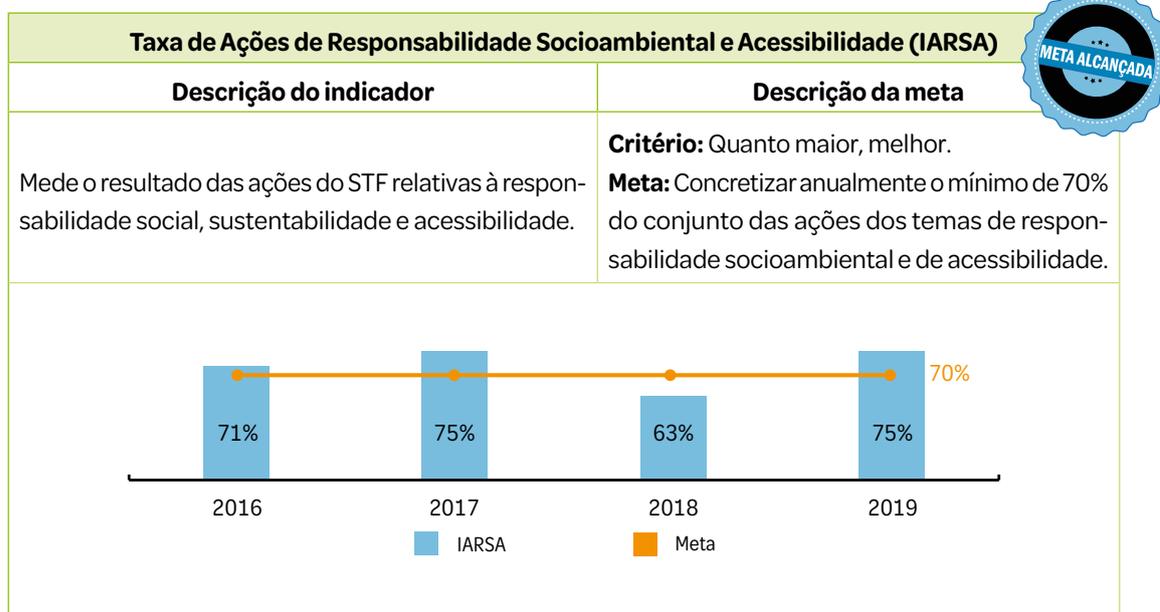


4.1.2 Indicador de Eficiência dos Procedimentos Licitatórios por Pregão Eletrônico (IEPL)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

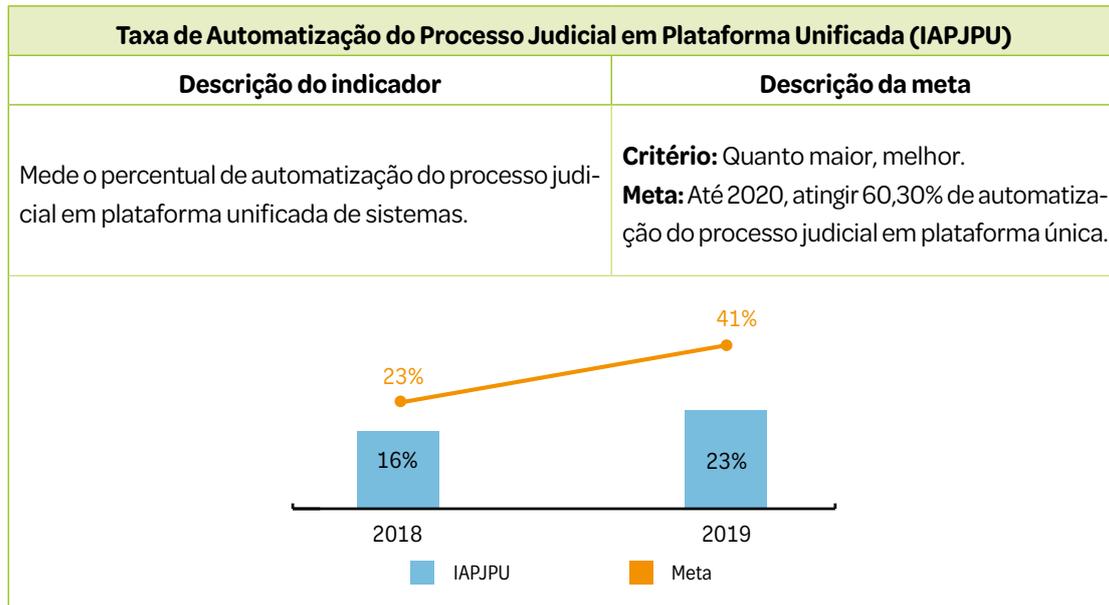
4.1.3 Taxa de Ações de Responsabilidade Socioambiental e Acessibilidade (IARSA)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

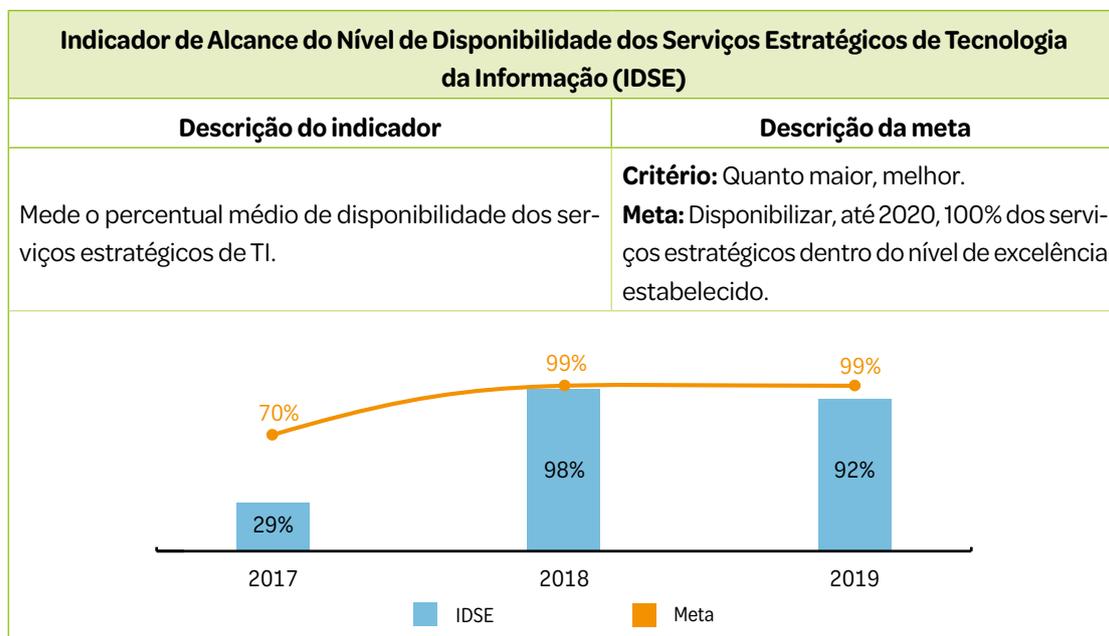


4.1.4 Taxa de Automatização do Processo Judicial em Plataforma Unificada (IAPJPU)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

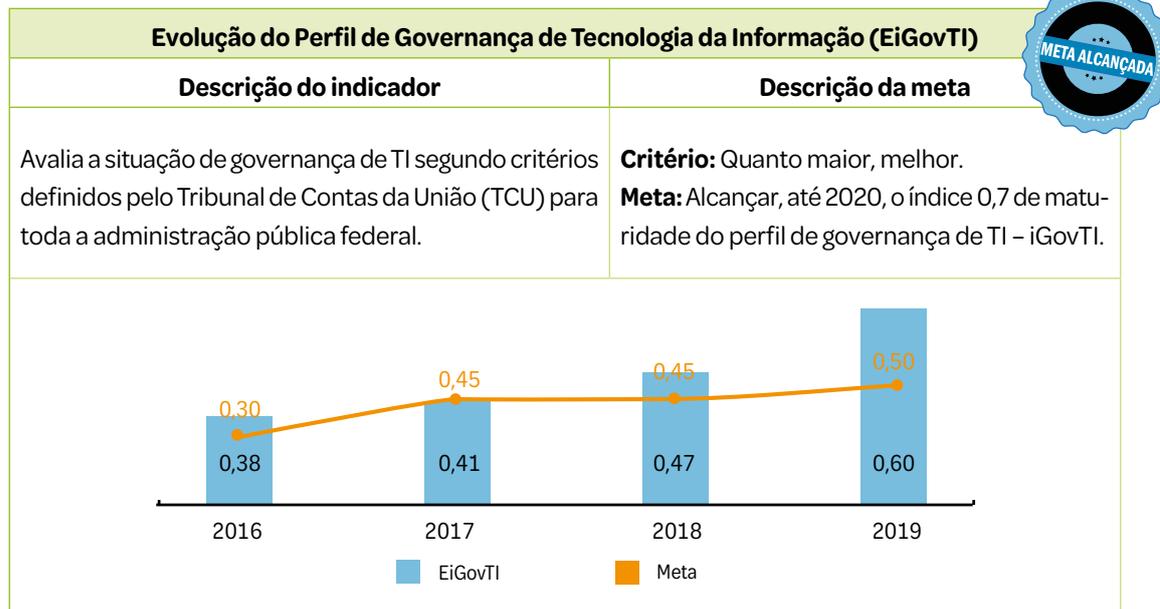
4.1.5 Indicador de Alcance do Nível de Disponibilidade dos Serviços Estratégicos de Tecnologia da Informação (IDSE)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

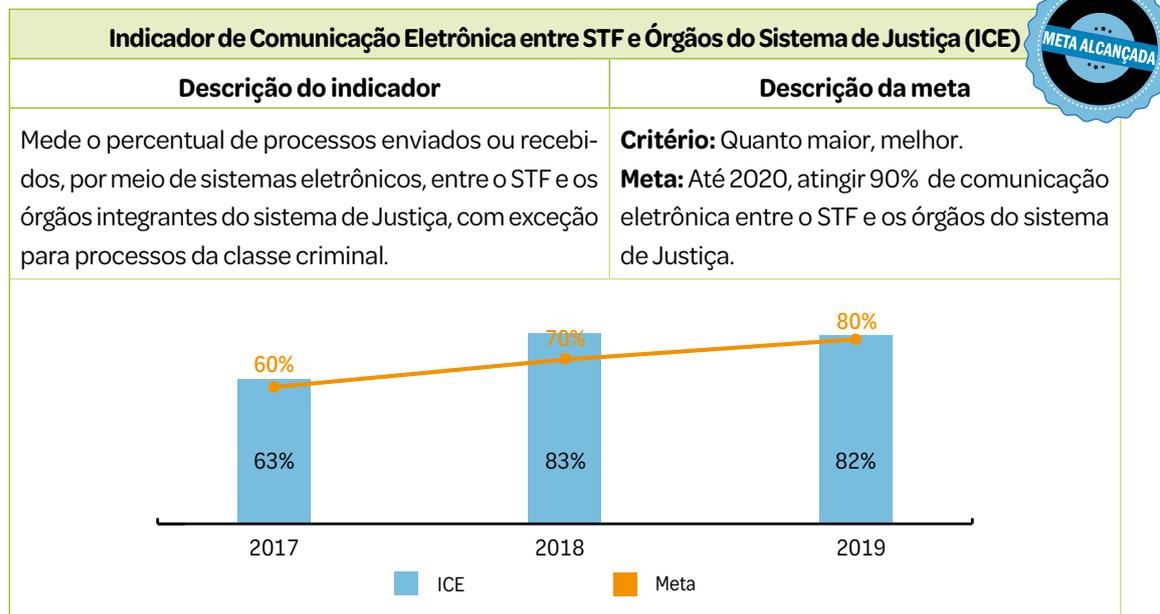


4.1.6 Evolução do Perfil de Governança de Tecnologia da Informação (EiGovTI)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

4.1.7 Indicador de Comunicação Eletrônica entre STF e Órgãos do Sistema de Justiça (ICE)



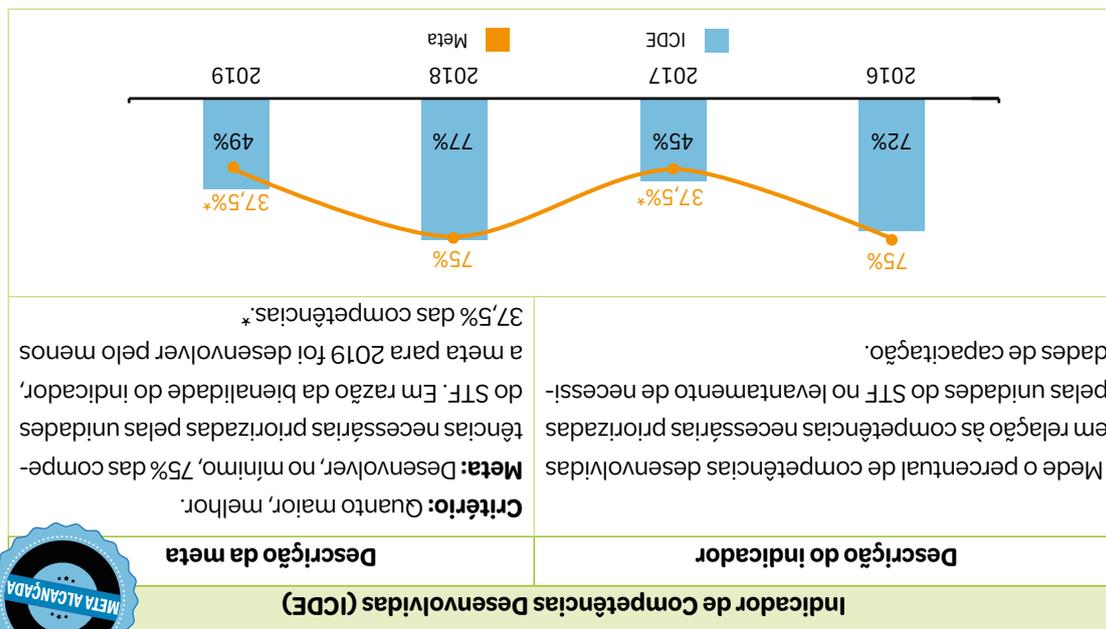
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.



109

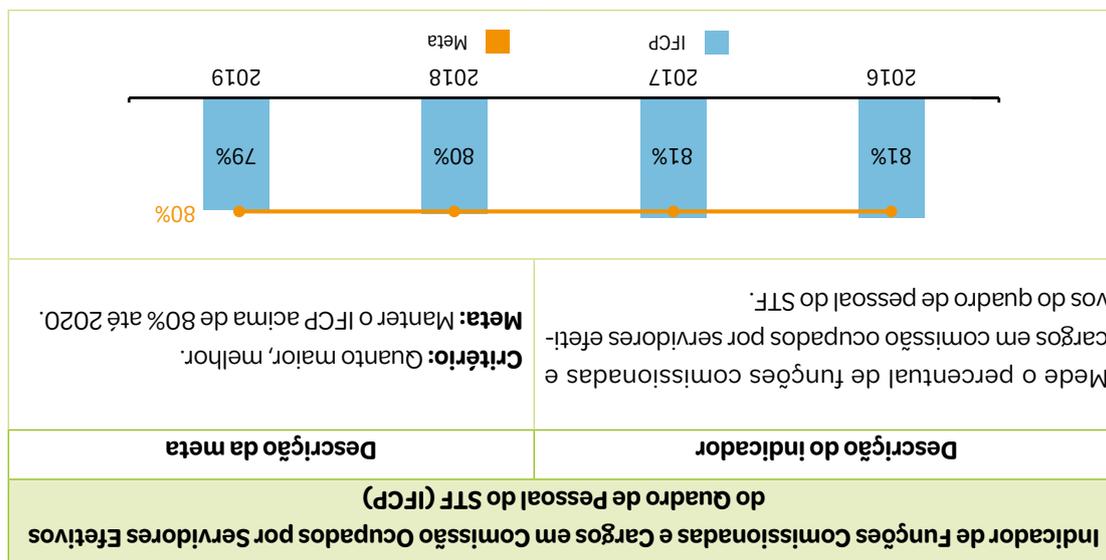
Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

Nota: *Os resultados de 2017 e 2019 são parciais e equivalem a 50% do tempo previsto de execução das ações (biênios 2017-2018 e 2019-2020). Estima-se, portanto, como resultado anual desejável o mínimo de 37,5% (do total de 75% estabelecido para cada biênio).



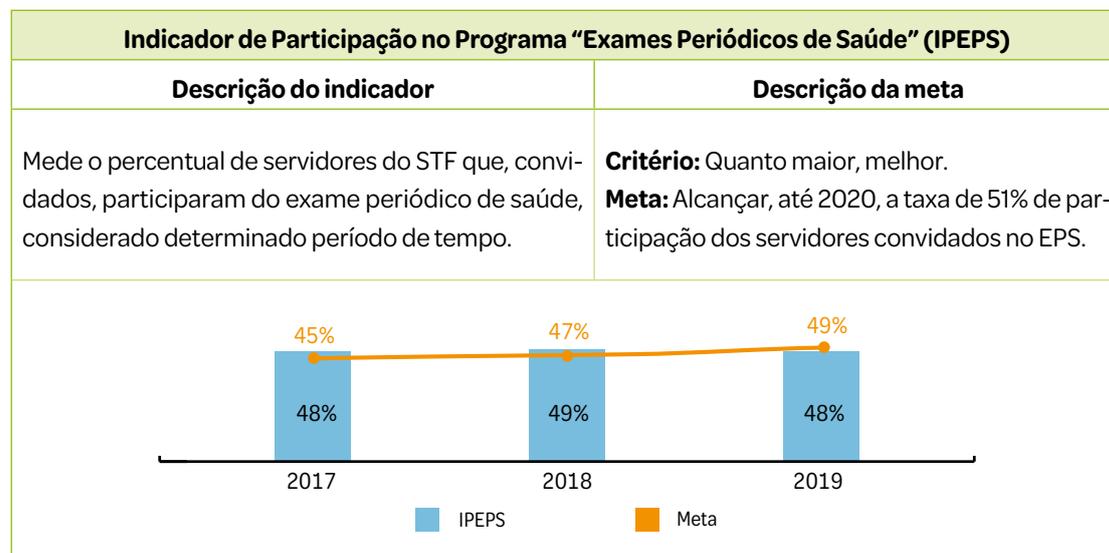
4.1.9 Indicador de Competências Desenvolvidas (ICDE)

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.



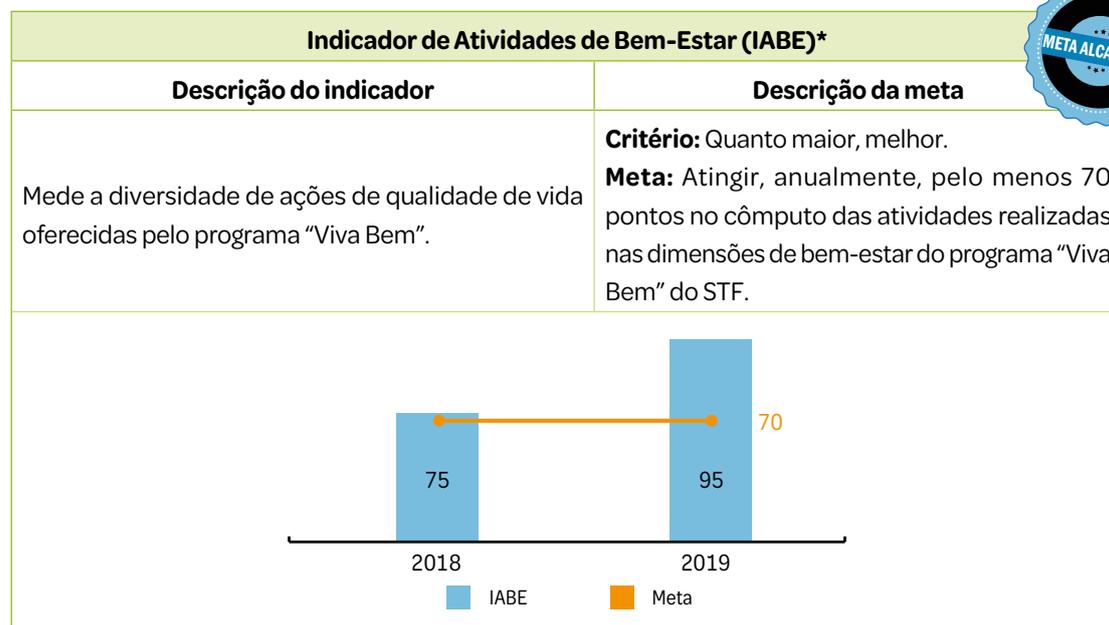
4.1.8 Indicador de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão Ocupados por Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do STF (IFCP)

4.1.10 Indicador de Participação no Programa “Exames Periódicos de Saúde” (IPEPS)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

4.1.11 Indicador de Atividades de Bem-Estar (IABE)



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

Nota: *A partir de 2018 a metodologia de cálculo foi reformulada, e, por isso, a série histórica se refere a dois períodos.



4.2 Modernização administrativa

A gestão atual do STF tem concentrado esforços na modernização da Corte por meio da transformação digital. Em junho, foi apresentado o Plano de Transformação Digital com ações que convergem em uma mesma finalidade: julgar processos com mais qualidade, celeridade e confiabilidade por meio de projetos de tecnologia e ferramentas inovadoras. São 4 os objetivos a serem alcançados:

Privilegiar a vocação constitucional.

Otimizar o processo decisório.

Fortalecer o Plenário e as Turmas.

Tornar a jurisprudência mais acessível.

4.2.1 Diretrizes de gestão no biênio 2019-2020

O Presidente estabeleceu a missão e a visão estratégica do STF, bem como os princípios orientadores da gestão e as diretrizes relacionadas ao biênio 2019-2020, por meio da Portaria 75/2019. A partir dessa normatização, a Alta Administração estabeleceu o direcionamento de todos os aspectos relacionados à gestão, bem como a orientação para todos os servidores, com ênfase nos princípios da segurança jurídica, eficiência, transparência, responsabilidade, participação social, cooperação, foco em resultados, inovação contínua, governança e valorização das pessoas. Destacou também que as iniciativas estratégicas devem ser observadas por todos.

4.2.2 Política de Gestão da Estratégia – Resolução 638/2019

O STF instituiu, por meio da Resolução 638/2019, as Políticas de Gestão da Estratégia, de Gestão de Processos de Trabalho, de Gestão de Riscos e de Gestão de Programas e Projetos do STF. O objetivo é implementar mecanismos de liderança, estratégia e controle essenciais às boas práticas de governança, promover mudanças e agregar valor às atividades do STF perante a sociedade.

Com foco no fortalecimento do processo de tomada de decisão, integração das ações e estímulo à participação, a nova política instituiu, ainda, o **Comitê de Gestão Estratégica** do Tribunal (**CGE/STF**).

4.2.3 Comitê de Uniformização de Dados

O Tribunal criou o Comitê de Uniformização de Dados, a partir da Resolução 637/2019, para decidir sobre conceitos, regras e procedimentos relativos à coleta, classificação e análise dos dados da prestação jurisdicional do STF, com vista à uniformização e transparência da informação apresentada aos públicos interno e externo. O comitê é composto pela Secretaria-Geral da Presidência, Vice-Presidência, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria Judiciária e Secretaria de Tecnologia da Informação.



4.2.4 Trabalho remoto

A Resolução 621/2018 regulamentou o trabalho remoto no STF após resultado positivo identificado e evidenciado em projeto-piloto, realizado desde 2016. O quantitativo de trabalhadores nessa modalidade, em 2019, foi de 172 servidores, ou seja, 15% da força de trabalho do Tribunal. Participam do trabalho remoto servidores lotados em Gabinetes de Ministro, Secretarias e Assessorias.

O STF encerrou o ano com um aumento de 59% de teletrabalhadores em relação a 2018.

4.2.5 Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

Desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) tem como objetivo identificar o número ideal de pessoas para cada unidade do STF, a fim de otimizar a alocação de servidores no Tribunal e de adotar novas ferramentas de trabalho. Quando concluído, o DFT será uma prática contínua, utilizada como referência para decisões estratégicas de gestão de pessoas.

Iniciados em agosto e com previsão de duração de 15 meses, os trabalhos alcançaram, em 2019, mais de 50% das áreas a serem dimensionadas. Já foram avaliadas 27 unidades de um total de 50, para a coleta dos dados qualitativos, que representam as entregas efetivas (de trabalho) de cada unidade.

Com a implementação da metodologia, o STF estará alinhado às práticas modernas de gestão, na busca contínua por eficiência na administração pública.

4.2.6 Solução integrada para automatização das rotinas de trabalho relacionadas à gestão de pessoas

Com vistas à modernização dos processos da unidade e a substituição do atual Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), foi adquirida solução integrada para automatização das rotinas de trabalho relacionadas à gestão de pessoas, com implementação prevista para 2020.

4.2.7 Revitalização do Edifício-Sede

O Edifício-Sede do STF faz parte do conjunto urbanístico tombado de Brasília e é considerado patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco). Cabe à gestão administrativa da Suprema Corte a responsabilidade pela preservação e conservação desse bem, cujo valor histórico e estético é inestimável para o Brasil e para o mundo.

Com a proximidade dos 60 anos de Brasília, o Tribunal priorizou, em 2019, a revitalização da fachada do Edifício-Sede, a modernização da iluminação externa e interna do prédio e a recomposição do padrão histórico de acesso das autoridades.





4.2.8 Painéis de informações gerenciais

Com o intuito de fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público, em 2019 foram publicados, no portal do STF (www.stf.jus.br), na aba “Transparência”, painéis com dados e informações orçamentárias – de contratos públicos e de consumo de água, energia e papel –, de forma a permitir que qualquer cidadão realize cruzamentos com diversas variáveis e produza informação que atenda a seu interesse.



4.3 Gestão estratégica no STF: reestruturação e fortalecimento

Com foco na melhoria dos serviços jurisdicionais do Tribunal, foi editada a Resolução 644/2019, que, ao reestruturar a área responsável pela coordenação técnica da gestão estratégica do Tribunal, atribuiu à antiga Assessoria o *status* de Secretaria (SGE).

Em 2019, foram realizadas ações em continuidade à execução e ao monitoramento do atual plano PE – STF Rumo a 2020, que entrou no seu penúltimo exercício de vigência. Foi também iniciada a concepção do novo planejamento estratégico da Corte – Um plano de todos: 2021-2025.

Estas foram as entregas da gestão estratégica do STF no exercício 2019 em destaque:



Gestão de Processos



Gestão de Projetos



Gestão de Riscos



4.4 Auditoria interna: ações e resultados

A Auditoria Interna (Audi) do STF subordina-se diretamente à Presidência e **exerce atividade independente e objetiva de asseguarção e consultoria, com o propósito de agregar valor aos processos e às operações do Tribunal, auxiliando na realização dos objetivos institucionais**, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a governança, a gestão e a eficácia dos controles relacionados ao risco de fraude e corrupção.

O trabalho da auditoria, em 2019, focou processos de governança em processos de contratação, atendimento ao cidadão, gestão de riscos, orçamento, acessibilidade e concessão de benefícios.



Principais resultados em 2019:

- 36** pareceres sobre atualização de valores em processos de execuções judiciais;
- 40** acompanhamentos de atos de gestão de pessoal;
- 20** acompanhamentos de apurações de indícios levantados pelo TCU;
- 1** Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- 2** acompanhamentos do Relatório de Gestão Fiscal – 1º quadrimestre de 2019 e demais demonstrativos.

Principais ações em 2019:

- elaboração do Guia de Boas Práticas para o subprocesso “Prorrogação do Prazo de Vigência Contratual”;
- elaboração do Manual de Auditoria baseada em riscos;
- elaboração do Programa de Gestão de Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna;
- desenvolvimento de ferramenta automatizada com tutorial para avaliação da maturidade da gestão de riscos em instituições públicas.

4.5 Orçamento do STF

A Lei Orçamentária de 2019 – LOA 2019 (Lei 13.808/2019) – consignou ao STF dotação orçamentária de R\$ 749.220.757,00, destinada à implementação de projetos e iniciativas voltadas à maior celeridade da prestação jurisdicional e ao provimento das condições internas de trabalho com qualidade (pessoal, custeio administrativo e investimento).



LOA 2019

R\$ 749.220.757,00

Orçamento autorizado para 2019

R\$ 749.220.757,00

Orçamento executado em 2019 (pagamento do exercício)

R\$ 698.907.651,51

Pagamento total em 2019 (pagamento do exercício + Restos a Pagar pagos)

R\$ 735.546.642,17

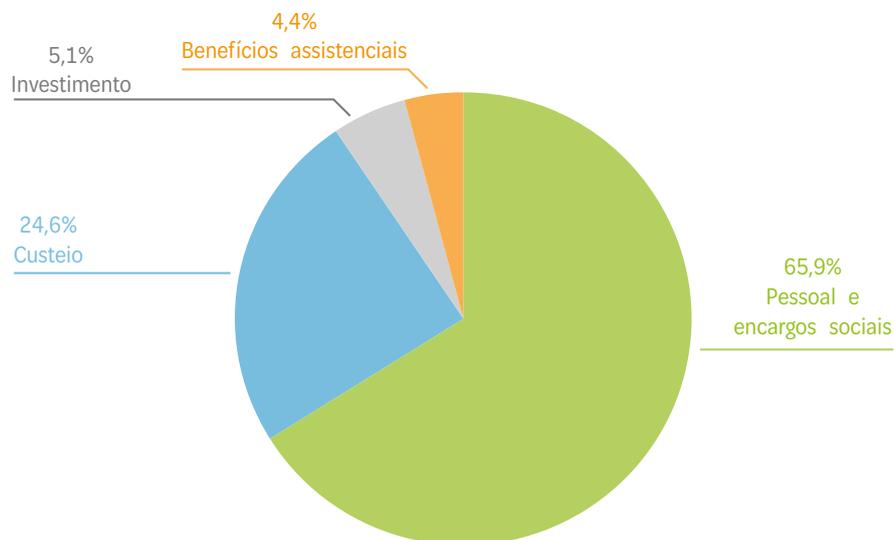
Desse modo, a dotação orçamentária de 2019 ficou distribuída como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 8 - Distribuição do orçamento

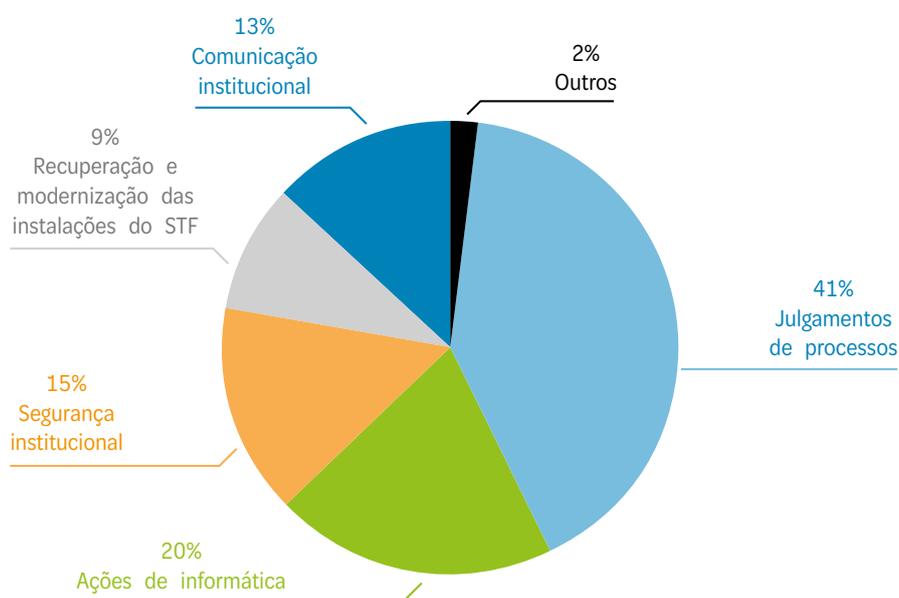
Grupo	Dotação LOA autorizada	Execução LOA	% Execução
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 494.081.453,00	R\$ 486.354.948,93	98,40%
Benefícios Assistenciais	R\$ 32.750.198,00	R\$ 32.645.221,23	99,70%
Custeio	R\$ 184.049.770,00	R\$ 163.172.716,31	88,70%
Investimento	R\$ 38.339.336,00	R\$ 16.734.765,04	43,60%
Total	R\$ 749.220.757,00	R\$ 698.907.651,51	93,30%

Fonte: SIAFI. Dados extraídos em 3/1/2020.



Gráfico 19 – Dotação da LOA autorizada

Fonte: SIAFI. Dados extraídos em 3/1/2020.

Gráfico 20 – Investimentos em 2019

Fonte: SIAFI. Dados extraídos em 3/1/2020.



Formas de contratação em 2019



Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Pregões da Comissão Permanente de Licitação/SAF e Relatório COFI de pagamentos de dispensas e inexigibilidade em 7/1/2020.

Gastos das contratações por finalidade

R\$ 177,4 milhões:

- R\$ 91,8 milhões** Funcionamento administrativo;
- R\$ 31,4 milhões** TV/Rádio Justiça e Comunicação;
- R\$ 18,5 milhões** Tecnologia da Informação;
- R\$ 5,4 milhões** Manutenção predial;
- R\$ 2,5 milhões** Obras;
- R\$ 27,8 milhões** Outros.

Fonte: SIAFI. Dados extraídos em 31/1/2020.

“Avançamos, a passos largos, no sentido da eficiência. Estamos decidindo mais, em menos tempo e, consequentemente, baixando mais processos, sem prejuízo da qualidade da prestação jurisdicional. Fizemos isso a despeito da diminuição real de 20% no orçamento da Corte (em relação a 2009), evidenciando o uso mais eficiente dos recursos públicos.”

Ministro Dias Toffoli



Contratações mais relevantes:

Ferramentas de indexação e pesquisa de jurisprudência;

Dimensionamento da força de trabalho;

Novo sistema de gestão de pessoas;

Jurisdição extraordinária e peticionamento extraordinário;

Planejamento Estratégico 2021-2025;

Redimensionamento do museu do STF;

Transporte terrestre de servidores e terceirizados por meio de aplicativo.

4.6 Sustentabilidade

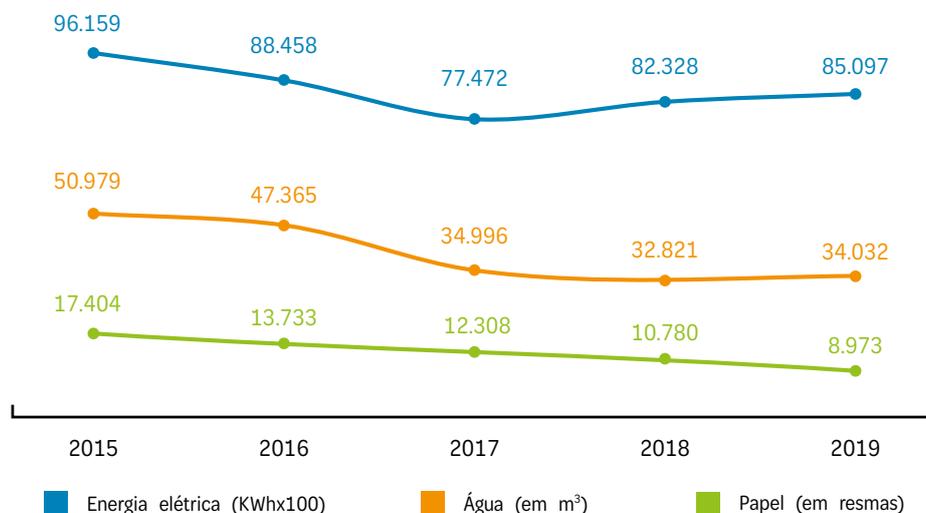
A **responsabilidade socioambiental tem como objetivo um desenvolvimento sustentável** que satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

O Tribunal instituiu o Comitê de Responsabilidade Socioambiental a partir da Resolução 627/2018, com o objetivo de coordenar o planejamento, monitorar e gerir as iniciativas de inclusão social e de consciência ambiental na Corte. Com a Resolução 638/2019, o Comitê passou a se chamar Comitê de Gestão da Sustentabilidade do STF e teve seu escopo de atuação ampliado.

A Corte tem utilizado alguns critérios de sustentabilidade, em especial nas aquisições de bens comuns, a saber:

- acondicionamento de produtos em embalagens feitas com materiais recicláveis ou biodegradáveis;
- papel com certificação ou origem florestal;
- recolhimento e descarte adequado de óleo lubrificante, pilhas, cartuchos, pneus usados e frascos de aerossol.



Gráfico 21 – Consumo de energia elétrica, água e papel

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças. Dados extraídos em 8/1/2020.

O STF busca a otimização dos recursos de energia, água e papel a partir de ações como:

- automação predial;
- substituição e modernização gradual do sistema de iluminação das edificações para uso de luminária e lâmpada de LED;
- intensificação da digitalização de processos e documentos físicos para o meio digital com vistas a reduzir o número de impressões.

4.6.1 Principais campanhas socioambientais

Semana da Saúde

Com a campanha “Passaporte para a saúde”, ocorrida em abril, o Tribunal **proporcionou a realização de exames de glicose e colesterol e outras checagens a todos os colaboradores do STF**. Com base nos resultados, profissionais capacitados orientaram os colaboradores sobre como cuidar ainda melhor da própria saúde.



Semana do Meio Ambiente

O STF realizou a exposição “Água: uso consciente”. As fotografias, os desenhos e as colagens que compuseram a mostra são doações de artistas engajados em causas ambientais e foram cedidos ao Tribunal pelo Museu das Águas de Porto Alegre (Musa). **O principal objetivo do evento foi informar, educar e alertar o público para a importância da preservação da natureza.**



Plantio de mudas de ipê na área ao lado do bosque dos Ministros

O plantio de mudas de ipê foi realizado como parte dos eventos em comemoração da Semana do Meio Ambiente. O projeto foi resultado da parceria entre a Secretaria de Documentação, a Secretaria de Gestão Estratégica, a Secretaria de Administração e Finanças e a Novacap.



Campanha do Agasalho 2019

O Comitê de Gestão da Sustentabilidade **realizou, por mais um ano, a Campanha do Agasalho, cujo objetivo é ajudar os colaboradores que prestam serviço ao STF.** Finalizado no final de junho, o evento arrecadou 140 peças, distribuídas aos colaboradores do Tribunal.

Parceria com GDF para reeducandos

GDF e STF renovaram acordo de cooperação técnica para o atendimento psicológico de egressos do sistema prisional. O Tribunal mantém convênio com a Fundação Nacional de Amparo ao Preso (Funap), que faz a contratação de reeducandos para uma ressocialização com dignidade.



4.7 Recursos tecnológicos

4.7.1 Modelo de governança em tecnologia da informação (TI)

A Governança de TI consiste em um conjunto estruturado de mecanismos de liderança, estratégia, prestação de contas e responsabilidade destinados a permitir à Alta Administração o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura da TI, a fim de contribuir para o cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos do STF.

Em 2019, muitos esforços e projetos, tais como os a seguir apresentados, foram realizados com o objetivo de prover tecnologia para uma prestação jurisdicional mais célere, racionalizada e com informações mais confiáveis.

4.7.2 Inovações tecnológicas na prestação jurisdicional

4.7.2.1 Ampliação do Plenário Virtual

Modernização do sistema de julgamento virtual do STF para permitir a votação *on-line* do mérito e de recursos em classe processual, com a devida transparência, disponibilizando os resultados dos votos dos Ministros em tempo real no portal do STF.

4.7.2.2 Projeto “Admissibilidade” (ARE/RE)

Desenvolvimento de recurso tecnológico que agrupa processos similares, gera automaticamente a decisão de admissibilidade no âmbito da Presidência e gerencia tarefas no ambiente do STF-Digital.

4.7.2.3 STF-Digital

Iniciativa com o objetivo de disponibilizar uma plataforma tecnológica que suporte a automatização do processo judicial no STF de forma flexível, centralizada e integrada. Apresenta as ferramentas:

- **consulta processual** – inclui dados relevantes, como apensos e processos de interesse, e implementa a diferenciação visual para níveis distintos de sigilo, a apresentação do histórico de processos consultados, além de melhorias na visualização de peças e de incidentes para adequação às necessidades do usuário;
- **nova pesquisa de texto** – permite a pesquisa de minutas produzidas pelos Gabinetes com visualização rápida dos textos e opção de duplicação, o que reduz significativamente o tempo de resposta nas pesquisas em comparação à atual solução.



4.7.2.4 Autuação de processos

Conclusão da migração das funcionalidades do sistema de autuação original para o STF-Digital, a fim de proporcionar melhor estabilidade do serviço e adequação à estratégia de unificação das soluções. Todos os usuários foram incluídos e treinados na solução migrada, e grande parte dos processos já é autuada no STF-Digital.

4.7.2.5 Pesquisa de prevenção e gestão de operações policiais

Viabilização de cadastro, associação a processos e gestão das operações policiais e seus desdobramentos, de modo a aprimorar os mecanismos de busca.



4.7.2.6 Pesquisa de prevenção por partes

Criação de instrumento de pesquisa automática em vários sistemas para identificar a prevenção por partes.

4.7.2.7 Painel de gestão de recebimento com indicadores de previsibilidade, produtividade e qualidade

Elaboração de sistema capaz de gerar indicadores estatísticos automaticamente, de modo a permitir que o gestor possa consultar, de forma rápida e simples, a saúde gerencial de suas equipes.

4.7.2.8 Decisões monocráticas

Otimização do processo de produção de minutas de decisão com a automatização das etapas de análise processual, elaboração e revisão. A solução contempla consulta às principais informações dos autos dos processos recebidos; pesquisa textual, que permitirá encontrar textos de processos semelhantes; e a criação de anotações, que poderão ser usadas durante a elaboração da minuta.



4.7.3 Soluções de infraestrutura de TI

4.7.3.1 Modernização tecnológica

Execução da estratégia de modernização continuada com a atualização de 100% dos serviços do STF-Digital, para utilização das versões de 2019 das tecnologias que compõem a fundação da nova arquitetura de TI.

4.7.3.2 Nova infraestrutura de aplicações

Criação e implementação da nova plataforma de gestão de ambientes, para suportar o crescimento projetado para os próximos anos. Todos os serviços já estão funcionais nessa nova infraestrutura, com maior facilidade de operação aos servidores de TI e maior confiabilidade aos usuários do STF-Digital.

4.7.3.3 Nova solução de infraestrutura de banco de dados

A implementação da nova infraestrutura de banco de dados proporcionou a eliminação do custo de substituição por obsolescência, o redimensionamento dinâmico da solução, a redução de capacidade ociosa, a diminuição dos custos de manutenção e a otimização da produtividade da equipe técnica.



4.7.3.4 Nova solução de firewall

Com a instalação de nova solução de *firewall* foi possível maior estabilidade e segurança dos serviços que dependem do acesso à internet, aumento da filtragem de tráfego e redução do custo operacional com a possibilidade de automações.

4.7.3.5 Aumento da disponibilidade dos sistemas de TI

Graças aos projetos de aperfeiçoamento de solução de monitoramento e à implementação de mecanismos para garantir mais segurança de ativos e ativação na sala de contingência, foi possível a melhoria da disponibilidade dos serviços estratégicos.



4.8 Capacitação e desenvolvimento

O Plano de Capacitação do STF é o norteador das ações de capacitação e desenvolvimento do Tribunal e tem como propósito o aperfeiçoamento dos servidores, visando ao alcance dos objetivos estratégicos e das metas institucionais.

Em 2019, passou a ser estruturado em 4 linhas de atuação: **institucional, liderança, técnica e transversal**. Foram oferecidas 203 ações (internas e externas), que contaram com a participação de 4.402 servidores, atingindo a média de 3,89 oportunidades de capacitação por servidor.

Participantes em ações do Plano de Capacitação



Durante o exercício de 2019



Dessas ações, 9 foram relacionadas ao Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e tiveram como foco **o papel do líder na gestão de pessoas e na gestão de processos**, considerada a nova realidade do Tribunal, bem como **papel do líder estratégico**, com referência às competências do Programa de Avaliação Gerencial por Competências (Prolíder).



4.8.1 Ações de capacitação em destaque

4.8.1.1 Eventos institucionais

Foram realizados 6 eventos institucionais, que contaram com a participação de 1.291 servidores:

- Nova estrutura orgânica: entendendo o propósito das mudanças;
- Desafios e oportunidades em tempos de mudança;
- O código da inteligência: a excelência emocional e profissional;
- Victor: a influência da inteligência artificial no STF;
- Planejamento e estratégia: o futuro começa hoje;
- Dimensionamento da força de trabalho – preparando para o futuro.

4.8.1.2 Instrutoria interna

A capacitação realizada por instrutores internos representa uma excelente estratégia de atuação para suprir as demandas em temas específicos. Atualmente, há 215 servidores especialistas em diversas matérias, habilitados para a atividade de instrutoria interna. Desses, 27 foram habilitados em 2019. Além disso, 51% das ações de capacitação promovidas pelo STF de forma remunerada foram realizadas por instrutores internos, contratados mediante pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

4.8.1.3 Desenvolvimento de sucessores

Com o **objetivo de desenvolver servidores com potencial de liderança**, de forma a favorecer um planejamento sucessório no STF, o projeto “Semeando novos líderes” vem preparando, desde 2018, servidores para assumirem cargos de gestão. Trata-se de ações de capacitação autoinstrucional, oferecidas na modalidade a distância, distribuídas em cinco módulos: “**Líder de si mesmo**”, “**Líder de pessoas**”, “**Líder de processos**”, “**Líder estratégico**” e “**Líder coach**”. Esses módulos – redigidos por instrutores internos do Tribunal – trabalham as 5 vertentes de atuação de um líder e compõem as principais competências esperadas de um gestor. **Em 2019, foram oferecidos os módulos “Líder de processos” e “Líder coach”,** que contaram com a aprovação de 161 servidores.

4.8.1.4 Produção de cursos a distância

Outra estratégia de capacitação é a oferta de cursos a distância produzidos internamente. Essa modalidade traz benefícios como elaboração de conteúdos mais condizentes com a realidade do Tribunal, aumento da capacidade de oferta de vagas, maior compartilhamento de conteúdo, economicidade e flexibilidade para o servidor. Em 2019, 6 cursos tiveram sua produção finalizada.



4.8.1.5 Oferta de bolsa de estudo

Em busca do aprimoramento da qualificação de seus servidores, o STF incentiva a realização de cursos de pós-graduação e o aprendizado de outros idiomas, por meio de processo seletivo para a concessão de bolsas de estudos. Em 2019, 12 servidores foram contemplados com bolsa de pós-graduação (11 *lato sensu* e 1 *stricto sensu*) e 30 servidores para bolsa de língua estrangeira. O Tribunal provê, atualmente, 80 bolsas de estudo: 23 de pós-graduação e 57 de língua estrangeira.

4.8.1.6 Projeto “Café com Ideias”

Iniciado em 9 de agosto de 2019, o projeto “Café com Ideias” – encontros de servidores do Tribunal com a Alta Administração – incentiva a exposição de melhorias, desafios e obstáculos vivenciados nos processos de trabalho, além da troca de ideias e do esclarecimento de eventuais dúvidas, de modo a garantir um ambiente de trabalho participativo e cooperativo. Em 2019, foram realizados 10 eventos, que contaram com a participação de 222 servidores.



4.9 Promoção da saúde e do bem-estar

A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) tem por finalidade realizar ações de atenção à saúde dos Ministros e servidores. Em 2019, o foco de atuação foram as melhorias e inovações dos processos da área e dos projetos, que promoveram mais diálogo, acolhimento e cuidado com a saúde emocional e psicológica dos servidores.



Destaques de 2019

Digitalização da SIS

+ de 300

prontuários digitalizados

Campanha “Saúde para Todos”

263 participantes em todas as atividades realizadas

Implementação do projeto “Roda de Fala”

9 rodas, com total de **123** participantes

Roda de conversa e oficina de Libras

1 roda, com **38** participantes

8 miniofinas de Libras, com mais de **100** pessoas capacitadas

Semana de bem-estar: 10 anos do “Viva Bem” – programa de qualidade de vida do STF

472 participantes

Setembro Amarelo

27 participantes na oficina

“Confeccionando afetos”

19 participantes na oficina “Saber, agir e prevenir”

24 participantes no cine SER CVV

36 participantes na roda de fala temática

+ de 80 participantes na palestra sobre espiritualidade

Exibição de documentário *O Silêncio dos Homens* e reflexão mediada

58 participantes

Viva Bem
Conecte-se
a si mesmo



4.9.1 Programas para a saúde e o bem-estar

Exames Periódicos de Saúde (EPS)

O programa, regido pela Instrução Normativa 136/2012, é realizado a cada dois anos e atende Ministros e servidores. Seu objetivo é identificar fatores e condições de risco associados ou não ao trabalho e diagnosticar doenças; orientar atitudes e medidas preventivas e terapêuticas, gerais ou individualizadas, de acordo com as condições observadas; manter banco de dados cujas informações possibilitem o planejamento e a execução de ações e programas voltados à promoção da saúde dos Ministros e servidores.

“Viva Bem”

O programa tem os objetivos de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores do STF; elevar o nível de satisfação no trabalho; contribuir para a formação de um ambiente de trabalho que promova saúde ocupacional; favorecer o comprometimento dos servidores com o STF, contribuindo para a efetividade institucional.

“STF sem Barreiras” – Inclusão social das pessoas com deficiência no STF

O programa, iniciado em 2000 e formalizado pela Portaria 139/2015, tem como objetivos eliminar barreiras físicas, atitudinais, de comunicação e de informação; estimular o respeito às diferenças e à diversidade humana; e defender os direitos das pessoas com deficiência de modo a consolidar a acessibilidade e fortalecer a cultura inclusiva na Suprema Corte.

O STF integra o Acordo de Cooperação Técnica em Acessibilidade juntamente com outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Fruto dessa articulação, no dia 20 de setembro, houve o lançamento da cartilha *Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas*.

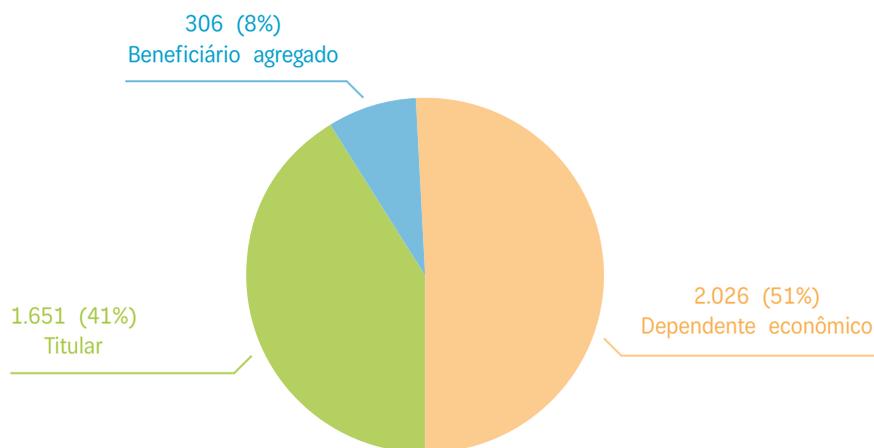
Acesse a cartilha



4.10 Plano de saúde STF-Med

O STF-Med é um plano de saúde da modalidade autogestão patrocinada. É administrado pela Secretaria de Gestão do STF-Med (SGM) e supervisionado pelo Conselho Deliberativo. Ao final de 2019, o plano contemplava 3.983 beneficiários, distribuídos nas seguintes categorias.

Gráfico 22 – Beneficiários do STF-Med

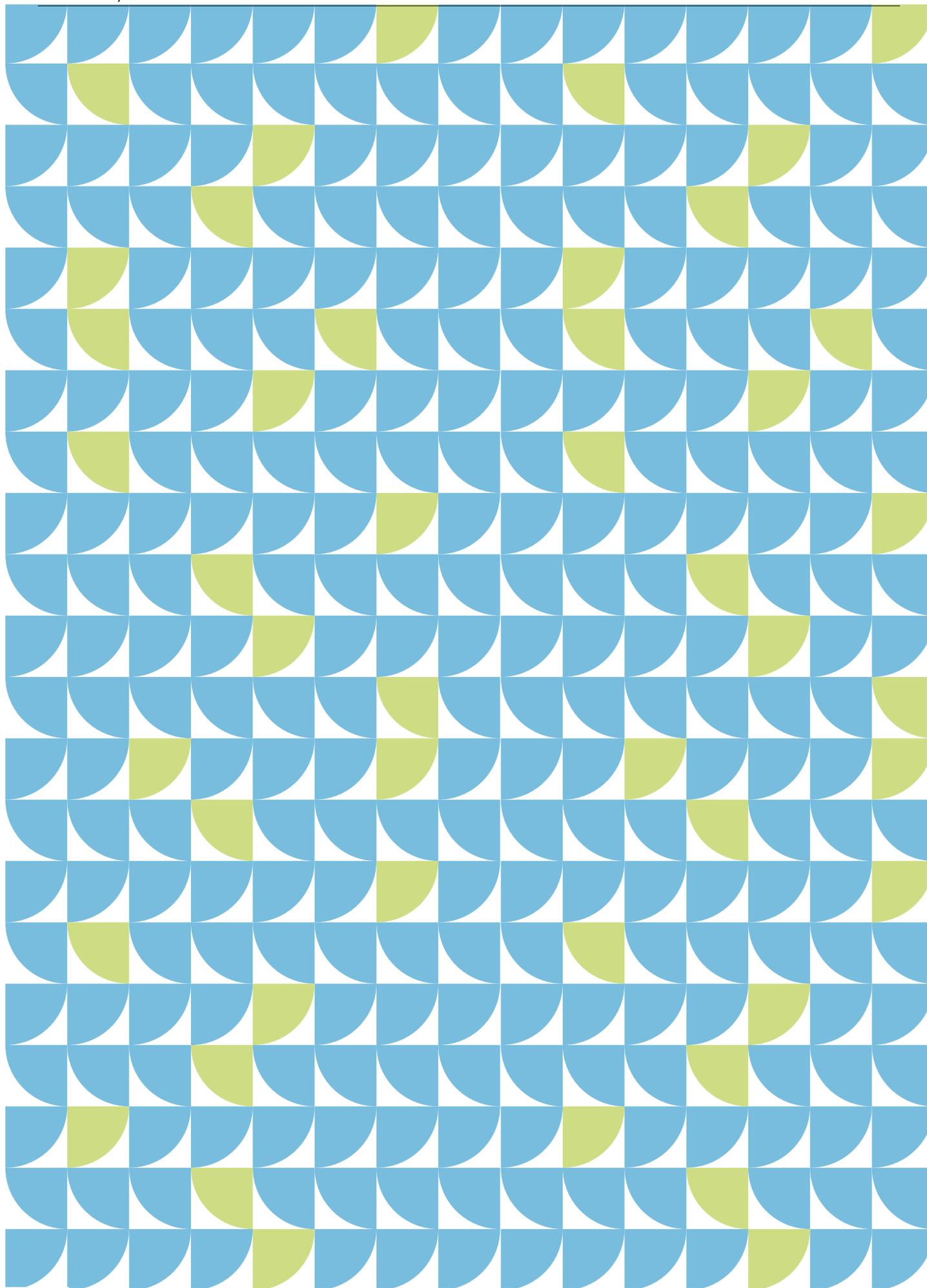


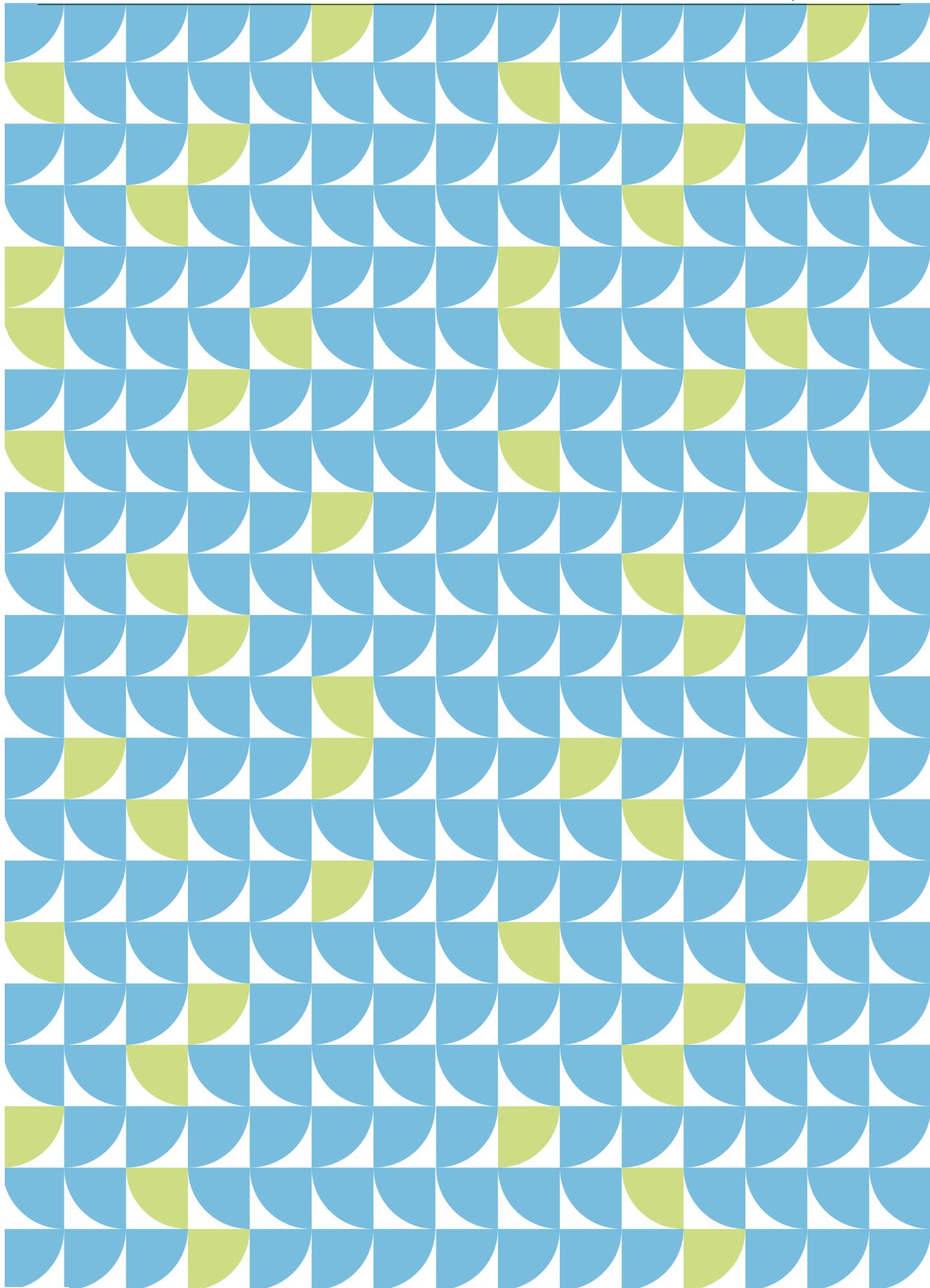
Fonte: Secretaria de Gestão do STF-Med. Dados extraídos em 8/1/2020.

As seguintes inovações da SGM impactaram a agilidade e eficiência nos procedimentos de atendimento e acesso à saúde para servidores e seus dependentes, entre outros benefícios:

- adoção do autorizador eletrônico odontológico realizado por sistema;
- ampliação da possibilidade de pedido de reembolso pela internet;
- revisão dos procedimentos que requerem autorização prévia;
- melhorias no processo de faturamento e relacionamento com a rede de prestadores;
- criação de conta comercial do STF-Med no *WhatsApp*, para promover atendimento mais moderno e ágil;
- recadastramento dos beneficiários agregados no período de 1º a 31/10/2019;
- autorização para realização dos exames do Programa de Exames Periódicos de Saúde na rede referenciada.







Anexo

Resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico do STF



Resultados dos indicadores em 2019

Na etapa destinada à execução e ao monitoramento do plano estratégico relativo ao ciclo 2015-2020, os resultados alcançados em 2019 foram, em síntese, os evidenciados na tabela e no gráfico a seguir.

PE – STF Rumo a 2020 (aprovado na 12ª Sessão Administrativa, em 9/12/2015) Indicadores Estratégicos – Ciclo 2015 a 2020		Meta		
		Polaridade	Prevista 2019	Alcançada 2019
Prestação jurisdicional	Objetivo estratégico 1: Buscar maior celeridade da prestação jurisdicional			
	Congestionamento – ICNG ✓	Menor, melhor	39%	22%
	Trâmite Processual – ITPR ✓	Menor, melhor	519 dias	323 dias
	Objetivo estratégico 2: Aprimorar as técnicas de gestão do acervo de processos			
	Processos Antigos – IPA ✓	Menor, melhor	15,8%	11,94%
Transparência	Objetivo estratégico 3: Fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público			
	Transparência Institucional – ITI (novo) ✗ ⁽¹⁾	Res. 613/2018	100%	87,5%
	Objetivo estratégico 4: Aperfeiçoar a comunicação interna e externa do Tribunal			
	Satisfação dos Clientes da Comunicação Corporativa – ISCC ✓	Maior, melhor	80%	97%
Articulação institucional	Objetivo estratégico 5: Fortalecer as relações institucionais do STF no âmbito nacional e internacional			
	Articulação Institucional – IAAI ✓	Maior, melhor	180 pts.	281



PE – STF Rumo a 2020 (aprovado na 12ª Sessão Administrativa, em 9/12/2015)		Meta		
		Polaridade	Prevista 2019	Alcançada 2019
Indicadores Estratégicos – Ciclo 2015 a 2020				
Estrutura e infraestrutura	Objetivo estratégico 6: Aprimorar a gestão administrativa e financeira do Tribunal			
	Execução Financeira do Orçamento – IEFO ⁽²⁾ (Ref.: A meta considera o teto orçamentário da Emenda Constitucional (EC) 95/2016. A execução pela LOA ficou em 80,93%) ✓	EC 95/2016	95% (EC 95/2016)	117,97%
	Eficiência dos procedimentos licitatórios por pregão eletrônico – IEPL ✗	Maior, melhor	80%	50%
	Objetivo estratégico 7: Promover a cultura da responsabilidade socioambiental e acessibilidade (no Tribunal)			
	Ações de Responsabilidade Socioambiental e Acessibilidade – IARSA ✓	Maior, melhor	70%	75%
	Objetivo estratégico 8: Aperfeiçoar os recursos tecnológicos do STF			
	Automatização do Processo Judicial em Plataforma Unificada – IAPJPU ✗ ⁽³⁾	Maior, melhor	41,07%	22,71%
	Alcance do Nível de Serviço de Disponibilidade dos Serviços Estratégicos de TI – IDSE ✗ ⁽⁴⁾	Maior, melhor	99%	91,6%
	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTI – EiGovTI ✓	Maior, melhor	0,5 pts.	0,6 pts.
	Comunicação Eletrônica entre STF e órgão do Sistema de Justiça – ICE ✓	Maior, melhor	80%	82%
Pessoas	Objetivo estratégico 9: Aperfeiçoar a gestão de pessoas			
	Funções Comissionadas e Cargos em Comissão Ocupados por Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do STF – IFCP ✗	Maior, melhor	80%	79%
	Competências Desenvolvidas – ICDE (biênio 2019-2020) ✓ ⁽⁵⁾	Maior, melhor	75% (ano: 2019)	48,72%
	Objetivo estratégico 10: Aprimorar a política de promoção da saúde e bem-estar do servidor			
	Atividade de Bem-Estar – IABE ✓ ⁽⁶⁾	Maior, melhor	70 pts.	95 pts.
	Participação no Programa de Exames Periódicos de Saúde – IPEPS ✗	Maior, melhor	49%	48,4%

Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica/Escritório de Análise Estratégica/Gestão da Estratégia. Dados atualizados em 9/1/2020.

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.



Notas:

(1) ITI – O cálculo da meta considera as exigências de transparência ativa do STF dispostas no Anexo da Resolução STF 613, de 23/4/2018. A análise quanto ao alcance verifica se cada informação elencada cumpriu, ao mesmo tempo, **requisitos e prazos** estabelecidos nessa norma. Por se tratar de indicador aprovado em junho de 2019, o resultado final do exercício considera o cumprimento efetivado no último quadrimestre. De junho a agosto, foram realizadas ações destinadas ao aprimoramento de procedimentos relacionados aos dados e às informações objeto dessa resolução.

(2) IEFO – Esse indicador é calculado, especificamente, a partir dos valores destinados ao STF para “Custeio e Investimento”. Com a publicação da **Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016**, foi instituído novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com aplicação para até 20 exercícios financeiros. A emenda estabeleceu **limites individualizados** (tetos) das despesas primárias, calculados a partir dos valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para cada órgão. Quando de sua criação, em 2015, o indicador IEFO era calculado com base na Dotação Autorizada (LOA). Em virtude do novo contexto da emenda constitucional, esse indicador passou a ser analisado, desde 2017, considerando os valores do teto estabelecido pela EC 95/2016 para cada exercício. Nesse sentido, com foco nos gastos realizados em “Custeio e Investimento”, observa-se que em 2019 a taxa de 117,97% do IEFO resulta da análise do valor do **limite individualizado** para o STF no ano, que foi cerca de 181 milhões de reais. Se analisada com base no valor da LOA/2019 (cuja dotação autorizada para o STF correspondeu a cerca de 222 milhões), essa taxa foi de 80,93%.

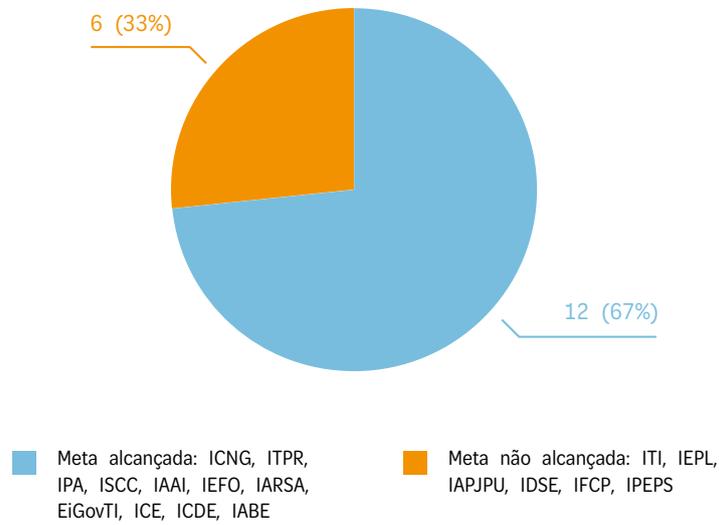
(3) IAPJPU – Conquanto o conjunto de ações desenvolvidas para automatização tenha sido superior, consideram-se, para fins de resultado da meta, especificamente as automatizações previstas e efetivamente finalizadas em 2019. As que estiverem em progresso serão computadas no ano de efetiva entrega. No conjunto, os serviços alcançaram a média de 91,6% (ou 92% da meta pretendida).

(4) IDSE – O nível de excelência quanto ao funcionamento exigido (de 7 serviços em análise, compreendido por 18 sistemas) é de 99% para cada serviço.

(5) ICDE – O período avaliativo desse indicador é bienal (2019-2020); portanto, o resultado (48,72%) é parcial e foi considerado alcançado no exercício em análise (2019) devido à previsão de realização de, no mínimo, 37,5% das ações prioritizadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação para o biênio.

(6) IABE – em 2018, o Índice de Ações de Qualidade de Vida (IAQV) foi aprimorado para Índice de Atividades de Bem-Estar (IABE) e passou a classificar as ações e atividades em 4 dimensões: ocupacional, interpessoal, financeira, física e psicológica. A partir de 2018, em vez de taxa de cumprimento de 70% de um conjunto de ações previstas para cada exercício, o desempenho passou a ser avaliado quanto ao alcance de, no mínimo, 70 pontos no ano (calculado a partir de uma tabela que combina a diversificação de ações, atividades e dimensões com diferentes pontuações, o que minimiza a concentração em um mesmo tipo de dimensão).

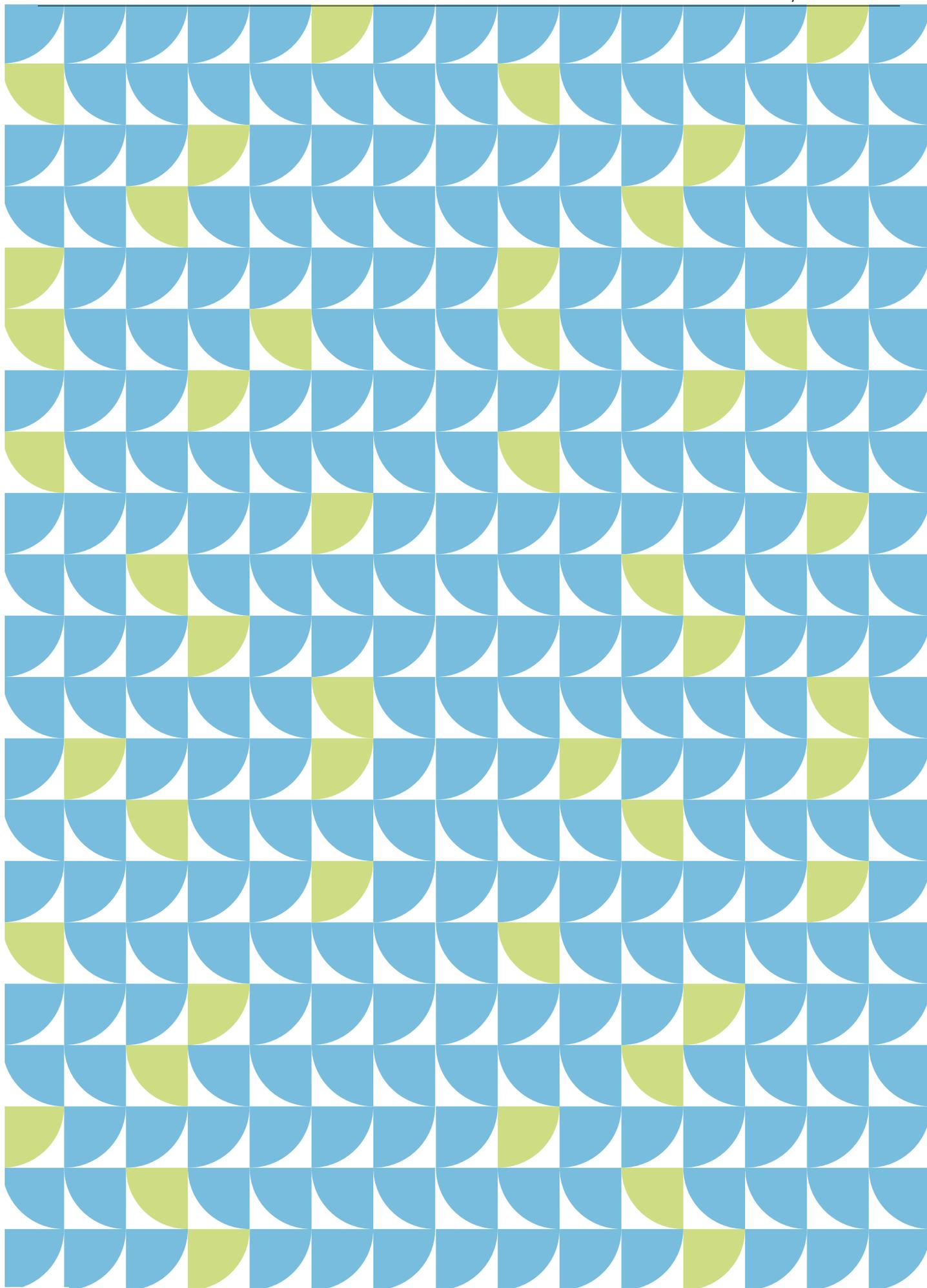


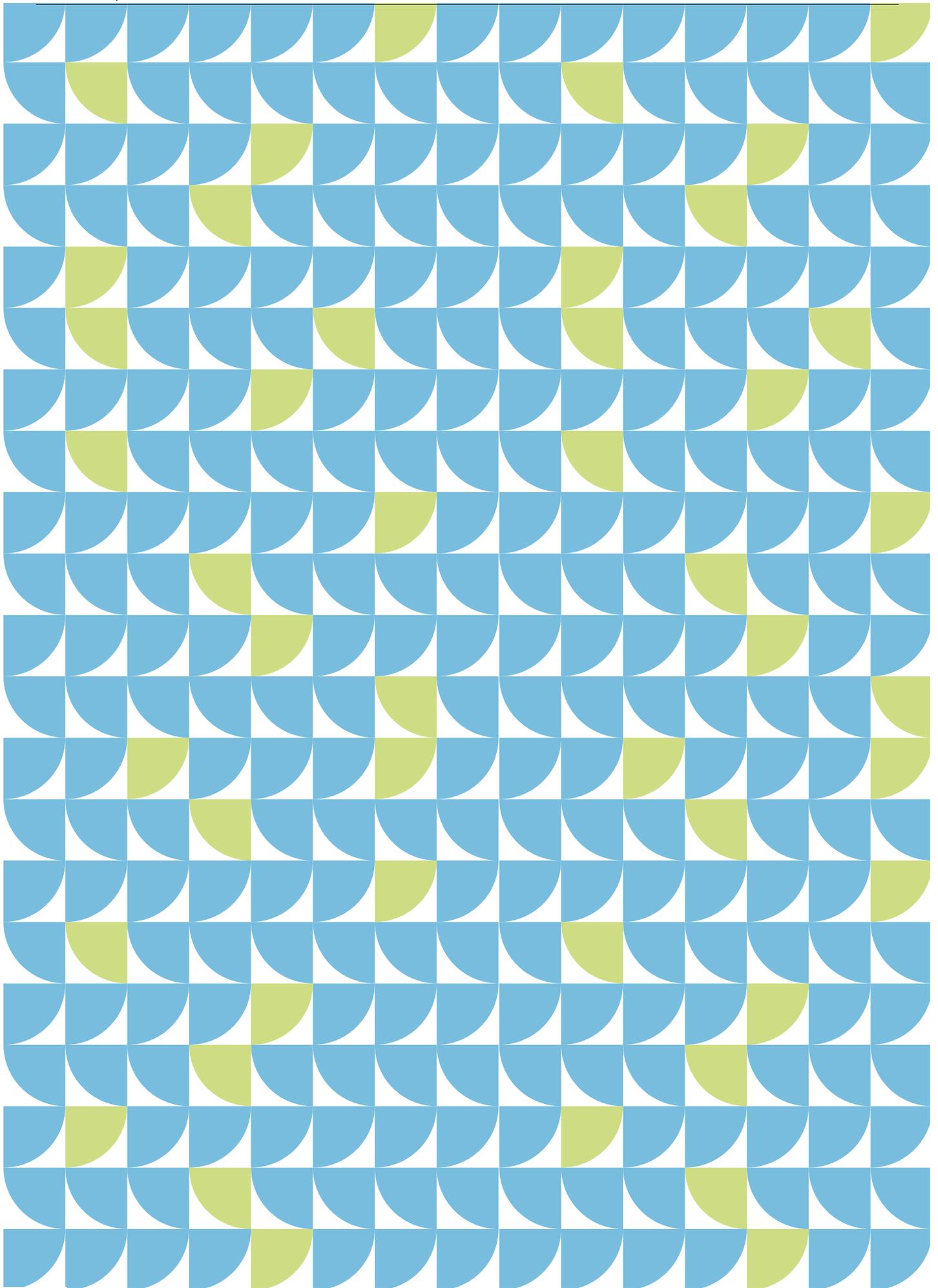
Gráfico 1 – Resultados quanto ao alcance das metas em 2019

O histórico detalhado das etapas de elaboração, execução e monitoramento do plano estratégico PE – STF Rumo a 2020 até o exercício 2019 pode ser acessado no relatório disponível no portal do STF, na aba “Transparência/Gestão Estratégica”, e também por meio do QR-Code:

PE – STF Rumo a 2020
Relatório: 2015 a 2019









Supremo Tribunal Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília, DF, Brasil

70175-900

61 3217-3000

Levantamento de dados

Secretaria-Geral da Presidência

Secretaria do Tribunal

Compilação

Secretaria-Geral da Presidência

Secretaria de Gestão Estratégica

Revisão, capa, projeto gráfico, diagramação e encadernação

Secretaria de Documentação

Impressão

Secretaria de Administração e Finanças

Fotografias

Secretaria de Comunicação: Carlos Moura, Fellipe Sampaio, Nelson Jr. e Rosinei Coutinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal)

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).

Relatório de Atividades 2019 / Supremo Tribunal Federal. – Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020.

140 p. : il

1. Poder judiciário, Brasil. 2. Tribunal supremo, relatório, Brasil.
3. José Antonio Dias Toffoli, 1967-. I. Título.

CDD – 341.4191





RELATÓRIO CNJ 2019



**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA****Presidente**

Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Valtécio Ronaldo de Oliveira

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Carlos Vieira von Adamek

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Richard Pae Kim

Diretor-Geral

Johaness Eck

Juizes Auxiliares da Presidência

Adriano da Silva Araújo

Antônio Carlos de Castro Neves Tavares

Bráulio Gabriel Gusmão

Camila Plentz Konrath

Carl Olav Smith

Carlos Gustavo Vianna Direito

Dayse Starling Motta

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Livia Cristina Marques Peres

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Marcelo Martins Berthe

Rodrigo Capez

2019

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

RELATÓRIO
CNJ
2019

BRASÍLIA / 2019



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**Secretário de Comunicação Social**

Rodrigo Farhat

Edição

Thaís Cieglinski

Fotografia

Gilmar Ferreira, Gláucio Dettimar e Luiz Silveira

Projeto gráfico

Eron Castro

Revisão

Carmem Menezes

Apoio:

Luciana Albuquerque

Marli Souza



“ Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça, estruturado sobre os pilares da **eficiência, transparência e responsabilidade**, atuou de forma efetiva para garantir os direitos de nossos cidadãos, a partir de um **modelo de gestão cooperativa e democrática**, voltado para a elaboração de **políticas públicas** em prol do aperfeiçoamento do Sistema de Justiça e da edificação do Poder Judiciário do Século XXI.

Ministro Dias Toffoli
Presidente do CNJ



APRESENTAÇÃO

A reforma do Poder Judiciário, implantada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, confiou ao Conselho Nacional de Justiça, órgão central de controle e planejamento estratégico do Poder Judiciário, o dever de produzir diagnósticos e instituir políticas públicas, programas e metas que possam aprimorar a atividade jurisdicional no Brasil.

Decorridos quinze anos da Reforma do Judiciário, muitos foram os avanços alcançados pelo Conselho Nacional de Justiça, durante as suas várias composições, para bem atender ao destinatário final dos serviços: o cidadão, o jurisdicionado. Não foi diferente neste ano de 2019, em que numerosos desafios foram vencidos por todo o Judiciário, na busca obstinada pela eficiência na atividade administrativa e jurisdicional.

Investiu-se durante o ano de 2019 na gestão estratégica, na utilização das tecnologias e melhoria dos sistemas de automação, na atuação intersetorial e interinstitucional, de forma a trazer os demais poderes e a sociedade civil para encontrarmos, de forma cooperativa e democrática, as melhores soluções para os desafios do Judiciário brasileiro, na gestão adequada dos riscos e no investimento tecnológico, sem abandonar o capital humano e sem colocar de lado as ações de responsabilidade socioambientais. Este relatório mostra que, pela primeira vez na última década, houve redução dos casos pendentes, invertendo a tendência que vinha sendo observada ao longo dos últimos anos. Muitos foram os investimentos na busca da desjudicialização e na utilização de mecanismos alternativos e consensuais de solução dos litígios.



Passamos por um importante processo de formulação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, com o esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culminou com a aprovação dos Macrodesafios pelos presidentes dos tribunais, além das Metas do Poder Judiciário para o ano de 2020 durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Maceió-AL.

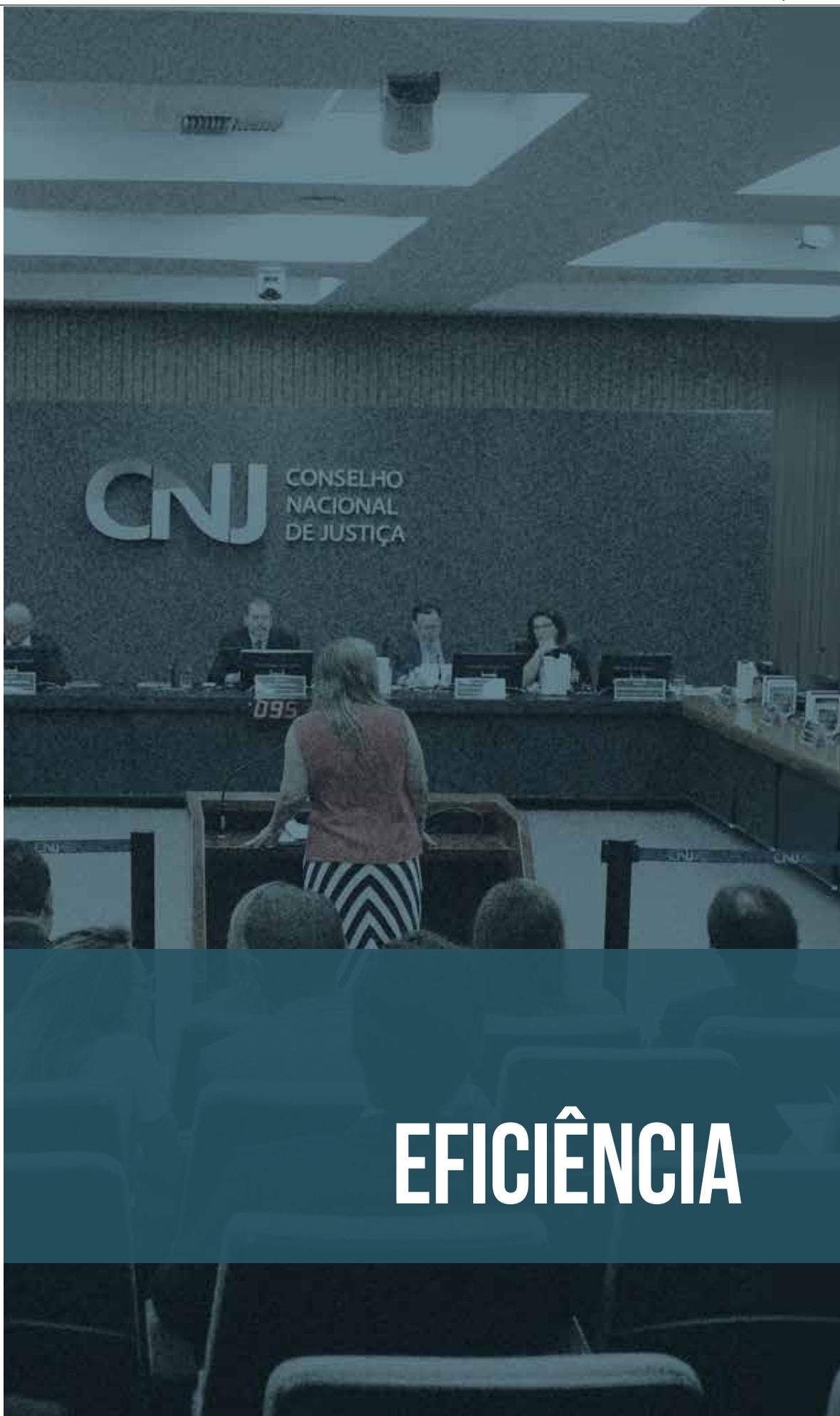
O fato é que, em 2019, o Conselho Nacional de Justiça, estruturado sobre os pilares da eficiência, transparência e responsabilidade, atuou de forma efetiva para garantir os direitos de nossos cidadãos e construir uma nação mais livre, justa e solidária, a partir de um modelo de gestão cooperativa e democrática, voltado para a elaboração de políticas públicas em prol do aperfeiçoamento do Sistema de Justiça e da edificação do Poder Judiciário do Século XXI.



Ministro Dias Toffoli
Presidente do CNJ







EFICIÊNCIA



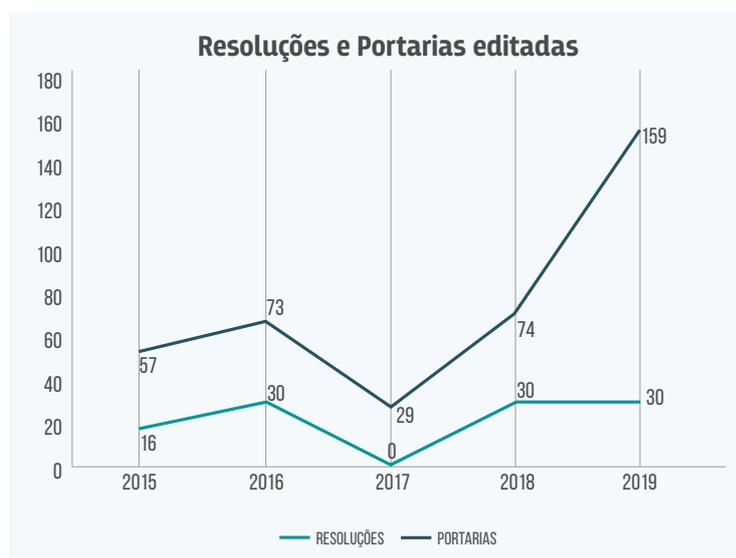
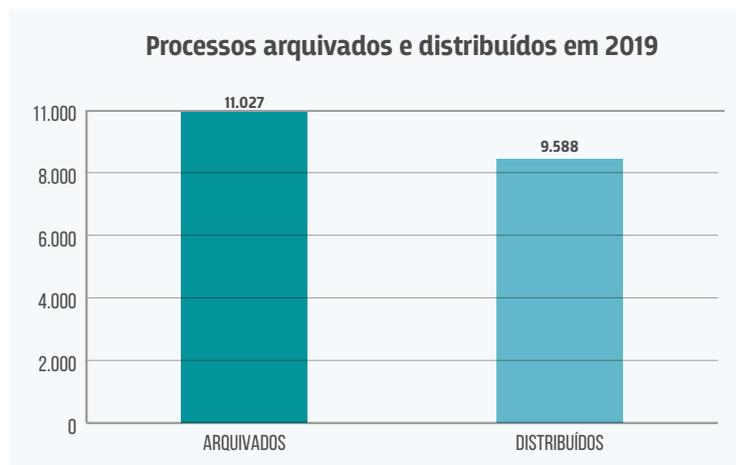
DADOS PROCESSUAIS DO CNJ - 2019

SESSÕES					
Sessões presenciais			Sessões virtuais		
Nº	Julgados	Média	Nº	Julgados	Média
21	158	7,5	17	526	30,9

PADs	
Em tramitação	
35	

PROCESSOS		
Distribuídos	Arquivados	Em tramitação
9.588	11.027	4.412







CNJ CRIA 13 COMISSÕES PERMANENTES

Com a edição da Resolução n. 296, de 19 de setembro de 2019, o CNJ passa a ter 13 comissões permanentes que estudam temas e atividades específicas de interesse institucional, na busca de soluções para o Judiciário:

- » Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento;
- » Eficiência Operacional, Infraestrutura e Gestão de Pessoas;
- » Tecnologia da Informação e Inovação;
- » Gestão Documental e de Memória do Poder Judiciário;
- » Comunicação do Poder Judiciário;
- » Sustentabilidade e Responsabilidade Social;





- » Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública;
- » Solução Adequada de Conflitos;
- » Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários;
- » Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis;
- » Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão;
- » Aperfeiçoamento da Justiça Militar nos âmbitos federal e estadual;
- » Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.





SECRETARIA PLANEJA PROGRAMAS, PESQUISAS E ESTRATÉGIAS

Criada nesta gestão, a nova Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (SEP), instituída pela Portaria CNJ nº 122, de 9 de outubro de 2018, apoia e faz assessoramento técnico à Presidência e às Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Justiça nas atividades relacionadas aos programas e projetos institucionais, às pesquisas judiciais, à gestão estratégica e à capacitação de servidores do Poder Judiciário.



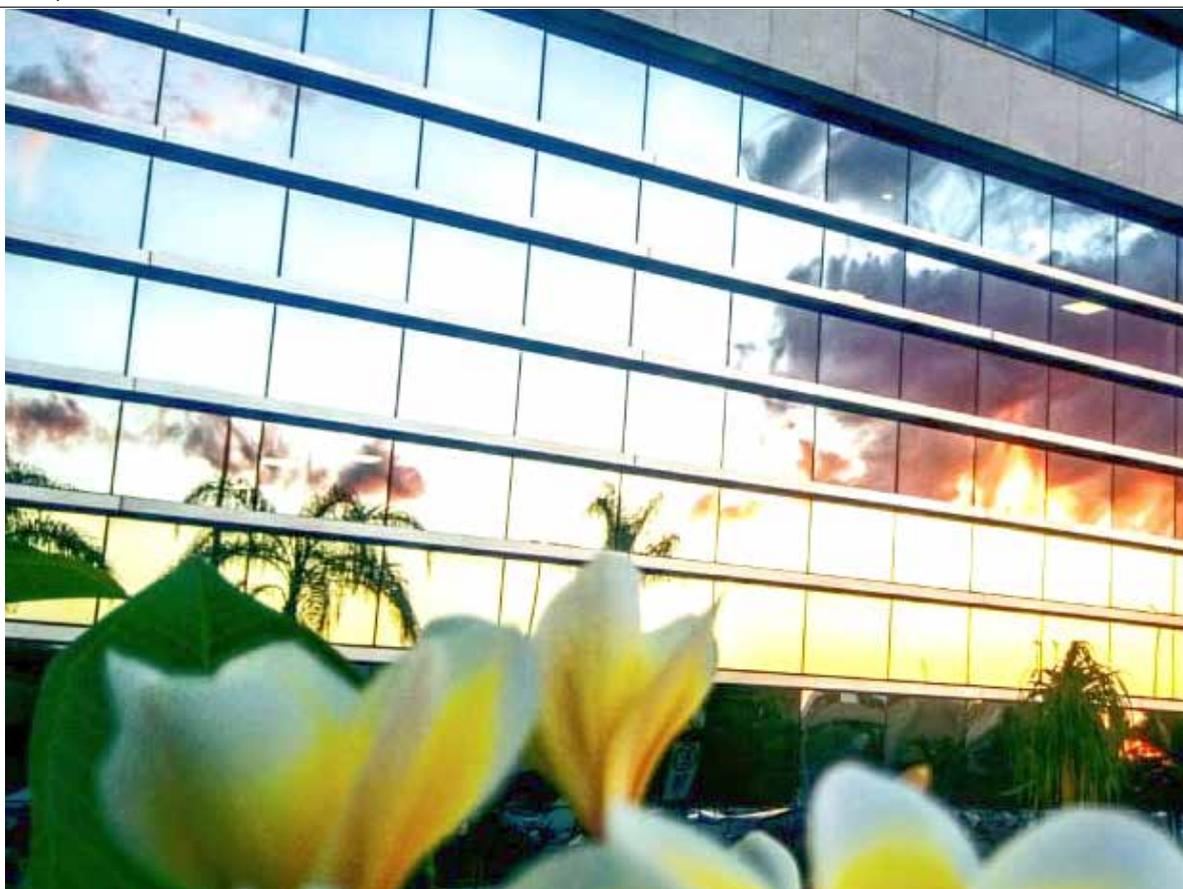


Sua estrutura organizacional é composta por: Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (GSEP); Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ); Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud); e Departamento de Gestão Estratégica (DGE).

As principais atividades da SEP em 2019 foram:

- » reativar a rede de governança colaborativa do Poder Judiciário com a participação de representantes dos tribunais superiores e dos conselhos superiores;
- » buscar o alinhamento estratégico do CNJ e das políticas judiciárias nacionais;
- » implementar o Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário relacionadas à melhorias de gestão;
- » iniciar o processo de revisão da estratégia nacional, com aprovação dos macrodesafios do Poder Judiciário 2021-2026 no XIII Encontro do Poder Judiciário, realizado em novembro;
- » elaborar proposta de objetivos para o planejamento estratégico do CNJ 2021-2026;
- » realizar a 2ª edição do ranking da transparência do Poder Judiciário.





CNJ TEM NOVA SEDE

No último bimestre de 2019, o CNJ reuniu, pela primeira vez em sua história, todas as unidades funcionais em um único endereço, em instalações que atendem à demanda reprimida por áreas de trabalho e condizente com o planejamento territorial da capital federal. A nova sede está situada próxima ao Supremo Tribunal Federal e dos demais Tribunais Superiores e viabilizar a ampliação dos trabalhos do Conselho.

Com maior facilidade de acesso para autoridades, servidores e público em geral, busca-se obter maior agilidade na prestação dos serviços, economia com deslocamentos e fortalecimento da identidade institucional do Conselho.





O valor por unidade de área contratado é cerca de 40% menor que o aluguel pago anteriormente e as novas instalações possibilitam atender as demandas por espaços das unidades administrativas do CNJ, das Comissões Permanentes e de outros colegiados, por salas de oitivas e audiências e por espaços para abrigar novas atividades, como o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, além de auditório para 170 pessoas e uma Sala de Sessões Plenárias com capacidade de 124 assentos, mais adequada ao porte do Conselho.

A nova sede também apresenta melhorias quanto aos impactos ambientais, já que possui etiquetagem de sustentabilidade do selo Edifica Procel Nível A, painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica e sistema de automação e supervisão predial modernos.



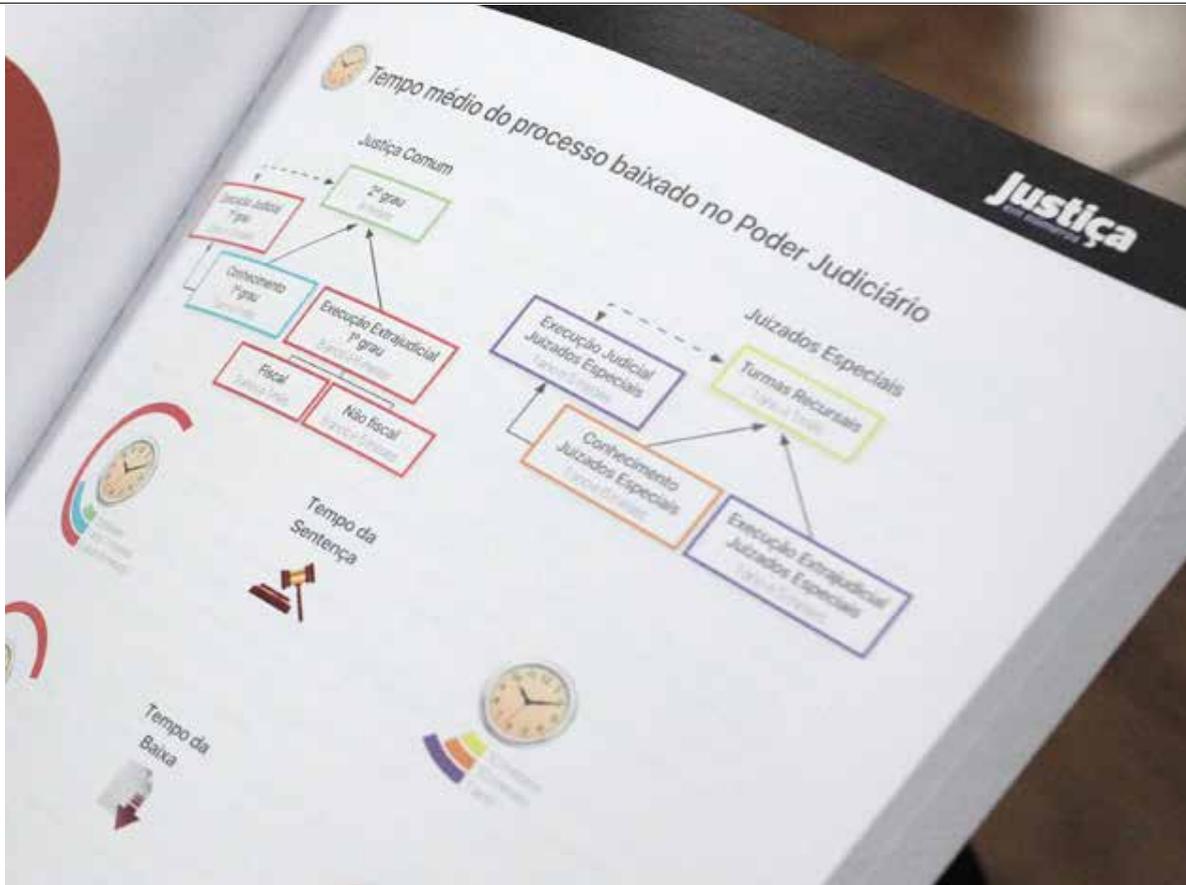


JUSTIÇA EM NÚMEROS APONTA MELHORIA NOS TRIBUNAIS

Principal fonte de dados estatísticos oficiais sobre o Poder Judiciário, o relatório analisa e divulga informações sobre estrutura judiciária, despesas e receitas, recursos humanos e movimentação processual.

Uma das novidades da edição 2019 foi a criação de capítulo destinado à análise das competências da justiça estadual, mostrando a comparação entre as unidades exclusivas e acumulativa, para cada tipo de matéria. No capítulo inédito, verifica-se a existência de uma grande quantidade de juízos únicos. Os dados revelam que as varas exclusivas de infância e juventude, família e violência doméstica se destacam por





apresentar as menores taxas de congestionamento, com patamares inferiores às taxas das varas exclusivas cíveis.

O relatório mostra que pela primeira vez em quatorze anos houve redução do estoque processual. Esse resultado foi extremamente positivo pois, até 2016, o aumento do acervo era recorrente. Em 2017 houve estabilização do estoque, culminando com a queda verificada em 2018. Os dados são reflexo do aumento no total de processos baixados, que atingiu o maior valor da série histórica no ano de 2018, do aumento da produtividade dos juízes e servidores, além da redução dos casos novos.

Houve aumento do tempo médio de tramitação dos casos julgados e baixados, com redução do tempo de tramitação dos casos pendentes. Esse resultado é positivo, pois mostra que o Judiciário foi capaz de ser mais célere que nos anos anteriores, dando prioridade no julgamento dos casos mais antigos, que são, em geral, os de mais difícil solução.





METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2019 E 2020

Em 2019, as Metas Nacionais puderam ser mais bem acompanhadas pelo painel interativo (<https://painéis.cnj.jus.br>) que disponibilizou melhorias em relação às visualizações gráficas, além de relatórios por tribunal em cada uma das metas.

Dos 18.009.644 processos distribuídos até dezembro de 2019, 17.870.814 de processos já foram julgados.

Para 2020, foi realizada consulta pública sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário, possibilitando a participação da sociedade no processo de formulação das metas institucionais do judiciário.





Durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, 12 Metas Nacionais foram aprovadas:

- a) julgar mais processos que os distribuídos;
- b) julgar processos mais antigos; estimular a conciliação;
- c) priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;
- d) impulsionar processos à execução; priorizar o julgamento das ações coletivas;
- e) priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos;
- f) priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- g) integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário;
- h) promover a saúde de magistrados e servidores;
- i) promover os direitos da criança e do adolescente; e
- j) impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas.





PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE ENTREGUE EM NOVENBRO

Criado em 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade foi instituído pela Portaria CNJ n. 88/2019 em substituição ao Selo Justiça em Números. Objetivo é avaliar os tribunais segundo as óticas da governança, produtividade, informação e transparência.

Novidade de 2019 foi a inclusão da categoria “Melhor do Ano” por segmento de Justiça. Os vencedores nessa categoria foram:

Prêmio Melhor do Ano 2019:

- » Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- » Justiça Federal: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
- » Justiça do Trabalho: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
- » Justiça Eleitoral: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
- » Justiça Militar Estadual: Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo





Prêmio Diamante 2019, nove tribunais de melhor desempenho do país:

- » Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- » Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
- » Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
- » Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
- » Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
- » Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
- » Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
- » Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR)
- » Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (SP)

Também foram entregues Menções Honrosas aos tribunais que conseguiram julgar maior volume de processos: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.





FORMULADA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA 2021-2026

Em abril de 2019, foi iniciada a revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Para tanto, foram percorridas algumas etapas:

- » reativação do Comitê Gestor Nacional da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;
- » diagnóstico da estratégia nacional vigente;
- » reuniões com o Comitê Gestor Nacional;
- » videoconferências com os subcomitês dos segmentos de justiça;
- » consulta pública das propostas de Macrodesafios do Poder Judiciário para os próximos 6 anos.

Esse processo de formulação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 constitui em esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culminou com a aprovação dos Macrodesafios pelos presidentes dos tribunais durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2019 em Macéio-AL.





Para os próximos 6 anos, serão doze Macrodesafios a serem enfrentados pelos órgãos do Judiciário, são eles:

1. Garantia dos direitos fundamentais
2. Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade
3. Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
4. Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
5. Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
6. Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios
7. Promoção da sustentabilidade
8. Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal
9. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária
10. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
11. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
12. Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

Outras etapas estão previstas para 2020, a exemplo do desdobramento dos Macrodesafios, elaboração, aprovação e publicação da resolução que instituirá a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.





OBSERVATÓRIO MONITORA QUESTÕES COMPLEXAS

Instituído pela Portaria Conjunta n. 1, de 31 de janeiro de 2019, o Observatório Nacional é o resultado de ação conjunta do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo é promover a integração institucional, elaborar estudos e propor medidas concretas de aperfeiçoamento do sistema nacional de Justiça, na via extrajudicial e na judicial, para enfrentar situações concretas de alta complexidade, grande impacto e elevada repercussão ambiental, econômica e social. O trabalho é coordenado pela conselheira Maria Tereza Uille e contou com participação do então conselheiro Valdetário Monteiro, o secretário-geral, Carlos Vieira von Adamek; o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Richard Pae Kim; e os juízes auxiliares Flávia Moreira, Márcio Luiz Coelho e Alexandre Chini.

Cinco situações em monitoramento:

1. Barragem na Mina do Córrego do Feijão – Brumadinho/MG;
2. Barragem de Fundão – Mariana/MG;
3. Boate Kiss – Santa Maria/RS; e
4. Chacina de Auditores do Trabalho – Unaí/MG.
5. Bairro de Pinheiro - Maceió/Al





Duas situações a serem monitoradas:

1. Situação dos refugiados de Roraima; e
2. Situação dos homicídios no país, a partir de dados do Atlas da Violência 2019/Ipea.

Resultados:

- » Realização de curso de capacitação em Negociação em Causas Complexas para treinamento e capacitação de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público (15 e 16/3/2019).
- » Promoção de *workshop* com agências reguladoras e órgãos estatais, em 10 de abril de 2019, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).
- » Lançamento do *site* do Observatório Nacional (30/4/2019) – <http://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/>.
- » Criação de categoria específica de classe/assunto nas Tabelas Processuais Unificadas (Resolução CNJ n. 46/2007) como medida para identificar com mais rapidez processos judiciais relacionados às situações mapeadas e acompanhadas pelo Observatório Nacional.
- » Homologação do acordo entre a Braskem e diversos órgãos do sistema de justiça para desocupação e indenização das famílias que moram nos bairros de Pinheiros, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, em Maceió (AL).
- » 6ª Turma do STJ decide que caso da boate Kiss deve ir ao tribunal do júri.





JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA JULGA CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O programa Justiça pela Paz em Casa representa esforço concentrado, ao longo de três semanas do ano, para o julgamento de ações relativas a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. As semanas ocorrem sempre nos meses de março, agosto e novembro, em comemoração ao dia da mulher, ao aniversário de sanção da Lei Maria da Penha e ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a mulher, respectivamente.

A Semana Justiça pela Paz em Casa foi transformada oficialmente em Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, pela Resolução CNJ n. 254/2018.





Durante 2019 foram realizadas três semanas, com aumento expressivo de atendimentos:

13ª Semana pela Paz em Casa: 11 a 15 de março de 2019

14ª Semana pela Paz em Casa: 19 a 23 de agosto de 2019

15ª Semana pela Paz em Casa: 25 a 29 de novembro de 2019



57.379
AUDIÊNCIAS



344
SESSÕES DO
TRIBUNAL DO JÚRI



46.445
SENTENÇAS



25.925
MEDIDAS PROTETIVAS





OTIMIZADOS JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DO JURI

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou recomendação com orientações de procedimentos voltados a otimizar o julgamento das ações relacionadas a crimes dolosos contra a vida (Recomendação Nº 55 de 08/10/2019). “O problema do número de homicídios no Brasil é uma questão trágica que a sociedade não quer enfrentar. São 500 mil homicídios a cada dez anos. É pior do que qualquer guerra”, enfatizou o presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli. “Mais grave ainda é saber que 30% dos casos prescrevem na Justiça, sem julgamento. Estamos dando prioridade a esse problema agora”, enfatizou.

Assim, foi criado grupo de trabalho destinado a elaborar estudos para otimizar o julgamento das ações judiciais relacionadas a crimes dolosos contra a vida (GT-Júri), integrado pelo Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, pelo secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Richard Pae Kim, coordenado pelo Ministro Rogério Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça.





Dados relativos ao Mês Nacional do Júri:

- » Sessões do Júri designadas: 5.025
- » Sessões do Júri realizadas: 3.775 (75%)
- » Réus condenados: 2.617 (66,5%)
- » Réus absolvidos: 1.320 (33,5%)
- » Sessões do Júri designadas de Femicídio: 382
- » Sessões do Júri realizadas de Femicídio: 319 (83,5%)
- » Sessões do Júri realizadas de Femicídio com Medidas Protetivas concedidas anteriormente à data do crime: : 58
- » Sessões do Júri realizadas de Femicídio sem Medidas Protetivas concedidas anteriormente à data do crime: : 179
- » Réus condenados de Femicídio: 277 (87,9%)
- » Réus absolvidos de Femicídio: 38 (12,1%)

O normativo – aprovado na 298ª Sessão Ordinária, realizada no dia 8 de outubro de 2019 – recomenda que os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais devem implementar turmas e câmaras especializadas para julgamento de processos de competência do Tribunal do Júri. Há ainda a sugestão para que seja utilizado o sistema de videoconferências em atos processuais das ações penais, inclusive durante sessões, e que sejam organizados mutirões para julgamento de processos de competência do Tribunal do Júri.

Em outubro, o grupo de trabalho publicou o Diagnóstico das Ações Penais da Competência do Tribunal do Júri e, em dezembro, apresentou ao ministro Dias Toffoli minuta de anteprojeto de lei para alterar o Código de Processo Penal (CPP) de forma a dar celeridade e efetividade aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, de competência do Tribunal do Júri.





EFICIÊNCIA OPERACIONAL E GESTÃO DE PESSOAS

Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas trabalhou com projetos relacionados ao Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, ao Ranking da Transparência, à regulamentação da participação dos juízes nas mídias sociais e à reformulação da Resolução CNJ n. 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário.





INGRESSO NA MAGISTRATURA DISCUTIDO EM AUDIÊNCIA

Nesse processo, o CNJ promoveu, em 10 de junho de 2019, audiência pública para revisão das regras relativas ao concurso para ingresso na magistratura. A audiência pública colheu sugestões para alterar o ato normativo, a partir dos seguintes questionamentos:

- a) Qual o perfil do magistrado mais adequado para exercer a magistratura?
- b) Que critérios o processo seletivo deveria adotar para realizar o recrutamento desse perfil?
- c) Como o concurso da magistratura deveria ser estruturado para atingir esse objetivo?

As sugestões colhidas subsidiarão a atualização da Resolução CNJ n. 75/2009.

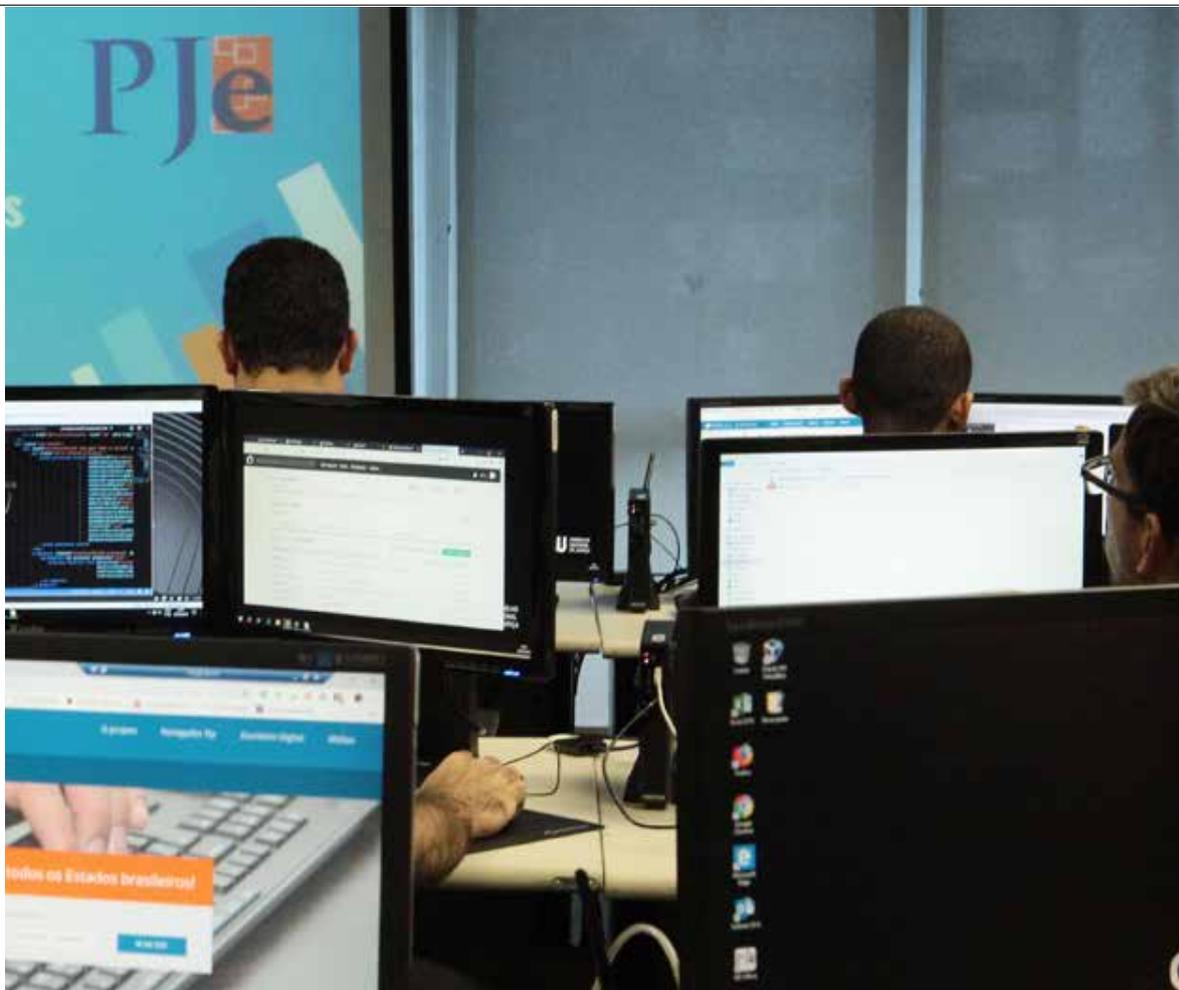




MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO É PILAR DA GESTÃO

Um dos pilares da gestão do ministro Dias Toffoli é a modernização do Poder Judiciário. Para tanto, várias iniciativas e vários projetos vêm sendo desenvolvidos pela área de tecnologia da informação do CNJ. Nesse sentido, a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho acompanha e apresenta sugestões à Presidência e ao Plenário do CNJ importantes propostas para melhoria do sistema.





O então presidente da comissão, o conselheiro Márcio Schiefler, coordenou os trabalhos. Entre os destaques, está o grupo de trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 63/2019, cuja missão é disciplinar o acesso aos bancos de dados processuais dos tribunais brasileiros. Integrado por magistrados de todos os ramos da Justiça, o grupo, presidido desde novembro de 2019 pelo conselheiro Rubens Canuto Neto, está elaborando proposta de resolução para traçar uma política de acesso às informações armazenadas pelos tribunais.

Outra pauta é o aperfeiçoamento da política nacional de processo eletrônico. Em reunião realizada em setembro, cerca de 70 representantes de tribunais do país puderam expor suas visões sobre o rumo a ser seguido na informatização processual.

O **PJe** é uma plataforma digital desenvolvida pelo CNJ em parceria com diversos Tribunais e conta com a participação consultiva do Conselho Nacional do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Advocacia Pública e Defensorias Públicas. A ferramenta busca facilitar a consulta e o acompanhamento dos processos judiciais.



PJe TEM NOVA ARQUITETURA 2.1

Alteração na arquitetura do sistema, que passa a funcionar no conceito plataforma, abre a possibilidade de modularização a partir dos chamados microsserviços.

Nova versão foi colocada à disposição dos tribunais em fevereiro de 2019 e o CNJ passou a oferecer treinamento e apoio na sua implantação durante o semestre.

Resultado: Ambientes mais amigáveis nos novos microsserviços do PJe.

PORTAL PJe MÍDIAS PERMITE GRAVAÇÃO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS

A ferramenta tecnológica facilita a gravação audiovisual das audiências, com possibilidades de indexação dos principais eventos aos processos. A ferramenta permite a publicação desses documentos digitais em único portal agregador de todas as audiências.

O projeto foi lançado em maio de 2019, no Plenário do CNJ.

Resultado: Mais de 90 representantes de tribunais compareceram ao *workshop* de apresentação do Portal PJe Mídias. Os tribunais e o CNJ podem desenvolver repositório de mídias para armazenamento de documentos de som e imagem. Armazenamento como serviço, ganho de escalabilidade, aumento da disponibilidade e segurança.

Impacto: Os documentos digitais inseridos no Repositório Nacional de Mídias para o Sistema PJe são considerados peças integrantes dos autos eletrônicos do processo judicial correspondente.

PJe ESTÁ NA NUVEM

Nova plataforma permite que parte da estrutura do sistema PJe seja colocada em serviço de nuvem.

O projeto foi concluído em maio de 2019 e todas as versões atualizadas do sistema terão a oportunidade de utilizar a solução em nuvem.



Resultado: Os recursos de infraestrutura tecnológica podem ser utilizados dinamicamente, resultando em aumento da disponibilidade dos serviços e ganho de eficiência na sustentação do sistema PJe.

PLATAFORMA DE GOVERNANÇA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO

Local unificado para intercâmbio de projetos e ações de tecnologia de informação e comunicação que incentiva o trabalho colaborativo entre órgãos do Poder Judiciário.

Resultados:

- » Ambiente colaborativo contendo dados, iniciativas, projetos e ações relacionadas com trilhas temáticas de TIC.
- » Disponibilidade da plataforma para uso nacional, mantido na estrutura tecnológica do CNJ.
- » A Plataforma de Governança Digital do Poder Judiciário (<https://governancadigital.cnj.jus.br/acesso>) contém as trilhas temáticas de TIC para todo o Poder Judiciário.

PROJETO SINAPSES

Projeto desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) busca implementar serviços de Inteligência Artificial ao PJe. Trata-se de plataforma de desenvolvimento e disponibilização em larga escala para modelos de inteligência artificial, com foco na automatização do PJe.

Resultados:

- » Estruturação do escritório de projetos (Inova PJe) e do Centro de Inteligência Artificial.
- » Customização e homologação da plataforma para uso nacional.
- » Treinamento dos tribunais para conhecimento da plataforma.
- » Entrega de micro serviços auxiliares (subsistemas).





PROGRAMA RESOLVE: JUSTIÇA DEDICADA À PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

O Programa Resolve visa impulsionar a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse, por meio de projetos e ações de incentivo à autocomposição de litígios e à pacificação social por meio da conciliação e da mediação.





RESOLVE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS

Articulação institucional para incremento da adesão ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, incluindo a organização das Semanas da Poupança pelos tribunais.

O CNJ assumiu a articulação para aumento das adesões, em ações individuais e coletivas, ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), relativo aos expurgos inflacionários incidentes sobre contas de poupança no que diz respeito aos planos econômicos Bresser, Verão e Collor II.

Principais resultados: Fomento das Semanas de Poupança - eventos presenciais realizados pelos tribunais; acompanhamento mensal das adesões relativas aos bancos Bradesco, do Brasil, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal, com aproximadamente 90mil adesões ao acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, resultando em pagamentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão aos poupadores.



RESOLVE PREVIDENCIÁRIO: BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE

Estabelecimento de parâmetros uniformes para tratamento das causas relativas aos benefícios por incapacidade nos segmentos das Justiças Federal e Estadual (competências delegada e acidentária).

Etapas realizadas:

- » Elaboração de curso a distância para capacitação de peritos médicos judiciais. Duas turmas concluídas: em setembro e dezembro/2019.
- » Medidas de automação do processo judicial eletrônico relativamente às ações previdenciárias dos benefícios por incapacidade.
- » Celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 028/2019 entre CNJ, INSS e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/ME para intercâmbio de bases de dados constantes em sistemas corporativos das referidas instituições;
- » Celebração da Estratégia Nacional para Desjudicialização da Previdência Social entre CNJ, Conselho da Justiça Federal (CJF), Ministério da Economia, Advocacia-Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU) e INSS, com a formação de um comitê nacional, já em funcionamento, para acompanhamento e execução das ações de desjudicialização.

MÉTODOS CONSENSUAIS ELETRÔNICOS: INTEGRAÇÃO ENTRE “CONSUMIDOR.GOV.BR” AO PJe

A plataforma consumidor.gov.br – serviço público e gratuito que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução negociada de conflitos de consumo – foi integrada ao sistema utilizado pelos tribunais para a tramitação eletrônica de processos (PJe).

Trata-se de iniciativa pioneira do CNJ e da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, viabilizado pela assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre estes órgãos (ACT n. 16/2019), com adesão da Febraban e da Febratel. Com



isso, quando um cidadão ingressa com uma ação judicial contra empresas cadastradas na base da plataforma encontra disponível a opção pela negociação on-line, sem que isso afete a celeridade processual. O projeto piloto da integração vem sendo desenvolvido no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

RESOLVE EXECUÇÃO FISCAL – AUTOMAÇÃO E GOVERNANÇA

Volta-se ao estudo e implementação de medidas de automação e governança para melhorar a tramitação dos processos de execução fiscal. Foi elaborado relatório inicial com o diagnóstico das dificuldades enfrentadas nos processos de execução fiscal a partir de reunião preliminar com magistrados que atuam na área. Posteriormente, foi constituído grupo de trabalho para tratar especificamente da temática, composto por magistrados estaduais e federais, além de representantes das Fazendas Públicas Federal, Estaduais e Municipais.

No bojo do projeto, houve capacitação de magistrados em ferramenta de mineração de processos capaz de analisar os fluxos processuais de execução fiscal existentes e identificar eventuais gargalos na tramitação.

CADASTRO DE ENTIDADES INADIMPLENTES (CEDIN)

Entre as principais realizações no período, no âmbito do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec), o conselheiro Luciano Frota coordenou a tramitação de proposta de atualização da Resolução CNJ n. 115, que dispõe sobre a gestão de precatórios no âmbito do Poder Judiciário, e trabalhou no desenvolvimento de um sistema para realizar o cadastro de entidades inadimplentes.





JUSTIÇA PRESENTE MONITORA SISTEMA CARCERÁRIO

O Justiça Presente é um programa que objetiva incidir diretamente na solução dos problemas do sistema prisional brasileiro em parceria com os atores que lidam com essas questões no dia a dia. As atividades do programa incluem estudos, diagnósticos e produção de dados inéditos, mas essa não é a atividade-fim do programa – as evidências coletadas serão os insumos para orientar nossa ação em campo.

O Justiça Presente é uma iniciativa da gestão do ministro Dias Toffoli, mas é importante destacar que as ações do programa retomam e aperfeiçoam as melhores práticas observadas em gestões anteriores do CNJ, assim como boas referências colhidas em todo o país.

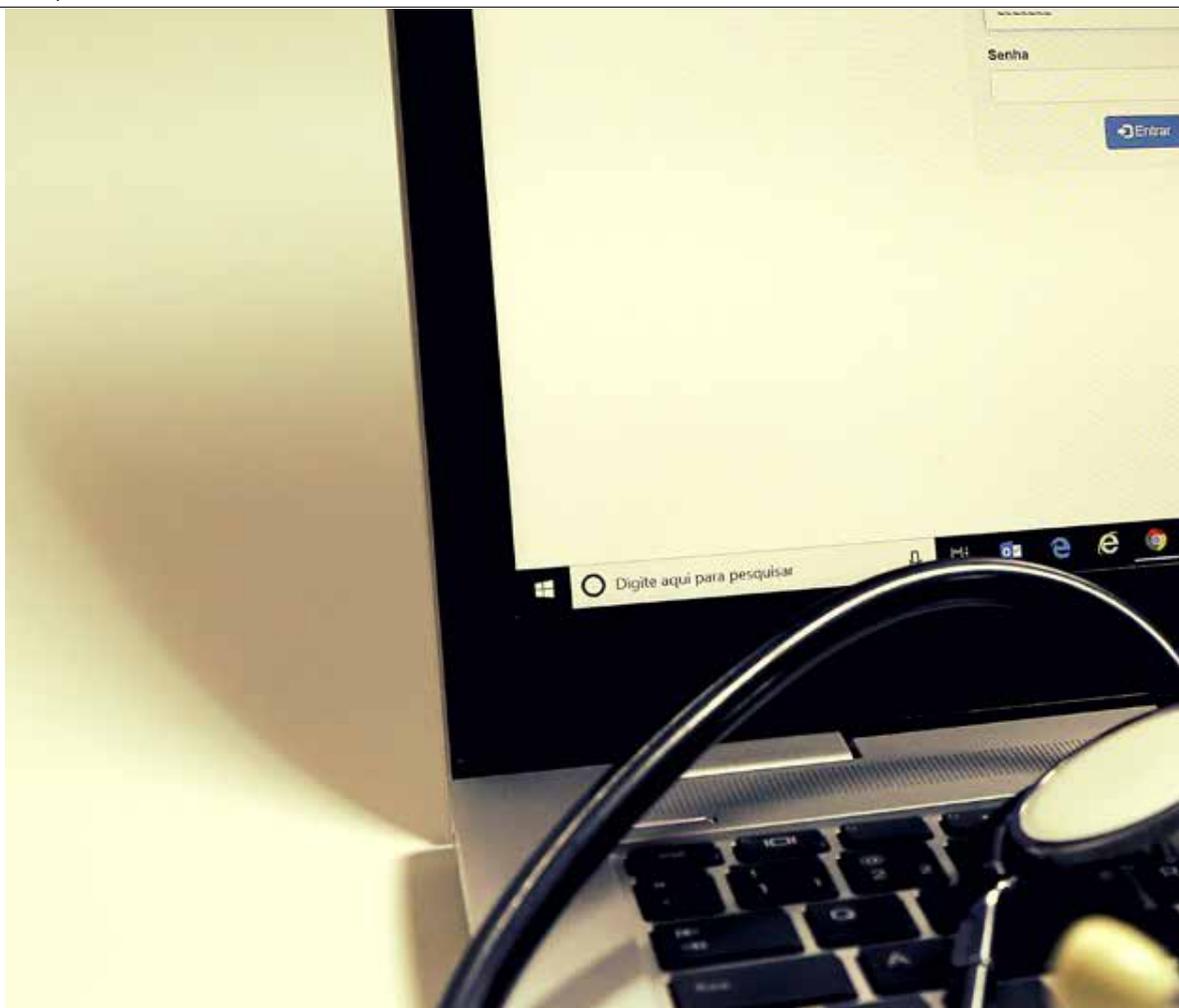




Destaques dos principais resultados alcançados pelo programa

- » Estreitamento de articulação entre equipe nacional e equipes estaduais, coleta e sistematização de dados e evidências, desenvolvimento de produtos, diálogos e parcerias, e avanços sobre monitoramento e avaliação.
- » Realização de 27 missões de pactuação nas Unidades da Federação e início de articulação com São Paulo, com 27 coordenadores estaduais atuando na ponta para dar apoio técnico na implementação das atividades.
- » Expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para 25 tribunais estaduais e quatro federais, com um milhão de processos cadastrados, otimizando a execução penal em todo o país.
- » Início do trabalho de 27 consultores em audiência de custódia para apoiar a qualificação do instituto, com incidência direta em ações e estruturação.
- » Inauguração de sete Escritórios Sociais em seis estados (RR, PB, AL, BA, RJ e PI) para a estruturação do atendimento a egressos e o lançamento do Escritório Social Virtual/Digital.
- » Lançamento da plataforma Fundo Justiça Presente. O mecanismo permite a recepção de recursos de outros doadores ou parceiros que desejem colaborar com os objetivos do programa.





MAGISTRADOS ACESSAM PARECERES TÉCNICOS DE SAÚDE

Em 9 de outubro de 2018, o CNJ anunciou, após ajustes tecnológicos para otimizar acesso a pareceres, notas e informações técnicas, o pleno funcionamento do E-NATJUS, sistema que conta atualmente, em sua pesquisa pública – <https://www.cnj.jus.br/e-natjus/> – com 50 pareceres técnicos científicos e 55 notas técnicas em sua base de dados, cujo objetivo é oferecer base científica para as decisões dos magistrados de todo o país em demandas relacionadas à saúde.





O lançamento do NAT-JUS Nacional, agregado ao sistema E-NAT-JUS, ocorreu em 19 de agosto de 2019. A ferramenta, que permite que magistrados de todo o país contem com o serviço durante 24 horas por dia, sete dias por semana, é iniciativa conjunta do CNJ, do Hospital Israelita Albert Einstein e do Ministério da Saúde. O Provimento n. 84/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça, publicado na mesma data, regula o funcionamento do serviço. Os profissionais de saúde podem avaliar os pedidos, com base nas melhores evidências científicas disponíveis, e fornecer o respaldo técnico necessário para atestar se a demanda é de fato urgente.

A implementação incluiu a capacitação de duas turmas de membros dos Núcleos de Avaliação em Tecnologias de Saúde do Judiciário (NAT-JUS) em “Avaliação em Tecnologias de Saúde”.

Os trabalhos do Fórum da Saúde foram supervisionados, até outubro de 2019, pelo conselheiro Arnaldo Hossepian Junior. Atualmente, o colegiado está sob supervisão da conselheira Candice Galvão.





APRESENTADAS SOLUÇÕES PARA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Instituído pela Portaria CNJ n. 162/2018, o grupo de trabalho destinado a apresentar contribuições para a modernização e a efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência desenvolveu várias atividades ao longo de 2019.

Coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, o grupo se reuniu em quatro oportunidades. A primeira contou, inclusive, com a presença do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, que destacou a importância das atividades não apenas para o aprimoramento da efetividade dos processos judiciais, como também para colaborar com a retomada da economia nacional.





Até o momento, foram apresentadas três propostas de recomendação, aprovadas pelo Plenário na sessão de 08/10/19. A primeira delas é voltada ao gestor judiciário, com recomendação de instalação de varas especializadas em recuperação judicial e falência; a segunda busca disseminar boas práticas já adotadas na matéria; e a última recomenda e incentiva a adoção da mediação nos processos de recuperação judicial e falência, estimulando a implementação deste método de solução adequada de conflitos de interesse em torno do objetivo comum de todos os partícipes do processo recuperacional.

Outras sugestões foram apresentadas e estão sendo analisadas pelo grupo de trabalho, que contou com a participação dos conselheiros Henrique Ávila e Aloysio Côrrea da Veiga. Ao longo dos trabalhos, o conselheiro Henrique Ávila destacou a importância de o CNJ atuar no tema, especialmente pela relevância da matéria e pelo impacto para o mercado e a economia do país.

O grupo aprovou também minuta de ato conjunto, que será encaminhado aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O ato visa dirimir os conflitos de competência oriundos das discussões sobre créditos trabalhistas no período anterior à reforma trabalhista de 2017 (Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017).





CNJ CAPACITA MAIS DE 83 MIL PESSOAS EM 20 CURSOS

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud) formou, nos últimos 12 meses, 83.893 pessoas. Desse total, 55.803 capacitações provenientes do Curso de Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário.

A produção de novos cursos também teve destaque no período: foram criados 10 cursos em formato EAD.

Destacam-se, no exercício de 2019, os cursos de Admissibilidade Recursal; Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário; Oficina de Pais e Mães Online; e as capacitações abertas à sociedade. Paralelamente, realizou-se o planejamento, organização e turmas piloto das capacitações do Pacto Nacional Pela Primeira Infância.





PRINCIPAIS NÚMEROS

Cursos oferecidos	20
Inscritos/Capacitados	83.893

PRINCIPAIS CURSOS REALIZADOS PELO CEAJUD

Curso	Capacitados
Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário	55.803
Saúde Mental e Trabalho no Poder Judiciário	6.065
Metodologia de Análise e Solução de Problemas	4.614
Novo Acordo Ortográfico	3.021
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	2.919
Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ	2.470
Gestão da Qualidade	2.440
Gestão Documental no Poder Judiciário	1.890
Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade	1.380
Oficina de Pais e Mães Online	1.204
Gestão do Conhecimento	1.018
Admissibilidade Recursal	577
Improbidade Administrativa	105
Perícia Médica	98
Marco Legal da Primeira Infância	89
Formação de Conciliadores e Mediadores	83
Workshop de Desenvolvimento de Inteligência Artificial	83
Formação de Tutores de Conciliação e Mediação Judicial	41
PJe - Desenvolvedores	37
Workshop Mineração de Processos na Otimização dos Fluxos de Execução Fiscal	19
TOTAL	83.956





ENCONTRO DE GESTORES DE PESSOAS REÚNE 250 MAGISTRADOS





O II Encontro Nacional de Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, realizado em Brasília, dias 13 e 14 de junho de 2019, reuniu mais de 250 magistrados, gestores e servidores da área de gestão de pessoas. Teve como objetivo discutir assuntos relativos à Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário (Resolução CNJ n. 240, de 9 de setembro de 2016), além de promover maior integração institucional. O evento buscou, ainda, fortalecer a comunicação e a troca de experiências. Foram abordadas as ações, projetos e as principais dificuldades da área, realizada a premiação das quatro melhores práticas na área e apresentadas outras boas práticas de sucesso desenvolvidas pelos tribunais.





CNJ FORTALECE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O Programa de Gestão por Competências busca desenvolver os servidores por meio dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessários aos objetivos estratégicos e à consecução da missão do órgão. Em 2019, o CNJ fez a implantação da Gestão por Competências (GPC) em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para mapear as competências organizacionais, setoriais, gerenciais e individuais do CNJ.

As seguintes etapas foram realizadas:

1. identificação de competências organizacionais do CNJ;
2. oficinas para identificação das competências técnicas e individuais com todas as unidades do CNJ;
3. avaliação dos servidores e gestores do CNJ em relação às competências necessárias para a execução das atividades.

A última ação do projeto consiste na identificação das maiores lacunas de competências dos servidores, isto é, a diferença entre as competências necessárias para concretizar a estratégia formulada e as competências internas já disponíveis na organização, verificadas por meio da avaliação dos servidores e gestores.



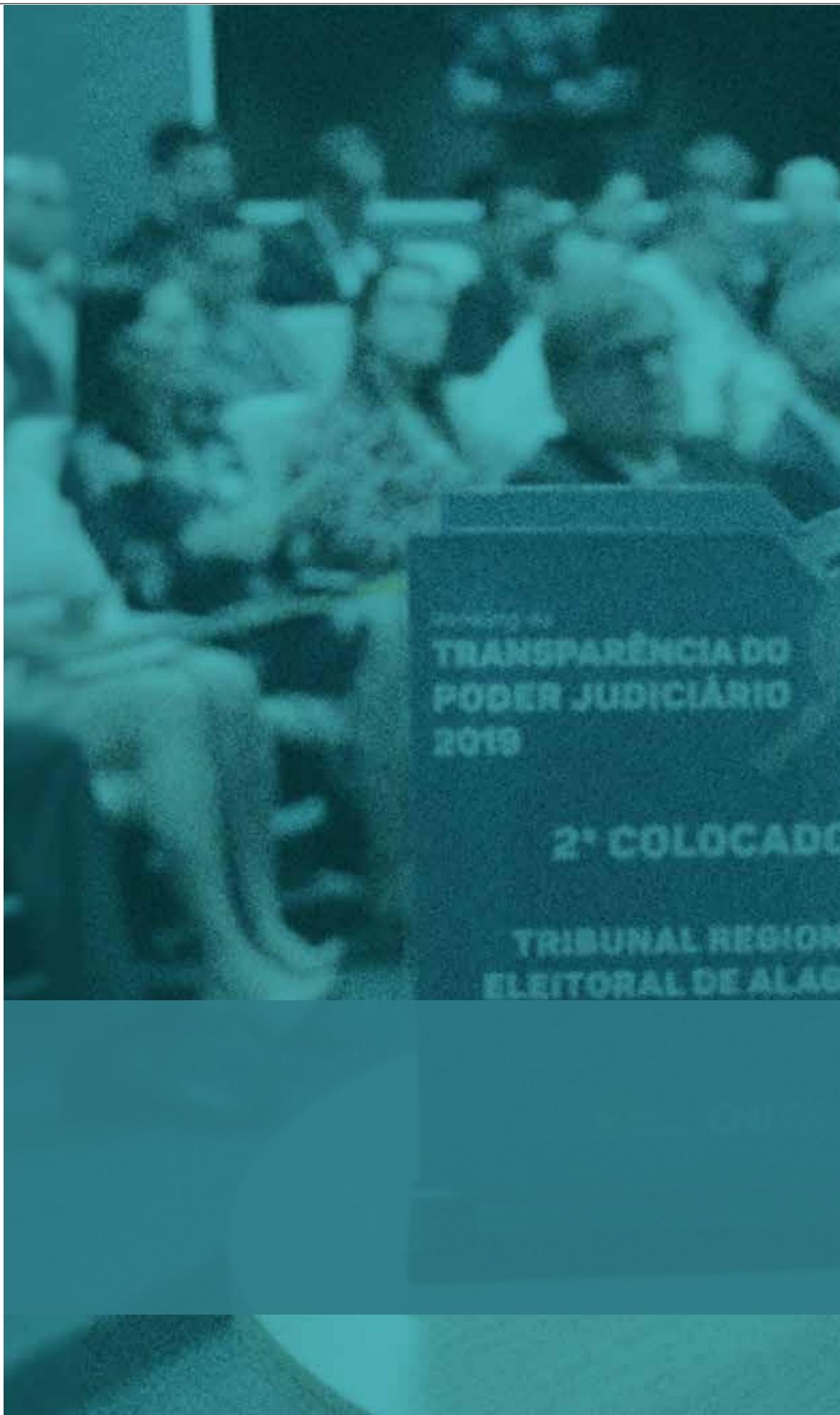


CNJ CONSOLIDA CULTURA DE GESTÃO DE RISCOS

Em 2019, o CNJ finalizou a Cartilha de Gestão de Riscos, compromisso estabelecido no Plano Estratégico do CNJ. Seu objetivo é disseminar e consolidar a cultura institucional de gestão de riscos no órgão. Após a elaboração do documento, o CNJ promoveu pesquisa que buscou identificar o nível de maturidade e de conhecimento em gestão de riscos no conselho.

O diagnóstico derivado da análise dos resultados será de vital importância para a definição da estratégia a ser adotada para aprimorar a gestão de riscos no CNJ.







TRANSPARÊNCIA





TRIBUNAIS SÃO PREMIADOS POR TRANSPARÊNCIA

Buscando valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Portaria n. 95, de 25 de junho de 2019, para divulgar os critérios de avaliação e pontuação que foram utilizados na elaboração da segunda edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – ano 2019. O Ranking, instituído pela Resolução CNJ n. 260, é coordenado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ e divulgado anualmente pelo CNJ. A segunda edição da premiação ocorreu em setembro de 2019.

Os critérios de avaliação da transparência são abrangentes e perpassam desde as informações publicadas na página eletrônica do órgão, como estrutura organizacional, serviço de informações ao cidadão, possibilidade de extração de relatórios, até se o órgão divulga, por exemplo,





dados relativos à remuneração e proventos de membros, servidores, pensionista e colaboradores.

Todos os órgãos do Poder Judiciário participaram da avaliação para elaboração do Ranking da Transparência 2019, cujo resultado, estabeleceu a seguinte classificação:

- » **Primeiro colocado**, com 95,08%;
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN),

- » **Segundo colocado**, com 94,26%
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL),

- » **Terceiros colocados**, com 93,44% de atendimento aos itens:
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM);
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE/MS); e
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande Sul (TRE/RS).





JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua atribuição legal de dar transparência e publicidade às informações relativas à atuação do Poder Judiciário brasileiro, publica anualmente o Relatório Justiça em Números.

A Justiça em Números é a principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira.

O relatório Justiça em Números, em sua 15ª edição (2019), “reforça a grandiosidade do desafio enfrentado pelo Poder Judiciário brasileiro, mas também anuncia que há razões para otimismo, na medida em que se caminha na direção do amplo acesso à Justiça e de uma maior capacidade de atendimento à demanda da sociedade por serviços jurisdicionais, com transparência, eficiência e responsabilidade, razão de ser do próprio Poder Judiciário”. (Min. Dias Toffoli, Presidente do CNJ)





JUSTIÇA PESQUISA

A produção de conhecimento, de informação, de dados estatísticos é essencial para a gestão judiciária. Os dados estatísticos produzidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), do Conselho Nacional de Justiça, fornecem subsídios para ações de planejamento e gestão em nível nacional, além de apontar para necessidade de novos estudos e orientar ações de fomento à pesquisa.

Durante o ano de 2019, todas as pesquisas desenvolvidas foram divulgadas em seminários temáticos, com público-alvo específico, com atuação na área objeto de estudo e resultando na evolução das políticas públicas judiciárias.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE (INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA - INSPER)

Objetivo: contribuir para a compreensão da judicialização da saúde por meio de análise de representatividade nacional, com classificação que identifique tipos de demandas e características das decisões judiciais. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/insper>>.





JUSTIÇA CRIMINAL, IMPUNIDADE E PRESCRIÇÃO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS JORNALISTAS - ABJ)

Objetivos: construir panorama da persecução penal à corrupção no Brasil; analisar empiricamente o fenômeno da corrupção à luz da interpretação sociocultural; analisar empiricamente o fenômeno da corrupção à luz da interpretação neoinstitucional; e evidenciar como os achados empíricos da pesquisa podem contribuir para a formulação de políticas públicas de combate e prevenção da corrupção. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/abj>>.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: OBSTÁCULOS E INCENTIVOS NA JUSTIÇA CÍVEL (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP)

Objetivo: investigar o fluxo e a forma de gestão dos processos da Justiça Estadual de primeiro grau, com relação à existência de mediação e/ou conciliação. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/usp>>.





O PODER JUDICIÁRIO E OS DIREITOS DE CRIANÇAS NO BRASIL (UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR)

Objetivo: investigar a oitiva de crianças no Poder Judiciário considerando a implementação da Recomendação n. 33/2010 do CNJ e da Lei n. 13.431/2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/unifor>>.

MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTÃO DE PROCESSOS E CELERIDADE PROCESSUAL: A POLÍTICA DE ESPECIALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, A UNIFICAÇÃO DE SERVENTIAS E A MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO BRASIL (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS JORNALISTAS - ABJ)

Objetivo: comparar, quantitativamente, as diferenças entre os processos que tramitam nas varas exclusivas x cumulativas, bem como mensurar a eficácia dos cartórios unificados (em andamento).





O PODER JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA)

Objetivo: compreender a rede de proteção e o atendimento prestado às vítimas. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/ipea>>.

A pesquisa foi realizada em 2019 por meio de parceria firmada entre o Conselho Nacional de Justiça e o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). O projeto visou diagnosticar o atendimento prestado pelo sistema de justiça às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente no que diz respeito ao seu caráter multidisciplinar e integral.

A pesquisa mostrou que a especialização na matéria tende a garantir que os ritos previstos na Lei Maria da Penha, como a realização de audiências de retratação, sejam observados com mais atenção; que os espaços físicos estejam mais adequados ao atendimento das mulheres em situação de violência, garantindo-lhes privacidade e escuta sensível; e que as equipes multiprofissionais estejam disponíveis e sejam acionadas pelo juízo em diferentes momentos do processo.

Para 2020, está prevista a realização de mais uma edição da Jornada Lei Maria da Penha.





DIAGNÓSTICO SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

A pesquisa tem cinco eixos temáticos:

- » Mulheres e adolescentes grávidas e lactantes presas ou em regime de internação.
- » Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal.
- » Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças.
- » Famílias acolhedoras e abrigos de permanência.
- » Improbidade administrativa de gestores de políticas públicas para a infância e juventude (em fase de tramitação).





PORTAL CNJ DIVULGA BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO

O Portal busca concentrar, em um único sistema, as práticas de sucesso implementadas no Poder Judiciário para disseminação de conhecimentos e melhoria contínua da prestação jurisdicional. O portal vai permitir o cadastro de práticas em diversos eixos temáticos: produtividade judicial, desburocratização, gestão orçamentária, transparência, planejamento e gestão estratégica, sustentabilidade e acessibilidade, gestão de pessoas, governança de tecnologia da informação e comunicação, conciliação e mediação, combate à violência doméstica, sistema carcerário, acesso à Justiça e cidadania



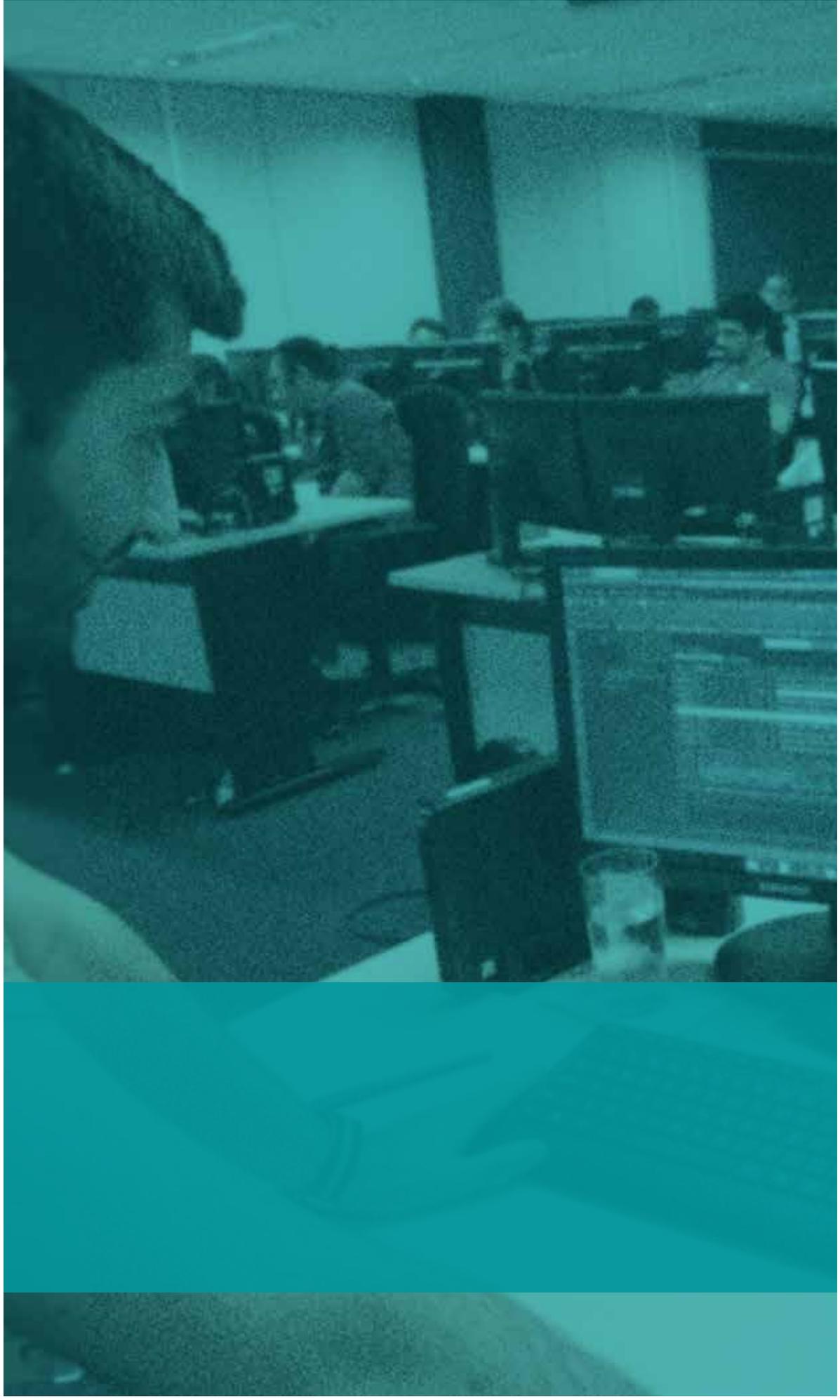


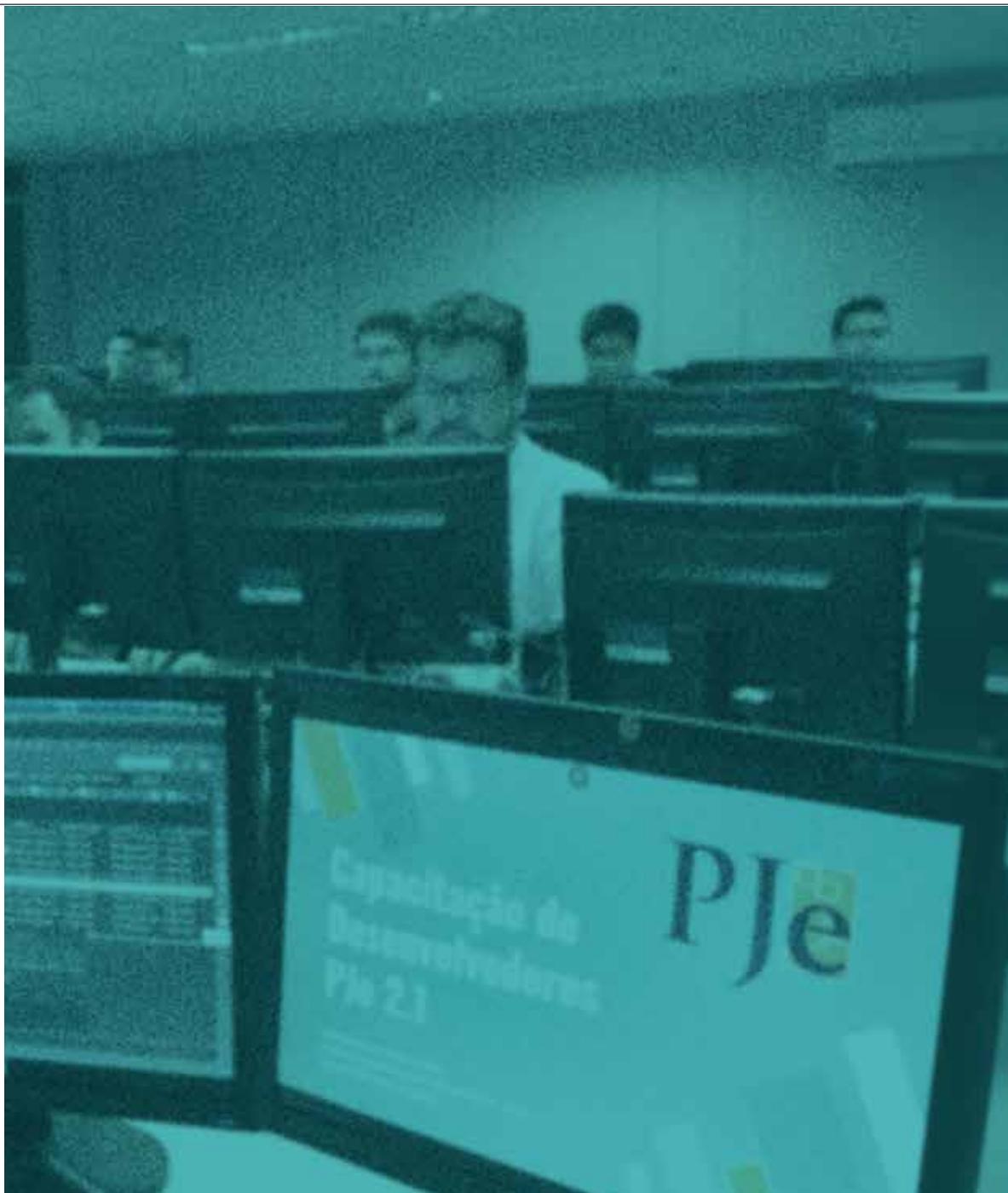
O portal foi lançado no dia 11 de outubro de 2019 e apresentado com detalhes no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário no dia 26 de novembro de 2019.

As práticas cadastradas no Portal podem concorrer a premiações específicas do CNJ. Para 2020, está prevista, em março, a premiação das boas práticas cadastradas no eixo “Desburocratização” (Portaria CNJ n. 193/2019), que visam a simplificação e à modernização de atividades.

A publicação da prática no Portal CNJ de Boas Práticas poderá contar como validação ao Prêmio Innovare, iniciativa do Instituto Innovare com a parceria institucional do CNJ e outras instituições, com intuito de disseminar práticas replicáveis e bem-sucedidas desenvolvidas no sistema de Justiça brasileiro.







RESPONSABILIDADE





SOLUÇÃO PARA OBRAS PARALISADAS TEM PRIORIDADE

Em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o CNJ concluiu diagnóstico sobre as obras paralisadas no país, apurando que:

- » Apenas 3% das grandes obras estão paralisadas em decorrência de alguma decisão judicial;
- » Foram localizados 48 processos judiciais com o assunto 'obras públicas', sendo que as obras neles discutidas somam a importância de R\$ 149,4 bilhões em recursos públicos pendentes de investimento integral

Agora, o projeto entra em uma nova fase. Foi aprovada para 2020 Meta Nacional para que esses processos tenham tramitação prioritizada (Meta 12 – Impulsionar os processos relacionados com obras públicas paralisadas). Adicionalmente, a rede de controle das obras paralisadas, existente em âmbitos federal e estadual, passará a atuar de forma proativa, buscando uma solução para os casos concretos de obras paralisadas não judicializadas.





1º JUDICIÁRIO DO MUNDO A INTEGRAR METAS À AGENDA 2030

O CNJ instituiu o Comitê Interinstitucional para avaliar a integração das metas do Poder Judiciário às metas e aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, e elaborar relatório de trabalho com apoio dos tribunais. A coordenação do comitê está a cargo da conselheira Maria Tereza Uille.

É plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Indica 17 ODS e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Importância

A Agenda 2030 está diretamente relacionada com a efetivação de Direitos Humanos e a promoção do desenvolvimento nacional. É agenda inovadora para o Poder Judiciário Brasileiro e tem relação direta com a Carta da Nações Unidas de 1945, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (70 anos); e com a Constituição Federal (30 anos) e está em sintonia com a missão do Judiciário de contribuir com a prestação jurisdicional a partir da identificação das principais demandas do país para aperfeiçoar as políticas públicas e promover o diálogo interinstitucional do Poder Judiciário. Maior atenção ao ODS 16, que trata da Paz, da Justiça e das Instituições Eficazes.





PARTICIPAÇÃO FEMININA NO JUDICIÁRIO CRESCEU 38,8% EM 30 ANOS

A Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário foi instituída pela Resolução CNJ nº 255/2018, com criação de grupo de trabalho destinado à elaboração de estudos, análise de cenários, eventos de capacitação e diálogo com os Tribunais.

Em 2019, foi realizada a primeira pesquisa sobre a participação feminina do Poder Judiciário, cujos resultados foram apresentados durante o curso “A Mulher Juíza”, realizado em 16 de maio de 2019.

De forma geral, foi possível notar que o percentual de participação feminina na magistratura ainda é baixa, apesar dos avanços ocorridos dos últimos 30 anos. Entre os anos de 1988 e 2018, a participação das mulheres na magistratura cresceu de 24,6%, para 38,8%. Com relação aos servidores, observa-se que as mulheres têm sido a maioria tanto em representação (56,6%) como na ocupação de funções de confiança e cargos comissionados (56,8%) e cargos de chefia (54,7%) nos últimos 10 anos.





CRIADO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Com o objetivo de identificar os riscos de escala de violência contra a mulher vítima de agressão e auxiliar as instituições que compõem o Sistema de Justiça a avaliar e decidir as medidas protetivas a serem adotadas, o CNJ elaborou o “Formulário de Risco de Violência e de Femicídio”.

Composto por 25 perguntas e dividido em quatro blocos, o questionário foi desenvolvido por magistrados com atuação em juizados de violência contra a mulher. Os juízes integram o grupo de trabalho criado pelo CNJ especificamente para a elaboração da nova ferramenta da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, instituída pela Resolução CNJ n. 254/2018.

As conselheiras Cristiana Ziouva e Daldice Santana participaram ativamente da criação do formulário.

As edições das Jornadas da Lei Maria da Penha e as semanas Justiça pela Paz em Casa foram coordenadas pela conselheira Daldice Santana.





RESOLUÇÃO ASSEGURA ESCUITA HUMANIZADA DE CRIANÇAS E JOVENS

Em 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução n. 299, que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

O CNJ, como integrante do Pacto pela Implementação da Lei n. 13.431/2017, participou ativamente das discussões que visam estabelecer nacionalmente os fluxos de atendimento que deverão ser seguidos pelas áreas da saúde, assistência social, conselhos tutelares e polícias em relação ao atendimento das crianças e dos adolescentes. O protocolo foi elaborado pela Childhood, em parceria com o CNJ, e validado por universidades e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), além de outras instituições.





INFÂNCIA E JUVENTUDE É PRIORIDADE ABSOLUTA

Coordenado pelo conselheiro Luciano Frota, o comitê atuou no trâmite de proposta de ato resolutivo para dispor sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e em parecer propositivo de alteração da Resolução CNJ n. 279, que dispõe sobre a concessão de licença-paternidade e de adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário

PARENTALIDADE AFETIVA RECONHECIDA

Em 2019, com a reestruturação do Foinj, importantes foram os avanços nas políticas judiciárias da área da infância e da juventude. Na presidência do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foinj), o conselheiro Frota promoveu, em 22 de maio de 2019, colóquio sobre o Provimento CNJ n. 63, cujo resultado foi apresentado como parecer ao ministro Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça, e resultou na alteração do normativo relacionado ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva (Provimento CNJ n. 83). Coordenou, ainda, a realização de colóquio sobre registro civil, direitos e proteções a pessoas interssexo, em 21 de agosto de 2019, que contou com a participação da Conselheira Maria Cristiana Simões A. Ziouva.





MONITORAMENTO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS

No Fórum do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet), o conselheiro Frota, em parceria com a Organização Internacional de Migrantes (OIM/ONU), tratou do acolhimento de imigrantes venezuelanos no Brasil e da implementação de ações de cidadania emergenciais.

O fluxo migratório de venezuelanos também passou a integrar a pauta do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão, a partir da visita do presidente do CNJ e do STF, ministro Dias Toffoli, à cidade de Pacaraima (RR) e às instalações da Operação Acolhida, coordenada pela Exército Brasileiro





SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES EM DEBATE

Coordenador do Comitê Gestor Nacional de Atenção integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, o conselheiro Valtécio de Oliveira coordenou o 1º e o 2º seminário sobre o tema, ocorridos, respectivamente, em março e setembro de 2019.

Como desdobramento, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário lançou o curso “Saúde Mental e Trabalho no Poder Judiciário”.

O conselheiro foi o relator do ato normativo que resultou na edição da Resolução CNJ n. 294, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário.

De acordo com a norma aprovada pelo Plenário, a assistência à saúde suplementar dos órgãos do Poder Judiciário será custeada pelo orçamento próprio de cada órgão, respeitadas eventuais limitações orçamentárias. A Resolução deixa a cargo do próprio tribunal a escolha sobre a forma de efetivar a assistência à saúde de magistrados e servidores.





CNJ ATUA NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

O CNJ retomou em 2019 a participação efetiva nas ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLA). Como membro do Gabinete de Gestão Integrada, colaborador e coordenador da Ação n. 12/2019, cujo objetivo é integrar notários e registradores no combate e prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, o CNJ, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça publicou o Provimento n. 88, de 01/10/2019, vital avanço no combate à lavagem de dinheiro no país.

O CNJ Também realizou o Seminário Transparência e Combate à Corrupção, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, para intensificar a discussão sobre o tema, bem como validar experiências internacionais no contexto atual do Brasil.

O evento foi organizado com apoio da Fundação Konrad Adenauer, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro





CNJ LIDERA PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Pacto Nacional pela Primeira Infância tem por objeto a cooperação técnica e operacional para aprimorar a infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos e demais atores da rede de proteção à primeira infância. Esses atores têm o dever de aplicar a legislação voltada à garantia dos direitos difusos e coletivos previstos no artigo 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Marco Legal da Primeira Infância.

Celebrado em 25 de junho de 2019, o pacto foi firmado entre o CNJ e 42 órgãos e entidades governamentais e não governamentais que integram a rede de atenção à primeira infância. O primeiro conjunto de ações do pacto é o projeto “Justiça começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, cuja candidatura foi submetida pelo CNJ em processo de chamamento público para formação de Banco de Projetos financiados pelo Fundo de Direitos Difusos (FDD).





Em dezembro, várias ações já foram realizadas, como estudos preliminares para a elaboração de diagnóstico sobre a situação do atendimento jurisdicional na primeira infância no Poder Judiciário. A ação leva em conta os cinco eixos temáticos: mulheres e adolescentes grávidas e lactantes presas ou em regime de internação; proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; famílias acolhedoras e abrigos de permanência; improbidade administrativa de gestores de políticas públicas para a infância e juventude.

Além disso, foram realizadas três edições dos seminários regionais (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Ainda este ano, em 2 e 3 de dezembro, o evento ocorrerá em São Paulo. São ainda metas do projeto: sensibilizar e capacitar os operadores do Direito e equipe técnica quanto aos princípios, diretrizes e estratégias representadas pelo Marco Legal da Primeira Infância, mediante a oferta de 23.500 vagas de capacitação; e identificar, disseminar e fomentar a implementação de boas práticas do Marco Legal da Primeira Infância no Sistema de Justiça Brasileira.

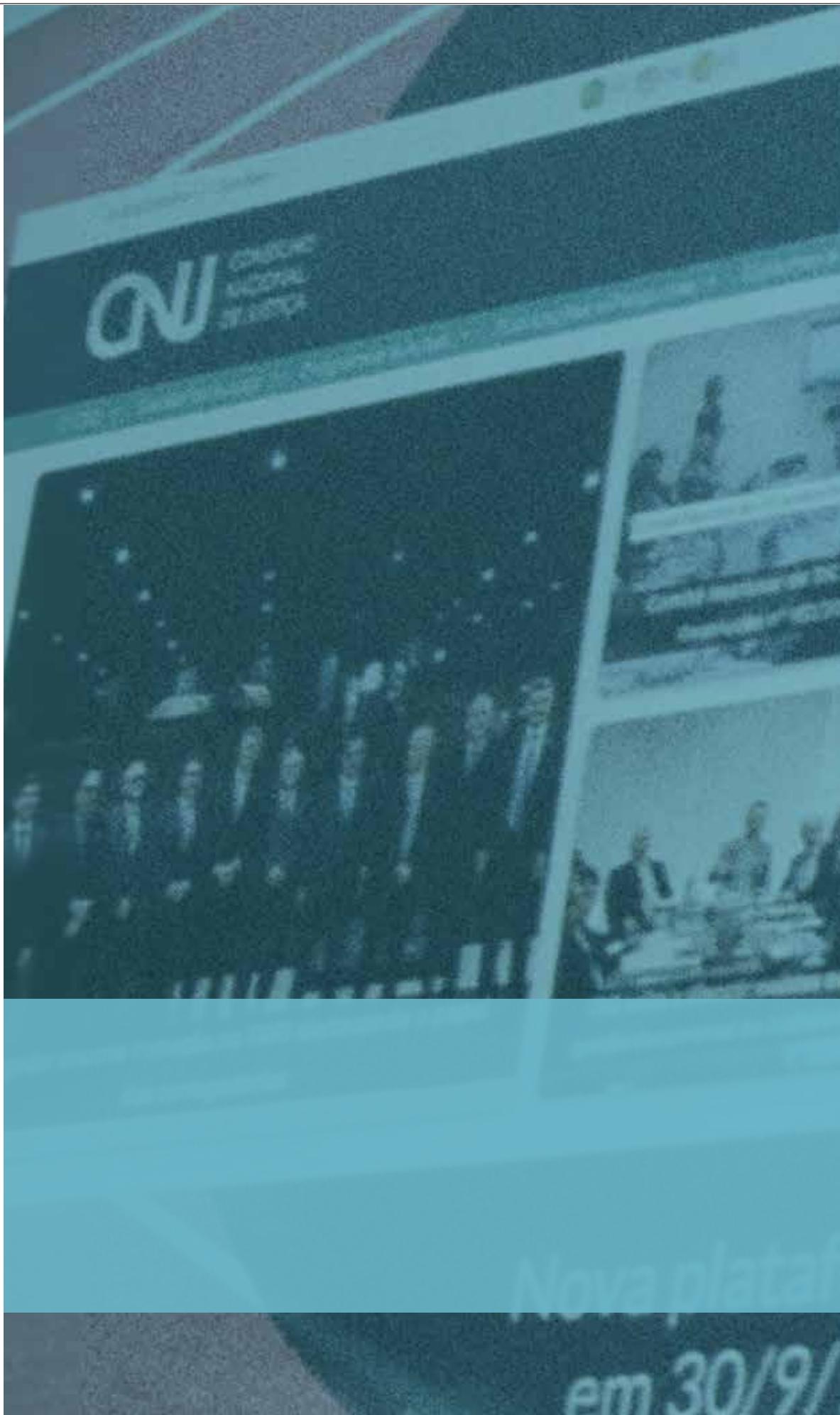


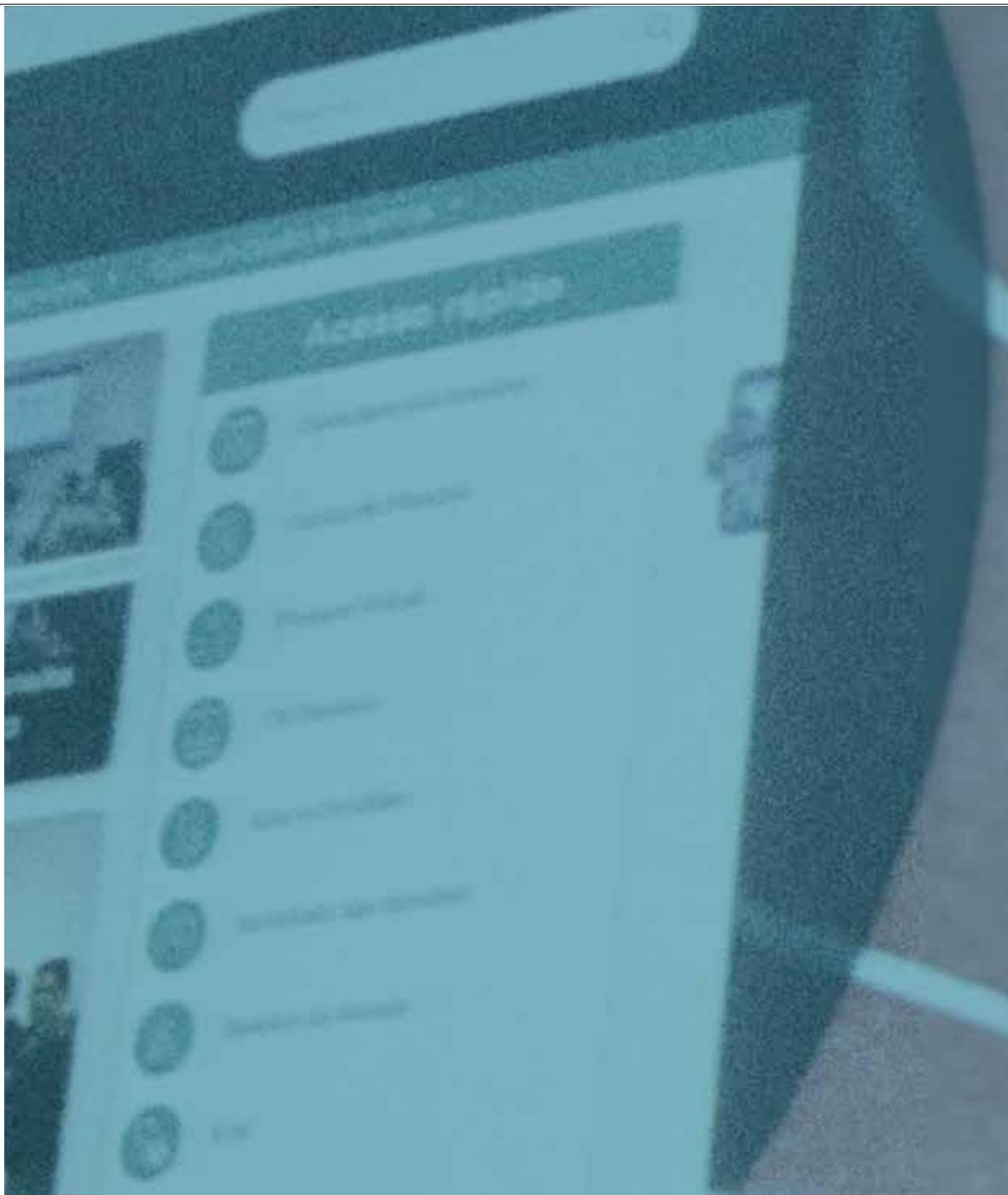


SNA: SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO

A criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento –SNA foi aprovada pelo Plenário do CNJ, em 15 agosto de 2019. O novo sistema irá beneficiar milhares de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vez que traz uma visão global da criança, focada na doutrina da proteção integral, prevista na Constituição Federal e no ECA. Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, os maiores beneficiários do SNA serão as crianças e adolescentes em acolhimento familiar e institucional, que aguardam o retorno a família de origem ou a sua adoção. Desde a publicação da Resolução, já foram registradas 2559 reintegrações de crianças e adolescentes aos genitores e a conclusão de 559 adoções. No mesmo período, foram realizadas ainda 9764 vinculações entre crianças e pretendentes, resultando no início do estágio de convivência para 778 crianças. Além disso, outras 3897 crianças estão vinculadas a pretendentes, ou seja, estão em processo de aproximação, que poderão resultar em mais adoções em 2020. O número de crianças acolhidas também diminuiu. No antigo cadastro de acolhidos havia o registro de mais de 40 mil crianças acolhidas. Hoje o número se aproxima dos 36 mil e vem diminuindo a cada dia, o que demonstra a efetividade do sistema.







COMUNICAÇÃO E EVENTOS





CNJ LANÇA NOVO PORTAL E RÁDIO, REFORMULA TV E PROMOVE CAMPANHAS

Levar informação de qualidade ao maior número de pessoas foi o grande destaque das ações da Secretaria de Comunicação Social no último ano. Para que isso fosse possível, a modernização do Portal CNJ foi grande passo, ao tornar o *site* mais amigável visualmente, intuitivo e inclusivo.

O material produzido pela Rádio CNJ pode alcançar até 2.228 emissoras afiliadas, entre comerciais, comunitárias e educativas.





Na TV, o destaque foi a reformulação do Link CNJ, com a inclusão de cinco novos quadros. Outra novidade, foi a criação do Programa CNJ Entrevista, que, toda semana, traz uma personalidade do mundo jurídico para um bate-papo. Além disso, o CNJ Entrevista Especial discute, mensalmente, o resultado das pesquisas realizadas pela instituição.

Nas redes sociais, grande mobilização entre Poder Judiciário e associações de classe, encabeçada pelo CNJ e pelo STF trouxe para o debate a disseminação de notícias falsas e o trabalho da Justiça em todos o país com as campanhas #FakeNewsNão e Aqui tem Justiça.

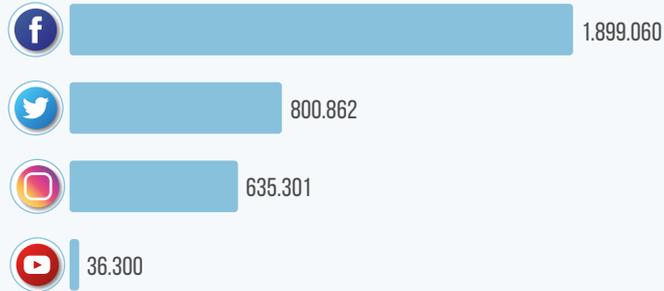
A cobertura jornalística e fotográfica das atividades do CNJ feita pela Coordenadoria de Imprensa culminou na publicação de mais de mil matérias no portal do CNJ. As informações subsidiaram reportagens, matéria e notas em veículos de imprensa regional, nacional e internacional. Desde a posse do ministro Dias Toffoli na presidência do CNJ, foram mais de 53,5 mil menções ao órgão ou temas correlatos em toda a imprensa.

Melhorar a qualidade de vida dos servidores do CNJ foi o principal objetivo do 3º Desafio CNJ Saudável. Realizada pela Comunicação Institucional do CNJ, a campanha se tornou referência para outras instituições públicas.



REDES SOCIAIS

3.371.523 perfis acompanham o CNJ nas Redes Sociais



PORTAL

24.925.620
acessos ao portal*

*Entre 13 de setembro de 2018 e 12 de setembro de 2019

COORDENADORIA DE IMPRENSA



1.027 matérias
publicadas no
Portal CNJ



1.686 demandas
de imprensa
atendidas CNJ



53.651 menções em
veículos de
imprensa



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



29.707

acessos às 281 matérias
publicadas na Intranet

CAMPANHA AQUI TEM JUSTIÇA



192 publicações / 2.984.625 pessoas alcançadas



349 tweets / 3.916.159 impressões



145 publicações / 1.860.419 impressões



3 vídeos / 2.672 impressões

Dados: CNJ, STF, STJ, TST, TSE, STM, CSJT, CJF, TV Justiça, Rádio Justiça, Ajufé, AMB e Anamatra

CAMPANHA #FAKENEWSNÃO



52 publicações / 1.420.986 pessoas alcançadas



207 tweets / 4.303.490 impressões



46 publicações / 1.324.365 impressões



5 vídeos / 11.256 impressões

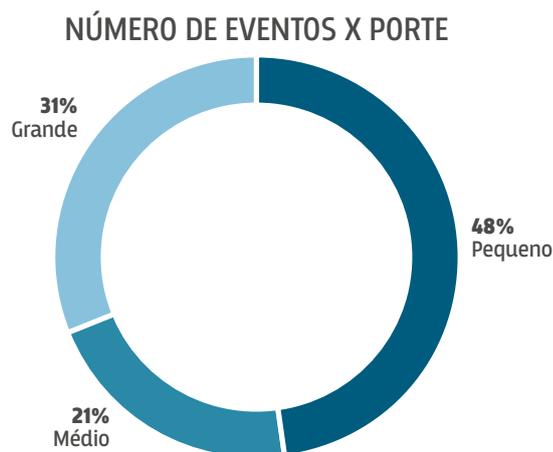
Dados: CNJ, STF, STJ, TST, TSE, STM, CSJT, CJF, TV Justiça, Rádio Justiça, Ajufé, AMB e Anamatra





EM UM ANO, CNJ PROMOVEU 118 EVENTOS

O CNJ promoveu, de setembro de 2018 a agosto de 2019, **118 seminários, palestras, workshops, jornadas, reuniões, visitas, assinaturas de acordos e fóruns** para o desempenho e fortalecimento de seus objetivos estratégicos. Do total de eventos sob a responsabilidade da Secretaria de Cerimonial e Eventos do CNJ, 57 foram de pequeno porte (até 50 participantes), 25 de médio porte (de 51 a 100 participantes) e 36 de grande porte (acima de 100 participantes).







COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Beto Faro (PT-PA) ⁽³⁸⁾

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Domingos Neto (PSD-CE)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Cacá Leão (PP-BA)

Relator da Receita: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

Designação: 09/04/2019

Instalação: 10/04/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽²⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³¹⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽³⁾	1. Mara Gabrielli - PSDB/SP ⁽³⁾
Elmano Férrer - PODEMOS/PI ⁽⁴⁾	2. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ^(5,34)
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(6,42,43,50,52)	3. VAGO ^(6,30,42,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁷⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽²⁷⁾
Kátia Abreu - PDT/TO ⁽²⁷⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ^(27,36)
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁷⁾	1. Carlos Viana - MG ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽²⁸⁾	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽²⁸⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Felipe Francischini - PSL/PR ⁽⁹⁾	1. Joice Hasselmann - PSL/SP ^(9,33,41)
VAGO ^(9,53)	2. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽⁹⁾
Gurgel - PSL/RJ ^(9,41)	3. Dra. Soraya Manato - PSL/ES ⁽¹⁰⁾
Cacá Leão - PP/BA ⁽²⁶⁾	4. Jaqueline Cassol - PP/RO ⁽²⁶⁾
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽²⁶⁾	5. Ronaldo Carletto - PP/BA ⁽²⁶⁾
Domingos Neto - PSD/CE ⁽¹¹⁾	6. Marx Beltrão - PSD/AL ⁽¹¹⁾
Misael Varella - PSD/MG ⁽¹¹⁾	7. José Nunes - PSD/BA ^(11,47)
Hildo Rocha - MDB/MA ⁽¹²⁾	8. Flaviano Melo - MDB/AC ⁽¹²⁾
Lucio Mosquini - MDB/RO ⁽¹²⁾	9. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽¹²⁾
Vicentinho Júnior - PL/TO ⁽¹³⁾	10. Júnior Mano - PL/CE ⁽¹³⁾
Josimar Maranhãozinho - PL/MA ⁽¹³⁾	11. João Carlos Bacelar - PL/BA ⁽¹³⁾
João Roma - REPUBLICANOS/BA ^(14,40,45,46)	12. Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG ⁽¹⁵⁾
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽¹⁴⁾	13. Silvio Costa Filho - REPUBLICANOS/PE ⁽¹⁵⁾
Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO ⁽¹⁶⁾	14. Efraim Filho - DEM/PB ^(16,35)
Paulo Azi - DEM/BA ⁽¹⁶⁾	15. Juscelino Filho - DEM/MA ⁽¹⁶⁾
Celso Sabino - PSDB/PA ⁽¹⁷⁾	16. Adolfo Viana - PSDB/BA ⁽¹⁷⁾
Rodrigo de Castro - PSDB/MG ⁽¹⁷⁾	17. Samuel Moreira - PSDB/SP ⁽¹⁷⁾
Nivaldo Albuquerque - PTB/AL ⁽¹⁸⁾	18. Pedro Augusto Bezerra - PTB/CE ⁽¹⁸⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
André Figueiredo - PDT/CE ⁽³²⁾	1. Leônidas Cristino - PDT/CE ⁽³²⁾
Dagoberto Nogueira - PDT/MS ⁽³²⁾	2. Weliton Prado - PROS/MG ⁽³²⁾
Aluisio Mendes - PSC/MA ⁽¹⁹⁾	3. Ricardo Teobaldo - PODEMOS/PE ⁽¹⁹⁾
Genecias Noronha - SOLIDARIEDADE/CE ⁽²⁰⁾	4. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ ⁽²⁰⁾
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽²¹⁾	5. Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽²¹⁾
PT	
Vander Loubet - MS ⁽²²⁾	1. Bohn Gass - RS ^(22,39)
Zeca Dirceu - PR ⁽²²⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(22,51)
Beto Faro - PA ^(22,39)	3. Zé Carlos - MA ⁽²²⁾
PSB	
Gonzaga Patriota - PE ⁽²³⁾	1. Marcelo Nilo - BA ⁽²³⁾
Luciano Ducci - PR ⁽²³⁾	2. VAGO ^(23,48)
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA ⁽²⁴⁾	1. Ivan Valente - SP ⁽²⁴⁾
PATRIOTA	



TITULARES	SUPLENTES
Marreca Filho - MA ⁽²⁵⁾	1. Roman - PSD/PR ^(25,49)
NOVO ⁽¹⁾	
Lucas Gonzalez - MG ^(29,44)	1. Alexis Fonteyne - SP ^(29,44)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (NOVO-CD).
- Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Luiz do Carmo (MDB); e, como suplentes, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Mecias de Jesus (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 89](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB); e, como suplente, é designada a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 90](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Elmano Férrer (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 91](#))
- Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 34/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 92](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL); e, como suplente, o Senador Major Olímpio (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 93](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Carlos Viana (PSD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 16/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 94](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 11/04/2019, p. 95](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Felipe Francischini (PSL), Filipe Barros (PSL) e a Deputada Joice Hasselmann (PSL); e, como suplentes, a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Delegado Waldir (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 138/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 96](#))
- Designada, como membro suplente, a Deputada Dra. Soraya Manato (PSL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 146/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 97](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Domingos Neto (PSD) e Misael Varella (PSD); e, como suplentes, os Deputados Marx Beltrão (PSD) e Evandro Roman (PSD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 117/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 98](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Hildo Rocha (MDB) e Lucio Mosquini (MDB); e, como suplentes, os Deputados Flaviano Melo (MDB) e Hercílio Coelho Diniz (MDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 113/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 99](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Vicentinho Júnior (PR) e Josimar Maranhãozinho (PR); e, como suplentes, os Deputados Júnior Mano (PR) e João Carlos Bacelar (PR), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 99/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 11/04/2019, p. 100](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Jhonatan de Jesus (PRB) e Márcio Marinho (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/04/2019, p. 101](#))
- Designados, como membros suplentes, os Deputados Gilberto Abramo (PRB) e Sílvio Costa Filho (PRB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/04/2019, p. 102](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Henrique Gaguim (DEM) e Paulo Azi (DEM); e, como suplentes, os Deputados Arthur Oliveira Maia (DEM) e Juscelino Filho (DEM), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 370/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 11/04/2019, p. 103](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Celso Sabino (PSDB) e Rodrigo de Castro (PSDB); e, como suplentes, os Deputados Adolfo Viana (PSDB) e Samuel Moreira (PSDB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 198/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 104](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Nivaldo Albuquerque (PTB); e, como suplente, o Deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 68/2019 da Liderança do PTB. ([DCN de 11/04/2019, p. 105](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Aluisio Mendes (PODE); e, como suplente, o Deputado Ricardo Teobaldo (PODE), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 91/2019 da Liderança do PODE. ([DCN de 11/04/2019, p. 106](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Genecias Noronha (SD); e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 91/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 11/04/2019, p. 107](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB); e, como suplente, é designada a Deputada Alice Portugal (PCdoB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 46/2019 da Liderança do PCdoB. ([DCN de 11/04/2019, p. 108](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Vander Loubet (PT), Zeca Dirceu (PT) e Bohn Gass (PT); e, como suplentes, os Deputados Beto Faro (PT), Nelson Pellegrino (PT) e Zé Carlos (PT), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 80/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 11/04/2019, p. 109](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Gonzaga Patriota (PSB) e Luciano Ducci (PSB); e, como suplentes, os Deputados Marcelo Nilo (PSB) e Rodrigo Coelho (PSB), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 110/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 11/04/2019, p. 110](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL); e, como suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 46/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 11/04/2019, p. 111](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Marreca Filho (PATRI); e, como suplente, o Deputado Fred Costa (PATRI), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança do PATRI. ([DCN de 11/04/2019, p. 112](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Cacá Leão (PP) e Hiran Gonçalves (PP); e, como suplente, é designada a Deputada Jaqueline Cassol (PP) e o Deputado Ronaldo Carletto (PP), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 114](#))
- Designados, como membros titulares, o Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e a Senadora Kátia Abreu (PDT); e, como suplentes, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 9.4.2019, conforme Memorando nº 72/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 113](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes (PR); e, como suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 25/2019 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 11/04/2019, p. 117](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Alexis Fonteyne (NOVO); e, como suplente, o Deputado Lucas Gonzales (NOVO), em 9.4.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 11/04/2019, p. 116](#))
- Designada, como membro suplente, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 115](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Vanderlan Cardoso (PP), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 11/2019 da Liderança do Bloco Unidos pelo Brasil, com anuência da Líder do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 118](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados André Figueiredo (PDT) e Dagoberto (PDT); e, como suplentes, os Deputados Leônidas Cristino (PDT) e Weliton Prado (PROS), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 151/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 11/04/2019, p. 119](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



33. Designado, como membro suplente, o Deputado Gurgel (PSL), em substituição à Deputada Dayane Pimentel (PSL), em 12.4.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSL.
34. Designado, como membro suplente, o Senador Oriovisto Guimarães (PODE), em substituição à Senadora Rose de Freitas (PODE), em 16.4.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 18/04/2019, p. 119](#))
35. Designado, como membro suplente, o Deputado Efraim Filho (DEM), em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em 16.4.2019, conforme Ofício nº 440/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 18/04/2019, p. 120](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Alessandro Vieira (Cidadania), em substituição à Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 17.4.2019, conforme Memorando nº 75/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 18/04/2019, p. 118](#))
37. Designada, como membro suplente, a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), em 25/4/2019, conforme Ofício nº 37/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 02/05/2019, p. 86](#))
38. Deputado Beto Faro (PT) foi eleito 3º Vice-Presidente por aclamação em 7.5.2019.
39. Designado, como membro titular, o Deputado Beto Faro (PT), em substituição ao Deputado Bohn Gass (PT), que passa à condição de suplente, em 7.5.2019, conforme Ofício nº 268/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 09/05/2019, p. 86](#))
40. Designado, como membro titular, o Deputado João Roma (PRB), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB), em 8.5.2019, conforme Ofício nº 108/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 09/05/2019, p. 87](#))
41. Solicitada a inversão das vagas dos Deputados Gurgel (PSL), que passa a ocupar a vaga de suplente, e da Deputada Joice Hasselmann (PSL), que passa à condição de suplente, em 7.6.2019, conforme Ofício nº 206/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 237](#))
42. Designada, como membro titular, a Senadora Thronicke (PSL); e, como suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em 11.6.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 235](#))
43. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em substituição à Senadora Soraya Thronicke (PSL), que retorna à condição de suplente, em 12.6.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 13/06/2019, p. 236](#))
44. Designado, como membro titular, o Deputado Lucas Gonzalez (NOVO); e, como suplente, o Deputado Alexis Fonteyne (NOVO), em 27.6.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 04/07/2019, p. 235](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (PRB), em substituição ao Deputado João Roma (PRB), em 15.7.2019, conforme Ofício nº 148/2019, da Liderança do PRB. ([DCN de 18/07/2019, p. 460](#))
46. Designado, como membro titular, o Deputado João Roma (Republicanos), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 29/08/2019, p. 322](#))
47. Designado, como membro suplente, o Deputado José Nunes (PSD), em substituição ao Deputado Evandro Roman (PSD), em 11.9.2019, conforme Ofício nº 401/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 224](#))
48. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019, conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
49. Designado, como membro suplente, o Deputado Evandro Roman (PSD), em vaga cedida pelo Patriota, em 25.9.2019, conforme Ofício nº 12/2019 da Liderança do Patriota. ([DCN de 26/09/2019, p. 390](#))
50. Solicitado o desligamento do Senador Flávio Bolsonaro (Sem partido) da composição desta Comissão, em 3/12/2019, conforme Ofício nº 108/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 158](#))
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Zarattini (PT), em substituição ao Deputado Nelson Pellegrino (PT), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 680/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/12/2019, p. 160](#))
52. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 114/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 159](#))
53. Solicitado o desligamento do Deputado Filipe Barros (PSL) da Comissão, em 11.12.2019, conforme Ofício nº 512/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 566](#))

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS / RR)
PSD	Senador Carlos Viana (PSD / MG)
Bloco Parlamentar Vanguarda	Senador Zequinha Marinho (PSC / PA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
MDB	Deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB)
PP	Deputado Hiran Gonçalves (PP)
PT	Deputado Vander Loubet (PT)
PSD	Deputado Misael Varella (PSD)
DEM	Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
SOLIDARIEDADE	Deputado Genecias Noronha (SOLIDARIEDADE)

Notas:

- Designado, como membro e coordenador do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Zequinha Marinho (PSC), conforme Ofício nº 110/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Carlos Viana (PSD), conforme Ofício nº 118/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Senador Mecias de Jesus (Republicanos), conforme Ofício nº 119/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB), conforme Ofício nº 115/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Hiran Gonçalves (PP), conforme Ofício nº 114/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Vander Loubet (PT), conforme Ofício nº 112/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Misael Varella (PSD), conforme Ofício nº 117/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM), conforme Ofício nº 116/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Orlando Silva (PCdoB), conforme Ofício nº 113/2019-CMO.
- Designado, como membro do Comitê de Avaliação da Receita (CAR), o Deputado Genecias Noronha (Solidariedade), conforme Ofício nº 111/2019-CMO.

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil	Senador Eduardo Gomes (MDB / TO)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL	Senadora Soraya Thronicke (PSL / MS)
PSD	Senador Angelo Coronel (PSD / BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputado Filipe Barros (PSL)



Bloco / Partido	Membros
PSL	Deputada Dra. Soraya Manato (PSL)
PT	Deputado Zeca Dirceu (PT)
PL	Deputado Josimar Maranhãozinho (PL)
PSD	Deputado Marx Beltrão (PSD)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PDT	Deputado Leônidas Cristino (PDT)

Notas:

- Designado, como membro do COI, o Senador Eduardo Gomes (MDB), conforme Ofício nº 108/2019-CMO.
- Designado, como membro do COI, o Senador Ângelo Coronel (PSD), conforme Ofício nº 107/2019-CMO.
- Designado, como membro do COI, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), conforme Ofício nº 109/2019-CMO.
- Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Filipe Barros (PSL), conforme Ofício nº 100/2019-CMO.
- Designado, como membro, o Deputado Zeca Dirceu (PT), conforme Ofício nº 103/2019-CMO.
- Designado, como membro, a Deputada Dra Soraya Manato (PSL), conforme Ofício nº 102/2019-CMO.
- Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Josimar Maranhãozinho (PL), conforme Ofício nº 101/2019-CMO.
- Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Marx Beltrão (PSD), conforme Ofício nº 106/2019-CMO.
- Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Gonzaga Patriota(PSB), conforme Ofício nº 105/2019-CMO.
- Designado, como membro e coordenador do COI, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), conforme Ofício nº 104/2019-CMO.

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM**COORDENADOR:** Deputado João Carlos Bacelar (PL-BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
MDB	Senador Luiz do Carmo (MDB / GO)
PODEMOS	Senador Elmano Férrer (PODEMOS / PI)
CIDADANIA	Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA / SE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PL	Deputado João Carlos Bacelar (PL)
PSDB	Deputado Adolfo Viana (PSDB)
PODEMOS	Deputado Aluisio Mendes (PSC)
PT	Deputado Zé Carlos (PT)
PSB	Deputado Luciano Ducci (PSB)
PATRIOTA	Deputado Marreca Filho (PATRIOTA)

Notas:

- Designado, como membro e coordenador, o Deputado João Carlos Bacelar (PL), em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior (PL), conforme Ofício nº 122/2019-CMO.



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

RELATOR: Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA)

Designação: 14/08/2019

Instalação: 28/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾	1. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁴⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁷⁾	1. Tasso Jereissati - PSDB/CE
Rose de Freitas ^(3,18,22)	2. Styvenson Valentim - PODEMOS/RN ^(19,22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽⁵⁾
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁵⁾
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽²⁷⁾
Lucas Barreto ⁽²⁷⁾	2. Angelo Coronel - BA ⁽²⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾	1. Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁷⁾
Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Pablo - PSL/AM ^(18,25)	1. Delegado Waldir - PSL/GO ⁽¹⁸⁾
Átila Lins - PP/AM ⁽¹⁸⁾	2. Claudio Cajado - PP/BA ⁽¹⁸⁾
Edilázio Júnior - PSD/MA ⁽¹⁶⁾	3. Sidney Leite - PSD/AM ⁽³²⁾
Sergio Souza - MDB/PR ⁽⁹⁾	4. VAGO
Zé Vitor - PL/MG ^(10,30)	5. Raimundo Costa - PL/BA ^(10,30)
Aroldo Martins - REPUBLICANOS/PR ⁽¹¹⁾	6. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS ⁽¹¹⁾
Luiz Carlos - PSDB/AP ⁽²¹⁾	7. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁹⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Leônidas Cristino - PDT/CE ^(18,23,28)	1. Acácio Favacho - PROS/AP ⁽¹⁸⁾
Roberto de Lucena - PODEMOS/SP ⁽¹²⁾	2. Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽²⁶⁾
PT	
Leonardo Monteiro - MG ^(13,33)	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹³⁾
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ^(18,20)	1. Lídice da Mata - BA ^(18,20)
PSOL ⁽¹⁾	
Talíria Petrone - RJ ^(18,24)	1. Edmilson Rodrigues - PA ^(18,31)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
- Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 49/2019 da Liderança do PP.
- Designado, como membro titular, o Senador Styvenson Valentim (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro suplente, o Senador Randolfe Rodrigues (REDE), em 14.8.2019, conforme Memorando nº 94/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 17/2019 da Liderança do PSD.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner (PT) e Paulo Rocha (PT); e, como suplentes, o Senador Telmário Mota (PROS) e a Senadora Zenaide Maia (PROS), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 53/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro titular, o Senador Zequinha Marinho (PSC); e como suplente, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 42/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda.
- Designado, como membro titular, o Deputado Sérgio Souza (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 184/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Raimundo Costa (PL); e, como suplente, o Deputado Zé Vitor (PL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 212/2019 da Liderança do PL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Aroldo Martins (PRB); e, como suplente, o Deputado Carlos Gomes (PRB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 125/2019 da Liderança do PRB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Roberto de Lucena (PODE), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT); e, como suplente, o Deputado Nilto Tatto (PT), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 294/2019 da Liderança do PT.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Eduardo Gomes (MDB) e Confúcio Moura (MDB); e, como suplentes, os Senadores Márcio Bittar (MDB) e Eduardo Braga (MDB), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 173/2019 da Liderança do MDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA); e, como suplente, a Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Deputado Edilázio Júnior (PSD), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 314/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PSDB.
- Parlamentares designados com base no art. 9º, § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional e art. 4º, § 2º, da Resolução nº 4/2008-CN: Senador Tasso Jereissati (PSDB) e Deputados Luciano Bivar (PSL), Delegado Waldir (PSL), Atila Lins (PP), Claudio Cajado (PP), Damião Feliciano (PDT), Wolney Queiroz (PDT), Gonzaga Patriota (PSB), Atila Lira (PSB), Ivan Valente (PSOL) e Luiza Erundina (PSOL).
- Designada, como membro suplente, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em vaga existente, em 15.8.2019, conforme Ofício nº 84/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 79](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Camilo Capiberibe (PSB), em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota (PSB); e, como suplente, é designada a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Atila Lira (PSB), em 16.8.2019, conforme Ofício nº 203/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 80](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 465/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 29/08/2019, p. 320](#))
- Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em substituição ao Senador Styvenson Valentim (PODE), que passa à condição de suplente, em 27.8.2019, conforme Ofício nº 98/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/08/2019, p. 316](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Leônidas Cristino (PDT), em substituição ao Deputado Damião Feliciano (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 309/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 318](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 29/08/2019, p. 317](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



25. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em substituição ao Deputado Luciano Bivar (PSL), em 28.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 319](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Léo Moraes (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 97](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente; e, como suplentes, são designados os Senadores Otto Alencar (PSD) e Angelo Coronel (PSD), em vagas existentes, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 130/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 96](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Acácio Favacho (PROS), em substituição ao Deputado Wolney Queiroz (PDT), em vaga cedida, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 98](#))
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Alan Rick (DEM), em vaga existente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 762/2019 da Liderança do DEM.
30. Designado, como membro titular, o Deputado Zé Vitor (PL), em substituição ao Deputado Raimundo Costa (PL), que passa à condição de suplente, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 229/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 225](#))
31. Designado, como membro suplente, o Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL), em substituição à Deputada Luiza Erundina (PSOL), em 02.10.2019, conforme Memo nº 192/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 03/10/2019, p. 229](#))
32. Designado, como membro suplente, o Deputado Sidney Leite (PSD), em vaga existente, em 8.10.2019, conforme Ofício nº 444/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 10/10/2019, p. 823](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado José Airton (PT), em substituição ao Deputado Leonardo Monteiro (PT), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 677/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/12/2019, p. 161](#))

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**.. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

RELATOR: VAGO

Designação: 07/08/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Simone Tebet - MDB/MS ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽¹⁶⁾	1. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽¹⁹⁾
Rose de Freitas ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁵⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁵⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽⁵⁾	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁷⁾	1. Paulo Paim - PT/RS ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁸⁾	1. Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
VAGO	1. VAGO
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹⁵⁾	2. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁵⁾
Flordelis - PSD/RJ ⁽⁹⁾	3. VAGO
Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁰⁾	4. VAGO
Policial Katia Sastre - PL/SP ⁽¹¹⁾	5. Flávia Arruda - PL/DF ⁽¹¹⁾
Aline Gurgel - REPUBLICANOS/AP ⁽¹²⁾	6. Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP ⁽¹²⁾
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Flávia Moraes - PDT/GO ⁽¹⁷⁾	1. VAGO
Léo Moraes - PODEMOS/RO ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
Luizianne Lins - CE ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽²¹⁾	1. VAGO ^(21,22)
PSOL ⁽¹⁾	
Áurea Carolina - MG ⁽²⁰⁾	1. Talíria Petrone - RJ ⁽²⁰⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PSOL-CD).
- Designada, como membro titular, a Senadora Simone Tebet (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do MDB.
- Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 48/2019 da Liderança do PP.
- Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designadas, como membros titulares, as Senadora Leila Barros (PSB) e Eliziane Gama (CIDADANIA); e, como suplente, é designado o Senador Fabiano Contarato (REDE), em 7.8.2019, conforme Memorando nº 92/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Senadora Zenaide Maia (PROS); e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Paim (PT) e Jean Paul Prates (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 52/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. [Obs.: A indicação da Senadora Renilde Bulhões (PROS) constou no ofício da liderança, porém a indicada não estava no exercício do mandato parlamentar na data da designação - 07/08/2019].
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo (DEM); e, como suplente, é designado o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 41/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
- Designada, como membro titular, a Deputada Flordelis (PSD), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho (MDB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 185/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PT.
- Designada, como membro titular, a Deputada Policial Katia Sastre (PL); e, como suplente, a Deputada Flávia Arruda (PL), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PL.
- Designada, como membro titular, a Deputada Aline Gurgel (PRB); e, como suplente, a Deputada Maria Rosas (PRB), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PL.
- Designado, como membro titular, o Deputado Léo Moraes (PODE), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 131/2019 da Liderança do PODEMOS.
- Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 295/2019 da Liderança do PT.
- Designada, como membro titular, a Deputada Margarete Coelho (PP); e, como suplente, a Deputada Angela Amin (PP), em 7.8.2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
- Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB), em 8.8.2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 148](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes (PDT), em 13.8.2019, conforme Ofício nº 296/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 150](#))
- Instalação e eleição da Presidência em 14/08/2019.
- Designada, como membro suplente, a Senadora Juíza Selma (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 14.8.2019, conforme Ofício nº 73/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 149](#))
- Designada, como membro titular, a Deputada Áurea Carolina (PSOL); e, como suplente, a Deputada Talíria Petrone (PSOL), em 14.8.2019, conforme Ofício nº 155/2019 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/08/2019, p. 151](#))
- Designados, como membro titular, o Deputado Wilson da Fetaemg (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em vagas existentes, em 16.8.2019, conforme Ofício nº 204/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 81](#))



22. Dispensada a participação da Deputada Rosana Valle (PSB), em 23/9/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30/8/19). ([DCN de 26/09/2019, p. 389](#))

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - REDE/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PSL/SC ⁽¹⁷⁾	1. Carlos Jordy - PSL/RJ ^(16,22,24)
Delegado Waldir - PSL/GO ^(16,21)	2. Heitor Freire - PSL/CE ⁽¹⁵⁾
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP



TITULARES	SUPLENTES
VAGO ⁽²⁵⁾	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA ⁽¹¹⁾
Edio Lopes - PL/RR ⁽¹¹⁾	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Maurício Dziedricki - PTB/RS	14. Santini - PSDB/SP
VAGO ^(19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE ⁽¹⁰⁾	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE ⁽¹⁰⁾	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odaír Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS ⁽¹⁸⁾	3. VAGO ⁽¹⁸⁾
Fernanda Melchionna - PSOL/RS	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO ⁽¹⁰⁾	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC ^(12,20,26)
PTC ⁽¹⁰⁾	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG ⁽²³⁾

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

- Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 50](#); [DCN de 23/05/2019, p. 101](#))
- Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. ([DCN de 11/04/2019, p. 51](#); [DCN de 23/05/2019, p. 102](#))
- Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 11/04/2019, p. 52](#); [DCN de 23/05/2019, p. 103](#))
- Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/04/2019, p. 53](#); [DCN de 23/05/2019, p. 104](#))
- Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 54](#); [DCN de 23/05/2019, p. 105](#))
- Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 11/04/2019, p. 55](#); [DCN de 23/05/2019, p. 106](#))
- Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 11/04/2019, p. 56](#); [DCN de 23/05/2019, p. 107](#))
- Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 11/04/2019, p. 57](#); [DCN de 23/05/2019, p. 108](#))
- Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 11/04/2019, p. 58](#); [DCN de 23/05/2019, p. 109](#))
- Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

RELATOR: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore - MDB/ES ⁽¹⁷⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽²⁾	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - REDE/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - MDB/SP ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
VAGO	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Sílvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
- Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
- Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
- Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
- Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
- Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
- Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
- Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 866/2018 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 866, de 2018.

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 866, de 2018.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Mauro Lopes (MDB-MG) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁸⁾

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 15/02/2019

Instalação: 27/03/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁴⁾	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁴⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹⁴⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁴⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽²²⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁶⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁰⁾
Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR ⁽⁷⁾	2. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ^(12,19)	3. Soraya Thronicke - PSL/MS ^(12,19)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁹⁾	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Leila Barros - PSB/DF ⁽⁹⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁸⁾	1. Carlos Viana - MG ^(8,11)
Lucas Barreto ^(8,11)	2. Arolde de Oliveira - RJ ^(8,11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁷⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁷⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS	
Mauro Lopes - MDB/MG ^(2,20)	1. Hildo Rocha - MDB/MA ⁽²⁾
Pedro Paulo - DEM/RJ ⁽²⁾	2. Kim Kataguri - DEM/SP ⁽²⁾
Celso Sabino - PSDB/PA ⁽⁴⁾	3. Delegado Pablo - PSL/AM ⁽⁵⁾
Coronel Tadeu - PSL/SP ⁽⁵⁾	4. VAGO
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP ⁽¹³⁾	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE	
Paulo Ramos - PDT/RJ ⁽²¹⁾	1. Augusto Coutinho - SOLIDARIEDADE/PE
Pr. Marco Feliciano - PODEMOS/SP ⁽¹⁵⁾	2. Orlando Silva - PCdoB/SP
PT	
Alencar Santana Braga - SP ⁽¹⁶⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾
PL	
José Rocha - BA ⁽³⁾	1. Giovanni Cherini - RS ⁽³⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. VAGO
PTC ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PTC-CD).
- Designados, como membros titulares, os Deputados Marcos Aurélio Sampaio e Pedro Paulo; e, como membros suplentes, os Deputados Hildo Rocha e Kim Kataguri, em 15/02/2019, conforme Of. 25 e 62/2019, do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 22](#); [DCN de 21/02/2019, p. 23](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado José Rocha (PR); e, como membro suplente, o Deputado Giovanni Cherini (PR), em 15/02/2019, conforme Ofício nº 008/2019, da Liderança do PR. ([DCN de 21/02/2019, p. 17](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Celso Sabino (PSDB), em vaga existente, em 19/02/2019, conforme Ofício nº 90/2019, da Liderança do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/PSDB/DEM/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 153](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Tadeu (PSL); e, como membro suplente, o Deputado Delegado Pablo (PSL), em vagas existentes, em 19/02/2019, conforme Ofício nº 99/2019, da Liderança do Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/PSDB/DEM/PTB/PSC/PMN. ([DCN de 21/02/2019, p. 154](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Antônio Anastasia (PSDB), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB), em 20/02/2019, conforme Ofício nº 42/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 21/02/2019, p. 152](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Oriovisto Guimarães (PODE), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODE), em 21/2/2019, conforme Ofício nº 18/2019, do Bloco PODEMOS/PSDB/PSL. ([DCN de 21/02/2019, p. 150](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Ângelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD); e, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em vaga existente, na data de 21/2/2019, conforme Ofício nº 28/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 21/02/2019, p. 151](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Marcos do Val (PPS) e Leila Barros (PSB), em substituição aos Senadores Weverton (PDT) e Eliziane Gama (PPS), em 22/2/2019, conforme Memo nº 35/2019, do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/02/2019, p. 36](#))
- Designado, como membro suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 25/02/2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/02/2019, p. 38](#))
- Designado, como membro titular, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como membros suplentes, os Senadores Carlos Viana (PSD) e Arolde de Oliveira (PSD), em 26/2/2019, conforme Ofício nº 21/2019, da Liderança do PSD. ([DCN de 28/02/2019, p. 37](#))
- Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição ao Senador Major Olimpio (PSL); e, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em 11/3/2019, conforme Ofício nº 24/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 14/03/2019, p. 37](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (PRB), em vaga existente, em 19/3/2019, conforme Ofício nº 165/2019, do Bloco PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, PSDB, DEM, PTB, PSC, PMN. ([DCN de 21/03/2019, p. 107](#))
- Designados como membros titulares o Senador Marcelo Castro (MDB/PI), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Dário Berger (MDB/SC); e como membros suplentes os Senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), em 19/3/2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 21/03/2019, p. 105](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em substituição ao Deputado José Nelto (PODE), em 20/3/2019, conforme Ofício nº 115/2019, do Bloco PDT, SOLIDARIEDADE, PODE, PCdoB, PROS, AVANTE, PV. ([DCN de 21/03/2019, p. 106](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Alencar Santana (PT), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT); e, como membro suplente, o Deputado Carlos Zarattini (PT), em substituição ao Deputado Afonso Florence (PT), em 20/3/2019, conforme Ofício nº 38/2019, da Liderança do PT. ([DCN de 21/03/2019, p. 104](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota, e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, em 20/3/2019, conforme Ofício nº 29/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 21/03/2019, p. 103](#))
18. Designados como Presidente e Relator, respectivamente, o Deputado Mauro Lopes e o Senador Flávio Bolsonaro, em 27/3/2019, conforme Ofício nº 1/2019 da CMMPV 866/2018.
19. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em substituição à Senadora Soraya Thronicke (PSL), que passa à condição de suplente, em 27/3/2019, conforme Ofício nº 17/2019, da Liderança do PSL. ([DCN de 28/03/2019, p. 135](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mauro Lopes (MDB), em substituição ao Deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB), em 27/3/2019, conforme Ofício nº 346/2019, do Bloco PR, PP, PSD, MDB, DEM, PTB, PSC, PMN. ([DCN de 04/04/2019, p. 292](#))
21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 9/4/2019, conforme Ofício nº 150/2019 da Liderança do Bloco PDT, AVANTE, PV. ([DCN de 11/04/2019, p. 69](#))
22. Designados os Senadores Esperidião Amin (PP/SC), como membro titular, e Vanderlan Cardoso (PP/GO), como membro suplente, em substituição, respectivamente, à Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) e ao Senador Ciro Nogueira (PP/PI), em 17/4/2019, conforme Ofício nº 34/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 18/04/2019, p. 130](#))

Secretário: Ricardo Maia

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 886/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 886, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Dra. Soraya Manato (PSL-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Marcos Rogério (DEM-RO)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 26/06/2019

Instalação: 14/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹¹⁾
Simone Tebet - MDB/MS ⁽¹¹⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽¹¹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁷⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Alvaro Dias - PODEMOS/PR	2. Oriovisto Guimarães - PODEMOS/PR
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽³⁾	3. Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Arolde de Oliveira - RJ ⁽¹³⁾	1. Sérgio Petecção - AC ⁽¹³⁾
Lucas Barreto ⁽¹³⁾	2. Nelsinho Trad - MS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁰⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁰⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽¹⁴⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Darcísio Perondi - MDB/RS ⁽¹⁹⁾	2. Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽¹⁹⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹⁶⁾
PSL	
Dra. Soraya Manato - ES ^(2,6,15)	1. Coronel Tadeu - SP ^(2,6,15)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Magda Mofatto - GO ⁽¹⁷⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽²⁰⁾	1. VAGO ^(20,21)
REPUBLICANOS	
João Roma - BA ⁽⁹⁾	1. Hugo Motta - PB ⁽⁹⁾
PSDB	
Adolfo Viana - BA ⁽¹⁸⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Pedro Lupion - PR ⁽⁸⁾
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁵⁾	1. Joenia Wapichana - REDE/RR ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽¹²⁾	1. Igor Timo - MG
PROS ⁽¹⁾	
Toninho Wandscheer - PR	1. Capitão Wagner - CE

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 24/6/2019, conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designados o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), como titular, e a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como suplente, em 26/6/2019, conforme Ofício n° 47/2019 da Liderança do PSL.
- Designada como suplente a Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), em 26/6/2019, conforme Ofício n° 245/2019 da Liderança do PDT.
- Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 27/6/2019, conforme Ofício n° 250/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 04/07/2019, p. 248](#))
- Designado o Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), como titular, em substituição à Deputada Bia Kicis (PSL-DF), que passa a ocupar vaga de suplente, substituindo a Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), em 2/7/2019, conforme Ofício n° 241/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 04/07/2019, p. 247](#))
- Designado como titular o Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), que passa a ocupar vaga de suplente, substituindo o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em 2/7/2019, conforme Ofício n° 84/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 04/07/2019, p. 246](#))
- Designado o Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), como suplente, em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB), em 3/7/2019, conforme Ofício n° 597/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 04/07/2019, p. 249](#))
- Designado o Deputado João Roma (PRB/BA), como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR); e, como suplente, o Deputado Hugo Motta (PRB/PB), em 5/7/2019, conforme Ofício n° 137/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 11/07/2019, p. 52](#))
- Designados, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 63/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR); o Senador Paulo Rocha (PT/PA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE); e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), como segundo suplente, em substituição à Senadora Zeinade Maia (PROS/RN). ([DCN de 11/07/2019, p. 48](#))
- Designados, em 10/7/2019, conforme Ofício n° 193/2019 da Liderança do MDB: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senadora Simone Tebet (MDB/MS), como segunda titular; Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), como primeiro suplente; e Senador Dário Berger (MDB/SC), como segundo suplente. ([DCN de 11/07/2019, p. 49](#))
- Designado como titular o Deputado Diego Garcia (PODEMOS/PR), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 15/7/2019, conforme Ofício n° 159/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 18/07/2019, p. 461](#))



13. Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 117/2019 da Liderança do PSD: o Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA); o Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); o Senador Sérgio Petecção (PSD/AC), como primeiro suplente, em substituição Senador Angelo Coronel (PSD/BA); e o Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 155](#))
14. Designado como titular o Senador Marcos Rogério (DEM/RR), em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco (PR/MG), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 54/2019 do Bloco Vanguarda. ([DCN de 15/08/2019, p. 103](#))
15. Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP), que, por sua vez, passa à condição de suplente, substituindo a Deputada Bia Kicis (PSL/DF), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 285/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 105](#))
16. Designados, em 13/8/2019, conforme Ofício n° 460/2019 da Liderança do PT: Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS); e Deputado Afonso Florence (PT/BA), como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). ([DCN de 15/08/2019, p. 107](#))
17. Designada como titular a Deputada Magda Mofatto (PL/GO), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício n° 276/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 104](#))
18. Designado como titular o Deputado Adolfo Viana (PSDB/BA), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 14/8/2019, conforme Ofício n° 414/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 106](#))
19. Designados, em 15/8/2019, conforme Ofício n° 271/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB: Deputado Darcísio Perondi (MDB/RS), como titular, em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP); e Hercílio Coelho Diniz (MG/MDB), como segundo suplente. ([DCN de 22/08/2019, p. 48](#))
20. Designados, em 21/8/2019, conforme Ofício n° 214/2019 da Liderança do PSB: Deputado Camilo Capiberibe, como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; e Deputado Rodrigo Agostinho, como suplente, em substituição ao Deputado Elias Vaz. ([DCN de 22/08/2019, p. 47](#))
21. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), conforme Ofício n° 266/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 357](#))

Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 888/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 888, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Paulão (PT-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Lasier Martins (PODEMOS-RS)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/08/2019

Instalação: 21/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁵⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁵⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽⁵⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁶⁾	1. VAGO
Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
VAGO ⁽²⁰⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁴⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁴⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽⁸⁾	1. Rose de Freitas - PP/AL ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Márcio Biolchi - MDB/RS	2. VAGO
PT	
Paulão - AL ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Teixeira - SP ⁽¹⁰⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽²⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Lincoln Portela - MG ⁽¹²⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Lafayette de Andrada - MG ⁽¹³⁾	1. João Roma - BA
PSDB	
Eduardo Barbosa - MG ^(16,17,18)	1. VAGO ⁽¹⁵⁾
DEM	
Bilac Pinto ⁽⁴⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁹⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁷⁾	1. Igor Timo - MG
CIDADANIA ⁽¹⁾	
Paula Belmonte - DF ⁽¹¹⁾	1. Da Vitoria - ES

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designada a Senadora Juíza Selma (PSL/MT), como titular, em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício n° 62/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 08/08/2019, p. 157](#))
- Designado como titular o Deputado Bilac Pinto (DEM/MG), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), em 7/8/2019, conforme Ofício n° 628/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 08/08/2019, p. 159](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício n° 196/2019 da Liderança do MDB: Senador Dário Berger (MDB/SC), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Renan Calheiros (MDB/AL), como primeiro suplente; e Senador José Maranhão (MDB/PB), segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 158](#))
- Designado como titular o Senador Izalci Lucas (PSDB/SF), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), em 8/8/2019, conforme Ofício n° 88/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 113](#))
- Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 9/8/2019, conforme Ofício n° 174/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 115](#))
- Designado como titular o Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), em 12/8/2019, conforme Ofício n° 80/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 112](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 13/08/2019, conforme Ofício n° 294/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 117](#))



10. Designados, como membro titular, o Deputado Paulão (PT/AL), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), e como membro suplente, o Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 456/2019, da Liderança do PT. ([DCN de 15/08/2019, p. 118](#))
11. Designada como titular a Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), em substituição ao Deputado Daniel Coelho (CIDADANIA/PE), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 77/2019 da Liderança do CIDADANIA. ([DCN de 15/08/2019, p. 111](#))
12. Designado como titular o Deputado Lincoln Portela (PL/MG), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 273/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 116](#))
13. Designado como titular o Deputado Lafayette de Andrada (PRB/MG), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 159/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 15/08/2019, p. 114](#))
14. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Paulo Paim (PT/RS), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR), que passa à segunda suplência; e Senador Jean Paul Prates (PT/RN), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE). ([DCN de 15/08/2019, p. 110](#))
15. Designado como suplente o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 58](#))
16. Designada como titular a Deputada Bruna Furlan, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 16/8/2019, conforme Ofício nº 428/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 57](#))
17. Desligada da vaga de titular a Deputada Bruna Furlan, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 449/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 59](#))
18. Designado como titular o Deputado Eduardo Barbosa, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 457/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 60](#))
19. Designada como suplente a Senadora Rose de Freitas, em substituição ao Senador Eduardo Girão, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 93/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 56](#))
20. Desligado da vaga de titular o Senador Irajá, em 3/9/2019, conforme Ofício nº 132/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 05/09/2019, p. 88](#))

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 889/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 889, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 889, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Chico Rodrigues (DEM-RR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 05/08/2019

Instalação: 21/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽⁶⁾	1. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁶⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁶⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁶⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁹⁾	1. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽²⁴⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto ⁽⁸⁾	1. Angelo Coronel - BA
Carlos Viana - MG ⁽⁸⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽¹⁸⁾	1. Marcos Rogério - DEM/RO ⁽²⁶⁾
PODEMOS	
Rose de Freitas ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Reginaldo Lopes - MG ⁽¹⁰⁾	1. Alencar Santana Braga - SP ⁽¹⁰⁾
PSL	
Felipe Francischini - PR ^(2,22)	1. Bia Kicis - DF ^(2,22,25,27)
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁵⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO ^(17,20)	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Hugo Motta - PB ⁽¹⁴⁾	1. Milton Vieira - SP ⁽¹⁴⁾
PSDB	
Rodrigo de Castro - MG ⁽⁷⁾	1. Shéridan - RR ⁽²¹⁾
DEM	
Kim Kataguiri - SP ⁽¹²⁾	1. Pedro Lupion - PR ⁽¹²⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Pompeo de Mattos - RS ⁽²⁸⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽¹⁵⁾	1. José Nelto - GO ⁽¹⁶⁾
AVANTE ⁽¹⁾	
Luis Tibé - MG ^(3,23)	1. Leda Sadala - AP ^(3,23)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designada, como titular, a Deputada Leda Sadala(AVANTE)e, como suplente, o Deputado Luis Tibé(AVANTE) em 11.09.2019, conforme Ofício nº 69/2019 da Liderança do AVANTE. ([DCN de 12/09/2019, p. 194](#))
- Designada a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como titular, em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício nº 63/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 08/08/2019, p. 160](#))
- Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 313/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 163](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício nº 197/2019 da Liderança do MDB: Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Dário Berger (MDB/SC); como primeiro suplente; Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 162](#))
- Designado o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG), como titular, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 399/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 08/08/2019, p. 164](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício nº 122/2019 da Liderança do PSD: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA); Senador Carlos Viana (PSD/MG), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); e Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 161](#))



9. Designado como titular o Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA); e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 89/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 120](#))
10. Designados, como membro titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), e como membro suplente, o Deputado Alencar Santana (PT/SP), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 452/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 15/08/2019, p. 122](#))
11. Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 278/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 121](#))
12. Designados, em 13/8/2019, conforme Ofício nº 714/2019 da Liderança do DEM: Deputado Kim Kataguirí (DEM/SP), como titular, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA); e Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), como suplente, em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB). ([DCN de 15/08/2019, p. 123](#))
13. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 76/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); e Senador Paulo Rocha (PT/BA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE).
14. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Republicanos: Deputado Hugo Motta, como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; Deputado Milton Vieira, como suplente, em substituição ao Deputado João Roma. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
15. Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 189/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 64](#))
16. Designado como suplente o Deputado José Nelto, em substituição ao Deputado Igor Timo, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 188/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 63](#))
17. Designado como titular o Deputado Rodrigo Coelho, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 199/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 65](#))
18. Designado como titular o Senador Chico Rodrigues, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 58/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 61](#))
19. Designados, como titular, a Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), que, por sua vez, passa à suplência, em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), em 21/8/2019, conforme Ofício nº 94/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 62](#))
20. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB/SC), conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
21. Designada a Deputada Sheridan como suplente, em substituição ao Deputado Beto Pereira, em 04/09/2019, conforme Of. nº 484/2019 da liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 89](#))
22. 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Felipe Francischini, em substituição à Deputada Bia Kicis, que passa a ocupar a vaga de suplente em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 381/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 10/10/2019, p. 807](#))
23. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Luis Tibé, em substituição à Deputada Leda Sadala; designada como suplente a Deputada Leda Sadala. (Of. 74/2019 - Liderança do AVANTE) ([DCN de 10/10/2019, p. 805](#))
24. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro. (Of. 114/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 10/10/2019, p. 806](#))
25. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Júnior Bozella, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 394/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 16](#))
26. 10/10/2019: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Jorginho Mello. (Of. 70/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 17/10/2019, p. 15](#))
27. 24/10/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Júnior Bozella. (Of. 449/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 31/10/2019, p. 217](#))
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Pompeo de Mattos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 216](#))

Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 890/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 890, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 890, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Ruy Carneiro (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Marcio Bittar (MDB-AC)
RELATOR: Confúcio Moura (MDB-RO)
RELATOR REVISOR: Antonio Brito (PSD-BA)

Designação: 06/08/2019**Instalação:** 21/08/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁷⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ^(7,27)
Marcio Bittar - MDB/AC ^(7,27)	2. Simone Tebet - MDB/MS ⁽⁷⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁸⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(4,35)	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ^(4,35)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹⁶⁾	1. Weverton - PDT/MA ⁽¹⁶⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto ⁽¹⁵⁾	1. Carlos Viana - MG ⁽¹⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽¹⁵⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽²³⁾	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²³⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²³⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽³⁰⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽²¹⁾	1. Rose de Freitas - PP/RR ⁽²⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽²⁹⁾	1. Alan Rick - DEM/AC ⁽²⁰⁾
Eduardo Costa - PTB/PA ⁽¹³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽²⁹⁾
PT	
Alexandre Padilha - SP ⁽²⁶⁾	1. Zeca Dirceu - PR ⁽²⁶⁾
PSL	
Dr. Luiz Ovando - MS ^(3,33)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(3,34)
PSD	
Antonio Brito - BA ⁽¹¹⁾	1. Alexandre Serfiotis - RJ ⁽¹⁰⁾
PL	
Marcelo Ramos - AM ^(2,36)	1. Wellington Roberto - PB ⁽²⁾
PSB	
VAGO ^(5,12)	1. Luciano Ducci - PR ⁽²⁵⁾
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Ruy Carneiro - PB ⁽⁹⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Dr. Zacharias Calil - GO ⁽⁶⁾	1. Juscelino Filho - MA ⁽¹⁹⁾
PDT	
Mário Heringer - MG ⁽¹⁸⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽³²⁾
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽¹⁷⁾	1. José Nelto - GO ⁽²⁴⁾
PV ⁽¹⁾	
Leandre - PR	1. Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC ⁽²²⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- Designados o Deputado Dr. Jaziel (PL/CE), como titular, e o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), como suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício nº 267/2019 da Liderança do PL.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), em 6/8/2019, conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designadas a Senadora Juiza Selma (PSL/MT), como titular, e a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), como suplente, em 6/8/2019, conforme Ofício nº 69/2019 da Liderança do PSL.
- Designado como titular o Deputado Átila Lira (PSB/PI), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 200/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 08/08/2019, p. 167](#))
- Designado como titular o Deputado Dr. Zacharias Calil (DEM/GO), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 650/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 08/08/2019, p. 171](#))
- Designados, em 7/8/2019, conforme Ofício nº 198/2019 da Liderança do MDB: Senador Confúcio Moura (MDB/RO), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Marcelo Castro (MDB/PI), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC), que passa à condição de primeiro suplente; e Senadora Simone Tebet (MDB/MS), como segundo suplente. ([DCN de 08/08/2019, p. 166](#))
- Designado como titular o Senador Ciro Nogueira (PP/PI), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 08/08/2019, p. 165](#))
- Designado como titular o Deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB), em substituição Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 401/2019 do PSDB. ([DCN de 08/08/2019, p. 170](#))



10. Designado como suplente o Deputado Alexandre Serfotiotis (PSD/RJ), em substituição ao Deputado Diego Andrade (PSD/MG), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 169](#))
11. Designado como titular o Deputado Antônio Brito (PSD/BA), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 7/8/2019, conforme Ofício nº 312/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 08/08/2019, p. 168](#))
12. Dispensada a participação do Deputado Átila Lira, conforme Ofício nº 270/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19) ([DCN de 26/09/2019, p. 396](#))
13. Designado como titular o Deputado Eduardo Costa (MDB/PA), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 262/2019 da Liderança do Bloco MDB, PP, PTB. ([DSF de 15/08/2019, p. 131](#))
14. Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), em substituição ao Senador Roberto Rocha (PSDB/MA); e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 90/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 127](#))
15. Designados, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 121/2019 da Liderança do PSD: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), como primeiro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar (PSD/BA), que passa à condição de segundo suplente; Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), como segundo titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); e Senador Carlos Viana (PSD/MG), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA). ([DCN de 15/08/2019, p. 129](#))
16. Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Weverton, que passa à condição de suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, em 8/8/2019, conforme Ofício nº 106/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 15/08/2019, p. 128](#))
17. Designado como titular o Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO), em 9/8/2019, conforme Ofício nº 175/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 130](#))
18. Designado como membro titular o Deputado Mário Heringer (PDT/MG), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE), em 13/08/2019, conforme Ofício nº 292/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 15/08/2019, p. 133](#))
19. Designado como suplente o Deputado Juscelino Filho (DEM/MA), em substituição ao Deputado Efraim Filho (DEM/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 702/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 15/08/2019, p. 134](#))
20. Designado como suplente o Deputado Alan Rick (DEM/AC), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 264/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB. ([DCN de 15/08/2019, p. 132](#))
21. Designado como titular o Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 82/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 15/08/2019, p. 126](#))
22. Designada como suplente a Deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC), em substituição ao Deputado Célio Studart (PV/CE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 54/2019 da Liderança do PV. ([DCN de 15/08/2019, p. 124](#))
23. Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício nº 77/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como primeiro e segundo titulares, respectivamente, em substituição aos Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Telmário Mota (PROS/RR), que passam a ocupar a primeira e segunda suplência. ([DCN de 15/08/2019, p. 125](#))
24. Designado como suplente o Senador José Nelto (PODEMOS/GO), em substituição ao Deputado Igor Timo (PODEMOS/MG), em 15/8/2019, conforme Ofício nº 178/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 67](#))
25. Designado como suplente o Deputado Luciano Ducci (PSB/PR), em substituição ao Deputado Elias Vaz (PSB/GO), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 211/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 69](#))
26. Designados, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 462/2019 da Liderança do PT: Deputado Alexandre Padilha, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; e Deputado Zeca Dirceu, como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão. ([DCN de 22/08/2019, p. 70](#))
27. Designado como primeiro titular o Deputado Márcio Bittar, em substituição ao Deputado Marcelo Castro, que, por sua vez, passa à primeira suplência, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 202/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 68](#))
28. Designada como suplente a Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), em 21/8/2019, conforme Ofício nº 95 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 66](#))
29. Designado, em 27/8/2019, conforme Ofício nº 288/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB: Deputado Hiran Gonçalves, como titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira; e Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., como suplente. ([DCN de 29/08/2019, p. 312](#))
30. Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, às 16h23 de 3/9/2019, conforme Ofício nº 63/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. ([DCN de 05/09/2019, p. 91](#))
31. Designada como suplente, em vaga existente, a Senadora Daniella Ribeiro, em 3/9/2019, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/09/2019, p. 90](#))
32. Designado, como titular, o Deputado Sérgio Vidigal (PDT/ES), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT/RS), em 11/9/2019, conforme Ofício nº 319/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 19/09/2019, p. 7](#))
33. 24/09/2019: Designado como titular o Deputado Dr. Luiz Ovando (PSL/MS), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 345/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 360](#))
34. 24/09/2019: Designada como suplente a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Joyce Hasselmann (PSL/SP). (Of. 347/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 361](#))
35. 25/09/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), em substituição a Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT) que passa a ocupar o cargo de suplente. (Of. 93/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 26/09/2019, p. 362](#))
36. 25/09/2019: Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Dr. Jaziel (PL/CE). (Of. 347/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 26/09/2019, p. 363](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 891/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 891 de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 891, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Fernando Rodolfo (PL-PE)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 08/08/2019

Instalação: 11/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁶⁾	1. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹⁶⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁶⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽¹⁾	1. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁵⁾	2. Major Olímpio - PSL/SP ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(3,19,20)	1. Carlos Viana - MG ^(3,20)
Angelo Coronel - BA ⁽³⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹⁰⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁰⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁰⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Rose de Freitas ⁽¹⁵⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁵⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ^(13,23)	1. José Guimarães - CE ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽⁴⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽⁴⁾
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁸⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Fernando Rodolfo - PE ^(7,17)	1. Marcelo Ramos - AM ^(7,9,17)
PSB	
Heitor Schuch - RS ⁽¹¹⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ossesio Silva - PE ⁽¹²⁾	1. Manuel Marcos - AC ⁽¹²⁾
PSDB	
Eduardo Barbosa - MG ⁽²¹⁾	1. Tereza Nelma - AL ⁽²²⁾
DEM	
Paulo Azi - BA ⁽¹⁸⁾	1. Arthur Oliveira Maia - BA ⁽¹⁸⁾
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽²⁴⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁴⁾	1. Igor Timo - MG
PMN ⁽⁶⁾	
Eduardo Braide - PODEMOS/MA	1. VAGO

Notas:

- Designado como titular o Senador Plínio Valério, conforme Ofício n° 91/2019 da Liderança do PSDB.
- Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício n° 107/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente.
- Designações conforme Ofício n° 123/2019 da Liderança do PSD.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designado como titular o Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), em substituição ao Senador Major Olímpio (PSL/SP), que passa à condição de suplente, em 8/8/2019, conforme Ofício n° 70/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 135](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), que, por sua vez, passa à condição de suplente, em 13/8/2019, conforme Ofício n° 279/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 137](#))
- Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício n° 319/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 15/08/2019, p. 139](#))
- Designado como suplente o Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 14/8/2019, conforme Ofício n° 283/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 138](#))
- Designados, em 14/8/2019, conforme Ofício n° 78/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática: Senador Paulo Paim (PT/RS), como primeiro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE); Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), como segunda titular, em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR), que passa à segunda suplência; e Senador Paulo Rocha (PT/PA), como primeiro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE). ([DCN de 15/08/2019, p. 136](#))



11. Designado como titular o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), em 16/8/2019, conforme Ofício nº 209/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 73](#))
12. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Republicanos: Deputado Ossesio Silva, como titular, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; e Deputado Manuel Marcos, como suplente, em substituição ao Deputado João Roma. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
13. Designados, em 20/8/2019, conforme Ofício nº 463/2019 da Liderança do PT: Deputado Paulo Guedes, como titular, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; e Deputado José Guimarães, como suplente, em substituição ao Deputado Rui Falcão. ([DCD de 22/08/2019, p. 74](#))
14. Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício nº 190/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 72](#))
15. Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício nº 96/2019 da Liderança do PODEMOS: Senadora Rose de Freitas, como titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que, por sua vez, passa à suplência, em substituição ao Senador Eduardo Girão. ([DCN de 22/08/2019, p. 71](#))
16. Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício nº 205/2019 da Liderança do MDB: Senador Jader Barbalho (MDB/PA), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador José Maranhão (MDB/PB), como primeiro suplente; Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 92](#))
17. Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE), em substituição ao Deputado Marcelo Ramos, que passa à condição de suplente, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 380/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 324](#))
18. 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Azi, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento; designado como suplente o Deputado Athur Oliveira Maia, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 713/2019 - Liderança do DEM). ([DCN de 12/09/2019, p. 198](#))
19. 10/09/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Lucas Barreto. (Of. 140/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 195](#))
20. 11/09/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 142/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 196](#))
21. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 527/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 365](#))
22. 19/09/2019: Designada como suplente a Deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 525/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 364](#))
23. 29/10/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Guedes. (Of. 604/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 31/10/2019, p. 218](#))
24. 12/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 371/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 14/11/2019, p. 37](#))

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 892/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 892, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 892, de 2019.

Número de membros: titulares

PRESIDENTE: Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Rose de Freitas (-)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 08/08/2019

Instalação: 11/09/2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
MDB, PP, PTB Laercio Oliveira (PP/SE) (25)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Marcelo Castro (MDB/PI) (17)
MDB, PP, PTB VAGO	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Confúcio Moura (MDB/RO) (17)
PT Paulo Teixeira (PT/SP) (27)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Tasso Jereissati (PSDB/CE) (2)
PT Carlos Zarattini (PT/SP) (27)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Antonio Anastasia (PSDB/MG) (7)
PSL Bia Kicis (PSL/DF) (5,24,26)	Bloco Parlamentar Senado Independente Weverton (PDT/MA)
PSL Joice Hasselmann (PSL/SP) (5)	Bloco Parlamentar Senado Independente Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)
PSD Wladimir Garotinho (PSD/RJ) (11)	PSD Nelsinho Trad (PSD/MS) (3)
PSD Diego Andrade (PSD/MG)	PSD Lucas Barreto (3)
PL Miguel Lombardi (PL/SP) (10)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Paulo Rocha (PT/PA) (12,31)
PL Marcelo Ramos (PL/AM)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Rogério Carvalho (PT/SE)
PSB Elias Vaz (PSB/GO) (23)	Bloco Parlamentar Vanguarda Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
PSB Alessandro Molon (PSB/RJ) (28)	Bloco Parlamentar Vanguarda Jorginho Mello (PL/SC)
REPUBLICANOS João Roma (REPUBLICANOS/BA) (13)	PODEMOS Juíza Selma (PODEMOS/MT) (16,18,22)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
REPUBLICANOS Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB) ⁽¹⁴⁾	PODEMOS Rose de Freitas ⁽¹⁶⁾
PSDB Eduardo Cury (PSDB/SP) ⁽²¹⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Eduardo Gomes (MDB/TO) ⁽¹⁷⁾
PSDB Daniel Trzeciak (PSDB/RS) ⁽²⁰⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) ⁽¹⁷⁾
DEM Paulo Azi (DEM/BA) ⁽⁶⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Soraya Thronicke (PSL/MS) ⁽¹⁹⁾
DEM David Soares (DEM/SP) ⁽⁹⁾	Bloco Parlamentar PSDB/PSL Major Olimpio (PSL/SP) ⁽⁸⁾
PDT Afonso Motta (PDT/RS) ⁽²⁹⁾	Bloco Parlamentar Senado Independente Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PDT Mauro Benevides Filho (PDT/CE) ^(29,30)	Bloco Parlamentar Senado Independente Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
PODEMOS Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP) ⁽¹⁵⁾	PSD Angelo Coronel (PSD/BA) ⁽³⁾
PODEMOS Igor Timo (PODEMOS/MG)	PSD Irajá (PSD/TO) ⁽³⁾
REDE Joenia Wapichana (REDE/RR)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Telmário Mota (PROS/RR)
REDE VAGO	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN)
MDB, PP, PTB Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Daniella Ribeiro (PP/PB)
MDB, PP, PTB Gutemberg Reis (MDB/RJ) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Ciro Nogueira (PP/PI)

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- Designação conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSDB.
- Designações conforme Ofício nº 124/2019 da Liderança do PSD.
- Designações conforme Ofício nº 263/2019 da Liderança do Bloco MDB, PP, PTB.
- Designadas, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designação conforme Ofício nº 692/2019 da Liderança do DEM.
- Designado como suplente o Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 95/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 15/08/2019, p. 142](#))
- Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), em 8/8/2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 15/08/2019, p. 140](#))
- Designado como suplente o Deputado David Soares (DEM/SP), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 712/2019 da Liderança do DEM. ([DCN de 15/08/2019, p. 146](#))
- Designado como titular o Deputado Miguel Lombardi (PL/SP), em substituição ao Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em 13/8/2019, conforme Ofício nº 272/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 15/08/2019, p. 144](#))
- Designado como titular o Deputado Wladimir Garotinho (PSD/RJ), em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 342/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 15/08/2019, p. 145](#))
- Designado como titular o Deputado Jean Paul Prates (PT/RN), em substituição ao Deputado Humberto Costa (PT/PE), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 79/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 15/08/2019, p. 141](#))
- Designado como titular o Deputado João Roma (PRB/BA), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), em 14/8/2019, conforme Ofício nº 153/2019 da Liderança do PRB. ([DCN de 15/08/2019, p. 143](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. Designado como suplente o Deputado Hugo Motta, em 20/8/2019, conforme Ofício n° 165/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 77](#))
15. Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto, em 21/8/2019, conforme Ofício n° 191/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 22/08/2019, p. 76](#))
16. Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício n° 97/2019 da Liderança do PODEMOS: Senador Oriovisto Guimarães, como titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias; e Senadora Rose de Freitas, como suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão. ([DCN de 22/08/2019, p. 75](#))
17. Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício n° 206/2019 da Liderança do MDB: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), como primeiro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM); Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), como segundo titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC); Senador Confúcio Moura (MDB/RO), como primeiro suplente; Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 93](#))
18. Designado como titular o Senador Alvaro Dias em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, em 10/09/2019, conforme o ofício 101/2019 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 12/09/2019, p. 200](#))
19. 11/09/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 86/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 12/09/2019, p. 199](#))
20. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Daniel Trzeciak (PSDB/RS), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 529/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 366](#))
21. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), (Of. 531/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 367](#))
22. 02/10/2019: Designada como titular a Senadora Juíza Selma, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. 110/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 03/10/2019, p. 233](#))
23. 03/10/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 284/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 10/10/2019, p. 808](#))
24. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Júnior Bozzella, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 400/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 18](#))
25. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 195/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 17/10/2019, p. 17](#))
26. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Júnior Bozzella. (Of. 448/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 31/10/2019, p. 219](#))
27. 15/10/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Teixeira, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 588/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 17/10/2019, p. 19](#))
28. 05/11/2019: Designado como suplente o Deputado Alessandro Molon. (Of. 317/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 07/11/2019, p. 37](#))
29. 06/11/2019: Designado como Titular o Deputado Afonso Motta (PDT/RS), em substituição ao Deputado André Figueiredo (PDT/CE); designado como suplente o Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS). (Ofício nº 365/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 07/11/2019, p. 38](#))
30. 12/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Pompeo de Mattos. (Of. 369/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 14/11/2019, p. 39](#))
31. 12/11/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Jean Paul Prates. (Of. 106/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 14/11/2019, p. 38](#))

Secretário: Rodrigo Chia
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 893/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 893, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 893, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: José Serra (PSDB-SP)

RELATOR: Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 22/08/2019

Instalação: 11/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
José Serra - PSDB/SP ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁶⁾	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽²⁾	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP
Weverton - PDT/MA	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ^(3,14)	1. Carlos Viana - MG ⁽³⁾
Arolde de Oliveira - RJ ⁽³⁾	2. Irajá - TO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁹⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁹⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC ⁽²²⁾	2. VAGO
PT	
Arlindo Chinaglia - SP ⁽¹³⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(4,20,23)	1. Delegado Pablo - AM ^(4,21)
PSD	
Reinhold Stephanes Junior - PR ⁽¹⁰⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁷⁾	1. VAGO
PSB	
Marcelo Nilo - BA ⁽⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Vitor Lippi - SP ⁽¹⁸⁾	1. Paulo Abi-Ackel - MG ⁽¹⁷⁾
DEM	
Kim Kataguiri - SP ⁽¹¹⁾	1. Luis Miranda - DF ⁽²⁴⁾
PDT	
Mauro Benevides Filho - CE ⁽²⁵⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ^(12,13)	1. Igor Timo - MG
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Eli Borges - TO ⁽¹⁶⁾	1. Tiago Dimas - TO ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em 22/8/2019, conforme Ofício n° 113/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente
- Designados, em 22/8/2019, conforme Ofício n° 126/2019 da Liderança do PSD: Senador Angelo Coronel, como primeiro titular; Senador Arolde de Oliveira, como segundo titular; Senador Carlos Viana, como primeiro suplente; e Senador Irajá, como segundo suplente.
- Designadas, em 22/8/2019, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício n° 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designado como titular o Deputado Marcelo Nilo, em 22/8/2019, conforme Ofício n° 219/2019 da Liderança do PSB.
- Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio, em 23/8/2019, conforme Ofício n° 75/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 29/08/2019, p. 313](#))
- Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos, em substituição ao Deputado Wellington Roberto, em 26/8/2019, conforme Ofício n° 297/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 29/08/2019, p. 314](#))
- Designado como titular o Senador José Serra, em substituição ao Senador Roberto Rocha, e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 29/8/2019, conforme Ofício n° 102/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 94](#))
- Designados, em 03/09/2019, conforme Ofício n° 207/2019 da Liderança do MDB: Senador Renan Calheiros (MDB/AL); como primeiro suplente; Senador Dário Berger (MDB/SC), como segundo suplente. ([DCN de 05/09/2019, p. 95](#))
- Designado como titular o deputado Reinhold Stephanes Junior em substituição ao deputado André de Paula, em 10/09/2019, conforme o ofício 380/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/09/2019, p. 204](#))
- 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguiri, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 771/2019 - Liderança do DEM). ([DCN de 12/09/2019, p. 206](#))
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 202/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/09/2019, p. 203](#))
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Arlindo Chinaglia, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 518/2019 - Liderança do PT). ([DCN de 12/09/2019, p. 205](#))
- 10/09/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 141/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 202](#))
- 11/09/2019: Designada como suplente a Senadora Juíza Selma. (Of. 82/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 12/09/2019, p. 201](#))

16. 17/09/2019 : Designado como membro titular o Deputado Eli Borges (Solidariedade/TO), em substituição ao Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE); e, como membro suplente, o Deputado Tiago Dimas (Solidariedade/TO) em substituição ao Deputado Zé Silva (Solidariedade/MG). (Of. 196/2019 - Liderança do Solidariedade) ([DCN de 19/09/2019, p. 8](#))
17. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Paulo Abi-Ackel(PSDB/MG), em substituição ao Deputado Beto Pereira (PSDB/MS). (Of. 535/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 369](#))
18. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 523/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 368](#))
19. 24/09/2019: Designados como titulares os Senadores Rogério Carvalho (PT/SE), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), em substituição a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 90/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 370](#))
20. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 399/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 20](#))
21. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), em substituição a Deputada Joice Hasselmann (PSL/SP). (Of. 412/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 21](#))
22. 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Rogério Peninha Mendonça, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 361/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 24/10/2019, p. 195](#))
23. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Felício Laterça. (Of. 447/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 31/10/2019, p. 220](#))
24. 30/10/2019: Designado como suplente o Deputado Luis Miranda, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 817/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 07/11/2019, p. 39](#))
25. 12/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 372/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 14/11/2019, p. 40](#))

Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 894/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 894, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 894, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Diego Garcia (PODEMOS-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Izalci Lucas (PSDB-DF)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 09/09/2019

Instalação: 25/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁹⁾	1. Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁹⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁹⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ^(3,15)	1. Mara Gabrielli - PSDB/SP ^(3,15)
Major Olimpio - PSL/SP	2. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽⁸⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Lucas Barreto - MS ⁽⁷⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁷⁾	2. Carlos Viana - MG ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Styvenson Valentim - RN ⁽²⁰⁾	1. Eduardo Girão - CE ^(20,24)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Eduardo da Fonte - PP/PE ⁽²³⁾	1. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽²⁶⁾
Daniela do Waguinho - MDB/RJ ⁽²⁷⁾	2. VAGO
PT	
Jorge Solla - BA ⁽²¹⁾	1. Marília Arraes - PE ⁽²¹⁾
PSL	
Dra. Soraya Manato - ES ^(2,22)	1. Joice Hasselmann - SP ⁽²⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Dr. Jaziel - CE ⁽⁵⁾	1. Bosco Costa - SE ⁽⁵⁾
PSB	
Luciano Ducci - PR ⁽¹¹⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ossesio Silva - PE ⁽¹⁸⁾	1. João Roma - BA
PSDB	
Tereza Nelma - AL ⁽¹⁶⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Dr. Zacharias Calil - GO ⁽⁴⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Chico D'Angelo - RJ ⁽⁶⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽¹²⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁹⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁷⁾
PSOL ⁽¹⁾	
Sâmia Bomfim - SP ⁽¹³⁾	1. Fernanda Melchionna - RS

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum
- Designadas, em 9/9/2019, como titular e suplente, respectivamente, as Deputadas Bia Kicis (PSL/DF) e Joice Hasselmann (PSL/SP), conforme Ofício nº 162/2019 da Liderança do PSL, publicado no DCN de 25/04/2019, p. 120
- Designada como titular a Senadora Mara Gabrilli, em substituição ao Senador Roberto Rocha; e desligado da suplência o Senador Izalci Lucas, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 208](#))
- Designado como titular o deputado Dr. Zacharias Calil em substituição ao deputado Elmar Nascimento, em 10/09/2019, conforme o ofício 768/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/09/2019, p. 214](#))
- Designados o Deputado Dr. Jaziel, como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto; e o Deputado Bosco Costa, como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos, em 10/9/2019, conforme Ofício nº 322/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 12/09/2019, p. 213](#))
- 10/09/2019: Designado como titular o Deputado Chico D'Angelo, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 317/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 12/09/2019, p. 212](#))
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Angelo Coronel; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 137/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 12/09/2019, p. 210](#))
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 123/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/09/2019, p. 209](#))
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 201/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/09/2019, p. 211](#))



10. Designada, em 11/09/2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PP: Senadora Mailza Gomes (PP), como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(PP). ([DCN de 12/09/2019, p. 207](#))
11. 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Luciano Ducci, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 239/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 19/09/2019, p. 9](#))
12. 11/09/2019: Designado como suplente o Deputado Sérgio Vidigal, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 320/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 19/09/2019, p. 10](#))
13. Em 12/09/2019, conforme Of. 180 da Liderança do PSOL, a Deputada Sâmia Bomfim (PSOL) assume a vaga titular em substituição ao Deputado Ivan Valente (PSOL). ([DCN de 19/09/2019, p. 11](#))
14. Em 12/09/2019, conforme Of. 83 da Liderança do PSL, o Senador Flávio Bolsonaro assume como suplente. ([DCN de 19/09/2019, p. 12](#))
15. 17/09/2019 : Designado como titular o Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), em substituição a Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), que passa integrar a Comissão como suplente (OF 108/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 19/09/2019, p. 13](#))
16. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Tereza Nelma(PSDB/AL), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP),(Of. 512/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 373](#))
17. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA). (Of. 221/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 372](#))
18. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR). (Of. 177/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 371](#))
19. 20/09/2019: Designados como titulares o Senador Confúcio Moura (MDB/RO), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Marcelo Castro (MDB/PI), em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Designados como suplentes os Senadores Fernando Bezerra (MDB/PE) e Jarbas Vasconcelos(MDB/PE). (Of. 209/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 374](#))
20. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente o Senador Elmano Férrer(PODEMOS/PI), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 105/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 375](#))
21. 25/09/2019: Designado como titular o Deputado Jorge Solla (PT/BA), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS). Designado como suplente a Deputada Marília Arraes(PT/PE), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). (Of. 550/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 26/09/2019, p. 376](#))
22. 27/09/2019: Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 358/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 234](#))
23. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo da Fonte, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 196/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 24](#))
24. 15/10/2019: Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Elmano Férrer. (Of. 115/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/10/2019, p. 23](#))
25. 15/10/2019: Designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Humberto Costa. (Of. 91/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 17/10/2019, p. 22](#))
26. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr. (Of. 202/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 25](#))
27. 16/10/2019: Designada como titular a Deputada Daniela do Waguinho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 355/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 26](#))

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 895/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 895, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 895, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 11/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁹⁾
Renan Calheiros - MDB/AL ⁽¹⁹⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹⁹⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ^(3,20)	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP ⁽⁹⁾	2. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽²⁹⁾
PSD	
Irajá - TO ⁽⁴⁾	1. Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾
Otto Alencar - BA ^(4,17)	2. Carlos Viana - MG ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁵⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²⁵⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. VAGO ⁽¹⁴⁾
PODEMOS	
Juíza Selma - MT ^(24,26)	1. Eduardo Girão - CE ^(24,26)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Margarete Coelho - PP/PI ⁽¹¹⁾	1. José Priante - MDB/PA ⁽¹²⁾
Carlos Bezerra - MDB/MT ⁽¹¹⁾	2. Pedro Lucas Fernandes - PTB/MA ^(12,13)
PT	
Rejane Dias - PI ⁽³¹⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽³¹⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(5,27,30)	1. Dra. Soraya Manato - ES ^(5,28,30)
PSD	
Darci de Matos - SC ⁽¹⁾	1. Fábio Mitidieri - SE ⁽¹⁸⁾
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁶⁾	1. Zé Vitor - MG ⁽⁶⁾
PSB	
Aliel Machado - PR ⁽¹⁵⁾	1. João H. Campos - PE ⁽¹⁵⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²³⁾	1. Hélio Costa - SC ⁽²³⁾
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽²²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO ⁽⁷⁾	1. Leur Lomanto Júnior - BA ⁽⁷⁾
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁰⁾	1. André Figueiredo - CE ⁽¹⁰⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁸⁾	1. Bacelar - BA ⁽²¹⁾
PCdoB ⁽²⁾	
Orlando Silva - SP ⁽¹⁶⁾	1. Alice Portugal - BA ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 12/09/2019, conforme Of. 407 da liderança do PSD, o Deputado Darci de Matos (PSD) assume como titular em substituição ao Deputado André de Paula (PSD). ([DCN de 19/09/2019, p. 15](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 62/2019 - Liderança do PP)
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Irajá; designado como titular o Senador Carlos Viana; designado como suplente o Senador Nelsinho Trad. (Of. 138/2019 - Liderança do PSD)
- 11/09/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann. (Of. 162/2019 - PSL)
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Marcelo Ramos; designado como suplente o Deputado Zé Vitor. (Of. 331/2019 - Liderança do PL)
- 11/09/2019: Designado como titular a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; designado como suplente Leur Lomanto Júnior. (Of. 776/2019 - DEM)
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia. (Of. 203/2019 - Liderança do PODEMOS)
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro. (Of. 84/2019 - Liderança do PSL)
- 11/09/2019: Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 322/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 12/09/2019, p. 215](#))
- Designada, como titular, a Deputada Margarete Coelho (PP/PI), em substituição ao Deputado Arthur Lira(PP/AL); designado, como titular, o Deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), em substituição ao Deputado Baleia Rossi (MDB/SP), em 13/09/2019, conforme Ofício nº 177/2019 da Liderança do PP/MDB/PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 16](#))



12. Designados o Deputado José Priante(MDB/PA) e Pedro Lucas Fernandes(PTB/MA), como suplentes, em 12/09/2019, conforme Ofício nº 176/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 178](#))
13. Designados o Deputado José Priante(MDB/PA) e Pedro Lucas Fernandes(PTB/MA), como suplentes, em 12/09/2019, conforme Ofício nº 176/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB.
14. 12/09/2019: Desligado da vaga de suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 65/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
15. 16/09/2019: Designado como titular o Deputado Aliel Machado (PSB), em substituição ao Deputado Tadeu Alencar (PSB); designado como suplente o Deputado João H. Campos (PSB), em substituição ao Deputado Elias Vaz (PSB). (Of. 242/2019 - PSB) ([DCN de 19/09/2019, p. 18](#))
16. 16/09/2019: Designado como titular o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em substituição ao Deputado André Almeida (PCdoB); designada como suplente a Deputada Alice Portugal (PCdoB), em substituição à Deputada Perpétua Almeida (PCdoB). (Of. 107/2019 - PCdoB) ([DCN de 19/09/2019, p. 19](#))
17. 18/09/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar (PSD/BA), em substituição ao Senador Carlos Viana(PSD/MG), que passa integrar a Comissão como suplente (Of. 144/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 19/09/2019, p. 20](#))
18. 18/09/2019: Designado como suplente o Deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE), em substituição ao Deputado Diego Andrade(PSD/MG). (Of. 411/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 19/09/2019, p. 21](#))
19. 18/09/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), em substituição ao Senador Eduardo Braga(MDB/AM), que passa integrar a Comissão como suplente; designado como titular o Senador Renan Calheiros (MDB/AL), em substituição ao Senador Márcio Bittar (MDB/AC); designado como suplente o Senador José Maranhão (MDB/PB). (Of. 210/2019 - Liderança do MDB) (Of. 210/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 19/09/2019, p. 22](#))
20. 19/09/2019: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP/PI). (Of. 067/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 26/09/2019, p. 379](#))
21. 19/09/2019: Designado como suplente o Deputado Bacelar (PODEMOS/BA). (Of. 222/2019 - Liderança do PODEMOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 377](#))
22. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), em substituição ao Deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP). (Of. 514/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 378](#))
23. 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Júlio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR); designado como suplente o Deputado Hélio Costa (REPUBLICANOS/SC), em substituição ao Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA). (Of. 184/2019 - Liderança do REPUBLICANOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 383](#))
24. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Reguffe (PODEMOS/DF), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 106/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 380](#))
25. 24/09/2019: Designados como titulares os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), em substituição ao Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Paulo Rocha (PT/PA), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT/SE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR), em substituição a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 92/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 381](#))
26. 25/09/2019: Designada como titular a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT), em substituição ao Senador Reguffe (PODEMOS/DF); designado como suplente o Senador Eduro Girão(PODEMOS/CE), em substituição a Senadora Juíza Selma(PODEMOS/MT). (Of. 109/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 382](#))
27. 27/09/2019: Designada como titular a Deputada Soraya Manato (PSL/ES), em substituição a Deputada Bia Kicis (PSL/DF). (Of. 359/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 235](#))
28. 01/10/2019: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, em substituição à Deputada Joice Hasselmann. (Of. 364/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 03/10/2019, p. 236](#))
29. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 127/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 10/10/2019, p. 809](#))
30. 30/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição à Deputada Soraya Manato; designada como suplente a Deputada Soraya Manato, em substituição ao Deputado Felipe Francischini. (Of. 452/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 31/10/2019, p. 221](#))
31. 05/11/2019: Designada como titular a Deputada Rejane Dias, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 635/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 07/11/2019, p. 40](#))



CMMPV 896/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 896, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 896, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 11/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹⁰⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽¹⁰⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁰⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁰⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽³⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽⁶⁾	1. VAGO
Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽⁴⁾	2. Juíza Selma - PODEMOS/MT ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽²⁾	1. Lucas Barreto - TO ⁽²⁾
Irajá - TO ⁽²⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. VAGO ⁽⁷⁾
PODEMOS	
Marcos do Val - ES ⁽¹¹⁾	1. Lasier Martins - RS ⁽¹¹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Bia Kicis - DF ^(5,16,17)	1. Joice Hasselmann - SP ⁽⁵⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Elias Vaz - GO ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Márcio Marinho - BA ⁽⁸⁾	1. Roberto Alves - SP ⁽⁸⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Eduardo Bismarck - CE ⁽¹²⁾	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾	1. Bacelar - BA
PATRIOTA ⁽¹⁾	
Fred Costa - MG	1. Dr. Frederico - MG

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Irajá; designado como titular o Senador Lucas Barreto. (Of.139/2019 - Liderança do PSD)
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso; designado como suplente o Senador Ciro Nogueira. (Of. 63/2019 - Liderança do PP)
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Flávio Bolsonaro; designada como suplente a Senadora Juíza Selma. (Of. 85/2019 - Liderança do PSL)
- 11/09/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselman. (Of. 162/2019 - PSL)
- 11/09/2019: Designado como titular o Senador Antônio Anastasia. (Of. 105/2019 - Liderança do PSDB)
- 13/09/2019: Desligado da vaga de suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 65/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
- 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA), em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR); designado como suplente o Deputado Roberto Alves (REPUBLICANOS/SP), em substituição ao Deputado João Roma (REPUBLICANOS/BA). (Of. 184/2019 - Liderança do REPUBLICANOS). ([DCN de 26/09/2019, p. 383](#))
- 19/09/2019: Designado como titular o Deputado Pastor Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado José Nelto (PODEMOS/GO). (Of. 223/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 384](#))
- 20/09/2019: Designados como titulares o Senador Fernando Bezerra (MDB/PE), em substituição ao Senador Eduardo Braga (MDB/AM), e o Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), em substituição ao Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Designados como suplentes os Senadores Renan Calheiros (MDB/AL) e Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). (Of. 211/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 385](#))



11. 23/09/2019: Designado como titular o Senador Marcos do Val(PODEMOS/ES), em substituição ao Senador Álvaro Dias (PODEMOS/PR); designado como suplente o Senador Lasier Martins(PODEMOS/RS), em substituição ao Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). (Of. 107/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 26/09/2019, p. 386](#))
12. 24/09/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), em substituição ao Deputado André Figueiredo(PDT/CE). (Of. 325/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 26/09/2019, p. 388](#))
13. 25/09/2019: Designados como titulares os Senadores Jean Paul (PT/RN), em substituição ao Senador Humberto Costa (PT/PE), e o Senador Telmário Mota (PROS/RR). Designados como suplentes os Senadores Rogério Carvalho (PT/SE) e a Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). (Of. 93/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 26/09/2019, p. 387](#))
14. 03/10/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 285/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 10/10/2019, p. 810](#); [DCN de 10/10/2019, p. 811](#))
15. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 128/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 10/10/2019, p. 810](#))
16. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Fabio Schiochet, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 398/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 27](#))
17. 24/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Fábio Schiochet. (Of. 446/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 31/10/2019, p. 222](#))



CMMPV 897/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 897, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 897, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Luis Carlos Heinze (PP-RS)

VICE-PRESIDENTE: Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN)

RELATOR: Pedro Lupion (DEM-PR)

RELATOR REVISOR: Soraya Thronicke (PSL-MS)

Designação: 04/10/2019

Instalação: 16/10/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁵⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁵⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁵⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽²⁵⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽²⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁶⁾
PSD	
Irajá - TO ⁽⁴⁾	1. Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁸⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁸⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽²⁸⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽¹⁴⁾	1. Marcos Rogério - DEM/RO ^(14,30)
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Luisa Canziani - PTB/PR ⁽²²⁾	1. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽²⁶⁾
Laercio Oliveira - PP/SE ⁽²³⁾	2. VAGO
PT	
Vander Loubet - MS ⁽²⁷⁾	1. Bohn Gass - RS ⁽²⁷⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(5,31)	1. Joice Hasselmann - SP ^(13,31)
PSD	
Darci de Matos - SC ⁽¹⁵⁾	1. Vermelho - PR ⁽²⁰⁾
PL	
Bosco Costa - SE ⁽⁶⁾	1. Zé Vitor - MG ⁽⁶⁾
PSB	
Heitor Schuch - RS ⁽¹²⁾	1. Denis Bezerra - CE ⁽¹²⁾
REPUBLICANOS	
Benes Leocádio - RN ⁽²⁴⁾	1. Arnaldo Jardim - CIDADANIA/SP ⁽²¹⁾
PSDB	
Domingos Sávio - MG ⁽¹⁷⁾	1. Roberto Pessoa - CE ⁽¹⁸⁾
DEM	
Pedro Lupion - PR ⁽⁷⁾	1. Jose Mario Schreiner - GO ⁽⁷⁾
PDT	
Dagoberto Nogueira - MS ⁽⁸⁾	1. Félix Mendonça Júnior - BA ⁽⁸⁾
PODEMOS	
José Medeiros - MT ⁽¹¹⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽²⁹⁾
NOVO ⁽¹⁾	
Vinicius Poit - SP ⁽⁹⁾	1. Lucas Gonzalez - MG ⁽⁹⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 04/10/2019: Designado o Senador Luis Carlos Heinze; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso. (Of. 69/2019 - Liderança do PP)
- 03/10/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 97/2019 - Liderança do PSL)
- 04/10/2019: Designado como titular o Senador Irajá; designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como suplente o Senador Nelsinho Trad; designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 149/2019 - Liderança do PSD)
- 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Nelson Barbudo. (Of. 375/2019 - Liderança do PSL)
- 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa; designado como suplente o Deputado Zé Vitor. (Of. 352/2019 - Liderança do PL)
- 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion; designado como suplente o Deputado José Mário Schreiner. (Ofs. 795 e 797/2019 - Liderança do DEM)
- 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Dagoberto; designado como suplente o Deputado Félix Mendonça. (Of. 332/2019 - Liderança do PDT)
- 04/10/2019: Designado como titular o Deputado Vinicius Poit; designado como suplente o Deputado Lucas Gonzalez. (Of. 113/2019 - Liderança do NOVO)
- 07/10/2019: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 113/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 10/10/2019, p. 814](#))
- 08/10/2019: Designado titular o Deputado José Medeiros, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 246/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 10/10/2019, p. 817](#))
- 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Heitor Schuch e, como suplente, o Deputado Denis Bezerra, em substituição aos Deputados Tadeu Alencar e Elias Vaz. (Of. 291/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 10/10/2019, p. 818](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



13. 08/10/2019: Designada como suplente a Deputada Aline Sleutjes. (Of. 378/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 10/10/2019, p. 819](#))
14. 08/10/2019: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes e, como suplente, o Senador Chico Rodrigues, em substituição aos Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello. (Of. 69/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 10/10/2019, p. 812](#))
15. 08/10/2019: Designado como titular o Deputado Darci de Matos em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 447/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 10/10/2019, p. 820](#))
16. 09/10/2019: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Eliziane Gama. (Of. 129/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 10/10/2019, p. 815](#))
17. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 560/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 10/10/2019, p. 821](#))
18. 09/10/2019: Designado como suplente o Deputado Roberto Pessoa, em substituição ao Deputado Beto Pereira. (Of. 561/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 10/10/2019, p. 822](#))
19. 09/10/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 113/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 10/10/2019, p. 813](#))
20. 09/10/2019: Designado como suplente o Deputado Vermelho, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 451/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 17/10/2019, p. 33](#))
21. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 195/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 17/10/2019, p. 28](#))
22. 10/10/2019: Designada como titular a Deputada Luisa Canziani, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 198/2019 - Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 29](#))
23. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 199/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 30](#))
24. 09/10/2019: Designado como titular o Deputado Benes Leocádio, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus. (Of. 191/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 10/10/2019, p. 816](#))
25. 16/10/2019: Designado como primeiro titular o Senador Márcio Bittar, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como segundo titular o Senador Luiz do Carmo, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como primeiro suplente o Senador Renan Calheiros; designado como segundo suplente o Senador Dário Berger. (Of. 219/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 17/10/2019, p. 32](#))
26. 16/10/2019: Designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 201/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 17/10/2019, p. 31](#))
27. 16/10/2019: Designado como titular o Deputado Vander Loubet (PT/MS), em substituição ao Deputado Paulo Pimenta (PT/RS). Designado como suplente o Deputado Bohn Gass(PT/RS), em substituição ao Deputado Rui Falcão (PT/SP). (Of. 595/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 17/10/2019, p. 34](#))
28. 17/10/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho; designado como suplente o Senador Telmário Mota, em substituição à Senadora Zenaide Maia. (Of. 99/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 24/10/2019, p. 196](#))
29. 23/10/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 254/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 24/10/2019, p. 197](#))
30. 25/10/2019: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Chico Rodrigues. (Of. 73/2019 - Bloco Vanguarda) ([DCN de 31/10/2019, p. 223](#))
31. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Nelso Barbuda; designada como suplente a Deputada Joice Hasselmann, em substituição à Deputada Aline Sleutjes. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 898/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 898, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 898, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Camilo Capiberibe (PSB-AP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/10/2019

Instalação: 17/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽⁷⁾
Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽⁷⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽⁷⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽⁶⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Antonio Anastasia - PSDB/MG ⁽¹⁰⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS	2. Major Olimpio - PSL/SP
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	1. Lucas Barreto - RJ ⁽⁵⁾
Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹¹⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹¹⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE ⁽¹⁴⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁴⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹³⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹³⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ⁽¹⁾	1. Joice Hasselmann - SP ⁽¹⁾
PSD	
Antonio Brito - BA ^(2,8)	1. Diego Andrade - MG
PL	
Gildenemyr - MA ⁽³⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽¹⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Ronaldo Martins - CE	1. VAGO
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Pedro Lupion - PR ⁽¹⁶⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽¹²⁾
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽⁴⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾
PROS	
Toninho Wandscheer - PR	1. Capitão Wagner - CE

Notas:

- 18/10/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designada como suplente a Deputada Joice Hasselman. (Of. 162/2019 - PSL)
- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Júlio César(PSD/PI) em substituição ao Deputado André de Paula (PSD/PE). (Of. 465/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 24/10/2019, p. 202](#))
- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Gildenemyr(PL/MA) em substituição ao Deputado Wellington Roberto(PSD/PB). (Of. 368/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 24/10/2019, p. 201](#))
- 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 253/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 24/10/2019, p. 200](#))
- 23/10/2019: Designados como titulares os Senadores Nelsinho Trad (PSD/MS) e Arolde de Oliveira (PSD/RJ), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD/BA)e Irajá (PSD/TO); Como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD/AP) assume a vaga em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD/BA). (Of. 152/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 24/10/2019, p. 199](#))
- 24/10/2019: A Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Ciro Nogueira passam a constar como indicados pela Liderança, como titular e suplente, respectivamente. (Of. 71/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 24/10/2019, p. 198](#))
- 25/10/2019: Designado como titular o Senador Jarbas Vasconcelos, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Márcio Bittar. (Of. 222/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 31/10/2019, p. 224](#))
- 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Antonio Brito, em substituição ao Deputado Júlio César. (Of. 474/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 31/10/2019, p. 226](#))
- 30/10/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. ([DCN de 31/10/2019, p. 225](#))
- 05/11/2019: Designado como titular o Senador Antônio Anastasia, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 117/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 07/11/2019, p. 41](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



11. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Jean Paul Prates e Telmário Mota em substituição aos Senadores designados como titulares.(Of. 102/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática) ([DCN de 14/11/2019, p. 42](#))
12. 12/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 37/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 14/11/2019, p. 41](#))
13. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 646/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 165](#))
14. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias. (Of. 127/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 163](#))
15. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Camilo Capiberibe. (Of. 324/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 21/11/2019, p. 164](#))
16. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 882/2019 da Liderança do DEM)

Secretário: Ricardo Maia
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 899/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 899, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 899, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Luiz Pastore (MDB-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Marco Bertaiolli (PSD-SP)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 21/10/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore - MDB/ES ^(9,19)	1. Simone Tebet - MDB/MS ⁽⁹⁾
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽⁹⁾	2. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁹⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽¹²⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽³⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽⁴⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Omar Aziz - AM ⁽¹⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹³⁾	2. Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹⁷⁾	1. Alceu Moreira - MDB/RS ⁽¹⁵⁾
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG ⁽⁵⁾	2. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁸⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁴⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽¹⁴⁾
PSL	
Eduardo Bolsonaro - SP	1. Felício Laterça - RJ
PSD	
Marco Bertaiolli - SP ⁽⁶⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Luizão Goulart - PR ⁽¹⁶⁾	1. João Campos - GO ⁽¹⁶⁾
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Alexandre Leite - SP ⁽⁸⁾	1. Hélio Leite - PA ⁽²⁰⁾
PDT	
Félix Mendonça Júnior - BA ⁽⁷⁾	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁷⁾
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹¹⁾	1. Bacelar - BA
PSC ⁽²⁾	
Glaustin Fokus - GO ⁽¹⁰⁾	1. Osires Damaso - TO ⁽¹⁰⁾

Notas:

- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Otto Alencar (PSD/BA); O Senador Omar Aziz(PSD/AM) passa a compor a vaga de titular, em substituição ao Senador Irajá (PSD/TO); O Senador Angelo Coronel (PSD/BA)deixa a vaga de suplente. (Of.153/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 24/10/2019, p. 205](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 23/10/2019: A Senadora Soraya Thronicke assume a vaga de titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passará a assumir a vaga de suplente, deixada pela senadora. (Of. 103/2019 - Liderança do PSL)
- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 130/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 24/10/2019, p. 204](#))
- 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Hercílio Coelho Diniz, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 360/2019 - Liderança do bloco PP,MDB.PTB) ([DCN de 24/10/2019, p. 207](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Marco Bertaiolli, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 470/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 24/10/2019, p. 208](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como titular o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 347/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 24/10/2019, p. 206](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Alexandre Leite, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 811/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 24/10/2019, p. 209](#))
- 25/10/2019: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Luiz do Carmo, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designada como suplente o Senador Simone Tebet; designado como suplente o Senador Marcelo Castro. (Of. 223/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 31/10/2019, p. 228](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



10. 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Glaustyn Fokus, em substituição ao Deputado André Ferreira; designado como suplente o Deputado Osires Damaso, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 112/2019 - Liderança do PSC) ([DCN de 31/10/2019, p. 227](#))
11. 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 260/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 31/10/2019, p. 229](#))
12. 05/11/2019: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of. 118/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 07/11/2019, p. 42](#))
13. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia. (Of. 103/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática) ([DCN de 14/11/2019, p. 43](#))
14. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 647/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 168](#))
15. 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Alceu Moreira. (Of. 391/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 21/11/2019, p. 167](#))
16. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Luizão Goulart, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado João Campos, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 231/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 166](#))
17. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Mário Negromonte Jr, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 221/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 319](#))
18. 02/12/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 231/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 05/12/2019, p. 162](#))
19. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Luiz Pastore, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. 248/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 567](#))
20. 11/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hélio Leite, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 875/2019 da Liderança do DEM) ([DCN de 12/12/2019, p. 568](#))

Secretário: Rodrigo Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 900/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 900, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 900, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Sidney Leite (PSD-AM)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 22/10/2019**Instalação:** 04/12/2019**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. José Maranhão - MDB/PB ⁽⁸⁾
Marcio Bittar - MDB/AC	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁸⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽⁷⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽¹²⁾	1. VAGO ⁽¹²⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ^(13,15)
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Carlos Viana - MG ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁴⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹⁴⁾
Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁴⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽¹⁰⁾
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Arthur Lira - PP/AL	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Nilto Tatto - SP ⁽¹¹⁾	1. Airton Faleiro - PA ⁽¹¹⁾
PSL	
Eduardo Bolsonaro - SP ^(21,22)	1. Filipe Barros - PR ^(18,21,22)
PSD	
Sidney Leite - AM ⁽¹⁷⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Zé Vitor - MG ⁽¹⁾	1. Raimundo Costa - BA ⁽³⁾
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Carlos Gomes - RS ⁽¹⁶⁾	1. Vavá Martins - PA ⁽¹⁶⁾
PSDB	
Bia Cavassa - MS ⁽²⁰⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Jose Mario Schreiner - GO ⁽⁶⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁵⁾	1. Chico D'Angelo - RJ ⁽⁵⁾
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁹⁾	1. Bacelar - BA
CIDADANIA	
Daniel Coelho - PE	1. Da Vitoria - ES

Notas:

- 22/10/2019: Designado como titular o Deputado Zé Vitor(PL/MG) em substituição ao Deputado Wellington Roberto(PSD/PB). (Of. 369/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 24/10/2019, p. 214](#))
- 23/10/2019: A Senadora Soraya Thronicke assume a vaga de titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passará a assumir a vaga de suplente, deixada pela senadora. (Of. 104/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 24/10/2019, p. 211](#))
- 23/10/2019: Designado como suplente o Deputado Raimundo Costa, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 371/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 24/10/2019, p. 215](#))
- 23/10/2019: Designados como titulares os Senadores Sergio Petecão (PSD/AC) e Carlos Viana (PSD/MG), em substituição aos Senadores Otto Alencar (PSD/BA) e Irajá (PSD/TO); O Senador Angelo Coronel (PSD/BA)deixa a vaga de suplente. (Of.154/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 24/10/2019, p. 212](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Túlio Gadelha, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado Chico D'Angelo, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 351/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 24/10/2019, p. 213](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado José Mario Schreiner, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 809/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 24/10/2019, p. 216](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Senador Luiz Carlos Heinze, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 73/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 24/10/2019, p. 210](#))
- 25/10/2019: Designado como suplente o Senador José Maranhão; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 224/2019 - Liderança do MDB) ([DCN de 31/10/2019, p. 231](#))
- 30/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 261/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 31/10/2019, p. 232](#))



10. 30/10/2019: Designado como suplente o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Jorginho Mello. (Of. 47/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 31/10/2019, p. 230](#))
11. 05/11/2019: Designado como titular o Deputado Nilto Tatto, e substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Airton Faleiro, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 636/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 07/11/2019, p. 45](#))
12. 05/11/2019: Designado como titular o Senador Plínio Valério, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 119/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 05/11/2019, p. 43](#))
13. 06/11/2019: Designado como Suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição a Senadora Eliziane Gama.(Of.134/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente). ([DCN de 07/11/2019, p. 44](#))
14. 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Paulo Rocha e Jaques Wagner, em substituição aos Senadores Humberto Costa e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados a Senadora Zenaide Maia e o Senador Jean Paul Prates, em substituição aos Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, respectivamente.(Of. 104/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática) ([DCN de 14/11/2019, p. 44](#))
15. 12/11/2019: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues; designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 138/2019 - Bloco Senado Independente) ([DCN de 14/11/2019, p. 45](#))
16. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Vavá Martins, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 230/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 169](#))
17. 26/11/2019: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 514/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 28/11/2019, p. 231](#))
18. 03/12/2019: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 496/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/12/2019, p. 164](#))
19. 05/12/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martin, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 116/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 569](#))
20. 10/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Cavassa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 667/2019 da Liderança do PSDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 570](#))
21. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro; designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
22. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Bolsonaro, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 901/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 901, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 901, de 2019

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Lucas Barreto (-)

RELATOR: Edio Lopes (PL-RR)

RELATOR REVISOR: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

Designação: 23/10/2019

Instalação: 21/11/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽⁷⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽⁷⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽⁷⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽⁶⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽¹²⁾	1. VAGO ⁽¹²⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Lucas Barreto ⁽³⁾	1. VAGO
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾	1. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽²⁾	1. VAGO
PODEMOS	
Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁹⁾	2. Elmano Férrer - PI ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽¹⁴⁾	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Acácio Favacho - PROS/AP ^(15,20)	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽²⁰⁾
PT	
Nilto Tatto - SP ⁽¹⁶⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽¹⁶⁾
PSL	
Nicoletti - RR ^(18,21)	1. Carlos Jordy - RJ ^(18,22,23)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Edio Lopes - RR ⁽⁴⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Camilo Capiberibe - AP ⁽⁵⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. Aline Gurgel - AP ⁽¹⁰⁾
PSDB	
Luiz Carlos - AP ⁽¹⁷⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁹⁾	1. Bacelar - BA
AVANTE ⁽¹⁾	
Leda Sadala - AP ⁽⁸⁾	1. Tito - BA

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 72/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda)
- 23/10/2019: Designado como titular o Senador Lucas Barreto; designado como titular o Senador Sérgio Petecão. (Of. 155/2019 - Liderança do PSD)
- 23/10/2019: Designado como titular o Deputado Edio Lopes, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 375/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 24/10/2019, p. 219](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Deputado Camilo Capiberibe, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 307/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 24/10/2019, p. 218](#))
- 24/10/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Esperidião Amin. (Of. 74/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 24/10/2019, p. 217](#))
- 25/10/2019: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Dário Berger, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senado Eduardo Gomes; designado como suplente o Senador Jader Barbalho. (Of. 225/2019- Liderança do MDB) ([DCN de 31/10/2019, p. 235](#))
- 30/10/2019: Designada como titular a Deputada Leda Sadala, em substituição ao Deputado Luis Tibé. (Of. 80/2019 - Liderança do AVANTE) ([DCN de 31/10/2019, p. 233](#))
- 30/10/2019: Designado como titular o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Elmano Ferrer, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 117/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DSF de 31/10/2019, p. 234](#))
- 01/11/2019: Designada como suplente a Deputada Aline Gurgel, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 212/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 07/11/2019, p. 47](#))
- 05/11/2019: Designado como suplente o Deputado Acácio Favacho. (Of. 372/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 07/11/2019, p. 48](#))
- 05/11/2019: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 120/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 07/11/2019, p. 46](#))
- 07/11/2019: Designado como titulares os Senadores Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa, e Telmário Mota; Como suplentes, foram designados os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, em substituição aos Senadores Rogério Carvalho e Zenaide Maia, respectivamente. (Of. 105/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática) ([DCN de 14/11/2019, p. 46](#))
- 07/11/2019: Designado como titular o Deputado Hiran Gonçalves, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 383/2019 - Liderança do Bloco PP/ MDB/PTB) ([DCN de 14/11/2019, p. 48](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. 07/11/2019: Designado como titular o Deputado Gutemberg Reis, em substituição ao Deputado Baleia Rossi.(Of. 380/2019 - Liderança do Bloco PP/ MDB/PTB) ([DCN de 14/11/2019, p. 47](#))
16. 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 645/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 173](#))
17. 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 599/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 21/11/2019, p. 172](#))
18. 20/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 485/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 21/11/2019, p. 171](#))
19. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição Deputado José Nelto. (Of. 274/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 170](#))
20. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado Acácio Favacho, em substituição ao Deputado Gutemberg Reis, que passa a assumir a vaga de suplente.(Of. 396/2019 - Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 322](#))
21. 27/11/2019: Designado o Deputado Nicoletti como titular, em substituição à Deputada Bia Kicis. (OF.488, Liderança PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 323](#))
22. 11/12/2019: Designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
23. 17/12/2019: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 902/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 902, de 2019**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Benedita da Silva (PT-RJ)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Nelsinho Trad (PSD-MS)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 08/11/2019**Instalação:** 04/12/2019**Proxima Reunião:** 05/02/2020 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore - MDB/ES ^(11,13)	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹¹⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹¹⁾	2. José Maranhão - MDB/PB ⁽¹¹⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁹⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Jorge Kajuru - CIDADANIA/GO ⁽¹⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Angelo Coronel - BA
Sérgio Petecão - AC ⁽⁶⁾	2. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁰⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽¹⁰⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁰⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Marcos do Val - ES ⁽⁸⁾	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁸⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Alceu Moreira - MDB/RS ⁽³⁾	1. Marcelo Moraes - PTB/RS ⁽¹⁴⁾
Neri Geller - PP/MT ⁽¹⁴⁾	2. VAGO
PT	
Benedita da Silva - RJ ⁽⁷⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽⁷⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(2,18,19)	1. Carlos Jordy - RJ ^(2,19)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Samuel Moreira - SP ⁽¹⁷⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽⁵⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Diego Garcia - PR ⁽¹⁵⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹⁶⁾
PV ⁽⁴⁾	
Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹²⁾	1. Célio Studart - CE

Notas:

- 08/11/2019: Designado como titular o Senador Jorge Kajuru. (Of. 137/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 08/11/2019: Designada como titular a Deputado Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 08/11/2019: Designado como titular o deputado Alceu Moreira. (Of. 384/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Luis Miranda, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 821/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 21/11/2019, p. 179](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como titular o Senador Sergio Petecão, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira. (Of. 158/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 177](#))
- 20/11/2019: Designada como titular a Deputado Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 648/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 178](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 123/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 176](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designada como suplente a Senadora Daniella Ribeiro, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 77/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 174](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 10/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 21/11/2019, p. 175](#))



11. 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão. (Of. 228/2019 - Liderança MDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 326](#))
12. 25/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa, em substituição à Deputada Leandre. (Of. 77/2019 - Liderança do PV) ([DCN de 28/11/2019, p. 324](#))
13. 02/12/2019: Designado como titular o Senador Luiz Pastores, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. 242/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 05/12/2019, p. 166](#))
14. 02/12/2019: Designado como titular o Deputado Neri Geller; designado como suplente o Deputado Marcelo Moraes. (Of. 233/2019 da Liderança do Bloco PP, MDB, PTB) ([DCN de 05/12/2019, p. 165](#))
15. 04/12/2019: Designado como titular o Deputado Diego Garcia, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 285/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 05/12/2019, p. 167](#))
16. 04/12/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 286/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 05/12/2019, p. 168](#))
17. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Samuel Moreira, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 649/2019 da Liderança do PSDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 571](#))
18. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis; designado como titular o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
19. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Rodrigo Chia
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 903/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 903, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 903, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Domingos Sávio (PSDB-MG)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 11/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽¹²⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹²⁾
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹²⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹²⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽¹⁰⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽¹³⁾
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹³⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	1. VAGO ⁽³⁾
Irajá - TO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹¹⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹¹⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹¹⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁹⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Elmano Férrer - PI ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽⁵⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Paulo Bengtson - PTB/PA ⁽¹⁴⁾	1. Nivaldo Albuquerque - PTB/AL ⁽¹⁵⁾
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁴⁾	1. Afonso Florence - BA ⁽⁴⁾
PSL	
Bia Kicis - DF ^(16,17)	1. Carlos Jordy - RJ ^(16,17)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Domingos Sávio - MG ⁽⁶⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Elmar Nascimento - BA	1. Efraim Filho - PB
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽⁷⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽⁸⁾
PMN ⁽¹⁾	
Eduardo Braide - PODEMOS/MA ⁽²⁾	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do regimento comum.
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Eduardo Braide. (Of. 38/2019 - Liderança do PMN) ([DCN de 21/11/2019, p. 180](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar; desligado da suplência o Senador Angelo Coronel. (Of. 160/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 185](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Afonso Florence, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 649/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 189](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Elmano Férrer, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 124/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 183](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 603/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 21/11/2019, p. 188](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 267/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 186](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 270/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 187](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 75/2019 - Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 21/11/2019, p. 181](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designada como suplente a Senadora Mailza Gomes, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 78/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 182](#))



11. 20/11/2019: Designado como titular o Senador Telmário Mota, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates; designado como suplente o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 108/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 21/11/2019, p. 183](#))
12. 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Luiz do Carmo e Marcelo Castro, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Mecias de Jesus e Marcio Bittar.(Of. 229/2019 - Liderança MDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 328](#))
13. 26/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues; designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição à senadora Leila Barros. (Of. 138/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 28/11/2019, p. 327](#))
14. 28/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Bengtson, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 220/2019 - Liderança do Bloco MDB/PP/PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 320](#))
15. 02/12/2019: Designado como suplente o Deputado Nivaldo Albuquerque. (Of. 232/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 05/12/2019, p. 169](#))
16. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
17. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Rodrigo Chia

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 904/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 904, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 904, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Marcos Rogério (DEM-RO)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹⁴⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁴⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁴⁾
Daniella Ribeiro - PP/PB	3. Ciro Nogueira - PP/PI
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Cid Gomes ⁽¹⁸⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Omar Aziz - AM ⁽⁴⁾	2. Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁹⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁹⁾
Zenaide Maia - PROS/RN ⁽⁹⁾	2. Humberto Costa - PT/PE ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Marcos Rogério - DEM/RO ⁽²¹⁾	1. Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽²¹⁾
PODEMOS	
Styvenson Valentim - RN ⁽⁷⁾	1. Marcos do Val - ES ⁽⁷⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹⁹⁾	1. Juarez Costa - MDB/MT ⁽¹¹⁾
Mauro Lopes - MDB/MG ⁽¹⁰⁾	2. Cacá Leão - PP/BA ⁽¹⁹⁾
PT	
Jorge Solla - BA ⁽⁶⁾	1. Alexandre Padilha - SP ⁽²²⁾
PSL	
Sanderson - RS ^(3,15,25,26)	1. Carlos Jordy - RJ ^(3,25,26)
PSD	
Hugo Leal - RJ ⁽²⁰⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Bosco Costa - SE ⁽⁵⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Elias Vaz - GO ⁽⁸⁾	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Hugo Motta - PB ⁽¹²⁾	1. Manuel Marcos - AC ⁽¹²⁾
PSDB	
Domingos Sávio - MG ⁽²⁴⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽¹⁷⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹³⁾	1. Leônidas Cristino - CE ⁽¹³⁾
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽¹⁾	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽²³⁾
REDE ⁽²⁾	
Joenia Wapichana - RR	1. Lucas Gonzalez - NOVO/MG ⁽¹⁶⁾

Notas:

- 04/12/19: Designado como titular o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 284 Liderança PODEMOS) ([DCN de 05/12/2019, p. 171](#))
- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputado Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Omar Aziz, em substituição ao Senador Irajá; designado como suplente o Senador Sérgio Petecão. (Of. 161/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 192](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 391/2019 - Liderança do PL) ([DCN de 21/11/2019, p. 195](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Jorge Solla, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta. (Of. 651/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 21/11/2019, p. 198](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Styvenson Valentim, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Marcos do Val, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 125/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 191](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Elias Vaz, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar. (Of. 319/2019 - Liderança do PSB) ([DCN de 21/11/2019, p. 194](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designada como titular a Senadora Zenaide Maia, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jean Paul Prates; designado como suplente o Senador Humberto Costa. (Of. 109/2019 - Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 21/11/2019, p. 190](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Lopes, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 398/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 21/11/2019, p. 197](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



11. 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Juarez Costa. (Of. 397/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 21/11/2019, p. 196](#))
12. 20/11/2019: Designado como titular o Deputado Hugo Motta, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Manuel Marcos, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 229/2019 - Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 193](#))
13. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado Fábio Henrique, em substituição ao Deputado André Figueiredo; designado como suplente o Deputado Leônidas Cristino, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 382/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 28/11/2019, p. 332](#))
14. 21/11/2019: Designados como titulares os Senadores Dário Berger e Confúcio Moura, em substituição aos Senadores Eduardo Braga e Marcio Bittar; Como suplentes, foram indicados os Senadores Eduardo Gomes e Marcio Bittar.(Of. 231/2019 - Liderança MDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 331](#))
15. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 475/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 333](#))
16. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Gonzalez. (Of. sn/2019 - Liderança da REDE) ([DCN de 28/11/2019, p. 335](#))
17. 21/11/2019: Designado como titular o Deputado o Deputado Lucas Vergílio, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 612/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 334](#))
18. 26/11/2019: Designado como titular o Senador Cid Gomes, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 139/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 28/11/2019, p. 329](#))
19. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Mário Negromonte Jr, em substituição ao Deputado Arthur Lira; designado como suplente o Deputado Cacá Leão. (Of. 222/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 330](#))
20. 28/11/2019: Designado como titular o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 493/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 173](#))
21. 02/12/2019: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco; designado como suplente o Senador Rodrigo Pacheco, em substituição ao Senador Jorginho Mello. (Of. 80/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda) ([DCN de 05/12/2019, p. 170](#))
22. 03/12/2019: Designado como suplente o Deputado Alexandre Padilha, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 678/2019 da Liderança do PT) ([DCN de 05/12/2019, p. 174](#))
23. 04/12/19: Designado como suplente o Deputado Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 286 Liderança PODEMOS) ([DCN de 05/12/2019, p. 172](#))
24. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Domingos Sávio, em substituição Carlos Sampaio. (Of. 650 da Liderança do PSDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 572](#))
25. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição ao Deputado Sanderson; designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
26. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Sanderson, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Rodrigo Bedritchuk
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 905/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 905, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Sérgio Petecão (PSD-AC)

VICE-PRESIDENTE: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE-GO)

RELATOR: Christino Aureo (PP-RJ)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 18/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽¹⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹⁾	2. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽¹⁾
Esperidião Amin - PP/SC ^(13,28)	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Plínio Valério - PSDB/AM ⁽²⁰⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽²²⁾	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽²⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão - AC ^(8,16)	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁸⁾
Irajá - TO	2. Carlos Viana - MG ^(7,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁵⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE
Paulo Paim - PT/RS ⁽²⁵⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁰⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁰⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Christino Aureo - PP/RJ ⁽³⁾	1. Carlos Chiodini - MDB/SC ⁽²³⁾
Herculano Passos - MDB/SP ⁽²³⁾	2. Átila Lira - PP/PI ⁽²⁴⁾
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rogério Correia - MG ⁽¹⁷⁾
PSL	
Major Fabiana - RJ ^(4,15,31,33)	1. Sanderson - RS ^(4,15,29)
PSD	
Sidney Leite - AM ⁽³⁰⁾	1. Hugo Leal - RJ ⁽²⁶⁾
PL	
Lucas Vergilio - SOLIDARIEDADE/GO ⁽²¹⁾	1. Lincoln Portela - MG ⁽¹⁹⁾
PSB	
Danilo Cabral - PE ⁽¹⁸⁾	1. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁸⁾
REPUBLICANOS	
Julio Cesar Ribeiro - DF ⁽²⁷⁾	1. Ossesio Silva - PE ⁽²⁷⁾
PSDB	
Eduardo Cury - SP ⁽³²⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Kim Kataguiri - SP ⁽⁵⁾	1. Fred Costa - PATRIOTA/MG ⁽¹⁴⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Mauro Benevides Filho - CE ⁽⁹⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Pr. Marco Feliciano - SP ⁽¹¹⁾
SOLIDARIEDADE	
Paulo Pereira da Silva - SP ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes. (Of. 230/2019 - Liderança do MDB)
- 18/11/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo. (Of. 140/2019 - Liderança do Bloco Senado Independente)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Christino Aureo. (Of. 387/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 18/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 - Liderança do PSL)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Kim Kataguiri. (Of. 825/2019 - Liderança do DEM)
- 18/11/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Pereira da Silva. (Of. 212/2019 - Liderança do Solidariedade)
- 19/11/2019: Designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 164/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 202](#))
- 19/11/2019: Designado como titular o Senador Carlos Viana, em substituição ao Senador Otto Alencar; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira, em substituição ao Senador Angelo Coronel. (Of. 162/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 21/11/2019, p. 201](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Mauro Benevides Filho, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 380/2019 - Liderança do PDT) ([DCN de 21/11/2019, p. 205](#))
- 20/11/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 126/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 200](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Pr. Marco Feliciano, em substituição ao Deputado Bacelar. (Of. 271/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 21/11/2019, p. 204](#))
- 20/11/2019: Designado como suplente o Deputado Lucas Vergilio. (Of. 213/2019 - Liderança do SOLIDARIEDADE) ([DCN de 28/11/2019, p. 339](#))
- 20/11/2019: Designada como titular a Senadora Mailza Gomes, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 80/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 21/11/2019, p. 199](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. 21/11/2019: Designado como suplente o Deputado Fred Costa. (Of. 829/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 347](#))
15. 21/11/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Bia Kicis; Como suplente, o Deputado Sanderson substitui o Deputado Carlos Jody. (Of. 473/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 345](#))
16. 21/11/2019: Designado como Titular o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a assumir a vaga de suplente em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of.166, Liderança do PSD) ([DCN de 28/11/2019, p. 338](#))
17. 26/11/2019: Designado como suplente o Deputado Rogério Correia, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 673/2019 - Liderança do PT) ([DCN de 28/11/2019, p. 346](#))
18. 27/11/2019: Designado o Deputado Danilo Cabral como titular, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; Como suplente, designa-se o Deputado Bira do Pindaré em substituição ao Deputado Elias Vaz. (Of.321, Liderança PSB) ([DCN de 28/11/2019, p. 342](#))
19. 27/11/2019: Designado o Deputado Lincoln Portela como suplente, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of.395, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 343](#))
20. 27/11/2019: Designado o Senador Plínio Valério como titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha. (Of.122, Liderança PSDB) ([DCN de 28/11/2019, p. 337](#))
21. 27/11/2019: Designado o Deputado Lucas Vergilio como titular, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of.403, Liderança PL) ([DCN de 28/11/2019, p. 344](#))
22. 27/11/2019: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, em substituição ao Senador Major Olímpio; designado como suplente o Senador Major Olímpio. (Of. 106/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 28/11/2019, p. 336](#))
23. 27/11/2019: Designado como titular o Deputado Herculiano Passos; designado como suplente o Deputado Carlos Chiodini. (Of. 223/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 340](#))
24. 27/11/2019: Designado como suplente o Deputado Atila Lira. (Of. 224/2019 - Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 28/11/2019, p. 341](#))
25. 04/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 110/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática) ([DCN de 05/12/2019, p. 175](#))
26. 04/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 722/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 176](#))
27. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Julio Cesar Ribeiro, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus; designado como suplente o Deputado Osseio Silva, em substituição ao Deputado João Roma. (Of. 228/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 574](#))
28. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição à Senadora Mailza Gomes. (Of. 84/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 12/12/2019, p. 573](#))
29. 11/12/2019: Designada como suplente a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Sanderson. (Of. 505/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 575](#))
30. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 531/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 12/12/2019, p. 576](#))
31. 11/12/2019: Designada como titular a Deputada Joice Hasselmann, em substituição à Deputada Major Fabiana. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
32. 12/12/19: Designado como titular o Deputado Eduardo Cury, substituindo o Deputado Carlos Sampaio. (Of. 685 Liderança PSDB)
33. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Major Fabiana, em substituição à Deputada Joice Hasselmann; designado como suplente o Deputado Sanderson, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 906/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 906, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 906, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Vinicius Poit (NOVO-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Acir Gurgacz (PDT-RO)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 22/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM	1. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽¹¹⁾
Luiz Pastore - MDB/ES ⁽¹¹⁾	2. Confúcio Moura - MDB/RO ⁽¹¹⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽⁸⁾	3. Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽⁵⁾	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁴⁾	1. Angelo Coronel - BA ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	2. Otto Alencar - BA ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽²⁰⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁰⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽²⁰⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Ronaldo Carletto - PP/BA ⁽¹⁴⁾	1. Luísa Canziani - PTB/PR ⁽¹⁹⁾
Mauro Lopes - MDB/MG ⁽¹³⁾	2. VAGO
PT	
José Ricardo - AM ⁽¹⁶⁾	1. Nilto Tatto - SP ⁽¹⁶⁾
PSL	
Vinicius Poit - NOVO/SP ^(10,12)	1. Carlos Jordy - RJ ^(10,17,18)
PSD	
Vermelho - PR ⁽⁹⁾	1. Diego Andrade - MG
PL	
Bosco Costa - SE ⁽²⁾	1. VAGO
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽⁷⁾	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Geninho Zuliani - SP ⁽⁶⁾	1. Juninho do Pneu - RJ ⁽⁶⁾
PDT	
Leônidas Cristino - CE ⁽³⁾	1. Fábio Henrique - SE ⁽³⁾
PODEMOS	
Léo Moraes - RO ⁽¹⁵⁾	1. Bacelar - BA
PSOL ⁽¹⁾	
Ivan Valente - SP	1. Fernanda Melchionna - RS

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 22/11/2019: Designado como titular o Deputado Bosco Costa. (Of. 400/2019 - Liderança do PL)
- 22/11/2019: Designado como titular o Deputado Leônidas Cristino; designado como suplente o Deputado Fábio Henrique. (Of. 383/2019 - Liderança do PDT)
- 22/11/2019: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad; designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como suplente o Senador Angelo Coronel; designado como suplente o Senador Otto Alencar. (Of. 165/2019 - Liderança do PSD)
- 26/11/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 140/2019 - Bloco Senado Independente) ([DCN de 28/11/2019, p. 350](#))
- 26/11/2019: Designado como titular o Deputado Geninho Zuliani, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento; designado como suplente o Deputado Juninho do Pneu, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 853/2019 - Liderança do DEM) ([DCN de 28/11/2019, p. 352](#))
- 27/11/2019: Designado o Deputado Vilson da Fetaemg como titular, em substituição ao deputado Tadeu Alencar. (Of.329, Liderança PSB) ([DCN de 28/11/2019, p. 351](#))
- 27/11/2019: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 81/2019 - Liderança do PP) ([DCN de 28/11/2019, p. 349](#))
- 28/11/2019: Designado como titular o Deputado Vermelho. (Of. 508/2019 - Liderança do PSD) ([DCN de 05/12/2019, p. 178](#))
- 22/11/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 da Liderança do PSL)
- 03/12/2019: Designado como titular o Senador Luiz Pastore, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senador Luiz do Carmo; designado como suplente o Senador Confúcio Moura. (Of. 243/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 05/12/2019, p. 177](#))



12. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Vinicius Poit, em substituição à Deputada Bia Kicis. (Of. 498/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 580](#))
13. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Mauro Lopes, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. n° 244/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 578](#))
14. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Ronaldo Carletto, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 242/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 577](#))
15. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Léo Moraes, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 294/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 579](#))
16. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado José Ricardo, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 686/2019 da Liderança do PT) ([DCN de 12/12/2019, p. 581](#))
17. 11/12/2019: Designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
18. 17/12/2019: Designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
19. 17/12/2019: Designada como suplente a Deputada Luiza Canziani. (Of. 252/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
20. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Paulo Rocha; designado como suplente o Senador Telmário Mota, em substituição à Senadora Zenaide Maia. (Of. 117/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)

Secretário: Ricardo Maia
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 907/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 907, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 907, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Luis Carlos Heinze (PP-RS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Newton Cardoso Jr (MDB-MG)

RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 29/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽¹³⁾	1. Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹³⁾
Dário Berger - MDB/SC ⁽¹³⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹³⁾
Luis Carlos Heinze - PP/RS ^(2,11)	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽²⁷⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽¹²⁾	1. Kátia Abreu - PDT/TO ⁽²¹⁾
Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²³⁾	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Sérgio Petecão - AC ⁽⁴⁾	1. Arolde de Oliveira - RJ ⁽⁴⁾
Lucas Barreto ⁽⁴⁾	2. Carlos Viana - MG ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ^(31,32)	1. Jaques Wagner - PT/BA ^(31,32)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(31,32)	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁵⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ⁽⁵⁾
PODEMOS	
Lasier Martins - RS ⁽¹⁹⁾	1. Alvaro Dias - PR ⁽¹⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
Felipe Carreras - PSB/PE ⁽²²⁾	1. Herculano Passos - MDB/SP ⁽¹⁷⁾
Newton Cardoso Jr - MDB/MG	2. Clarissa Garotinho - PROS/RJ ⁽¹⁸⁾
PT	
Helder Salomão - ES ⁽²⁰⁾	1. Carlos Zarattini - SP ⁽²⁰⁾
PSL	
Daniel Silveira - RJ ^(25,30)	1. Carlos Jordy - RJ ^(25,30)
PSD	
VAGO ^(6,10)	1. Vermelho - PR ⁽⁶⁾
PL	
Fernando Rodolfo - PE ⁽⁷⁾	1. Magda Mofatto - GO ⁽⁷⁾
PSB	
Bira do Pindaré - MA ⁽²⁹⁾	1. Aliel Machado - PR ⁽²⁹⁾
REPUBLICANOS	
Vinicius Carvalho - SP ⁽²⁴⁾	1. Amaro Neto - ES ⁽²⁶⁾
PSDB	
Roberto Pessoa - CE ⁽¹⁵⁾	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Paulo Azi - BA ^(8,14)	1. Leur Lomanto Júnior - BA ⁽¹⁴⁾
PDT	
Fábio Henrique - SE ⁽¹⁶⁾	1. Sergio Vidigal - ES ⁽²⁸⁾
PODEMOS	
Renata Abreu - SP ⁽³³⁾	1. Bacelar - BA
PCdoB ⁽¹⁾	
Márcio Jerry - MA ⁽⁹⁾	1. Daniel Almeida - BA ⁽⁹⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do Art. 10-A do Regimento Comum.
- 29/11/2019: Designado como titular o Senador Ciro Nogueira; designado como suplente o Senador Esperidião Amin. (Of. 82/2019 - Liderança do PP)
- 29/11/2019: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha. (Of. 125/2019 - Liderança do PSDB)
- 29/11/2019: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão; designado como titular o Senador Lucas Barreto; designado como suplente o Senador Arolde de Oliveira; designado como suplente o Senador Carlos Viana. (Of. 168/2019 - Liderança do PSD)
- 29/11/2019: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues; designado como suplente o Senador Jorginho Mello. (Of. 79/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Marx Beltrão; designado como suplente o Deputado Vermelho. (Of. 515/2019 - Liderança do PSD)
- 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Fernando Rodolfo; designada como suplente a Deputada Magda Mofatto. (Of. 406/2019 da Liderança do PL)
- 29/11/2019: Designado como titular o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 857/2019 da Liderança do DEM)
- 12/12/19: Designados como titular e suplente os Deputados Márcio Jerry e Daniel Almeida. (Of. 133 Liderança PCdoB)
- 12/12/19: Desligado da vaga de titular o Deputado Marx Beltrão. (Of. 550 Liderança PSD)
- 02/12/2019: Designado como titular o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 82/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 05/12/2019, p. 179](#))
- 03/12/2019: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Weverton. (Of. 144/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 05/12/2019, p. 180](#))



13. 03/12/2019: Designado como titular o Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Dario Berger, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como suplente o Senador Marcelo Castro; designado como suplente o Senador Jarbas Vasconcelos. (Of. 244/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 05/12/2019, p. 181](#))
14. 04/12/2019: Designado como titular o Deputado Paulo Azi, em substituição ao Deputado Leur Lomanto Júnior; designado como suplente o Deputado Leur Lomanto Júnior. (Of. 862/2019 da Liderança do DEM) ([DCN de 05/12/2019, p. 182](#))
15. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Roberto Pessoa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio. (Of. 648/2019 da Liderança do PSDB) ([DCN de 12/12/2019, p. 591](#))
16. 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Fábio Henrique, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 396/2019 da Liderança do PDT) ([DCN de 12/12/2019, p. 590](#))
17. 05/12/2019: Designado como suplente o Deputado Herculano Passos. (Of. 240/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 587](#))
18. 10/12/2019: Designada como suplente a Deputada Clarissa Garotinha. (Of. 241/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 588](#))
19. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Lasier Martins, em substituição ao Senador Alvaro Dias; designado como suplente o Senador Alvaro Dias, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 131/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 582](#))
20. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Helder Salomão, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 685/2019 da Liderança do PT) ([DCN de 12/12/2019, p. 592](#))
21. 10/12/2019: Designada como suplente a Senadora Kátia Abreu, em substituição à Senadora Leila Barros. (Of. 148/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/12/2019, p. 583](#))
22. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felipe Carreras (PSB), em substituição ao Deputado Arthur Lira (PP), em vaga cedida. (Of. 239/2019 - Liderança do Bloco PP/MDB/PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 586](#))
23. 11/12/2019: Designado como titular o Senador Acir Gurgacz, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 150/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente) ([DCN de 12/12/2019, p. 584](#))
24. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Vinicius Carvalho, em substituição ao Deputado Jhonatan de Jesus. (Of. 241/2019 da Liderança do REPUBLICANOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 589](#))
25. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça em substituição à Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
26. 12/12/19: Designado como suplente o Deputado Amaro Neto, substituindo o Deputado João Roma. (Of.248 Liderança Republicanos)
27. 12/12/19: Designado como suplente o Senador Izalci Lucas. (Of. 128 Liderança PSDB)
28. 12/12/19: Designado como suplente o Deputado Sérgio Vidigal, substituindo o Deputado Afonso Motta. (Of. 397 Liderança PDT)
29. 12/12/2019: Designados como titular e suplente os Deputados Bira do Pindaré e Aliel Machado. (Of. 351 Liderança PSB)
30. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Daniel Silveira, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
31. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 118/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
32. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 118/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
33. 18/12/2019: Designada como titular a Deputada Renata Abreu, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 311/2019 da Liderança do PODEMOS)

Secretário: Vivian Zoehler

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 908/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 908, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 908, de 2019.**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados**PRESIDENTE:** Raimundo Costa (PL-BA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Rogério Carvalho (PT-SE)**RELATOR REVISOR:** VAGO**Designação:** 03/12/2019**Instalação:** 17/12/2019**Proxima Reunião:** 05/02/2020 às 14:30

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽⁵⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁵⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽⁵⁾	2. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽⁵⁾
Vanderlan Cardoso - PP/GO ⁽⁸⁾	3. Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽²⁰⁾	1. VAGO ⁽²⁰⁾
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁵⁾
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Lucas Barreto ⁽¹²⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽¹⁹⁾	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽¹⁹⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁹⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Eduardo Girão - CE



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹¹⁾	1. Angela Amin - PP/SC ⁽¹⁷⁾
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Bia Kicis - DF ^(3,13,16)	1. Carlos Jordy - RJ ^(3,13,16)
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Raimundo Costa - BA ⁽⁴⁾	1. Gildenemyr - MA ⁽⁹⁾
PSB	
João H. Campos - PE ⁽²⁾	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Beto Pereira - MS
DEM	
Pedro Lupion - PR ⁽¹⁸⁾	1. Efraim Filho - PB
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽⁶⁾	1. Eduardo Bismarck - CE ⁽⁷⁾
PODEMOS	
Ricardo Teobaldo - PE ⁽¹⁴⁾	1. Bacelar - BA
PATRIOTA ⁽¹⁾	
Marreca Filho - MA ⁽¹⁰⁾	1. Pastor Eurico - PE

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 03/12/2019: Designado como titular o Deputado João H. Campos. (Of. 338/2019 da Liderança do PSB)
- 03/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy. (Of. 441/2019 da Liderança do PSL)
- 03/12/2019: Designado como titular o Deputado Raimundo Costa, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 410/2019 da Liderança do PL) ([DCN de 05/12/2019, p. 184](#))
- 04/12/2019: Designado como titular o Senador Marcelo Castro, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Fernando Bezerra, em substituição ao Senador Marcio Bittar; designado como suplente o Senador Renan Calheiros; designado como suplente o Senador Jarbas Vasconcelos. (Of. 245/2019 da Liderança do MDB) ([DCN de 05/12/2019, p. 183](#))
- 05/12/2019: Designado como titular o Deputado Túlio Gadelha, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 398/2019 da Liderança do PDT) ([DCN de 12/12/2019, p. 598](#))
- 05/12/2019: Designado como suplente o Deputado Eduardo Bismarck, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 397/2019 da Liderança do PDT) ([DCN de 12/12/2019, p. 597](#))
- 05/12/2019: Designado como titular o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro; designada como suplente a Senadora Daniella Ribeiro, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. (Of. 83/2019 da Liderança do PP) ([DCN de 12/12/2019, p. 593](#))
- 05/12/2019: Designado como suplente o Deputado Gildenemyr, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 419/2019 da Liderança do PL) ([DCN de 12/12/2019, p. 599](#))
- 06/12/2019: Designado como titular o Deputado Marreca Filho, em substituição ao Deputado Fred Costa. (Of. S/N da Liderança do PATRIOTA) ([DCN de 12/12/2019, p. 600](#))



11. 10/12/2019: Designado como titular o Deputado Mário Negromonte Jr, em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 243/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB) ([DCN de 12/12/2019, p. 595](#))
12. 10/12/2019: Designado como titular o Senador Lucas Barreto, em substituição ao Senador Irajá. (Of. 170/2019 da Liderança do PSD) ([DCN de 12/12/2019, p. 594](#))
13. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça, em substituição à Deputada Bia Kicis; designada como suplente o Deputado Heitor Freire, em substituição ao Deputado Carlos Jordy. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/12/2019, p. 601](#))
14. 11/12/2019: Designado como titular o Deputado Ricardo Teobaldo, em substituição ao Deputado José Nelto. (Of. 295/2019 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 12/12/2019, p. 596](#))
15. 12/12/19: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, substituindo a Senadora Eliziane Gama.(Of.152 Liderança Senado Independente)
16. 17/12/2019: Designada como titular a Deputada Bia Kicis, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Carlos Jordy, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
17. 17/12/2019: Designada como suplente a Deputada Angela Amin. (Of. 246/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
18. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 883/2019 da Liderança do DEM)
19. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Humberto Costa. (Of. 119/2019 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
20. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Rodrigo Cunha, em substituição ao Senador Roberto Rocha; desligado da suplência o Senador Izalci Lucas. (Of. 130/2019 da Liderança do PSDB)

Secretário: Tiago Brum
Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 909/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 909, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 909, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO
RELATOR REVISOR: VAGO

Designação: 12/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore - MDB/ES ⁽⁶⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽⁶⁾
Fernando Bezerra Coelho - MDB/PE ⁽⁶⁾	2. Dário Berger - MDB/SC ⁽⁶⁾
Esperidião Amin - PP/SC ⁽²⁾	3. Mailza Gomes - PP/AC ⁽²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Leila Barros - PSB/DF
Randolfe Rodrigues - REDE/AP	2. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Irajá - TO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁷⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁷⁾
Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁷⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG	1. Jorginho Mello - PL/SC
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Oriovisto Guimarães - PR ⁽⁹⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽⁸⁾	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP	2. VAGO
PT	
Paulo Pimenta - RS	1. Rui Falcão - SP
PSL	
Felício Laterça - RJ ⁽³⁾	1. Heitor Freire - CE ⁽³⁾
PSD	
André de Paula - PE	1. Diego Andrade - MG
PL	
Wellington Roberto - PB	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Tadeu Alencar - PE	1. Elias Vaz - GO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Carlos Sampaio - SP	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Luis Miranda - DF ^(5,10)	1. Pedro Lupion - PR ⁽¹⁰⁾
PDT	
André Figueiredo - CE	1. Afonso Motta - RS
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
NOVO ⁽¹⁾	
Alexis Fonteyne - SP ⁽⁴⁾	1. Paulo Ganime - RJ ⁽⁴⁾

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 12/12/2019: Designado como titular o Senador Esperidião Amin; designado como suplente a Senadora Mailza Gomes. (Of. 86/2019 da Liderança do PP)
- 12/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Heitor Freire. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Alexis Fonteyne, em substituição ao Deputado Marcel van Hattem; designado como suplente o Deputado Paulo Ganime, em substituição ao Deputado Tiago Mitraud. (Of. 144/2019 da Liderança do NOVO)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Elmar Nascimento. (Of. 884/2019 da Liderança do DEM)
- 17/12/2019: Designado como titular o Senador Luiz Pastore, em substituição ao Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Fernando Bezerra, em substituição ao Senador Márcio Bittar; designado como suplente o Senador Renan Calheiros; designado como suplente o Senador Dário Berger. (Of. 253/2019 da Liderança do MDB)
- 17/12/2019: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como titular o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Telmário Mota; designado como suplente o Senador Jaques Wagner. (Of. 121/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., em substituição ao Deputado Arthur Lira. (Of. 247/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
- 17/12/2019: Designado como suplente o Senador Oriovisto Guimarães, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 136/2019 da Liderança do PODEMOS)



10. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Luís Miranda, em substituição ao Deputado Pedro Lupion; designado como suplente o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Efraim Filho. (Of. 886/2019 da Liderança do DEM)

Secretário: Tiago Brum

Telefone(s): 3303-4256



CMMPV 910/2019 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 910, de 2019

(ver Medida Provisória)

Finalidade: Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 910, de 2019.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Lucio Mosquini (MDB-RO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Irajá (PSD-TO)

RELATOR REVISOR: Luis Miranda (DEM-DF)

Designação: 13/12/2019

Instalação: 17/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾
Confúcio Moura - MDB/RO ⁽²⁾	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ^(2,21)
Daniella Ribeiro - PP/PB ⁽³⁾	3. Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA	1. Izalci Lucas - PSDB/DF
Major Olimpio - PSL/SP	2. Soraya Thronicke - PSL/MS
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Weverton - PDT/MA	1. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽¹⁷⁾
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽¹⁷⁾	2. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽¹⁷⁾
PSD	
Otto Alencar - BA	1. Angelo Coronel - BA
Irajá - TO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹⁵⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽¹⁵⁾
Telmário Mota - PROS/RR	2. Zenaide Maia - PROS/RN
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁾	1. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Alvaro Dias - PR	1. Elmano Férrer - PI ⁽¹⁶⁾



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Neri Geller - PP/MT	1. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC ⁽¹³⁾
Lucio Mosquini - MDB/RO ⁽¹⁴⁾	2. VAGO
PT	
Valmir Assunção - BA ⁽²⁰⁾	1. Célio Moura - TO ⁽²⁰⁾
PSL	
Nelson Barbudo - MT ^(6,9)	1. Coronel Chrisóstomo - RO ^(6,9)
PSD	
Joaquim Passarinho - PA ⁽¹²⁾	1. Sidney Leite - AM ^(11,19)
PL	
Zé Vitor - MG ⁽⁷⁾	1. Marcelo Ramos - AM
PSB	
Vilson da Fetaemg - MG ⁽¹⁰⁾	1. Bira do Pindaré - MA ⁽¹⁰⁾
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR	1. João Roma - BA
PSDB	
Celso Sabino - PA	1. Adolfo Viana - BA
DEM	
Jose Mario Schreiner - GO ^(5,8,18)	1. Luis Miranda - DF ^(8,18)
PDT	
Zé Silva - SOLIDARIEDADE/MG ⁽²³⁾	1. Subtenente Gonzaga - MG ⁽²²⁾
PODEMOS	
José Nelto - GO	1. Bacelar - BA
PROS ⁽¹⁾	
Toninho Wandscheer - PR	1. Capitão Wagner - CE

Notas:

- Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
- 13/12/2019: Designado como titular o Senador Eduardo Braga; designado como titular o Senador Confúcio Moura; designado como suplente o Senador Eduardo Gomes; designado como suplente o Senador Luiz do Carmo. (Of. 251/2019 da Liderança do MDB)
- 13/12/2019: Designada como titular a Senadora Daniella Ribeiro; designado como suplente o Senador Ciro Nogueira. (Of. 87/2019 da Liderança do PP)
- 13/12/2019: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes; designado como suplente o Senador Zequinha Marinho. (Of. 83/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda)
- 13/12/2019: Designado como titular o Deputado José Mário Schreiner. (Of. 876/2019 da Liderança do DEM)
- 13/12/2019: Designado como titular o Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Heitor Freire. (Of. 513/2019 da Liderança do PSL)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Zé Vitor, em substituição ao Deputado Wellington Roberto. (Of. 425/2019 da Liderança do PL)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Luis Miranda, em substituição ao Deputado Jose Mario Schreiner; designado como suplente o Deputado Jose Mario Schreiner. (Of. 877/2019 da Liderança do DEM)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Nelson Barbudo, em substituição ao Deputado Felício Laterça; designado como suplente o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Heitor Freire. (Of. 531/2019 da Liderança do PSL)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Vilson da Fetaemg, em substituição ao Deputado Tadeu Alencar; designado como suplente o Deputado Bira do Pindaré, em substituição ao Deputado Elias Vaz. (Of. 349/2019 da Liderança do PSB)
- 17/12/2019: Designado como suplente o Deputado Hugo Leal, em substituição ao Deputado Diego Andrade. (Of. 557/2019 da Liderança do PSD)
- 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Joaquim Passarinho, em substituição ao Deputado André de Paula. (Of. 559/2019 da Liderança do PSD)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



13. 17/12/2019: Designado como suplente o Deputado Rogério Peninha Mendonça. (Of. 249/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
14. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Lucio Mosquini, em substituição ao Deputado Baleia Rossi. (Of. 250/2019 da Liderança do Bloco PP,MDB,PTB)
15. 17/12/2019: Designado como titular o Senador Paulo Rocha, em substituição ao Senador Humberto Costa; designado como suplente o Senador Jean Paul Prates, em substituição ao Senador Rogério Carvalho. (Of. 122/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática)
16. 17/12/2019: Designado como suplente o Senador Elmano Férrer, em substituição ao Senador Eduardo Girão. (Of. 137/2019 da Liderança do PODEMOS)
17. 17/12/2019: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues; designado como suplente Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Leila Barros; designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues. (Of. 154/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente)
18. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado José Mario Schreiner, em substituição ao Deputado Luís Miranda; designado como suplente o Deputado Luís Miranda. (Of. 885/2019 da Liderança do DEM)
19. 17/12/2019: Designado como suplente o Deputado Sidney Leite, em substituição ao Deputado Hugo Leal. (Of. 560/2019 da Liderança do PSD)
20. 17/12/2019: Designado como titular o Deputado Valmir Assunção, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; designado como suplente o Deputado Célio Moura, em substituição ao Deputado Rui Falcão. (Of. 695/2019 da Liderança do PT)
21. 18/12/2019: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Luiz do Carmo. (Of. 252/2019 da Liderança do MDB)
22. 18/12/2019: Designado como suplente o Deputado Subtenente Gonzaga, em substituição ao Deputado Afonso Motta. (Of. 403/2019 da Liderança do PDT)
23. 19/12/2019: Designado como titular o Deputado Zé Silva, em substituição ao Deputado André Figueiredo. (Of. 402/2019 da Liderança do PDT)

Secretário: Marcos Melo
Telefone(s): 3303-4256



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Instalação: 04/09/2019

Prazo final: 13/04/2020

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - PSB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PDT/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - S/Partido/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. Major Olimpio - PSL/SP ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Jean Paul Prates - PT/RN ⁽⁶⁾
Rogério Carvalho - PT/SE ⁽⁶⁾	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTES
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
MDB, PP, PTB	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins - CE ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Filipe Barros - PR ^(11,46,52,62,63)	1. Carla Zambelli - SP ^(11,36,60,62,63)
Caroline de Toni - SC ^(11,49,52,62,63)	2. Carlos Jordy - RJ ^(11,51,52,58,62,63)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
Pr. Marco Feliciano - SP ^(20,47)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

- Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
- Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
- Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP),(Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha
Telefone(s): 3303-3514



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
MDB VAGO	MDB VAGO
PSDB VAGO	PDT VAGO
PT VAGO	PTB VAGO
	Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Presidente Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
1º Vice-Presidente Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP)	1º Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)
2º Vice-Presidente Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	2º Vice-Presidente Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)
1ª Secretária Deputada Soraya Santos (PL/RJ)	1º Secretário Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
2º Secretário Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	2º Secretário Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)
3º Secretário Deputado Fábio Faria (PSD/RN)	3º Secretário Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido/RJ)
4º Secretário Deputado André Fufuca (PP/MA)	4º Secretário Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
Líder da Minoria Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Líder da Minoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Felipe Francischini (PSL/PR)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002
Eleição Geral: 22/12/2004
Eleição Geral: 17/07/2012
Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO ⁽¹⁾	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO ⁽²⁾
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 14/07/2017



Notas:

1. Vago em virtude da renúncia do Conselheiro José Carlos da Silveira Júnior, conforme carta de renúncia datada de 02 de abril de 2019.
2. Vago em virtude da renúncia do Conselheiro Jorge Coutinho, conforme carta de renúncia datada de 28 de março de 2018.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
PRESIDENTE

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º VICE-PRESIDENTE

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª SECRETÁRIA

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º SECRETÁRIO

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)
3º SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) PRESIDENTE	Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) 1º VICE-PRESIDENTE	Deputado(a) Marcos Pereira (REPUBLIC -SP) 1º VICE-PRESIDENTE
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) 2º VICE-PRESIDENTE	Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 2º VICE-PRESIDENTE
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) 1º SECRETÁRIO	Deputado(a) Soraya Santos (PL -RJ) 1º SECRETÁRIO
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) 2º SECRETÁRIO	Deputado(a) Mário Heringer (PDT -MG) 2º SECRETÁRIO
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) 3º SECRETÁRIO	Deputado(a) Fábio Faria (PSD -RN) 3º SECRETÁRIO
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) 4º SECRETÁRIO	Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 4º SECRETÁRIO
SUPLENTES DE SECRETÁRIO	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	1º - Deputado(a) Rafael Motta (PSB -RN)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)	2º - Deputado(a) Geovania de Sá (PSDB -SC)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)	3º - Deputado(a) Isnaldo Bulhões Jr. (MDB -AL)
4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)	4º - Deputado(a) Assis Carvalho (PT -PI)



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo	Líder da Maioria	Líder da Minoria
Senador Eduardo Gomes - MDB / TO	Senador Roberto Rocha - PSDB / MA	Deputado Carlos Zarattini - PT / SP
Vice-Líderes		Vice-Líderes
Deputado Claudio Cajado - PP / BA		Senador Jean Paul Prates - PT / RN
Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP		Deputado Afonso Florence - PT / BA
Senador Marcio Bittar - MDB / AC		
Senador Sérgio Petecão - PSD / AC		
Deputado Pr. Marco Feliciano - PODEMOS / SP		
Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC		
Deputado Pedro Lupion - DEM / PR		
Deputada Bia Kicis - PSL / DF		
Deputado Toninho Wandscheer - PROS / PR		
Deputado Ricardo Barros - PP / PR		



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

